TINTA
DA
CHINA
| edições |

# História da Primeira República Portuguesa

Fernando Rosas
Maria Fernanda Rollo
(coord.)

LISBOA:
TINTA-DA-CHINA
MMIX

© 2009, Maria Fernanda Rollo, Fernando Rosas
e Edições tinta-da-china, Lda.
Rua João de Freitas Branco, 35A,
1500-627 Lisboa
Tels: 21 726 90 28/9 | Fax: 21 726 90 30
E-mail: info@tintadachina.pt
www.tintadachina.pt

Título: *História da Primeira República Portuguesa*
Coordenadores: Maria Fernanda Rollo e Fernando Rosas
Autores: AAVV
Revisão: Tinta-da-china
Composição e capa: Vera Tavares

1.ª edição: Junho de 2009

ISBN 978-972-8955-98-4
Depósito Legal n.º 294864/09

# Índice

Introdução 9

Parte 1. A Queda da Monarquia 13

A crise do liberalismo oligárquico em Portugal, *Fernando Rosas* 15
A contestação a partir «de baixo» — As pressões vindas «de cima» — Uma crise prolongada

Da insustentabilidade do modelo à crise do sistema, *Maria Fernanda Rollo* 27
*Finis Patriae* — «Uma granja e um banco: eis o Portugal, português» — Bancarrota

O assalto ao poder, *João B. Serra* 43

Parte 2. A República (1910-1918) 53

O 5 de Outubro, *João B. Serra* 55

O republicanismo, *Maria Alice Samara* 61
Várias vozes e diferentes repúblicas — Em que país nasceu o Partido Republicano Português? — A galáxia republicana — Ser republicano — O país republicano — Como se podia fazer a República?

A sociedade, *David Pereira* 79
A população — O mundo rural — O mundo urbano

A evolução política (1910-1917), *João B. Serra* 93
O Governo Provisório — As eleições — A divisão dos republicanos — A hegemonia do Partido Democrático — A guerra — O sidonismo

A questão religiosa: Estado, Igreja e conflitualidade sócio-religiosa, *Vítor Neto* 129
A oposição ao Estado católico — A separação entre a religião e a política — A oposição dos bispos — As clivagens no baixo clero — As associações cultuais — Fátima — A aproximação do Estado à Igreja

A questão social: à espera da «Nova Aurora», *Maria Alice Samara* 149
A questão social — Republicanos e trabalhadores — Grandes esperanças: a revolução republicana de 5 de Outubro de 1910 — A difícil relação entre os operários organizados e a República — A organização operária — Monsanto: armar o povo para lutar pela república

A educação, *Maria Cândida Proença* 169
O ideário educativo — A formação cívica na escola republicana — O ensino primário — O ensino secundário — O ensino superior — O crescimento do ensino feminino — A instrução popular — A profissão docente

A política financeira, *Maria Eugénia Mata* 191

A questão colonial, *Maria Cândida Proença* 205
O Império: mito e realidade — A organização administrativa — Projectos de colonização — Os problemas financeiros — A rede de transportes —O desenvolvimento económico — A mão-de-obra indígena

Paradigmas frustrados: perseguição e fuga da modernidade e do progresso, *Maria Fernanda Rollo* 229
O país da revolução — O dia seguinte — Planos desencontrados, entre reformismo e realismo

Parte 3: A Guerra 245

A República e a Grande Guerra, *Fernando Rosas* 247

O conflito mundial, *Ana Paula Pires* 249
Um conflito global nas fronteiras de um mundo a preto-e-branco — Universalismo — Preparação — Guerra — Cronologia da Primeira Guerra Mundial

Intervencionistas e anti-intervencionistas, *Filipe Ribeiro de Meneses* 267

A União Sagrada, *Filipe Ribeiro de Meneses* 277

Portugal e a guerra nas colónias, *Aniceto Afonso* 287
Portugal em África — A guerra em África

Portugal nas trincheiras: os combatentes portugueses em França (1917-1919), *Isabel Pestana Marques* 301

A economia de guerra: a frente interna, *Ana Paula Pires* 319
A previsão é o grande segredo do êxito — Uma economia em armas à espera da guerra —*Portugal, so far, has come very well through the strain of war conditions* — A guerra — Parêntesis — Economia de guerra — Legislação sobre subsistências públicas — Cronologia da economia de guerra

A memória da guerra, *Sílvia Correia* 349
Portugal e o prorrogamento de uma urgente construção memorial — A cultura de guerra: da consagração dos mortos à perpetuação espacial e temporal do «Mito» — A insustentabilidade do «Mito da Experiência de Guerra» em Portugal

Sidonismo e restauração da República. Uma «encruzilhada de paixões contraditórias», *Maria Alice Samara* 371
O golpe sidonista ou a confluência de vários descontentamentos — O presidente da República que não era um «político» — «Viva a República Nova», ou a ilusão de um recomeço — A solidão do poder e o endurecimento do regime — «Verdes» e «vermelhos» — A morte de Sidónio Pais e o fim do regime

A paz e o Tratado de Versalhes, *Filipe Ribeiro de Meneses* 397

Parte 4: A Nova República (1919-1926) 407

A República do pós-guerra, *Fernando Rosas* 409

Nova estratégia para a República, *Ana Catarina Pinto* 411
Sob o signo da conciliação — O projecto de formação de um bloco central

A ofensiva operária, *Joana Dias Pereira* 421

A transformação política da República: o bloco radical, *Ana Catarina Pinto* 441
O processo de formação do bloco radical e as suas manifestações — Ideário e programa da esquerda republicana

A transformação política da República: o PRP dos «bonzos», tempo dos deuses menores, *Luís Farinha* 463
A República caiu? «Há males que valem por bem» — A refundação falhada e a República radical: o tempo das cisões (1919-1921) — A República conservadora: o tempo dos «bonzos» (1922-1923) — A República «esquerdista»: o tempo dos «canhotos» (1924-1925) — A República moribunda: em busca do «Governo extraordinário de competências» (1925-1926)

A transformação política da República: as direitas da direita antiliberal, *Ernesto Castro Leal* 485
Fundamento nacionalista — Versões ideológicas e políticas

A questão colonial, *Maria Cândida Proença* 503
Uma nova organização administrativa — Dificuldades económicas e financeiras — Norton de Matos em Angola — Brito Camacho em Moçambique — As difíceis relações internacionais

Economia e inovação: derivações em cenário de crise, *Maria Fernanda Rollo* 523
Depois da guerra — Crise e reorganização

A caminho do 28 de Maio, *Luís Farinha* 535
Porque caiu a República? — A democratização do regime: uma democracia de massas? — Tentativas e impossibilidades — A conspiração permanente: como mudar de fórmula? — A *débacle* das elites republicanas — A Ditadura é inevitável

Parte 5. Epílogo: o fim da Primeira República, *António Reis* 569

Cronologia breve 583
Bibliografia 593
Índice onomástico 599
Notas biográficas 609

# Introdução

O centenário do regicídio, em 2008, deu lugar ao reaparecimento e à reafirmação de uma corrente a meio caminho entre a história e a política, de forte cunho ideológico monárquico-conservador, por vezes enfaticamente promovida em alguns *media*, que, na realidade, constitui uma reedição quase *ipsis verbis* do discurso propagandístico do Estado Novo sobre a Primeira República.

A Primeira República é aí apresentada, melhor dizendo, é aí demonizada, como nos tempos áureos do Secretariado de Propaganda Nacional e dos plumitivos integralistas convertidos ao salazarismo, como uma realidade simultaneamente a-histórica e anti-histórica.

*A-histórica*, porque era inexplicável à luz das realidades sociais e políticas do país, não tinha raízes nelas e muito menos as reflectia. Não possuía base social relevante — o alegado carácter «pequeno-burguês» da revolução republicana era uma mistificação marxizante fora de moda... —, pois o republicanismo era pouco mais do que uma conspiração maçónica-radical de alguns intelectuais urbanos subversivos, sedentos de poder e carentes de escrúpulos e de responsabilidade, a quem umas sabradas a tempo, como prometera João Franco, teriam metido facilmente na ordem. E, não sendo reconhecido um programa económico e social digno desse nome ao republicanismo, as suas aspirações — pretensamente democratizantes — já estariam realizadas pelas instituições da Monarquia liberal, que era, no fundo, «uma república com rei». A República e o seu rol de prepotências e desordens não seria, afinal, senão o fruto de uma absurda conspiração de um punhado de desordeiros, tolerada pela fraqueza ou pela pusilanimidade do poder, sem apoio no país, ao arrepio da marcha pacífica e consensual da Monarquia e da governação dos seus avisados e liberais dirigentes. Uma espécie de maldição a-histórica que se abatera inopinadamente sobre o destino nacional.

E daí o seu carácter *anti-histórico*. A Primeira República, caricaturada com os traços grossos de uma balbúrdia terrorista e persecutória que não só desculpabilizaria como exigiria a Ditadura Militar e o Estado Novo, participava, no fundo, dessa espécie de desvio ao «verdadeiro» curso da história nacional. Desvio inaugurado, para os historiadores e publicistas integralistas e estado-novistas, com o parêntesis negro do liberalismo, cuja culminância caótica seria o republicanismo, e encerrado pela obra salvífica da Revolução Nacional, «restaurando a tradição» e repondo a história nacional no trilho autêntico dos nautas, santos e cavaleiros.

É certo que o revisionismo historiográfico dos dias de hoje não se aventura explicitamente nesta conclusão legitimadora do regime ditatorial do Estado Novo ou no maniqueísmo primitivo da «boa» e da «má» história nacional. Mas a abordagem demonizada e ideologicamente formatada que se reedita para a história da Primeira República só pode conduzir a apreciações moralizantes desse jaez. É uma espécie de lógica implícita, suspensa desse argumentário, mas que mal se encobre na equiparação, sem qualquer rigor histórico, do Estado republicano, dos seus políticos, das suas práticas, à ditadura salazarista, aos agentes da polícia política e à repressão fascista. Na realidade, pretende-se transmitir a ideia de que a República foi uma «ditadura radical» bem mais dura e repressiva do que o Estado Novo. Daí à necessidade deste contraponto regenerador, daí à legitimação da ditadura para libertar o país do «caos» e do «terror», vai um pequeno passo, que a nova historiografia conservadora provavelmente não deixará de dar.

Esta situação, a importância de a recolocar e discutir no terreno do debate científico, foi o que motivou os coordenadores desta obra à sua concretização. Seria trágico que o centenário da proclamação da República ficasse preso, do ponto de vista dos seus entendimentos possíveis, quer ao discurso de uma certa ortodoxia maçónica-republicanista acriticamente glorificadora, quer aos velhos/novos preconceitos ideológicos conservadores apostados na sua destruição simbólica. Há um vasto, plural e diverso campo de investigação historiográfica sobre a Primeira República, de grande qualidade científica, fora destas baias. Não é o terreno do centrismo ou do eclectismo, mas sim o de uma historiografia sem apriorismos ideológicos, levada a cabo por novas gerações de investigadores, com um largo investimento na investigação empírica de novas fontes e dotada de uma massa



crítica de reflexão e discussão que é importante trazer à luz do dia. Pareceu-nos ser este debate de ideias a propósito dos cem anos da República a boa oportunidade de o começar a fazer. No fundo, propor entendimentos para essa curta mas rica e complexa República de 16 anos que, longe de ser a aurora emancipadora e progressista que os seus apologistas e apoiantes anunciavam, desejavam e por que se bateram, acabou por se transformar na conturbada crise terminal do liberalismo português a que sucederia o longo ciclo de autoritarismo. Como venceu a República em 1910? Que contradições, que dificuldades viveu, como as resolveu, ou não, até à terrível aventura da participação na Grande Guerra? Que projectos delineou, que portas abriu ou tentou abrir nos vários campos em que procurou apostar? E como renasceu do pós-guerra, após o breve mas premonitório intervalo sidonista? Que República ou que repúblicas e anti-repúblicas foram essas que então se realinharam, também em Portugal, para a grande batalha social e política que anunciava na Europa a época dos fascismos? Afinal, porque venceu e porque morreu a Primeira República? E o que ficou dela como património de memória e reflexão para a democracia de hoje?

Para realizar tal empreitada, recorremos como espinha dorsal da elaboração desta história da Primeira República à equipa de investigadores do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, que se vem dedicando aos estudos sobre este período histórico e tem neste momento entre mãos projectos de investigação nesta área. É a quase totalidade dos colaboradores, entre autores seniores e outros mais jovens, a iniciar, aliás auspiciosamente, os seus percursos académicos. De qualquer forma, quanto a várias das mais importantes temáticas, pudemos contar com a colaboração de autorizados especialistas oriundos de outras escolas e centros de investigação. A todos — 16 autores, no seu conjunto — agradecemos reconhecidamente a disponibilidade, a pontualidade da participação e, sobretudo, a qualidade da mesma.

Duas notas ainda sobre a linha editorial da obra colectiva que agora se dá à estampa. A primeira para salientar que ela não corresponde a um trabalho de escola ou de tese realizado à luz de uma interpretação unívoca. Nela concorrem diversos pontos de vista, abordagens distintas, frutos de variadas investigações recentes, num trabalho que se pretendeu plural, ainda que coerentemente organizado.

De comum, sobretudo, a preocupação de abordar com rigor e sem preconceitos ideológicos cada um dos temas propostos e o seu conjunto.

Em segundo lugar, valerá a pena chamar a atenção para o carácter preferencialmente ensaístico e de síntese interpretativa que este livro pretende assumir, uma vez que se deseja alcançar um público alargado muito para além dos circuitos académicos, e porque essa é a forma de tentar cumprir o papel simultaneamente didáctico e de contribuição para o debate do centenário que foi a razão desta iniciativa.

Dito isto, restará referir que a obra se encontra dividida em cinco partes que seguem, quanto ao essencial, uma ordem cronológica: a queda da Monarquia (1); a revolução republicana e a primeira fase da República (1910-1918) (2); a Grande Guerra e os seus impactos (3); a Nova República (1919-1926) (4); e o fim da República (5). Dentro de cada um, e de acordo com as especificidades dos diferentes períodos, procurou-se analisar a evolução política, as questões religiosa e social, as políticas sectoriais mais relevantes (a educação, a política colonial, a política externa, o fomento económico e a inovação) e a evolução da situação financeira, terminando-se com a discussão dos factores que ditaram o fim do regime liberal-republicano.

À equipa da tinta-da-china desejamos agradecer a possibilidade de levar este projecto a bom porto e a qualidade editorial com que o acarinharam. Nem por isso ser a sua imagem de marca se há-de deixar de o referir.

No centenário da República que passa em 5 de Outubro de 2010, e que esperamos ver assinalado pela multiplicação dos espaços de debate e reflexão, possa este livro ser mais uma acha para a fogueira.

Lisboa, Março de 2009
Fernando Rosas
Maria Fernanda Rollo

# Parte I
# A Queda da Monarquia

# A crise do liberalismo oligárquico em Portugal

*Fernando Rosas*

É na transição do século xix para o século xx, e no início deste, que se forja o republicanismo revolucionário — a força que derrubará a Monarquia pelas armas em Lisboa e nos seus arredores das margens norte e sul do Tejo.

Nessa época, a sociedade portuguesa, isto é, o Portugal urbano onde nasce e se caldeia esse republicanismo popular e radical e uma nova geração de dirigentes do Partido Republicano Português (PRP), já não seria, seguramente, o mundo sonolento, decadente e apático, embalado pelo tédio do «nada acontecer» que Eça de Queirós magistralmente imortalizou em *Os Maias*. Mas, também, dificilmente corresponderia à caricatura de sinal contrário reeditada por alguma historiografia neoconservadora recente: a de um país ridente de cosmopolitismo, progresso material e democracia, dotado de um sistema político equilibrado e funcional tutelado por um rei prudente e sábio, onde o florescimento da alternativa republicanista era pouco mais do que uma aberração, sem outro suporte real que não fosse a utopia inconsequente de grupos de velhos lunáticos ou, mais recentemente, a fobia conspiratória e subversiva de jovens intelectuais aventureiros, doentiamente ambiciosos e demagogos, que só a generosa liberalidade do tempo deixava pulular impunemente.

Na realidade, na transição do século xix para o século xx, um pouco por todo o ocidente europeu, e em Portugal ao ritmo e com a extensão condicionados pelas especificidades socioeconómicas, políticas e culturais do meio, os sistemas liberais oligárquicos começavam a ser minados nos seus fundamentos pelas dinâmicas de mudança de um capitalismo em profunda transformação económica e tecnológica. O capitalismo concorrencial dava lugar ao capital financeiro, à segunda revolução industrial e à época do imperialismo, isto é, das guerras mundiais de redivisão do mundo e de

uma nova vaga de revoluções sociais. Estava a despontar o «curto século XX».

A crise dos sistemas liberais surgia potenciada, basicamente, por uma inédita irrupção das massas na política, ou seja, pela emergência de novas classes e grupos sociais e de novos partidos políticos, nascidos no último quartel do século XIX da vaga de industrialização, do crescimento das cidades e da explosão de um moderno sector terciário. Essas camadas eram portadoras de reivindicações sociais e políticas, de pretensões e expectativas que chocavam com a velha ordem social, com a natureza oligárquica, elitista e restritiva dos sistemas liberais instalados e que, por isso, os punham crescentemente em causa, à luz de diferentes projectos programáticos.

A esta pressão «de baixo», do mundo do trabalho industrial e proto-industrial, das pequenas burguesias urbanas e das suas elites intelectuais e das profissões liberais, somava-se a pressão «de cima». A crescente inquietação dos sectores tradicionais da oligarquia, e de outros mais modernizantes, sobretudo nos países periféricos e de economias mais débeis, com a ameaça de subversão do seu velho mundo ou com o seu posicionamento no novo que aí vinha. Tudo agudizado pelas crises internacionais que o imperialismo emergente e a redivisão do mundo implicavam, fossem elas o cerco ou o aniquilamento dos velhos impérios coloniais, como em Portugal e Espanha, ou os efeitos da hecatombe e da humilhação da derrota na guerra total, de que são casos típicos a Rússia, a Alemanha e, de certa forma, a Itália. A crítica à incapacidade dos sistemas liberais para reporem a ordem e os valores «de sempre», a redescoberta do nacionalismo passadista e das utopias regressistas, a crítica ao racionalismo, a busca de soluções autoritárias e corporativistas, a reivindicação do Estado forte, intervencionista e proteccionista na economia, na política e na questão social, a condenação da herança democrático-parlamentar da Revolução Francesa e do socialismo (as duas faces da mesma moeda) eram os sinais de que, «em cima», também se começava a teorizar já não a reforma, mas a superação autoritária da velha ordem liberal, considerada como estruturalmente incapaz de garantir a segurança e a acumulação de importantes sectores da oligarquia, ou seja, como essencialmente contrária aos «interesses da Nação».



## A contestação a partir «de baixo»

Também em Portugal o lento mas seguro processo de industrialização do último quartel do século XIX concentra, sobretudo em Lisboa e nos seus arredores a sul do Tejo, um proletariado industrial moderno, fabril, que acorre dos campos à cidade e às fábricas instaladas junto ao porto de Lisboa, por onde sai quase tudo o que o país produz para exportar e entra quase tudo o que importa para consumir ou reexportar. E que se fixa nas zonas ribeirinhas da Margem Sul ou junto aos caminhos-de-ferro inaugurados no Barreiro. O operariado fabril é minoritário. Convive com uma multidão de operários oficinais, trabalhadores indiferenciados, artesãos proto-industriais, estivadores, todos — homens, mulheres e crianças — vivendo geralmente em condições habitacionais muito degradadas, sujeitos a longuíssimas jornadas de trabalho e sem segurança no emprego, com salários abaixo do nível da subsistência e sem qualquer esquema de protecção assistencial que não fosse o resultante da sua própria iniciativa associativa. Maciçamente analfabetos, os operários estão, por isso, privados do direito de voto desde a lei eleitoral franquista de 1895 e totalmente excluídos do sistema e da vida política do país — aliás, encarada nos sectores mais «avançados» do mundo do trabalho como a expressão institucional da exploração capitalista em si mesma. Desde 1875, com a formação do Partido Socialista, o operariado encontra o caminho da organização política, da luta reivindicativa e do associativismo sindical, mutualista, cultural e dos lazeres. No início do século XX, o operariado organizado (socialistas e sindicalistas revolucionários) constituíra-se já numa força com peso para decidir dos destinos da Monarquia Constitucional em Lisboa, onde afinal tudo se decidia. Conquistado pela Carbonária para a causa da revolução republicana, ele integrará, com papel decisivo, a infantaria popular que fará a vitória do 5 de Outubro de 1910.

Mas se a industrialização fazia crescer as cidades, sobretudo as de Lisboa e Porto, a expansão das cidades e o novo urbanismo geravam as modernas indústrias de ponta: a construção civil, os transportes urbanos (a Carris de Lisboa e Porto), os telefones, o telégrafo, a iluminação pública, o gás de cidade, etc. E tudo isto, industrialização e urbanização, arrastavam um novo e diversificado sector de serviços complementares (bancos, seguradoras, empresas de *import-export*, casas de comércio, escolas, alargamento e complexificação da

burocracia estatal...) e outra relevância e mercado quer para as profissões liberais tradicionais (advogados, médicos), quer para as novas profissões emergentes (engenheiros, arquitectos, «comercialistas»). Este processo de alargamento e recomposição da pequena burguesia urbana definia uma realidade social diferenciada e segmentada. Na base, o vasto mundo popular dos caixeiros, marçanos, moços de recados, pequenos funcionários e modestos empregados, vendedores ambulantes, sargentos e cabos das Forças Armadas... pouco se distinguia — do ponto de vista da sua situação económica e social, das zonas de habitação e convívio e até das suas ambições — do mundo operário. Essa imensa amálgama de pobreza proletária, assalariada, artesã, popular, constituía a plebe urbana lisboeta, a base de recrutamento da Carbonária e a espinha dorsal do revolucionarismo republicano em 1910.

Sobre ela, e tendendo a hegemonizar o seu descontentamento e a sua esperança numa vida diferente, tutelava a elite da pequena burguesia urbana, a elite das profissões liberais, dos pequenos e médios comerciantes e proprietários, dos intelectuais de onde surgiria o núcleo dirigente do republicanismo e da futura governação da República. Esta nata política das camadas intermédias, que naturalmente encontra no Partido Republicano Português[1] a sua voz, é gente com rendimentos e habilitações culturais que lhe permitem votar e até intervir politicamente. Mas estão obviamente marginalizados, pela oligarquia rotativa, da área do poder e do acesso aos grandes empreendimentos (e rendimentos) económicos e financeiros ou à «alta política». Suportado pelo campo social e político que lidera (sobretudo no mundo urbano, mas não só), o PRP não quer pôr em causa o sistema liberal em si mesmo, mas pretende regenerá-lo, abrindo com isso espaço à sua ascensão e afirmação hegemónica. Era, nas suas intenções programáticas, um regeneradorismo democratizante, empurrado para a via revolucionária do acesso ao poder, sobretudo pela incapacidade de as elites do constitucionalismo monárquico admitirem um processo endógeno de reformismo democrático do sistema vigente.

Desta aliança do activismo da plebe republicana de Lisboa e dos meios urbanos com a elite do PRP se forjou o «bloco do 5 de Outubro», o bloco social e político viabilizador da revolução e do poder republicano. É preciso compreender que se tratava de um campo que em muito transcendia o PRP. Nas vésperas da revolução, contava com a decisiva rede de dezenas de milhares de «bons primos» da Carbonária, com as aguerridas delegações da Associação do Registo Civil, com os centros republicanos ou as escolas-oficinas e, mais ou menos explicitamente, com o apoio de muitas associações de classe e sociedades operárias mobilizadas pela ideia revolucionária. Contava, acima de tudo, com a participação multiforme e entusiástica do activismo da plebe urbana de Lisboa e dos centros urbanos.



O bloco social e político do 5 de Outubro seria o esteio da Primeira República. Sempre que pelos safanões das conjunturas históricas se rompeu, a República baqueou ou caiu. Mas foi ele que a defendeu ou a reinstalou nos momentos críticos de Maio de 1915, contra a «ditadura» de Pimenta de Castro; no assalto a Monsanto, em 1919, contra o restauracionismo monárquico; ou até a 18 de Abril de 1925, contra o ensaio geral provisoriamente frustrado do «28 de Maio» do ano seguinte. E seria a sua acidentada reconstituição a impulsionar as curtas experiências radicais de 1923/25 e até, já tardiamente, as batalhas derradeiras do «reviralhismo» contra a Ditadura Militar entre 1926 e 1931.

Quer isto dizer que o republicanismo não é uma retórica doutrinária abstracta, mais ou menos demagógica, desprovida de uma base social de apoio preferencial; não é o fruto das elucubrações de grupos de conspiradores mais ou menos lunáticos e doentios, mais ou menos apostados em semear a desordem, sem um propósito suportado por uma base social e política bem definida. Isto é, sem uma natureza social bem vincada, ainda que diferenciada.

O republicanismo, nos finais da primeira década do século XX, é o discurso político e ideológico hegemónico nas camadas sociais urbanas excluídas ou marginalizadas do sistema, incluindo a maioria do activismo operário socialista ou mesmo libertário que por ele se deixa conquistar. É uma consciência que, mais ou menos profundamente, desperta a acção de milhares de activistas carbonários. É nesse sentido que esse mundo de artesãos, pequenos comerciantes, caixeiros, pequenos empregados de escritório, modestos funcionários públicos, operários oficinais e fabris, estudantes, marinheiros, cabos e sargentos, pequenos proprietários, trabalhadores indiferenciados, essa plebe urbana lisboeta, escuta sedenta a palavra dos líderes republicanos das classes médias e das profissões liberais e se organiza pela mão da Carbonária para a fazer cumprir. É nesse sentido que esta base popular, pequeno-burguesa, operária, é a base social do PRP e do republicanismo, os quais — mal ou bem, para o caso não é relevante —

encara como solução redentora para a exclusão, a humilhação, a exploração que vive no seu quotidiano. Esse será o «bloco do 5 de Outubro», suporte viabilizador da República urbana. Não entender a natureza social e política essencial do republicanismo de 1910 e o bloco social e político em que este assenta, reduzi-lo, curiosamente ao jeito da pior propaganda monárquica da altura, a um fenómeno conspiratório e subversivo mais ou menos sinistro e destituído de nexo, além de um exercício ideológico fora de tempo, é desconhecer o essencial do republicanismo enquanto movimento político na sua fase de conquista do poder.

## As pressões vindas «de cima»

Mas convém salientar que a instabilidade e a inoperância governativa, o «caos parlamentar», o clientelismo e a corrupção — vícios inelutáveis de um sistema institucional privado de legitimidade representativa e, consequentemente, da autoridade e da capacidade de se exercer estavelmente — tais vícios criavam crescente inquietação e descontentamento também nas elites políticas e doutrinárias ligadas aos meios conservadores e aos grupos possidentes. A braços com uma crise económica e financeira grave, como veremos, e ainda que com estratégias muito distintas para a sua resolução, os seus ideólogos vão despertando para a ideia geral da «ordem» — melhor dizendo, da necessidade de um Estado dotado de estabilidade, autoridade e capacidade para a impor nas ruas, na vida económica, nas finanças e na administração. Um Estado que, mais ou menos elaboradamente, se começa a redefinir no quadro de sistemas de valores alternativos e fortemente críticos dos fundamentos do poder político liberal.

Na realidade, a crise económica e financeira internacional de 1890/1891 vai atingir mortalmente os fundamentos do «modelo» económico liberal da Regeneração: a perda de mercados agrícolas de exportação, o bloqueio do financiamento externo, a fuga de capitais, a suspensão do envio das remessas dos emigrantes no Brasil, o agravamento do défice comercial e da dívida externa e, sobretudo, a inexistência de divisas para os solver — a bancarrota do Estado — empurram as elites representativas dos diversos sectores dos grupos sociais dominantes para a imprescindibilidade de revisões mais ou menos profundas das suas estratégias económicas e políticas.



Para a débil burguesia industrial abre-se a oportunidade histórica de, face ao abrandamento da concorrência dos capitais e das mercadorias britânicas, face à debilitação do lóbi do *import/export*, partir à conquista do mercado interno: substituindo importações, criando novas indústrias, transformando em seu proveito as matérias-primas nacionais, etc. Para tal, ela pede ao Estado uma nova atitude de intervenção política e económica: que contenha as reivindicações operárias desencadeadas com a industrialização desde o último quartel do século XIX; que proteja os mercados nacional e colonial da concorrência externa; que fomente a conquista de mercados externos; que compense com os seus financiamentos as carências de capital para o investimento industrial; que condicione a concorrência e componha os dissídios de interesses com os outros sectores. Esta é a fase de um limitado mas real «surto industrial», do surgimento dos primeiros rudimentos de indústrias básicas (cimentos, adubos fosfatados), da conquista da pauta proteccionista de 1892, da reserva do mercado colonial para a têxtil algodoeira. A burguesia industrial portuguesa sobe por essa via ao palco da cena económica e política, ainda que nele ocupe, por enquanto, um lugar modesto.

É curioso verificar que a crise leva as facções da oligarquia hostis à estratégia da industrialização a reivindicações formalmente idênticas quanto ao papel do Estado: os agrários do sul pedem — e obtêm (leis de 1889 e 1898) — a reserva do mercado interno para o trigo nacional; os grandes vinhateiros reclamam o exclusivo do mercado colonial, e ambos, «senhores do pão e do vinho», exigem medidas várias de proteccionismo e de intervenção estatal visando a contenção salarial e o fomento da produção e do lucro agrícola sem alteração — e possibilitando a conservação — das estruturas fundiárias tradicionais ameaçadas pelo fomento industrial, pela crise dos mercados e pelas importações.

De uma forma geral, a crise de 1890/1891, gerando uma nova e desigual dinâmica de desenvolvimento e de equilíbrio relativo entre os vários sectores de uma classe dominante globalmente débil, dependente, dividida quanto às suas políticas de resposta à crise, implicará para o conjunto deles a reformulação, inicialmente vaga e de conteúdos concretos variáveis, da concepção sobre o papel e a natureza do Estado. O Estado que intervém economicamente, que acode aos sectores em crise, que protege, que financia, que constrói infra-estruturas; o Estado dotado da capacidade financeira, da autoridade política e do prestígio indispensáveis para tal; um outro tipo de Estado que as

alternativas autoritárias diferentemente começam a formular, produto de novas contradições e necessidades geradas pelas mudanças económicas e sociais da sociedade portuguesa nos alvores do século XX.

## Uma crise prolongada

Os efeitos da crise política do *Ultimatum* britânico de 1890 põem explicitamente em causa, pela primeira vez, a legitimidade do regime monárquico; abalam, pode dizer-se que definitivamente, a plácida rotina do rotativismo oligárquico e criam no Partido Republicano, após o ensaio insurreccional de 31 de Janeiro de 1891, no Porto, uma corrente crescentemente seduzida pela imprescindibilidade da tomada do poder pela via revolucionária. Para boa parte da historiografia, seja do ponto de vista político-institucional, seja sob a perspectiva das profundas alterações domésticas suscitadas pela coincidente crise financeira e económica internacional, nesse acontecimento se filia o início do fim do constitucionalismo monárquico.

Um fim prolongado, com fluxos e refluxos, até se impor nos primeiros anos do século XX, em Lisboa mas também no Porto, em muitos centros urbanos da «província» e até em algumas zonas rurais (de que a Alpiarça de José Relvas é o exemplo típico, mas não singular), a «onda republicana» de agitação social e política que levaria ao regicídio em 1 de Fevereiro de 1908 e, finalmente, à revolução vitoriosa em Lisboa e arredores, no 5 de Outubro de 1910. Mas no seu arrastamento, entremeando períodos de agitação intensa com conjunturas de calma aparente, era à inexorável decomposição do sistema político monárquico-constitucional que se assistia.

O aspecto mais imediatamente visível do apodrecimento do sistema liberal monárquico nesses últimos 20 anos talvez fosse o da sua progressiva ingovernabilidade, o do crescente impasse das instituições. A «oligarquização» do sistema e os seus efeitos geravam o desprestígio da instituição monárquica, do rei, dos seus «áulicos» e do pessoal político do regime, não só entre os grupos sociais emergentes dele excluídos, mas também, de forma crescente, entre as «forças vivas», os grupos dominantes.

Desde sempre repousando o seu sistema representativo, especialmente na província, nas redes de caciques e influentes locais — habituais «fazedores de eleições» — o constitucionalismo monárquico associara o caciquismo, a partir de 1851, com a «paz regeneradora», o rotativismo. Ou seja, o monopólio de dois partidos e das respectivas clientelas no controlo, em regime de alternância, do Governo e dos lugares do Estado a nível central e regional. Partidos que com o tempo, e apesar das mudanças ocorridas quanto a um dos parceiros, se tornaram política, ideológica e até socialmente indistintos, como típicas associações essencialmente clientelares e distribuidoras de sinecuras nos respectivos turnos de governação. Partidos cuja rotatividade consagrava tão-só o exclusivo acesso à área do poder de uma oligarquia burocrática em íntima conexão com os grandes interesses ligados à terra, aos meios financeiros e do comércio colonial e internacional.



É certo que esse sistema se demonstrou razoavelmente adequado à representação das elites e à sua concertação e alternância na área do poder, a nível local e central, no Portugal clientelar, maciçamente rural, atrasado, analfabeto (76 por cento de analfabetos em 1890!), não industrializado, dos meados e do terceiro quartel do século XIX, a despeito dos problemas que a Lisboa social e politicamente macrocéfala sempre ia dando.

Todavia, as mudanças que, lenta mas inexoravelmente, o mundo urbano vai conhecendo desde os anos 70, e que antes analisámos, vão pôr em causa, deslegitimando-as, as velhas e seguras rotinas do caciquismo e do rotativismo. Os novos actores sociais, os modernos partidos políticos — o Partido Socialista (1875), o Partido Republicano (1876) — e as novas forças sindicais, naturalmente excluídos dos arranjos da oligarquia instalada, vão pô-la abertamente em causa, assim como à instituição monárquica de que era o suporte e que a suportava.

Dir-se-á que esta «inadequação» do sistema político da monarquia liberal era, apesar de tudo, limitada: nem as reivindicações democratizantes e moralizadoras do republicanismo ordeiro dos anos 80 pareciam impossíveis de integrar pela ordem vigente (estavam próximas das da efémera «esquerda dinástica» esvaziada pelo acesso ao poder), nem a situação de agitação social e política republicanista, especialmente nos anos da crise do *Ultimatum*, em 1890/1891, e depois, a partir do início do século XX, restrita que era ao Porto e mais tarde sobretudo a Lisboa e arredores, pareciam transcender um problema de firmeza na manutenção da ordem pública.

Não era bem assim. Desde logo, pela importância política decisiva que Lisboa representava na vida política do país. Não se podia

governar sem o apoio de Lisboa. Tudo se decidia aí, no centro por excelência da burocracia, do poder político, da intriga partidária. E aí se decretava para o resto do país cumprir. Ora, nos finais da primeira década do século XX, a Lisboa popular, proletária, plebeia e os seus arredores, de Loures à Moita, não se limitava a ser antimonárquica, radical e republicana. Sob os auspícios da Carbonária, era revolucionária, isto é, estava profundamente decidida e empenhada em impor ao PRP o derrube do trono através da insurreição armada. O que tornava claramente minoritários e ineficazes no seio do republicanismo institucional os pontos de vista reformistas, legalistas e eleitoralistas. No rescaldo da «intentona da Biblioteca»[2] e do regicídio, a maioria dos dirigentes do PRP, uns mais convictos do que outros, aderiram à via revolucionária, nem que fosse para controlar e domesticar os ímpetos irreprimíveis dos «bons primos» e da «populaça».

Depois, porque a reacção geral dos governos monárquicos a partir da crise do *Ultimatum* — quando o derrube da Monarquia passou a constituir uma hipótese credível — foi a de responder à ameaça do republicanismo pelo fechamento defensivo do sistema e pela crispação política e até repressiva. Ou seja, a crise do sistema liberal monárquico, salvo as efémeras e contraditórias tentativas de João Franco[3] e de alguns chefes dos curtos governos da «acalmação» pós-regicídio, não suscitou nenhuma estratégia sustentada de reformismo de abertura, integrador e democratizante, susceptível de esvaziar a «onda republicana». Bem pelo contrário, o que era particularmente visível na evolução da legislação eleitoral posterior à crise de 1890/1891. As sucessivas leis eleitorais entre 1895 e 1901, num claro retrocesso em relação às que imediatamente as antecederam, restringiam a capacidade eleitoral activa, manipulavam a constituição dos círculos eleitorais e anulavam ou diminuíam a representação das minorias com o indisfarçável propósito de esvaziar os efeitos do voto popular urbano no PRP. Em 1910, só cerca de 12 por cento da população tinha direito de voto: cerca de metade dos homens com mais de 21 anos. Os que realmente votavam eram muito menos[4]. Situação que não deixaria de dar poderosos argumentos ao revolucionarismo republicano: bloqueada qualquer hipótese de avanço pelas urnas, a alternativa era tomar o poder na rua. Em Lisboa, naturalmente.

As elites políticas da Monarquia Constitucional — filhas de uma oligarquia demasiado ligada aos processos tradicionais de acumulação (a terra, a banca, o comércio) para arriscar o que quer que fosse,



demasiado restritas, endogâmicas e parasitárias para se abrirem a uma lógica reformista que as poderia pôr em causa, sem a pressão de uma (inexistente) classe média numerosa e próspera, base possível de um processo ordeiro de reformas, assustadas com o crescendo e a virulência da agitação popular em Lisboa e noutros centros urbanos — vão tão-somente procurar sobreviver. Desde logo, pela marginalização e contenção do adversário, procurando tapar-lhe todas as possibilidades de se afirmar no quadro do sistema. O resultado foi desastroso: o boicote eleitoral das oposições, o desmembramento dos partidos rotativos, a multiplicação dos escândalos financeiros, o recurso à governação extrapartidária e em ditadura, o radical agravamento da agitação político-social nas grandes cidades, especialmente em Lisboa, a crispação repressiva traduzida em «leis celeradas» (das deportações, da imprensa) e violência policial inusitadas, o generalizado desprestígio do rei e da família real nos meios urbanos, conducente ao regicídio. Em suma, uma crise de legitimidade sem precedentes, culminando com a revolução lisboeta de 5 de Outubro de 1910.

São estas realidades de fundo que poderão, penso, ajudar a explicar a impossibilidade essencial de uma «Monarquia republicana» ou de uma «República com rei», isto é, de uma auto-reforma democratizante da instituição monárquica e de, portanto, se fazer a «economia» de uma revolução republicana.

O certo é que desde os finais do século XIX a Monarquia Constitucional portuguesa parece estar cercada: a partir «de cima», pelo paulatino distanciamento de boa parte das «forças vivas» e dos ideólogos e publicistas conservadores, sua base histórica e natural de apoio; a partir «de baixo» é investida com crescente vigor e radicalismo por um movimento republicano de base urbana e popular, liderado pela elite pequeno-burguesa das grandes cidades — a frente política dos marginalizados ou excluídos do acesso ao poder.

Não obstante, o Estado monárquico e a dinastia nem demonstraram a capacidade de neutralizar o perigo republicano «caçando no seu campo», isto é, ensaiando uma auto-reforma do sistema, nem encontraram na sua base natural e normal de apoio, entre as classes possidentes, qualquer disposição efectiva de defender o *statu quo*. Também para elas, nas novas condições, aquela Monarquia liberal, instável e ineficiente não servia. Sem apoiarem explicitamente a conspiração republicana, as «forças vivas» vão seguramente deixar cair a Monarquia. Mais do que derrotada pela revolução lisboeta do «5 de

Outubro», a Monarquia vai render-se, à primeira oportunidade, na capital e nos arredores, entregando-se sem sequer esboçar a luta, por simples informação telegráfica, no resto do país. A fórmula monárquica do liberalismo esgotara-se.

## Notas

1 Costuma-se atribuir a data de 1876 à fundação do PRP, a propósito de um jantar, realizado em Lisboa, comemorativo da consolidação definitiva da República francesa, com a demissão de Mac-Mahou. Nele se anunciou a criação do Centro Democrático Republicano de Lisboa. Na realidade, o processo de unificação dos vários centros regionais e facções republicanas só se verifica no Primeiro Congresso do PRP, realizado no Verão de 1883.

2 Tentativa gorada de revolta republicana prevista para 28 de Janeiro de 1908, cujo sinal de arranque deveria ser dado a partir do já desaparecido elevador da Biblioteca Nacional.

3 Cf. J.M. Sardica, *A Dupla Face do Franquismo na Crise da Monarquia Portuguesa*, Lisboa, Cosmos, 1994, e Rui Ramos, *D. Carlos 1863-1908*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 2008.

4 Cf. Almeida, Pedro Tavares de, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista: 1868-1890*, Lisboa, Difel, 1991.

# Da insustentabilidade do modelo à crise do sistema

*Maria Fernanda Rollo*

*Anda tudo tão triste em Portugal!*
*Que é dos sonhos de glória e de ambição?*
António Nobre, *Só*, 1891

## *Finis Patriae*

A última década do século XIX concentrou, para todos os efeitos, um contexto de crise multifacetada em que se inscreveu o colapso da Monarquia Constitucional e o caminho que conduziu à implantação da República. Ao ano do *Ultimatum* britânico sucedeu o da revolta republicana no Porto, a 31 de Janeiro de 1891, marcando o percurso que, a prazo, poria termo ao primeiro liberalismo português. Foi, de resto, nesse quadro que os republicanos entraram na recta final do trajecto que em 1910 os conduziu à tomada do poder.

A crise era global. A par da instante crise política, o generalizado mal-estar social, a crise económica e, com grande fragor, a derrocada financeira, compunham o cenário de catástrofe que os escritores finisseculares então pressentiam e denunciavam impiedosamente. A passagem do século concentrava dramaticamente essa ideia de crise e decadência, imortalizada na ficção de Eça de Queirós, que morreu precisamente em 1900, Teixeira de Queirós e Fialho de Almeida, ou na poesia de Guerra Junqueiro e António Nobre (também morto em 1900).

Retratos do país, feitos de testemunhos de desencanto, manifestos do espírito descrente e pessimista que *entristeceu* a Pátria. A par do tom negativista e derrotista, é a crítica incisiva da sociedade burguesa finissecular que Abel Botelho denuncia em *Amanhã* (1901) ou, noutro palco, a caracterização do *Portugal Contemporâneo* de Oliveira Martins.

É certo, porém, que o fervilhar ideológico do princípio do século XX originaria a contra-reacção, fazendo luta ao pessimismo decadentista da geração anterior.

Entretanto, o contexto era propício ao descrédito, indelevelmente marcado pelo carácter inusitado e dramático do *Ultimatum* apresentado pelo Governo inglês de Lord Salisbury, fazendo jus à sonoridade trágica de *A Portuguesa* ou, entre outros textos, ao ritmo comovente do *Finis Patriae* de Guerra Junqueiro.

Mas o contexto de crise não se esgotava com o *Ultimatum*, nem com a onda de agitação que provocou e as sequelas que desencadeou. A verdade é que o país vivia uma crise generalizada. Para lá do impasse político, que aqui não cumpre desenvolver, o modelo de desenvolvimento económico da Regeneração vinha revelando sinais de esgotamento, desembocando numa profunda crise económica e financeira que assolou o país em 1890/1891.

O modelo económico da Regeneração, confrontado com as limitações do seu próprio enunciado, debatia-se com as hesitações e as inércias da actividade económica de um país que, afinal, tardava em dar resposta aos desafios e às possibilidades da moderna expansão industrial e, em comparação com a situação internacional, entrara claramente em derrapagem. Sob uma crise generalizada, Portugal debatia-se à procura do seu ressurgimento, confrontado com as expectativas falhadas e sob o trauma e a ameaça da bancarrota.

## «Uma granja e um banco: eis o Portugal, português»

Ao tempo da Regeneração ficou associada a memória do ambiente de prosperidade que determinou o propósito de crescimento e de modernização, firmado pelo plano de melhoramentos integrado nas reformas ministeriais e orgânicas e pela dinâmica registada em termos de desenvolvimento de infra-estruturas, que o poder político se propôs impulsionar tendo por principal inspirador António Maria de Fontes Pereira de Melo[1].

Numa dupla asserção, de modernidade e estabilidade económica, as reformas teriam de assentar na capacidade de estimular o progresso tecnológico e enquadrá-lo numa perspectiva de desenvolvimento económico. O cumprimento dessa estratégia dependia da formulação de estruturas de base, com a rede de comunicações de um lado e a formação técnica do outro, na defesa da criação do mercado nacional e da progressiva integração na economia internacional. O clima de acalmia política permitiu a criação dos consensos necessários para pôr em execução um ambicioso programa de obras públicas, cumprindo a convicção generalizada de que esse conduziria ao almejado progresso económico e social do país[2].



Fontes Pereira de Melo foi porventura um dos mais insignes representantes de uma nova geração de políticos portugueses que renunciou às teorias filosóficas em prol do fomento, da prosperidade, do progresso, auto-intitulando-se defensor, única e exclusivamente, do materialismo progressista. Os caminhos propostos contrastavam com as opções políticas de uma sociedade cujos centros de poder eram até então essencialmente dominados pelos bacharéis de Coimbra. Engenheiro formado pela Escola Politécnica de Lisboa, Fontes representava assim essa nova tecnocracia, portadora de conhecimentos modernos, que opunha «à oratória dos homens de leis [...] a precisão de uma formação prática»[3]. Esta nova geração de políticos apoiada em números e raciocínios lógicos desempenhou um papel importante no desenho de um capitalismo de tipo novo, que marcou a vida política, económica, social e cultural do país.

O enquadramento institucional para o desenvolvimento da política económica e de obras públicas projectada pela Regeneração surgiu com a criação, a 30 de Agosto de 1852, do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria[4], de que Fontes foi primeiro titular. As questões de índole económica, até à data a cargo do Ministério do Reino, encontrariam então um espaço político capaz de responder às necessidades de modernização. Um pouco à semelhança do que o cabralismo havia lançado nos anos 40, a Regeneração iniciava a sua cruzada do fomento e das obras públicas — assente no sistema de comunicações, na criação de estruturas de base sem as quais, assim se entendia, seria impossível promover a unificação do mercado nacional. Além do mais, a política fontista inaugurava um vasto plano de modernização do país, almejando uma rápida aproximação à Europa.

A política oitocentista de modernização dos transportes logrou lançar uma rede ferroviária. Referência de um novo ritmo, símbolo da velocidade, a rede ferroviária conviveu inicialmente com a tradicional almocrevaria que asseguraria, até à década de 1920-30, os pequenos trajectos e o contacto com e entre as regiões mais afastadas.

A intenção inicial, de Fontes Pereira de Melo e dos seus seguidores, era a de criar uma rede ferroviária que ligasse Lisboa ao estrangeiro, através de um entroncamento em Badajoz, e acessoriamente ao Porto. Em 28 de Outubro de 1856 inaugurava-se em Portugal o primeiro troço de via-férrea, entre Lisboa e o Carregado, parte da linha do leste, que viria a ser concluída em 1863 com a abertura à exploração do troço entre Elvas e a fronteira; até ao final do século, tiveram início a construção e a exploração das principais linhas de caminhos-de-ferro. Mas foram pesados os encargos para as finanças e magros os resultados para a economia nacional. Afinal, construíram-se as linhas, mas não se accionaram outros elementos modernizadores, pelo que o destino desejado não se cumpriu totalmente.

Naturalmente, os caminhos-de-ferro, impondo-se pela sua rapidez e pelo volume de mercadorias e de passageiros transportados e remetendo para segundo plano a navegação de cabotagem e a circulação fluvial, contribuíram para criar as condições de um mercado nacional, dinamizando de alguma forma a economia, ainda que envolvendo dependências e capitais do estrangeiro. Como em todo o lado por onde se construíram, tornaram mais baratas e mais rápidas as transacções e as deslocações, sendo decisivos até pelas implicações que exerceram ao nível das comunicações postais, em particular a telegrafia — que viria a tornar-se decisiva para proclamar a República ao país —, cujo desenvolvimento se devia às exigências da própria segurança da circulação ferroviária; tudo a permitir uma maior mobilidade da população, naturalmente ligando-se aos fenómenos da urbanização e das migrações internas e externas, acentuando e mesmo alterando os seus perfis, muito embora provocando também a compartimentação de várias regiões do país e gerando novas discriminações regionais.

Não deve, porém, menosprezar-se a navegação marítima ao longo da costa — um tráfego que, do norte ao sul do país, unia os inúmeros portos costeiros a partir dos quais se fazia boa parte do abastecimento de mercadorias para o interior. A navegação a vapor garantia o transporte de passageiros, a bordo do *Lusitânia*, do *Restaurador Lusitano*, do *Porto* ou do *Quinta do Vesúvio*, que asseguravam a ligação mais importante: Lisboa-Porto. A circulação no interior do país apoiava-se também nas principais vias fluviais, sendo o Tejo, o Douro e o Sado os principais eixos de circulação fluvial que podiam complementar a terrestre. Foi ainda no final do século XIX que se deu início à construção do porto artificial de Leixões e a um plano de desenvolvimento do



porto de Lisboa. Seria, no entanto, necessário esperar pelo século XX e pelo lançamento do primeiro Plano de Portos, em 1929, para que se realizassem as grandes obras nos portos de Lisboa e Leixões.

Ainda de referir a aposta da Regeneração na área das comunicações à distância. Na alvorada do século XX, havia telégrafo em todos os concelhos do continente e em muitos povoados abaixo da escala concelhia. No panorama dos países europeus, Portugal ocupava uma posição muito honrosa, detendo um quarto ou quinto lugar, quer em relação à área do território servida pela rede telegráfica, quer em relação ao número de habitantes servidos por estações; havia, no entanto, ainda um longo caminho a percorrer[5]. O telefone, essa concessão à civilização que Eça de Queirós evoca em *A Cidade e as Serras* a propósito da sua instalação em Tormes, não teve porém um desenvolvimento tão rápido; por muito tempo foi sendo mantido o predomínio do telégrafo. Todavia, as primeiras comunicações experimentais de telefonia realizaram-se em Portugal logo em 1877, um ano depois de Bell ter registado a patente do aparelho. No início da década de 1880 começaram os preparativos para a instalação das primeiras redes telefónicas públicas, em Lisboa e no Porto e, em breve, Portugal seria o sexto país do mundo a ter sistema telefónico. A rede telefónica de Lisboa foi inaugurada em Abril de 1882, e, embora planeada desde 1887, só em 1904 foi estabelecida a ligação telefónica entre Lisboa e Porto. Contudo, o telefone e o telégrafo primavam pela quase total ausência na enorme ruralidade que caracterizava o Portugal da viragem do século, estando as redes existentes confinadas a alguns meios urbanos e rurais mais desenvolvidos. No interior do país, ainda era o correio quem dava as notícias.

O dinamismo que a política fontista imprimiu à construção de grandes infra-estruturas, embora tendo efeitos positivos, mas insuficientes até para a unificação do mercado interno, foi feito em grande medida através do recurso constante ao aumento da dívida pública interna e externa e ao défice orçamental, o que, associando-se à deficitária balança comercial portuguesa, acabaria por arrastar a economia para uma difícil situação financeira, colocando-a sob a perspectiva de uma falência generalizada.

É certo, porém, que o período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial registou um crescimento razoável do sector industrial, mas circunscrito e longe de conseguir catapultar Portugal para o nível dos países industrializados da Europa. De resto, num enquadramento

mais geral, Portugal não foi excepção às tendências de crescimento industrial e às transformações estruturais registadas «nas economias mais atrasadas da periferia europeia» durante as décadas que precederam Grande Guerra[6].

Refira-se, antes de mais, a conveniência de observar a realidade portuguesa considerando o contexto internacional em que o país se inscrevia e em que progressivamente se integrava, focando apenas duas das suas dimensões fundamentais.

Uma dessas dimensões é a das especificidades que compõem o quadro geral de mutação que caracteriza o último quartel do século XIX e que, *grosso modo*, se prolonga até ao início da Primeira Guerra Mundial: o processo de transição da primeira para a segunda revolução industrial, envolvendo e incorporando alguns desenvolvimentos essenciais, nomeadamente em termos de organização da produção e do trabalho e das profundas alterações registadas no campo social; a utilização de novos recursos energéticos; a emergência de novas indústrias; a autonomização da investigação científica com interesse para a produção; o impacto crescente e incorporação no sector produtivo (industrial e agrícola) das contribuições alcançadas no campo da ciência e da tecnologia; as possibilidades suscitadas pela evolução nos sistemas de transporte e de comunicações; a passagem de um capitalismo de base essencialmente industrial para um capitalismo financeiro; o acréscimo da concorrência e os reajustamentos operados na hierarquia das potências económicas à escala mundial.

A outra dimensão, que em boa medida decorre da anterior, respeita ao quadro de internacionalização crescente que caracterizou este período da *belle époque*. É indispensável, por um lado, evocar o extraordinário crescimento do comércio mundial, dos investimentos externos, dos movimentos migratórios e dos intercâmbios de natureza diversa que marcaram o período — a que não é, naturalmente, estranha a evolução notável que ocorreu ao nível dos sistemas de transporte e de comunicações, não obstante o proteccionismo generalizado em que alinharam quase todos os países à excepção de uns poucos, onde se salientava o Reino Unido, que podiam permitir-se o exercício teórico do livre comércio. Mas, recorde-se, a construção da internacionalização e da proximidade é conduzida a partir de um mundo eurocêntrico, em que sobressaem a hegemonia britânica, o tempo do segundo colonialismo, o ordenamento liberal e o predomínio da libra como epicentro do sistema monetário internacional.



É, porém, um mundo de paradoxos múltiplos, que combina a imagem de estabilidade e crescimento, fazendo jus à expressão que o identifica — *belle époque* —, com um clima de latente indisposição e crescente contestação que, a prazo, o conduzirá ao primeiro conflito mundial.

Daí a indispensabilidade de perceber Portugal e o comportamento da economia nacional considerando a distância que nos separava dos países desenvolvidos mas também o «contágio» do crescimento e o envolvimento da internacionalização.

A verdade é que Portugal se iria manter longe de encetar um processo de industrialização e modernização económica e social semelhante ao que caracterizava os países europeus mais desenvolvidos, mantendo taxas de crescimento muitíssimo modestas, ao nível das mais baixas registadas pelos países europeus ao longo de todo o período entre 1870 e 1913[7].

Quanto ao tecido produtivo nacional, esse continuaria a contar essencialmente com a actividade agrícola, mesmo se ameaçada por uma crescente concorrência internacional. Apesar disso, na tese de vários autores[8], o sector industrial registou um ritmo de crescimento mais rápido do que o agrícola, particularmente no período posterior a 1870.

Sendo certo que o tempo da Regeneração proporcionou esse estímulo ao campo industrial, foi sobretudo ao nível das obras públicas que se registaram os desenvolvimentos mais significativos. Em qualquer dos aspectos, é de assinalar, antes de mais, o espaço que proporcionou ao protagonismo que os engenheiros vinham crescentemente assumindo em diversas áreas da realidade portuguesa e que se traduzia numa presença cada vez mais notória quer em termos de intervenção política, quer em termos de definição e condução das estratégias de desenvolvimento do país. Fruto do reconhecimento da sua indispensabilidade como agentes da inovação tecnológica necessária ao desenvolvimento, conscientes da oportunidade e da necessidade da sua intervenção na prossecução do propósito modernizante em curso, os engenheiros estão em todo o lado. A sua presença é cada vez mais activa nos sectores da construção civil e obras públicas e na edificação e desenvolvimento de infra-estruturas de transportes e comunicações (pontes, estradas, caminhos-de-ferro, portos...), no aproveitamento da energia eléctrica, nos estudos de reconhecimento do território, designadamente das potencialidades do subsolo do país e, mesmo, na integração, apesar de tudo lenta, na gestão das indústrias[9].

Estes engenheiros, intervenientes destacados em áreas da especialidade, eram em boa parte formados no estrangeiro. É aliás sabido como só tardiamente se começou a ministrar em Portugal um ensino de engenharia fora do âmbito da engenharia militar. Até então, o escol de engenheiros portugueses que se afirmou, especialmente nas áreas da engenharia civil e de minas, mas também nos campos da agronomia e das florestas, adquiria a sua aprendizagem no exterior, sobretudo em instituições francesas e alemãs. Por outro lado, foram os próprios engenheiros que adquiriram progressiva consciência da importância da sua participação activa na esfera nacional e que procuraram encontrar uma plataforma específica de afirmação da sua especificidade e simultaneamente a sua autonomização relativamente à esfera militar. Foi, de resto, nesse contexto, que foi constituído, em 1864, no âmbito do plano de organização dos serviços técnicos dependentes do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOP) proposto pelo ministro João Crisóstomo de Abreu e Sousa[10], o Corpo de Engenharia Civil e dos seus Auxiliares. O Corpo de Engenheiros Civis do MOP veio porém a ser extinto[11]; os engenheiros mobilizaram-se então na criação da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, a primeira verdadeira associação profissional de engenheiros criada em 1869[12]. Sublinhe-se a importância desta Associação, cuja actividade se prolongou até 1936 e à constituição da actual Ordem dos Engenheiros, enquanto espaço de divulgação, plataforma de formação e de importação de conhecimentos do exterior — pela sua internacionalização e contactos com associações estrangeiras congéneres, pelo corpo bibliográfico que passou a reunir, pela *Revista de Obras Públicas e Minas*, que publicou durante vários anos.

Foi ainda no século XIX, com o beneplácito dos poderes públicos, que surgiram em Portugal experiências inovadoras ao nível da promoção do ensino técnico e do ensino da engenharia em particular[13]. Refira-se o papel fundamental da criação da Academia Politécnica do Porto[14] e da Escola do Exército[15], em 1837, e do Instituto Industrial de Lisboa e da Escola Industrial do Porto, em 1852, na introdução e desenvolvimento do moderno ensino da engenharia em Portugal. Também a isso não foi obviamente estranho o clima inspirador suscitado pelos países mais desenvolvidos e a existência de um ambiente internacional de prosperidade económica e de evidente dinamismo tecnológico — tão visível nas célebres exposições internacionais que, a partir do último quartel do século XIX, marcaram o calendário «das realizações».



Como referido, aconteceu sobretudo ao nível das «grandes realizações infra-estruturais», estimulando a acção dos engenheiros, oferecendo-se assim terreno às expressões reais da engenharia civil.

Foi esse o ambiente que estimulou a prossecução de empreendimentos diversos, inspirados pela vontade e pelo desafio de modernizar o país. Em abono da verdade, os engenheiros empenharam-se em corresponder a esses apelos promovendo e assinando projectos e reclamando para si iniciativas estratégicas de desenvolvimento do país. E, efectivamente, como exemplo, foram os engenheiros, sobretudo eles, os primeiros a querer experimentar construir, em tempos precoces, um metropolitano em Lisboa ou a defender intransigentemente o estabelecimento da indústria siderúrgica[16].

Foram muitos os projectos, propostas mais ou menos ousadas, uns concretizados, outros que ficaram por realizar em absoluto ou no tempo das suas primeiras formulações, porque o optimismo e voluntarismo que os guiava nem sempre se fez acompanhar do realismo indispensável ou porque, na verdade, o país não produzia as condições necessárias à sua materialização. Ironicamente, a «prosperidade» da Regeneração esgotar-se-ia com o desaparecimento do seu principal inspirador, coincidindo no tempo com o fim da serenidade política e do relativo saneamento da situação financeira que, de resto, proporcionara o lançamento do referido projecto de modernização do país.

A verdade é que os vários governos da fase final da Monarquia, a braços com sucessivas crises políticas e financeiras, estavam praticamente paralisados: não tinham condições, nem meios, para definir uma estratégia de desenvolvimento económico nacional, nem conseguiam reunir, por isso, os meios indispensáveis à sua concretização.

Para além do acentuado clima de instabilidade política e financeira que ameaçava instalar-se duradouramente, não era clara a orientação que haveria de presidir à condução dos destinos do desenvolvimento económico do país, e ampliava-se o debate que opunha, em termos de ideias, duas concepções contraditórias. De um lado, uma concepção cuja matriz, em síntese, derivava das formulações de Oliveira Martins, fundadas em torno da lei do fomento rural (1887) que, no quadro das ideias da época, defendia a especialização do país na produção agrícola — em tese, Portugal não tinha recursos naturais, nem capitalistas, nem capitais interessados na indústria e por isso teria de encontrar a via do seu desenvolvimento na terra e nos frutos

que dela pudesse colher. Por outro, um conjunto de ideias dispersas, com algum fundamento nas principais correntes do pensamento económico, que defendia o apoio a uma industrialização sempre adiada numa revolução industrial nunca iniciada, uma «idade do ferro» que impotências e interesses inconfessáveis sempre iam fazendo abortar.

Contra as ideias económicas que então prevaleciam ou, sobretudo, contra a falta de ideias, havia quem teimosamente apostasse na industrialização do país. À fisiocracia serôdia de Oliveira Martins opunham-se esses arautos do progresso, procurando mostrar que sem indústria dificilmente se conseguiriam romper os grilhões do subdesenvolvimento e da dependência externa de Portugal.

## Bancarrota

O FINAL DE OITOCENTOS mostraria os limites do percurso desenhado, associando-se a um quadro complexo de constrangimentos que compunham um cenário de crise generalizada.

A difícil situação financeira em que o fontismo tinha deixado o país começou a fazer surtir as suas consequências mais violentas no final dos anos 80, tornando-se verdadeiramente incontrolável a espiral de endividamento do Estado, agravando um cenário de crise a que não foi estranha a situação internacional e, em particular, a crise cambial brasileira e a decorrente contracção das remessas dos emigrantes que permitiam compensar significativamente o quadro tradicionalmente deficitário das trocas portuguesas e assim ajudar a compor a situação financeira do país[17].

O Estado começou a sentir terríveis embaraços para acudir ao défice orçamental, para honrar os encargos da dívida e para socorrer alguns bancos e companhias (ferroviárias e coloniais) que andavam à beira da falência. Em Maio de 1891 foi decretada a suspensão da convertibilidade, a que em breve, em Junho, se seguiu o abandono do padrão-ouro. Falou-se de bancarrota e o público reagiu em pânico: entre Maio e Setembro de 1891 acorreu aos depósitos bancários e à conversão de notas. O Banco de Portugal ficou sem reservas e outros bancos acabaram por suspender pagamentos.

Oliveira Martins, que em múltiplas ocasiões se manifestara profundamente crítico relativamente à política fontista, sobretudo pela sua repercussão no desequilíbrio das contas do Estado, há muito



vinha defendendo o seu entendimento quanto ao curso do país, que a seguinte expressão sintetiza quanto ao essencial:

> Uma granja e um Banco: eis o Portugal português. Onde está a oficina? e sem esta função eminente do organismo económico não há nações. Pode haver populações provinciais; pode haver Mónacos; mas falta um órgão de circulação, um membro ao corpo humano. Um povo constituído em nação é como um abecedário: todas as letras lhe são necessárias para escrever o que pensa.[18]

Acabou por ser a Oliveira Martins que Dias Ferreira[19] entregou a pasta da Fazenda e o encargo de ultrapassar os problemas mais instantes da crise. O novo ministro das Finanças lançou imediatamente as primeiras medidas de saneamento financeiro: uma taxa entre cinco e 20 por cento sobre os ordenados, soldos e pensões; uma taxa de 30 por cento sobre os rendimentos da dívida pública interna; uma proposta de renegociação da vida externa; e a instauração de novas pautas alfandegárias.

Nos anos de 1890 e 1891, a crise financeira e monetária foi acompanhada por quebras significativas de actividade em quase todos os sectores económicos. A crise, porém, não terá, na tese de vários autores[20], provocado um período de abrandamento do crescimento económico, dados os efeitos positivos das medidas de acréscimo do proteccionismo e de desvalorização monetária que, entre outras medidas, compuseram a acção de Oliveira Martins e do seu sucessor na pasta da Fazenda, Dias Ferreira.

Entretanto, entre denúncias e críticas surgiam outros protagonistas e novas propostas para o futuro económico do país.

No que respeita ao modelo prosseguido, Ezequiel de Campos, engenheiro civil e de minas pela Academia Politécnica do Porto, que viria ao longo da Primeira República e do Estado Novo a assumir um lugar de destaque entre a elite preocupada com as matérias do pensamento e do desenvolvimento económico em Portugal, acusava a ausência de estratégia e a inconsequência dos trabalhos realizados:

> Tendo sido um erro o dispêndio de dinheiro sem plano e a execução de obras aos poucos — estradas, dispensáveis ou de há muito incompletas, caminhos-de-ferro de directriz e perfil vicioso, porto de Leixões aos poucos... devemos marcar precisamente o que é necessário

> fazer, e estudar a maneira de construir e explorar com as máximas vantagens.[21]

O país viveu à margem desse projecto global; alguns agentes económicos, públicos e privados, coabitando de forma mais ou menos dispersa, sobressaindo entre atavismos e inércias, procuraram fazer vingar projectos mais ou menos individuais, alcançando, nalguns casos, resultados positivos e duradouros.

Quanto ao universo industrial, é de realçar o domínio do que hoje designamos por «indústrias de processos», onde se operaram inovações, se bem que de forma relativamente mitigada, visíveis sobretudo no âmbito das indústrias químicas, especialmente na produção de adubos. Assinalem-se, como exemplo, os sectores do papel (onde pontua a Caima Pulp), do vidro (na Marinha Grande) ou o dos novos materiais de construção (a primeira fábrica de cimento artificial Portland, em Alhandra, entrou em funcionamento em 1894). Ainda, pela importância que veio a assumir, uma referência à constituição da União Fabril, em 1865, e à sua posterior fusão — organizada por Alfredo da Silva — com a Companhia Aliança Fabril (1898).

De resto, o país não estava distraído das principais novidades técnicas que ocorriam à escala internacional, acompanhando, entre outras, as fantásticas possibilidades que a electricidade oferecia. Desde há alguns anos que se vinham revelando em Portugal as maravilhas que a electricidade podia produzir no campo da iluminação — fascínio transbordante e conquistador que num curto espaço de tempo gerou as primeiras empresas de produção e distribuição de energia eléctrica. Uma referência para a primeira grande empresa de produção e distribuição de energia eléctrica portuguesa: a sociedade Companhias Reunidas Gás e Electricidade — CRGE (1891) e a construção da Central da Boavista (1903). Gradualmente, a construção de centrais termoeléctricas passaria a pontuar o território, sendo de apontar a Central do Ouro (Porto, 1908/9), a primeira (1908) e a segunda (1914) Central Tejo (Lisboa).

Mas, para além de chegar às ruas, às casas e também às fábricas (onde se montaram pequenas centrais produtoras), a electricidade chegava também aos transportes. Pioneira, a cidade do Porto foi a primeira a dispor de uma rede de tracção eléctrica. Depois de experimentado o novo transporte (em 31 de Agosto de 1895 privadamente e em 7 de Setembro oficialmente), no dia 12 de Setembro de 1895



era aberta ao público a primeira linha de eléctricos: a da Restauração. Seguir-se-ia Lisboa, já no século xx, embora a ocorrência de uma primeira experiência datasse de 1887. Na madrugada de 31 de Agosto de 1901, o primeiro eléctrico alfacinha percorria o trajecto de Terreiro do Paço a Belém e Algés. Coimbra teria ainda de esperar pelo primeiro dia do ano de 1911.

Novidades também, no campo da técnica e da engenharia, as possibilidades que a aplicação de novos materiais proporcionava ao mundo da construção civil. O ciclo do ferro, que produzira obras como o Palácio de Cristal e a Ponte D. Maria no Porto ou o elevador de Santa Justa e a Garagem Auto-Palace em Lisboa e que homenageara o caminho-de-ferro com as estações do Rossio e S. Bento, daria, também em Portugal, lugar ao ciclo do betão (garantindo o sucesso da primeira fábrica de cimento artificial Portland anteriormente apontada). Emblemática, neste campo, a Ponte de Vale de Meões (1904), como primeira referência no domínio da utilização do betão armado na engenharia de pontes. Na década de 1910, contando já com o Laboratório de Resistência de Materiais criado junto da Universidade do Porto, o betão armado mostrava as suas potencialidades em diversas edificações. Sublinhe-se, aliás, o significado que detém a criação deste Laboratório relativamente à ligação promovida entre a actividade científica, em termos de investigação, mas também ao nível do ensino da construção e da aprendizagem da utilização dos materiais, e a actividade de construção propriamente dita.

Observando, porém, o comportamento global da economia portuguesa dos primeiros anos de século xx, prevalece a imagem da estagnação, desse país de 5,5 milhões de habitantes, pobre, rural e esmagadoramente analfabeto (78 por cento em 1900), com um crescimento demográfico relativamente moderado e níveis crescentes de emigração.

Entenda-se, porém, que os caminhos que se indicavam para o país não colocavam a industrialização na ordem do dia, além de que os efeitos das inconstâncias políticas e das fragilidades das finanças públicas se repercutiam negativamente na igualmente frágil iniciativa privada, já de si pouco disponível em concorrer com os seus capitais para a promoção industrial. Eram escassos os interesses da elite económica em apostar nesse sector — a agricultura, absorvendo mais de 60 por cento da população activa, e o comércio continuavam a representar as suas preferências, enquanto os seus capitais eram, em montantes cada

vez mais elevados, colocados especulativamente no exterior (algumas estimativas apontam para valores situados entre 39 e 40 milhões de libras antes da Grande Guerra). A indústria, também pelas razões que se prendiam com as polémicas a que acima se fez referência, continuava a ocupar uma posição de segundo plano em relação à agricultura, e assim se manteve por largos anos. O tecido industrial, tradicional e pouco diversificado, era dominado pelos sectores têxtil e alimentar, devendo salientar-se a importância e o significado da indústria química (essencialmente resinosos e adubos), embora pouco representativa no cômputo total da indústria portuguesa. A maioria das unidades era de dimensão muito reduzida e mantinha uma exploração de tipo artesanal; eram poucas as unidades que se destacavam por uma feição mais inovadora, dedicadas, na sua maioria, a actividades associadas ao sector agrícola e geograficamente concentradas em torno de Lisboa, a norte e a sul do Tejo.

*Crescimento económico em Portugal, 1890-1910*[22]
*(taxas de crescimento anual, em percentagem)*

| Anos | PIB *per capita* | Agricultura | Indústria | Serviços | PIB |
|---|---|---|---|---|---|
| 1890-1900 | 0,98 | 1,58 | 3,00 | 0,68 | 1,59 |
| 1900-1910 | 0,42 | 0,03 | 2,16 | 2,06 | 1,29 |

Além disso, os tempos eram de acentuada agitação política. As tentativas de regeneração do regime monárquico, as humilhações externas e, sobretudo, a bancarrota do Estado constituíam o prenúncio da queda inexorável do regime, que acabou por ser precipitada pelo regicídio. D. Manuel II sucedeu a D. Carlos, mas a Monarquia, afundada em dívidas e sem apoio popular, sucumbiu às mãos dos revoltosos da República.



## Notas

1 António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887). Militar e político. Deputado e ministro de várias pastas, entre as quais a das Obras Públicas, Comércio e Indústria de 30/08/1852 a 08/11/1855 e de 03/01/1856 a 6/06/1856.

2 Sobre o contexto político e económico da Regeneração, ver: José Miguel Sardica, *A Regeneração sob o Signo do Consenso: a Política e os Partidos entre 1851 e 1861*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001; Maria Eugénia Mata, «As três fases do fontismo: projectos e realizações», *Estudos e Ensaios em Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, Sá da Costa, 1988; e «Conjuntura económica e conjuntura política em Portugal (1851-1910)», *Economia*, vol. IV, n.º 1, 1990.

3 Cf. José Augusto França, *O Romantismo em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, p. 249.

4 Criado pelo decreto de 30 de Agosto de 1852, publicado no *Diário do Governo* n.º 206, de 1 de Setembro de 1852, p. 973.

5 Cf. A.H. de Oliveira Marques e Fernanda Rollo, «Os meios de circulação e de distribuição», *in* A.H. de Oliveira Marques (dir. e coord. do vol.) e Joel Serrão (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. XI, *Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Editorial Presença, 1991, p. 167.

6 Jaime Reis, «A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913», *O Atraso Económico Português, 1850-1913*, Lisboa, INCM, 1993.

7 Ver Pedro Lains, «Portugal na periferia europeia, 1870-1913», *Os Progressos do Atraso*, Lisboa, ICS, 2003, p. 41.

8 Nomeadamente Manuel Villaverde Cabral, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX,* Lisboa, A Regra do Jogo, 1981, e *Portugal na Alvorada do Século XX. Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914,* Lisboa, A Regra do Jogo, 1979, e Jaime Reis, *ibidem*.

9 Ver Maria Fernanda Rollo, «Engenharia e História: percursos cruzados», *in* José Maria Brandão de Brito, Manuel Heitor e Maria Fernanda Rollo (coord.), *Engenho e Obra — Uma Abordagem à História da Engenharia em Portugal do Século XX*, Lisboa, Dom Quixote, 2003, pp. 30-55.

10 João Crisóstomo de Abreu e Sousa (1811-1895). Ministro das Obras Públicas no Ministério do duque de Loulé (1864-65); desempenhou outros cargos ministeriais e foi chefe do Governo extraparlamentar (14 de Outubro de 1890-17 de Janeiro de 1892) no quadro de acontecimentos associados à crise desencadeada pelo *Ultimatum* britânico (11 de Janeiro de 1890). Foi fundador e primeiro presidente da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses.

11 O corpo de engenheiros civis do MOP foi restabelecido mais tarde, em 1886.

12 Sobre a história da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, ver: *Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses*; Maria Paula Diogo, *A Construção de Uma Identidade Profissional. A Associação dos Engenheiros Civis Portugueses. 1869-1937*, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 1994; e Maria Fernanda Rollo e Ana Paula Pires, *Ordem dos Engenheiros. 70 Anos de História*, 2006.

13 Ver, entre outros estudos sobre o ensino técnico português no século XIX, Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal. Desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime Salazar-Caetano,* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

14 Fundada em 13 de Janeiro de 1837, em substituição da Academia Real de Marinha e Comércio do Porto. Formava engenheiros civis de todas as classes, oficiais de marinha, pilotos, comerciantes, agricultores, directores de fábricas, artistas.

15 A Escola do Exército foi criada em 12 de Janeiro de 1837, por reforma da Academia Real de Fortificação e Desenho, criada em 1790. À data da sua fundação eram professados quatro cursos: curso do Estado Maior (dois anos), curso de engenharia militar e artilharia (três anos), curso de cavalaria e de infantaria (um ano) e curso de engenharia civil (dois anos). Mais tarde passou a Escola de Guerra e novamente a Escola do Exército.

16 Ver Fernanda Rollo, «Memórias da vontade: da implantação da indústria siderúrgica e do desenvolvimento industrial do País», *Memórias da Siderurgia. Contribuições para História da Indústria Siderúrgica em Portugal*, coord. Maria Fernanda Rollo, ed. História e CM do Seixal, 2005.

17 Ver, entre outros textos sobre a crise de 1890/1891: Maria Eugénia Mata, «As crises financeiras no Portugal Contemporâneo: uma perspectiva de conjunto», *in* Sérgio Campos Matos (coord.), *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, pp. 33-55; e Pedro Lains, «A crise financeira de 1891 em seus aspectos políticos», *in* Sérgio Campos Matos (coord.), *ibidem*, pp. 57-79.

18 Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo,* vol. II, Porto, Lello & Irmão Editores, 1881, p.413.

19 Presidente do Conselho de Ministros entre 17 de Janeiro de 1892 e 22 de Fevereiro de 1893.

20 Entre os quais Jaime Reis e Pedro Lains, nomeadamente nos textos citados.

21 Ezequiel de Campos, *A Conservação da Riqueza Nacional*, Porto, E. de Campos, 1913, p. 597.

22 Fonte: Pedro Lains, «A economia portuguesa entre as duas guerras mundiais», *Os Progressos do Atraso*, Lisboa, ICS, 2003, p. 165.

# O assalto ao poder

## *João B. Serra*

A 5 de Outubro de 1910, não foi apenas derrubado um Governo. Caiu um regime. A Monarquia era um regime multissecular em Portugal e claramente dominante na Europa.

Na generalidade dos países europeus, a queda dos regimes monárquicos surgiu em consequência de um envolvimento considerado desastroso numa guerra externa, no caso a Primeira Guerra Mundial. Esse facto acentua os aspectos históricos que singularizam o caso português e exigem à historiografia um esforço de explicação. A atenção tem-se centrado no papel do movimento republicano.

O Partido Republicano Português foi fundado em 1876, mas a manifestação de pontos de vista antimonárquicos começou antes. Podemos detectá-los desde a implantação do liberalismo em aspirações republicanizantes da esquerda liberal. A fuga do rei, no contexto da invasão francesa de 1808, para o Brasil, de onde só regressaria pela pressão revolucionária em 1822, criou uma memória de desconfiança face à realeza. Soma-se-lhe, sobretudo na segunda metade do século XIX, a crítica política da Monarquia como um regime que se dissociou da liberdade e já não representa genuinamente as aspirações populares.

A esta vertente negativa do republicanismo há que contrapor uma tendência positiva. Ela projecta nas aspirações republicanas uma componente utópica, a ideia de «regeneração», equivalente português do «*risorgimento*» italiano, que passa pela interrupção de uma decadência histórica a que a Monarquia se associou e pela recuperação do atraso que nos separa dos países mais avançados.

O republicanismo é, neste sentido, um movimento de ideias e opiniões, um movimento intelectual. Para ele confluirão, dos anos 80 do século XIX até às vésperas do 5 de Outubro de 1910, não apenas os defensores da solução política republicana, como descontentes de várias proveniências e matizes.

Os temas centrais do «descontentamento intelectual» são a decadência e a dependência externa do país. Antero de Quental abordou o primeiro num texto que constitui referência para várias gerações, o da abertura das Conferencias do Casino em Maio de 1871. Indicou o «quadro de abatimento e insignificância» que fez Portugal «enveredar pelo caminho da ignorância, da opressão e da miséria». E indicou as causas: «a transformação do *Catolicismo* pelo concílio de Trento, o estabelecimento do *Absolutismo* pela ruína das liberdades locais, o desenvolvimento das *Conquistas* longínquas».

Uma desconfiança face à Inglaterra, que remontaria ao papel que esta desempenhou na independência do Brasil, esteve presente nos meios políticos e jornalísticos liberais. A aliança luso-britânica esconderia afinal a integração portuguesa na teia de relações de subordinação do imperialismo inglês. O somatório de humilhações para o orgulho pátrio não cessava de crescer. O *Ultimatum* de 1890 foi, deste ponto de vista, particularmente significativo.

Os temas trazidos a debate pelo movimento intelectual de que o republicanismo se alimentou desembocam na emergência de um nacionalismo, no sentido que ele toma em várias latitudes nessa época: reconhecimento de que o Estado deve, na sua acção, conferir prioridade aos interesses da comunidade nacional, definida a partir de factores culturais, económicos ou políticos.

A questão nacional suscitada em Portugal pelo descontentamento intelectual articula-se em torno dos seguintes objectivos: modernização económica e social, libertação da tutela estrangeira, democratização política interna através da extensão do sistema escolar, da universalização do sufrágio, da descentralização administrativa e do combate à excessiva influência da Igreja na sociedade, defesa e valorização do património colonial africano.

Por outro lado, se os direitos sagrados da nação devem prevalecer na actuação do Estado, a Monarquia não é um regime legítimo. Usurpou o princípio da soberania popular, pois não celebrou nenhum pacto que a autorizasse a exercer o poder recebido do povo.

O movimento republicano aplica-se, desde os anos 80, na criação de uma nova simbologia integradora nacional[1]. O primeiro acto é a celebração do tricentenário de Camões, exactamente em 1880, que Teófilo Braga, seu protagonista, descreve como o dia em que «todas as forças vivas, tudo quanto há com futuro ainda nesta pequena nacionalidade, vibrou com unanimidade ao impulso de um estímulo consciente, a tradição ligada ao nome de Camões como o representante e o símbolo de um povo que se sente fora da data histórica». A este culto cívico dos grandes homens (logo a seguir a Camões, Pombal), soma-se a consagração dos Jerónimos como «altar cívico da Pátria», a disseminação de estatuária pela cidade, a atribuição de nomes de personalidades às artérias e praças das cidades, os novos feriados e festas nacionais. Formas que farão parte da construção de um imaginário nacional novo, que por todo o país vai alastrando, antes mesmo da vitória do movimento republicano em 1910.



Em 1890, um *Ultimatum* britânico entregue ao Governo a 11 de Janeiro, exigindo o abandono do projecto conhecido por mapa cor-de-rosa, deu razão aos piores presságios do pessimismo intelectual e estabeleceu os republicanos como os campeões da resistência nacional à mais aviltante dependência externa.

De facto, à intimação britânica para que forças militares portuguesas abandonassem o Shire e a região a noroeste de Moçambique, o Governo português e o rei não tinham outra alternativa senão ceder, para evitar uma ruptura iminente das relações.

Mas essa cedência originou um formidável coro de protestos que empolgou todo o país. A elite intelectual, sem excepção, ergueu-se na crítica ou lamentação do «vexame». Manifestações — a de Lisboa reuniu cerca de 40 mil pessoas que depuseram uma coroa fúnebre na estátua de Camões — panfletos e artigos de jornais, comícios, subscrições (a mais espectacular destinada à compra de um navio de guerra), alterações toponímicas, decisões de boicote aos produtos originários de Inglaterra ocorreram por todo o lado. Os republicanos encabeçaram o protesto nacionalista e o regime monárquico tremeu.

A crise do *Ultimatum* abalou o modelo liberal que vigorara durante a Regeneração (1851-1890). Mudaram os protagonistas: Fontes Pereira de Melo morrera em 1887, D. Carlos substituíra, em 1889, D. Luís. Mudou o contexto internacional e as facilidades económicas (em 1892, Portugal entraria em bancarrota). Também já não se manteriam as condições de exercício da vida política, as formas de mobilização social, as aspirações das camadas populares e médias urbanas. O *Ultimatum* ocorreu num momento em que se avolumavam as tensões da mudança. Não deu origem a uma revolução, mas pôs indubitavelmente em marcha um processo revolucionário.

Um ano mais tarde, a 31 de Janeiro de 1891, uma tentativa revolucionária desencadeada no Porto seria facilmente sustada. Mas obteve

grande ressonância pública e, com ela, uma tendência revolucionária emergiu no Partido Republicano.

O funcionamento do sistema político deu sinal da crise na instabilidade governativa: um Governo em média por ano, nas duas décadas seguintes, governos sem maioria parlamentar estável ou governos de ditadura. Os partidos eram afectados por cisões, enfraquecendo as condições para o acordo político na base do qual funcionara o rotativismo. A introdução de mudanças no regime eleitoral denunciava a tentação de manipular resultados e dificultar o acesso à Câmara por parte dos republicanos. Em 1895, um novo acto adicional à Carta Constitucional punha termo à componente electiva da Câmara dos Pares.

Período especialmente conturbado quanto à formação e legitimação eleitoral dos governos foi o dos anos 1895-1901. Em 1895, os regeneradores eliminaram toda a oposição. Em 1897, foi a vez de o Partido Republicano se ver afastado das eleições. Regressado à luta eleitoral em 1899, com a entrada de três deputados, viu a votação anulada. Em 1901, uma redefinição dos círculos eleitorais foi decretada, com o fim de, diluindo a votação urbana em circunscrições com forte presença rural, dificultar a eleição dos candidatos republicanos, cuja base de apoio era principalmente oriunda das cidades.

Estes anos de viragem do século marcam também um agravamento da situação social. Em Lisboa, o protesto vai mobilizando diversos segmentos da cidade: lojistas, operariado de indústria, pequeno funcionalismo, trabalhadores das unidades artesanais, professores, estudantes. Alguns acontecimentos funcionam como sincronizadores do protesto social, trazendo para a rua, em manifestações por vezes violentas e confrontos com a polícia, as camadas populares urbanas. Um deles foi o chamado «caso Calmon», uma tentativa de rapto da filha de um cônsul brasileiro, com vista a introduzi-la num convento, onde iria professar. Uma reacção anticlerical na imprensa e nas ruas foi de imediato desencadeada.

Assim se abre o espaço onde o Partido Republicano se instala, dando expressão tanto às contestações populares como à insatisfação das elites. No processo em que se conjugam estas duas vertentes, o Partido Republicano muda de natureza, transformando-se de partido de quadros em partido de massas, com as suas formas próprias de mobilização e enquadramento: a propaganda, a manifestação, o comício.



O Partido Republicano fez então o casamento entre aspirações democráticas e o nacionalismo, perante a fraqueza relativa do movimento operário e das organizações socialistas. Paralelamente, no plano político, o liberalismo inflectira no sentido do autoritarismo, do centralismo no plano administrativo e do proteccionismo no plano económico. A chamada de João Franco ao Governo, em ditadura, acelerou estas tendências e precipitou a crise da Monarquia.

A intervenção de D. Carlos consumou a destruição do consenso quanto às regras do jogo parlamentar e governativo. A crise do constitucionalismo liberal era a crise do modelo de integração política face aos desafios decorrentes da modernização da economia e da sociedade. O movimento social urbano exprime de alguma forma a contestação a um sistema incapaz de absorver o protesto, designadamente operário e popular. A agudização dos conflitos políticos e sociais, a partir de 1906, coloca os republicanos no centro da alternativa ao regime.

De facto, a intumescência do movimento antimonárquico, a partir de meados de 1907, é inseparável da iniciativa régia de chamar ao Governo o chefe do agrupamento regenerador dissidente, João Franco, em Maio de 1906, e de lhe conceder, um ano depois, a ditadura (Abril de 1907). D. Carlos e o seu círculo mais próximo não escondiam uma visão distanciada da vida partidária em geral, deixando mesmo escapar perante um jornalista estrangeiro críticas severas para com a instituição parlamentar (em Novembro de 1907).

Com o Parlamento dissolvido e sem eleições à vista, os dois principais partidos do rotativismo — Regenerador e Progressista — não podiam deixar de se declarar hostis à solução. Ao Governo não restou outro caminho senão o da repressão, apresentada aliás como metodologia de defesa das instituições monárquicas. Em consequência, os republicanos polarizaram o combate à ditadura. Este desenvolveu-se em várias instâncias e fórmulas, nem sempre articuladas entre si.

É certo que o Partido Republicano tinha definido como sua orientação estratégica a propaganda, ou seja, o esclarecimento das massas, e os dirigentes estavam habituados a percorrer Portugal para pregar os ideais da República e fazer a crítica das políticas interna, externa e colonial do Governo. Mas, agora, era preciso reequacionar a oportunidade da revolução. Via gradual, eleitoralista, para uma vitória a médio e longo prazo, ou acção revolucionária para o derrube imediato da Monarquia? O partido já obtivera em ocasiões distintas a

eleição de três deputados, tribunos que souberam polarizar o debate parlamentar, afrontando o regime, mas dificilmente se podia antever um crescimento espectacular do grupo parlamentar republicano. Os dirigentes republicanos tinham de equacionar outras modalidades de luta política contra a Monarquia.

José Relvas, testemunha das manifestações contra Franco ocorridas em Lisboa a 18 de Junho de 1907, nas quais a Guarda Municipal interveio com violência inusitada, escreveu que, nelas, «o povo de Lisboa fez a sua aprendizagem revolucionária», a completar «nas etapas de 28 de Janeiro e 5 de Abril de 1909, antes de chegar a Outubro de 1910»[2].

Ao invés do que Relvas deixa supor, a participação popular na revolta abortada de 28 de Janeiro de 1908 não estava, no entanto, prevista nem teve qualquer significado particular. Tratou-se de uma conspiração, uma tentativa de golpe de força, basicamente perpetrada por civis, visando a detenção de João Franco e a ocupação do Palácio de S. Bento. Nela intervieram dirigentes republicanos e dissidentes monárquicos do chamado Partido da Dissidência Progressista, de José Alpoim. O Governo, porém, ordenara a prisão de alguns conspiradores, enquanto outros foram identificados e detidos no próprio momento em que cumpriam os preparativos para desencadear o golpe.

Num ambiente de grande tensão, intensificado pelos rumores de um eventual assassínio de dirigentes e activistas republicanos mais em evidência (encontravam-se presos João Chagas, António José de Almeida, Afonso Costa, França Borges, Luz de Almeida), a 1 de Fevereiro D. Carlos e o seu filho mais velho, Luís Filipe, foram mortos a tiro quando regressavam de Vila Viçosa. Sequela do 28 de Janeiro ou acção isolada de um comando carbonário, é difícil decidir perante a precária informação até agora recolhida acerca do acontecimento. Aparentemente, era Franco que os regicidas tinham em mira, e terão desfechado os seus revólveres sobre o monarca e o seu herdeiro em último recurso. Esta tese, inocentando o Partido Republicano dos assassínios, não foi contestada com vigor na altura e manteve-se até aos nossos dias. De qualquer forma, a imolação a que os regicidas se ofereceram reflecte bem o tema do serviço da pátria que o republicanismo incorporou.

Se a tentativa malograda de Janeiro pôs em sérias dificuldades a cabeça do aparelho do Partido Republicano, as consequências políticas do regicídio jogaram a seu favor. Os partidos monárquicos não podiam desperdiçar a oportunidade de se desembaraçarem de Franco, geralmente responsabilizado pelas condições que tinham conduzido aos acontecimentos de 1 de Fevereiro. O novo rei, D. Manuel, pedia e prometia «acalmação», isto é, amnistia, eleições, Governo de «concentração» de regeneradores e progressistas.



As eleições, a 5 de Abril, assinaladas pelos tumultos populares a que Relvas se referiu, propiciaram ao PRP um êxito notável: sete deputados. No final do mês, o PRP realizou o seu congresso em Coimbra.

A ditadura de João Franco propiciou o crescimento da Carbonária e deu origem às suas primeiras acções e contactos com o Partido Republicano. António José de Almeida pediu apoio da «Floresta», como se autodesignava a Carbonária, para as operações finais da conspiração de Janeiro de 1908.

O aparelho da Carbonária, apesar deste percalço, cresceu e aperfeiçoou-se nos meses seguintes, com a entrada de António Maria da Silva, um engenheiro civil, e Machado Santos, um comissário da Marinha, os quais, conjuntamente com Luz Almeida, constituíram o seu órgão supremo de comando, a Alta Venda. Ao longo do segundo semestre de 1908 e primeiro de 1909, a Carbonária infiltrou-se nas Forças Armadas, admitiu anarco-sindicalistas e integrou diversos grupos anarquistas. Estendeu também a organização à província.

Entretanto, o PRP, dispondo de sete deputados no Parlamento, procurou não se auto-excluir da proposta de «acalmação» endereçada pelo jovem monarca, D. Manuel II, aos partidos políticos. Em meados de Maio de 1908, pela voz de Afonso Costa, enunciava um conjunto de reivindicações com a finalidade expressa de «produzir a diminuição das desgraças do País», aceitando em contrapartida «relegar para um plano aparentemente secundário as suas legítimas aspirações ao Governo».

O pacto, assim publicamente (houve igualmente contactos mais discretos junto do paço, segundo Relvas) apresentado, não terá obtido acolhimento receptivo do monarca, nem despertado grande entusiasmo junto do Governo. O Parlamento recusou-se a discutir o aviso prévio de Afonso Costa. A partir de então, a estratégia reformista e gradualista protagonizada fundamentalmente, no Directório do PRP, por Bernardino Machado, um antigo ministro regenerador, estaria progressivamente mais em causa.

O congresso do partido realizado em Setúbal a 24 e 25 de Abril de 1909 elegeu uma nova direcção e adoptou uma nova estratégia. Desta direcção faziam também parte Basílio Teles, Teófilo Braga, Eusébio Leão, Cupertino Ribeiro, Inocêncio Camacho e José Barbosa.

O nome mais votado foi o de José Relvas, um abastado proprietário do Ribatejo que adquirira grande projecção ao encabeçar a oposição dos viticultores não durienses a João Franco. Algumas das figuras mais conhecidas do republicanismo — nomeadamente os deputados, os publicistas, os dirigentes suspeitos de envolvimento nas conspirações de 1907 e 1908 ficaram de fora. Alguns não podiam ser reeleitos em virtude de uma disposição estatutária que impedia a elegibilidade por dois triénios sucessivos. Mas a ausência de certos nomes era uma medida propositada. Pretendeu-se ocultar a orientação votada maioritariamente: o partido devia abandonar a via reformista e adoptar objectivos revolucionários. O congresso votou uma moção de João Chagas cometendo ao Directório a responsabilidade de nomear duas comissões, uma civil e outra militar, encarregadas de reunir as condições para desencadear o ataque às instituições da Monarquia.

Havia em muitos a convicção de que a Monarquia tinha os dias contados. Enquanto Bernardino Machado confiava que a acção conjugada dos dissidentes progressistas e regeneradores, somada à dos deputados republicanos, surtiria efeitos sem necessidade de recurso aos métodos revolucionários, João Chagas considerava a revolução um imperativo moral e escreveu mesmo nas suas *Cartas Políticas*, em finais do ano de 1909, que a República chegaria no ano seguinte, no mandato da direcção eleita a 25 de Abril. Era esta a posição prevalecente em Setúbal.

O resto do ano de 1909 foi ocupado com a constituição das comissões e uma notável campanha de agitação. Afonso Costa, António José de Almeida, João Chagas integraram a Comissão Civil. António José de Almeida chamou Luz de Almeida, da Alta Venda Carbonária, para colaborar na organização. Miguel Bombarda, primeiro responsável pela Junta Liberal, um organismo de propaganda do laicismo e dos princípios da cidadania republicana, fez a articulação entre a Maçonaria e o PRP. O almirante Cândido dos Reis foi encarregado de formar a Comissão Militar e chamou para junto de si Afonso Pala e Sá Cardoso. Foi aqui que o Directório sentiu mais dificuldades. Era convicção geral que a revolução não poderia ser desencadeada sem um plano militar consistente, e não foi fácil nem encontrar a chefia nem garantir as articulações de comando operacional consideradas indispensáveis.

No congresso de 1910 do Partido Republicano Português, realizado no Porto, foi pedido ao Directório que efectivasse uma iniciativa em França e Inglaterra para projectar o Partido Republicano junto



das opiniões públicas e dos meios governativos desses países. Da missão tinham sido encarregados Alves da Veiga, que se encontrava em Paris, Magalhães Lima, que partiu mais cedo, Bernardino Machado, que à última hora pretextou afazeres para ficar em Portugal, e José Relvas, que se juntou a Magalhães Lima em princípios de Junho de 1910. A delegação apresentou a solução republicana para Portugal, que acreditava ser a solução iminente de ordem e justiça respeitadora dos compromissos internacionais do país. A experiência de José Relvas na análise e discussão da situação económica portuguesa foi útil, sobretudo nos contactos realizados em Inglaterra, onde a delegação de avistou com o subsecretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e com os directores da *Economist* e do *Times*.

Regressado a 17 de Julho, Relvas apercebeu-se de que não seria mais possível conter as movimentações de alguns grupos e responsáveis, como Machado Santos, e, consequentemente, era preciso acelerar os preparativos e tomar as rédeas do processo revolucionário.

Com o Parlamento dissolvido a 26 de Junho e as eleições legislativas marcadas para 28 de Agosto, os moderados tentaram recuperar algum terreno. O jogo eleitoral era o seu preferido. O sector favorável a um pronunciamento militar decidira, em contraponto, arriscar tudo por tudo. João Chagas (agora contra o parecer de Afonso Costa, que, por isso, se terá afastado dos preparativos revolucionários até às vésperas do 5 de Outubro) foi o principal impulsionador de uma revolta marcada para 18 de Agosto de 1910, que uma vez mais fracassou.

Mas esta tentativa provaria pelo menos a impossibilidade de a revolução ser dirigida exclusivamente pelos comités do PRP. O próprio Cândido dos Reis, o militar republicano da mais alta patente e um determinado partidário da revolução, se convenceu de que esta ou se faria com a Carbonária ou não se faria.

A Carbonária Portuguesa alcançara, em Junho desse ano, o importantíssimo aval da direcção da Maçonaria, a qual nomeou, em meados do mês, uma Comissão de Resistência a que pertenciam José de Castro (grão-mestre-adjunto), Miguel Bombarda, Machado Santos, Francisco Grandela, entre outros. A comissão agregaria dois representantes do Directório: António José de Almeida e Cândido dos Reis. Também António Maria da Silva acabaria por integrá-la. Seria este o núcleo de homens que prepararia efectivamente o 5 de Outubro.

## Notas

1 Objecto central da investigação de Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal: da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1991; *O Céu da Memória: Cemitério Romântico e Culto Cívico dos Mortos em Portugal, 1756-1911*, Coimbra, Minerva, 1999.

2 José Relvas, *Memórias Políticas*, vol. I, Lisboa, Terra Livre, 1977, p. 50.

# Parte 2
# A República (1910-1918)

# O 5 de Outubro

*João B. Serra*

O Directório do Partido Republicano Português deu luz verde à insurreição a 25 de Setembro de 1910, ficando o almirante Cândido dos Reis como comandante-chefe das operações. O plano da revolta circunscrevia-se fundamentalmente a Lisboa.

De acordo com o plano da revolta traçado pelo seu chefe militar, a intervenção das unidades navais seria fundamental. Essa previsão viria a determinar a escolha da madrugada de 4 de Outubro para o início das operações. Como refere José Relvas, «a presença no Tejo das unidades da Marinha era indispensável para o êxito da Revolução e determinou a escolha dos primeiros dias de Outubro»[1]. Efectivamente, o Governo ordenara, a 1 de Outubro, que as unidades surtas no Tejo recolhessem a Cascais até ao dia 4. A 2, Cândido dos Reis marca a revolução para a noite e madrugada seguintes.

O fortuito assassínio de Miguel Bombarda ao fim da manhã do dia 3 poderia ter comprometido todo o plano. De facto, provocou — ou quase provocou — incontrolada manifestação de indignação popular republicana contra o que se julgou a princípio ser consequência de uma contra-ofensiva monárquica. O Governo chegou a ordenar o estado de alerta.

Ao princípio da noite de 3, numa derradeira reunião dos comandos militares e civis da revolução, houve quem advogasse o adiamento do plano. Cândido dos Reis recusou a sugestão com veemência. Acordou-se então no sinal que deveria desencadear as operações, uma salva disparada dos cruzadores estacionados no Tejo, a que responderia a Artilharia 1.

Machado Santos, que não tomou parte nesta reunião e que, como confessa no seu *Relatório*, sempre se mostrara avesso à ideia de um sinal, executa a tarefa que lhe havia sido anteriormente atribuída: tomar a Infantaria 16 à uma hora da madrugada. Dirige-se de seguida

para a Artilharia 1, juntando-se ao capitão Pala, que procurava dominar o quartel. Para aqui se desloca também o capitão Sá Cardoso, outro dos oficiais republicanos às ordens de Cândido dos Reis.

Os dois capitães, crendo igualmente amotinados os outros quartéis previstos no plano insurreccional (Infantaria 2, Caçadores 2, Infantaria 5, Caçadores 5), organizam duas colunas, tendo por objectivos o Palácio das Necessidades, onde se encontrava o rei, e o quartel da Guarda Municipal, no Carmo. Em breve verificam, porém, que se encontram sozinhos e acossados por forças monárquicas. O plano militar republicano, no que respeita ao Exército, fracassara.

O mesmo não se passara, no entanto, relativamente à Marinha. Tinham ocorrido levantamentos no Quartel de Marinheiros e em dois cruzadores, o *Adamastor* e o *São Rafael*. Mas Cândido dos Reis não conseguira embarcar para bordo do navio-almirante, o *D. Carlos*, que continuava em mãos monárquicas. Consequentemente, à hora combinada, o sinal por si esperado não se deu. Às 3 da madrugada, Cândido dos Reis, em face das informações desmoralizadoras recolhidas e da sua própria impossibilidade de entrar em acção, anuncia o malogro e suicida-se pouco depois.

O Directório e os dirigentes civis das operações recebem as informações do que lhes pareceu um desastre no edifício dos Banhos de São Paulo, onde se reuniam. Parte regressa a casa. Outra parte prepara-se para a resistência, fazendo quartel-general na redacção da *Luta*, onde, em nome de uma inventada Junta Revolucionária, se pratica a contra-informação ao longo do dia 4.

Entretanto, as duas colunas de Pala e Sá Cardoso, impossibilitadas de avançar para os seus objectivos, convergem para o Rato e são forçadas a subir até à Rotunda, onde se encontram com uma pequena força de Machado Santos. Às 5 horas da manhã aí está entrincheirado o que resta do Exército insurrecto, esperando os resultados das intervenções previstas noutros quartéis da cidade. Às 8 horas chega a notícia da morte do almirante Cândido dos Reis. Às 9h30, Sá Cardoso convoca um conselho de oficiais que delibera a desistência, abandonando em seguida o acampamento.

Ao invés da maioria dos oficiais, Machado Santos, com alguns sargentos e cadetes, opta por resistir. Parece uma atitude isolada, mas decerto inspirada no facto de se tratar de um chefe da Alta Venda da Carbonária. Melhor do que ninguém, conhecerá a quantidade dos seus efectivos e a respectiva capacidade de intervenção. E, de facto,



foram os grupos civis armados da Carbonária que ao longo da manhã do dia 4 impediram o estrangulamento da insurreição, estabelecendo as ligações entre os núcleos de revoltosos da Rotunda, do Quartel de Marinheiros e da Artilharia 1, atacando unidades militares em trânsito e isolando outras.

Na circunstância, esta acção carbonária permitiu ainda que à Rotunda fossem afluindo, durante todo o dia 4, mais civis e militares rebeldes. Muitos destes últimos eram soldados e militares de baixa patente ou alunos da Escola do Exército. Na tarde desse dia, o acampamento de Machado Santos ganhara um novo moral. As forças monárquicas ocupavam o Rossio, hesitando muito antes de se disporem a atacar o campo dos rebeldes. A possibilidade de fogo vindo da Rotunda, cruzado com o da Artilharia 1, explica que tal ataque não tenha resultado.

A meio da tarde, perante a neutralidade do navio-almirante, os comandos republicanos do *São Rafael* e do *Adamastor* bombardeiam o Rossio e o palácio das Necessidades. Em seguida, reforçam as guarnições do Quartel de Marinheiros, com cerca de 1500 homens. E dirigem-se ao Terreiro do Paço, ocupando posições nas costas do Exército monárquico. O efeito destas operações foi devastador. A iminência de um desembarque em massa acentuou a inversão da relação de forças a favor dos revoltosos, em particular no núcleo da Rotunda. O rei foge de Lisboa para Mafra e daqui para a Ericeira, onde, finalmente, embarcará com destino a Gibraltar e Inglaterra. O conhecimento da fuga, propalado pela contra-informação republicana, tem impactos muito fortes, de sinal contrário, entre monárquicos e revoltosos. Às 22 horas, o navio *D. Carlos* cai nas mãos dos republicanos. Durante o resto da noite de 4 e madrugada de 5, os comandos monárquicos vão deixando cair os braços.

Às 8 da manhã, o encarregado de negócios da Alemanha em Lisboa solicita a Machado Santos uma trégua. A multidão, ao ver a bandeira branca no Rossio, interpreta mal o seu significado. Julga consumada a capitulação monárquica e invade toda a Baixa lisboeta, inviabilizando em definitivo qualquer tentativa de recuperação militar lealista. O quartel-general rende-se. Cerca das 10 horas, a República é proclamada nos Paços do Conselho da Câmara Municipal de Lisboa, câmara que o PRP já conquistara nas eleições de Novembro de 1908.

O comportamento das forças monárquicas foi politicamente demissionário e estrategicamente deficiente. Um importante contingente de infantaria e artilharia ficou, durante muito tempo, imobilizado no Palácio das Necessidades e só na madrugada de 5 de Outubro

recebeu ordens para se deslocar para o Rossio, ordens que, aliás, recusou cumprir. Apenas a artilharia de Paiva Couceiro resistiu e procurou desalojar os homens da Rotunda.

O plano do Estado-Maior da Divisão de Lisboa, elaborado em 1909, prevendo a eventualidade de uma insurreição republicana na capital, apenas previa a movimentação de grupos civis. Por isso, as forças militares leais à Monarquia foram disseminadas por alvos considerados estratégicos para o inimigo. Quando se quis concentrar tropas, alterando o plano, era tarde.

Na província, a República, como previra João Chagas, foi geralmente implantada após tomada de conhecimento do que se passara na capital. Efectivamente, não se registou resistência significativa, fora de Lisboa, ao anúncio da vitória republicana. A circunstância seria comentada com ironia pelos observadores. Raul Brandão, por exemplo, disse que «bastou o estrondo para derrubar o trono». E Carlos Malheiro Dias escreveu que «a revolução, vista à distância de alguns anos [...], deixará apreensivos e perplexos os historiadores, tamanha é a participação do acaso no seu triunfo». De qualquer modo, Machado Santos informa no seu *Relatório* que a Alta Venda Carbonária se achava preparada para continuar o movimento revolucionário na província, em caso de insucesso na capital. Inclusivamente afirma que «a província armou-se à sua custa e de lá veio também boa parte do dinheiro com que o Directório adquiriu o armamento para Lisboa». E foi afinal Cândido dos Reis quem, temendo um derramamento de sangue porventura desnecessário, impôs à Carbonária que não entrasse em acção na província enquanto decorressem as operações em Lisboa.

As vicissitudes das operações revolucionárias do 5 de Outubro e do exercício do respectivo comando político aconselhariam o Directório do Partido Republicano Português a ponderar a estrutura dirigente do Estado que lhe competia propor. Não o fez, preferindo anunciar logo no dia 5 a formação de um Governo Provisório presidido por Teófilo Braga.

A composição deste Governo foi o resultado de um acordo de última hora entre personalidades do partido, alcançado em razão das alterações de situação desde a noite do dia 3 até ao reagrupamento dos dirigentes após as provas de resistência prestadas na Rotunda. As mortes imprevistas de Miguel Bombarda e de Cândido dos Reis, figuras com elevadas responsabilidades na condução do processo revolucionário, vieram somar-se às dúvidas sobre a disponibilidade de Basílio Teles para aceitar um posto governativo.



O Directório não tinha soluções preparadas para esta emergência. Definira, aliás, o princípio de que os seus membros não deveriam ocupar-se do Governo, pressupondo que este teria funções limitadas nos planos político e temporal. A excepção seria a pasta do Interior, que o Directório deveria preencher com um nome que obtivesse o acordo da Alta Venda Carbonária. A urgência em encontrar novas soluções para o imprevisto da situação ampliou a margem de manobra dos notáveis do partido e, entre eles, de Afonso Costa, que, segundo diversos testemunhos, veio a ser o principal arquitecto do elenco governativo anunciado no edifício da Câmara Municipal de Lisboa.

Assim, a Afonso Costa coube propor o nome de Bernardino Machado para os Negócios Estrangeiros, pasta presumivelmente destinada a Miguel Bombarda, em razão do seu prestígio científico internacional, vencendo aqui a resistência de João Chagas, que preferiria ver no cargo o seu amigo José Relvas, quando não ele próprio. Foi ainda Afonso Costa quem persuadiu o Directório a aceitar a designação de Teófilo Braga para a chefia do Governo e a convencer António José de Almeida a aceitar a pasta do Interior, compensando Basílio Teles com a das Finanças. Finalmente, o próprio Afonso Costa se impôs sem oposição para a Justiça e Cultos, ministério que substituía a antiga Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça. A pasta da Guerra seria ocupada por um oficial, também da confiança de Afonso Costa, o coronel de artilharia Correia Barreto. Completavam o Governo Provisório anunciado a 5 de Outubro o capitão-de-mar-e-guerra Amaro de Azevedo Gomes, na Marinha, e, no Fomento (ministério anteriormente denominado das Obras Públicas, Comércio e Indústria), o professor de Direito António Luís Gomes.

Tendo Basílio Teles recusado, sem explicações públicas, tomar posse das Finanças, veio esta a ser entregue, a 12 de Outubro, à figura mais proeminente do Directório, José Relvas. Brito Camacho substituiu António Luís Gomes a 22 de Novembro.

Com esta composição, o Governo Provisório suscitaria desde logo reservas e oposições, particularmente junto dos dirigentes carbonários, aos quais não tinha sido atribuída nenhuma pasta. Machado Santos não escondeu a sua surpresa perante a escolha que não tardaria a verberar. Segundo Raul Brandão, o «herói da Rotunda» convenceu-se de que fora mantido no acampamento do Parque Eduardo VII até tarde para que o seu conselho não fosse ouvido quanto à formação do Governo[2]. Juízo igualmente negativo sobre o processo de formação

do Governo exprimiria alguém que nele teve assento e certamente participou nas reuniões preparatórias, José Relvas:

> O Governo Provisório foi constituído à *la diable* e as ideias governativas da Revolução foram entregues ao arbítrio dos ministros, donde resultou a obra desconexa do Governo Provisório e a inconcebível situação de um ministério acéfalo [que o mesmo era ser presidido por Teófilo Braga], com acção independente de cada pasta.[3]

Estas críticas fortes não devem tolher a observação analítica. A coordenação governativa é geralmente indicada como a primeira falha deste Governo. A entrega dessa função a Teófilo Braga, um universitário com larga projecção mediática, mas pequena inclinação para as tarefas de direcção política, foi apontada como um erro. Mas a circunstância permitiu que Afonso Costa se destacasse como a principal figura do Governo Provisório, com o pendor reformista associado a determinação e coragem. A ascensão de Afonso Costa no Governo foi acompanhada de movimento idêntico no Partido Republicano.

Para além disso, a composição do Governo reflectia, em última análise, a natureza heteróclita do próprio partido, uma coligação de sensibilidades e personalidades, em que avultavam Afonso Costa, sob cuja influência se editava *O Mundo*, António José de Almeida, responsável pelo periódico *Alma Nacional*, Brito Camacho, director de *A Luta*, José Relvas, amigo pessoal e político do autor das *Cartas Políticas*, João Chagas.

### Notas

1 José Relvas, *Memórias Políticas*, vol. I, Lisboa, Terra Livre, 1977, p. 109.

2 Raul Brandão, *Memórias Políticas*, vol. II, Lisboa, Perspectivas e Realidades, s/d., p. 94.

3 José Relvas, *ibidem*, p. 56.

# O republicanismo

*Maria Alice Samara*

## Várias vozes e diferentes repúblicas

A IDEIA E OS VALORES REPUBLICANOS marcaram o século XIX, sobretudo o último quartel, e o século XX portugueses. Os republicanos começaram por ser apenas um grupo minoritário no contexto da sociedade portuguesa, mas ao longo do século XIX e sobretudo no início do século XX difundiram-se, chegando a uma audiência mais lata que incluiu a pequena e média burguesia urbana, os trabalhadores e as mulheres.

Como ideia, aspiração e esperança, o republicanismo antecedeu a formação do Partido Republicano Português (PRP) e sobreviveu à queda da República, em 1926. Foi mais do que a conquista e a manutenção do poder. Ou seja, podemos fazer referência à geração republicana de 1848, traçando a partir desse momento a genealogia do republicanismo, e podemos encontrar, depois da queda da Primeira República, um património político republicano ao longo do século XX. A ideia republicana não morreu no 28 de Maio de 1926; pelo contrário, pegou em armas contra a Ditadura Militar, foi oposição no Estado Novo e permaneceu viva. O «reviralho»[1] pretendia restaurar a «República Democrática». O liberalismo republicano, mais tarde apropriado pela corrente socialista, foi um dos grandes inimigos do Estado Novo. Ainda hoje, no século XXI, podemos encontrar os valores republicanos no discurso político contemporâneo.

## Em que país nasceu o Partido Republicano Português?

A FACE MAIS RECONHECÍVEL — tornada mais visível pela história política — do republicanismo é o Partido Republicano Português, que

nasceu em 1876, um ano depois do Partido Socialista. Surgiu numa sociedade que começava a mudar, propondo um projecto de futuro que respondia às transformações do presente. O país, ainda essencialmente rural, pouco desenvolvido, com altas percentagens de analfabetismo, sobretudo entre as mulheres e fora dos centros urbanos, não era imóvel e os ventos de mudança começavam a fazer-se sentir. Para isso contribuiu um tímido arranque industrial e o paulatino crescimento das cidades, nomeadamente Lisboa, que foi o palco central, mas não o único, dos combates do republicanismo. Em torno da capital formou-se um cordão de localidades, sobretudo na Margem Sul, que foram bastiões do PRP, antecipando-se, aliás, na proclamação da República, a 4 de Outubro de 1910.

Produtos do desenvolvimento económico do último quartel do século XIX, a industrialização, a urbanização e a terciarização, com as alterações sociais delas decorrentes, trouxeram para a arena política novos actores, do trabalhador industrial até à pequena e média burguesia urbana. E estas novas forças políticas não conseguiam ter acesso ao campo do poder num Estado liberal, elitista, exclusivista e oligárquico. Quanto à mulher, não tinha o direito de voto, nem, na verdade, a possibilidade de participar civicamente na vida da comunidade.

Desenhavam-se, à época, várias alternativas ao liberalismo monárquico, entre as quais o republicanismo, de cariz democratizante e querendo reformar a sociedade, moralizar a administração e regenerar a pátria, para a fazer trilhar um caminho que se desejava de fomento e de progresso. Os republicanos diziam ser os representantes do povo, conceito fluido e pouco definido, que estava excluído da arena da luta política. Para os dirigentes republicanos soara a hora de procurar afirmar as suas vozes — que consideravam ser as do povo —, as suas ideias e as suas propostas.

O final do século XIX, início do século XX, era percepcionado, por muitos dos homens e mulheres que viveram nesta conjuntura, como um tempo de crise para o qual era imperiosa uma regeneração, uma renovação e mesmo uma revolução. Uma obra emblemática deste sentimento é, sem dúvida, o *Finis Patriae* de Guerra Junqueiro. Mayer Garção escreveu um prefácio sobre «Junqueiro Republicano», defendendo a militância republicana do consagrado poeta. Mais do que isso, considerou que «O *Finis Patriae*, a *Pátria*, são inteiramente inspirados pelo anseio da salvação nacional, somente considerada possível pela implantação da República»[2].



O pano de fundo, pintado a traços largos, era o da crise económica dos anos 90 do século XIX, a par de uma onda crescente de reivindicações sociais. Politicamente, o rotativismo era duramente criticado pelos republicanos, quer de forma conjuntural — aproveitando escândalos financeiros ou explorando incidentes políticos —, quer de forma estrutural — questionando a legitimidade do regime monárquico. A eficaz propaganda republicana causou uma profunda erosão na Monarquia. A questão da legitimidade do poder do rei não era nova, mas foi habilmente explorada pelos republicanos. Estes conseguiram transformar D. Carlos I num rei que depauperava o tesouro, que considerava o país uma «piolheira», que vivia para os seus prazeres e que, pecado maior, desejava o engrandecimento do poder real e chamara para o poder João Franco, o ditador. D. Manuel II não escaparia à contundente crítica republicana, transformado num moço frágil, um monarca adolescente e juvenil, demasiado ligado às «saias» — as de sua mãe, D. Amélia, tida por reaccionária, e as dos padres, dos bispos e dos jesuítas, a infame «seita negra». A «Monarquia Nova» de D. Manuel cedo foi transformada, pela propaganda republicana, numa coisa «velha», sem soluções para o país. Os monárquicos foram os «inimigos providenciais», o reverso negativo das virtudes republicanas. O rotativismo e os seus homens políticos eram vistos como os actores de um espectáculo indecoroso da divisão da coisa comum. As críticas dos monárquicos, essas, eram «calúnias». Os republicanos rejeitavam a ideia de que eram desordeiros, de que promoviam «arruaças». Eram muito mais do que um gesto de ameaça ao trono. Defendiam que tinham seriedade e competência para governar e tudo fariam para se apresentarem como um partido disciplinado.

A partir de 1906, várias vozes no PRP rejeitaram o anterior período de abstenção eleitoral por parte dos republicanos, mas, sobretudo, a ideia de qualquer compromisso com os monárquicos. Queriam trazer os liberais e os patriotas para o seu seio, sem pactuar com os «rotativos». Na imprensa, ganhou importância a publicitação daqueles que se «convertiam» ao republicanismo.

Foi neste quadro geral de uma sociedade e de um campo político em mudança que o republicanismo nasceu e cresceu. Paralelamente, desenvolveu-se o Partido Socialista, que começou por ocupar um espaço social muito semelhante ao do republicanismo. Existiu uma espécie de rivalidade entre ambas as nascentes formações políticas. Teófilo Braga criticou duramente o trabalho dos chefes socialistas,

dizendo que este era dissolvente e escreveu sobre a «indisciplina dos metafísicos revolucionários portugueses que dificultaram entre nós o desenvolvimento da solução republicana»[3].

A data de fundação do PRP (1876) é uma ficção política, fazendo-nos acreditar que se trata do mesmo partido que chegou às vésperas do 5 de Outubro. A sua criação corresponde ao primeiro embrião de uma organização que se iria desenvolver, com altos e baixos, por mais de 30 anos, até se dividir, depois da implantação do regime. Contudo, esta divisão não foi surpreendente, antes compreensível à luz da ideia de que coexistiam diferentes tendências dentro do republicanismo que se mantinham unidas apenas na fase de combate. Foi sempre importante para a própria história do republicanismo a ideia da constituição do partido, a ideia de uma união ou de um corpo disciplinado. Mas o que podemos chamar com propriedade de partido formou-se mais tarde, como, aliás, o afirmam vários republicanos. Tem, contudo, uma característica que o diferencia dos partidos de notáveis: trabalhou para arregimentar e enquadrar as massas, criando uma importante base popular de apoio.

Foi na década de 80 do século XIX que o movimento conseguiu alcançar uma certa consistência. Assim, há a salientar as celebrações do Centenário de Camões em 1880 como acontecimento catalisador do crescimento do republicanismo. Foi nesta comemoração de fundo nacionalista e patriótico que o movimento ganhou espaço político e conseguiu começar a chegar às massas populares. Alguns observadores[4] quiseram ver aqui o ponto de partida no processo de queda do regime monárquico, já que o movimento republicano — que, ao contrário do Estado e da Monarquia, capitalizara a sua presença na organização dos festejos — começara a ganhar raízes. Fernando Catroga[5] matizou esta ideia, procurando outras causas para a génese do partido republicano, como a luta contra o tratado de Lourenço Marques e as Comemorações Pombalinas. O programa do PRP data, aliás, de 1891, muito tempo após a sua fundação. Bastante sintético, tem essencialmente preocupações políticas, tratando da organização dos poderes do Estado e das garantias individuais (liberdades essenciais, políticas e civis)[6]. Na relação entre o Estado e o indivíduo, os signatários deste documento propuseram a igualdade perante a lei, na formação da lei e na sua execução. De entre um conjunto de propostas vale a pena fazer referência à defesa da liberdade de consciência e da igualdade civil e política para os instruídos, do registo civil, do ensino obrigatório,



da secularização de cemitérios, da educação das mulheres, do sufrágio universal, da autonomia municipal, da descentralização e administração civil das províncias ultramarinas, da liberdade de associação, reunião e representação, da liberdade do trabalho e da indústria e da abolição de monopólios. Pretendiam ver extintos os poderes hereditários e os privilegiados. Afigurava-se-lhes importante o fim das últimas formas senhoriais de propriedade, o arroteamento de campos incultos, a reforma do regime hipotecário, a revisão de pautas, a diminuição do imposto de consumo nos géneros de primeira necessidade e o resgate da dívida pública externa, bem como a regularização da interna.

Um dos episódios políticos mais marcantes para o republicanismo foi o «31 de Janeiro» (1891). No contexto da crise do *Ultimatum* (1890), com um ambiente político ao rubro depois do que foi considerado como uma humilhante imposição inglesa, frustrando os projectos africanistas do «mapa cor-de-rosa», o movimento republicano, inicialmente apanhado de surpresa, capitalizou o descontentamento, aproveitando uma conjuntura política de crise na qual se exacerbavam os sentimentos nacionalistas. Para uma parte da historiografia, esta conjuntura foi o princípio do fim da Monarquia. É importante realçar que o republicanismo sempre soube capitalizar as crises políticas e criar incidentes políticos, de modo a ciclicamente arrebatar os ânimos da opinião pública.

As dificuldades do Estado português como potência colonial foram apenas uma pequena parte das críticas que se alargavam ao jovem rei D. Carlos I, aos partidos, ao regime monárquico. Neste ambiente antibritânico e antimonárquico, parte do movimento republicano lançou-se numa tentativa revolucionária para derrubar a Monarquia. Chegaram a içar a bandeira de um centro republicano, ao som de *A Portuguesa*, letra e música nascidas precisamente no contexto da crise do *Ultimatum* e que seria o hino oficial depois de 1910[7], e a proclamar a República, mas a defesa da Monarquia levou a melhor nesta primeira partida. Embora sendo uma derrota, a memória desta revolta, sempre retomada, passou a fazer parte da história do movimento, acabando por se transformar num estímulo. Ano após ano, era comemorado o «31 de Janeiro», não se deixando esquecer que chegaria a hora da República. Foi uma derrota «produtiva», o primeiro combate do que se imaginava ser uma gesta republicana. Deste acontecimento, os republicanos quiseram lembrar a força de ver a sua bandeira hasteada, ainda que por pouco tempo, e fazer esquecer as divergências entre revolucionários e o Directório do partido.

De 1894 a 1900, as forças republicanas estavam desorganizadas, em parte devido à política de abstenção eleitoral, que lhes retirava visibilidade pública. O início da fase de grande desenvolvimento do movimento republicano começou a partir de 1903. As comissões paroquiais de Lisboa, Porto e Coimbra impuseram uma acção partidária constante e a necessidade de reorganização. Em 1904, os republicanos discutiam se deveriam disputar eleições, e as comissões «populares» impuseram este objectivo. O crescimento manteve-se em 1906/1907, sendo profícua a acção da comissão reorganizadora do partido. A luta contra João Franco mobilizou o campo político e, mesmo depois do regicídio, o desenvolvimento acelerou, num crescendo até 1910. Nasceram centros republicanos, fundaram-se escolas, a Carbonária ganhou novo fôlego e intensificou-se a propaganda. A imprensa republicana foi uma das mais significativas armas de combate, servida por vários órgãos de imprensa e por uma plêiade de jornalistas aguerridos e combativos. Os republicanos conquistavam lugares como deputados e nas câmaras municipais. No Parlamento foram uma oposição minoritária, mas sempre activa e temida. Ao lutarem pela tomada de órgãos do poder local, conquistaram importantes posições, nomeadamente em Lisboa. A conquista da câmara municipal da capital foi essencial para a estratégia do republicanismo, provando, contra o que afirmavam os monárquicos, que eram capazes de administrar a cidade e, mais do que isso, fazer boa administração. Procuraram pôr em prática o seu programa, manifestando as suas preocupações económicas — equilibrar o orçamento — e sociais — implementar condições mais justas para os trabalhadores.

Como partido, o PRP, sobretudo nos últimos anos antes da implantação da República, foi uma organização com uma chefia colectiva, o Directório, eleito por congresso e sedeado em Lisboa. Na qualidade de órgão colectivo, comportava diferentes tendências políticas no seu seio e muitas vezes tinha de respeitar divisões geográficas, com lugares negociados entre Lisboa, Porto e Coimbra, que reflectiam a existência das juntas directoras do norte, sul e centro. Para além do Directório, existia uma rede, incipiente é certo, de comissões municipais e paroquiais, por todo o país. Desempenhavam um papel central nos trabalhos de recenseamento promovidos pelos republicanos, de modo a trazer mais eleitores às lides políticas, e constituíam a ossatura da organização partidária. Para estes trabalhos políticos eram mobilizados, em Lisboa, também os directores de diários republicanos, antigos deputados, vereadores e candidatos a deputados.



Os congressos anuais pretendiam ser um exemplo de democracia interna e uma afirmação de força para o exterior. Eles foram o reflexo das divisões entre as diferentes facções, mas demonstraram também a força e a capacidade de mobilização republicanas.

Os republicanos investiam no contacto com as «massas», enquadradas em grandes comícios (nos quais começariam a aparecer mulheres e crianças), imagens da força republicana. Em muitos deles faziam aprovar moções ou documentos que, assim, eram credibilizados pela ideia de aceitação popular. As «campanhas» eleitorais demonstravam um duro trabalho político dos chefes republicanos, que se desdobravam em iniciativas de propaganda política, não só em Lisboa mas noutras cidades. Normalmente, um líder «nacional» cobria Lisboa e localidades limítrofes e, a nível local, o vulto republicano de referência investia na conquista das populações para o republicanismo.

A organização matricial do republicanismo era uma rede de centros, que deveriam ser constituídos por «cidadãos republicanos», orientando a sua propaganda e conduta de acordo com os princípios fundamentais do PRP. Esta organização foi a base nuclear do movimento, antecedendo a República e sobrevivendo-lhe. Normalmente, os fundadores dos centros escolhiam o nome de um republicano para a designação da sua organização. Isto indica, ainda que de uma forma impressiva, a influência de determinados líderes e a «facção» dos centros, que tinham grande autonomia e eram independentes. Para além de serem clubes políticos, os centros integraram outras valências, a mais importante das quais a escola, com aulas tanto para crianças como para adultos. Eram assim locais de combate político e de educação, num certo sentido, de combate *pela* educação. Privilegiavam um ensino teórico-prático, muito para além das primeiras letras (pelo método João de Deus). A Comissão Paroquial de Santa Isabel, em Lisboa, propunha-se ministrar português, francês, desenho, aritmética, geografia, contabilidade e escrituração comercial, princípios de física e química e ciências biológicas, não podendo faltar as conferências de sociologia[8].

Lugar privilegiado de sociabilidade política e cultural, de experiência de discussão e de organização, os centros organizavam eventos como conferências e palestras, sendo o local da divulgação e popularização da doutrina republicana, mas também do saber dos «mestres». Os republicanos podiam ali encontrar livros e jornais essenciais para a sua politização e instrução. Podiam mesmo trabalhar como professores nestes centros escolares e eleitorais. Eram, também, o lugar

da festa, dos jantares democráticos, da actuação de grupos de teatro e bandas de música. Numa festa republicana fazia-se, por exemplo, uma homenagem a um vulto ilustre, inaugurava-se o seu retrato numa sala do centro e, depois dos discursos, descomprimia-se com um sarau dramático e musical. Sempre que possível, estas organizações faziam bodos aos pobres e ajudavam os alunos mais necessitados. Muitos republicanos não descuravam a sua vocação filantrópica, que, cuidadosamente, distinguiam de caridade.

Os centros constituíram uma rede política, cultural e social que procurava agir no quotidiano e ganhar novos republicanos. Faziam parte da vida e da morte dos republicanos. Não por acaso, o corpo de Heliodoro Salgado foi velado no Centro Democrático Eleitoral de Lisboa.

## A galáxia republicana

O REPUBLICANISMO NÃO pode ser reduzido apenas a um fenómeno político-partidário. Valeu sempre mais do que os seus resultados eleitorais, que até 1910 foram crescendo, mesmo com leis eleitorais que pretendiam diluí-los. O movimento deve ser visto mais como uma formação social, política e cultural, de tamanho variável, tecida de relações interpessoais e com base num denominador comum. O republicanismo partilhava com outras forças uma cultura política assente no livre-pensamento, no positivismo, no cientismo, no anticlericalismo, na necessidade de educação. Desejava o progresso, acompanhado de ordem, numa sociedade mais justa e democrática. Era o que ao tempo parecia mais moderno e inovador. Tinha respostas e sabia, com uma certeza «científica» e quase messiânica, qual o caminho a trilhar.

As relações entre as suas várias tendências e componentes implicavam um equilíbrio de tensões ou, se se quiser, a coexistência de divergências mais ou menos profundas, que podiam até resultar em cisões neste campo político. Tome-se como exemplo a expulsão do federalista Carrilho Videira, as divergências entre o Directório e os revolucionários do Porto em 1891 ou ainda a dificuldade em votar a revolução nos últimos anos do regime monárquico.

O republicanismo nunca foi monolítico, foi um movimento com fracturas e convulsões internas. Não foi um movimento onde apenas predominavam «elites», nem estas carregavam sozinhas o «fardo» da modernidade e da mudança. O republicanismo construiu uma comunidade política, com o seu território próprio, que se desejava em constante expansão. Para além do PRP, o movimento republicano era composto por uma teia de ligações que entroncavam noutras organizações, como a Associação do Registo Civil, a Carbonária, as associações femininas e feministas — Liga Republicana das Mulheres Portuguesas — e a Maçonaria. Esta última associação não fora sempre republicana, nem unicamente formada por homens deste credo político, mas o Grão-Mestrado de Magalhães Lima permite-nos falar de uma republicanização da associação secreta. Estavam também ligadas ao republicanismo associações de classe, como por exemplo a associação dos lojistas. O movimento contava ainda com os jornais e toda a rede cultural e política que em torno deles se tecia, com grupos de teatro, com algumas colectividades e suas valências culturais, como bandas de música. Os centros republicanos eram, eles próprios, muito mais do que um clube político e assim abriam as portas a encontros frutuosos.

O republicanismo foi, assim, uma galáxia de organizações e de grupos mais ou menos informais, com relativa autonomia, ligado tanto por redes institucionais como pessoais.

Este vasto conjunto de agentes e organizações que confluíam no republicanismo trabalhavam tanto para a concretização dos seus objectivos específicos como para os comuns. Destes últimos é importante fazer referência a dois, que se prendem com a questão política e a questão religiosa: lutava-se contra a Monarquia, considerada a raiz de todos os males na vida política de então, e contra o peso da Igreja Católica, muito especialmente dos jesuítas, obstáculo a uma almejada transformação do súbdito em cidadão.

O denominador comum de todos estes grupos e agentes era essencialmente político e cultural, associando livres-pensadores, anticlericalistas, socialistas, feministas, pacifistas, liberais, progressistas, homens ligados à educação e instrução, um vasto caudal de homens e mulheres que se pensavam como cidadãos e, assim, procuravam um espaço de intervenção na cidade.

As preocupações sociais não estiveram ausentes do ideário republicano. Durante os tempos de combate e de propaganda, desde a formação até ao 5 de Outubro, o PRP caminhou lado a lado com outras forças progressistas e modernas, nomeadamente os socialistas e os anarquistas. Estes diferentes campos políticos mantinham relações

nem sempre fáceis, discordando por vezes em questões de princípios, de táctica ou estratégia. Partilhavam ideias, mas podiam discordar de prioridades, nomeadamente entre a questão política e a social.

Ao contrário das correntes socialistas, a questão política detinha a centralidade no discurso propagandístico republicano, em detrimento das questões económicas e sociais. Ainda assim, existiu sempre um grupo que desejava uma sociedade pautada pela dignificação do mundo do trabalho. Havia um republicanismo com preocupações sociais — discípulo de Teófilo Braga, Teixeira Bastos, por exemplo, assimilou aspectos do programa socialista operário; Fernando Catroga[9] mostrou como nalguns sectores se verificou a fusão da ideia republicana e socialista e mesmo a republicana e anarquista. Não se separava a questão do regime e a questão social (Teixeira Bastos, Felizardo Lima, Heliodoro Salgado, Boto Machado). O Círculo de Estudos Sociais Teófilo Braga, de entre as suas preocupações, procurou «estudar a questão debatida entre o Capital e o Trabalho, no sentido de procurar que a emancipação dos trabalhadores possa realizar-se sem quebra da lei natural da evolução pela eliminação e atenuação sucessivas das iniquidades tradicionais»[10].

Algumas das ideias do republicanismo social e progressista eram caras à intelectualidade ligada ao movimento operário. No período de assalto ao poder, de conspiração e de revolução, os republicanos, não sem receios, apelavam para a participação popular, inflamavam as audiências nos seus comícios, fazendo crer que, feita a República, a sua vida iria melhorar substancialmente. E os trabalhadores não deixaram de sonhar com essa nova existência, não deixaram de se entusiasmar com a ideia de revolução. Muitos deles abandonaram os seus grémios profissionais e políticos, motivados pelo entusiasmo e «confiança cega» nos republicanos e numa determinada ideia de República. Foi o «bloco social do 5 de Outubro», que continha o radicalismo urbano e o mundo do trabalho, que viabilizou a revolução. Já no século XX, o republicanismo, que sempre fez referência à necessidade de reorganização das forças produtivas e defendeu a ideia de fomento para construir a regeneração do país, tratou de questões económicas, como por exemplo a remodelação do sistema tributário[11]. Segundo Bernardino Machado[12], os impostos de consumo deviam ser substituídos por um imposto progressivo de rendimento. Os republicanos não descuravam o programa económico, visando atrair as classes médias e os populares.

Para os republicanos, na fase de propaganda, a República era vista como a salvação da pátria, o ideal, a possibilidade de atingir um



estádio de maior perfeição, e afirmavam categoricamente: «Com a República, Portugal pode ter a felicidade»[13]. Com um optimismo de base positivista, acreditavam que a República seria uma realidade inelutável. Segundo Teófilo Braga, «todos os problemas da nação, positivamente todos, teriam resolução definitiva e pronta com o advento da República»[14].

Para além da campanha política, os republicanos empenharam-se também na campanha doutrinária, científica, pedagógica, cívica. Pretendiam fazer uma «revolução cultural», para que fosse possível levar a bom termo um processo evolutivo para um estádio civilizacional e societal superior.

## Ser republicano

Como já foi referido, o republicanismo não foi um movimento a uma só voz; pelo contrário, foi plural e abarcou diferentes discursos, nele se investindo várias expectativas. No quadro geral, e necessariamente incompleto, do que significou a ideia republicana, o republicanismo tende a ser simplificado para efeitos descritivos. Mas nunca existiu uma sensibilidade ou facção republicana única; as facções variaram diacrónica e sincronicamente. Dos republicanos até à historiografia contemporânea, são vários os autores que têm chamado a atenção para esta questão, através da ideia de diferentes gerações e pela identificação de diferentes grupos político-ideológicos. Podemos referir dois exemplos. Oliveira Marques, nos seus *Ensaios*[15], propôs uma visão geracional do movimento republicano. Assim, estaria identificada uma «geração de 1870» composta por homens como Teófilo Braga, Manuel de Arriaga, Magalhães Lima e Bernardino Machado, e uma «geração do *Ultimatum*», constituída por Machado Santos, Sá Cardoso, António Maria da Silva, António José de Almeida, Afonso Costa e Brito Camacho. Dentro deste campo político são sugeridas divisões, como os republicanos jacobinos (Teófilo Braga), os radicais (Teixeira Bastos) e os independentes (Basílio Teles).

O movimento republicano criou e reproduziu, através dos seus canais de comunicação específicos, nomeadamente a imprensa, imagens dos diferentes líderes e principais caudilhos do partido. Ou, dito de outra forma, os mais importantes vultos republicanos escreveram sobre si próprios, criando uma imagem geral do republicano e uma

imagem específica de um determinado líder. Surpreende-se aqui a criação de uma comunidade política que se auto-referencia e se autolegitima. Um vulto republicano escrevia sobre outro, fazendo alusão às suas qualidades, pontos fortes e valores. Ao fazê-lo, credibilizava essa figura em particular e o movimento que a acolhia no seu seio.

Através da referência aos vultos mais significativos do republicanismo criava-se uma espécie de perfis-tipo: o amado do povo, o que entendia o povo, o parlamentar, o jornalista, o competente, o «santo», o que pugnava pela instrução pública, o moderno, o livre-pensador, etc. Diferentes perfis, mas a mesma essência republicana.

O movimento republicano, não tendo um líder único, investiu na multiplicação de qualidades dos seus membros destacados, de forma a apresentar-se como plural e multifacetado e podendo assim responder a interesses e expectativas de diferentes facções. De uma falta — porque em vários discursos se percebe que alguns republicanos julgavam ser mais eficiente ter um líder único — se fez uma virtude.

Podemos, a título de exemplo, traçar o perfil de alguns republicanos ilustres. Teófilo Braga representava o mestre, a principal figura do movimento filosófico contemporâneo. Era o grande pensador. Mais do que isso, diz Magalhães Lima, era o «São Paulo da nossa igreja»[16], alguém para quem a propaganda era um sacerdócio, um apostolado e uma evangelização. Foi portanto uma figura de referência na construção teórica do movimento republicano. Manuel de Arriaga, por seu lado, era o decano do movimento, o homem que aliava bondade, inteligência e honestidade.

Um dos mais populares políticos republicanos antes da implantação do regime em 1910 era António José de Almeida. A imagem deste líder estava, em grande medida, associada ao sentimento, uma vez que se construiu uma ligação afectiva entre ele e o povo. O sentimento era, nas suas mãos, uma arma política. Era o amado do povo e conseguia interpretar o sentimento popular. Era o tribuno, capaz de preparar os ânimos da multidão. Era o «deus da Verdade, da Justiça e do Combate, que fulminava com o olhar e com o verbo, exuberante de imagens»[17]. De igual modo, era o «verbo» da revolução, «adorado por todos até à idolatria»[18]. Era descrito como um «revolucionário», numa acepção muito particular da palavra, que implicava amar a liberdade e a justiça, querer a redenção da pátria, pondo o interesse de todos acima do interesse próprio. Havia sempre um relativo cuidado na utilização desta categoria, de modo a não a associar directamente à violência política. António José de Almeida era um homem que defendia a inviolabilidade da lei e considerava que todo o direito moderno se apoiava na soberania nacional. Quando as leis cessassem de proteger os seus adversários, então deixariam de o proteger também. Proclamava a revolução como um direito, um dever e uma necessidade — um direito sempre que a lei deixasse de ser expressão da soberania nacional, um dever sempre que não houvesse outra solução para salvar o país e uma necessidade sempre que o povo se tornasse escravo devido a um golpe de Estado.



Bernardino Machado foi uma das figuras centrais do republicanismo na fase de propaganda e de conquista do poder. Durante os primeiros anos do século XX, depois da sua «conversão» pública ao republicanismo, surpreendemos a tentativa de o transformar no líder, ainda que informal, do Partido Republicano. Bernardino surge frequentemente associado a uma imagem de bondade, mesmo de santidade. Segundo Mayer Garção, tinha o «coração de um santo palpitando no peito de um herói»[19]. Era o «césar pacífico»[20]. Descreviam-no como o pai do movimento republicano, uma alta e nobre figura. Bernardino Machado representava a possibilidade de inclusão de um vasto leque de sensibilidades, incluindo monárquicos e mesmo alguns católicos. O que ele não representava, de todo, era a faceta revolucionária do movimento.

Afonso Costa foi ganhando — e fazendo por ganhar — o favor da opinião pública republicana, do partido e de parte das bases. Nunca foi, contudo, um homem consensual. Uma das características que começou a ser utilizada e trabalhada foi a sua sólida formação académica. Afonso Costa trazia consigo a reputação de Coimbra, o prestígio como lente. Por outro lado, era um advogado de sucesso. A sua projecção acentuou-se a partir de 1906, altura em que foi considerado o primeiro parlamentar português moderno, no que então essa classificação tinha de encomiástico. Reunia, aos olhos dos republicanos, as qualidades essenciais para um político: a energia e a perspicácia. Considerado como destemido e audacioso, começou a ser encarado como uma das esperanças do movimento.

## O país republicano

SE NA CHEFIA DO PARTIDO encontramos um conjunto de vultos de grande importância nacional, numa análise mais fina encontramos

vários líderes locais e regionais que têm uma importância central para o desenvolvimento do partido numa determinada localidade ou região. Estes republicanos «locais», que deveriam ser «exemplos» de cidadania politicamente consciente, fizeram um trabalho de grande relevância, pouco referido pela historiografia, mas essencial para o fortalecimento da ideia republicana: a criação de uma rede de sociabilidades políticas que ultrapassou os limites geográficos da capital, permitindo uma difusão no território nacional do ideário republicano. Os combates não tinham lugar só em Lisboa, muito embora esta fosse a principal arena política. Não existiu apenas o conflito contra o Estado, que decorreu sobretudo na capital. O republicanismo foi também uma luta contra os senhores locais e contra o peso da Igreja, ou, como estes homens e mulheres gostavam de imaginar, a favor de um mundo novo.

O republicanismo, que registou uma dinâmica de crescimento assinalável sobretudo nos anos imediatamente anteriores à República, não era uma ideia partilhada pela maioria da sociedade, como, aliás, reconheciam os próprios republicanos. Não era o número que fazia a sua força, mas sim a convicção de que representavam «a consciência nacional, a aspiração do país, a alma portuguesa»[21]. A sua influência variava geograficamente e socialmente. Podemos encontrar algumas linhas de força que esquematizam a sua penetração. O republicanismo era um fenómeno maioritariamente urbano, cercado pelo que já foi chamado de um vasto oceano de ruralidade. As suas vertentes antijesuítica e anticlerical alhearam uma parte da população, nomeadamente as massas rurais e as elites católicas, sobretudo no norte do país. Pela geografia eleitoral dos anos anteriores a 1910, podemos constatar uma maior implantação do republicanismo no sul de Portugal e, claro está, nos centros urbanos.

Analisando o «cerco social e político» da alternativa liberal-republicana, Fernando Rosas, na linha de Vasco Pulido Valente, considerou que, «fenómeno pequeno-burguês e essencialmente urbano, a República, mais do que triunfante, sobretudo no meio rural — a vasta maioria do país —, é passivamente consentida, mercê da situação particular de quase isolamento em que se encontrava o regime monárquico»[22].

Segundo a sua definição clássica, o republicanismo é um fenómeno essencialmente das classes médias, de pequenos funcionários, comerciantes, oficialidade menor, profissões liberais, com um vasto campo de apoio na «plebe urbana». Esta corrente política conseguiu, de igual



modo, a adesão de parte do socialismo e do anarquismo, que viam no fim do regime monárquico e na implantação da República um primeiro passo para a sociedade que idealizavam, ou, de uma forma mais prosaica, esperavam que as condições económicas e sociais melhorassem. Por outro lado, as mulheres mais politizadas depositaram as suas esperanças no novo regime, almejando a concessão de direitos cívicos.

Não era um fenómeno maioritário, certamente. No entanto, o republicanismo revelou um enorme dinamismo político e cultural, uma inaudita capacidade de mobilização de massas — veja-se as fotografias dos comícios republicanos em Lisboa —, uma capacidade de seduzir parte do campo cultural e de congregar as expectativas e aspirações de um largo espectro de tendências políticas do campo dito progressista. Não era maioritário, mas conseguiu reunir forças capazes de ultrapassar a inferioridade numérica. Mas, se nem todos eram republicanos, também existiam sectores pouco abertos para a vida política que não estavam dispostos a derramar o seu sangue pela Monarquia. O constitucionalismo monárquico perdia a sua capacidade de atracção e de mobilização, e o republicanismo conquistava «devotos», homens dedicados e activos. Considerando-se honrados e honestos, estes homens procuravam corresponder ao ideal do «perfeito cidadão republicano», professando os princípios republicanos e conformando os seus actos aos mesmos princípios. Acatavam a soberania do Congresso, promoviam ou participavam em acções de propaganda, recenseavam-se e inscreviam-se na junta de paróquia, contribuíam para o cofre do partido e observavam a lei orgânica.

## Como se podia fazer a República?

Imediatamente antes de 1910, dentro do PRP e no campo republicano coexistiam várias correntes e diferentes formas de luta que não se anulavam, seguindo paralelas. Por vezes, eram os mesmos homens que combatiam em mais do que uma frente.

A primeira corrente, decidida a continuar uma luta legalista, eleitoralista e ordeira, pretendia afirmar o PRP como partido capaz de governar. Afastava-se a imagem do revolucionário para apresentar a do político competente, capaz de fazer boa administração. Os republicanos queriam ser vistos como homens de Estado. A conquista da Câmara Municipal de Lisboa, bem como de várias

outras, nas eleições de 1908, deve ser entendida como a peça central desta estratégia de credibilização. A linha «ordeira», mais gradualista, acreditava que a República acabaria por se impor ao cidadão esclarecido e instruído, sem necessidade de violências revolucionárias. Continuava a lutar pelo voto no Parlamento e praticava uma administração-modelo nas municipalidades conquistadas. De facto, a votação republicana foi crescendo sempre durante este período, sendo que em 1910 aumentara significativamente o número de deputados republicanos.

A segunda corrente, mais radical e revolucionária, era protagonizada pela Carbonária. Esta funcionou como um grupo de pressão sobre o Directório e o partido, para que se tomassem medidas mais enérgicas. Boa parte dos republicanos sentia algumas dúvidas, em primeiro lugar, quanto à real influência da Carbonária, mas sobretudo quanto à conveniência de a deixar tomar a dianteira do processo de implantação da República. Assim, uma outra linha de um republicanismo mais «burguês», ainda que adepto do recurso à acção subversiva, advogava a necessidade de impedir a «rua» de tomar a iniciativa revolucionária, propondo um golpe militar «seguro».

Tinham, contudo, acabado os dias de propaganda. Chegavam os dias de tomada do poder. O congresso republicano efectuado em Setúbal em 1909 foi a primeira vitória da corrente revolucionária, contando com o auxílio dos republicanos carbonários e criando um comité civil e um comité militar para se preparar a revolução. Foi uma vitória quase simbólica, já que a linha legalista ainda mantinha poder e influências suficientes para opor resistência e obstruir o processo. Para desespero dos mais radicais, nada de muito importante se faria. Em Abril de 1910, novo congresso e nova investida dos radicais, com mais resultados: reorganizou-se uma comissão revolucionária. Apesar do alento dado à linha legalista pelo sucesso eleitoral de Agosto de 1910, os revolucionários ganhavam poder. A 5 de Outubro de 1910, os republicanos, os *vários* republicanos, implantaram a República. Chegavam ao poder as diferentes vozes daqueles que tinham sonhado diferentes repúblicas.



## Notas

1 Sobre os movimentos «reviralhistas», veja-se Luís Farinha, *O Reviralho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo, 1926-1940*, Lisboa, Estampa, 1998.

2 Guerra Junqueiro, «À mocidade das escolas. *Finis Patriae*» (8 de Dezembro de 1890), *Horas de Luta*, Porto, Lello & Irmão, 1965.

3 Teófilo Braga, *História das Ideias Republicanas em Portugal*, Lisboa, Veja, 1983.

4 Francisco Reis Santos, «O movimento republicano e a consciência nacional», *in* Luís de Montalvor (dir.), *História do Regímen Republicano em Portugal*, Lisboa, Ática, 1932.

5 Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000.

6 *Programa do Partido Republicano*, Lisboa, A Liberal-Oficina Tipográfica, 1908.

7 Veja-se a descrição em Raul Rego, *História da República*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1986-1987, pp. 191 e seguintes.

8 *A Luta*, n.º 240, 30 de Agosto de 1906.

9 Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000.

10 *Arquivo Republicano*, n.º 1, Janeiro de 1910.

11 «Moção que foi votada pelo povo de Lisboa em comício de dia 10 de Dezembro de 1905», *A Luta*, n.º 193, 14 de Julho de 1906.

12 *A Luta*, n.º 571, 30 de Julho de 1907.

13 *O Século*, n.º 9 438, 30 de Março de 1908.

14 Citado em António Pedro Mesquita, «O Pensamento Social e Político», *in* Pedro Calafate (dir.) e Manuel Cândido Pimentel (coord.), *História do Pensamento Filosófico Português*, vol. IV, *O Século XIX*, Tomo 2, Lisboa, Editorial Caminho, 2004.

15 A.H. de Oliveira Marques, *Ensaios de História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988.

16 *Arquivo Republicano*, n.º 1, Janeiro de 1910.

17 Luz de Almeida, «A obra revolucionária da propaganda. As sociedades secretas», *in* Luís de Montalvor (dir.), *ibidem*, p. 223.

18 *Idem*, *ibidem*, p. 238.

19 *Arquivo Democrático*, n.º 2, Setembro de 1907.

20 *Ibidem*.

21 *Arquivo Republicano*, n.º 3, Março de 1910.

22 Fernando Rosas, *Pensamento e Acção Política. Portugal Século XX (1890-1976)*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004, p. 33.

# A sociedade

*David Pereira*

A caracterização da sociedade em Portugal durante os primeiros anos sob a vigência do regime republicano, balizados entre a proclamação da República Portuguesa em 5 de Outubro de 1910 e a eclosão da Primeira Guerra Mundial iniciada com o assassínio do arquiduque Francisco Fernando em Sarajevo, em 28 de Junho de 1914, revela-se importante e ao mesmo tempo bastante ilustrativa do início do novo regime político no país. A natureza e o perfil político deste regime inicial definiram-se logo nesses anos por um esforço agressivo e nada contemporizador sobretudo a nível interno, mas também a nível externo, de forma a garantir a ordem recém-estabelecida. A sociedade portuguesa de então não deixou de reflectir os efeitos da política económica caracterizadora do regime, que em vão buscava o grande surto económico que repetida e exageradamente fora prometido durante o período da propaganda republicana antes de 1910. Esta política baseava-se também na convicção de que só um grande surto económico poderia dar ao frágil regime uma forte base social, assente na exígua classe média urbana de um Portugal essencialmente rural e católico. Na verdade, a República irrompeu num país agrário e tradicional como um fenómeno urbano confinado essencialmente a Lisboa, sempre dependente do apoio das camadas populares urbanas e justificado no seu sucesso político porque os defensores do regime deposto se encontravam exasperados, descontentes e desunidos[1]. Servem estas considerações prévias para centrar adequadamente a abordagem deste texto. Necessariamente sucinto, ele organiza-se em função da clivagem dos mundos rural e urbano, partindo da caracterização da população portuguesa nos primeiros anos da República.

## A população

Para o período em análise, o *Censo Populacional de 1911* contabilizou 5960 056 portugueses no território nacional e ilhas adjacentes. Em termos comparativos, o decénio de 1901-1910 registou um crescimento populacional de um por cento, enquanto na década seguinte o crescimento se cifrou em apenas 0,1 por cento, sobretudo devido às vagas migratórias dos anos de 1911-1913 e à conjugação dos anos da Grande Guerra com o surto epidémico de 1918-1919. Na verdade, a esmagadora maioria desta população vivia em meios rurais, totalizando 85 por cento em 1910, quando eclodiu a revolução republicana. Dos 15 por cento de portugueses que habitavam em meios urbanos, 68 por cento residia em Lisboa ou no Porto, as únicas cidades com mais de cem mil habitantes no país. Os restantes 32 por cento distribuíam-se por núcleos populacionais de cerca de dez mil residentes, destacando-se entre os 20 mil e os 30 mil habitantes as cidades de Setúbal, Funchal, Braga, Coimbra e Évora[2]. No entanto, esse índice de ruralidade dos portugueses seria ainda mais elevado se fossem considerados como habitantes rurais os residentes em centros considerados urbanos que se ocupavam profissionalmente em actividades ligadas à agricultura. Este quadro caracteriza fielmente os anos em análise, uma vez que Portugal mantinha ainda 82 por cento dos seus habitantes como população rural em 1930[3]. A análise qualitativa, em função da classe social e da ocupação profissional dos portugueses, será a que guiará este texto, para o que apresentamos o seguinte quadro resumido relativo ao *Censo Populacional de 1911*:

*População Activa por ramos de actividade (1911)*[4]

| Ramos de Actividade | População Total | População Activa | Percentagem da População Activa |
|---|---|---|---|
| Trabalho Agrícola | 3440 076 | 1442 364 | 55,8 % |
| Pesca e caça | 48 230 | 19 402 | 0,8 % |
| Indústrias Extractivas | 17 476 | 9247 | 0,4 % |
| Indústrias | 1231 439 | 547 751 | 21,1 % |



| | | | |
|---|---|---|---|
| Transportes | 215 381 | 76 800 | 3 % |
| Comércio | 378 725 | 154 314 | 6 % |
| Força pública | 80 317 | 38 315 | 1,5% |
| Administração | 57 416 | 16 032 | 0,6% |
| Profissões liberais | 112 228 | 41 203 | 1,6% |
| Pessoas que vivem de rendimentos | 206 285 | 76 412 | 3% |
| Trabalhos domésticos | 50 079 | 41 018 | 1,6% |
| Improdutivos | 122 404 | 122 404 | 4,7% |
| Total | 5960 056 | 2585 262 | 100% |

## O mundo rural

Como verificámos, mais de metade da população portuguesa trabalhava na agricultura em 1911. Assim, a essa imensa massa agrícola correspondiam diferentes modos de produção, desde os exemplos de produção comunitária prevalecentes em Trás-os-Montes, passando pelos resquícios do feudalismo, pela produção do pequeno proprietário subordinada através do mercado à economia capitalista, até à moderna produção capitalista. Já quanto às classes sociais em presença no que ao mundo rural diz respeito, o país apresentava a seguinte diversidade: o proletariado agrícola, que apenas detinha a sua força de trabalho, vendida em troca de um salário; o semiproletariado agrícola, mais numeroso e que englobava centenas de milhares de proprietários de minúsculas ou pequenas parcelas de terra que não asseguravam o sustento e necessitavam de alienar a sua força de trabalho de forma mais ou menos irregular; os camponeses pobres, que arrendavam uma pequena propriedade, garantindo precariamente a sua subsistência e não recorrendo ao trabalho assalariado; os médios camponeses, que possuíam uma propriedade de média dimensão e usavam já trabalho assalariado de forma mais ou menos irregular; os camponeses ricos, que empregavam trabalhadores assalariados para explorarem a sua propriedade; os latifundiários e rendeiros capitalistas, que exploravam grandes propriedades e

viviam do lucro e da renda provenientes das suas terras. Contavam-se 771 325 muito pequenos proprietários, que não ultrapassavam os 11$00 de rendimento anual da terra, pelo que estavam isentos da contribuição predial, equivalendo a 58 por cento do total da população rural. Já entre os pequenos, médios e grandes proprietários colectados para efeitos de contribuição predial, contavam-se os restantes 42 por cento desse total, distribuídos por 532 134 pequenos proprietários (rendimento anual entre os 11$00 e os 300$00), por 27 561 médios proprietários (rendimento anual entre os 300$00 e os 2000$00), por 4033 grandes proprietários (rendimento anual entre 2000$00 e 20 000$00) e por 821 muito grandes proprietários (rendimento anual superior a 20 000$00). A população activa na agricultura em 1911, totalizando 1442 364 indivíduos[5], dividia-se em 106 490 indivíduos que constituíam o proletariado agrícola (7,3 por cento do total), 771 325 que equivaliam a semiproletários agrícolas (53,5 por cento), 532 134 que eram camponeses pobres (36,8 por cento) e 32 415 que totalizavam os camponeses médios, ricos e latifundiários (2,2 por cento)[6]. Veja-se que a norte do Tejo quase não existiam camponeses completamente desprovidos de terra, o que já não se passava a sul, onde o proletariado agrícola sem terra predominava. Na verdade, ao não dispor de terra suficiente para o sustento integral da família, o pequeníssimo proprietário via-se na contingência de se converter em assalariado, migrando internamente no país e contribuindo para engrossar o trabalho sazonal nos campos do sul do país, nas ceifas, debulhas, mondas e apanhas da azeitona. Porém, muitas vezes, o sentimento de propriedade e o apego à terra levavam o pequeníssimo proprietário a situações de penúria extrema, em condições piores do que o proletário rural, procurando evitar a todo o custo a proletarização total. Pouco antes da proclamação da República, um assalariado agrícola auferia, em média, 280 réis por dia, a seco, com variações desde os 160 réis diários em concelhos pobres como Alijó ou Armamar, até aos 450 ou 500 réis em concelhos mais ricos e politicamente evoluídos como Benavente. Veja-se que as flutuações nas condições de vida do proletariado rural apenas registaram uma ligeira melhoria nos anos de 1910-1911 como resultado das lutas desenvolvidas nos meios do sindicalismo rural. Para isso também concorreu a intensa emigração dos anos de 1912-1913, que conduziu à escassez de mão-de-obra e ao consequente aumento dos salários agrícolas, o qual superou inclusive a desvalorização monetária e garantiu melhores condições de vida. Após 1914, a situação de guerra alterou negativamente essa evolução positiva nos salários rurais do primeiro quadriénio sob a República.



*Evolução dos salários rurais e agrícolas em Portugal (1910-1913)*[7]

| Ano | Índice de Salários |
|---|---|
| 1910 | 100 |
| 1911 | 113 |
| 1912 | 113 |
| 1913 | 120 |

Assim, aos 280 réis médios apontados para 1910 como salário agrícola médio corresponderam 353 réis diários em 1914. Esse aumento de 26 por cento superou o do custo de vida, que não ultrapassou os 7,2 por cento.

*Variação do custo de vida em Lisboa, Porto e Braga (1900-1916)*[8]

| Ano | Lisboa[9] | Porto[10] | Braga[11] |
|---|---|---|---|
| 1900 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| 1901 | 98,8 | 97,1 | 102,0 |
| 1902 | 96,4 | 100,4 | 100,3 |
| 1903 | 99,0 | 105,7 | 98,8 |
| 1904 | 106,2 | 107,7 | 95,7 |
| 1905 | 104,5 | 88,0 | 93,4 |
| 1906 | 104,8 | 86,4 | 99,3 |
| 1907 | 105,2 | 88,2 | 115,4 |
| 1908 | 105,5 | 94,5 | 110,4 |
| 1909 | 106,6 | 93,9 | 98,8 |
| 1910 | 103,0 | 96,4 | 103,6 |
| 1911 | 108,7 | 97,2 | 121,3 |
| 1912 | 108,5 | 96,5 | 111,8 |
| 1913 | 111,1 | 101,5 | 126,7 |
| 1914 | 110,2 | 103,5 | 101,6 |
| 1915 | 122,9 | 112,5 | 117,3 |
| 1916 | 151,1 | 141,8 | 152,6 |

Como vimos, acrescentam-se à imensa maioria dos pequeníssimos proprietários e dos proletários agrícolas os pequenos e médios proprietários. Somando 532 134 pequenos proprietários e 27 561 médios proprietários e acrescendo os seus agregados familiares, chegamos a um cômputo total de 1,5 milhões de pessoas, número que os fazia equivaler ao núcleo da sociedade rural portuguesa. No entanto, a característica mais destacada neste estrato da sociedade rural era a heterogeneidade em termos de rendimento, pois, como vimos, se nos pequenos proprietários esse rendimento oscilava entre os 11$00 e os 300$00, já entre os médios detentores fundiários os valores situavam-se entre os 300$00 e os 2000$00, assinalando a disparidade entre os que pendiam para a pobreza e os que viviam desafogadamente. Ao grupo activo dos grandes proprietários e latifundiários, que não ultrapassava os cinco mil habitantes, correspondia um total de 15 mil pessoas, com rendimentos entre 1914-1915 que oscilavam entre os 2000$00 e os 20 000$00. O elo entre estes grandes proprietários rurais era a sua condição absentista, pois arrendavam as suas propriedades a rendeiros que lhes exploravam a terra em extensão e com pouco recurso à mecanização, com baixos níveis de produtividade e imensa mão-de-obra assalariada sazonalmente[12].

## O mundo urbano

Atendendo apenas aos levantamentos levados a cabo oficialmente, através do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (em 1907) e do Ministério do Fomento (em 1911, 1912, 1913 e 1914), pela Repartição do Trabalho Industrial da Direcção-Geral do Comércio e Indústria, verificamos que o número de operários em Portugal aumentou de 85 600 proletários industriais em 1907, para 100 686 em 1911, 106 396 em 1912, 114 058 em 1913 e 120 435 em 1914. Porém, estes dados revelam-se insuficientes aos olhos do historiador, uma vez que omitem a população trabalhadora dos arsenais e das oficinas do Estado, não incluem a resinagem e as demais indústrias agrícolas, para além de toda a indústria caseira. Estes valores carecem igualmente das cifras correspondentes aos idosos, mulheres não trabalhadoras, crianças e outros indivíduos não activos e dependentes. Na verdade, alguns autores, procurando determinar o número de proletários de forma a incluir os operários empregues em unidades fabris de menor dimensão,



na construção civil, nas indústrias do Estado e nos transportes, comunicações e indústrias eléctricas procuraram multiplicar esses dados por dois: assim, teríamos para 1907 um total de 180 mil pessoas empregues na indústria; para 1911, esse valor ascenderia a 200 mil operários; em 1912, um total de 212 mil trabalhadores fabris; em 1913, um valor de 228 mil operários; em 1914, um total de 240 mil proletários industriais[13]. O carácter não totalmente preciso destes números é também acompanhado pela incerteza relativamente às quantidades relativas às populações operárias nas cidades, onde em 1907 se pode arriscar um total de cem mil proletários em Lisboa, incluindo homens, mulheres, crianças, activos e inactivos, e um total não superior a 40 mil trabalhadores na indústria no Porto. Considerada a importância numérica do proletariado industrial, passemos agora aos níveis salariais. Também aqui existiam disparidades regionais e sectoriais muito elevadas, mas é possível afirmar que existiu uma valorização dos salários industriais e urbanos dos proletários portugueses entre a implantação da República e o começo da Primeira Guerra Mundial:

*Evolução dos Salários urbanos e industriais em Portugal (1910-1913)*[14]

| Ano | Índice de Salários |
|---|---|
| 1910 | 100 |
| 1911 | 97 |
| 1912 | 102 |
| 1913 | 102 |

Em Lisboa, um operário obtinha entre 500 e 600 réis médios diários no final da Monarquia Constitucional, sendo que antes do começo da Primeira Guerra Mundial esse valor subira para os $63, ou seja 630 réis diários. Não podendo representar o todo nacional, este valor serve de indicador ao nível da capital do país. As disparidades atingiam igualmente o grau de qualificação profissional, o sexo e a idade do trabalhador, o que se conclui da *Inquirição pelas Associações de Classe sobre a Situação do Operariado*, referente aos anos de 1909-1910, e que teve como relator o engenheiro José Maria de Oliveira Simões, chefe da Repartição do Trabalho Industrial da Direcção-Geral do Comércio e Indústria do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria.

A inquirição foi ordenada a 26 de Novembro de 1909, tendo sido fixado como prazo máximo de resposta para as associações de classe do país o dia 30 de Abril de 1910, após uma prorrogação inicial. Porém, a publicação do relatório final só ocorreu depois do fim da Monarquia Constitucional, sendo publicada no *Boletim do Trabalho Industrial* em 1910[15]. A partir dele é possível verificar, por exemplo, que no sector dos tipógrafos de Lisboa a disparidade entre o operário mais bem pago e o aprendiz com o salário mais baixo se situava na razão de 1 para 45. Na indústria têxtil, uma operária nortenha e um trabalhador da mesma indústria em Lisboa apresentavam uma distância salarial que podia ser na proporção de 1 para 6,5; o salário médio do operário têxtil do Porto e o de um fundidor de Lisboa podiam apresentar uma diferença na relação de 1 para 2,5. Aproveitando estes dados, Manuel Villaverde Cabral pensa ser virtualmente impossível determinar um salário médio, mesmo no seio de um ramo industrial. Porém, parece aceitável situar o salário médio industrial diário entre o do servente de pedreiro e o do operário têxtil, até por constituírem os agrupamentos mais numerosos do proletariado português entre 1910 e 1914. Verifica-se também, para idêntico período e a um nível hipotético, que tanto nesse caso como procurando os valores para outros sectores industriais os salários médios industriais cresceram cerca de 43 por cento:

*Salários médios diários em dois sectores industriais, em réis (1909/10-1914)*[16]

| Sectores Industriais | 1909-1910 | 1914 | Aumento |
|---|---|---|---|
| Construção Civil (Lisboa) | 450 | 620 | 38% |
| Têxtil (Porto) | 330 | 500 | 51% |
| Média | 390 | 560 | 43% |

*Salários médios diários em três sectores industriais, em réis (1909/10-1914)*[17]

| Ramos Industriais | 1909-1910 | 1914 | Aumento (%) |
|---|---|---|---|
| Tabacos | 500 | 800 | 60% |
| Cortumes | 450 | 650 | 44% |
| Vestuário | 500 | 630 | 26% |
| Média | 483 | 693 | 43% |



Apesar de o grau de certeza destes dados não ser total, verifica-se, de facto, que os valores salariais médios nacionais evoluíram segundo os ritmos que lhes foram impressos pelos sectores de maior peso no emprego industrial, como o eram o do têxtil e o da construção civil. Dentro dessa regra existiram disparidades nos aumentos por ramo e até casos de depreciação salarial, como entre os operários tipógrafos[18]. Certa parece ser a noção de que os preços se mantiveram relativamente estáveis, como já vimos, entre 1910-1914, permitindo ao proletariado português (nos campos e nas cidades) almejar uma melhoria real das suas condições de vida, na sequência da luta organizada que atingiu o seu pico logo em 1911, quando o número de greves superou todos os indicadores anuais disponíveis desde 1902, abarcando praticamente todos os sectores do proletariado e todas as regiões do país, incluindo regiões sem tradição de luta no passado, como o norte interior e as ilhas[19].

Numa análise ao proletariado urbano em Portugal nestes anos é impossível olvidar o número relativo aos indigentes, indivíduos sem meios de subsistência e que constituíam o alvo prioritário da assistência pública gizada oficialmente já sob a República. Nessa categoria compreendiam-se os denominados vadios e vagabundos sem profissão, tal como marginalizados de qualquer ordem e que pelos números do Censo de 1911 ascendiam a 122 404 portugueses presumivelmente num estado de despojamento material bastante acentuado e sobrevivendo à custa de instituições como os asilos, os albergues nocturnos, os balneários públicos, as cozinhas económicas e as sopas de caridade das Misericórdias, entre outras. Em Lisboa, esses indigentes totalizavam cerca de 3400 por volta de 1908. Com a guerra, este número não parou de crescer e de se agravar, pois o custo de vida aumentou em flecha, deteriorando-se as já precárias condições de vida[20].

Para a abordagem à burguesia urbana no Portugal dos primeiros quatro anos sob a República, necessitamos de ter presente, desde logo, as extremas dificuldades na sua contabilização e estratificação interna, uma vez que à ausência de monografias sociais específicas sobre aquela classe social se junta a indeterminação dos cômputos do Censo de 1911, que apenas determina os grandes grupos profissionais. Assim, os números apontam um total de 800 mil pessoas enquadráveis na burguesia portuguesa em 1911[21]. No entanto, vale a pena ressalvar que a rubrica dos profissionais contabilizados como comerciantes incluía os pequenos negociantes, que auferiam baixos rendimentos

e estavam mais próximos do proletariado urbano, tal como diversos membros de uma certa elite social que se associava aos grandes proprietários fundiários absentistas, aos grandes financeiros, industriais e homens do grande comércio e até descendentes aristocráticos e pouco tinha que ver com a pequena e média burguesia. Por isso, existem autores que defendem que a burguesia deste período provavelmente não superava as 600 mil pessoas[22]. Por outro lado, dado o facto de o tecido industrial e comercial do país ser abundantemente constituído por pequenas lojas e oficinas de fraca concentração capitalista, os donos de tendas ou de pequenas unidades fabris eram classificados como proprietários, contribuindo também para que a quantificação da burguesia se mantenha incerta. De qualquer forma, em 1911 Lisboa totalizava 210 mil burgueses e o Porto cem mil. Como certeza para este período temos que a sua situação social não se alterou verdadeiramente até 1914, quando a inflação e a carestia de vida decorrentes da guerra provocaram a depreciação dos salários dos médios e altos funcionários públicos, situação não tão sentida entre as categorias inferiores do funcionalismo público e que acentuou a clivagem entre a pequena burguesia urbana e as camadas superiores das classes médias, sobretudo as ligadas à iniciativa privada e aos negócios. Os pensionistas, os juristas, os funcionários públicos, os oficiais do Exército, os professores, muitos empregados comerciais e alguns operários menos favorecidos constituíram o foco da alteração social no sentido depreciativo dos seus rendimentos após 1914, alterando a situação verificada no quadriénio anterior. Esta burguesia burocrática viveu, entre 1910 e 1914, os últimos anos de relativa independência financeira, acompanhada de uma situação remediada ou de bem-estar. Nos anos posteriores, a situação piorou de tal forma que não é abusivo determinar que as classes médias passaram a assentar sobretudo no sector do comércio e dos negócios, com rendimentos mais elásticos e capacidade de gerar lucros mais facilmente[23]. Das Forças Armadas, Guarda Nacional Republicana e Guarda Fiscal (não existindo disponíveis os números de agentes da Polícia de Segurança Pública para este período) podemos dizer apenas que o total de efectivos por volta de 1909 não ultrapassava os 140 mil a 150 mil indivíduos[24].

Quanto à velha aristocracia, a uma reacção inicial de pânico e de fuga dos seus sectores mais radicais perante o triunfo da revolução republicana, seguiram-se momentos de estabilização, sobretudo para os senhores da aristocracia da província, onde os alicerces de secularidade, ruralidade, religiosidade e conservadorismo tradicionalista concorreram para a manutenção da sua proeminência social e política a nível local e regional fora de Lisboa e do Porto. Outros permaneceram em lugares de destaque nos cargos públicos, sobretudo integrados nas fileiras do Exército. Só mesmo entre algumas famílias da nobreza chegadas à própria corte deposta a situação revolucionária levantou maiores problemas.



Em relação ao clero, a situação foi diferente, uma vez que os anos de 1910-1914 foram marcados pelo regime republicano actuando de forma nada contemporizadora para com a hierarquia eclesiástica, mesmo antes da promulgação da Lei de Separação do Estado das Igrejas em 20 de Abril de 1911. A implantação social do clero era grande, com a responsabilidade de, à queda da Monarquia, gerir 164 casas, recolhimentos, colégios, asilos e hospitais. Com a vigência da Lei de Separação, os clérigos viram a sua situação tornar-se muito precária, até porque mesmo as casas concedidas para sua habitação passaram a ser garantidas pelo Estado apenas a título de empréstimo provisório, sendo ainda atribuídas pensões do Estado a muitos párocos que as recusaram por as considerarem ultrajantes. O conflito prolongou-se até 1914, pontuado com a expulsão dos bispos do Porto, Évora, Algarve, Lamego, Braga, Portalegre, Guarda e do patriarca de Lisboa das respectivas dioceses e com o corte de relações diplomáticas entre a Santa Sé e Portugal em 1913 por intervenção directa do papa Pio X. Foi exactamente com a constituição do ministério chefiado por Bernardino Machado, a partir de 9 de Fevereiro de 1914, que a situação se foi atenuando, nomeadamente através da entrada dos primeiros deputados católicos no Congresso da República, em 1915[25].

A República, durante muito tempo anunciada como uma cura de carácter mais ou menos milagroso para todos os cancros da sociedade portuguesa sob as instituições monárquicas, apresentou entre 1910 e 1914 a incapacidade global de concretizar o projecto de uma nova e sã sociedade, que fora abundantemente difundido junto de todos os sectores sociais da população no período da propaganda e da luta política. Salvo o caso de algumas excepções em que desde logo existiram resultados práticos decorrentes da mudança de regime político, sobretudo ao nível da simbologia e da representação nacional, cedo se verificou a impraticabilidade de muitas das promessas feitas no

passado. As camadas sociais que se haviam mantido ao lado da República, como os estratos intermédios e a pequena e média burguesia comercial, viveram o período que aqui passámos em revista sob o signo do desafogo e até do bem-estar pessoal, acompanhadas pelo proletariado urbano e rural, que experimentou uma relativa melhoria nas suas condições de vida devido às fortes lutas reivindicativas, ao mesmo tempo que sofreu a repressão direccionada e sem contemplações para com o movimento operário organizado por parte do poder político. A perda inexorável do poder de compra chegou com a Primeira Guerra Mundial, afectando grande parte das camadas sociais que depositavam as suas expectativas no novo regime[26]. A base social de apoio da República não se manteve muito além dos primeiros anos que aqui analisámos. A guerra e os seus efeitos internos haveriam de precipitar a sua diminuição de forma cada vez mais acentuada.

## Notas

1 Cf. António José Telo, «A busca frustrada do desenvolvimento», *in* António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo — 1910-1958*, vol. 2, Lisboa, Selecções do Reader's Digest, 1996, pp.123-124; 170.

2 Cf. PORTUGAL, Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Estatística, 4.ª Repartição, *Censo Populacional de Portugal no 1.º de Dezembro de 1911 (5.º Recenseamento Geral da População)*, Parte I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913, pp. IX-XIV.

3 Cf. Sacuntala de Miranda, «A base demográfica», *in* A.H. de Oliveira Marques (dir. e coord. vol.) e Joel Serrão (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. XI, *Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Editorial Presença, 1991, pp. 13-14.

4 Fonte: Construído a partir de Ana Bela Nunes, «População activa por ramos de actividade, segundo os Recenseamentos Gerais da População, 1890-1991 (continuação) — ambos os sexos — Actividade Económica da População», *in* Nuno Valério (coord.), *Estatísticas Históricas Portuguesas*, vol. I, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 2001, p. 164; António José Telo, *O Sidonismo e o Movimento Operário Português. Lutas de Classes em Portugal, 1917-1919*, Lisboa, Ulmeiro, Colecção Biblioteca Ulmeiro, n.º 12, 1977, p. 18; Francisco Gonçalves Velhinho Correia (org.), *Situação Económica e Financeira de Portugal. Elementos de Informação e Estatística*, vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional, Comissão Executiva da Conferência de Paz, 1926, p. 2.



5 Cf. José Andrade Saraiva, «Distribuição das profissões em Portugal desde 1890 a 1911», *Boletim da Previdência Social*, Ano I, n.º 1, Lisboa, Imprensa Nacional, Ministério do Trabalho e Previdência Social, 1917, pp. 14-15.

6 Cf. António José Telo, *O Sidonismo e o Movimento Operário Português*..., pp.39-40; A.H. de Oliveira Marques e Luís Nuno Rodrigues, «A sociedade e as instituições sociais», *in* A.H. de Oliveira Marques (dir. e coord. vol.) e Joel Serrão (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. XI, *ibidem*, pp. 189-190.

7 Fonte: construído a partir de Carlos Bastien, «Preços e salários», *in* Nuno Valério (coord.), *Estatísticas Históricas Portuguesas*, vol. I, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 2001, p. 642. Índice constituído por uma média aritmética simples de salários referentes a oito tipos de actividades rurais e agrícolas realizadas em quatro pontos do país.

8 Fonte: Luís Júlio Dias Soares, «O custo de vida. Oscilações dos preços dos géneros de primeira necessidade no Porto e em Braga, desde 1900 a 1916», *Boletim da Previdência Social*, Ano I, n.º 4, Lisboa, Imprensa Nacional, Ministério do Trabalho e Previdência Social, 1917, p. 333.

9 Preços a retalho de 25 géneros destinados à alimentação, iluminação, aquecimento e lavagem. Cf. José Aquino da Costa, «O custo de vida em Portugal», *Boletim da Previdência Social*, Ano I, n.º 3, Lisboa, Imprensa Nacional, Ministério do Trabalho e Previdência Social, 1917, p. 197.

10 Preços a retalho de 14 géneros destinados à alimentação, iluminação, aquecimento e lavagem. Cf. Luís Júlio Dias Soares, *ibidem*, p. 333.

11 Preços a retalho de cinco géneros destinados à alimentação. Cf. *idem*, *ibidem*, p. 333.

12 Cf. A.H. de Oliveira Marques e Luís Nuno Rodrigues, *ibidem*, pp. 190-191; 199-205.

13 Cf. António José Telo, *O Sidonismo e o Movimento Operário Português*..., pp.21-22; Armando Castro, *A Economia Portuguesa do Século XX — 1900/1925*, Lisboa, Edições 70, Biblioteca 70 — Série Economia, 1973, pp.51-52.

14 Fonte: construído a partir de Carlos Bastien, «Preços e salários», *in* Nuno Valério (coord.), *ibidem*, p. 646. Índice constituído por uma média aritmética simples de salários industriais masculinos respeitantes a 14 tarefas realizadas em diversas regiões do país.

15 Cf. José Maria de Oliveira Simões, «Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado. Apuramento das respostas ao Questionário da Repartição do Trabalho», *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 49, Lisboa, Imprensa Nacional, Ministério do Fomento, Direcção-Geral do Comércio e Indústria, Repartição do Trabalho Industrial, 1910, pp. I-XXIV.

16 Fonte: Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na Alvorada do Século XX. Forças*

*Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*, Lisboa, A Regra do Jogo, Colecção Biblioteca de História, n.º 5, 1979, p. 290.

17 *Idem*, *ibidem*.

18 *Idem*, *ibidem*, pp. 290-291.

19 António José Telo, *O Sidonismo e o Movimento Operário Português*..., pp. 33-34.

20 Cf. A.H. de Oliveira Marques e Luís Nuno Rodrigues, *ibidem*, pp. 217-218; Paulo Guinote, «A sociedade: da agitação ao desencanto», *in* António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo — 1910-1958*, vol. 2, Lisboa, Selecções do Reader's Digest, 1996, pp. 208-210.

21 Cf. A.H. de Oliveira Marques e Luís Nuno Rodrigues, *ibidem*, pp. 224-225.

22 É essa a opinião sustentada por Paulo Guinote. Cf. Paulo Guinote, *ibidem*, p. 198.

23 Cf. A.H. de Oliveira Marques e Luís Nuno Rodrigues, *ibidem*, pp. 226-230; Paulo Guinote, *ibidem*, pp. 197-202.

24 Cf. Paulo Guinote, *ibidem*, pp. 202-203.

25 *Idem*, *ibidem*, pp. 204-208.

26 *Idem*, *Ibidem*, pp. 229-230.

# A evolução política (1910-1917)

*João B. Serra*

## O Governo Provisório

Outros factores, além dos já apontados, influíram na falta de coerência de algumas das medidas tomadas pelo Governo Provisório. Além da heterogeneidade das famílias de proveniência dos ministros, não foi identificado nem acordado previamente o elenco das reformas a adoptar. As providências adoptadas, ministério a ministério, exprimem não um programa comum, mas aspirações herdadas dos temas da propaganda republicana, à mistura com preocupações pragmáticas ditadas pela evolução da conjuntura política, pelas relações momentâneas de forças no Estado e no partido em face das pressões, por vezes contraditórias, da base social republicana.

Esta última sofreu, logo nos dias subsequentes à revolução, o embate de um impetuoso movimento de intenções de apoio provenientes de sectores que ainda na véspera eram tidos como desafectos ao princípio republicano. O movimento, logo crismado de «adesivagem», traduzido num ingresso maciço no Partido Republicano, precipitou desequilíbrios entre tendências. Por outro lado, pode também ser tomado como sinal de uma explosão de expectativas sociais e políticas dirigidas ao novo regime, certamente de difícil gestão.

A principal consequência das circunstâncias em que ocorreu a transição de regimes em Outubro de 1910 foi a subalternização do Directório do Partido Republicano. O centro de gravidade político deslocou-se para o Governo. Com o Directório despojado do seu pessoal mais qualificado, ocupado em pastas ministeriais ou em altos cargos de confiança política no Estado, os membros em funções limitaram a sua acção a remeter para a instância governativa as questões que outrora aceitavam como sendo da sua esfera de responsabilidade.

Vejamos então as principais linhas de acção do Governo Provisório.

Na Europa, a República Portuguesa emparceirava apenas com as da França e da Suíça. As preocupações com o reconhecimento internacional do regime dominaram o Ministério dos Negócios Estrangeiros, chefiado por Bernardino Machado, que orientou a sua pasta segundo critérios de grande prudência. Rapidamente se apercebeu de que o relacionamento externo do novo regime dependia largamente da atitude do Foreign Office. A cena europeia ia-se definindo, neste período que haveria de desembocar na Grande Guerra, em torno de dois pólos antagonistas: Alemanha *versus* Inglaterra. Esta última, abandonando progressivamente o seu isolamento, conduzia uma política externa em duas vertentes: praticar algumas cedências para com a Alemanha e aproximar-se da França.

Por muitas suspeições que os republicanos alimentassem acerca do respeito britânico pela integridade do império colonial português ou pelo estatuto de exílio de D. Manuel II, não punham em dúvida que o relacionamento externo do novo regime tinha de passar preferencialmente pelo eixo Londres-Paris. Bernardino Machado não hesitou: o ponto nevrálgico desse eixo era Londres. Entre os influentes do Partido Republicano, havia quem advogasse antes uma ligação dominante a Paris. João Chagas, embaixador português nesta capital desde Janeiro de 1911, foi o mais denodado defensor de tal tese. O ponto de vista de Bernardino Machado prevaleceria, no entanto, no Governo Provisório, como ao longo de toda a história diplomática da República.

No plano interno, a República triunfante começou por erradicar símbolos e apanágios do regime deposto. Entre as medidas tomadas com tal finalidade, refiram-se a abolição do Conselho de Estado e da Câmara dos Pares (com anulação dos privilégios e imunidades dos seus membros), a demissão dos funcionários ao serviço das casas reais, a abolição dos títulos nobiliárquicos, das distinções honoríficas e dos direitos de nobreza, a proscrição *ad aeternum* da família de Bragança, a adopção de nova bandeira e hino nacionais. Ao mesmo tempo, o Governo procurou restabelecer a ordem liberal posta em causa pela vaga autoritária do franquismo, de que vários traços subsistiam ainda em 1910: amnistia aos crimes políticos, revogação das leis de excepção (como as referentes ao anarquismo e a deportação por tempo indefinido e a que retirava aos juízes ordinários competência para julgar crimes políticos), supressão de Juízo de Investigação Criminal, dissolução das Guardas Municipais de Lisboa e Porto, substituídas pela Guarda Nacional Republicana, substituição da Polícia Civil pela Polícia Cívica de Lisboa, revogação da Lei de Imprensa de João Franco (e promulgação de nova lei). Com idêntica finalidade, o ministro do Interior determinou a reposição parcial em vigor do Código Administrativo de 1878, «considerado o mais liberal e democrático dos que tinham existido em Portugal».



Menos concertada e mais avulsa e, sobretudo, quedando-se muito aquém dos propósitos regeneracionistas que animaram a propaganda antimonárquica, foi a obra de reforma das instituições empreendida pelo Governo, como já se sublinhou. Deixando por agora de lado a análise do conjunto de medidas da responsabilidade directa de Afonso Costa e relativas à separação entre Estado e Igreja, passemos em revista as políticas do Governo Provisório relativamente ao Exército, à universidade, à administração pública e ao mundo do trabalho.

A 17 de Outubro foi nomeada uma comissão para estudar a reorganização do Exército e outra para estudar a instituição da instrução militar preparatória. Recorde-se que o comportamento abstencionista que o Exército adoptou nos acontecimentos de 4/5 de Outubro não era sinónimo de um entendimento fácil entre a respectiva hierarquia e o novo regime. O Governo podia substituir os altos-comandos, mas restava um corpo de oficiais que encarava a República com desconfiança.

Os grandes princípios republicanos sobre a organização eram os seguintes: exército miliciano em vez de exército profissional, corolário da ideia de exército como nação em armas, concretizada através do serviço militar obrigatório. O Governo Provisório adoptou-os sob a forma de compromisso: criação de um corpo miliciano (esquema que, aliás, se mostraria bem difícil de pôr em execução) e manutenção de um corpo permanente de razoável dimensão. Este meio-termo acentuou as contradições na instituição militar entre, por um lado, o sector tradicionalista do oficialato permanente, que se achava desautorizado e hostilizado pelo intervencionismo dos subalternos (sargentos, cabos e até comités civis armados), e, por outro, o grupo de oficiais republicanos, onde se salientavam, pelo seu activismo, os «Jovens Turcos». As contradições, que se inscrevem num processo complexo de institucionalização das Forças Armadas, avolumar-se-iam com a política de guerra depois de Agosto de 1914.

Outra área a que o Governo Provisório dedicou atenção especial foi a universidade. Tenhamos em vista que esta fora palco, desde 1907, de movimentações académicas antiautoritárias que converteram a reforma do ensino num tema estratégico do ideário republicano acerca da modernização do país. António José de Almeida, responsável do pelouro da instrução do Governo, criou as Universidades de Lisboa e do Porto (pondo fim ao monopólio de Coimbra), as Faculdades de Letras de Coimbra e de Direito de Lisboa e o Instituto Superior Técnico, integrando-as num conjunto de providências reformadoras de que a outra vertente foi o ensino infantil, primário e normal, globalmente consideradas como das mais inovadoras da República, se bem que traídas na prática e em muitos aspectos pelas insuficiências de meios postos à sua disposição.

Noutro aspecto, porém, a actuação de António José de Almeida foi julgada fruste e timorata: o da «republicanização» do Estado. O ministro do Interior resistiu à pressão das bases republicanas para promover os saneamentos nos serviços sob sua tutela, ou seja, à tese jacobina segundo a qual «a nação é de todos, mas o Estado é nosso».

Na área social, o Governo foi colocado perante exigências muito elevadas. As medidas mais importantes incidiram sobre o divórcio (legislação estabelecendo as modalidades de divórcio e regulando os direitos e deveres dos cônjuges) e a família (definindo o casamento como contrato puramente civil, e o regime de protecção aos filhos ilegítimos e perfilhados e respectivas mães). Foram instituídos os serviços de assistência pública e criada a Tutoria da Infância. Foi publicada nova legislação sobre inquilinato (impondo o princípio da revisão anual dos contratos respectivos).

De modo geral, entre as camadas populares urbanas, as reformas sociais foram percebidas como ficando aquém das suas pretensões e reivindicações. O mesmo se diga relativamente à legislação laboral vista pelas classes trabalhadoras. A lei da greve (regulando o direito de patrões e operários, excepção feita aos funcionários públicos, se coligarem para a cessação simultânea do trabalho) foi particularmente visada pelas críticas dos dirigentes do movimento operário e sindical. Sentiram-se «burlados» por uma lei que proibia os piquetes e exigia um pré-aviso com uma semana de antecedência.

Os republicanos achavam as greves inoportunas (cerca de seis dezenas estalaram só entre o 5 de Outubro e o final desse ano de 1910) e a 15 de Janeiro de 1911 batalhões voluntários da República



manifestaram-se mesmo contra elas, em Lisboa. Estes sinais de hostilidade volver-se-iam em grito de guerra quando, a 19 de Março de 1911, dois grevistas morreram em Setúbal, às mãos da Guarda Nacional Republicana.

Junto do operariado, a República cedo foi questionada. As relações entre o regime e o movimento operário seriam sempre tempestuosas. Tem sido sugerido que a inexistência de um Partido Socialista forte acabou por ser factor de não integração das classes trabalhadoras no sistema liberal republicano.

O modo como a República recém-implantada se posicionou face à Igreja e ao clero exige uma atenção particular. Pelas suas repercussões públicas imediatas, numa área extremamente sensível do tecido sociocultural do País, essa actuação extravasou em larga medida o âmbito jurisdicional-legal da regulação de fronteira entre instâncias de poder. Polarizou comportamentos e atitudes sociais e políticas com tal intensidade, que de algum modo colocou o ministro que superintendia nessa matéria no vértice da protagonização da própria República. Afonso Costa foi, escreveu A.H. de Oliveira Marques, «entre 1910 e 1930, o mais querido e o mais odiado dos portugueses; o seu nome simbolizou toda uma política, mesmo o regime, até»[1].

Os republicanos fizeram da laicização da vida portuguesa um dos principais temas da propaganda, com argumentos em que aliavam traços do liberalismo político e do positivismo filosófico. Eram anticlericais, segundo a tradição maçónica, do mesmo passo que se opunham à realeza: aos seus olhos, Monarquia e clericalismo equivaliam-se.

Deve dizer-se que as manifestações de hostilidade contra padres e religiosos, atingindo a violência física, se sucederam espontaneamente ao conhecimento da vitória republicana a 5 de Outubro, tanto em Lisboa como na província. A acção legislativa e administrativa do Governo acompanhou essas manifestações, não as precedeu. De qualquer modo, não visou a sua contenção e, em vez disso, radicalizou-as. Fê-lo a um ritmo e em termos tais que objectivamente impediu a emergência, da banda da instituição eclesial, de interlocutores moderados capazes de definirem um terreno negocial. Do lado republicano, a radicalização teve efeito similar: minou o espaço dos moderados.

O juramento religioso nos tribunais e outros actos oficiais foram abolidos a 18 de Outubro, depois de, no dia 8, ter sido decretada a expulsão dos jesuítas e o encerramento dos conventos (com reposição em vigor de legislação pombalina e de 1834). As relações com as

autoridades eclesiásticas entraram de imediato em derrapagem. A 20 de Outubro, o núncio apostólico abandonou Lisboa e, no dia seguinte, o bispo de Beja, que se refugiara em Sevilha, foi suspenso.

A 3 de Novembro estabeleceu-se o divórcio e, a 25 de Dezembro, foi introduzido o princípio do casamento como contrato de validade exclusivamente civil. A Lei do Registo Civil foi o corolário desta actividade legislativa, que visava neutralizar um dos instrumentos mais importantes do poder do corpo eclesial: datada de 18 de Fevereiro de 1911, declarou obrigatória, no seu artigo 2.º, «a inscrição no registo civil dos factos essenciais relativos ao indivíduo e à família, e à composição da sociedade, nomeadamente dos nascimentos, casamentos e óbitos», ordenando o encerramento dos livros de registo paroquiais.

Foi então que, perante o número de padres encarcerados (mais de uma centena e meia) e proibições como as do uso de vestes talares e da realização de cerimónias religiosas fora dos recintos expressamente determinados, os bispos decidirem tornar público o conteúdo de uma pastoral que haviam redigido a 24 de Dezembro. Na sua tomada de posição, divulgada em finais de Fevereiro de 1911, protestaram contra a legislação republicana, que consideraram não só acatólica como anticatólica. Muito embora recomendassem o acatamento das novas instituições, não deixavam de proclamar que «toda a tentativa anti-religiosa é anti-social e também antinacional e antipatriótica».

Afonso Costa, que anunciara a publicação próxima de uma Lei de Separação, viu neste documento uma tentativa de fazer inflectir o respectivo conteúdo e procurou desautorizá-la. Proibiu a sua leitura nas igrejas e destituiu *sine die* o bispo do Porto, porque este não cumpriu a proibição. A 31 de Março, o episcopado solicitou a recondução dos dois bispos — o do Porto e o de Beja —, mas sem resultados. A 20 de Abril foi decretada a separação do Estado e das Igrejas. O Vaticano e os prelados portugueses reagiram de imediato. O primeiro cortou relações diplomáticas com o Estado português, os segundos cortaram relações com o regime republicano.

Manuel Braga da Cruz resume assim os motivos de agravo enunciados pelos bispos em face da lei:

> O que na Lei sobretudo os bispos denunciam como «injustiça, opressão, espoliação e ludíbrio» é a visada expropriação dos bens móveis e imóveis da Igreja, a quem se retira personalidade jurídica é o desrespeito da autonomia eclesiástica em assuntos religiosos, e da hierarquia e liberdade religiosas, com a criação das associações culturais, com a ingerência do poder civil na vida dos seminários, com a proibição do uso dos hábitos talares fora dos lugares de culto e com a proibição de outras manifestações públicas de culto ou de fé; é a afronta dos sentimentos morais católicos com a atribuição de pensões às viúvas e filhos legítimos ou ilegítimos dos padres, que os bispos consideravam «convite à indisciplina e à imoralidade»; é a reposição do beneplácito que se continua a exigir para a impressão e publicação de documentos papais e episcopais no País; é a proibição de fundação de associações religiosas; etc.[2]



Apesar das críticas, algumas provindas do próprio campo republicano, a lei entrou em vigor a 1 de Julho. Em Maio, o insuspeito Guerra Junqueiro advertia, no seu estilo profético:

> Ora a lei é estúpida, dignifica o padre, e vai ferir o sentimento religioso do povo português. Resultado: a guerra civil. Se a não modificarem, temo-la dentro de pouco tempo. O povo odiava o jesuíta, o povo não se importava com o padre. Era cortar em carne morta. Mas, com esta lei, o caso muda de figura, e só o mau padre, só o bandalho a pode aceitar.[3]

Um ano depois, todos os prelados, à excepção do bispo de Évora, tinham sido destituídos das suas dioceses.

## As eleições

A 28 de Abril de 1911, o Governo Provisório marcou a data das eleições de uma Assembleia Constituinte para um mês mais tarde. Chegava ao fim um período de hesitação e desencontro de opiniões nas cúpulas republicanas quanto à necessidade e oportunidade de eleições gerais no país e quanto ao regime eleitoral a vigorar.

Prevalecendo as teses favoráveis à consulta, foi notório o empenho do Governo, através do Ministério do Interior, em que as eleições tivessem lugar o mais rapidamente possível. Tal preocupação acentuou-se ao longo dos meses de Março e Abril. Por exemplo, um diploma de 18 de Março, referente aos prazos das operações de recenseamento eleitoral, as quais deveriam ter início no dia 30 do mesmo mês, previa o dia 6 de Junho como data limite para a afixação das relações definitivas do recenseamento. Mas a 5 de Abril já se

determinava um recuo dessa data em nada menos do que quatro semanas. O mesmo diploma justificava a necessidade de remodelação com «a alta conveniência que há em abreviar a abertura e o funcionamento da Assembleia Constituinte, de forma a normalizar quanto antes a vida da Nação Portuguesa».

O partido e, sobretudo, o Governo dão assim mostras de urgência na legitimação eleitoral do novo poder, que tornaria mais confortável o reconhecimento internacional da República; por outro lado, também a situação interna o exigia.

A legislação eleitoral republicana manteve, em aspectos fundamentais, a continuidade com a anterior legislação monárquica: o direito de sufrágio, a organização do recenseamento, a divisão dos círculos, o regime de escrutínio. A capacidade eleitoral foi reconhecida aos portugueses maiores de 21 anos que soubessem ler e escrever, ou que fossem chefes de família. Retomava-se, deste modo, uma fórmula da Lei Eleitoral de 8 de Maio de 1878. O recenseamento eleitoral continuava a ser facultativo e as comissões recenseadoras concelhias eram formadas exclusivamente por autoridades administrativas. O Governo Provisório manifestou igualmente preferência pelos círculos plurinominais no continente e ilhas. Recusou, porém, os grandes círculos distritais, definindo unidades de menor dimensão geográfica, embora muito variável quanto à correspondência entre deputado e número de eleitores. No que respeita ao regime de escrutínio, a representação de minorias foi consagrada através do princípio da representação proporcional (método de Hondt), nos círculos de Lisboa e do Porto, e do da lista incompleta nos restantes círculos, com quatro deputados, do continente e ilhas.

Finalmente, a lei consagrava um princípio inédito: a ida às urnas era dispensada — e os candidatos automaticamente proclamados eleitos — nos círculos onde não se registasse competição, nem para a maioria, nem para a minoria. Assim, no continente e ilhas realizaram-se eleições em 30 círculos, num total de 51. Os monárquicos não concorreram. Com as suas listas, o Directório enfrentou algumas dissidências locais melhor ou pior articuladas com dirigentes nacionais insatisfeitos com a representação da respectiva clientela política. Os reacertos obtidos pelo voto em competição eleitoral foram reduzidos e de pequeno alcance global. O Partido Socialista concorreu nalguns círculos e elegeu dois deputados, entre os 229 que tomaram assento nas Constituintes.



Esses 229 homens proporcionaram-nos um instrumento de radiografia da elite política republicana nos seus primórdios institucionais. A maioria dos eleitos tinha idades compreendidas entre os 21 e os 40 anos. O ponto mais alto da distribuição situava-se nos deputados da faixa etária entre os 36 e os 40 anos, logo seguido dos que tinham entre 31 e 35 anos. Estes dois grupos — a geração entre os 30 e os 40 anos — representavam 36 por cento do total. Curiosamente, a tendência só era contrariada pelos eleitos oriundos ou residentes no Porto. Aqui predominavam os homens com mais de 40 anos, sendo o pico da curva representado pelos que tinham entre 41 e 45. Este facto tem uma explicação: trata-se da geração do *Ultimatum*, despertada para a acção política duas décadas antes.

Entre os membros da Assembleia, 63 por cento eram médicos, homens do foro e militares profissionais. O grupo mais numeroso era exactamente o dos médicos (22 por cento), facto que A.H. de Oliveira Marques relaciona com o surto da ciência e do positivismo e considera revelador da influência que a classe tinha adquirido por todo o país junto das camadas populares. Vale a pena sublinhar, a propósito desta preponderância, o peso que adquirem nesta amostra a universidade e as Forças Armadas. De Coimbra saíram os advogados e magistrados eleitos a 28 de Maio de 1911, grande parte dos médicos e muitos dos professores (que, aliás, representavam o grupo mais numeroso, depois dos mencionados). Por outro lado, um número tão significativo de membros das Forças Armadas decorre naturalmente do papel que estas tiveram na revolução e bem assim da forma como a República integrava ideologicamente esse corpo na organização do Estado.

Não se deve, no entanto, esquecer que médicos, homens de leis, professores, engenheiros, estudantes, jornalistas e escritores representavam, em conjunto, 58 por cento dos eleitos, o que atesta a importância da componente intelectual e o seu predomínio na elite política republicana de 1911. Esta percentagem pode aliás ser maior, se se tiver em conta, por um lado, que muitos dos funcionários públicos deputados da Constituinte de 1911 provinham dos escalões cimeiros da Administração, eram bacharéis, que a maior parte dos trabalhadores por conta de outrem eleitos eram farmacêuticos (diplomados pela Escola de Farmácia e, em regra, correspondentes de periódicos nacionais e jornalistas locais) e que, por outro lado, grande parte dos militares da Assembleia eram também homens de escrita, para além de serem de patente relativamente elevada. O pequeno comércio, o operariado de

indústria e os trabalhadores do terciário representavam, no conjunto, uma percentagem ínfima da Constituinte: menos de seis por cento.

Esta elite era originária de todo o território português, com maior incidência dos distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal. Esta região representava 23,5 por cento, seguida do norte litoral (19,2 por cento) e do centro litoral (16,5 por cento). A região norte interior foi a que em menor grau contribuiu com naturais para a Assembleia: 5,6 por cento.

A Assembleia Nacional Constituinte inaugurou oficialmente os seus trabalhos a 19 de Junho de 1911. Por unanimidade, conferiu sanções político-legais aos actos praticados pelo Governo desde o 5 de Outubro. Esta legitimação *a posteriori* da ditadura era designada na praxe parlamentar por «*bill* de indemnidade».

## A divisão dos republicanos

Além da fiscalização da actividade do Governo, os deputados deviam elaborar uma Constituição. Vários projectos lhes foram apresentados, mas nenhum foi autorizado pelo partido. Uma comissão eleita na própria Assembleia com o encargo de lhe submeter uma proposta única viu-a derrotada pela maioria dos deputados. A proposta indicava uma orientação presidencialista baseada numa estrita separação dos poderes executivo e legislativo.

O debate gerado em torno da organização do poder político que a República deveria adoptar centrou-se em duas questões principais: a admissibilidade da figura do presidente da República e o uni ou bicameralismo, já que o princípio da supremacia parlamentar se revelara mais consensual do que qualquer outro.

A dispensabilidade da função presidencial não vingou, embora conhecesse múltiplos adeptos dentro e sobretudo fora da Constituinte. Em contrapartida, a Presidência da República que os deputados votaram tinha contornos eminentemente representativos, sendo de eleição a cargo do Parlamento, por um período de quatro anos não renovável no quadriénio seguinte. Apaixonada foi a discussão sobre o poder presidencial de dissolução parlamentar, tese que não vingou por uma pequena diferença de votos.

Apesar de as bases mais radicais do PRP terem desenvolvido campanha contra a instituição de uma câmara alta, onde vislumbravam a conciliação com os conservadores, a maioria da Constituinte aprovou o princípio bicameral. O Congresso da República seria formado por uma Câmara de Deputados com um mandato trienal e um Senado eleito por um sexénio. Os deputados teriam como limite mínimo de idade os 25 anos e os senadores 35.



A Constituição da República foi aprovada a 19 de Agosto e promulgada a 21 do mesmo mês, mas as votações decisivas — as mais polémicas — ocorreram nos dias 3 e 4, escrutinando o Senado e a Presidência, respectivamente. O período que decorreu entre aquelas datas, enquanto se ultimava o texto constitucional, foi pautado pela competição para o preenchimento do cargo de presidente da República, cuja eleição ocorreu a 24 de Agosto. Antes, porém, a Assembleia deliberou que o mandato dos seus membros se prolongasse para lá da aprovação da Constituição, cumprindo o triénio contado a partir das eleições de Maio desse ano. Assim, em sessão subsequente à da eleição presidencial, 71 constituintes formaram o Senado e os restantes 153 a Câmara dos Deputados.

Na votação para a Presidência apuraram-se os seguintes resultados: Manuel de Arriaga, 121 votos, Bernardino Machado, 86, Duarte Leite, 4, Magalhães Lima e Alves da Veiga, 1 voto cada, 4 votos brancos.

Os dois principais candidatos — Manuel de Arriaga e Bernardino Machado — apresentaram-se com apoios e programas políticos alternativos. Sendo candidato de Afonso Costa, Bernardino Machado advogou a unidade do PRP, a manutenção do núcleo duro da legislação do Governo Provisório (designadamente a Lei da Separação) e o prosseguimento do combate aos inimigos do regime. Manuel de Arriaga foi proposto por António José de Almeida e Brito Camacho, e do seu programa constavam os temas moderados: conciliação nacional, respeito pela legalidade, ordem pública, revisão da Lei da Separação.

Braamcamp Freire, presidente da Câmara de Lisboa e da Assembleia Nacional Constituinte, antigo par vitalício, historiador aristocrata e católico que se filiara no partido em 1908, parecia ser, quando o embate entre os dois grupos deflagrou, o mais forte candidato à primeira Presidência da República. Mas Braancamp declarou que só aceitaria ser candidato de todo o partido, algo que ninguém podia garantir. António José de Almeida e Brito Camacho calcularam as possibilidades de derrotarem Bernardino Machado e Afonso Costa, e constituíram o «bloco», num ambiente de recriminações entre este e o grupo parlamentar «democrático».

Com alguma ironia, um jornalista independente observava o seguinte, a 29 de Agosto de 1911:

> Os *blocards* não mostram, felizmente, uma alegria antipática de quem ganhou uma aposta sensacional. Sentem que o momento é de perigo se não se realizar uma conciliação imediata que conjure irremediáveis cisões. Não os tenta a aventura de um ministério partidário, não só sem a colaboração de Afonso Costa, mas com a sua terrível oposição. Além disso, no momento em que escrevo esta carta, ainda a Inglaterra não reconheceu o novo regime; ainda os conspiradores se não abalançaram à incursão que tem de terminar pelo seu inevitável e necessário aniquilamento; e ainda a República, com dez meses de existência, não dispensa o *biberon* de uma cordialidade unânime.[4]

Um Governo de unidade republicana, como o que este observador recomendaria, só poderia resultar de uma exigência de composição política vinda da direcção do partido. A fraqueza desta colocou-a, porém, à mercê do grupo de Afonso Costa. Ninguém queria ficar com o ónus de precipitar a divisão partidária, mas ninguém estava em condições de impor uma unidade operativa.

Após a vitória do «bloco» na eleição presidencial, Afonso Costa declarou-se indisponível para participar na formação do primeiro Governo constitucional. Concentrou-se no partido, cujo congresso se aproximava, preparando a tomada do respectivo aparelho.

António José de Almeida e Brito Camacho, não se sentindo particularmente tentados pela «aventura de um ministério partidário», também não se dispuseram a chefiar um Governo. A Manuel de Arriaga não restava outra alternativa para além de convidar uma personalidade independente que não pertencera ao Governo Provisório nem tomara assento entre os constituintes: Duarte Leite.

Pretendia Duarte Leite uma solução governativa negociada por todos os principais líderes. O presidente encarregou então João Chagas de formar Governo. Tratava-se de um lance mais forte do que o precedente, mas talvez por isso mais arriscado.

O ministério que Chagas conseguiu reunir e que tomou posse a 4 de Setembro era composto exclusivamente por personalidades próximas do «bloco». Essa fraqueza era compensada com o prestígio de embaixador em Paris, com um passado lendário como combatente da revolução e com um perfil público de «intransigente e radical». Com



tais créditos, Chagas não incorreria na desconfiança da esquerda, contando à partida com a benevolência do centro-direita. Mas Afonso Costa não recuou um milímetro. O Governo era do «bloco» e, como tal, deveria ser identificado e responsabilizado. No mesmo dia em que João Chagas se apresentou perante o Parlamento, o grupo «democrático» tornou público o seu programa político. E, a 7 de Setembro, manifestou-se em oposição ao Gabinete. Se o objectivo de Chagas (e de Manuel de Arriaga) era a pacificação interna da República, a par do seu reconhecimento internacional — efectivamente obtido a 11 de Setembro —, cedo se desiludiu. O Primeiro Governo Constitucional ficou prisioneiro da mesma coligação negativa que elegera Arriaga, uma maioria conjuntural e heterogénea, desprovida de coerência e sintonia políticas. Câmara Reis podia resumir nestes termos, logo a 7 de Setembro, as condições adversas que Chagas enfrentava:

> Este ministério, o primeiro ministério constitucional do novo regime, organiza-se no momento de uma dolorosa cisão partidária, tendo a apoiá-lo uma maioria heterogénea; é formado por homens que, pela primeira vez, sobraçam uma pasta; já não o bafeja e anima o sopro épico de uma revolução; encontra truncados e desiguais os alicerces da República, na fronteira ameaça-o o inimigo, nas câmaras o despeito de uma minoria apaixonada e ambiciosa.[5]

Recorde-se, a propósito, a distribuição das simpatias partidárias na Câmara dos Deputados após a fragmentação do PRP, segundo a estimativa de A.H. Oliveira Marques[6]: 68 democráticos (Afonso Costa), 41 evolucionistas (António José de Almeida), 36 unionistas (Brito Camacho), seis independentes e dois socialistas.

A primeira incursão monárquica realizada por uma coluna de Paiva Couceiro a partir da Galiza e dirigindo-se para Vinhais, próximo de Bragança, avolumou as dificuldades políticas do Governo de João Chagas. A crise saldou-se a 9 de Outubro, quatro dias volvidos sobre a movimentação de Paiva Couceiro, com a exoneração do ministro da Guerra, general Pimenta de Castro, individualidade da confiança pessoal de Manuel de Arriaga e dos sectores conservadores do Exército.

A divergência teve origem na atitude alegadamente passiva adoptada por Pimenta de Castro face à incursão. O ministro da Guerra defendia a vantagem de deixar a coluna couceirista internar-se mais profundamente no território português antes de lhe dar combate

com tropas regulares. Chagas queria uma actuação mais imediata e espectacular. Afinal, esta divergência táctica prendia-se com um novo surto de radicalização política que o desencadeamento da actividade revolucionária proporcionara.

O conhecimento de que a ameaça monárquica passara das palavras aos actos e a suspeição de que ela contava com apoios ou, pelo menos, com a conivência das autoridades da monarquia espanhola não podiam deixar de constituir um poderoso factor de crispação social e política dos nacionalistas republicanos portugueses (como nota o historiador espanhol Hipolito de La Torre Gomez, nas diversas obras que dedicou ao tema). No Exército, especificamente, trouxe ao de cima novamente a iniciativa dos «Jovens Turcos». Despertou para a acção directa a Carbonária e os grupos civis de «vigilância e defesa da República». Finalmente, no partido, como nas instituições sociais, a ofensiva monárquica em moldes «subversivos» anulava o espaço de manobra dos que defendiam a integração no sistema político de todos os liberais, republicanos ou não.

Chagas — salvaguardadas as distâncias decorrentes do seu temperamento «aristocrático» — fez coro com os que exigiam medidas enérgicas e exemplares, não só contra os conspiradores, os «talassas», os traidores, mas também contra os suspeitos de tudo isto. Talvez não tivesse escolha, mas perdeu o benefício da dúvida dos conservadores, sem conquistar, por outro lado, o dos radicais.

António José de Almeida foi alvo de manifestações de desagrado por parte de militantes republicanos mais exaltados. Na sequência de uma dessas manifestações, particularmente violenta, a 20 de Outubro, decidiu desvincular-se do Partido Republicano. No final do mesmo mês (27-30 de Outubro) reuniu-se em Lisboa o congresso anual do PRP, que as vicissitudes da revolução tinham obrigado a adiar. Nem António José de Almeida nem Brito Camacho nele participaram. Os delegados elegeram para o novo Directório uma lista patrocinada por Afonso Costa. A hegemonia dos democráticos no partido consumava-se.

A João Chagas nada restava senão, tirando dos factos a necessária consequência, demitir-se. A divisão republicana era irremediável. O Governo já não podia alimentar-se da ficção de que estaria ao seu alcance recuperá-la. Os laços que o prendiam (ao menos formalmente invocáveis) ao Partido da República estavam desfeitos. João Chagas fez as malas e regressou a Paris.



Entre 7 e 13 de Novembro, datas da exoneração do Primeiro Governo e posse do Segundo, presidido por Augusto Vasconcelos, decorreram laboriosas negociações com vista àquilo que se designou como «Governo de concentração». Por outras palavras, reconhecida a divisão dos republicanos, estava-se perante um Governo de coligação: entre o Partido Democrático e a União Nacional Republicana (sucessora do «bloco»).

A União Nacional Republicana teve uma existência efémera: a 24 de Fevereiro de 1912, António José de Almeida fundou o Partido Evolucionista e, dois dias depois, Brito Camacho fundou a União Republicana. O projecto de um grande partido de centro-direita que disputasse ao Partido Democrático a vocação maioritária que iria formar ao longo de 1912 e consagrar em 1913 não teve o sucesso que os seus mentores inicialmente previam. Não obstante, aquele seria retomado em diversos momentos da história da República. Acabaria sempre por se confrontar com o fracasso. O regime não evoluiu no sentido de um bipartidarismo segundo o modelo do rotativismo partidário vigente em Portugal entre 1851 e 1891 (embora de forma mais imperfeita do que por vezes se pretende, pois o Partido Regenerador sobrelevou claramente o seu adversário, em tempo de permanência no Governo). A situação que prevaleceu na República foi a de um multipartidarismo de partido dominante, para usar a denominação perfilhada por Marcelo Rebelo de Sousa[7], para a qual contribuíram diversos factores que importa analisar.

Decorre um deles do quadro de crise do sistema liberal (que entre nós deflagra na década de 1890), no qual se inscreve a própria queda da Monarquia. Entre 14 de Outubro de 1890 e 5 de Outubro de 1910 sucederam-se 20 governos, dos quais seis apenas no reinado de D. Manuel. Cerca de metade dos ministérios empossados durante essas duas décadas corresponderam a soluções anómalas relativamente ao sistema partidário: governos de «independentes», governos de «concentração», governos com suporte parlamentar instável ou, pura e simplesmente, governos de ditadura. A instabilidade governativa foi acompanhada por cisões partidárias que alteraram de forma significativa a distribuição das forças parlamentares e empurraram o sistema para um multipartidarismo. O recurso frequente a eleições, por vezes com modificação da própria lei eleitoral, era o sintoma de uma crescente dificuldade em estabelecer alianças partidárias duradouras. Reportando-se a esta crise do sistema político liberal-monárquico,

Marcelo Rebelo de Sousa sublinha ainda que «a distribuição de competências entre os órgãos de soberania e as suas recíprocas relações revela uma incapacidade do parlamentarismo puro para garantir a autoridade e a eficácia do Executivo e a racionalização das suas relações com as Cortes, apesar das tentativas de revisão da Carta Constitucional, defendidas e realizadas no período em análise». Em seguida conclui que se assiste ao rompimento do «contrato artificialmente celebrado no âmbito da classe política portuguesa durante o rotativismo partidário, de tal forma que fica patente a incapacidade de funcionamento do sistema de Governo parlamentar com multipartidarismo perfeito»[8].

A reforma de estrutura do poder político entrou, assim, na ordem do dia. D. Carlos e João Franco, em 1907, enveredaram pela solução antiparlamentar, ensaiando simultaneamente uma reforma administrativa do teor vincadamente centralista que teria, caso tivesse vingado, profundas consequências políticas ao transferir para o Estado os instrumentos de mediação entre o centro e a periferia tradicionalmente nas mãos dos partidos e das suas redes de caciques.

O Partido Republicano, que era portador de uma solução alternativa — a substituição da monarquia hereditária pela república parlamentar —, não se mostrou, uma vez no poder, capaz de impulsionar inovações particularmente fecundas. É certo que fez regressar o parlamentarismo, mas a reforma administrativa, sobre a qual produzira declarações de intenção descentralizadoras, não chegou sequer a ser legislada, tal como não intentou o alargamento dos mecanismos de participação eleitoral através do alargamento do sufrágio. A única novidade que trouxe ao funcionamento do sistema político liberal foi precisamente a introdução de um partido dominante. Tal introdução não veio a traduzir-se, no entanto, como veremos, num reforço da legitimidade do sistema.

Descreveram-se anteriormente, em traços largos, as vicissitudes que conduziram à fragmentação do partido-frente que era o PRP e à conversão do seu mais forte núcleo no Partido Democrático. Em 1912, este era o único partido da República implantado ao longo do país e que dispunha de um aparelho activo e razoavelmente eficiente. A Constituição, atribuindo ao presidente da República escassos poderes e sobretudo reduzida margem de manobra política, conjugada com um regime eleitoral de representação maioritária em círculos plurinominais com sufrágio restrito, foi talhada à sua medida. A identificação entre a República e o Partido Democrático dominará de tal



modo a vida política portuguesa no período compreendido entre 1911 e 1926 que condicionou o acesso ao exercício do poder de todas as outras formações partidárias, acarretando consequências perversas.

Frente ao Partido Democrático, aquele que mais se aproxima da figura do partido de massas, o Partido Evolucionista e o Partido Unionista estão mais próximos da categoria de partidos de quadros, com maior (o Evolucionista) ou menor (o Unionista) contingente de quadros regionais.

À esquerda, o Partido Democrático não tinha concorrentes. O Partido Socialista era um pequeno partido dividido e fraco. Restavam os sindicatos. O número e a actividade reivindicativa das associações de classe aumentou consideravelmente em 1911 e 1912. Em Janeiro deste ano, uma greve dos trabalhadores rurais deixou o Alentejo em pé de guerra. A violenta repressão de que foi alvo gerou um movimento de solidariedade, com a marcação pela Federação Anarco-Sindicalista de uma greve geral que começou no dia 29. O Governo acudiu, decretando o estado de sítio no dia 30 e encarregando o Exército de repor a ordem nas ruas e oficinas de Lisboa e de fechar as sedes sindicais.

O Partido Democrático fez coro com estas medidas de ataque ao movimento sindical, não só no Governo em que participava, como fora dele. Mais tarde, nos seus ministérios monocromáticos, a atitude deste partido para com o operariado não mudaria. Por alguma razão Afonso Costa foi apodado de «racha sindicalistas».

## A hegemonia do Partido Democrático

O CAVALO DE BATALHA fundamental escolhido pelo recém-formado Partido Evolucionista foi a amnistia, a qual, naquele contexto, beneficiaria os monárquicos acusados de conspirarem contra o regime e os chamados presos sociais, operários e sindicalistas. António José de Almeida apresentou essa proposta à Câmara no dia 5 de Março de 1912. A amnistia foi recusada por 63 votos contra 26, num ambiente de grande exaltação dentro e fora do Parlamento. Esta derrota do Partido Evolucionista abalou fortemente a sua credibilidade pública.

No final do mês seguinte, o PRP reuniu-se em Braga para ratificar as deliberações do congresso de Outubro anterior. António José de Almeida e Brito Camacho, uma vez mais, não compareceram. Desta vez, porém, a sua ausência não ensombrou o êxito dos democráticos e

de Afonso Costa. O congresso constituiu uma impressionante manifestação da organização do partido, cuja implantação regional crescera de forma espectacular desde Outubro de 1911.

Consciente da sua força, o Partido Democrático tornou-se mais exigente em relação ao Governo. As críticas que endereçou ao ministro do Interior, um unionista, seguidas da demissão dos três ministros democráticos, levaram Augusto Vasconcelos a apresentar o pedido de exoneração do seu gabinete a 4 de Junho.

Manuel de Arriaga insistiu em nova solução de compromisso, chamando outra vez Duarte Leite a formar Governo. As diligências deste último prolongaram-se durante 11 dias. O ministério seria constituído por três democráticos, dois evolucionistas e um independente próximo dos unionistas. Duarte Leite reservou para si a pasta do Interior.

Três semanas depois, Paiva Couceiro fazia a sua segunda tentativa incursionista. Partindo de Tui, na Galiza, as forças monárquicas avançaram, divididas em três colunas, das quais só uma alcançou o objectivo — Chaves, de onde foi desalojada pelo Exército a 8 de Julho.

Esta incursão absolvia os que recusaram a António José de Almeida a oportunidade de uma amnistia e fazia recair sobre alguns quadros evolucionistas da província fortes suspeitas de reacção tardia às sublevações do inimigo, senão mesmo de colaboração com ele. O Partido Democrático foi o principal beneficiário desta situação: recebeu apoios e adesões num ambiente de fervor em prol da República.

Os democráticos foram assim, ao longo do segundo semestre de 1912, empurrados decisivamente para a liderança do Executivo. A 6 de Janeiro de 1913, Duarte Leite demitiu-se. Manuel de Arriaga tentou chamar a Lisboa Basílio Teles, que recusou, indicando ao presidente a solução óbvia: Afonso Costa. Também os unionistas se declararam disponíveis para apoiar Afonso Costa. António José de Almeida ficou isolado. A 9 de Janeiro é empossado o primeiro Governo homogéneo da República, presidido por Afonso Costa, que acumulava a pasta das Finanças.

De forma aguerrida, aliando mobilização e disciplina, os democráticos tinham conquistado o PRP e vencido todos os seus adversários. Alcançaram o poder, mas restava a prova do seu exercício. Dois inegáveis sucessos políticos assinalaram este primeiro ministério de Afonso Costa, que durou 13 meses. O Governo pôs em prática uma política de restrições financeiras, com vista a diminuir o défice orçamental. A contracção das despesas, designadamente por intermédio da famosa «Lei Travão» e a elevação e racionalização da cobrança de receitas possibilitadas por reformas fiscais como as das contribuições industrial e predial, permitiram ao ministério das Finanças fechar em Julho o ano económico de 1912-1913 com um *superavit* de 978 contos (para uma previsão inicial de défice de 3400 contos). O êxito da política de controlo orçamental de Afonso Costa granjeou-lhe se não a simpatia, pelo menos a não hostilização do mundo dos negócios.



A 16 de Novembro, realizaram-se eleições suplementares para deputados. O Partido Democrático averbou uma vitória esmagadora que lhe conferiu a maioria absoluta na Câmara Baixa. Dos 37 lugares em discussão, evolucionistas e unionistas conquistaram dois cada, enquanto os democráticos elegeram os restantes 33.

A esta vitória política deve somar-se uma nítida perda de vigor do movimento sindical. É certo que a gestão de Afonso Costa continuou a ser assinalada pela repressão sobre os operários, mas o número de greves diminuiu. Em 1912, registaram-se 35 greves, em 1913 esse quantitativo desceu para 19 e no ano seguinte verificar-se-iam apenas dez[9].

O Partido Democrático, depois de demonstrar que contra si a República não poderia ser governada, acabava de afirmar a sua hegemonia no sistema de partidos e no Governo. Sem ele, a República era também ingovernável.

Esta hegemonia política dos democráticos depressa gerou, porém, efeitos perversos. Criou nas oposições republicanas minoritárias a convicção de que os democráticos só cederiam o poder através da força. Desconfiados de que o sistema político se fechara e de que os mecanismos constitucionais e jurídicos eram insuficientes para contrabalançar o alegado jacobinismo dos «afonsistas», os adversários deste partido, tanto à direita como à esquerda, recorreram a práticas golpistas.

Logo em Abril, a República sofreu a sua primeira contestação cívico-militar, com origem num dos combatentes da revolução do 5 de Outubro. Inspirada por Machado Santos, a «intentona radical» de 27 de Abril consistiu em manifestações civis junto do Ministério do Interior e de alguns aquartelamentos de Lisboa e na saída de uma coluna de Infantaria 5 que acabaria por ser detida na Avenida Almirante Reis.

Confirmando a tendência para o afunilamento do sistema político, a nova legislação eleitoral aprovada pelo Parlamento a 3 de Julho de 1913 sancionou o ponto de vista de Afonso Costa expresso nos seguin-

tes termos: «Se quiserem fazer eleições com analfabetos, façam-nas os senhores porque eu quero fazê-las com votos conscientes.» A partir de 1913 só seriam eleitores os cidadãos do sexo masculino maiores de 21 anos no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos, que soubessem ler e escrever português, com exclusão dos que estivessem no serviço activo dos corpos militares, militarizados e policiais. Consequentemente, o número de recenseados, que em 1911 fora de 846 801, baixou para 397 038 em 1913: uma quebra de mais de 50 por cento.

O Partido Democrático viu confirmada a sua hegemonia eleitoral de 16 de Novembro nas votações municipais e paroquiais do dia 30 do mesmo mês e 14 do mês seguinte. A oposição parlamentar tinha apenas um trunfo — a maioria no Senado — e resolveu jogá-lo, pondo em cheque um dos ministros de Afonso Costa e dando azo a que se criasse uma situação de conflito entre o Legislativo e o Executivo. Era o pretexto para chamar o presidente da República a intervir.

Na noite de 26 de Janeiro de 1914, uma manifestação de apoio a Afonso Costa foi enfrentada por uma contramanifestação promovida por Machado Santos, com o saldo de um morto e vários feridos graves. A 4 de Fevereiro, nova manifestação convocada por Machado Santos exige, em Belém, que o chefe de Estado demita o Governo.

Efectivamente, Afonso Costa solicitara a exoneração a 26 de Janeiro, depois de Manuel de Arriaga ter tomado a iniciativa de auscultar os chefes dos três partidos sobre a possibilidade de constituição de governos extrapartidários. Brito Camacho e António José de Almeida pretenderam ainda ressuscitar o «bloco», mas Arriaga não quis correr o risco de dar posse a um Governo hostil ao Partido Democrático e chamou Bernardino Machado a 9 de Fevereiro.

Foi com um programa de «reconciliação nacional» que Bernardino Machado organizou o ministério, que, aliás, integrava três democráticos. Propôs tréguas aos monárquicos, aos sindicalistas, aos «intransigentes» do 27 de Abril, a todos prometendo uma amnistia, e aos católicos, a quem acenou com uma revisão da Lei da Separação.

A amnistia seria votada pelo Parlamento a 20 de Fevereiro. Quanto à Lei da Separação, o ensejo para a reforma advinha dos termos do seu artigo 195, que estipulava: «Este decreto [20 de Abril de 1911] será sujeito à apreciação da próxima Assembleia Nacional Constituinte.» Em 1914, o Congresso não iria senão proceder à tarefa que a Constituinte três anos antes não tivera oportunidade de iniciar. A 10 de Março, principiou a discussão da lei na generalidade,



concluída a 29 de Junho. A discussão na especialidade, ocasião para introduzir reajustamentos na lei, viria porém a ser adiada «por falta de tempo».

Bernardino Machado resolveu dar mais um passo no sentido da «acalmação», propondo ao presidente a formação de um Governo «extrapartidário», após a saída dos três ministros democráticos.

Aproximava-se a data das primeiras eleições gerais legislativas após a aprovação da Constituição. Metade dos senadores e a totalidade dos deputados perderiam o mandato a 30 de Junho. Ao Governo competia marcar as eleições para um domingo situado entre o termo da sessão legislativa de 1914 e o dia 2 de Dezembro, início da nova sessão. Os propósitos de «acalmação» implicavam que as eleições fossem efectuadas a partir de normas que obtivessem o acordo dos principais partidos. Mas Bernardino Machado não o conseguiu.

Na reunião extraordinária do dia 29, o Congresso aprovou a lei eleitoral sem os votos de unionistas e evolucionistas. Em causa estava a divisão dos círculos e a representação de minorias. Os dois partidos minoritários exigiam — eloquentemente — um acordo prévio na base do qual o Partido Democrático aceitasse não fazer eleger mais de dois terços dos deputados.

A campanha para as eleições, marcadas para 1 de Novembro, começava, pois, sob o signo da discordância e não da «acalmação», com o Governo acusado de favorecer os desígnios dos democráticos. Mas, em Agosto, um novo ciclo político se abriria — inesperadamente — à República, com o deflagrar da guerra na Europa.

## A guerra

A 29 de Julho a conflagração entra em marcha irreversível. Em retaliação pelo assassínio do seu príncipe herdeiro, o Império Austro-Húngaro decreta a mobilização geral para a invasão da Sérvia.

A 1 de Agosto o Império Germânico toma idêntica medida e declara a guerra à Rússia. A 2 de Agosto o Governo belga recebe um ultimato para franquear a passagem dos exércitos alemães. Recusa, sendo as suas fronteiras de imediato violadas. A França recebe, por seu turno, uma declaração de guerra no dia 3. A Inglaterra exige no dia 4, em Berlim, a retirada das tropas germânicas do território belga. No dia 5 de Agosto a Europa entra em guerra.

A 7 de Agosto o Governo de Bernardino Machado levou ao Congresso, reunido extraordinariamente, uma declaração de princípios sobre a condução da política externa na emergência suscitada, a qual seria votada por unanimidade. Cautelosa e propositadamente vaga, tal declaração limitava-se a reafirmar que Portugal não faltaria aos deveres impostos pela sua aliança com a Inglaterra, acrescentando que o Governo daria continuidade a uma « política internacional de concórdia e dignidade».

No dia 12 foi decretada a organização de uma expedição militar com destino a Angola e Moçambique.

O posicionamento português no conflito era globalmente inseparável da defesa do património colonial. As ambições germânicas sobre esse domínio eram conhecidas. Até à guerra, a Alemanha aceitara regulá-las negocialmente com a Inglaterra. Desencadeada aquela, as possessões portuguesas em África ficavam expostas directamente à acção militar dos alemães. Eventualmente também, uma vez terminadas as hostilidades, entre as potências — o que, acreditava-se, ocorreria em breve —, à acção diplomática dos contendores. Ninguém tinha dúvidas de que a política externa portuguesa tinha de ser conduzida contra o interesse estratégico enunciado pelos germânicos para a África.

Aqui findava, no entanto, a unanimidade política nacional, dentro e fora do Parlamento. Se é certo que ninguém defendia com plausibilidade e audiência as vantagens de uma posição pró-germânica, nem os derrotados do 5 de Outubro, nem os herdeiros da geração do Ultimato de 1890 que tinham gritado «contra os bretões, marchar, marchar», as opiniões dividiram-se uma vez mais — e talvez mais do que nunca — acerca das modalidades de acautelar o interesse nacional.

As declarações de António José de Almeida e dos evolucionistas iam no sentido de acompanhar estritamente a política inglesa, promovendo a divisa «até onde for preciso, mas só sendo preciso». Os unionistas chefiados por Brito Camacho inclinavam-se para a abstenção portuguesa em relação à guerra na Europa. Advogavam, contudo, o reforço militar defensivo das colónias. Camacho insistiu sempre no ponto de vista segundo o qual «deveríamos pôr-nos ao lado da Inglaterra, nossa aliada, dando-lhe todo o auxílio que ela nos pedisse, mas só o que ela pedisse, desde que pudéssemos dar-lho».

As afirmações mais favoráveis a uma presença activa de Portugal no confronto com os impérios centrais partiram dos democráticos e, em geral, da intelectualidade republicana, nela compreendendo «históricos», como João Chagas, e futuros «seareiros», como Jaime Cortesão, Raul Proença ou Câmara Reis. O «Partido da Guerra», como lhe chamou Brito Camacho, via na participação portuguesa no teatro europeu de guerra uma oportunidade de afirmação da autonomia do país longamente submetido ao estatuto menor de «protectorado inglês».



Nos derradeiros quatro meses do ano de 1914, a situação portuguesa, quer interna quer externa, foi-se definindo num sentido propiciatório e justificativo das teses intervencionistas. A primeira solicitação com incidência militar feita a Portugal teve origem, em Setembro, no Estado-maior francês: algumas dezenas de canhões. A nossa aliada britânica não podia deixar de apoiar o pedido. Mas o ministro da Guerra, o general Pereira Eça, pôs como condição *sine qua non* para lhe dar satisfação o envio simultâneo de tropas. Estava em causa, no seu entender, o prestígio das Forças Armadas. Os canhões só seguiriam com as respectivas guarnições. Os Aliados aceitaram então o concurso de uma força portuguesa de artilharia, mas Pereira de Eça exigia mais: as outras armas não podiam ficar de fora. Ou uma divisão (cerca de 20 mil homens) ou nada. As negociações entraram num impasse em meados de Setembro e foram desbloqueadas em 10 de Outubro. Num memorando dirigido ao Governo português, a Inglaterra invoca o fortalecimento da «posição dos exércitos aliados no teatro ocidental da guerra», a qual adviria do envio de «uma força especialmente de artilharia, seguida depois por outras armas, a fim de cooperar com as nossas forças na presente campanha». A resposta portuguesa favorável é de 17 de Outubro. Mas já a 14, o ministro dos Estrangeiros, Freire de Andrade, comunicava a todas as legações portuguesas na Europa que «é quase certo Portugal entrar brevemente na guerra como aliado da Inglaterra». A 19, um incidente em Angola com tropas alemãs confirmava o inevitável envolvimento português na guerra.

No dia seguinte, 20 de Outubro, estalava, porém, uma revolta em Mafra. Os seus inspiradores confessar-se-iam monárquicos. Mas os insurrectos, que ocuparam momentaneamente a Escola Prática de Infantaria, declararam-se contra a ida para a guerra. Era o primeiro sintoma de que a mobilização militar para o conflito não seria acatada sem resistência. Era também o primeiro sintoma de que, mau grado a sua orientação *aliadófila*, uma parte do movimento monárquico oficial estava disposta a continuar a conspirar contra a República, agora a pretexto da própria política de intervenção.

Com as eleições adiadas *sine die* «por motivos de ordem internacional», o Governo requer uma reunião extraordinária do Congresso para 23 de Novembro. Obtém aí a necessária autorização para «intervir militarmente na luta armada internacional, quando e como julgar necessário aos nossos altos interesses e deveres de nação livre e aliada de Inglaterra». Dois dias depois decreta a mobilização.

A unanimidade com que foi votada a declaração de 23 de Novembro era, porém, bastante precária. Deve dizer-se que as evidentes dificuldades financeiras e logísticas em dar sequência aos preparativos bélicos se inscreviam num pano de fundo de crescentes dúvidas sobre um rápido desfecho da guerra.

O Partido Democrático entende ser o momento oportuno para formar um Governo de unidade republicana sob a sua égide, e precipita a queda de Bernardino Machado a 5 de Dezembro. Não tendo obtido acordo para uma solução de União Sagrada, Afonso Costa tem no entanto de ceder a chefia do Governo a Vítor Hugo de Azevedo Coutinho, presidente da Câmara dos Deputados.

Mas nem por isso o embate político entre democráticos e oposição é menos violento. Vinte deputados unionistas abandonam a Câmara. Machado dos Santos renuncia ao mandato. O Senado aprova por maioria de um voto uma moção de desconfiança ao Executivo. Entre os senadores que recusam a confiança encontra-se Bernardino Machado.

O Governo de «Os Miseráveis», como ficou conhecido em alusão ao nome do seu presidente, duraria pouco. A crise de legitimidade que o atinge logo na sua génese atrairá de imediato uma movimentação de tipo golpista. Na ocasião, será o próprio presidente da República a precipitar a demissão do ministério, a 24 de Janeiro de 1915, entregando o poder em ditadura ao general Pimenta de Castro. O pretexto foi criado pelo chamado «Movimento das Espadas», um protesto de oficiais efectuado entre 20 e 22 de Janeiro contra uma transferência de um seu camarada, alegadamente por motivos políticos. Machado Santos foi uma vez mais o protagonista do movimento.

Esta experiência ditatorial insere-se indubitavelmente no contexto da «crise de intervenção» de Portugal na guerra, trazendo à esfera do poder não só os adversários do Partido Democrático e em geral do «Partido da Guerra», como os críticos do parlamentarismo liberal e a facção mais conservadora e tradicionalista da hierarquia profissional.



A este respeito refira-se que os acontecimentos de Janeiro de 1915 abrem uma fase aguda de perturbação das relações cívico-militares. O quinquénio 1915-1919 revelará uma elevadíssima incidência de golpes de força militares na vida política. Sublinhe-se, por outro lado, que, no ministério de Pimenta de Castro, sete das dez pastas serão entregues a militares.

A outro nível, dificuldades económicas e sociais, em consequência do conflito internacional, começam a fazer-se sentir com dureza. As falhas de abastecimento e as subidas de preços dos géneros dão origem a tumultos populares em Lisboa e noutras cidades do continente e ilhas em Março de 1915.

Pouco mais de quatro anos decorridos sobre o 5 de Outubro de 1910, a situação não estava, porém, ainda suficientemente madura para a instituição de uma ditadura, muito embora o interregno deixasse sequelas que a breve trecho viriam à tona de água. A verdade é que, menos de um mês após a sua tomada de posse, o Governo aprova uma nova lei eleitoral e uma data para a realização de eleições. A nova legislação redefine os círculos, mas a sua principal inovação consiste na atribuição do direito de voto a oficiais e sargentos. As eleições são marcadas para 6 de Junho.

O Partido Democrático não podia aceitar que o acto eleitoral decorresse sob a égide de um Governo de excepção. Por isso, provocou, a 4 de Março, um espectacular desafio a Pimenta de Castro. O ensejo surgiu nesta sequência:

A 12 de Janeiro, o Congresso da República deliberara suspender os trabalhos precisamente até 4 de Março, ou seja, até à quinta-feira anterior ao dia marcado pelo Governo de então para as eleições (7 de Março). Afonso Costa, autor da proposta, quereria assim evitar a continuação do desgaste desse Governo e do Parlamento (cuja imagem estava abalada por causa das renúncias de Machado Santos e de unionistas), argumentando que os deputados iriam estar ocupados com a campanha eleitoral. Pimenta de Castro não só alterou a lei eleitoral e a data das eleições, como considerou sem efeito aquela decisão do Congresso, pretendendo que a legislatura se esgotara a 2 de Dezembro do ano anterior. Consequentemente, proibiu a reunião a 4 de Março. Os democráticos não deixaram escapar tal oportunidade.

À revelia das ordens do Governo — que impedira, através da GNR, o acesso a São Bento —, a maioria do Congresso reuniu-se no

Palácio da Mitra, em São João do Tojal, aprovando uma moção contra a ditadura, através da qual se legitimava a desobediência civil. Deste modo, unionistas e evolucionistas ficavam ainda mais apegados à anti-constitucionalidade da solução governativa apadrinhada em Janeiro por Manuel de Arriaga, ele próprio agora definitivamente comprometido com a oposição ao princípio parlamentar. Quando, por fim, Manuel de Arriaga promulgou uma amnistia destinada aos 11 prisioneiros monárquicos não abrangidos pela amnistia de 1914 e aos presos políticos resultantes da intentona de 20 de Outubro, os democráticos lançaram uma formidável campanha contra o perigo monárquico e puseram em marcha a organização de um contragolpe de Estado. Este foi apresentado como um novo 5 de Outubro. Era preciso refundar a República, única forma de lavar a mancha da ditadura.

A revolta saldou-se em centenas de mortos e feridos. Teve lugar a 14 de Maio, o dia seguinte àquele em que os unionistas decidiram retirar o seu apoio ao Governo. Na sequência da vitória constitucionalista, ao presidente Manuel de Arriaga não restava outra saída para além da resignação.

O ministério imposto pela Junta Revolucionária do 14 de Maio deveria ter a chefiá-lo — e decerto não por acaso — a mesma personalidade que presidiu ao Primeiro Governo constitucional: João Chagas. A caminho de Lisboa, vindo do Porto, Chagas foi alvo de um atentado, perdendo um dos olhos. José de Castro, vice-grão-mestre da Maçonaria substituiu-o à frente de um ministério que integraria um unionista e um evolucionista desvinculado do partido, sendo os restantes democráticos. Entre eles figurava um dos membros da própria Junta, o major de Estado-maior Norton de Matos, na pasta das Colónias. A principal missão deste Governo — como a dos dois anteriores — seria a de proceder a eleições.

Mas o Congresso eleito em Maio de 1911 deveria ainda reunir-se para cumprir duas derradeiras tarefas: ratificar a lei eleitoral e a data das eleições e eleger um presidente que completasse o mandato de Arriaga. Escolheu Teófilo Braga (significativamente o presidente do primeiro Governo da República). Para além disso, transferiu para uma semana mais tarde as eleições que Pimenta de Castro marcara para 6 de Junho e introduziu alterações na fixação que este fizera dos círculos eleitorais.

As eleições, finalmente realizadas a 13 de Junho de 1915, deram os seguintes resultados: 106 democráticos, 26 evolucionistas, 15 unionistas, cinco independentes, dois socialistas, um católico. O Partido Democrático assegurava uma maioria de dois terços na Câmara dos Deputados e uma maioria absoluta no Senado.



José de Castro pediu a demissão no dia seguinte. Afonso Costa renovou o apelo a um «Governo nacional», mas os derrotados das eleições escudaram-se no princípio de que quem ganha é que deve governar. José de Castro sucedeu a si próprio a 19 de Junho, com um Governo de cinco ministros democráticos.

A mais importante iniciativa política deste Governo de autêntico compasso de espera foi a transferência de Norton de Matos, a 22 de Julho, da pasta das Colónias para a da Guerra. Caber-lhe-ia dar início às diligências tendentes à preparação de uma força militar portuguesa com destino à Europa. Os problemas a esse nível tinham-se naturalmente agravado. Em termos políticos, o agravamento ficou a dever-se ao arrastamento do processo de tomada de decisão, à dissolução do precário e nunca entusiástico consenso inicial, à abertura de tensões civis e militares.

Mas há também que ter em consideração factores de índole externa. No conflito bélico internacional, a guerra de posições substituíra a guerra de movimento, sem que por isso o confronto se saldasse num menor número de perdas. Às terríveis condições vividas nas frentes de combate e ao impressionante número de mortos e feridos, juntava-se, na retaguarda, uma degradação quase incomportável das condições de vida nos países beligerantes. Emudeciam as vozes que tinham gritado «viva a guerra».

Em finais de Outubro de 1915, o comando aliado decide preparar uma grande ofensiva para a Primavera seguinte. Promete que será o fim da guerra. Já não lhe parece possível que o conflito se possa prolongar, depois de um ano e meio de penosa mobilização.

Em Portugal, Afonso Costa compreende que, face às hesitações e reservas de «almeidistas» e «camachistas», aos democráticos não resta outra alternativa senão contarem com as suas próprias forças, se queriam levar o país a colaborar nesse lance que se acreditava ser o derradeiro. Verificara, por outro lado, que a co-responsabilização dos restantes partidos da República no esforço de guerra poderia eventualmente ocorrer após o envolvimento bélico português, e não antes.

A 29 de Novembro de 1915, Afonso Costa formou o seu segundo Governo homogéneo, empossado pelo novo presidente da República,

eleito pelo Congresso a 6 de Agosto e investido a 5 de Outubro: Bernardino Machado.

Um mês depois, a 30 de Dezembro, o Foreign Office consultava o Governo português sobre a sua disponibilidade para proceder à requisição dos navios mercantes alemães surtos nos portos do continente, ilhas e ultramar, «de que o Governo de Sua Majestade teria grande vantagem em fazer uso». Afonso Costa preferia só cometer esse acto após prévia declaração de guerra à Alemanha, mas a 23 de Fevereiro ordenou a apreensão dos 35 navios alemães estacionados no porto de Lisboa, seguindo-se idênticas medidas para os restantes portos. A 9 de Março, a Alemanha respondia com uma declaração formal de guerra.

A 16 de Março, António José de Almeida aceita associar-se à governação. Afonso Costa cede-lhe a Presidência e reserva a pasta das Finanças. É a União Sagrada possível e tardia, sem os unionistas, sem os intransigentes de Machado Santos e sem os socialistas. A experiência durará até 25 de Abril de 1917. Reduzir-se-á depois ainda mais, perdendo inclusivamente a designação, com o terceiro Governo de Afonso Costa (de 25 de Abril a 8 de Dezembro de 1917), no qual os evolucionistas não participam, embora lhe garantam apoio parlamentar.

A partir de 9 de Março de 1916, a organização de um corpo expedicionário constitui a prioridade das prioridades governativas. Entre o corpo permanente de oficiais, a política de intervenção estava longe de ser acolhida sem reservas (como se vira com a ditadura de Pimenta de Castro). Norton de Matos teve de recorrer a jovens oficiais republicanos, muitos dos quais com actividade política pública.

É com uma equipa assim formada que cria em Tancos uma divisão de instrução, põe em funcionamento as escolas de recrutas e oficiais milicianos, e modifica o sistema de recrutamento, apertando a respectiva malha.

Como tem sido salientado por diversos autores, a resistência a estas medidas não se fez esperar: desde infracções à disciplina por parte dos soldados às desobediências de oficiais, passando pela revolta de 13 de Dezembro de 1916 encabeçada por Machado Santos. A partida do primeiro contingente português para a frente de batalha, a 26 de Janeiro de 1917, terá de ser realizada «quase às escondidas».

A política de guerra sofre desde a Primavera de 1917 uma crescente erosão junto das camadas populares urbanas afectadas pela carestia. Esse divórcio entre a frente (que, recorde-se, vive o inferno)



e uma retaguarda que passa ao antiguerrismo não é exclusivo de Portugal. Tem no entanto, aqui, mais do que nos países desde o princípio envolvidos no conflito armado, uma dimensão pública muito acentuada. Incidentalmente, em Portugal, as oposições à guerra cruzam-se com divergências políticas, mais antigas umas, mais recentes outras. O protesto social desce à rua e o poder reprime como pode. A 20 de Maio, o Governo suspende as garantias e a 12 de Julho declara o estado de sítio em Lisboa, na sequência de motins e de greves. A 8 de Setembro, a União Operária Nacional, constituída em Março de 1914 e que evoluíra para uma clara oposição à guerra, convoca uma greve geral a que o Governo responde com a mobilização dos grevistas.

O ministério de Afonso Costa surge, pois, cada vez mais isolado nos campos e nas cidades, enquanto o ex-embaixador português em Berlim e antigo unionista prepara a conspiração que conduziria a República à segunda ditadura num espaço de menos de três anos. Mais: o paradigma de legitimação superior do regime que Afonso Costa procurara erguer com a política de intervenção está posto em causa de modo bastante perverso. Serão as Forças Armadas — a nação em armas — a desautorizar o poder político civil.

O terceiro Governo de Afonso Costa (res)suscitou com efeito todas as oposições: a do movimento operário e sindical, adversário da política de guerra e inconformado com a repressão com que os seus protestos foram recebidos; a das camadas populares urbanas — sobretudo da capital —, amotinadas contra a insuficiência de abastecimentos e a carestia dos géneros; a dos possidentes e conservadores, receosos das perturbações da ordem pública a que o Governo não conseguia pôr cobro duradouramente; a da Igreja, que o Governo pretendia tornar novamente cúmplice da reacção monárquica, daí procurando um efeito aglutinador do próprio campo republicano; provavelmente também a da província, insatisfeita com a inoperância do Governo na racionalização dos circuitos de distribuição e com a paralisação das políticas de obras públicas; enfim, a da Igreja, que o Governo pretendia tornar novamente cúmplice da reacção monárquica, daí procurando um efeito aglutinador do próprio campo republicano, uma Igreja temerosa do bolchevismo e dos campos que a guerra devastou, que encontrou num novo messianismo, anunciado em Fátima, um ensejo mobilizador.

Verificou-se, portanto, o alargamento da base social da oposição e o estreitamento da base política de apoio ao Governo. Enquanto os evolucionistas guardavam nesse momento uma prudente distância

dos «democráticos», processo que já nem a premência do esforço de guerra era capaz de interromper, os unionistas consideravam «fechada a solução legal».

Em Outubro, evolucionistas dissidentes formaram um novo partido, o Partido Centrista Republicano. O centrismo, tal como foi definido pela sua principal figura, Egas Moniz, pretendia ser «o nateiro fertilizador da reforma, sobre o terreno conservado e resistente da direita». Os centristas decerto achavam inadequada a fórmula dos chamados «governos partidários», e aparentemente propunham-se participar, em nome da direita, num «Governo nacional». A oportunidade advinha do relacionamento ambíguo entre os evolucionistas e o Governo, e do labéu da frágil expressão eleitoral que impendia sobre os unionistas. À esquerda, houve quem sustentasse um propósito análogo. Jaime Cortesão, com outros deputados democráticos, pretendeu, em Junho de 1917, que Afonso Costa facilitasse a entrada para o Governo de elementos de todos os partidos republicanos, independentes e católicos.

Afonso Costa não se mostrou, no entanto, disposto a negociar ou ceder o controlo do Governo e da administração. Cresce a convicção, no meio político, de que o recurso ao golpe de Estado é a única forma de pôr cobro à continuação da supremacia dos democráticos em todas as instâncias de poder.

Na sede da redacção de *A Luta*, ao que parece com o conhecimento, embora sem o acordo explícito, do director político do jornal, Brito Camacho, desenvolve-se a actividade conspirativa. À cabeça estava o major Sidónio Pais, professor da Universidade de Coimbra, antigo ministro das Finanças do primeiro Governo constitucional.

## O sidonismo

Da reflexão sobre o golpe vitorioso de 5 de Dezembro de 1917 ressaltam as similitudes com o 5 de Outubro de 1910; porém, a situação político-militar inverteu-se. Quem ocupa a Rotunda e beneficia directa e indirectamente da movimentação popular são os revoltosos. A força civil de rua que, em Lisboa, sustentara o Partido Democrático pura e simplesmente dividiu-se ou retirou-se do confronto. No seu lugar surgiram, de forma espontânea e imparável, tirando partido da ausência de policiamento das artérias da cidade, grupos de assaltantes



de lojas e armazéns. O operariado, por seu turno, viu a oportunidade de obter desforço da repressão que Afonso Costa lhe dispensara, e aproveitou-a.

O chefe do Governo, acompanhado pelo ministro dos Estrangeiros, participava desde 19 de Novembro, em Paris, numa conferência dos governos aliados. Entrou em Portugal a 6, ficando em Coimbra. A resistência foi comandada pelo ministro da Guerra, Norton de Matos.

Norton de Matos estabeleceu o seu comando de operações no Arsenal da Marinha. Contava com a GNR, a polícia e a Guarda Fiscal, duas unidades de cavalaria, uma de artilharia e duas de infantaria. Sidónio viu a seu lado a Escola de Guerra, uma unidade de artilharia, três de infantaria e uma de cavalaria, somando apoios numa extensão superior à que fora estimada pelos seus adversários. De qualquer modo, pode falar-se de um equilíbrio de forças, ou até de alguma vantagem do Governo, quando este, no dia 6, iniciou a concentração de tropas para o ataque ao quartel-general de Sidónio Pais na Rotunda.

Um factor provavelmente inesperado para ambas as partes foi a forma como o movimento operário e sindical decidiu intervir, apoiando Sidónio. A decisão é compreensível, porém. A hostilidade para com os democráticos era mais irreparável que nunca. Acreditava-se, por outro lado, na feição antiguerrista dos revoltosos. António José Telo escreve:

> O apoio do proletariado ao golpe sidonista é como que oficializado quando um grupo de operários se dirige a Sidónio Pais, no Parque Eduardo VII, propondo-lhe a sua participação na defesa do Parque de armas na mão, bem como a de outros operários, desde que fossem libertados os presos por questões sociais detidos na Penitenciária, cuja lista lhe é entregue. Sidónio começa por recusar o pedido, adiando-o para depois da vitória, mas após alguma hesitação acaba por concordar, mandando libertar imediatamente os presos que constavam da lista. A partir desse momento, pelo menos para efeitos práticos, está como que oficializada a participação da UON (União Operária Nacional) no golpe sidonista.[10]

Esse exército civil mostrou mais uma vez que podia condicionar a capacidade de movimentação das tropas regulares em Lisboa. No dia 7,

quando o choque aconteceu, o avanço das colunas governamentais foi retardado ou impedido pela acção de civis municiados com bombas. Sidónio resiste no parque a cinco horas de fogo.

Reforço importante é entretanto produzido, para benefício dos revoltosos, com a entrada em cena de Machado Santos. Este adversário da primeira hora de Afonso Costa encontrava-se detido em Viseu, na sequência de uma tentativa frustrada do golpe contra o Governo da União Sagrada em finais do ano anterior. A 6 de Dezembro, a guarnição da cidade, composta por unidades de artilharia e de cavalaria, colocou-se às suas ordens e marchou sobre Coimbra, dirigindo-se a Lisboa. Depois do insucesso da tentativa de desalojamento de Sidónio no dia 7, o quartel-general do Governo tinha de reconhecer que, na cintura de Lisboa, a situação não era menos desfavorável.

Na madrugada do dia 8, o presidente da República declara aceitar a exoneração do Governo, «para evitar as funestas consequências da divisão do Exército, que mais do que nunca precisa neste momento de estar unido». Afonso Costa, que seguira para o Porto a partir de Coimbra, não terá sido sequer consultado.

Bernardino Machado julgou estar terminado o golpe de força e considerou-se apto a iniciar as consultas da praxe com vista à formação de um novo Governo. Mas, para aqueles que tinham derrubado a poder de fogo os democráticos, a revolução não terminara com a queda do Governo, pois tratava-se de uma revolução e não de um mero pronunciamento militar.

A Junta Revolucionária, entretanto constituída por Sidónio Pais (presidente), Machado Santos e o capitão Feliciano da Costa (vogais), declara-se pronta a assumir o poder, destituindo e prendendo o próprio presidente da República, depois de ter ordenado a dissolução do Parlamento. Afonso Costa é igualmente detido, no Porto. Em Lisboa, a população assalta as casas e os escritórios do antigo chefe do Governo e de outras figuras do Partido Democrático.

Na sua primeira proclamação, a 9 de Dezembro, a Junta reivindicava o triunfo em nome da República do 5 de Outubro, «miseravelmente atraiçoada por uma casta política que audaciosamente conquistou o poder e o explorou em proveito próprio e com grave dano do País».

Sobre a reclamação de continuidade do 5 de Outubro e da República, cuja pureza inicial se propunha devolver, o dezembrismo (como se denominou o movimento encabeçado por Sidónio) procurou institucionalizar um novo regime, denominado República Nova.



O Governo constituído a 11 de Dezembro integrava, para além dos três elementos da Junta, três unionistas, dois centristas e um independente. As primeiras medidas visavam o apaziguamento social: anulação de castigos como o desterro, impostos a bispos, libertação e reintegração dos detidos acusados de implicação na revolta de 1916 (decisões tomadas ainda pela Junta), revogação da ordem de mobilização dos funcionários dos Correios e reintegração dos funcionários civis e militares afastados em consequência da aplicação das chamadas «Leis de Defesa da República» e do 14 de Maio de 1915, abolição da censura à imprensa. Pareciam oportunas e criaram uma forte expectativa em torno da nova situação, num país que a guerra dividira e empobrecera.

Nesse ambiente favorável, a figura de Sidónio Pais adquiriu repentinamente uma aura espectacular, e depressa ganhou uma dimensão sem paralelo com a de qualquer outro dirigente republicano. Em Janeiro visitou o norte, em Fevereiro o sul, em Março o centro: as multidões que o aguardavam e seguiam, vibrando com os seus gestos e palavras, referendaram o presidencialismo de Sidónio, antes mesmo de a revisão constitucional ter sido proposta.

A República Nova é incompreensível sem o sidonismo, fenómeno onde o apelo sebastianista, recortado num fundo de tensões sociais e religiosas, se casa com uma protagonização de tipo carismático do sistema político. A 18 de Janeiro de 1918, Raul Brandão anota no seu diário:

> O Sidónio chegou hoje do Norte. Teve uma manifestação imponente como nunca vi fazer aos reis. Vivas, palmas, toda a gente na rua. São principalmente as mulheres quem o aclama. Nas janelas há risos e lenços a acenar. Sente-se que esta ovação é, ao mesmo tempo, uma pateada ao Afonso Costa, escorraçado, preso em Elvas, e que, como um fantasma, não sai do fundo do quadro.[11]

E em Beja, a 17 de Fevereiro, o antigo professor de Matemática, que em público agora se apresenta envergando a farda dos combatentes, proclama:

> Duas questões importantíssimas têm de ser resolvidas, sendo uma a da Ordem Pública, por toda a gente reclamada, para todos aqueles que do trabalho querem progredir. A outra questão é a solução do

> problema político, isto é, realizar o equilíbrio político para que se estabeleça a paz no País. O regime parlamentar já deu todas as suas provas durante os oitenta anos de constitucionalismo monárquico e as provas são negativas. Em pleno século XX não é possível o regime absoluto, tendo-se portanto que optar pelo regime republicano; mas para isso é necessário que o País se pronuncie sobre a forma de regime que deve adoptar-se: se parlamentar, se presidencialista. O primeiro faliu. O segundo é a Ideia Nova.

Três dias depois, o Governo decidia convocar eleições directas para a Presidência da República, em simultâneo com eleições para uma assembleia de deputados com poderes constituintes.

Os unionistas desaprovaram tanto o discurso como a decisão. Sidónio queria o dezembrismo em partido próprio — com a inevitável marginalização do partido unionista — e a legitimação eleitoral antes da reunião da Constituinte. Brito Camacho não transigia com o princípio de que é da Constituição — e, portanto, das eleições parlamentares — que decorre a fundamentação legal de um regime. Consequentemente, os ministros do partido abandonaram o Governo.

O Partido Nacional Republicano, no qual se dissolveu o Partido Centrista, formou-se no princípio de Abril para disputar as eleições, que se realizariam a 28 do mesmo mês. Nenhum dos partidários da República Velha aceitou concorrer. Monárquicos, em quase todo o território, e católicos, nalguns círculos, apresentaram-se para disputar as minorias. O novo regime eleitoral estabelecia o princípio da lista incompleta para a eleição por círculos de 155 deputados. As listas não patrocinadas pelo Governo obtiveram assim cerca de um terço dos lugares, a percentagem que a nova lei previra para as minorias.

O decreto de 30 de Março, que definia o quadro normativo em que decorreram as eleições, ultrapassou em muitos aspectos as disposições que convencionalmente integram uma lei eleitoral. Estamos efectivamente perante uma nova Constituição.

Eis os traços mais marcantes do decreto 3977: estabelecia-se o acesso ao voto de «todos os cidadãos» do sexo masculino, maiores de 21 anos, «que estejam no gozo dos seus direitos civis e políticos e residam no território nacional há mais de seis meses» (contrariando o princípio de que os analfabetos não têm capacidade eleitoral); o presidente da República, de então em diante eleito por sufrágio directo e universal, passava a nomear e demitir livremente o Executivo, formado por secretários de Estado (designação tomada de empréstimo a regimes presidencialistas, como o americano); o seu mandato, a definir em concreto pelo Congresso constituinte, não poderia ser inferior a quatro anos; o bicameralismo do Parlamento foi mantido, mas o Senado deveria ter uma composição híbrida.



Dos 77 senadores previstos, 28 seriam preenchidos por designação de interesses económicos e profissionais: dez representantes da agricultura (seis do patronato e quatro dos sindicatos), cinco representantes da indústria (dois do patronato e três dos sindicatos), quatro representantes do comércio (duas das associações comerciais e dois dos lojistas), três representantes dos serviços públicos (um dos directores e dois dos restantes funcionários), três representantes das profissões liberais, três representantes das ciências e das artes.

Destas inovações, a que teve tradução e consequências práticas mais notórias foi o método de eleição do presidente. A que menos êxito alcançou foi a tentativa de institucionalização do corporativismo.

Segundo A.H. de Oliveira Marques, ter-se-ão recenseado cerca de 900 mil indivíduos, de um total de cerca de 1,5 milhões recenseáveis (o universo da população masculina adulta). Votaram 514 mil em Sidónio, cerca de 57 por cento. Estes números contrastam vivamente com a percentagem de votação nas eleições parlamentares, simultaneamente efectuadas, que foi bastante mais baixa em todo o país, e que em Lisboa se quedou pelos 36 por cento. Estes factos podem ser tomados como indicadores de, por um lado, um relativo êxito da resistência passiva dos partidos republicanos tradicionais e, por outro, de um fraco impacto junto da opinião pública do Partido Nacional Republicano.

O regime revê-se em Sidónio Pais e, cada vez mais, parece que a ele exclusivamente se resume. A subalternização do Parlamento e do partido emprestam à República Nova a feição de ditadura pessoal. Quanto mais esta feição se acentua, mais diminuem a sua institucionalização e a sua capacidade de integração social. O carisma de Sidónio é inseparável do abalo social e cultural provocado pela guerra e suas sequelas, pela epidemia — a pneumónica — e pelo apelo messiânico.

Sidónio foi assassinado a tiro de revólver, a 14 de Dezembro de 1918. Nos últimos seis meses assistiu-se a um crescendo de dissidências que arrastaram o regime para um dos lados da guerra civil com que Portugal saiu da Grande Guerra.

## Notas

1 A.H. de Oliveira Marques, *Afonso Costa*, Lisboa, Arcádia, p. 15.
2 Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo,* Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1980, p. 249.
3 Raul Brandão, *Memórias*, vol. II, Lisboa, Perspectivas e Realidades, s/d., p. 98.
4 Luís Câmara Reis, *Vida Política*, Lisboa, Tipografia Mendonça, 1911-1913, p. 43.
5 *Idem*, *ibidem*, p. 61.
6 A.H. de Oliveira Marques, *A Primeira República Portuguesa*. *Alguns Aspectos Estruturais*, Lisboa, Livros Horizonte, 1975, p. 179.
7 Marcelo Rebelo de Sousa, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português* (dissertação de doutoramento), Braga, Livraria Luz, 1983, pp. 167-170.
8 *Idem*, *ibidem* p. 166.
9 A.H. Oliveira Marques, *A Primeira República Portuguesa...*, p. 161.
10 António José Telo, *O Sidonismo e o Movimento Operário Português. Luta de Classes em Portugal, 1917-1919*, Lisboa, Ulmeira, 1977, p.137.
11 Raul Brandão, *ibidem*, p. 98.

# A questão religiosa: Estado, Igreja e conflitualidade sócio-religiosa

*Vítor Neto*

A revolução republicana de 5 de Outubro de 1910 reabriu a questão religiosa iniciada na época pombalina e que permanecera durante a vigência do liberalismo monárquico oitocentista. Nos últimos decénios da Monarquia Constitucional, a propaganda republicana sustentada pelos livres-pensadores reivindicava a laicização do Estado, da sociedade, da cultura e das consciências. Profundamente anticlericais, os republicanos, socialistas e anarquistas pretendiam diminuir a influência da Igreja na vida dos cidadãos, facto que exigia a separação entre a política e a religião. Aberto o ciclo da República, foi publicada uma vasta legislação em matéria religiosa e assistiu-se à laicização do poder político. No entanto, o jacobinismo da Lei de Separação publicada em 20 de Abril de 1911 por Afonso Costa encontrou fortes resistências no episcopado, em Roma e na maior parte dos elementos do clero, que se opuseram, entre outros aspectos, às associações cultuais previstas no diploma, ao registo civil e à separação da Igreja da escola. A aplicação da Lei de Separação suscitou o aparecimento de uma verdadeira guerra religiosa em quase toda a sociedade portuguesa e atingiu o país profundo. O sentimento religioso das comunidades em ligação com os seus sacerdotes causou uma forte conflitualidade com os republicanos, que pretendiam transformar as diferentes dimensões da realidade social a partir de um projecto elitista sustentado pelos livres-pensadores. Assim, o período situado entre o início da República e o sidonismo (1917-8) caracterizou-se, no plano institucional, pela existência de um Estado laico, mas também por uma grande oposição da hierarquia eclesiástica e do baixo clero à aplicação da legislação republicana em matéria religiosa. Nessa conjuntura, a sociedade foi envolvida em inúmeras lutas de carácter religioso em todo o espaço geográfico nacional.

## A oposição ao Estado católico

Nos últimos anos da Monarquia verificou-se uma secularização crescente da sociedade, especialmente nos meios urbanos do litoral, e um recuo da influência da Igreja Católica, não obstante a sua forte implantação sobretudo nos meios rurais do centro e do norte. O padre começou a sentir a concorrência do professor e do médico, que veiculavam uma cultura secularizada[1]. Apesar disso, segundo o censo de 1900, 99,8 por cento da população do país ainda declarava ser católica. A estruturação da Igreja fazia-se através de 14 dioceses e 3921 paróquias. Nos seminários estudavam cerca de dois mil alunos, número significativo, embora estivesse em declínio. No momento em que a República foi proclamada havia 5953 sacerdotes católicos, o que correspondia a um para cerca de mil habitantes, e o número de paróquias acima referido. Essa forte implantação da Igreja fazia-se sentir essencialmente no Minho, em Trás-os-Montes, na Beira interior, em Aveiro e nos Açores. Tal influência era menor, com um número de sacerdotes muito abaixo da média, no Ribatejo, no Alentejo e no Algarve[2].

A liberdade de consciência não existia e as confissões minoritárias eram perseguidas, ou marginalizadas. As religiões protestantes não tinham estatuto legal num país constitucionalmente católico e, por isso, a luta pela construção da diferença religiosa foi um processo longo e difícil. O catolicismo liberal sustentado por Lamennais, Montalembert e Cavour teve o seu impacto em Portugal a partir de 1861. Nessa época, o professor da Universidade de Coimbra Manuel Nunes Giraldes defendeu o princípio «Igreja livre no Estado livre» proposto por aqueles autores. Mais tarde, o preceito de Jules Simon «Igrejas livres no Estado livre» foi também assumido entre nós por um certo espiritualismo republicano, enquanto a tese das «Igrejas livres no Estado neutro, indiferente ou laico» se tornou preponderante e conduziu à laicização da escola, da família e da saúde na sequência da implantação da República.

A partir da década de 1870, os movimentos políticos republicano[3] e socialista, influenciados filosoficamente pelo positivismo por um lado e pelo proudhonismo pelo outro, começaram a lutar em favor da separação entre a política e a religião. Por isso, a laicização do poder civil através da lei de 20 de Abril de 1911 foi o ponto de chegada de um longo processo de luta contra o Estado católico e defesa da sua neutralidade religiosa. A imparcialidade do poder político, neste domínio, remetia a religião para a esfera da vida privada e criava as condições necessárias ao pluralismo religioso num momento em que também se laicizava o espaço público. Na conjuntura revolucionária, o Estado laico adquiriu uma soberania plena no conjunto do território e, liberto de Deus e da religião, tornou-se totalmente independente das Igrejas existentes (além do catolicismo, havia grupos não católicos como o protestantismo, o judaísmo, o espiritismo e o livre-pensamento).



O caminho que levou à laicidade[4] foi complexo. Ao longo do século XIX, os liberais, os republicanos e os socialistas manifestaram o seu anticlericalismo, mas havia matizes na expressão das suas ideologias. Na verdade, enquanto os primeiros eram essencialmente anticongregacionistas, os republicanos e os socialistas criticavam o clero secular e regular e opunham-se também à própria religião[5]. Os intelectuais mais esclarecidos, dispondo de uma concepção do mundo agnóstica ou ateia, identificavam-se com o laicismo. O positivismo e o cientismo subjacentes à laicidade romperam com a visão católica do mundo e opuseram-se ao neotomismo divulgado durante o pontificado de Leão XIII. Os principais ideólogos batalharam em prol do paradigma cultural hegemónico na segunda metade do século XIX (o cientismo) e lutaram pela desclericalização da sociedade e pela redução da influência social da Igreja Católica. O anticlericalismo apoiava-se no dogma do individualismo e aderia a grandes princípios como a liberdade de pensamento, a separação do religioso e do profano, a independência absoluta do Estado em relação às Igrejas e a recusa da ingerência dos eclesiásticos, da Cúria Romana e das ordens religiosas na sociedade. Esta vertente ideológica, identificada com o laicismo, tinha uma dimensão global, visto que abarcava a ordem social, o ensino, as ideias e os costumes.

As medidas laicizadoras tomadas pela Terceira República, em França, durante a década de 1880, incentivaram a luta anticlerical em Portugal, sustentada por uma vanguarda política que recorria à imprensa e aos comícios para difundir as suas ideias. Na realidade, foi sob a influência da política francesa que a elite intelectual progressista, no nosso país, desenvolveu uma campanha radical em favor do laicismo. Ainda que durante os anos 90 se tenha assistido a um recuo da luta contra o clero por parte dos republicanos, os socialistas mantiveram a pressão, reforçada pela crise religiosa, política e social de 1901 (caso Rosa Calmon) contra o congregacionismo[6]. A propaganda laica

alargou-se durante a ditadura de João Franco e o seu objectivo não se limitava à dimensão institucional, visto que aspirava à concretização de uma revolução cultural que se traduziria na descristianização da sociedade. Como se sabe, em 1909, a contestação anticlerical atingiu o seu apogeu com a realização de uma grande manifestação em Lisboa contra o clericalismo e, em particular, contra o jesuitismo. Nas vésperas da revolução republicana havia, especialmente na capital, um movimento laico que visava a dessacralização das instituições políticas, da sociedade e das consciências. Este ideal funcionava como uma exigência libertadora perante a religião. Nesse ensejo, a laicidade apresentava-se como um princípio positivo porque aspirava a dar ao Estado a capacidade de impor o absoluto respeito pela liberdade de consciência e pela igualdade das diferentes confissões religiosas. Na verdade, o poder político devia garantir a liberdade religiosa libertando as consciências de qualquer tutela. Tal não significava a negação das confissões e das preferências religiosas de cada um, ainda que a liberdade religiosa as relativizasse e procurasse evitar a intolerância. Neste sentido, enquanto forma de poder, o clericalismo era uma antítese da laicidade, e por isso existiu a oposição entre os livres-pensadores e o Estado católico, que não respeitava a liberdade de consciência, impondo o catolicismo como a religião de todos os portugueses.

## A separação entre a religião e a política

Na conjuntura pós-revolucionária, o Governo Provisório levou a cabo uma política laicizadora que se apresentava como a concretização das ideias defendidas nas últimas décadas do século XIX. Logo em 8 de Outubro foi publicado o decreto que punha em vigor as leis pombalinas contra os jesuítas e a lei de Joaquim António de Aguiar, que extinguira as ordens religiosas em Portugal. A 12 do mesmo mês foram laicizados os feriados religiosos e a 18 foi abolido o juramento religioso. A 21, o bispo de Beja foi suspenso das suas funções, depois de ter fugido para Espanha com receio das populações anticlericais. O decreto de 22 suprimiu o ensino da doutrina cristã nas escolas primárias e nas escolas normais. A 23, foi extinta, de facto, a Faculdade de Teologia e abolido o juramento dos lentes, alunos e restante pessoal da Universidade de Coimbra, assim como o juramento da Imaculada Conceição. O diploma de 26 de Outubro considerava úteis e



de trabalho todos os dias santificados pela Igreja, com excepção do domingo. A 28, os governadores civis eram autorizados a substituir as mesas ou corpos administrativos das irmandades e confrarias por novas comissões da confiança dos governantes. A 3 de Novembro foi publicada a lei do divórcio, que colidiu com a consciência de muitos católicos pelo facto de estes a considerarem um atentado ao carácter sacramental do casamento. No dia 25 de Dezembro foram publicadas as leis da família, que definiam o casamento como um contrato celebrado por duas pessoas de sexo diferente. Estava-se assim num ponto de chegada de um longo movimento de secularização: o Estado criava, através da nova legislação, uma ruptura com o passado, pois dispensava-se qualquer legitimação de índole religiosa[7]. A legislação republicana nesta matéria colidiu com a mundividência de uma população maioritariamente rural e analfabeta. Para além disso, boa parte da sociedade era manipulada pelo clero ultramontano, que, com excepção de uma pequena franja republicanizada, continuava a obedecer à hierarquia eclesiástica e a Roma, opondo-se, em consequência, ao poder republicano.

A Lei de Separação do Estado das Igrejas seria o vértice da legislação laicizadora[8]. Como se viu, a separação entre o político e a religião tinha já sido muitas vezes sustentada durante a Monarquia Constitucional. Porém, ela não convinha nem à Igreja apoiada no poder civil, nem ao Estado, que a utilizava como instrumento de coesão social. Governamentalizada pelo poder temporal, a instituição religiosa beneficiava da sua protecção e do seu apoio financeiro, enquanto o catolicismo funcionava como um elemento estruturante do regime político. Por outro lado, a aspiração laica não era compreendida da mesma maneira por todos os ideólogos. Na linha de um certo espiritualismo republicano, Sampaio Bruno manifestava-se favorável à liberdade de cultos e à indiferença religiosa do Estado, mas opunha-se ao ateísmo e ao deísmo públicos. Pela mesma razão, julgava que o poder político não tinha o direito de ser católico, protestante ou budista. Segundo pensava, o poder deveria ser céptico, ou indiferente, em matéria religiosa. Adepto do sistema político arreligioso, criticava a Igreja escrava no Estado ateu, por um lado, e a Igreja senhora num Estado «religionário», por outro. Era, portanto, adversário da tradição regalista liberal, numa perspectiva, e do ultramontanismo, noutra.

Enquanto se esperava a publicação da lei que punha fim às «ligações perigosas» entre o político e o religioso, o sacerdote Santos

Farinha, quando proferiu uma conferência na Sociedade de Geografia, à qual assistiu o ministro da Justiça, Afonso Costa, defendeu a separação como uma espécie de mal menor. Retomando o princípio de Montalembert — «Igreja livre no Estado livre» —, julgava que a instituição poderia beneficiar com o novo estatuto, visto que se libertaria da dominação tradicional do poder político. O exemplo dos Estados Unidos, da Dinamarca, da Suíça, da França, e especialmente do modelo político brasileiro, mostrava que a Igreja apenas teria vantagens com a sua libertação do sistema regalista. Contudo, as teses do liberalismo católico há muito que tinham sido rejeitadas pelos republicanos. Com efeito, na perspectiva dos seus líderes, não bastava somente declarar a separação. Era também necessário impor a liberdade religiosa, para que as confissões minoritárias pudessem obter um novo estatuto e decretar a neutralidade do Estado neste domínio.

Influenciada pela Revolução Francesa de 1789 e, particularmente, pela Lei de Separação do Estado das Igrejas publicada em França (9 de Dezembro de 1905), a lei portuguesa não era completamente estranha ao modelo de separação mais moderado do Brasil. Apesar desta influência, o texto jacobino português era ainda mais radical, e a sua aplicação teria consequências profundas no seio da Igreja e da sociedade em geral. Afonso Costa pretendeu fazer uma lei «à portuguesa», mas nós sabemos que o conteúdo do relatório do livre-pensador Aristide Briand, que serviu de base à lei francesa, inspirou o nosso legislador. Assim, no decreto de 20 de Abril de 1911, proclamava-se a plena liberdade de consciência para todos os cidadãos portugueses e para os estrangeiros residentes em Portugal, punha-se fim ao catolicismo como religião do Estado e autorizava-se as confissões religiosas minoritárias, desde que não ofendessem nem a moral pública nem os princípios do direito público português. No novo regime de liberdade de cultos, o Estado deixava de subsidiar o catolicismo, abolia as côngruas paroquiais, autorizava a prática religiosa nos edifícios com aspecto exterior de templo, previa uma punição para os que injuriassem ou ofendessem os padres, mantinha a aprovação pelo Estado para os documentos pontificais e remetia a religião para a esfera da vida privada[9]. A gestão da vida religiosa era confiada a associações cultuais compostas de maçons e ateus, o culto público era livre, mas apenas podia ser praticado durante o dia. As procissões, o toque dos sinos e a colocação de emblemas religiosos sobre as fachadas dos monumentos públicos ou dos edifícios privados eram objecto de restrições na



ordem pública. A lei «nacionalizava» a propriedade da Igreja, embora concedesse às corporações cultuais as igrejas e as capelas para o exercício do culto religioso, assim como os paços episcopais e os presbitérios para a residência dos bispos e dos padres, desde que eles respeitassem as leis da República. Os seminários eram reduzidos a cinco (Lisboa, Braga, Porto, Coimbra e Évora) e os cursos submetidos a uma reforma e subordinados à vigilância do Estado. Para resolver o problema da subsistência do clero, as côngruas foram substituídas por pensões anuais concedidas aos padres que as requeressem ou àqueles que delas tivessem necessidade. As pensões individuais seriam fixadas em função da idade, do tempo de exercício das funções eclesiásticas, das prestações pagas para a caixa de aposentações, da fortuna pessoal, do custo de vida na região em que viviam, da côngrua arbitrada por lei para seu benefício, da média do rendimento do benefício nos últimos dez anos, do estatuto jurídico do provido (apresentado, encomendado ou coadjutor), etc. A pensão seria mantida, mesmo se o pároco contraísse matrimónio e, em caso de morte do padre pensionista, a viúva e os filhos menores teriam direito a receber parte da pensão atribuída. O culto foi remetido para o interior dos templos e foi interdito aos sacerdotes de todas as confissões, aos seminaristas e a todos os eclesiásticos o uso, fora das igrejas, dos hábitos talares, a fim de laicizar o espaço público[10]. A lei tinha uma grande importância, visto que laicizava o Estado, funcionalizava o clero, confiscava a propriedade da Igreja, mantinha a política regalista através da manutenção do direito de beneplácito sobre bulas, pastorais e demais determinações da cúria romana, dos prelados ou de outras entidades religiosas e confiava a administração do culto aos cidadãos laicos. Apesar da separação, o Estado não abdicava dos direitos inerentes ao Padroado do Oriente. Para aplicar o decreto, foram criadas uma Comissão Central de Execução da Lei da Separação, uma Comissão Nacional das Pensões Eclesiásticas e Comissões Distritais e Concelhias.

A Constituição de 1911 legitimou a separação, entendida como uma consequência da liberdade de consciência. Afirmava-se aí que «o Estado reconhecia a igualdade política e civil a todos os cultos e garantia o seu exercício nos limites compatíveis com a ordem pública, as leis e os bons costumes, desde que não ofendam os princípios do direito público português» (n.º 5 do artigo 3.º). Esta disposição rompia com a dos textos constitucionais anteriores, que definiam o catolicismo como religião do Estado. Assim, a República separava a

religião da política, e o laicismo impunha-se na realidade portuguesa, não obstante as fortes resistências que muitos sectores levantavam a um projecto essencialmente sustentado pelos livres-pensadores. A Constituição proibia também a perseguição por motivos religiosos e retirava a religião do espaço público. Limitado à vida privada, o catolicismo perdia a sua influência política, cultural e simbólica. Ora, o espectáculo religioso devia ser substituído por novas ritualizações e simbolismos que contribuiriam para a formação do consenso social possível em torno das instituições republicanas. Daí o esforço que foi feito no sentido de criar um imaginário a partir de símbolos nacionais (bandeira, hino, estátuas, bustos, moeda, etc.). Apesar disso, como mostrou Lúcia de Brito na sua obra sobre a questão religiosa na Primeira República, a legislação republicana em matéria religiosa e, em particular, a Lei de Separação do Estado das Igrejas originaram uma verdadeira guerra religiosa, que atingiu a sociedade e o clero e que perdurou, pelo menos, até à ditadura de Sidónio Pais[11].

## A oposição dos bispos

De acordo com a doutrina do Ralliement definida por Leão XIII, os bispos começaram por aceitar o novo regime político nascido em 5 de Outubro de 1910. Incontestavelmente, eles eram radicalmente opostos à República, mas não puseram em causa a legitimidade das novas autoridades, e os mais moderados aceitaram que a bandeira fosse içada nos seus paços episcopais. O catolicismo mais radical encarava com algum desagrado este comportamento e não compreendia o silêncio dos responsáveis da Igreja perante as leis publicadas em matéria religiosa, que consideravam um verdadeiro ataque à religião católica. Todavia o arcebispo de Évora, D. Augusto Eduardo Nunes, consentia uma separação inspirada no modelo brasileiro. Um mês após a revolução, os bispos portugueses reuniram-se em Lisboa e decidiram publicar um manifesto (24 de Dezembro de 1910) que seria difundido apenas no final de Fevereiro de 1911. A pastoral colectiva[12] foi a resposta aos pedidos de intervenção dos sectores católicos mais intransigentes[13]. Neste documento, os prelados entendiam que era um dever dos católicos o acatamento das novas instituições, naquilo que não contrariava a consciência. Assim, declaravam que a Igreja não tinha preferência por nenhuma forma de Governo nem por qualquer regime político. Porém, confrontados com o projecto laicizador, consideravam a conjuntura «angustiante» e «gravíssima» do ponto de vista religioso. Insurgiam-se contra a perseguição da Igreja, criticavam a filosofia legitimadora do novo regime e acusavam a República de ser anticatólica. Segundo pensavam, este facto decorria de uma rejeição da filosofia especulativa, da metafísica e da sua substituição pelo «ingrato positivismo». A recusa do «livre-arbítrio» e da «responsabilidade moral», substituídos pelo «determinismo» e pela «fatalidade», a negação da autoridade política e a apologia da anarquia eram, na perspectiva do episcopado, elementos negativos. Além disso, contestavam a rejeição da propriedade privada, o elogio do «colectivismo social», «toda a religião positiva» e a própria «religião natural». Nesta linha, rejeitavam o cientismo e identificavam a irreligiosidade com uma atitude anti-social, antinacional e antipatriótica. Todavia, as suas críticas contra a legislação anticatólica não fechavam a porta a um acordo com o regime republicano.

O ministro da Justiça recusou dar a sua aprovação à pastoral, com o fim de evitar que os fiéis fossem influenciados pelas suas ideias. Perante a ausência de beneplácito, os bispos submeteram-se e aconselharam os padres a interromper a leitura do texto nas igrejas. Como as clivagens entre o Estado e a Igreja se acentuavam, os conflitos entre o Governo Provisório e o bispo do Porto, D. António Barroso, não são surpreendentes. O bispo não hesitou em desobedecer às autoridades republicanas, insistindo com o clero da sua diocese para que fizesse a leitura do manifesto, sob ameaça de suspensão. Foi por isso intimado a ir a Lisboa explicar-se perante o ministro da Justiça, acabando por ser interrogado na própria residência de Afonso Costa. Depois de apupado por uma pequena multidão em Lisboa, o prelado foi destituído, tendo recebido um ofício no qual se considerava a sé vaga e se lhe impunha que agisse em conformidade. Este caso marcou o início de um vasto conflito entre o poder político e o episcopado, que teria como consequência o afastamento, entre 1912 e 1914, de todos os prelados das suas dioceses. É certo que a esmagadora maioria do clero respeitou a decisão governamental, mas muitos párocos de norte a sul leram a pastoral dos seus superiores hierárquicos. Em todo o caso, este episódio foi uma derrota para a Igreja e alargou o fosso entre a República e muitos clérigos e leigos.

Após a publicação da Lei de Separação, os hierarcas lançaram um «Protesto colectivo dos bispos portugueses contra o decreto de 20 de

Abril de 1911, que separa o Estado da Igreja». O documento criticava «a subserviência da Igreja», denunciava o «ódio gratuito» e a «violência política» expressos na lei. Denunciava ainda a rapidez com que um diploma tão importante para a vida dos portugueses tinha sido publicado e o facto de o Governo não ter esperado a formação de uma assembleia constituinte no seio da qual o assunto poderia ter sido debatido, como acontecera em França. Na realidade, no caso francês, a publicação da lei de 1905 foi precedida de uma longa discussão no Parlamento e concretizou-se após 35 anos de Governo republicano. A hierarquia católica considerava a lei como uma fonte de injustiça, «de opressão», «espoliação» e «ludíbrio». A injustiça resultava do facto de o poder político se opor ao direito positivo, destruindo o carácter divino da Igreja e não reconhecendo a sua independência, ao direito civil e ao direito natural. Era opressora porque pretendia impor o controlo político sobre o culto através das associações cultuais, sobre o ensino eclesiástico e sobre as relações dos bispos com os fiéis e com a Santa Sé. Era espoliadora porque negava à Igreja o direito de propriedade e sujeitava o clero a grandes dificuldades económicas. Apesar da existência de pensões vitalícias, os párocos eram ludibriados, uma vez que ficavam reduzidos a simples funcionários das associações cultuais. Nas circunstâncias em que se encontrava o país, os prelados admitiam a fórmula «Igreja livre no Estado livre», mas recusavam a separação, sinónimo para eles da expressão «Igreja escrava no Estado senhor». O episcopado não aceitava a prática regalista republicana e via na lei uma «declaração de guerra» à instituição religiosa. Apesar disso, os bispos não apelavam à revolta, pois o manifesto surgia mais como expressão de uma queixa do que de um verdadeiro protesto.

A Santa Sé seguiu atentamente a evolução dos acontecimentos em Portugal e estabeleceu uma ligação com os bispos através de monsenhor Bento Aloisi-Masella, encarregado de negócios da nunciatura de Lisboa. Em Março de 1911, Pio X aprovou a doutrina da pastoral numa carta dirigida ao patriarca de Lisboa. Em 24 de Maio de 1911, foi publicada, em Roma, a encíclica *Jandudum in Lusitania*, na qual não somente apoiava o episcopado português como condenava a separação. O papa criticava a legislação republicana em matéria religiosa e contestava as tentativas de «laicizar toda a organização civil e de não deixar subsistir nenhum traço de religião nos actos da vida ordinária». Pio X condenava a apropriação pelo Estado dos bens da Igreja, insurgia-se contra as associações cultuais, contestava a invasão do espiritual pelo temporal e refutava a ingerência do poder civil na disciplina interna dos seminários. O pontífice concluía acusando a República de tentar esmagar a união da Igreja portuguesa com o Vaticano. Em síntese, a Santa Sé rejeitava a lei na sua globalidade e acusava a República de não respeitar o regime concordatário e de violar «o direito natural e o dos povos». O papa e os bispos portugueses partilhavam as suas críticas ao sistema de poder que começava a regulamentar as relações entre o poder temporal e a esfera eclesiástica em Portugal.



Os bispos resistiram à aplicação do decreto de Afonso Costa e tomaram posição contra a política laicizadora do Governo Provisório. No seio do episcopado, o patriarca de Lisboa, D. António Mendes Belo, o arcebispo da Guarda, D. Manuel Vieira de Matos, e o governador do bispado do Porto, Manuel Luís Coelho da Silva, destacaram-se pelas suas tomadas de posição contra as autoridades republicanas. Os membros da elite da Igreja aconselhavam os paroquianos a recusar as pensões e a protestar contra a realização dos inventários das igrejas. O prelado da Guarda dirigiu mesmo um «Apelo» aos católicos da sua diocese para que resistissem à Lei de Separação, e não impediu a circulação da pastoral dos bispos e da encíclica papal na diocese, documentos que não tinham recebido o beneplácito. A posição contra-revolucionária do arcebispo esteve na origem do seu desterro do distrito da Guarda por dois anos. Por seu lado, D. António Mendes Belo, o patriarca de Lisboa, proibiu os padres e os católicos de integrarem as associações cultuais, razão pela qual o Governo decretou o seu exílio da diocese durante dois anos[14]. O prelado aproveitou as circunstâncias para promover uma manifestação monárquica e clerical antes de partir para Gouveia, sua terra natal, logo denunciada pelos militantes republicanos.

## As clivagens no baixo clero

A COESÃO DO EPISCOPADO contra a política laicizadora da República não foi idêntica no seio do baixo clero, que se cindiu na sequência da publicação da Lei de Separação do Estado das Igrejas. Na conjuntura revolucionária, uma fracção do clero, ainda que minoritária, foi republicanizada, enquanto um pequeno grupo emigrou para o Brasil e um outro para Espanha. Certos padres apressaram-se a pedir ao Governo Provisório a abolição do celibato e alguns casaram-se. Como se vê,

o objectivo da lei de Afonso Costa, neste plano, era o de funcionalizar o clero, estabelecendo as pensões como forma de subsistência. O episcopado recusou-as e exerceu uma forte pressão sobre os padres para que não as aceitassem. Nesta época, a questão foi amplamente debatida na imprensa, e os membros do clero discutiram-na também em múltiplas reuniões realizadas em todo o país. Segundo Lúcia de Moura, o jornal *O Século* noticiara mesmo que o Governo Provisório havia consignado para as pensões oitocentos contos, facto que era reprovado por muitos republicanos anticlericais, que não encontravam justificação para tamanha generosidade por parte de um Governo e especialmente por um ministro tão anticlerical[15]. Segundo as listas publicadas no *Diário da República*, apenas teriam pedido as pensões 766 sacerdotes, num universo global de cerca de seis mil, segundo Oliveira Marques. Ora, aquele número não deixa de ser muito reduzido, haja em vista a totalidade de padres e embora no manifesto publicado por eles no jornal *O Século* dissessem que eram cerca de 800. Apesar disso, houve uma verdadeira guerra entre pensionistas — cujo número seria ainda menor segundo alguns sectores da Igreja — e não-pensionistas e entre aqueles e as populações analfabetas dos meios rurais[16]. Os padres que, por razões económicas ou pelo seu republicanismo, solicitaram a pensão exerciam as suas actividades sobretudo em Lisboa e no Alentejo (dioceses de Évora e de Beja). Assim, o fenómeno pensionista desenvolveu-se essencialmente onde a influência do republicanismo era maior. No norte e no centro do país, a maioria dos sacerdotes rejeitou as pensões devido à pressão dos bispos, ao anti-republicanismo dos eclesiásticos e à fraca implantação do novo regime político nesta vasta área do território. Sabe-se também que as resistências à aplicação da Lei de Separação foram mais evidentes nos distritos do Porto, Aveiro e Viseu. Apesar disso, e mesmo se o seu número era muito reduzido, houve pensionistas em todo o país, mesmo em dioceses como a do Porto, onde o «rigorismo» da autoridade eclesiástica era maior. Em todo o caso, a tentativa de impor as pensões foi um fracasso, devido à oposição da esmagadora maioria do clero e à sua rejeição pelos bispos.

## As associações cultuais

Como se viu, a atribuição das pensões aos párocos provocou grande perturbação no interior da Igreja e conflitos vários entre o baixo clero e os fiéis. Ora, a legislação sobre as corporações encarregadas do culto



originou situações dramáticas e uma enorme repulsa das populações católicas em relação às novas normas jurídicas. Os republicanos procuravam, através das associações cultuais, retirar a gestão do culto à Igreja e atribuí-la aos maçons e ateus. Recordemos, neste ensejo, que os ministros de qualquer religião não poderiam tomar parte na direcção, administração, ou gerência das cultuais. Este facto era obviamente objecto da crítica dos católicos, que não queriam perder o controlo sobre as actividades do culto. A Santa Sé, os bispos, os governadores das dioceses e muitos párocos opuseram-se à formação destas corporações, mas desde cedo elas começaram a constituir-se. A realidade era contraditória: enquanto o Governo pressionava as populações no sentido de formarem estas corporações, os prelados, perante a ameaça do encerramento das igrejas, encetaram um combate às associações cultuais, retardando a sua fundação.

Tudo indicia que a formação das cultuais se deveu à burguesia local em contacto directo com os líderes políticos. Assim, segundo o *Relatório da Comissão Central de Execução da Lei de Separação do Estado das Igrejas*, foram constituídas, entre 1911 e 1918, 255 corporações encarregadas do culto, número reduzido se atendermos ao facto de o país ter 3921 paróquias. Os bispos, naturalmente, condenavam estas corporações e a maioria do clero envolvido directamente na «guerra religiosa» também não as aceitava. As corporações encarregadas do culto foram formadas, sobretudo, na faixa litoral. O seu número nesta área era de 166, o que corresponde a 65,09 por cento da totalidade. Lisboa vem em primeiro lugar com 71 associações, seguindo-se-lhe a considerável distância o Porto com 25, Aveiro com 23, Coimbra com 22, Beja com 19 e Leiria com 18. Cremos que a concentração das cultuais nos meios urbanos do litoral encontra a sua explicação na maior abertura ideológica e mental das populações da zona costeira ocidental e no dinamismo dos republicanos, especialmente em Lisboa. Se observarmos a distribuição das lojas maçónicas existentes no país em 1911, verificamos que a capital aparecia à cabeça com 61, seguindo-se Leiria com 17, Coimbra com 14, Santarém com 12, Porto com 8 e Aveiro com 5[17]. Daqui se conclui que as corporações encarregadas do culto foram criadas especialmente nas cidades onde a maçonaria estava mais bem implantada. Sendo assim, é possível que os maçons tivessem desempenhado um papel fundamental na organização destas estruturas laicas, tanto mais que isso se adequava perfeitamente à sua actividade de militância republicana e anticlerical. Os meios rurais

do país, onde o clero romanista exercia maior influência, não eram certamente terreno propício para o nascimento de um associativismo desta natureza, embora tivessem sido criadas aí várias cultuais[18].

Os adversários das associações denunciavam a subordinação do religioso ao civil e criticavam o facto de muitas delas serem formadas por livres-pensadores. No entanto, muitas destas corporações não só resultavam de irmandades já existentes, como conservavam os nomes das entidades religiosas protectoras. Segundo as orientações dos bispos expressas nas suas circulares, os católicos deveriam procurar resistir à sua formação, embora também se comunicasse ao povo que se mantivesse ordeiro perante a iminência do encerramento de muitas igrejas. As situações de conflito provocadas pelas cultuais foram inúmeras, sendo um dos elementos de desordem no interior do regime republicano.

## Fátima

Na sequência de outras manifestações de religiosidade popular ocorridas no século XIX, surgiram fenómenos de manifestações de índole teofânica em Maio e Outubro de 1917, designadas pelo juízo popular e pela imprensa como *aparições* ou milagres de Fátima. Como se sabe, as principais testemunhas e os protagonistas dos acontecimentos extraordinários da Cova da Iria foram os guardadores de rebanhos Lúcia Santos, 10 anos, Francisco Marto, 9 anos e Jacinta Marto, 7 anos. Estes pequenos pastores afirmaram ter-lhes aparecido mensalmente Nossa Senhora, que lhes teria transmitido um conjunto de mensagens pessoais, nacionais e internacionais. A imprensa da época regista a presença na Cova da Iria de 40 mil a 50 mil pessoas e afirma que muitas delas teriam visto o famoso «bailado do sol». Na mesma altura, os jornais registaram outras aparições análogas em Portugal e no estrangeiro. Mais do que a discussão dos factos originais que estão na origem do fenómeno de Fátima — que nos anos 20 se transformou num importante santuário católico[19] — importa tentar compreender melhor de que modo Fátima ganhou uma tal dimensão no contexto da vigência do regime republicano. Na verdade, como bem salientou Luís Filipe Torgal, a conjuntura de crise criava condições favoráveis ao aparecimento de comportamentos místicos e sobrenaturais, que, se fossem bem orientados, poderiam contrariar o processo de secularização e laicização em curso desde o



século XIX na Europa e em Portugal. Segundo o mesmo autor, «a evocação/representação maternal da Virgem, de reminiscências pagãs, mas devidamente enquadrada pelo culto católico, emergia para converter o caos em cosmos: servia de lenitivo para a crise, explicava a sua origem, prescrevia o modo de a ultrapassar e reconduzia os homens a Deus»[20]. Como factor da referida crise estava a Primeira Guerra Mundial, na qual Portugal participava. O conflito trouxe consigo o sofrimento e a morte e originou a miséria social nas cidades e nos campos. Por outro lado, o país vivia a experiência republicana laica, e a questão religiosa fora um dos assuntos mais importantes após o 5 de Outubro. Na altura, o Governo era dirigido por Afonso Costa, político jacobino e anticlerical, autor da Lei de Separação da religião da política. Ao que parece, ele teria afirmado que em duas ou três gerações a religião seria eliminada no nosso país. Na mesma altura, Portugal fora atingido pela pneumónica, ou gripe espanhola, que provocou uma extraordinária mortandade. Ora, todos estes factores ajudam a explicar a génese de Fátima, situada numa região muito isolada e profundamente marcada pelo analfabetismo. Foram estas realidades que a Igreja habilmente explorou, conseguindo extrair delas um conjunto de interpretações e de consequências que exerceram grande influência sobre as massas populares e contribuíram para um revigoramento da fé[21]. Assim, foi paulatinamente construído o fenómeno das aparições, satisfazendo directamente os interesses dos católicos, que já se vinham organizando desde 1913 com a União Católica. Fátima associou-se a um «renascimento» religioso e beneficiou do apoio de uma geração de intelectuais que já não era positivista nem laica, mas antes se convertera a um sistema de ideias contra-revolucionárias, antimodernistas, nacionalistas católicas, monárquico-integristas ou republicano-autoritárias. Muitos dos novos intelectuais mostravam-se adversos ao republicanismo demo-liberal e iriam lutar pela imposição de um Estado autoritário e corporativista. Na mesma linha, batiam-se pela reconquista dos privilégios da Igreja derrotada pela República em 1911 e por um revivalismo religioso que se foi acentuando. Assim, as aparições de Fátima responderam objectivamente às necessidades da Igreja Católica, que procurava recuperar as posições perdidas com a República e com o amplo movimento laico dos livres-pensadores. Lembremos apenas que, no quadro da resposta da Igreja ao laicismo republicano, foi fundado, em 8 de Agosto de 1917, o Centro Católico Português, apoiado pelos bispos e dirigido, a partir de 1919, por António Lino Neto [22].

## A aproximação do Estado à Igreja

Para tentar resolver a questão religiosa e pacificar a sociedade, a República necessitava de chegar a um acordo com o Vaticano, reatando as relações diplomáticas que tinham sido interrompidas em 1913. José Relvas foi o primeiro político a tentar uma aproximação à Santa Sé. Em 1914, Bernardino Machado tomou a iniciativa de estabelecer contactos com a Cúria romana, mas sem sucesso. O Partido Evolucionista e a União Republicana pretendiam rever a Lei de Separação, considerada jacobina, conforme os seus periódicos informavam (*República* e *A Luta)*. Porém, tal só viria a ocorrer depois do golpe militar de 5 de Dezembro de 1917, que se traduziu no afastamento do poder dos afonsistas e dos evolucionistas, aliados até então na «União Sagrada».

No Governo de Sidónio Pais estava Moura Pinto, o qual, na qualidade de ministro da Justiça, publicou o decreto n.º 3856, que reformava a Lei de Separação do Estado das Igrejas. Precedido de um extenso relatório, atribuído por alguns à pena de Brito Camacho, este importante diploma criava condições para o apaziguamento das relações entre o Estado e a Igreja Católica, embora tivesse decepcionado muitos católicos desejosos de uma reforma mais profunda. A neutralidade do Estado em matéria religiosa era mantida, mas reformavam-se ou eliminavam-se alguns preceitos que tinham sido até aí objecto de grande polémica. Se para Moura Pinto o Estado não poderia ignorar as formas externas de culto, teria de regular e reformar os aspectos que maiores obstáculos criavam ao clero e à Igreja Católica em geral. O relatório que precedia os artigos da lei de revisão criticava Afonso Costa por este não ter conseguido «furtar-se ao império dos seus sentimentos e das suas paixões». Aquele líder republicano teria visto exageradamente «o Estado em função da Ordem e de interesses» e misturado «o regime em contendas de crença, como se a República em 5 de Outubro fundasse uma religião que tivesse um credo hostil a qualquer outra já existente». Moura Pinto decretou a anulação das cultuais, atribuiu às irmandades a organização do culto, desinteressou-se da organização do ensino de teologia, substituiu as pensões ao clero por uma subvenção pessoal, anual e vitalícia, aboliu o beneplácito e permitiu ao clero o uso de vestes talares. Ao atenuar o regalismo republicano, criou condições para a reconciliação com a Santa Sé, que também estava interessada no retomar das relações políticas e diplomáticas com Portugal[23].



Durante a «República Nova» foram ainda publicados outros diplomas destinados à pacificação religiosa: as medidas tomadas contra os bispos — novo afastamento das suas dioceses — foram anuladas, a interdição de residência imposta aos párocos ultramontanos ficou sem efeito, a «Comissão Central de Execução da Lei de Separação» foi reformada, o Estado entregou aos católicos os templos e objectos de culto, os estabelecimentos de assistência pública passaram «a aceitar doações, heranças e legados sujeitos a encargos pios e cultuais» e o funcionamento das comissões concelhias de administração dos bens das igrejas também foi regulamentado[24].

Sidónio Pais seria o primeiro presidente da República a participar em cerimónias religiosas: nas solenes exéquias de 2 de Março de 1918, na sé patriarcal, por alma dos soldados portugueses mortos na Grande Guerra, assumindo assim o simbolismo de uma reaproximação do Estado à Igreja Católica; no solene «Te-Deum» de 14 de Novembro, realizado na Basílica da Estrela, em Lisboa, pela vitória dos exércitos aliados na Primeira Guerra Mundial; e solenes exéquias de 14 de Dezembro de 1918, na igreja da Encarnação, por alma dos militares do caça-minas *Augusto de Castilho*, mortos por um submarino alemão nos mares dos Açores. Desta forma simbólica, o poder político voltava a reconhecer a importância «moral e espiritual» da Igreja Católica na sociedade portuguesa, facto que revelava a viragem da política religiosa levada a efeito pela «República Nova».

Estavam, assim, criadas as condições necessárias ao surgimento de um clima de maior confiança por parte de Roma, que acompanhava atentamente a evolução da realidade político-religiosa portuguesa. Durante a vigência da ditadura de Sidónio Pais, Egas Moniz (embaixador em Madrid) estabeleceu contactos com o núncio acreditado na embaixada da capital espanhola. As conversações entre o Governo português e a Santa Sé levaram a um compromisso das duas partes, no quadro da separação entre o Estado e as Igrejas. O presidente da República procurou, assim, atrair os católicos para o interior do regime, alargando a base social de apoio à «República Nova». Apesar de alguns protestos por parte da imprensa republicana adversa ao sidonismo, não houve grandes reacções sociais ao acordo com o Vaticano. Cunha e Costa, no seu livro sobre o ditador, afirmou: «Tudo se passou na mais santa paz. Os católicos acolheram o facto com o maior alvoroço e o país, de norte a sul, recebeu a notícia com visíveis provas de satisfação.»[25]

As dificuldades da República resultantes da instabilidade social levaram alguns líderes a encetar uma política de pacificação religiosa. De facto, após a sua eleição para o cargo de presidente da República, António José de Almeida manifestou a intenção de normalizar a vida social e religiosa. De acordo com uma estratégia de aproximação à Santa Sé, assistiu-se à imposição do barrete cardinalício ao núncio Locatelli (1923), numa cerimónia realizada no Palácio da Ajuda. Através deste acto de grande simbolismo na época, António José de Almeida pretendeu contribuir para a estabilização da sociedade e para a consolidação do regime. Contudo, a República vivia momentos de grande dificuldade e caminhava já para o seu fim.

Em conclusão: o ciclo histórico republicano representou um novo patamar na guerra religiosa que se desenrolara desde os alvores do liberalismo, nos primeiros decénios do século XIX. Como se viu, a questão religiosa foi, durante a Primeira República, um dos problemas principais da sociedade portuguesa. Se as relações entre o Estado e a Igreja Católica mudaram em consequência da Lei de Separação, o poder político não abdicou, até ao período sidonista, de tentar controlar a vida eclesiástica, servindo-se, entre outros aspectos, do beneplácito. Apesar disso, a instabilidade institucional seria uma das características essenciais do relacionamento entre o poder civil e a esfera eclesiástica durante o regime, enquanto a sociedade e o clero se encontraram mergulhados numa conflitualidade religiosa que parecia infindável.

## Notas

1 Vítor Neto, «La laicité de l'État au Portugal», *La laicité dans le monde ibérique, ibéraméricain et méditerranéen: idéologies, institutions et pratiques,* vol. II, Université Paris X, 2006. p. 70.

2 A.H. de Oliveira Marques (dir. e coord. vol.) e Joel Serrão (dir.), *Nova História de Portugal,* vol. XI, *Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Editorial Presença, 1991, p. 479.

3 Sobre o movimento republicano, veja-se Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910,* Lisboa, Editorial Notícias, 2000, pp. 9-102.

4 A laicidade foi estudada, entre outros, por Laurent Laot, *La laicité un défi mondial,* Paris, Les Éditions Ouvrières, 1998, pp. 12 e seguintes. Sobre o conceito e o ideal de laicidade, cf. Fernando Catroga, «Secularização e laicidade. Uma perspectiva histórica e conceptual», *Revista de História das Ideias,* vol. 25, Coimbra, Faculdade de Letras, 2004, pp. 91-127; Henri Pena-Ruiz, *La laicité,* Paris, Flammarion, 1998, pp. 17-33; *Idem*, *Dieu et Marianne. Philosophie de la lacité,* Paris, PUF, 1999, pp. 17-51.

5 Sobre a luta entre clericalismo e anticlericalismo durante o período do liberalismo monárquico, veja-se Vítor Neto, *O Estado, a Igreja e a Sociedade (1832-1911)*, Lisboa, INCM, 1998, pp. 297-361.

6 Para uma visão da crise religiosa de 1901, leia-se *idem*, *ibidem*, pp. 342-54.

7 Maria Lúcia de Brito Moura, *A Guerra Religiosa na Primeira República. Crenças e Mitos num Tempo de Utopias,* Lisboa, Editorial Notícias, 2004, pp. 43-44.

8 Cf. Augusto de Oliveira, *Lei da Separação. Subsídios para o Estudo das Relações do Estado com as Igrejas sob o Regime Republicano,* Lisboa, Imprensa nacional, 1914, pp. 40-111. Para o conhecimento da lei, cf. também Carlos de Oliveira, *Lei de Separação do Estado das Igrejas,* Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1914.

9 Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal...*, p. 202.

10 Vítor Neto, *ibidem,* pp. 270-272. Sobre a Lei de Separação, leia-se Fernando Catroga, *ibidem,* vol. II, pp. 329-336; A.H. de Oliveira Marques (dir. e coord. vol.) e Joel Serrão (dir.), *ibidem*, p. 499; Raul Rego, *História da República. O Firmar do Regime,* vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1986, pp. 44-61; António Matos Ferreira, «Aspectos da acção da Igreja no contexto da Primeira República», *in* João Medina (dir.), *História Contemporânea de Portugal*, Lisboa, Amigos do Livro Editores, 1985, pp. 208-212; Rui Ramos, «A segunda fundação», *in* José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 407-409.

11 Sobre a mesma problemática, veja-se também Arnaldo Madureira, *A Questão Religiosa na Primeira República. Contribuições para Uma Autópsia,* Lisboa, Livros Horizonte, 2003.

12 Assinada por todos os bispos, dirigia-se a todos os fiéis católicos de Portugal. Foi impressa na cidade da Guarda, na tipografia Veritas, e distribuída por todos os párocos de Portugal, para ser lida e explicada aos católicos, no domingo de 26 de Fevereiro de 1911. José Adílio Barbosa Macedo, «D. António Barroso, Afonso Costa e a Pastoral Colectiva», *Lusitania Sacra*, 2.ª Série, t. VI, Lisboa, 1994, pp. 336-337.

13 Cf. *Pastoral Colectiva do Episcopado Português ao Clero e Fiéis de Portugal*, 1911.

14 Sobre o processo que levou ao desterro do patriarca D. António Mendes Belo, cf. A. Ayres Pacheco, *A Expulsão do Senhor Patriarca D. António I. Documentos para a História da Perseguição Religiosa em Portugal*, Lisboa, Tipografia e Papelaria Académica de Pires & C.ª, 1912.

15 Maria Lúcia de Brito Moura, *ibidem,* p. 87.

16 Para um conhecimento desenvolvido da conflitualidade entre padres pensionistas e não pensionistas, ler *idem, ibidem,* pp. 149-179.

17 João José Alves Dias, «A República e a Maçonaria (o recrutamento maçónico na eclosão da República Portuguesa)», *Nova História,* Lisboa, n.º 2, 1984, p. 35.

18 Vítor Neto, *ibidem*, p. 291.

19 Para uma visão global do fenómeno de Fátima, leia-se Luís Filipe Torgal, *As «Aparições de Fátima» — Imagens e Representações*, Lisboa, Temas e Debates, 2002, pp. 13 e seguintes.

20 *Idem*, «Fátima» (em vias de publicação).

21 A.H. de Oliveira Marques, *ibidem,* pp. 510-512.

22 Sobre o Centro Católico, veja-se Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo,* Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1980, pp. 263-351.

23 Sobre uma síntese das relações entre o político e o eclesiástico na República, veja-se Vítor Neto, «O Estado e a Igreja na Primeira República», *A Igreja e o Estado em Portugal. Da Primeira República ao Limiar do Século XXI,* Vila Nova de Famalicão, Câmara de Vila Nova de Famalicão, Museu Bernardino Machado, 2004, pp. 17-28.

24 Armando Malheiro da Silva, «Os católicos e a República Nova (1917-1918): da questão religiosa à mitologia nacional», *Lusitânia Sacra,* 2.ª Série, Lisboa, t. VIII/IX, 1996/1997, p. 427.

25 Cunha e Costa, *A Igreja Católica e Sidónio Pais,* Coimbra, Coimbra Editora, 1921, p. 125.

# A questão social: à espera da «Nova Aurora»

*Maria Alice Samara*

## A questão social

Giuseppe Pellizza da Volpedo pintou, na passagem do século XIX para o século XX, um quadro intitulado *Il Quarto Stato* (O Quarto Estado)[1]. Em primeiro plano vemos dois homens e uma mulher com uma criança. Por detrás destas figuras vemos uma multidão quase infinita de trabalhadores. Mais do que uma cena, o quadro pode representar a vida social desta época, com o povo que avançava e a emergência das massas na vida política.

A entrada em cena do «quarto estado», através do início da sua consciencialização, modificou as regras do jogo político. Os grupos sociais excluídos da ordem liberal-oligárquica estabelecida, para usar o caso português, começaram a lutar pelos direitos que consideravam seus. Contestavam o sistema e pensavam alternativas. O anarquismo, o socialismo e o sindicalismo revolucionário proporcionavam as bases teóricas e o caminho prático, as alternativas à sociedade da *belle époque*, luminosa para uns, mas pesada e injusta para tantos outros. Este foi, aliás, um período de críticas ao liberalismo, provenientes quer do campo da esquerda quer da direita, e de lutas sociais um pouco por toda a Europa.

Em Portugal, ao longo do século XIX, mas sobretudo nos últimos anos, os trabalhadores foram ganhando e construindo uma consciência política e ensaiando, paralelamente, formas de organização e de luta. No entanto, entre os trabalhadores registaram-se diversas correntes, às quais correspondiam formas de combate e aspirações diferentes, do anarquismo ao socialismo e ao sindicalismo. De entre as suas reivindicações, devemos salientar as mais genéricas: o aumento de salário e a melhoria das condições de vida, o direito de associação (pela lei de 1891, não eram permitidos agrupamentos federais e

nacionais), mas também o direito cívico de participação política, com o objectivo de ganhar espaço na «cidade», entendida como o lugar do cidadão. Era a pertença ao espaço público que permitia a discussão e a contestação, a luta pelos seus direitos.

O operariado organizado ou em vias de se organizar abriu a questão social e esta impôs-se tanto aos últimos governos da Monarquia Constitucional como aos republicanos. O poder não deixava de reagir com dureza contra esta nova força — tome-se como exemplo a lei de 13 de Fevereiro de 1896, estabelecendo penas e determinando o processo de julgamento para os que defendessem ou aplaudissem «actos subversivos», visando muito especialmente os anarquistas.

Muito embora não existisse o direito à greve e esta fosse punida, registou-se a ocorrência de movimentos grevistas no início do século XX. Aliás, a implantação da República não abriu um ciclo grevista, pois este já vinha de trás, pelo menos de 1903[2].

Portugal, neste início do século XX, era um país ainda maioritariamente rural. A indústria portuguesa, minoritária no panorama económico nacional, continha diferentes realidades, desde a pequena oficina, mais comum, até à grande unidade fabril, mais rara. De igual modo, e reflectindo a miríade de situações existentes, a classe operária era variada e heterogénea. No entanto, embora de natureza diferenciada, esta indústria e os seus trabalhadores estavam geograficamente concentrados, sobretudo nas zonas de Lisboa e do Porto, onde encontravam condições de trabalho quase desumanas e habitavam bairros miseráveis, como os «pátios» alfacinhas ou as «ilhas» no Porto. Mas não se deve deixar de fazer referência aos «rurais», os trabalhadores agrícolas, sobretudo os dos campos do sul. Durante a Primeira República tornaram-se uma força social e política importante e activa, um importante esteio da organização dos trabalhadores. Foi no seu seio, aliás, que se deu o episódio singular de tentativa de expropriação de terras no Alentejo, nos dias da greve geral de Novembro de 1918.

A «questão social» estava na ordem do dia desde, pelo menos, os últimos anos do século XIX. Vários escritores, publicistas, jornalistas e políticos teceram considerações sobre estes problemas. A todos parecia claro que a questão social era de grande actualidade e que marcava a sua época. João Grave deixou-nos uma lúgubre imagem da vida dos operários de uma «ilha» portuense no romance *Os Famintos*, um dos exemplos de obras que pretendiam levantar os principais problemas da vida dos mais desfavorecidos, na senda do trabalho de



Émile Zola, numa linha «segundo a qual o romance devia funcionar como um exercício de sociologia prática»[3]. Essa foi também uma preocupação de Raul Brandão, que programara a publicação de uma obra intitulada *Os Operários*[4]. Podemos ainda fazer referência, no campo do romance naturalista, a Malheiro Dias, Teixeira de Queirós ou Abel Botelho. «Entre 1899 e 1904, a literatura portuguesa é, aliás, prolífera na ficcionalização do miserabilismo operário nos meios urbanos, no quadro de uma industrialização e do desenvolvimento das relações capitalistas no último quartel do século XIX, ou na hiperbolização de um catastrofismo social, cultural e simbólico.»[5] Guerra Junqueiro, no seu *Finis Patriae*, também escreveu sobre as «choupanas» dos camponeses, as «pocilgas» de operários e os «casebres» dos pescadores[6]. Num campo bem diferente, mas mostrando a importância desta questão, Leão XIII publicou a Encíclica *Rerum Novarum*, em 1891, pedra-de-toque da doutrina social da Igreja. Afonso Costa não deixaria de marcar a sua posição, escrevendo, em 1895, *A Igreja e a Questão Social*, obra na qual teceu críticas à análise da Igreja Católica sobre esta problemática.

A classe operária portuguesa era minoritária, é certo. Mas a concentração de trabalhadores na «Grande Lisboa»[7] conferia-lhe um papel importante no palco político. Se não pensarmos apenas em termos numéricos, reconheceremos que a visibilidade e a importância do «operariado» advêm da concentração em «bolsas industriais», bem como da sua progressiva organização e capacidade reivindicativa.

Depois de 1917 e da Revolução Russa de Outubro abriu-se ainda mais o universo das possibilidades para o mundo dos trabalhadores. O «operário» José da Silva, reconhecendo que logo a seguir à revolução de 1917 as diferentes correntes políticas, essa «Babel ideológica», ainda o baralhavam, relatou o ambiente vivido, uma espécie de «estado emocional» de grande entusiasmo, e defendeu que este foi o responsável pelo surgimento de muitos militantes operários[8].

## Republicanos e trabalhadores

A RELAÇÃO ENTRE OS REPUBLICANOS e os trabalhadores nunca foi simples nem linear. Podemos encontrar, nesta primeira fase da República, dos seus alvores até ao final da Primeira Guerra Mundial, dois momentos distintos. Num primeiro momento, apercebemo-nos das

primeiras «desilusões» dos trabalhadores face ao poder republicano. Para entendermos este primeiro acto temos necessariamente de olhar para a fase de propaganda e de tomada de poder, a altura de todas as esperanças, dos encontros e das convergências entre republicanos e trabalhadores. Por último, no contexto da Primeira Guerra Mundial e do sidonismo, encontramos a organização operária a tentar consolidar-se, forjar ligações internacionais e reagir à crise de guerra, num conflito aberto com o afonsismo, concedendo, por isso, uma expectativa benévola ao regime de Sidónio Pais, antes de se lançar na tentativa de greve geral de Novembro de 1918.

Os republicanos utilizavam frequentemente no seu discurso a ideia de povo. Lutavam pelo povo, compreendiam o povo, eram os deputados do povo, os seus representantes. Estes homens reivindicavam a capacidade de falar *pelo* povo. Faziam a ponte e a mediação entre essa entidade e o poder e utilizavam-na como forma de legitimação do seu próprio discurso e combate. E aqui podemos surpreender uma das características fundamentais da relação dos republicanos com o povo, ou, dito de outra forma, com as classes populares: parte dos republicanos que utilizavam este conceito nos seus discursos consideravam que, falando pelo povo, sabiam melhor o caminho a tomar.

Na conjuntura da propaganda e do combate contra a Monarquia, o republicanismo, com uma imperiosa necessidade de crescimento, arregimentou as classes populares, tanto a pequena burguesia urbana como os trabalhadores. A ligação com as massas é, aliás, uma das principais características do movimento e do Partido Republicano Português (PRP). Tratava-se de uma organização que se queria diferente dos partidos tradicionais monárquicos, de notáveis. Estes não precisavam de enquadrar as massas, já que o seu acesso ao poder era garantido através de outro sistema, designadamente de negociação e conflito entre um grupo restrito de agentes políticos e o rei. A política fazia-se entre o Terreiro do Paço, o rei, as casas dos notáveis dos partidos e as duas câmaras do Parlamento e estendia-se pelo território nacional através de uma rede de caciques. Podemos, no entanto, apontar como excepção a política seguida por João Franco, que procurou fundar centros e abrir a sua base de apoio a outros elementos.

O PRP procurou integrar as massas que pretendiam aceder ao sistema político, cuja representatividade limitada, exclusivista e elitista era garantida pela Monarquia liberal. Por outro lado, dentro da galáxia de organizações do republicanismo há a realçar o caso da Carbonária, uma organização que conteve um factor de novidade, já que procurou arregimentar e enquadrar as classes populares, num «exército» de combatentes e de obreiros da causa republicana. A sua vontade de integração das classes populares não foi uma característica genética, e Luz de Almeida, o chefe da Carbonária, levou avante este desiderato, apesar do afastamento de alguns membros. A simbologia carbonária fazia eco do mundo do trabalho, com as suas «carvoarias», os seus «rachadores», com a ideia de um «Bom Primo» másculo e viril, mais próximo de um trabalhador do que de um intelectual.



Por outro lado, o republicanismo procurou cativar as expectativas dos trabalhadores, prometendo uma «Nova Aurora», um futuro mais risonho, sem (tantas) desigualdades — e, para muitos, com o «bacalhau a pataco». Talvez ninguém tenha colocado a questão de uma forma tão simples e clara como Alves Redol, no seu romance *Os Reinegros*, onde nos deixou um elucidativo diálogo entre um marido, já aberto ao republicanismo, e uma mulher, que manifesta as suas dúvidas:

> — Deixa lá. A gente tem que os levar à mansa...
> — É isso que custa. Um homem cheio de razão e sempre a dizer que sim senhor e a dar à cabeça. Como um burro... É por isso que sou republicano.
> — Ai, homem, credo! É uma gente... Essa que fala na república. Deus te tire uma ideia dessas da cabeça.
> — Pena tenho eu de não poder ir aos comícios, às terras da Avenida D. Amélia. Dizem que ali é que é falar acertado...[9]

De facto, as fontes confirmam-nos que os trabalhadores — ou parte deles — viram na República a esperança de melhores tempos. O manifesto *O Partido Socialista ao Povo*[10], de 1911, fez referência à «confiança cega» que os trabalhadores depositaram nas promessas republicanas. Os socialistas pediam ao povo, «cuja maioria abandonou os seus grémios profissionais e políticos», sendo o principal «auxiliar da República», que ingressasse no PS.

Existiram sempre sensibilidades no movimento republicano que se encontravam paredes meias com os trabalhadores mais politizados. De igual modo, existiram relações de proximidade entre os intelectuais operários e o republicanismo. Os republicanos «socializantes» partilhavam as preocupações e reivindicações dos

trabalhadores. Aliás, perante a constituição do Partido Socialista, que poderia «caçar» no mesmo terreno que os republicanos, era imperioso pensar os problemas sociais.

Esta preocupação pode ser encontrada em todos os momentos da história do republicanismo, desde a formação do Grupo Republicano de Estudos Sociais até aos governos «canhotos» no final da Primeira República, passando pela experiência de 1919, com a inclusão de um ministro socialista no Executivo. De igual modo, existiu um conjunto de personalidades republicanas que tinham uma ligação bastante próxima com o movimento operário organizado e com os trabalhadores. Podemos referir, a título de exemplo, Heliodoro Salgado ou Boto Machado. Para este período e até à desilusão em 1917-1918, durante o sidonismo, podemos ainda surpreender o caso de Machado Santos, tido como um homem próximo do movimento operário, com «boa estrela» junto dos trabalhadores.

Nos últimos anos imediatamente antes da implantação da República torna-se perceptível a ligação entre republicanos e trabalhadores, através, por exemplo, da participação de socialistas como oradores nos comícios republicanos ou a ligação de determinados «caudilhos» e figuras republicanas com o mundo operário, fazendo um discurso de clara aproximação face às suas preocupações.

Na Câmara dos Deputados, ainda durante a Monarquia, os republicanos tinham feito propostas que procuravam resolver determinados aspectos da chamada questão social. Na sessão de 9 de Maio de 1908, Estêvão de Vasconcelos apresentara um projecto de lei, renovado em 1909 e 1910, sobre os acidentes de trabalho.

Os republicanos, nas vésperas do 5 de Outubro de 1910, mobilizaram todos os seus recursos e dinamizaram todas as forças. Apelando à união dentro do seu campo, os republicanos convocaram outras energias e mobilizaram as expectativas de vários grupos que se sentiam próximos da ideia de República, quer como fim, quer como meio para uma outra sociedade. Das mulheres aos trabalhadores, os esforços de todos contribuíram para o crescimento exponencial do republicanismo, sobretudo a partir de 1908, e para a dinâmica de vitória que começou a estar associada ao movimento. Os republicanos souberam atrair as expectativas dos trabalhadores para uma luta que parecia ganha, ainda que não houvesse certezas. Mas, nos últimos anos do regime monárquico, a força, o crescimento e a possibilidade de se fazer algo diferente estava do lado dos republicanos. Se se sonhava com um «Portugal Novo», que aparecia, por vezes, representado como um homem do povo, com um ar forte e viril, esse só chegaria com a República, fosse esse regime o fim ou o primeiro passo de uma luta mais longa.



## Grandes esperanças: a revolução republicana de 5 de Outubro de 1910

A 5 de Outubro de 1910, para a vitória republicana em Lisboa, a participação popular foi determinante, perante o fracasso do plano militar e a «deserção» de vários oficiais que abandonaram a Rotunda, considerando que a revolução estava perdida. Se não olharmos só para a capital, a participação popular torna-se ainda mais expressiva e importante. Nas localidades da Margem Sul, com as implantações de dia 4 de Outubro, verificou-se que o apoio popular foi decisivo para o sucesso republicano. Fora de Lisboa, no círculo republicano em torno da capital, a implantação do novo regime não assumiu a forma de um golpe militar nem precisou de duros combates. O povo, o «bom povo republicano» sempre mencionado nos discursos dos caudilhos, pegou na bandeira e fez a sua implantação da República. Sem grandes sobressaltos e em clima de festa[11].

Os trabalhadores aderiram à causa republicana, lutaram pela República e foram determinantes para o sucesso quer dos «4 de Outubro», quer do 5 de Outubro. Com os «caudilhos do povo» no poder, pensavam ser chegada a hora de verem as suas reivindicações satisfeitas, se não na totalidade, pelo menos em parte. As expectativas em relação ao poder eram grandes para a maioria dos trabalhadores. Mas não para todos.

O jornal *A Aurora*, um dos órgãos de imprensa dos trabalhadores portugueses, reagiu sem entusiasmos desmedidos à implantação da República. No dia 13 de Outubro de 1910 publicou, não nas primeiras páginas, um comunicado datado de 7 de Outubro de 1910, assinado pelos comunistas libertários do Porto[12]. Este texto, «*Na hora do triunfo*», resume de uma forma exemplar a posição dos trabalhadores organizados face ao novo regime. Em primeiro lugar, capitaliza a participação popular na revolução, afirmando que o povo a glorificou no «gesto audaz do seu esforço e do seu nobre sacrifício». A questão foi posta de uma forma muito clara: «Os louros do triunfo pertencem à canalha, à desprezada canalha que enche o mundo inteiro de grandeza

com o constante labor da sua acção criadora.» Assim sendo, os homens «ilustres» que passaram a dirigir a República deveriam cumprir as promessas que fizeram ao povo, com quem tinham fraternizado e partilhado as «amarguras da luta, da prisão, do exílio e da morte». Estes homens afirmavam ter colaborado na obra revolucionária, sem desmentirem a coerência dos seus ideais, e consideravam que uma parte da vitória também lhes pertencia.

A mesma linha de argumentação é utilizada no artigo de segunda página «*Em República*»[13]. O texto acrescenta uma ideia importante para a questão do relacionamento entre o novo regime implantado a 5 de Outubro e os trabalhadores: muito embora tivesse anunciado medidas de carácter liberal, a República não traria a emancipação económica da classe trabalhadora porque era, antes de tudo, uma instituição burguesa cuja missão consistia em consolidar o regime capitalista, garantindo a propriedade individual e mantendo ao seu serviço instituições como a polícia e os tribunais. Entendia-se a República como um primeiro passo, que não devia cair para evitar que os «reaccionários» tomassem de novo o poder, mas as expectativas em relação ao regime deviam ser, apesar de tudo, comedidas. Numa espécie de triste advertência, lembrava-se que não era impossível que um dia o «povo» fosse mandado «espadeirado», fuzilado ou preso pelo regime, já que tal era a função de todos os governos.

Estas eram as vozes mais pessimistas e, como se percebeu mais tarde, as mais realistas. Mas o «bloco social do 5 de Outubro», aliança básica que permitiu a própria implantação da República, não se romperia de imediato. Resistiria, aliás, a várias desilusões.

## A difícil relação entre os operários organizados e a República

Ao pensar a relação entre o mundo do trabalho e a República, é preciso separar a República enquanto poder da República enquanto aspiração e expectativa. De igual modo, é preciso distinguir as diversas tendências dentro do republicanismo.

Enquanto regime político, a República foi desiludindo os trabalhadores, mas enquanto ideia não desapareceu do seu universo de expectativas. Durante vários anos, o regime republicano continuava a ser preferível a qualquer outro. Mesmo a benevolência inicial com



o sidonismo redundou numa desilusão e no confronto. Foram os próprios militantes operários presos que o disseram em 1913:

> Toda a oposição dos operários, é preciso dizê-lo de uma vez para sempre, foi produzida, quando ela se produziu, somente contra os republicanos desastrados, mas jamais contra a República, implantada principalmente pelos próprios operários.[14]

A República anticlerical e que procurava criar cidadãos conscientes e instruídos era um projecto apelativo para os trabalhadores.

De igual modo, continuaram a existir correntes e figuras republicanas que pensavam a questão económica e social, mantendo pontos de contacto com a intelectualidade operária. De entre aqueles que continuavam a ter um relacionamento com o movimento operário ou a levantar a questão social, alguns faziam-no por acreditarem que era necessário não descurar os problemas sociais, outros também por razões de táctica política, como forma de atacar os republicanos no poder. Foi o caso de Machado Santos, que manteve uma relação de proximidade com os trabalhadores — em Fevereiro de 1914, por exemplo, os machadistas promoveram uma manifestação contra Afonso Costa, com largo apoio do operariado[15].

A República no poder privilegiou a procura de estabilidade do regime, sendo central a questão política. Para os trabalhadores organizados era igualmente necessário privilegiar a questão económica e social, melhorando as suas condições de vida. O novo regime e o Partido Democrático tiveram uma política de contenção e repressão do movimento operário ainda que procurasse também satisfazer as «forças vivas». Não é por acaso que Afonso Costa ficou conhecido como «racha-sindicalistas».

No poder, a República decepcionou os operários. A primeira desilusão foi o decreto de Dezembro de 1910, que regulamentava o direito à greve. Muito embora, tal como o *lock-out*, a greve fosse descriminalizada, impuseram-se condicionamentos que dificultaram a sua concretização. O decreto ficaria conhecido como o «decreto-burla», justamente por ter defraudado as expectativas do mundo operário.

Os movimentos grevistas de 1911 e 1912, fruto de um movimento operário cada vez mais combativo e do desenvolvimento do associativismo nos meios rurais, provocaram sérios embates entre o poder republicano — que, de facto, tratou com violência os grevistas — e os

trabalhadores. Na repressão da «greve geral» de 1912 foram presas centenas de activistas operários e foi encerrada a Casa Sindical. Durante a República, nos conflitos entre os trabalhadores e o poder não estiveram ausentes os «mártires», ou seja, os mortos e feridos às mãos do novo poder.

No entanto, as incursões monárquicas de 1911 e 1912 deram um novo alento à dinâmica do republicanismo e puseram em cima da mesa a necessidade imperiosa de manter o regime.

A crise da Primeira Guerra Mundial abriu um período de grande conflitualidade social, decorrente da crise económica e da crise política, que dividiu a sociedade entre guerristas e anti-intervencionistas, tal como dividiu, aliás, tanto o movimento operário internacional como o português. Abriram-se profundos debates ideológicos em relação à guerra, à posição do movimento operário e ao militarismo. Foi, aliás, um momento de crise e de redefinição do movimento operário a nível europeu.

Temos abundantes notícias de «revoltas da fome» um pouco por todo o país, assaltos a estabelecimentos comerciais (de referir a famosa «revolução da batata» em Lisboa, em 1916), movimentos «espontâneos» quer na cidade, quer no mundo rural. Vários foram os movimentos grevistas, dos quais podemos salientar o «Verão Quente» de 1917, sinais de uma luta incessante para fazer face à «questão das subsistências».

A decepção com a República existiu, mas isso não significa que o regime não tenha legislado, procurando resolver alguns problemas relacionados com a questão social. Simplesmente, aquilo que se fez foi, aos olhos dos trabalhadores organizados, insuficiente. Vejamos algumas das medidas promulgadas pelos governos republicanos. Em Janeiro de 1911 foi decretado o descanso semanal obrigatório, em regra aos domingos, o que motivou os protestos das «forças vivas». Em Julho de 1913, durante o Governo de Afonso Costa foi publicada a lei n.º 83, que tornava eficaz o princípio da responsabilidade patronal nos acidentes de trabalho, podendo esta ser transferida para as seguradoras. No entanto, a aplicação da lei não foi satisfatória: «Sendo um passo em frente significativo, a lei viria a ter uma aplicação limitada, dado não ter carácter imperativo, funcionando os Tribunais de Desastres de Trabalho nela previstos de forma irregular e precária.»[16] Em Outubro de 1914 foi aprovado o regulamento dos acidentes de trabalho (modificado em Outubro de 1915). Em 1918, o decreto n.º 4288 regularizou esta questão. Ainda antes da guerra, foi criada em Lisboa uma Bolsa de Trabalho. Uma das medidas mais emblemáticas, explicável pela pressão da crise de guerra, foi a criação do Ministério do Trabalho e Previdência Social[17]. A República procurou lançar algumas fundações para a construção de um edifício legislativo que levasse em linha de conta a questão social, nomeadamente o tribunal de árbitros avindores, as inspecções do trabalho, a lei das bolsas de trabalho, a lei de descanso semanal e a lei dos acidentes de trabalho.



Com o sidonismo, foram lançadas algumas iniciativas de carácter social, mas que tinham como base motivadora a ideia de «higienizar e moralizar», podendo salientar-se o projecto de construção de casas económicas (decreto n.º 4137 de 25 de Abril de 1918). Uma das mais emblemáticas medidas deste regime foi a criação da Obra de Assistência 5 de Dezembro, que deve ser entendida mais como caridade do que como medida social.

O pacote legislativo realmente significativo só seria publicado depois do final da Primeira Guerra Mundial. O socialista Augusto Dias da Silva sobraçou a pasta do trabalho, em 1919, e promulgou o regulamento para a construção de bairros sociais. O Governo negociou um empréstimo de dez mil contos com a Caixa Geral de Depósitos para as «habitações baratas». A 7 de Maio de 1919, o decreto n.º 5516 estabeleceu o dia de trabalho de oito horas e a semana de 48. Imediatamente antes das eleições de 11 de Maio de 1919, o Gabinete de Domingos Pereira fez publicar centenas de decretos em vários suplementos do mesmo *Diário do Governo*. Neste pacote legislativo foram publicados os decretos relativos aos seguros sociais obrigatórios na doença, nos desastres de trabalho e na invalidez, velhice e sobrevivência. Foram, de igual modo, organizados as Bolsas de Trabalho e o Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência.

O poder republicano não poupou críticas às movimentações operárias e aos trabalhadores. Da parte do poder, foi sendo criada uma ideia de que estes se articulavam com outros conspiradores contra o regime e, na conjuntura da guerra, chegou a ser referido que os operários eram pagos com ouro alemão. De inimigos do regime, os operários passaram a traidores.

## A organização operária

É IMPORTANTE REFERIR que a organização operária portuguesa foi construindo ligações internacionais, articulando-se com organizações

congéneres. Em 1923 foi publicado um *Relatório da CGT Portuguesa ao Primeiro Congresso Internacional dos Sindicalistas Revolucionários em Berlim*[18]. Neste documento, os autores procuraram fazer um balanço e fixar a história do movimento operário em Portugal, suas fases, lutas e tendências. Escolheram dois momentos fundadores: o «Primeiro Congresso Sindicalista Revolucionário» (trata-se do Congresso Sindicalista e Cooperativista), de 1909; e, no ano de 1912, a adesão de «novos em idade» e «novos em ideias», dando origem à constituição da Casa Sindical. Ainda segundo esta leitura, o Congresso de Tomar de 1914, em que a Federação Operária foi substituída pela União Operária Nacional (UON) «pela fusão das duas correntes (reformista e sindicalista)», marcou um importante avanço a nível organizativo.

Contudo, tanto a UON como as recém-formadas uniões locais «foram arrastando uma vida frágil», em parte porque a «ligação estabelecida entre as correntes era mais aparente que real». As duas conferências regionais de 1917 vitalizaram a organização operária. Depois delas, «o sindicalismo foi-se enraizando, cedendo os reformistas o terreno e permitindo que a Organização se afirmasse com exuberância na última parte do período guerrista, conseguindo enfrentar a decadência económica em 1918 com um movimento nacional contra a carestia de vida».

De facto, o Congresso de Tomar de 1914 foi central para a história operária, que depois desta reunião saltou para outra fase a nível organizativo. Não foi fácil a magna reunião operária, nem isenta de divergências entre sindicalistas e socialistas. A organização operária precisava de se manter unida, logo, era importante harmonizar vontades, com cedências de parte a parte para evitar um «espectáculo fratricida»[19]. Tomar significou talvez a última tentativa de entendimento entre os «reformistas» e os «revolucionários», apesar do predomínio sindicalista. Dentro do campo sindicalista existiam, contudo, elementos que questionavam a táctica de «fusão».

Desde 1909, durante o período de intensificação da sua influência, os sindicalistas duplicaram as organizações existentes. Não «assaltaram» as associações existentes, nem as tentaram tomar por dentro; criaram outras. Em Lisboa, por exemplo, continuava a existir a Federação Operária Socialista, a par da Casa Sindical. A Comissão Executiva do Congresso Sindicalista fez um intenso trabalho de propaganda e organização, conseguindo reverter a situação minoritária do sindicalismo.



Um dos delegados ao congresso de Tomar[20], referindo-se à situação de divisão da classe operária, pregava a união, relembrando os pontos de contacto entre as tendências. Mas chamava a atenção para uma situação importante, que era a existência de um vasto campo misto, de operários ditos neutrais, que não pertenciam exclusivamente a nenhuma das tendências e que andavam perdidos na luta entre as duas facções.

A organização nascida de Tomar foi encarada como um estádio, e não como um fim em si mesma. Os seus membros começaram por reconhecer, no Preâmbulo das Teses de Organização[21], que a divisão do movimento operário em diferentes sectores não devia continuar e que urgia «estabelecer os fundamentos gerais que devem tornar viável a unificação da família proletária». Para a defesa dos «interesses morais, materiais e económicos» dos trabalhadores, procuraram organizar sindicatos locais, regionais ou nacionais de ofício, federações nacionais ou regionais de indústria e uniões locais de sindicatos de ofícios vários. Reconheceram, contudo, que a alguns congressistas este trabalho poderia parecer incompleto ou deficiente, por não se determinar o objectivo último da organização operária, isto é, se ela por si só poderia operar a transformação social e de que maneira. Mas, continua o mesmo texto, sem querer impor «autoritariamente» o seu critério ao movimento operário, acreditavam que a transformação seria feita pela greve geral revolucionária e que a futura estrutural social teria por base a organização sindical.

Até 1914 o sindicalismo lançara-se à conquista do movimento operário e agora tentava reagrupar-se as forças proletárias. Embora com membros mais combativos e aguerridos, ainda fazia transigências com a linha reformista/socialista. Esta táctica acabou por não ter sucesso, desagradando a sindicalistas «puros» e não cativando as organizações socialistas.

Como o papel da UON não correspondia ao que seria desejável e às exigências agravadas pela crise de guerra, numa «reunião de sindicatos convocada pela central portuguesa [...] e que se realizou em Lisboa, nos fins de 1916, foi deliberado promover uma assembleia magna das associações operárias do país, na intenção de dar a devida vitalidade à UON»[22].

Decidiu-se a realização de uma conferência em Lisboa e outra no Porto, com todas as correntes e tendências. A conferência de Lisboa realizou-se entre os dias 29 de Abril e 1 de Maio e no Porto a 6 e 7 de

Junho de 1917. Com data de 29 de Abril é dado à estampa o primeiro número do jornal *O Movimento Operário*, que passaria a ser o órgão da UON. Nestas reuniões foram discutidas três teses: *Sobre organização operária* (sendo o relator Alexandre Vieira), *Sobre a carestia da vida* (Pinto Quartim) e, por fim, *Sobre a atitude da organização operária perante as condições da paz* (Manuel da Conceição Afonso). Esta última tese causou polémica nas fileiras operárias. Estando definido que a organização desempenharia um papel interventivo no novo mundo que chegaria com o pós-guerra, a divisão centrou-se em torno da questão da acção directa como modo de luta exclusivo.

A conferência original, em Lisboa, foi proferida por Manuel Afonso, em nome da comissão organizadora, fazendo um balanço da actividade da UON:

> A sua acção, neste interregno, manifestou-se hesitante, nada eficaz na parte respeitante ao seu papel de organizadora, não contribuindo tanto quanto devia para a intensificação e desenvolvimento do espírito corporativo.[23]

Estava dado o mote para as (auto)críticas, patentes nos relatórios das duas últimas Comissões Administrativas da UON. Evaristo Marques Esteves e Alfredo Pinto, secretários gerais em 1915, 1916, respectivamente, a partir de Outubro de 1916 descrevem o estado «caótico» em que se encontrava a organização, o abandono a que fora votada e mesmo a «má vontade que se manifestava entre ela»[24]. Os trabalhos eram realizados com muita dificuldade: a constante ausência de delegados (que atribuíam à falta de consciência associativa), a falta de um local apropriado (gabinete) para o trabalho, a dificuldade de aluguer de um sítio, por má vontade dos senhorios, a falta de meios pecuniários por não pagamento das cotizações. A estas causas internas somavam-se as causas externas, i.e., o encerramento e a dissolução de associações pelos governos republicanos e democráticos e ainda a prisão de vários militantes, normalmente os mais activos.

*O Movimento Operário*[25] publicou a relação das associações aderentes (do sul) e seus associados, calculando a população associativa representada em cerca de 24 780 indivíduos (quatro federações da indústria, duas uniões locais de sindicatos, 105 sindicatos e seis secções de sindicatos). Podemos, assim, perceber a composição profissional da organização operária. Em primeiro lugar, encontramos a



construção civil (19 sindicatos e seis secções de sindicato), com vários ofícios a ela ligados e uma federação. Em segundo lugar, cumpre referir a forte presença dos trabalhadores rurais, com 11 sindicatos e uma secção. Assinalável é também a presença das «artes gráficas», com oito sindicatos e a Federação dos Trabalhadores do Livro e do Jornal. A indústria têxtil e de vestuário contava com sete sindicatos. O calçado tinha também uma presença assinalável. O sector dos transportes contava com seis sindicatos e uma federação. De referir são também os sindicatos ao trabalho do metal (torneiros, fundidores, soldadores), os empregados dos correios e telégrafos, os associados ao trabalho marítimo e portuário, o sindicato dos operários do Arsenal da Marinha e cordoaria, os manipuladores de tabaco (admitidos depois de 1890), os trabalhadores de fábricas de conservas, os vidreiros, os operários municipais e os mineiros (de Aljustrel). Regista-se uma significativa presença da organização operária em Lisboa, Margem Sul e Alentejo. No Algarve surpreendemos a sua presença em Lagos, Silves e Olhão. Na conferência operária do norte predominaram as associações do Porto, mas encontramos referências a outras de Braga, Famalicão, Vila Real, Póvoa do Varzim, Guimarães, Viana do Castelo, Vila do Conde, Ponte de Lima, Coimbra, Lamego, São João da Madeira e Gaia. Estavam representados 7627 operários organizados[26].

«Graças àquelas conferências conseguiu-se, enfim, o que não fora exequível ao sair-se de Tomar: estabelecer a unidade sindical, isto é, atrair os militantes de todas as tendências à central de sindicatos e, com eles, as associações em que predominavam, mercê de que a UON se veio a tornar uma autêntica força»[27]. Alexandre Vieira salienta aqui um problema crucial: a própria legitimidade da UON como organismo coordenador e congregador de esforços. Para se tornar «uma verdadeira força», a UON teve de lutar para se organizar e para se «impor», para demonstrar a sua utilidade e explicar os seus objectivos.

O Verão de 1917, com as suas várias lutas, algumas delas bastante duras, parece indicar uma renovada força sindical. A greve do telégrafo-postal, a da companhia das águas, da construção civil e a greve tipográfica do jornal *O Mundo* são bons exemplos da intensificação do conflito social e, também, da política repressiva do Governo democrático.

Depois das conferências operárias, a UON e o movimento operário português viveram um novo ciclo que lhes daria a força para a

luta de 1918, com a tentativa de uma greve geral nacional durante o consulado sidonista. Isto não significa, contudo, que os seus problemas internos estivessem resolvidos. Os seus elementos mais aguerridos e combativos procuraram mobilizar os seus camaradas e afirmar a posição de centralidade e coordenação, não de direcção, da UON.

Mas este sucesso verificou-se sobretudo no sul. Em termos quantitativos, «[...] tendo encontrado, em Junho de 1917, 61 sindicatos aderentes à 1.ª secção da UON, hoje [Setembro de 1919] regista este organismo a adesão de 119, o que prova que, sob esse aspecto, a nossa acção não foi estéril.»[28] De igual modo se pode assinalar a reorganização da União de Sindicatos Operários (USO) de Lisboa, num processo paulatino mas seguro, e o ressurgimento da Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais, depois do seu congresso em Abril de 1918. No norte, o balanço feito em 1919 foi menos positivo:

> Se é certo que ainda se nota uma deplorável fraqueza em diversos núcleos sindicais, a culpa só cabe aos sindicatos que deram provas de pouco respeito pelos compromissos contraídos para com esta União, na falta de pontualidade das suas cotas [...]. Também foi isto devido à falta de cumprimento das resoluções tomadas na Conferência Operária Nacional, por parte de muitas associações, que pela voz dos seus delegados ali votaram a *Tese de organização*, e que, apesar dos respectivos convites para nomearem os seus delegados a esta secção, conservaram-se sempre abstraídas no mais completo indiferentismo, mostrando, destarte, consciente ou inconscientemente, a sua repulsa em colaborar na organização geral do proletariado.[29]

Os socialistas, levando em linha de conta a geografia eleitoral[30], teriam o norte como o seu bastião.

## Monsanto: armar o povo para lutar pela república

Foi a própria evolução da situação política depois do assassínio de Sidónio Pais, com o «perigo monárquico», que permitiu um novo (re)começo à organização operária. Foi a grande parada popular em Lisboa e a «escalada de Monsanto» que renovou o prestígio da UON.



> Galgada a serra e vencidos os monárquicos, lado a lado com republicanos, os trabalhadores abriram [...] as portas da prisão do forte a muitas dezenas de trabalhadores que lá se encontravam por virtude da acção que tinham desenvolvido nos meios sindicais contra os tiranetes da última hora.[31]

Esta luta comum entre os sindicalistas e os republicanos refez o «bloco social do 5 de Outubro», ainda que por um curto período de tempo[32]. «Após Monsanto, voltaram as instituições sindicalistas a exercer regularmente a sua actividade, desde Novembro seriamente conturbada»[33]. Foi, portanto, uma luta contra as forças mais «reaccionárias» e a vitória sobre as mesmas que conferiu novo alento à organização operária. Esta perdera a batalha de Novembro, mas demonstrara a sua importância em 1919. Pelo Congresso de Coimbra, em 1919, a UON cedeu lugar à Confederação Geral do Trabalho (CGT). No fim da guerra e nos anos seguintes, o agudizar da questão social impeliu a organização operária à acção. Mas, tal como em quase tudo o resto, este período não foi a repetição da conjuntura de 1910-1918. A organização operária alcançou um outro patamar organizativo, os combates, os tempos e os militantes eram outros. A dureza das condições, essa, continuou semelhante.

## Notas

1 *Il Quarto Stato* (O Quarto Estado), 1901, óleo s/ tela, Milão, Galeria de Arte Moderna.

2 Veja-se Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na Alvorada do Século XX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979.

3 Vítor Viçoso, «A literatura portuguesa (1890-1910) e a crise finissecular», *in* Sérgio Campos Matos (coord.), *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002.

4 Veja-se Raul Brandão, *Os Operários*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1984 (fixação do texto, introdução e notas por Túlio Ramires Ferro).

5 Vítor Viçoso, *ibidem*.

6 Guerra Junqueiro, «À mocidade das escolas. *Finis Patriae*» (8 de Dezembro de 1890), *Horas de Luta*, Porto, Lello & Irmão, 1965.

7 Bento Carqueja, utilizando o censo geral da população de 1900 para avaliar

o desenvolvimento da indústria nacional através de um dado indirecto — a população operária —, escreveu que consagravam a sua actividade à indústria 455 296 indivíduos, 59 124 dos quais em Lisboa. Cf. Bento Carqueja, *O Capitalismo Moderno e as Suas Origens em Portugal*, Porto, Livraria Chardron, 1908.

8 José Silva, *Memórias de Um Operário*, Porto, Distribuidor Livraria Júlio Brandão, responsável pela edição Manuel Duarte, 1971.

9 Alves Redol, *Os Reinegros*, Mem Martins, Publicações Europa-América, s.d. (1986).

10 *O Partido Socialista ao Povo*, Conselho Central do Partido Socialista, Lisboa, 8 de Agosto de 1911, Espólio Pinto Quartim, Instituto de Ciências Sociais.

11 Veja-se, a título de exemplo, Joaquim Baldrico, «Aldeia Galega nas véspera da República, "As Eleições Municipais de Novembro de 1908"», *in* Rosa Bela Azevedo e Alexandre Arménio Tojal (coord.), *Catálogo da Exposição Aldeia Galega nas Véspera da República. As Eleições Municipais de Novembro de 1908*, Montijo, Câmara Municipal do Montijo, 2008.

12 *A Aurora*, n.º 14, 13 de Outubro de 1910.

13 *A Aurora*, n.º 15, 30 de Outubro de 1910.

14 *Um Clamor de Prisioneiros Que Se Eleva das Prisões do Estado de Portugal*, Editor José Carlos Rates, Lisboa, 20 de Setembro de 1913, Espólio Pinto Quartim, Instituto de Ciências Sociais.

15 Veja-se Luís Farinha, *Francisco Pinto da Cunha Leal Intelectual e Político. Estudo Biográfico (1888-1970)*, FCSH, 2003 (dissertação de doutoramento).

16 Maria Alice Marques Almeida, *A Primeira República Portuguesa e o Estado Previdência*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, 1997 (dissertação de mestrado).

17 Lei n.º 494, de 16 de Março de 1916.

18 *In A Batalha*, n.os 1276 a 1283, 23 a 30 de Janeiro de 1923.

19 *Elementos para a reforma do regímen da associação de classe operárias* [sic] *em Portugal. Parecer da Comissão*, Biblioteca Nacional, Arquivo Histórico Social, Núcleo Congressos Operários, caixa 66.

20 Ferreira, Joaquim Gomes, Delegado da associação de classe dos polidores de móveis de Lisboa, *Da Organização Operária em Portugal,* Biblioteca Nacional, Arquivo Histórico Social, Núcleo Congressos Operários, caixa 66.

21 UON, *Teses de organização aprovadas no Congresso Nacional Operário realizado na cidade de Tomar nos dias 14 a 17 de Março de 1914,* Lisboa, Casa dos Tipógrafos, 1914.

22 Alexandre Vieira, *Subsídios para a História do Movimento Sindicalista em Portugal. De 1908 a 1919*, s.l., Edições Base, s.d., p. 50.



23 *O Movimento Operário Boletim da União Operária Nacional*, I ano, n.º 1 de 29 de Abril de 1917.

24 *O Movimento Operário Boletim da União Operária Nacional*, I ano, n.º 1 de 29 de Abril de 1917 e n.º 2 de 1 de Maio de 1917.

25 I ano, n.º 2 de 1 de Maio de 1917.

26 *O Movimento Operário. Boletim da União Operária Nacional*, n.º 4 de Agosto e Setembro de 1917.

27 Vieira, Alexandre, *Em Volta da Minha Profissão. Subsídios para a História do Movimento Operário no Portugal Continental*, Lisboa, Edição de Autor, 1950.

28 «Relatório da Comissão Administrativa da UON a apresentar ao II Congresso Operário Nacional», *A Batalha*, n.º 198, de 12 de Setembro de 1919.

29 «Relatório da Comissão Administrativa da UON (2.ª secção), apresentado ao II Congresso Operário Nacional», *A Batalha*, n.º 211, de 26 de Setembro de 1919.

30 Cf. Ministério da Finanças, direcção-geral de Estatística, *Censo eleitoral da metrópole. Dados referentes ao regime absoluto, ao regime monárquico constitucional e regime republicano*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1916.

31 Alexandre Vieira, *Subsídios para a História do Movimento Sindicalista em Portugal. De 1908 a 1919*, s.l., Edições Base, s.d.

32 Esta conclusão é tirada por António José Telo em *O Sidonismo e o Movimento Operário Português. Luta de Classes em Portugal, 1917-1919*, Lisboa, Ulmeiro, 1977.

33 Alexandre Vieira, *Subsídios para a História do Movimento Sindicalista em Portugal. De 1908 a 1919*, s.l., Edições Base, s.d.

# A educação

*Maria Cândida Proença*

O republicanismo surgiu e consolidou-se em Portugal, ao longo do século xix, como esperança salvadora para a resolução dos graves problemas que afligiam o país. Este carácter messiânico, aliado a um discurso interclassista, contribuíram para conquistar para o PRP adeptos em diversos estratos da sociedade portuguesa, particularmente entre a pequena e a média burguesias. Basílio Teles, um dos grandes ideólogos republicanos, afirmava que «todas as energias e valores sociais figuravam no partido»[1] e, na verdade, poderiam encontrar-se defensores do republicanismo em diversos estratos sociais, desde grandes proprietários como Henriques Nogueira e José Relvas, a professores universitários como era o caso de José Falcão, Teófilo Braga e Duarte Leite, entre outros, ou a pequenos comerciantes e industriais. Se analisarmos as categorias socioprofissionais dos principais activistas republicanos, encontraremos médicos, professores, profissionais liberais, industriais, comerciantes e um número assinalável de farmacêuticos — em suma, uma grande percentagem de profissões para cujo desempenho era necessário possuir um curso superior, ou pelo menos a instrução elementar, o que permite afirmar que o republicanismo recrutaria as suas hostes entre uma elite intelectual que pensava o futuro da pátria na busca da regeneração capaz de inverter a situação de decadência a que a Monarquia a conduzira.

Para alcançar a «regeneração da pátria», tantas vezes referida nos discursos de propaganda republicana, a educação do povo seria condição indispensável ao ressurgimento nacional, pois só a instrução poderia contribuir para formar os novos cidadãos, capazes de analisar os males do país e responder à crise vigente pela aceitação dos novos ideais. Neste sentido, a acção republicana em prol da educação do povo iniciou-se muito precocemente e intensificou-se à medida que a crise monárquica se acentuou, especialmente a partir da última

década do século XIX. Nesta conjuntura, assistiu-se a um vigoroso crescimento do PRP, que se traduziu na organização de uma série crescente de agremiações (centros, grupos, associações, ligas, grémios, escolas, clubes...) que desempenharam papel de relevo na difusão dos ideais republicanos. Um dos aspectos mais salientes da obra efectuada por estas associações foi, sem margem para dúvidas, o formidável impulso concedido à causa da instrução.

Sendo a instrução do povo condição indispensável à sua consciencialização cívica e à sua elevação moral e espiritual, estes objectivos não poderiam alcançar-se apenas pela divulgação do ensino primário, embora este fosse a base inicial para o desenvolvimento de cidadãos mais instruídos e mais conscientes. Por isso, a par das aulas que normalmente funcionavam à noite, realizavam-se, nos centros republicanos, sessões de divulgação cultural orientadas pelos mais prestigiados membros do PRP: professores, escritores e artistas. As prelecções incidiam sobre história nacional, geografia, ciências naturais, literatura nacional, questões políticas nacionais e internacionais, além de outros temas relacionados com a vida quotidiana das populações. No final da Monarquia existia um total de 160 centros republicanos, dos quais cerca de 40 por cento se situavam nas cidades de Lisboa e Porto. Se a estas cidades juntarmos as associações existentes nos respectivos distritos, a percentagem sobe para 65 por cento, o que é deveras significativo[2]. A acção escolar e cívica realizada pelos centros republicanos no campo da educação foi acompanhada por outras iniciativas no âmbito da instrução popular, como a criação da Academia de Estudos Livres, fundada em 1899, cujos estatutos foram aprovados em 1904, com a designação de Universidade Popular[3], e a fundação, em 1905, da Escola-Oficina n.º 1, fruto da união entre republicanos, maçons e anarquistas.

## O ideário educativo

O PENSAMENTO PEDAGÓGICO republicano, com raras excepções[4], foi profundamente marcado pela pedagogia positivista. Entre os principais representantes republicanos desta corrente pedagógica, durante o período monárquico, registamos os nomes de Emídio Garcia, Teixeira Bastos, Rodrigues de Freitas, José Augusto Coelho, Teófilo Braga e Júlio de Matos[5].



Os positivistas criticavam o carácter demasiado enciclopédico da nossa educação, em especial da educação secundária, por considerarem que exercia uma acção nefasta sobre o desenvolvimento das inteligências. Este excesso de enciclopedismo seria derivado do facto de os nossos regulamentos e programas, neste grau de ensino, serem meras cópias de regulamentos e programas estrangeiros, sem terem nada que ver com as características próprias da nossa nacionalidade. Como afirmava Emídio Garcia, «a instrução secundária, sem perder o seu espírito científico e o seu carácter essencialmente geral e abstracto, deveria animar-se do espírito nacional e temperar-se no carácter português»[6].

Nota-se uma nítida influência comtiana nas propostas pedagógicas dos positivistas portugueses. Como Augusto Comte, aplicavam à educação a lei dos três estados — religioso, metafísico e positivo — e, neste sentido, consideravam fundamental que se extirpasse da educação secundária tudo o que tinha a ver com as duas primeiras etapas. Daí a sua crítica cerrada à influência da religião católica na educação, que ao longo dos tempos tinha dominado as consciências pelo terror e sufocado as inteligências e vontades pelo dogmatismo, tornando assim o ensino o último reduto da Igreja para dominar a sociedade civil. Ora, para que a instrução pudesse contribuir para o desenvolvimento intelectual do educando, tornava-se imperioso laicizá-la em todos os graus; caso contrário, qualquer reforma educativa tornar-se-ia inútil.

Por outro lado a doutrina metafísica na escola seria também contraproducente, porque, «dando livre curso aos frutos da imaginação, produziria na ordem intelectual e moral, política e económica, em teoria e na prática uma confusa e desordenada multiplicidade de opiniões e sistemas incoerentes e contraditórios, que, lançando a incerteza nos espíritos e a perturbação nas consciências, originaria a mais espantosa anarquia no meio social, deixando, sob as ruínas da teologia, o cepticismo nas inteligências e a desolação nos corações»[7].

Postas de parte as duas directrizes atrás indicadas, qual deveria ser então a orientação do ensino? Para os positivistas, o ensino teria de ser conduzido cientificamente, conferindo aos alunos as bases necessárias para actuar no mundo sensível, aplicando, de modo eficaz, a ciência, ao mesmo tempo que se deveria incutir nos educandos a perspectiva de um ideal realizável a longo prazo. Ora, só a ciência positiva corresponderia a estas finalidades e, por isso, o ensino

deveria procurar a realização e vulgarização do saber positivo. Num ensino orientado por estes pressupostos, o aluno começaria por aprender as ciências que lhe poderiam fornecer os conhecimentos básicos das leis que regulam a existência do mundo exterior: cosmologia, biologia, antropologia e sociologia. Este conhecimento geral e teórico precederia a aprendizagem concreta e prática de uma profissão ou ofício, condição indispensável à boa organização da vida colectiva.

Na sua exaltação da ciência como única manifestação legítima do infinito inalcançável, atribuindo-lhe o papel até então reservado à religião, a pedagogia positivista republicana é de nítida inspiração spenceriana. A ciência passa a ser considerada, quase que de uma forma mística, como o único meio de alcançar a verdade absoluta. Deste pressuposto deriva a sua filiação na tendência mais pragmática da pedagogia positivista, que encarava a ciência como fundamento de toda a vida humana nas suas diversas manifestações sociais, políticas, morais e religiosas. Em algumas sensibilidades do pensamento pedagógico republicano, segundo as quais a educação pela ciência tinha o valor formativo de educar para a liberdade, é possível detectar também influências do utilitarismo inglês na linha de Stuart Mill. As finalidades educativas alcançam deste modo um âmbito mais lato, visando a formação do homem, fundamentalmente através da sua vida social, o que, em nosso entender, estará na origem da atenção concedida pelos republicanos à educação cívica e à formação de cidadãos, espinha dorsal do sistema educativo que se iria implantar após a tomada do poder em 1910.

A nova escola republicana edificou-se apoiada nas propostas de muitos pedagogos que desde o período monárquico vinham defendendo os seus ideais educativos. Entre outros, podemos citar Bernardino Machado e o seu combate pela escola democrática[8], Faria de Vasconcelos, porventura o maior vulto da «Escola Nova», e os seus trabalhos de pedagogia experimental[9], António Sérgio e a sua defesa de uma pedagogia para o ressurgimento nacional[10], Bento de Jesus Caraça, na sua luta pela cultura integral e em prol da «escola única»[11], Adolfo Coelho, pedagogo que muito contribuiu para a cientificidade da educação na Monarquia e que a morte viria a encontrar, já no período republicano, à frente da Escola Preparatória Rodrigues Sampaio[12], ou João de Barros, ardente defensor da laicização da escola[13].

O período republicano foi ainda fértil em experiências pedagógicas inovadoras, muitas vezes à margem do poder oficial. Está neste



caso o exemplo emblemático da Escola Oficina n.º 1, criada em 1905, por impulso de maçons republicanos e anarquistas; aqui se instituiria um modelo de ensino libertário que se manteve até 1930 e a que se encontram ligados nomes de pedagogos tão importantes como Adolfo Lima e César Porto, principais responsáveis pela renovação pedagógica deste estabelecimento de ensino. A criação desta escola insere-se num movimento de desenvolvimento da educação popular, ligado a meios operários, que esteve na origem de inúmeras escolas primárias criadas por organizações populares e sindicalistas.

> No período que decorre entre o princípio do século XX e o final da Primeira República existe uma atitude bastante consistente por parte do operariado organizado em Portugal, maioritariamente influenciado pelo anarco-sindicalism, de construir uma rede educativa paralela à do Estado, sobretudo no que diz respeito às escolas primárias para crianças, cujo modelo pedagógico ideal é o modelo representado pela Escola-Oficina n.º 1.[14]

A pedagogia experimental teve também, na época, alguns representantes entre nós, como Alves dos Santos, director da Sociedade de Estudos Pedagógicos, António Aurélio da Costa Ferreira, que viria a especializar-se na educação de deficientes, e Álvaro Viana de Lemos, fervoroso adepto da pedagogia Freinet[15].

Nomes importantes da cultura portuguesa incluíram entre as suas preocupações de intervenção cívica a defesa de modelos educativos democratizantes. Estão neste caso António Sérgio, Jaime Cortesão e Raul Proença, que, em conjunto com outros intelectuais reunidos em torno da *Seara Nova*, repensaram os problemas culturais e de mentalidade da pátria portuguesa, atribuindo ao ensino papel decisivo no ressurgimento nacional, tantas vezes pensado e desejado, mas outras tantas adiado.

## A formação cívica na escola republicana

Uma vez no poder, os republicanos tencionavam pôr em execução os seus princípios pedagógicos no que se referia ao ensino, vector fundamental da sua propaganda durante a última fase da Monarquia. Não faltaram ao republicanismo português excelentes pedagogos,

nem escassearam os mais variados projectos inovadores no campo do movimento da «Escola Nova», mas a realidade crua das condições socioeconómicas e dos recursos materiais e humanos dificultou a concretização dos seus ideais. Apesar de um crescimento quantitativo relativamente fraco, a República veio introduzir, em Portugal, inegáveis mudanças qualitativas, que se traduziram numa nova ideia de escola e em novas formas de pensar a educação e a formação para a cidadania.

Uma das características mais inovadoras da escola republicana residiu na criação de um novo conceito de cidadão — o «homem novo» que era mister formar. Numa perspectiva onde se detectam fortes laivos da influência francesa de 1789, a ruptura com o passado teria de ser radical.

> Por um lado, a cidade republicana será o produto de um homem novo, formado no seio de instituições libertas do espírito jesuítico e monárquico; por outro lado, a organização de uma educação republicana só se poderá fazer no seio de uma sociedade nova.[16]

A principal vertente da formação do homem novo republicano assentava na introdução de uma área de formação cívica na escola primária, com a qual se pretendia reforçar o aspecto laico e mesmo anticlerical do ensino[17], apesar das declarações de neutralidade presentes nos textos legais. A persecução destes objectivos era concretizada não só no âmbito curricular, através de disciplinas específicas, como também no extracurricular, através de várias cerimónias e instituições. A preocupação com esta área de formação na política educativa republicana reflecte a ideia da importância da função da escola na formação do cidadão capaz de integrar uma nova ordem social. Para os republicanos, a escola foi um dos critérios do civismo, como se depreende do regime eleitoral que afastava do sufrágio os analfabetos e as mulheres, o que nos remete para um projecto político-social burguês que consignava diferentes níveis de cidadania, sendo os cidadãos activos uma minoria no conjunto da população. A educação cívica pretendia formar cidadãos que se manifestassem no sentido de manter as instituições republicanas, pelo que a formação para a cidadania, mais do que procurar desenvolver a autonomia pessoal, tornar-se ia numa forma de doutrinação pretendendo pôr a escola ao serviço da reprodução da ordem estabelecida.



A introdução de uma nova disciplina no currículo — a educação cívica — com objectivos muito próximos da inculcação de valores, e também de alguns cultos cívicos como rituais simbólicos de uma pretendida nova religiosidade cívica — o culto da pátria, da bandeira e dos grandes heróis — constituíram os principais contributos para a concretização dos objectivos republicanos nesta área. O nacionalismo e o patriotismo, ideais mobilizadores destes cultos, eram explorados também através dos programas de algumas disciplinas, como a História e a Geografia[18].

Entre os cultos mais divulgados encontrava-se a festa da árvore, lançada em Março de 1913 pelo semanário *O Século Agrícola*, que obteve entusiástica adesão das entidades republicanas e do professorado primário, tornando-se numa das cerimónias cívicas mais importantes no quotidiano escolar, impregnada de inequívocas implicações maçónicas e herdeira directa, mais uma vez, da religiosidade cívica da França revolucionária[19]. Estas festas, embora já existissem na Monarquia (as primeiras foram realizadas em 1907, promovidas pela Liga Nacional de Instrução, associação ligada ao republicanismo e à maçonaria) só após a implantação da República receberam um notório incremento, tendo-se generalizado desde 1913. A partir de 1916, porém, entraram em declínio, e nem mesmo o impulso de que foram alvo em 1923, por iniciativa do então ministro da Instrução João Camoesas, conseguiu inverter a situação.

Os batalhões escolares constituíram outro dos meios da educação cívica republicana. Os exercícios militares na escola tiveram origem em França, durante a Revolução, mas alcançaram maior difusão com a Terceira República. Em Portugal, foram introduzidos em 1881, por iniciativa dos republicanos, na Escola Primária n.º 1 Elias Garcia, mas foram extintos em 1892. Em 1907, houve uma tentativa de recuperação por João Franco, com o objectivo de assegurar mais eficazmente a defesa nacional e também com intuitos morais e cívicos, mas a legislação que os criava não chegou a entrar em vigor. Proclamada a República, logo em 26 de Outubro de 1910, foi nomeada uma comissão presidida por João de Barros com o fim de elaborar um regulamento de instrução militar preparatória.

O Regulamento da Instrução Militar Preparatória[20] previa dois graus para a educação militar e patriótica. No primeiro grau, que abrangia os alunos entre os sete e os 16 anos, incluía as disciplinas de educação cívica, ginástica, canto coral e preparação militar. Estas

actividades deveriam realizar-se duas vezes por semana, entre Outubro e Julho, em todas as paróquias e concelhos, junto das escolas, quartéis ou campos de instrução militar e seriam ministradas por professores em colaboração com instrutores militares. Em 1912, por portaria de 1 de Junho, foram criadas as Sociedades de Instrução Militar Preparatória, com o objectivo de preparar bons cidadãos para defender a pátria, desenvolver o corpo e ensinar princípios cívicos.

A entrada dos instrutores militares nas escolas não foi pacífica. Muitos foram os pedagogos que criticaram estas medidas. Entre os mais críticos encontrava-se Adolfo Lima, que considerava que as mesmas revelavam uma profunda incompreensão do que era a criança, o adolescente e mesmo a vida, pois achava um erro fazer na escola a preparação do soldado. Para este pedagogo, os batalhões escolares eram um grave atentado e uma monstruosidade pedagógica.

## O ensino primário

Ao chegar ao poder, em 1910, os republicanos encontraram uma realidade educativa que nos afastava da maioria dos países europeus. As taxas de analfabetismo rondavam os 75,1 por cento na totalidade, sendo de 81,2 por cento para as mulheres. Perante tal situação, o combate ao analfabetismo impunha-se como objectivo prioritário. Optou-se pelo recurso às chamadas Escolas Móveis, que, criadas pela Monarquia em 1882 para divulgar a utilização do Método de João de Deus na aprendizagem da leitura, tinham realizado entre, 1882 e 1897, 73 missões, de que resultaram 2004 alunos aprovados, num total de 5797 inscritos[21]. Neste campo, os números referentes ao idêntico movimento republicano não têm comparação, pois, segundo José Salvado Sampaio, entre 1913 e 1930 teriam frequentado este ensino 200 mil alunos, dos quais obtiveram aproveitamento cerca de cem mil[22]. Como nos diz António Nóvoa, «a concepção destas escolas baseia-se em pressupostos "redutores" e "voluntaristas": por um lado, porque restringem as aprendizagens escolares à alfabetização, abrindo um precedente de que o Estado Novo se apropriará abusivamente em 1931 para criar os postos de ensino; por outro lado, porque valorizam na contratação do pessoal docente a lealdade política e ideológica em detrimento de critérios técnico-profissionais»[23]. As escolas móveis foram um importante veículo da propaganda republicana, e, a crer num testemunho coevo, era injusta a crítica que lhes era movida pelas organizações associativas dos professores primários sobre a deficiente preparação dos seus docentes.



*Habilitações dos professores das escolas móveis (ano de 1916)*[24]

| Habilitações | Número |
|---|---|
| Cursos Superiores | 2 |
| Curso dos Liceus e cadeiras da Universidade | 5 |
| Curso das Escolas Normais | 75 |
| Curso de Teologia | 15 |
| Professores de Ensino Livre | 55 |
| Curso dos Liceus | 3 |
| Curso dos Liceus incompleto | 23 |
| Curso de Farmácia | 1 |
| Curso de Regente Agrícola | 1 |
| Terceiro ano da Faculdade de Direito | 2 |
| Professores de escolas fixas | 5 |
| Professores de Ensino Livre (não inscritos com o 2.º grau) | 54 |
| Curso de Comércio | 2 |
| Segundo ano da Escola Normal | 1 |
| Total | 244 |

A par das Escolas Móveis, o Estado apostou na expansão da rede escolar primária, mas apesar de um relativo crescimento não conseguiu atingir a desejada cobertura de todo o país. Continuaram a existir, principalmente no interior, muitas regiões sem escolas, e as condições materiais do parque escolar também não obtiveram uma considerável melhoria. Entre 1910 e 1919, foram criadas cerca de 666 escolas (passou-se de 6347 para 7013), mas, em funcionamento, os números variaram entre 5305 em 1910, e 6585 em 1919, o que corresponde a um aumento percentual de 24,1 por cento.

A reforma de 1911 criou dois ciclos para o ensino primário: o ensino primário elementar, com a duração de três anos, e o ensino primário complementar, com a duração de cinco anos, mas manteve a obrigatoriedade escolar apenas para os três primeiros anos de ensino[25]. Apesar de limitada, a escolaridade não foi efectivamente cumprida. Assim, em 1910, de 629 691 crianças recenseadas, apenas se matriculam 271 830, isto é, cerca de 43 por cento das crianças em

idade escolar, e dessas só frequentaram regularmente 235 771 (86,7 por cento das matriculadas). Em 1919, de 1128 100 crianças recenseadas, matricularam-se 289 605 o que nos dá uma percentagem ainda inferior — 25,7 por cento —, com uma frequência regular de 243 822 (84,2 por cento das matrículas), números que parecem contrariar o empenho dos republicanos na causa educativa[26].

Da mesma maneira, o combate ao analfabetismo não revelou os resultados esperados, pois a diferença percentual entre 1910 e 1920 viria a cifrar-se em apenas 4,2 pontos (passa-se de 75,1 por cento em 1911, para 70,9 por cento em 1920)[27]. Os republicanos procuravam justificação para o falhanço do cumprimento da escolaridade obrigatória nos problemas decorrentes das dificuldades atravessadas pelo país no período da Primeira Guerra Mundial. Ora, se verificarmos as estatísticas, o número de alunos matriculados entre 1915 e 1919 regista uma diminuição constante, passando de 342 763 para 289 605, o que corresponde a uma diminuição percentual de 15,5 por cento[28].

A dura realidade dos números não impediu que na reforma de 1919 se propusesse um aumento geral do ensino primário. Os dois ciclos passaram a denominar-se como geral, com cinco anos, e superior, com três anos. A escolaridade obrigatória era agora de cinco anos, medida totalmente irrealista, tendo em conta a chaga estrutural que o trabalho infantil representou na nossa contemporaneidade.

Um outro aspecto importante da política educativa republicana foi a criação do ensino primário superior.

> Trata-se de uma das mais significativas medidas legislativas da República que poderia ter sido a escola-tipo que devia realizar entre nós o regime da *escola única* — escola activa, de ensino integral, de cultura e de trabalho de pré-aprendizagem profissional — escola-oficina, ou escola-granja, conforme a região.[29]

O ensino primário superior teve uma existência bastante atribulada e, em 1924, António Sérgio, numa política de contenção de despesas, suprimiu todas as escolas primárias superiores criadas pelo Estado, permitindo apenas que se mantivessem em funcionamento as que «fossem directamente providas pelos municípios ou pelas juntas gerais dos distritos»[30]. O decreto de extinção abrangeu 51 escolas, frequentadas por 2311 alunos, dos quais 1338 eram raparigas[31]. Ainda que pouco tivessem durado, as escolas primárias superiores constituíram



uma iniciativa pedagogicamente avançada no sentido de uma efectiva democratização do ensino.

## O ensino secundário

Apesar da acérrima crítica movida pelos republicanos contra a organização escolar instituída por Jaime Moniz em 1894-1895[32], uma vez no poder, a República pouco inovaria em termos de ensino secundário. A despeito dos antigos partidários das disciplinas independentes, os planos de ensino continuaram a basear-se no regime de classe, publicando-se até alguma legislação no sentido de o favorecer[33].

A primeira reforma do ensino secundário elaborada por um Governo republicano data de 14 de Julho de 1918 e foi publicada em ditadura, durante o consulado de Sidónio Pais, pelo seu ministro Alfredo de Magalhães. O preâmbulo realçava que os governos da República não tinham ainda procedido a uma reforma do ensino liceal que se tornava urgente actualizar.

O plano não apresentava grandes inovações[34]. Não alterou o regime de classe estabelecido em 1895 pela Monarquia, e representava até um regresso à divisão por ciclos então proposta por Jaime Moniz[35]. Os acontecimentos políticos condenaram de imediato a aplicação desta reforma, e em 1919 promulgava-se mais uma reforma do ensino secundário que, como seria de esperar, não era motivada por quaisquer objectivos pedagógicos ou científico-culturais, mas resultava da conjuntura política, limitando-se, por isso, a repor, com leves arranjos curriculares, a situação anterior. Esta reforma e a que se lhe seguiu, em 1921, não alteraram o tipo de ensino enciclopédico que caracterizou o ensino liceal, desde a sua criação até aos anos 30 do nosso século, quando Gustavo Cordeiro Ramos e Carneiro Pacheco mudaram significativamente o rumo da instrução portuguesa ao acentuarem o papel ideológico da educação, sobrepondo a inculcação de valores à transmissão de conhecimentos.

Apesar da pouca atenção prestada pelo Governo da República ao ensino secundário, verificou-se nesta área um crescimento mais acentuado do que o que ocorreu no ensino primário. Assim, se em 1910 se poderiam contar 8691 alunos matriculados, em 1926 esse número subia para 15 096, o que aponta para um crescimento percentual de 42,4 por cento[36]. Apesar de também se ter verificado um ligeiro decréscimo

durante o período da Grande Guerra, o acentuado crescimento do ensino secundário será mais uma achega para a caracterização social da Primeira República como fenómeno urbano e pequeno-burguês.

Quanto ao ensino técnico e profissional: sendo um dos temas mais caros da propaganda republicana durante a Monarquia, também não mereceu da República a atenção que seria de esperar. Em 1918, o ensino técnico e profissional foi reorganizado, passando a ser ministrado nos seguintes estabelecimentos de ensino: Escolas de Artes e Ofícios, Escolas Industriais, Escolas Preparatórias e Instituto Superior Técnico, para o ensino industrial, Aulas Comerciais, Escolas Comerciais, Institutos Comerciais e Instituto Superior do Comércio, para o ensino comercial[37]. Também neste nível de ensino se assistiu a um notável crescimento, passando-se de 8169 alunos em 1914-15 para 13 085 em 1925-26[38].

## O ensino superior

O ensino superior foi um dos sectores educativos a que a República prestou mais atenção[39]. Neste caso, não foram apenas as razões pedagógicas que moveram os legisladores, mas também as razões de ordem política, se tivermos em conta posteriores acontecimentos ligados à Universidade de Coimbra e ao seu corpo docente. Tornava-se necessário acabar com o quase monopólio que a Universidade de Coimbra exercia no ensino superior. A luta que se iniciara no século XIX obtivera apenas resultados bastante modestos, a atentar nos estabelecimentos de ensino superior criados em Lisboa e no Porto, que nunca conseguiram anular a primazia de que Coimbra usufruía. No artigo 1.º do decreto de 22 de Março de 1911, afirmava-se: «No território da República, além da Universidade de Coimbra já existente, são criadas mais duas Universidades — uma com sede em Lisboa e outra no Porto.»[40] Nada se acrescentava sobre a organização universitária, que o legislador remetia para futuros documentos. Em 19 de Abril, seria então publicado o primeiro diploma que organizava as universidades portuguesas, a que se seguiu um conjunto de legislação que veio a alterar por completo a estrutura do ensino superior herdada da Monarquia.

A maior oferta universitária e a completa reestruturação deste sector viriam a provocar um considerável aumento na frequência do



ensino superior, que de um total de 1212 alunos, em 1911-2, passou para um total de 4117, em 1925-6, ocorrendo, neste caso, um crescimento de 239 por cento[41].

O crescimento percentual nos ensinos superior e secundário foi muito mais elevado do que o que se verificou no ensino primário, o que revela a tendência para a procura de níveis mais altos de escolaridade pelas classes média e superior. O elevado número de alunos que abandonavam a escolaridade ao finalizar os graus primário e secundário é, por outro lado, o reflexo do estrangulamento do sistema de ensino português, que se manteve fortemente elitista.

## O crescimento do ensino feminino

A aceleração contínua do crescimento do ensino feminino nos diversos níveis — primário, secundário, técnico e profissional e superior — constituiu sem dúvida uma das transformações educativas que caracterizaram o século XX. O processo, que se iniciara no princípio do século, prolongou-se e afirmou-se no período republicano[42].

O crescimento do ensino feminino verificou-se mais como resultado do desenvolvimento social e económico e da acção de diversas associações femininas, com relevo para a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, do que pela existência de uma estratégia de política educativa favorecedora da instrução da mulher. Neste caso, como no crescimento do ensino em geral, foram também as classes médias as protagonistas da mudança. Num estudo sobre o primeiro liceu feminino, o maior grupo profissional representado na amostra dos pais das alunas era, «o dos "artífices", designação algo ambígua (24 por cento), seguindo-se o dos comerciantes (15 por cento) e o dos militares (11 por cento), enquanto abaixo dos dez por cento se sucediam funcionários públicos, trabalhadores, polícias, empregados do comércio, transportes e serviços marítimos»[43]. Como se verifica, trata-se de uma distribuição profissional em que o sector primário está completamente ausente e onde o sector terciário tem um peso que ronda os 75 por cento. Também aqui o fenómeno se revelou urbano e burguês.

As percentagens de mulheres a frequentar o ensino foram subindo gradualmente. Assim, no ensino primário entre 1910 e 1919, verificou-se um crescimento de 15 por cento no número de alunas

matriculadas, mas a subida percentual em 1915, antes de se sentirem os efeitos da conjuntura de guerra, chegara a atingir os 35 por cento[44]. No ensino secundário, entre 1910 e 1926, registou-se um aumento de 32 por cento no número de alunas dos liceus[45].

O ensino superior não apresentou o mesmo ritmo de crescimento do ensino feminino em todas as universidades. Como seria de esperar, o fenómeno começou por se verificar primeiro em Lisboa, seguindo-se-lhe o Porto e, só mais tarde Coimbra, sempre numa escala inferior. Oliveira Marques[46] reconstituiu a presença feminina nas diferentes universidades. Em Lisboa, em Ciências, entre 1915 e 1920, mais de dez por cento das alunas eram do sexo feminino, percentagem que subia em Letras para 22 por cento, em 1915-16, chegando a atingir 35 por cento em 1919-20. Medicina contava apenas com quatro alunas no ano que antecedeu a guerra, e Direito mantinha uma média de dois por cento do total de matrículas.

No caso de Coimbra, a presença feminina só ultrapassou a dezena em 1912-13 (11 alunas). Em 1915-6, as mulheres representavam 3,1 por cento da população estudantil e em 1926-7 a percentagem atingiu os 6,4 por cento do total, números bem mais modestos do que o que ocorria em Lisboa e que apontam para um maior conservadorismo da academia coimbrã.

## A instrução popular

Uma das obras mais inovadoras a que a República deu corpo no campo educativo foi o forte impulso concedido à causa da instrução popular[47], através de associações que assumiram, em geral, o carácter de universidades populares. «De finalidade educativa, mas com uma função social de integração ou regulação, estas instituições são promovidas ou têm a colaboração das elites intelectuais e surgem de um universo ideológico marcado por ideias de democracia política e reformismo social, cujo horizonte se determina na formação, consolidação e revitalização do estado republicano.»[48]

Os intelectuais que apostaram e deram corpo a este modelo de educação alternativa encontravam-se em grande número ligados à Maçonaria. Além das ligações republicanas, também existiram outras influências no movimento, nomeadamente anarquistas, em tentativas conjuntas ou isoladas, embora nem sempre bem-sucedidas.



A instrução popular dirigia-se em especial a adultos e recrutava o seu público fundamentalmente no meio operário. Muitos dos mais prestigiados intelectuais e pedagogos republicanos estiveram ligados a estas associações educativas. Entre outros, destacamos Teófilo Braga, Ricardo Jorge, Casimiro de Moura, Magalhães Lima, Aurélio da Costa Ferreira, que exerceram acção preponderante na Universidade Livre para a Educação Popular, entre 1911 e 1917, e Ferreira de Macedo, Adolfo Lima, Raul Proença, Bento de Jesus Caraça, Faria de Vasconcelos, Jaime Cortesão, António Sérgio, Alexandre Vieira, que prestaram especial colaboração à Universidade Popular Portuguesa entre 1919 e 1927.

A vida escolar nestas instituições tinha uma natureza muito particular. «A conferência ou palestra livre, os cursos subordinados a um tema ou a uma disciplina, a biblioteca, as visitas de estudo e as excursões foram os meios mais vulgarizados, havendo ainda lugar para a utilização de outros suportes educativos, como a projecção de filmes, a dramatização de textos, a organização de festas comemorativas e sessões musicais.»[49]

## A profissão docente

A formação de professores do ensino primário e a melhoria do seu estatuto socioprofissional, pode afirmar-se, foram preocupações da República, o que não é de estranhar se tivermos em conta que, por um lado, o anticlericalismo da República passaria a atribuir ao professor funções importantíssimas, algumas até então reservadas aos padres e, por outro lado, os progressos efectuados rumo a uma pedagogia de base científica e experimental faziam prever um maior investimento nesta área de formação.

Um dos aspectos mais visíveis dessa preocupação residiu no estímulo concedido à formação de professores tanto ao nível primário como secundário. Também aqui, como em outros sectores pedagógicos, a obra republicana se situa mais numa posição de continuidade e aperfeiçoamento daquilo que já se praticava nos finais da Monarquia do que na opção por soluções de ruptura. Desde o início do século (1901) que, por proposta de Jaime Moniz, na reforma do Curso Superior de Letras, tinham sido introduzidas disciplinas de ciências da educação, nomeadamente pedagogia, história da pedagogia e da

metodologia do ensino[50]. A disciplina de pedagogia deveria compreender no seu programa as bases psicológicas da educação. Também nos últimos anos da Monarquia se tinha assistido a projectos de deslocação de consagrados pedagogos ao estrangeiro no sentido de tomarem contacto com modernas metodologias de ensino em algumas escolas inseridas no movimento da «Escola Nova».

Uma vez no poder, os republicanos continuaram as tendências que se vinham verificando e, logo na reforma de ensino de 1911, criaram as faculdades de letras e as escolas normais superiores, destinadas a preparar para a docência do ensino secundário. A nível do ensino primário, também se procurou uma melhoria da formação dos docentes pela introdução de disciplinas como pedagogia geral, metodologia do ensino primário e pedologia[51].

Entre 1910 e 1918 não se procedeu a uma reforma de fundo nas antigas escolas normais herdadas da Monarquia. As alterações conjunturais efectuadas visavam sobretudo objectivos políticos — formar professores republicanos — e não tanto introduzir mudanças profundas de orientação científica na formação de docentes. Em 1918-9, procedeu-se a uma completa reestruturação dos cursos normais, que passaram a ter um carácter mais profissionalizante, acentuando o peso das disciplinas de formação pedagógica e didáctica, em moldes científicos e experimentais, em detrimento dos outros saberes. Esta mudança implicava uma maior exigência nas habilitações de acesso. Uma característica deste novo tipo de formação residia na atenção que era prestada a disciplinas de carácter técnico, à música, ao canto coral e à ginástica pedagógica.

António Nóvoa realça o facto de a primeira geração de professores genuinamente republicanos, isto é, formados de início por instituições escolares republicanas, não terem praticamente chegado a desempenhar funções no sistema de ensino criado pela República, porque, diplomados numa situação em que grassava o desemprego na classe, dificilmente encontrariam lugar nas escolas do Estado[52].

O nível socioeconómico do professorado primário subiu efectivamente durante a República, pois não só se verificou, até 1922, um crescimento contínuo dos salários reais, como o discurso oficial lhes atribuía uma missão social da mais alta importância. Deve realçar-se ainda que as organizações de classe alcançaram grande vitalidade na época, não só em termos reivindicativos como em termos científicos, promovendo diversos congressos pedagógicos.



A ideologia republicana foi profundamente marcada pela crença no papel indispensável da educação e do ensino para a construção do «homem novo» e de uma nova sociedade. Em termos de inovação educativa[53], dentro do sistema oficial, assistiu-se à elaboração de novas propostas reformadoras, de uma nova concepção face ao papel da escola e à construção de um pensamento pedagógico inovador cientificamente fundamentado. Fora da educação do Estado, também foi possível encontrar várias realizações que construíram novos modelos alternativos, com relevo para a educação libertária. Por outro lado, foi possível concretizar algumas experiências de educação popular que, apesar de por vezes efémeras, não deixaram de ter um significado pedagógico relevante.

Convém não esquecer, porém, que o movimento para a modernidade não se iniciou na República. Essa viragem já se vinha anunciando desde a Monarquia, pelo que se pode considerar que as realizações educativas durante o regime republicano foram marcadas pela continuidade com o movimento que se iniciara na última década do século XIX, mais do que pela busca de soluções de ruptura. Neste aspecto, a aposta na educação cívica como base do futuro cidadão foi a principal inovação que marcou a originalidade da escola republicana.

A Primeira República foi atravessada por convulsões políticas e crises económicas, vicissitudes que estão na origem da modéstia dos resultados de muitas das realizações educativas republicanas, embora se possa considerar que o balanço foi positivo.

## Notas

1 Basílio Teles, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro,* Lisboa, Portugália Editora, 1968, p. 78

2 *In* A.H. de Oliveira Marques (dir. e coord. vol.) e Joel Serrão (dir.), *Nova História de Portugal,* vol. XI, *Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Editorial Presença, 1991. O papel educativo dos centros republicanos, bem como o seu peso na alfabetização e na cultura cívica dos cidadãos, ainda não foi estudado entre nós e não será despiciendo realçar a importância de uma investigação sobre a actividade cultural das diversas associações republicanas, nas duas últimas décadas do século XIX, para a compreensão do fenómeno do republicanismo e do papel da educação na formação do seu ideário.

3 Cf. Rogério Fernandes, *Uma Experiência de Formação de Adultos na Primeira República. A Universidade Livre para a Educação Popular 191-1917*, Lisboa, C.M.L.1993, p.10. Discorrendo sobre o assunto, o autor afirma: «Tratava-se de uma instituição claramente propagadora da ideologia republicana, com fortes conotações maçónicas a atentar nos principais colaboradores.»

4 Entre as excepções, realçamos Sampaio Bruno, Raul Proença, que publicou alguns artigos pedagógicos com o título geral de «O ensino» no jornal *Heraldo* de Tavira entre 1906 e 1907, e Bernardino Machado, cujas propostas pedagógicas ultrapassaram as posições meramente positivistas.

5 Como já se afirmou, embora o ideário republicano esteja muito marcado pelo positivismo, não podemos identificar a pedagogia positivista com republicanismo, pois também no campo monárquico havia propostas de renovação pedagógica de carácter positivista, como era o caso de Ramalho Ortigão, entre outros.

6 Emídio Garcia, «Instrução secundária em Portugal», *O Positivismo*, Lisboa, 1880, p. 468

7 *Idem*, *ibidem*, p. 488.

8 Rogério Fernandes, *Bernardino Machado e os Problemas da Instrução Pública*, Lisboa, Livros Horizonte, 1985.

9 *Idem*, *A Pedagogia Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, Biblioteca Breve, 1979, pp. 111-120.

10 *Idem*, *ibidem*, pp. 43-110.

11 *Idem*, *ibidem*, pp. 131-136.

12 *Idem*, *As Ideias Pedagógicas de Adolfo Coelho*, Lisboa, Instituto Gulbenkian da Ciência, 1973.

13 *Idem*, *João de Barros, Educador Republicano*, Lisboa, Livros Horizonte, 1971.

14 António Candeias, *Educar de Outra Forma: A Escola Oficina n.º 1 de Lisboa, 1905-1930* (texto policopiado), Porto, 1992, p. 31.

15 Veja-se Rogério Fernandes, *O Pensamento Pedagógico em Portugal*, *ibidem*, p. 126.

16 António Nóvoa, «A República e a escola: das intenções generosas ao desengano das realidades», *Reformas de Ensino em Portugal. Reforma de 1911,* Lisboa, I.I.E., 1989, p. X.

17 A este respeito, veja-se Joaquim Pintassilgo, *República e Formação de Cidadãos. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Colibri, 1998.

18 Sobre os ideais nacionalistas e patrióticos transmitidos através dos programas da disciplina de História, veja-se Sérgio Campos de Matos, *História, Mitologia, Imaginário Nacional. A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.



19 Sobre a festa da árvore, veja-se Joaquim Pintassilgo, *ibidem*, pp. 112-121.

20 Publicado no *Diário de Governo* de 26/5/1911.

21 Cf. Maria Cândida Proença, *A Reforma de Jaime Moniz. Antecedentes e Destino Histórico,* Lisboa, Colibri, 1997, pp. 121-122.

22 Cf. José Salvado Sampaio, «Escolas móveis — contribuição monográfica», *Boletim Bibliográfico e Informativo*, Lisboa, C.I.P. Gulbenkian, n.º 9, 1969, pp. 9-28.

23 António Nóvoa, «A República e a escola: das intenções generosas ao desengano das realidades», *Reformas de Ensino em Portugal. Reforma de 1911,* Lisboa, I.I.E., 1989, p. XI.

24 Fonte: Abílio David, *Escolas Móveis,* pp. 49-50.

25 *In* «Regulamento do Ensino Primário», capítulo I, Artigo 1.º, Cf. *Reformas de Ensino em Portugal. Reforma de 1911,* Lisboa, I.I.E., 1989, p. 6.

26 Utilizámos nos cálculos dados obtidos em *Ensino Primário Oficial. 1910 a 1915,* Lisboa, Imprensa Nacional, 1919, e *Ensino Primário Oficial. Anos Lectivos de 1915-16 a 1918-19*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1923.

27 Utilizámos para os nossos cálculos os *Censos da População*, nos anos indicados. Suprimindo os menores de sete anos, os números descem respectivamente para 70 por cento e 66 por cento. Sobre alfabetização neste período, pode consultar-se Rui Ramos, «Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à história da alfabetização no Portugal contemporâneo», *Análise Social*, n.º 103-104, Lisboa, ICS, 1988, pp. 1067-1145.

28 Continuamos a utilizar os dados estatísticos referidos na nota 26.

29 António Nóvoa, «A República e a escola: das intenções generosas ao desengano das realidades», *Reformas de Ensino em Portugal. Reforma de 1911,* Lisboa, I.I.E., 1989, p. XVI. O autor cita em parte Adolfo Lima, «Escolas primárias superiores», *Educação Social*, n.º 12, de 15 de Dezembro de 1926, p. 393.

30 Rogério Fernandes, «António Sérgio, ministro da Instrução Pública», *Revista de História das Ideias*, vol. 5, Coimbra, 1983, p. 642.

31 *Idem*, *ibidem*, p. 643.

32 Veja-se Maria Cândida Proença, *A Reforma de Jaime Moniz. Antecedentes e Destino Histórico*, Lisboa, Colibri, 1997.

33 A Portaria de 9 de Dezembro de 1913 enviava aos liceus determinações para que os professores directores de turma da mesma classe reunissem, com frequência, para imprimir unidade ao ensino, e para que os professores do mesmo grupo de disciplinas promovessem reuniões para discutirem os métodos de ensino. Documentos que também procuravam organizar de forma mais eficiente o ensino em classe foram ainda o decreto n.º 858, de 11 de Setembro de 1914, seguido de uma portaria normativa de 21 do mesmo mês.

34 A principal inovação a nível curricular e programático residia na adopção do método regressivo no ensino da História.

35 Divisão em duas etapas: curso geral e curso complementar. O curso geral, com a duração de cinco anos, era dividido em dois ciclos: o 1.º ciclo, com dois anos, e o 2.º ciclo, com três anos. O 6.º e 7.º anos constituíam o curso complementar.

36 Cf. A.H. de Oliveira Marques (dir. e coord. vol.) e Joel Serrão (dir.), *ibidem*, p. 539. O ensino secundário durante a República ainda não foi objecto de um estudo aprofundado. Neste ponto, a obra de referência ainda continua a ser Vasco Pulido Valente, «O Estado liberal e o ensino», *Economia e Finanças*, vol. XL, 1972.

37 Cf. Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, p. 696.

38 Dados obtidos em António Nóvoa, «A República e a escola: das intenções generosas ao desengano das realidades», *Reformas de Ensino em Portugal. Reforma de 1911,* Lisboa, I.I.E., 1989, p. XXV. Tal como para o ensino liceal, também nos faltam estudos para o ensino técnico e profissional durante o período republicano.

39 Salvo casos esporádicos, o ensino superior não tem merecido a atenção dos historiadores da educação. Ainda não está feita a história da universidade portuguesa, apesar de existirem esforços nesse sentido que estão a ser levados a cabo, fundamentalmente, no que se refere à Universidade de Coimbra.

40 *In Reformas de Ensino em Portugal. Reforma de 1911,* Lisboa, I.I.E., 1989, p. 104.

41 Os dados referentes aos anos de 1911 e 1925 foram obtidos em António Nóvoa, «A República e a escola: das intenções generosas ao desengano das realidades», *Reformas de Ensino em Portugal. Reforma de 1911*, Lisboa, I.I.E., 1989, p. XXVIII.

42 Veja-se a este respeito Maria da Graça Bretes, *O Discurso sobre a Educação Sexual em Portugal (do Início do Século XX até à Deriva de Trinta do Mesmo Século)*, Lisboa, FCSH da UNL, 1989 (dissertação de mestrado policopiada); Maria José La Fuente, *O Ensino Secundário Feminino. Os Primeiros Vinte Anos da Escola Maria Pia*, Lisboa, FCSH da UNL, 1989 (dissertação de mestrado policopiada); Paulo Jorge Alves Guinote, *Quotidianos Femininos (1900-1933)*, Lisboa, FCSH da UNL, 1985 (dissertação de mestrado policopiada).

43 Paulo Jorge Alves Guinote, *ibidem*, p. 56, onde se apresenta dados recolhidos em Maria José La Fuente, *ibidem*.

44 Dados obtidos nas *Estatísticas Oficiais do Ensino Primário.*



45 A.H. de Oliveira Marques (dir. e coord. vol.) e Joel Serrão (dir.), *ibidem,* p. 539.

46 *Idem, ibidem,* pp. 571-573.

47 Além do já referido estudo de Rogério Fernandes, *Uma Experiência de Formação de Adultos na Primeira República. A Universidade Livre para a Educação Popular 1916-1917*, Lisboa, CML, 1993, veja-se também Filomena Bandeira, *A Universidade Popular Portuguesa nos Anos 20. Os Intelectuais e a Educação do Povo: Entre a Salvação da República e a Revolução Social*, Lisboa, FCSH da UNL, 1994 (dissertação de mestrado policopiada). Apesar destas contribuições, trata-se de um campo ainda pouco problematizado entre nós.

48 Filomena Bandeira, *ibidem,* p. 4.

49 Filomena Bandeira, *ibidem*, pp. 4-5.

50 Decreto de 24 de Dezembro de 1901, artigo 6.º, parágrafo 2.º.

51 Cf. Rogério Fernandes, *ibidem*, p. 17.

52 Cf. António Nóvoa, «A República e a escola: das intenções generosas ao desengano das realidades», *Reformas de Ensino em Portugal. Reforma de 1911,* Lisboa, I.I.E., 1989.

53 Tomamos aqui inovação na acepção de Rogério Fernandes em «História das inovações educativas (1875-1936), *História da Educação em Espanha e Portugal. Investigações e Actividades*, Lisboa, I.I.E., 1993, pp. 157-170.

# A política financeira

*Maria Eugénia Mata*

A política financeira da Primeira República Portuguesa foi profundamente condicionada pela situação orçamental herdada da Monarquia Constitucional e pela decisão política de participação na Primeira Guerra Mundial. Por outro lado, pode dizer-se também que condicionou seguramente a duração do regime, sendo por isso um aspecto crucial para o estudo e entendimento dos breves 16 anos da Primeira República portuguesa, entre 1910 e 1926.

Apesar das críticas da República à política financeira da Monarquia e dos propósitos largamente anunciados do novo regime para o saneamento das dificuldades do país através de uma política financeira clássica de equilíbrio das contas públicas, não pode dizer-se que a persecução dessa política tenha sido uma característica sistemática da Primeira República portuguesa ou que este tenha sido o aspecto essencial dos seus governos[1]. As críticas à política financeira da Monarquia haviam sido uma marca da ideologia e do discurso político republicanos. Essas críticas atingiam todos os partidos monárquicos, uma vez que a persistência do desequilíbrio das contas ocorrera em todos os governos, e também a Casa Real e os seus gastos. Com efeito, estes gastos eram considerados excessivos, em virtude de frequentemente ultrapassarem as dotações orçamentais que eram atribuídas aos membros da família real pelo Parlamento, através do sucessivo pedido de adiantamentos, sempre concedidos pelos ministros da Fazenda.

Quando a revolução de 5 de Outubro de 1910 pôs fim à Monarquia portuguesa de quase oito séculos, o país debatia-se com graves dificuldades nas finanças públicas, em resultado das políticas da Monarquia Constitucional da segunda metade do século xix. A persistência dos défices públicos era uma característica das contas públicas, apesar de uma vasta retórica parlamentar e governamental sobre a necessidade

de cumprir os princípios de absoluto respeito pelo equilíbrio entre receitas e despesas públicas, de modo a não prejudicar a disponibilidade de meios e recursos financeiros de que as actividades económicas careciam e a não gerar efeitos de evicção desses recursos por parte do Estado central.

Ausente do regime monetário do padrão-ouro desde 1891, a credibilidade do país estava diminuída, pois não se garantia a convertibilidade da circulação fiduciária nem era automaticamente estável a taxa de câmbio, que apresentava antes uma tendência para uma desvalorização da unidade monetária nacional, o real[2]. A depreciação do real tornara ainda mais pesada a necessidade de cumprimento com os encargos da dívida pública externa. Esta tinha sido convertida em 1902, após longas negociações com os credores depois da bancarrota de 1892, a qual desacreditara por completo o Estado português nos mercados financeiros internacionais, em virtude do desrespeito parcial pelos compromissos que este assumira relativamente ao pagamento dos juros e à amortização da dívida pública, que fora contraída por empréstimos externos ao longo de décadas. O fracasso no cumprimento de pagamento dos seus encargos em 1892, por decisão governamental de suspensão do pagamento das amortizações e redução do pagamento dos juros a 1/3, explica o arrastamento e a dificuldade que houve nas negociações com os credores.

É claro que as dificuldades da dívida pública traduziam as dificuldades de as receitas fiscais acompanharem as despesas públicas, por um lado, e reflectiam também a tendência geral que se verificava por toda a Europa, neste período, de aumento do peso do Estado na economia nacional. Portugal, deste ponto de vista, não era excepção. Este facto, que o economista Wagner enunciou como lei, foi também um constrangimento à governação republicana. Com efeito, a definição de funções para o Estado obriga ao uso de recursos e leva portanto a despesas públicas, cujo financiamento tem de ser encontrado à custa de impostos dos contribuintes ou de outras receitas.

O desafio financeiro para o novo regime republicano era portanto claro. Em matéria de política financeira, e tal como longamente defenderam os republicanos ao longo da fase final da Monarquia, havia que alcançar e respeitar o equilíbrio das contas públicas. Tratava-se de um ponto de honra da ideologia e do discurso republicanos, embora houvesse que encontrar os meios financeiros para uma governação



que pretendia levar a cabo um programa político firme e determinado na promoção da cidadania e do aumento do bem-estar na sociedade portuguesa. Eventuais défices que viessem a ocorrer não poderiam ser financiados através de emissões monetárias, pois era por demais conhecido o seu efeito de pressão inflacionista. Sendo a estabilidade dos preços um importante objectivo em si mesmo, o ideário republicano cingia-se ao objectivo da obtenção do equilíbrio das contas públicas sem qualquer hesitação. Toda a acção governativa deveria sujeitar-se a este ponto de honra do programa político da República, chegando por isso a ser aprovada uma «Lei Travão» no Parlamento, em 1913, que impedia os deputados de aprovarem medidas que exigissem despesas sem que fossem previstas as respectivas receitas para o seu financiamento. Presidiu também à governação republicana, desde o início, uma concepção moderna sobre o erário público, que já não assentava na ideia de um Estado patrimonial, onde as rendas e os bens próprios nacionais desempenhassem papel relevante ou contribuíssem significativamente para as receitas públicas. A concepção republicana do Estado levou à substituição do nome do Ministério da Fazenda, que vinha da Monarquia, pelo nome de Ministério das Finanças, que traduz mais a importância da participação dos cidadãos na provisão de bens públicos num Estado fiscal onde cada um contribui de acordo com a sua capacidade.

Não se julgue, contudo, que o programa político tão arduamente defendido pelos republicanos durante a última fase da Monarquia se ficava por estes aspectos. Era mister, de acordo com o Partido Republicano, estimular e alcançar uma verdadeira consciência de cidadania entre os portugueses, que fizesse deles homens e mulheres politicamente conscientes do seu papel no desempenho social, na construção de um futuro melhor e na gestão da «coisa pública». Não se conformavam com a imagem de um país político onde o caciquismo conseguia arrebanhar a votação maciça de dependentes para os actos eleitorais que a Monarquia organizava, mas que eram «eleições feitas» para produzir como resultado a reeleição dos governos no poder, numa sociedade onde 70 por cento da população adulta era analfabeta[3]. Antes, pretendiam alcançar o esclarecimento e a postura empenhada de todos, nas cidades ou nos campos, fruto de uma escolarização e de uma educação cívica que a todos atingisse, independentemente da região, incluindo as mulheres, não só por representarem metade da população, mas também e sobretudo por serem as mães

dos homens e das mulheres do futuro, desempenhando por isso um papel decisivo sobre a educação dos seus filhos, nomeadamente na primeira fase das suas vidas. Por tudo isto, o programa político da República em 5 de Outubro de 1910 perspectivava a necessidade de construção de escolas. Pretendia-se alfabetizar e preparar quadros, dar suporte ou estímulo à leitura e à escrita com uma imprensa livre e educadora das massas, e suspeitava-se da educação em escolas da Igreja ou de orientação clerical, que se associava a ideais tradicionais e monárquicos. Portugal deveria tornar-se uma próspera e respeitada nação a nível internacional. Para o efeito, contava-se com a possibilidade de desenvolver extensos territórios coloniais adquiridos na sequência da Conferência de Berlim em finais dos anos 80, e por isso a promoção do fomento colonial era apontada também como instrumento de expansão de exportações, de crescimento económico e de engrandecimento nacional. A tradução institucional destes aspectos ficou patente na elevação destas funções do Estado à categoria de ministérios, com a criação do Ministério da Instrução Pública e do Ministério das Colónias.

A reforma monetária de 1911 foi fácil de realizar e adoptou o «escudo» como designação para uma unidade monetária portuguesa, definida como equivalente a mil réis (e a 1,625 mg de ouro), para não evocar aspectos emblemáticos da Monarquia na circulação monetária[4].

Pode dizer-se que o objectivo do equilíbrio das finanças públicas foi perseguido desde a conquista do poder, em 5 de Outubro. Para o efeito, o Governo Provisório da República e o seu ministro das Finanças José Relvas lançaram desde logo, em 1911, uma reforma com o objectivo de promover a modernização do sistema fiscal, a justiça fiscal entre os contribuintes e a arrecadação eficiente e ampliada das colectas[5]. Entre outros aspectos, esta reforma transformou a contribuição predial rústica em imposto por quota e agravou significativamente as suas taxas, assim como as da contribuição predial urbana. A reforma fiscal também estendeu a contribuição de registo às heranças para descendentes e tornou-as progressivas, um princípio de justiça social muito debatido no Congresso, que fazia eco dos novos princípios fiscais dominantes noutros países europeus e que aumentava a colecta. A ideia era pedir uma maior taxa de imposto a quem podia pagar mais, de forma a nivelar o sacrifício com os menos abastados, defendendo-



-se assim um carácter mais democrático para o sistema fiscal através da progressividade.

Apurados os montantes dos adiantamentos à família real, também houve preocupações quanto à eficiência do aparelho de Estado herdado da Monarquia para efeito da arrecadação fiscal, por um lado, e da adesão à causa republicana, por outro. Tratando-se em alguns casos de funções muito técnicas e ligadas à contabilidade pública, em que a experiência e as qualificações eram aspectos importantes, foram vivos os debates parlamentares em torno da questão sobre o pessoal do Ministério das Finanças e o director-geral das Contribuições, e sobre a necessidade de os fazer substituir (ou não) por pessoal politicamente fiel ao regime político, para evitar possíveis boicotes.

Os efeitos da reforma fiscal e a contenção de despesas levaram à consecução do almejado equilíbrio das contas públicas. Deve sublinhar-se que o défice vinha diminuindo nos últimos anos da Monarquia, porque, estando o país fora dos mercados internacionais de crédito em virtude da bancarrota e fora do regime do padrão-ouro desde 1890, a credibilidade da economia portuguesa e do Estado português ressentiam-se desse facto. Note-se que até à Primeira Guerra Mundial o padrão-ouro continuava a conferir aos países que lhe pertenciam confiança e credibilidade por parte dos seus parceiros, e continuava a mostrar-se eficiente como regime monetário: facilitava o comércio internacional, assegurava câmbios fixos às unidades monetárias dos países parceiros, tornava fáceis os pagamentos internacionais e a mobilidade de capitais, nomeadamente os fluxos de investimento estrangeiro no quadro da globalização crescente dos finais do século XIX e primórdios do século XX. Portugal, arredado deste contexto em virtude do descalabro das finanças públicas do regime monárquico, abandonara o padrão-ouro em 1891 e acabou por começar a conter o défice público ainda nos anos que antecederam a revolução republicana. Contudo, coube já ao novo regime alcançar o equilíbrio das contas públicas nos anos económicos de 1912-3 e 1913-4, com os ministros das Finanças Afonso Costa e Tomás Cabreira.

Em breve o equilíbrio das contas públicas seria perturbado e tornado impossível como objectivo a manter, em virtude da eclosão da Primeira Guerra Mundial no Verão de 1914. Embora a princípio se contasse com uma guerra curta entre a Áustria e a Sérvia, rapidamente

o sistema de alianças entre países de cada um dos lados oponentes a transformaria num conflito internacional de largo espectro entre as grandes potências europeias da época[6]. O fracasso das primeiras ofensivas na frente ocidental europeia deixou antever que se tratava de um sangrento e duradouro conflito, em virtude do equilíbrio de forças que resultara das alianças político-militares. Assim sendo, o desfecho da guerra teria consequências sérias sobre os impérios coloniais, pois caberia seguramente aos vencedores a oportunidade de se assenhorearem deles. Sendo Portugal um aliado tradicional do Reino Unido, cedo o Governo português entendeu estar em perigo o reconhecimento internacional do império se o país não participasse na guerra. Aliás, o império português fora já secretamente repartido entre o Reino Unido e a Alemanha, na hipótese de uma nova bancarrota portuguesa, em 1913. A participação na guerra permitiria afirmar o regime e marcar posição contra a vizinha Espanha. Havia que proteger rapidamente as fronteiras das maiores colónias em África, devido ao perigo de incursões de tropas alemãs nas fronteiras de Angola (atacada em 1914) e de Moçambique (que chegou a ser parcialmente ocupada), obrigando ao envio de contingentes militares até à rendição da Alemanha, no fim da guerra. A entrada formal na guerra, fruto da requisição dos navios alemães surtos nos portos portugueses, a pedido do Reino Unido, levaria à participação no conflito. A declaração de guerra por parte da Alemanha, em virtude de o Governo português não garantir que os não cederia ao Reino Unido, levou Portugal ao combate nas linhas europeias a partir de 1916, ao lado dos Aliados. Desde 1916, as tropas do Corpo Expedicionário Português lutaram nas trincheiras e no atoleiro em que a frente militar europeia se transformou[7]. Todas as necessidades militares, como o transporte das tropas, seu fardamento e armamento, além do municiamento e manutenção militar, acabaram por acarretar elevadas despesas que, não podendo ser cobertas por receitas públicas, trouxeram de novo elevados défices às contas públicas. O peso dos gastos com a defesa andava pelos 14 por cento das despesas totais em 1914 e saltou para o dobro depois de 1916. A actividade económica em Portugal foi prejudicada pela mobilização de braços masculinos para a guerra, que constituíam um factor importantíssimo na economia portuguesa, em virtude da predominância das actividades agrícolas e do seu carácter intensivo, pois era muito fraco o apetrechamento tecnológico e mecânico do sector. A interrupção dos transportes internacionais, sobretudo marítimos,



fazia escassear os combustíveis e as matérias-primas para a indústria e dificultava também as exportações. Eram afundados navios de guerra e também navios comerciais de qualquer bandeira. Esta interrupção dos transportes, causada sobretudo pelos submarinos alemães, dificultava também o normal funcionamento do mercado interno e o aprovisionamento de cereais e combustíveis. Desta forma, estima-se que o produto interno decresceu bastante, afectando naturalmente as receitas fiscais, por incidirem essencialmente sobre a produção e os rendimentos[8]. A hipótese de criação de impostos excepcionais de guerra gorou-se e os agravamentos fiscais não acompanharam o crescimento das despesas. Além das despesas militares, sobreveio também a necessidade de outras despesas públicas para interferir na distribuição de bens de subsistência aos mercados e aos consumidores, uma vez que a escassez, tal como em todos os países beligerantes, levou à subida dos preços dos bens essenciais (cereais, carne, leite, carvão). As tentativas de tabelamento dos preços e de concessão de subsídios e a criação de um novo ministério para tratar de todos estes aspectos não só agravaram as despesas públicas como conduziram ao aparecimento do mercado negro, onde os bens estavam disponíveis, mas ao preço de equilíbrio dos mercados, sendo por isso acessíveis apenas aos grupos sociais mais elevados. Houve que encontrar formas de financiamento para os défices públicos resultantes de todas estas despesas. As despesas com o Corpo Expedicionário Português foram cobertas por um empréstimo externo conhecido como «empréstimo de guerra», contraído junto do Banco de Inglaterra. Apesar de a situação que vinha do passado excluir Portugal do crédito internacional, a guerra e a posição de combate ao lado dos Aliados permitiram a obtenção de 22 milhões de libras[9]. O resto dos saldos negativos anuais foi financiado com empréstimos junto do Banco de Portugal.

A derrota das tropas portuguesas na Batalha de La Lys acarretou a sua incorporação no contingente britânico, mas a vitória aliada em 1918 deu origem a compensações de guerra acordadas no Tratado de Versalhes em 1919, assegurando a Portugal a manutenção da posse do império e portanto a prossecução do programa de fomento destes territórios que vinha de trás. Houve também a promessa de vir a receber 49,5 milhões de libras de reparações, para compensação das despesas de guerra, que seriam pagos pelos países vencidos, montante que

ultrapassava em muito o valor do empréstimo de guerra. Tal como em todos os demais países, desmobilizadas as tropas, não foi fácil reduzir drasticamente as despesas públicas. Por um lado, aumentaram as despesas cuja natureza era de segurança social, pois havia que prestar assistência a todos os feridos, estropiados e gaseados de guerra, assim como a órfãos, viúvas e pais desamparados. Por outro lado, e tal como em toda a Europa, havia que reorganizar a máquina do Estado e ajustá-la aos tempos de paz, com uma burocracia que em parte absorveu muitos dos desmobilizados desempregados. Finalmente, esta era a oportunidade de retomar o programa político que fora interrompido pela guerra, dando azo à construção de escolas e bibliotecas, criando nas colónias redes de administração e enviando governadores coloniais que pusessem ali em prática verdadeiros programas de fomento dos territórios. A República preservou a concessão de vastas regiões a grandes companhias privadas em Moçambique, penetradas por capital estrangeiro, que se dedicavam a actividades agrícolas e à exportação da produção (de culturas tropicais, sobretudo). É discutível que estas companhias tenham sido muito bem-sucedidas numa perspectiva de longo prazo, dado o contexto da Primeira Guerra Mundial e as dificuldades internacionais dos anos 20, ou que tenham contribuído para aliviar as despesas públicas com esta colónia, onde investiam e exerciam um relevante papel administrativo e de organização da vida económica local. Quanto à instrução, que representava cerca de cinco por cento das despesas públicas, no final da guerra cresceu para os oito a nove por cento, enquanto os gastos com as colónias, expurgados os gastos militares que as empolaram durante a guerra (e que as haviam elevado a 15 por cento), subiram para os cinco por cento do total.

A balança de pagamentos registava dificuldades, porque os movimentos de capitais eram muito erráticos, em virtude da grande volatilidade internacional. À paralisia do investimento estrangeiro juntou-se a fuga de capitais e a paralisia das remessas de emigrantes (sobretudo do Brasil). Quanto à produção industrial, a economia portuguesa não experimentou um fenómeno de grande mudança tecnológica e recuperação industrial nos anos 20, como sucedeu nos Estados Unidos da América ou mesmo entre os países europeus vencedores, fruto de uma adaptação de tecnologias que vinham de finais do século XIX, como a produção automóvel, a mecanização da agricultura e a produção de materiais sintéticos. Surgiu a ideia de melhorar as receitas públicas à custa de empresas públicas e do desenvolvimento de um sector empresarial do



Estado, mas foi abandonada, porque quer os Transportes Marítimos, quer os Caminhos-de-Ferro, os Correios e Telégrafos e a Administração do Porto de Lisboa não eram lucrativos, acarretando mais encargos para o Estado e dando origem a ainda mais problemas para o equilíbrio das contas públicas. A única excepção foi a Caixa Geral de Depósitos como caixa económica do Estado, que foi na verdade lucrativa.

A acrescer a todas estas circunstâncias, a promessa de vir a receber reparações de guerra por parte dos países vencidos esteve sempre rodeada de grande incerteza e cedo se percebeu que as perspectivas para esta compensação eram pessimistas, em virtude do esmagamento industrial e financeiro da Alemanha. Os pagamentos começaram a ser efectuados em espécie a todos os vencedores, mas não houve acordo quanto ao valor das mercadorias envolvidas, uma vez que os governos dos países vencedores lhes atribuíam preços diferentes dos da Comissão de Reparações. Os efeitos do compromisso das reparações de guerra foram violentos; a inflação grassou na primeira metade dos anos 20 por toda a parte, sobretudo na Alemanha. Tal como Keynes previra na altura das negociações, o mecanismo das reparações de guerra não funcionou[10]. A suspensão do pagamento das reparações aos vencedores em 1922 ainda levou à invasão e ocupação da região do Rur por tropas francesas e belgas, mas a Alemanha estava a braços com uma inflação galopante em virtude da necessidade de exportar (acompanhada da política de depreciação do marco). E de nada valeu a ocupação militar da região que era o principal pólo industrial alemão antes da guerra, pois o financiamento da resistência passiva do Rur pelo Governo alemão viria a conduzir a economia alemã a uma hiper-inflação. Em Portugal, se os preços haviam praticamente triplicado entre 1914 e 1919, de então até 1924 multiplicaram-se por oito, denotando a perda de poder de compra e portanto a desvalorização interna da unidade monetária portuguesa. O escudo sofria também uma desvalorização externa, depreciando-se. A taxa de câmbio, que se tinha mantido relativamente estável até à guerra, desceu até cerca do dobro durante a guerra e caiu depois vertiginosamente até níveis que ultrapassavam 20 vezes o seu valor de 1914, tornando mais difícil o pagamento de encargos expressos em moedas estrangeiras, como era o caso dos encargos do Estado com a dívida pública externa[11]. Por sua vez, a grande rotação de governos também não facilitava a tomada de medidas políticas que sustentassem uma política financeira coerente e restritiva, que permitisse a retoma do equilíbrio das contas públicas.

A instabilidade política era grande, pois a seguir à guerra ocorreu a tentativa de tomada do poder por apoiantes da Monarquia, em Janeiro de 1919 (a «Monarquia do Norte»). Alternaram-se então no poder vários governos, e em Outubro de 1921 uma revolução sangrenta levou ao poder o Partido Radical, que seria dele desalojado em Dezembro de 1921 pelo presidente António José de Almeida, que o substituiu por um Governo de coligação de outros partidos. Os défices públicos cresceram drasticamente até dez por cento do PIB em 1922, ajudando à queda de governos. As eleições de Janeiro de 1922 foram ganhas pelo Partido Democrático, António Maria da Silva formou Governo, mas a turbulência política traduzia-se em períodos médios de governação muito curtos, sempre inferiores a um ano. Ainda assim, foi lançada pelo Governo de António Maria da Silva uma nova reforma fiscal em 1922, sendo Portugal Durão ministro das Finanças e Vitorino Guimarães o seu principal proponente. A reforma alterou a forma de cálculo do rendimento tributável pelas contribuições predial e industrial, tendo em vista o objectivo de atingir o rendimento efectivo e não o rendimento normal, como antes. Criou também um imposto pessoal de rendimento e um imposto geral sobre as transacções, assim mesmo designado, além de agravar o imposto de selo, a contribuição de registo sobre a venda de propriedades, as doações e as heranças[12]. Até 1923, enquanto pela Europa corriam também as experiências de grandes défices públicos com importante emissão monetária para os acomodar, inflação generalizada e cinco casos de hiper-inflação (na Áustria, na Hungria, na Polónia e na Rússia, além da Alemanha), os défices públicos em Portugal davam origem a empréstimos junto do Banco de Portugal. Aos empréstimos correspondiam aumentos de emissão de notas, num processo que acarretou também um aumento da velocidade de circulação da moeda, que ia alimentando uma forte inflação. Em 1924, a oferta de moeda era 15 vezes a de 1914, e o nível de preços era 24 vezes maior. Foi o Governo presidido por Álvaro de Castro que conseguiu pôr cobro a este quadro de descontrolo das finanças públicas, da emissão monetária e da inflação, sendo ministro das Finanças o próprio Álvaro de Castro. Tal propósito foi largamente anunciado em Janeiro de 1924, em entrevistas publicadas pela imprensa onde o Governo prometia equilibrar as contas públicas, não pedir mais empréstimos ao Banco de Portugal nem autorizar a emissão de nem mais um tostão para essa finalidade. Seguiu-se uma nova fase de política financeira. Os resultados da reforma fiscal de 1922 foram-se



fazendo sentir, acompanhados dos efeitos da reforma dos direitos aduaneiros lançada em 1923.

Esta nova fase da política financeira republicana traduziu-se não só em medidas de controlo cambial mas sobretudo na contenção dos gastos públicos e na contenção do défice, gerando-se expectativas para os agentes económicos, produtores e consumidores. Embora num primeiro momento se possa apontar a possibilidade de terem sobretudo existido expectativas de tipo regressivo, dada a informação disponível quanto ao comportamento das principais variáveis macroeconómicas no passado, parecem ter funcionado também expectativas de natureza racional, tal como aconteceu nos outros países europeus que conseguiram controlar as suas hiper-inflações, ao generalizar-se a convicção de que o Governo tinha de facto o propósito de reduzir o défice, de não mais recorrer ao aumento da circulação fiduciária e de controlar a situação com uma política de saneamento financeiro adequada. Estes efeitos de credibilidade foram também positivos para o sucesso da governação republicana. A conta do ano de 1923-24 já teve um reduzido saldo negativo de três por cento do PIB. Uma vez disseminados os efeitos de credibilidade e concretizada a redução do saldo negativo da conta desse ano com Álvaro de Castro, os anos seguintes levaram a uma consolidação gradual das finanças públicas em Portugal. A ambição, por toda a Europa, era a estabilização financeira e monetária, que permitisse o retorno às regras do padrão-ouro, nomeadamente as taxas de câmbio fixas. Este objectivo havia sido expresso na Conferência Monetária e Financeira de Bruxelas de 1920 e na Conferência de Génova de 1922. Embora a convertibilidade em metal fosse difícil de assegurar, até porque não se encontraram suficientes fontes de mineração que pudessem acomodar o volume das emissões, a eficiência que o padrão-ouro anterior à guerra tivera era motivo de estímulo para a busca de regras adequadas às novas circunstâncias históricas. Foi sendo definido um novo sistema monetário de padrão-ouro, com convertibilidade directa em ouro para certas divisas e indirecta para outras (através da convertibilidade em divisas que, por sua vez, eram directamente convertíveis em ouro). Em Portugal houve alguma deflação, reflectida quer nos preços quer na taxa de câmbio, que estabilizou a partir de 1924. Porém, a estabilização formal do regime monetário só se faria mais tarde, em 1931. Os frutos do

saneamento financeiro das contas públicas, do controlo da inflação e da depreciação cambial pelo regime republicano não foram colhidos por este regime, tal como acontecera na passagem da Monarquia para a República. Desta vez, foi a revolução de 28 de Maio de 1926 que, ao instalar no país um regime militar (que daria origem a uma longa fase de governação republicana não democrática até 1974), trouxe também o equilíbrio estável das contas públicas a partir de 1928, com Salazar na pasta das Finanças. Transferiram-se assim para o novo sistema político os louros da política de saneamento das finanças públicas dos anos finais da Primeira República.

## Notas

1 Maria Eugénia Mata, *As Finanças Públicas Portuguesas da Regeneração à Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, Banco de Portugal, Série História Económica, n.º 4, 1993.
Nuno Valério, *As Finanças Públicas Portuguesas Entre as Duas Guerras Mundiais,* Lisboa, Edições Afrontamento, 2001.

2 Maria Eugénia Mata, *Câmbios e Política Cambial na Economia Portuguesa 1891-1931*, Cadernos da Revista de História Económica e Social nº. 8, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1987.

3 Jaime Reis, «O analfabetismo em Portugal no século XIX: Uma interpretação» *in O Atraso Económico Português*, Lisboa, INCM, 1993, pp. 227-253.

4 Nuno Valério, *A Moeda em Portugal 1913-1947*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1984.

5 Maria Eugénia Mata, «A primeira reforma fiscal da República», *Os Impostos no Parlamento Português, Sistemas Fiscais e Doutrinas Fiscais nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2006, pp. 84-98.

6 Maria Eugénia Mata, Nuno Valério, *História Económica de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 2002, pp. 179-184.

7 Vitorino Magalhães Godinho, *Vitorino Henriques Godinho, Pátria e República*, Assembleia da República, Publicações Dom Quixote, 2005.

8 Ana Bela Nunes, Maria Eugénia Mata, Nuno Valério, «Portuguese economic growth 1833-1985», *The Journal of European Economic History*, vol. 18, n.º 2, 1989. Neves, João César, *The Portuguese Economy: A Picture in Figures, XIX and XX centuries long-term series*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 1994.



9 José da Silva Lopes, «Finanças Públicas», *in* Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva, *História Económica de Portugal*, vol. III, cap. 8, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp. 265-304.

10 John Maynard Keynes, *The Economic Consequences of the Peace,* Nova Iorque, Harcourt, Brace and Howe Inc., 1919.

11 Maria Eugénia Mata, *Câmbios e Política Cambial na Economia Portuguesa 1891-1931*, Cadernos da Revista de História Económica e Social, n.º 8, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1987, pp. 20-22. Nuno Valério, *As Finanças Públicas no Parlamento Português, Estudos Preliminares,* Lisboa, Edições Afrontamento, 2001.

12 Ana Bela Nunes, «A reforma fiscal de 1922», *Os Impostos no Parlamento Português, Sistemas Fiscais e Doutrinas Fiscais nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2006, pp. 99-123.

# A questão colonial

*Maria Cândida Proença*

## O Império: mito e realidade

Se, como afirma Eduardo Lourenço, nenhum povo pode viver sem «uma *imagem ideal* de si mesmo»[1], é inquestionável que, no imaginário português, a ideia de pátria se manteve indissoluvelmente ligada ao mito da posse de um império ultramarino cuja extensão e riqueza compensariam as limitações da consciência de pertença a um pequeno país com reduzido peso no espaço civilizacional europeu. A crença inabalável na riqueza e extensão do império português fizeram parte do «mito do Eldorado» que, juntamente com o «mito da herança sagrada» (que via na conservação dos territórios ultramarinos um imperativo histórico[2]), constituíram os grandes esteios de uma simbologia patriótica que contribuiu para cavar um abismo persistente entre a realidade e o imaginário colectivo de uma nação que tem vivido entre a dificuldade em aceitar-se como pequena e os sonhos de buscar, fora de si, o complemento de espaço e actividades que no seu território não encontra[3].

Conscientes da força do império na formação da unidade e identidade nacionais, os republicanos, desde cedo, incorporaram no seu discurso cultural e político a defesa da salvaguarda, manutenção e desenvolvimento dos territórios ultramarinos como um dos vectores fundamentais da sua propaganda política. Profundamente patrióticos e colonialistas, ao alcançar o poder, os republicanos ver-se-iam confrontados com a dura realidade dos factos e tomariam consciência das enormes dificuldades em concretizar os seus projectos de engrandecimento do império, e consequentemente do país, de forma a realizar o sonho sempre presente da criação de novos «brasis» em África[4].

A República herdara da Monarquia um império vasto mas pouco desenvolvido, com uma diminuta percentagem de popu-

lação branca, uma apenas incipiente rede de transportes e onde perduravam formas ancestrais de trabalho. Entre os muitos problemas que afectavam o império, destacava-se logo o facto de ainda não estar nem totalmente pacificado, nem com as fronteiras completamente demarcadas. Das várias reacções das populações nativas à ocupação portuguesa, o caso de Angola era sem dúvida o mais problemático. Na região do Congo, mantinha-se a instabilidade; a partir de 1913, a guerrilha reacendeu-se, transformando-se em guerra aberta e obrigando a desviar tropas da zona sul de Angola, onde os territórios dos cuanhamas e cuamatas mantiveram viva e permanente a contestação até 1918. Só após os sangrentos combates da Grande Guerra foi possível completar a pacificação de Angola, que veria chegar o fim do regime republicano sem ter ainda completamente demarcada a fronteira sul. Outros territórios, como Timor e Moçambique, também só viriam a estabilizar os seus limites pela mesma altura.

Em territórios ainda não completamente pacificados, com características muito diferenciadas, com uma notória falta de quadros administrativos e com uma população nativa que se mantinha num nível civilizacional atrasadíssimo, difícil se tornava aplicar um sistema administrativo e financeiro baseado nos princípios da autonomia e da descentralização defendidos pelos republicanos. Por isso, apesar de ter a autonomia e a descentralização como guias, o regime republicano não conseguiu derrubar as peias burocráticas e mercantilistas que os interesses económicos sempre procuraram manter.

## A organização administrativa

Com o advento da República, estava aberto o caminho para o triunfo do princípio da descentralização administrativa do ultramar português, como, claramente, viria a ser expresso no artigo 67.º da Constituição de 1911, onde se afirmava que «a administração das províncias ultramarinas predominará o regime de descentralização, com leis especiais adequadas ao estado de civilização de cada uma», e se atribuía a tarefa de elaborar as leis orgânicas das províncias ultramarinas ao primeiro congresso da República. A concretização deste objectivo não foi imediata, e seriam ainda necessários três anos até



que os primeiros projectos tendentes à realização prática destes princípios fossem apresentados no Parlamento.

Durante este período, a discussão sobre o modelo a seguir na organização administrativa do ultramar incidiu sobre a forma de concretizar os preceitos constitucionais: deveria o Congresso elaborar uma carta orgânica específica para cada colónia ou aprovar um documento com as bases gerais da administração ultramarina, permitindo depois que os órgãos próprios de cada colónia elaborassem as respectivas cartas orgânicas? Enquanto os executivos democráticos se enredavam nesta questão, a legislação sobre o ultramar manifestou um carácter avulso e desconexo, dando apenas resposta aos problemas conjunturais que iam surgindo[5].

A excepção, tal como viria a acontecer em outras ocasiões, veio da administração de Norton de Matos, que, como governador de Angola, promulgou, em Abril de 1913, um novo regulamento das circunscrições desta província ultramarina. De uma forma coerente e articulada, não se limitava a definir uma nova divisão administrativas, mas regulamentava também as competências dos diferentes órgãos locais e incluía normas de administração financeira[6].

Só em 15 de Agosto de 1914 foram promulgadas as leis n.os 277 e 278, que constituíram o primeiro projecto para pôr em execução os princípios descentralizadores tão apregoados pelos principais colonialistas republicanos. Aqui se assumia a opção pela promulgação de diplomas fundamentais de carácter generalista, com as bases da organização administrativa de todo o ultramar, que serviriam de orientação para a posterior elaboração das cartas orgânicas de cada colónia, que viriam a adaptar-se às especificidades decorrentes do estado civilizacional cada província ultramarina, como preconizava a Constituição.

A organização proposta combinava a manutenção de um órgão executivo de nomeação governamental, directamente subordinado ao ministro das Colónias, a quem era confiado o poder de direcção de toda a administração do território da colónia — *governador* — com a existência de corpos representativos das populações coloniais — os *conselhos de governo* —, que funcionariam como pequenos parlamentos que, sob a presidência do governador, poderiam consultar ou deliberar sobre os mais importantes assuntos da administração da colónia. Este aspecto descentralizador da existência de um órgão eleito com funções consultivas ou deliberativas estava à partida limitado pela constatação do estádio de desenvolvimento civilizacional das colónias portuguesas[7].

Subordinada ao governador, existiria uma rede de funcionários — os *chefes de serviço da colónia* —, que além da preparação dos assuntos para despacho poderiam, por delegação, resolver algumas questões de administração corrente. Nas colónias divididas em distritos previa-se a existência de *governadores distritais* com latas atribuições e, à testa das divisões menores dos territórios, chefes de concelho e de circunscrição civil, ou capitães-mores, e comandantes militares; abaixo destes, surgiam os chefes de delegação, de divisão ou de posto, administradores de bairros, aldeias freguesias e localidades, reportando cada um deles à entidade «imediatamente superior na ordem hierárquica»[8].

À pirâmide executiva correspondia uma organização similar nas instituições representativas que se sucediam aos conselhos de governo. Criavam-se, assim, os *conselhos distritais*, que cumpriam no distrito função análoga à dos conselhos de governo na colónia, as *câmaras* ou *comissões municipais*, nas localidades onde o número de elegíveis o justificasse, e, com uma acção mais restrita, as *juntas locais*. No primeiro plano da administração colonial consideravam-se ainda os tribunais «especialmente incumbidos do julgamento de todas as questões do contencioso administrativo e fiscal»[9].

À primeira vista os documentos não pareciam muito inovadores nem capazes de modificar radicalmente a situação vigente, mas o seu carácter de renovação profunda residia nas competências que atribuíam aos diversos órgãos, desde o governador que passaria a dispor de maior autonomia e poder, aos conselhos de governo, conselhos de distrito e comissões municipais que tinham tido até então uma acção apagada, situação que seria modificada ao passarem a dispor de competência deliberativa, dada a exigência do seu voto afirmativo para a execução de uma série de providências governativas[10].

As novas disposições sobre a organização administrativa das colónias, que, no essencial, intentavam pôr em prática os princípios de administração colonial definidos por grandes colonialistas da Monarquia como António Enes ou Aires de Ornelas, regulamentavam as relações entre a metrópole e as colónias, definiam as condições da divisão administrativa das mesmas, estipulavam as competências dos diversos órgãos administrativos e especificavam as condições necessárias para o exercício da cidadania, excluindo da sua prática os indígenas não assimilados. Depois de promulgadas em 15 de Agosto de 1914, estipulava-se o prazo de um ano para que as



diferentes colónias procedessem à elaboração das respectivas cartas orgânicas.

Este processo foi, porém, moroso e complicado, e por várias vezes o Parlamento se viu obrigado a prorrogar prazos, devido aos sucessivos atrasos nos trabalhos das diferentes colónias. Só ao longo do ano de 1917 foi possível promulgar as cartas orgânicas das diferentes colónias com as seguintes datas: Cabo Verde em 26 de Abril; Guiné em 31 de Maio; Índia em 27 de Julho; São Tomé e Príncipe em 11 de Agosto; Timor em 23 de Agosto; Macau em 5 de Novembro e Angola em 28 de Novembro. A carta orgânica de Moçambique não chegou a ser promulgada e as que já estavam publicadas também tiveram vida efémera, porque as mudanças políticas ocorridas no consulado sidonista implicaram a sua anulação por decreto de 1 de Julho de 1918, com o fundamento de que, ao serem um simples decalque das bases das leis n.os 277 e 278, se traduziam num emaranhado de disposições fragmentárias e incompletas causadoras de confusões e perturbações administrativas.

## Projectos de colonização

Nos vários projectos de fomento dos territórios ultramarinos portugueses a colonização europeia surgia sempre como condição indispensável para o êxito do desenvolvimento económico e civilizacional das colónias, especialmente no caso de África. Ora, apesar das muitas e variadas declarações do Governo acerca da questão, nunca foram tomadas medidas efectivas para promover a emigração da metrópole para as colónias. Apesar do intenso fluxo emigratório entre 1911 e 1913[11], nem todos estavam de acordo que se deveria facilitar a fixação dos emigrantes portugueses em África. Como afirmava Afonso Costa, «o que as colónias precisam não é de gente de trabalho, mas de homens de iniciativa e dinheiro, muito dinheiro. [...] Ainda que fosse racionalmente indispensável despejar a corrente emigratória na África, de onde viria o dinheiro para a subvencionar?»[12]

Em 18 de Janeiro de 1912, Freitas Ribeiro, então ministro das Colónias, apresentou à Câmara dos Deputados três propostas de lei visando o fomento agrícola da província de Angola. A primeira proposta pretendia promover o desenvolvimento da cultura do algodão, através de estímulos pecuniários concedidos aos fazendeiros e demais agricultores por meio de subsídios e aos indígenas pela

obrigatoriedade de as autoridades locais adquirirem toda a produção colocada à venda, pelo preço previamente fixado. A segunda proposta visava «o fomento da produção agrícola de Angola na sua forma mais natural, mais antiga e de mais fácil aperfeiçoamento — a exploração de gado bovino»[13]. A terceira proposta, que mereceria a maior atenção da Câmara, pretendia criar núcleos de colonização portuguesa no planalto de Benguela, na região do Huambo, em terras de Chianga, banhadas pelos rios Cuiza e Chicanda e servidas pelo caminho-de-ferro do Lobito.

Os planaltos do sul de Angola ofereciam excelentes condições para a fixação dos europeus, como demonstrara o estudo realizado por uma comissão de técnicos especialistas, nomeada em 1907, onde se realçavam as características do clima, as condições geográficas e geológicas, a abundância de cursos de água e a existência de um caminho-de-ferro de penetração, já com 380 quilómetros de via em exploração.

O grande desiderato do Governo seria que se pudesse efectivar a colonização livre, individual ou colectiva por meio de empresas e companhias que, dispondo de capitais, pudessem valorizar as terras incultas pela cultura extensiva de grandes propriedades agrícolas, mas tal não se afigurava viável. Ora, não sendo possível contar com a livre iniciativa particular neste campo, o Governo optava pelo estabelecimento de uma colónia contratada «unicamente como ponto de partida e atracção para a colonização livre»[14]. Esta posição do Executivo foi desde o início o maior fulcro da polémica em torno do projecto, pois os deputados criticavam a intervenção do Estado, que anteviam perniciosa, já que poderia transformar os colonos em simples funcionários públicos sem interesse em investir e desenvolver as terras que cultivassem.

Ainda a proposta de colonização do planalto de Benguela apresentada pelo Governo não entrara em discussão, já era apresentada na Câmara, pelo deputado Manuel Bravo, uma outra proposta para a colonização dos planaltos de Angola por colonos israelitas. Na introdução da proposta exaltava-se mais uma vez as boas condições dos planaltos de Moçâmedes e Benguela para a fixação dos europeus e lembrava-se que a primeira colonização europeia de São Tomé fora feita com judeus expulsos de Portugal, referindo-se de seguida os excelentes resultados não só dessa experiência, como de todas as colónias judaicas que existiam espalhadas pelo mundo. Na sequência da expulsão dos judeus da Rússia, verificava-se a necessidade de dirigir essa emigração para outros locais. Ora, sendo uma necessidade imprescindível a colonização dos planaltos de Angola, haveria toda a vantagem em desviar para essa província a corrente emigratória dos judeus russos. Para levar a cabo esse empreendimento, tornava-se necessário «conceder aos emigrantes em questão garantias iguais às que estão asseguradas aos nossos emigrantes»[15], e, nesse sentido, propunha-se a concessão de terrenos e outras regalias, como a isenção de impostos e de direitos de importação sobre materiais de construção, máquinas e alfaias agrícolas, sementes e medicamentos, entre outros.



O facto de existirem dois projectos de colonização para a mesma zona de Angola viria a ser motivo de alguma polémica na Câmara: não só estavam em confronto dois modelos distintos — um público, em que a intervenção estatal se sobrepunha à livre iniciativa pessoal, outro particular, apostando no empenho individual dos colonos —, como os deputados se viam perante a necessidade de optar entre a colonização de uma parte do território ultramarino por nacionais ou por estrangeiros. O projecto do Governo era alvo de duras críticas, pois além de pretender substituir a livre iniciativa pelo controlo estatal pressupunha meios de financiamento, considerados muito insuficientes, que apenas ascenderiam a cerca de 30 000$ por ano, resultantes da venda de selos ultramarinos aos coleccionadores. Por outro lado, também não iria resolver a absorção da enorme massa de emigrantes portugueses, calculada em cerca de 40 mil, já que não permitiria fixar mais de cem pessoas por ano (dez granjas, a uma família por granja)[16].

Embora não se considerasse que fosse útil colonizar Angola apenas com estrangeiros, o projecto de colonização israelita tinha a dupla vantagem de ter «atrás de si alguns milhões da finança judaica» ao mesmo tempo que possibilitaria o acolhimento de um povo perseguido, que poderia manter as suas crenças num país «como o nosso, onde existe absoluta liberdade religiosa»[17]. A discussão dos dois projectos foi longa e ambos acabariam por ficar esquecidos nos meandros do Parlamento. O primeiro a ser posto de parte foi o do Governo. O projecto de colonização israelita chegou a passar na Câmara dos Deputados, mas foi recusado no Senado.

Entretanto reuniu, em Viena, a Organização Territorialista Judaica (ITO) que, em telegrama, se pronunciou sobre o projecto português em termos que desagradaram ao Governo. A ITO agradecia à Câmara

dos Deputados de Portugal ter aprovado um projecto em que se ofereciam concessões de terrenos aos colonos israelitas, mas, visto o estado de desordem e de falta de segurança que se verificava na região, aliado às dificuldades do clima e aos preços elevados da alimentação e do trabalho, a organização lamentava não poder sequer recomendar um empreendimento tão arriscado, «que não poderia levar-se a efeito com êxito, senão por uma organização dotada dos poderes e das garantias necessárias»[18].

As vicissitudes do percurso destes dois projectos de colonização no Parlamento são um importante testemunho da política de colonização da Primeira República. As discussões puseram a descoberto a situação gravosa da sociedade portuguesa, a braços com uma corrente emigratória que expulsava da pátria uma considerável força de trabalho[19], mas ao mesmo tempo mostraram também a incapacidade do país para canalizar para os territórios ultramarinos esses emigrantes, que tão necessários se tornavam em qualquer programa de fomento que se pretendesse desenvolver nas colónias. Mais uma vez, os problemas económicos e financeiros condicionaram a política colonial, pois o país não dispunha de recursos para implantar um sistema de colonização dirigido pelo Estado, enquanto a mentalidade tradicional dos capitalistas continuava a manifestar-se, não arriscando investimentos, sempre na busca do lucro garantido e imediato. As dificuldades de colonização inserem-se, assim, no quadro mais vasto do falhanço do próprio capitalismo nacional e reflectem o facto de a política colonial se ter mantido num estádio protocapitalista.

## Os problemas financeiros

O DECRETO DE 27 DE MAIO de 1911, que reorganizou os serviços da Secretaria das Colónias, estipulava no artigo 57.º que os orçamentos das províncias ultramarinas dependiam exclusivamente da aprovação em decreto ministerial. A Assembleia Constituinte, porém, revogou este preceito e, a partir de então, a aprovação dos orçamentos coloniais passou a ser da competência do Congresso. Em 26 de Dezembro de 1911, iniciou-se na Câmara dos Deputados a primeira discussão do orçamento das colónias que anunciava os problemas de base a que os sucessivos governos nunca conseguiriam dar resposta. Para que o Ministério das Colónias pudesse elaborar, com precisão, aquele orçamento, forçoso lhe era conhecer as contas de cada uma das províncias ultramarinas. Ora, tal nunca aconteceu, porque até ao fim do período republicano nunca as colónias apresentaram previamente, como deveria ser, os seus orçamentos, pelo que o que ressalta imediatamente das sucessivas discussões orçamentais é o desconhecimento, por parte do poder central, da verdadeira situação financeira dos diversos territórios ultramarinos. Esta situação foi-se agravando ao longo do período e, em 1917, podia ler-se no parecer da Comissão de Colónias:



> A míngua de recursos é agora ainda mais acentuada. As tabelas da despesa das províncias ultramarinas não se encontram todas publicadas, mau grado estar a terminar o ano económico, e as contas de gerência continuam a não ser organizadas e dadas a lume. Das estatísticas de comércio e navegação só veio à publicidade a da Guiné. Quanto aos relatórios dos governadores, à parte os valiosos elementos que o Dr. Álvaro de Castro nos proporcionou, continuam a não ser elaborados, ou se o são, pelo menos dormem esquecidos nos arcanos do Ministério, com manifesto prejuízo para todos. Sim, prejuízo para todos e mais especialmente para aqueles que desejem examinar *por dentro* as nossas emaranhadas e confusas questões coloniais, sem falar na vantagem que advém sempre de sabermos da orientação e capacidade administrativa da primeira autoridade de cada colónia.[20]

Um dos mais gravosos factores para a debilidade da situação financeira das colónias residia no modelo de regime bancário assente no monopólio do Banco Nacional Ultramarino como banco emissor e tesoureiro do Estado. O contrato do Estado português com o BNU fora celebrado em 30 de Novembro de 1901, nos termos da carta de lei de 27 de Abril do mesmo ano. Segundo aquele contrato, ao Banco pelas suas agências e caixas filiais, coube o exercício, em todas as colónias, das funções de tesoureiro do Estado, recebendo em troca o privilégio da emissão de notas com curso legal, pelo espaço de dez anos, contados do dia da assinatura do contrato. Para garantir a emissão de notas, o Governo concedeu ainda ao banco o privilégio de emitir obrigações prediais até 2500 contos de réis, representativas de empréstimos prediais no ultramar. Em Novembro de 1911, aproximando-se o fim do prazo estipulado no contrato com o BNU sem se ter encontrado uma alternativa viável, o ministro das Colónias, Freitas Ribeiro, apresentou no Parlamento um projecto de lei visando a prorrogação

do mesmo contrato. Para estudar o assunto, foi nomeada uma comissão presidida por Anselmo de Andrade. Em 16 de Dezembro de 1912, foi apresentada uma nova proposta prorrogando o prazo do contrato com o Banco Nacional Ultramarino até o Congresso se pronunciar sobre o regime bancário. Como o Parlamento entrou em férias sem aprovar a proposta, o Governo publicou um decreto com o mesmo teor, situação posteriormente ressalvada pela Câmara através da concessão de um *bill* de indemnidade, em 6 de Janeiro de 1913. Como a proposta não previa prazo fixo, o problema foi-se arrastando, sucedendo-se as comissões, conforme a evolução dos acontecimentos políticos. À comissão de 1912, sucedeu outra nomeada em 1913 e, durante o sidonismo, em 1918, ainda uma outra comissão estudou o assunto, mas o novo contrato com o BNU só seria assinado em 1919.

O regime de monopólio de que o BNU gozava era causa de grandes desvantagens, porque o banco cobrava juros exorbitantes nas letras e nas hipotecas, tornando ruinosas para as colónias as transacções económicas com recurso ao crédito.

## A rede de transportes

Os transportes coloniais, na sua versão interna pela via ferroviária, ou na vertente externa através dos transportes marítimos para a metrópole, eram um velho problema herdado da Monarquia. Um dos mais candentes casos provocou mesmo a queda de ministros e arrastou-se durante anos no Parlamento: a chamada «questão de Ambaca», relativa à construção da linha férrea do mesmo nome.

A adjudicação da construção do caminho-de-ferro de Luanda a Ambaca à Companhia Real dos Caminhos-de-Ferro Através de África, também conhecida por Companhia do Caminho-de-Ferro de Ambaca, ou simplesmente Companhia de Ambaca, datava de 1885. Esta companhia que se constituíra com um capital de acções de 3600 contos de reis, realizado parcialmente em 77 por cento (valor insuficiente para executar o projecto), contraiu na praça de Londres um empréstimo obrigacionista no valor de 1,89 milhões de libras (cerca de 8500 contos), dando como garantia as concessões que obtivera do Estado. A construção do caminho-de-ferro de Ambaca, que deveria efectuar-se em quatro anos, viria a arrastar-se por 13 anos, em virtude das dificuldades financeiras da companhia, que entretanto se enredara com o Estado numa complicada teia de empréstimos e adiantamentos que nunca foram completamente esclarecidos[21].



As dificuldades financeiras dos últimos anos do regime monárquico concorreram para o agravamento das contas entre a Companhia dos Caminhos-de-Ferro Através de África e o Estado, pelo que os republicanos encontraram a questão de Ambaca numa situação bastante complexa e ambígua, com acusações mútuas de dívidas por parte do Estado à companhia e desta ao Estado. Em 1911 realizou-se a primeira tentativa de encontrar uma solução para o acerto de contas. O ministro Freitas Ribeiro nomeou uma comissão arbitral cujos trabalhos ficaram sem efeito, devido a acusações de ilegalidade na sua constituição. Em Março de 1914, o ministro das Colónias, Lisboa de Lima, apresentou uma proposta para a apropriação pelo Governo das receitas da companhia, no sentido de realizar as obras necessárias para colocar o caminho-de-ferro em condições de exploração que servissem os interesses de Angola[22]. O decreto, embora publicado em 17 de Março de 1914, não chegou a ter execução. A «questão de Ambaca» só seria resolvida em 1918, durante o consulado sidonista, pelo resgate da linha pelo Governo, mas, porque a companhia há muito que não investia na linha, todo o material fixo e circulante estava num estado de completa degradação, exigindo investimentos que o país, arrasado pelo esforço de guerra, não podia suportar.

As dificuldades sentidas na construção e exploração dos caminhos-de-ferro de Ambaca e Malange, notaram-se também nas outras linhas férreas, não só na província de Angola como na de Moçambique e também no Estado da Índia com o caminho-de-ferro de Mormugão, alvo de várias intervenções parlamentares em virtude ter mantido uma continuada exploração deficitária. No caso de Angola, em qualquer dos modelos que vigoraram — construção e exploração pelo Estado ou por companhias privilegiadas — sempre se verificaram problemas relacionados com a construção, pelas dificuldades em chegar a acordo quer sobre o traçado mais adequado a cada zona, quer sobre a forma de penetrar até ao interior, dado que era necessário ultrapassar montanhas antes de atingir os planaltos onde se produziam os produtos passíveis de exportação — casos de Benguela ou Moçâmedes — ou de alcançar as zonas mineiras para dar escoamento aos minerais extractivos como acontecia em Catanga e Cassinga.

O traçado das linhas férreas foi um problema de difícil solução, não só pelos acidentes do terreno — a ultrapassagem das serras

implicava sempre a adopção de medidas técnicas complexas — como pela impossibilidade de acordo quanto às regiões que a linha deveria servir prioritariamente. Um dos casos mais elucidativos verificou-se no caminho-de-ferro de Moçâmedes, devido à necessidade de ultrapassagem da serra de Chela para se atingir o planalto, operação indispensável à penetração da colonização branca na região e ao transporte mais rápido das tropas necessárias para a pacificação dos cuanhamas, que continuavam sublevados. As propostas sucediam-se, os vários governos apresentavam diferentes traçados, as missões de estudo multiplicavam-se, anunciavam-se clamorosos escândalos nas sucessivas opções dos governos centrais e coloniais e as discussões sobre a bitola da linha, considerada demasiado estreita, também contribuíam para dificultar a solução. Os atrasos na construção foram responsáveis pelas dificuldades de transporte das tropas portuguesas durante as campanhas da Primeira Guerra Mundial no sul de Angola, e foram, em parte, responsáveis pelos reveses que sofremos na primeira fase do conflito.

De um modo geral, a construção dos caminhos-de-ferro nas colónias, esteve dependente de complicadas operações financeiras, já que a sua execução dependia do dinheiro proveniente das obrigações emitidas pelas companhias concessionárias. Pela lei de 23 de Junho de 1913, às companhias concessionárias da construção e exploração de caminhos-de-ferro nas colónias portuguesas, sem subvenção nem garantia de rendimento ou juro, era facultado emitirem, para a construção, obrigações em importância superior ao capital realizado e existente segundo o último balanço efectuado. Esta facilidade viria a revelar-se perniciosa não só para as companhias, como para as colónias e para o próprio Estado português. Uma vez que ao pagamento dos juros e das amortizações dessas obrigações era consignado o rendimento líquido da exploração das linhas construídas, e que as mesmas nunca vieram a proporcionar os lucros previstos devido às reduzidas quantidades de produtos transportados, as companhias acabaram por se ver envolvidas em complexas operações financeiras, com o consequente atraso na construção das linhas. Para a baixa procura contribuíam a inadequação do traçado, o preço exagerado das tarifas, a falta de fomento nas regiões do interior, que mantinham níveis de produção muito baixos, e também o facto de as colónias estrangeiras limítrofes não utilizarem as nossas linhas, em parte devido ao fraco desenvolvimento dos portos de exportação.



As facilidades financeiras das companhias concessionárias foram coarctadas durante o sidonismo, pelo decreto de 30 de Junho de 1918, mas em Junho de 1920 o Parlamento voltou a discutir a questão, permitindo novamente que as companhias emitissem obrigações num montante superior ao capital realizado, desde que o seu valor não ultrapassasse o triplo desse capital. Esta permissão não foi suficiente para dar o impulso necessário à construção das redes ferroviárias coloniais, que no fim do período republicano se encontravam ainda sem solução definitiva.

Um dos objectivos fundamentais dos caminhos-de-ferro de penetração seria ainda o de favorecerem não só a exportação dos produtos coloniais portugueses, como também o transporte de produtos, fundamentalmente minerais, oriundos das colónias estrangeiras vizinhas, belgas e britânicas, o que teria um efeito impulsionador no desenvolvimento dos portos de Luanda e Lobito, em Angola, e da Beira e Lourenço Marques, em Moçambique. Por outro lado, a existência de uma boa rede de vias de comunicação foi sempre vista pelos republicanos, especialmente no caso de Angola, como condição indispensável para a pacificação definitiva das colónias, o que viria a possibilitar o incremento da fixação de europeus. Na altura, Angola debatia-se com duas frentes de guerra com os indígenas e, para que os resultados positivos das campanhas de pacificação perdurassem e permitissem o futuro desenvolvimento das regiões, era forçoso que a rede ferroviária avançasse definitivamente através do interior dos planaltos de Angola.

## O desenvolvimento económico

O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO das colónias foi um dos temas mais recorrentes da política colonial ao longo da Primeira República. De todos os quadrantes do espectro político surgiram propostas para o fomento dos territórios ultramarinos com base em quatro pontos, considerados indispensáveis ao desenvolvimento e consolidação de Portugal como grande potência colonial: a implantação de uma rede ferroviária nas colónias que ligasse o litoral ao interior e permitisse o escoamento dos produtos autóctones; o desenvolvimento da agricultura e da pecuária; a progressiva libertação das peias mercantilistas que impossibilitavam a criação de riqueza; e a fixação de colonos

europeus que promovessem o efectivo desenvolvimento económico e civilizacional.

Várias condicionantes impediram a concretização destes desideratos: por um lado, os graves problemas financeiros, com sucessivos e crescentes défices coloniais, agravados pela desorganização das contas públicas, situação que também se verificava no Governo central, impossibilitando qualquer política consequente de investimento nos territórios ultramarinos; por outro lado, a influência de uma burguesia, sedeada na metrópole, que, apesar das declarações mais ousadas, continuava arreigada aos mecanismos mercantilistas de que arrecadava chorudos lucros. Tudo isto contribuía para que, também neste campo, a crueza dos factos estivesse em contradição com os ideais dos discursos políticos.

As dificuldades de comunicação e as baixas percentagens de fixação dos europeus não eram os únicos problemas que afectavam as colónias da África portuguesa. Durante o período republicano não foi possível encontrar o rumo certo para o desenvolvimento económico do ultramar português, situação que, aliás, iria perdurar ao longo da primeira metade do século XX. Como já tem sido afirmado, a causa fundamental residiria no modelo colonial português, que manteve sempre uma orientação protocapitalista, sem abandonar as arcaicas práticas mercantilistas[23].

A actuação da burguesia metropolitana para com as colónias foi bem elucidativa da mentalidade prevalecente que, apoiada num imaginário nacionalista e heroicizante, manteve uma concepção colonial arcaica sustentada por relações económicas de tipo mercantilista, defendendo, salvo raras excepções, um proteccionismo autoritário impeditivo do desenvolvimento dos territórios ultramarinos. A oposição manifestada ao chamado «decreto da porta aberta» corrobora o que acabamos de afirmar.

Em 17 de Novembro de 1913, o Governo, ao abrigo do artigo 87.º da Constituição, promulgou uma série de decretos para as colónias, entre os quais se encontrava o famigerado decreto n.º 224, que regulava o trânsito das mercadorias estrangeiras em Angola. Este decreto foi muito contestado pela burguesia colonialista, que o designaria por «decreto da porta aberta». Evidentemente, as principais razões para a burguesia industrial metropolitana recusar o decreto n.º 224 eram o receio de perder os privilégios proteccionistas vigentes e a consequente indisponibilidade para aceitar as medidas liberalizantes que



iriam estabelecer uma situação de competitividade com as indústrias estrangeiras. De facto, os dois primeiros artigos do decreto de 17 de Novembro de 1913 estabeleciam sensíveis reduções nas taxas a pagar pelos produtos estrangeiros em trânsito por Angola. Pelo artigo 1.º autorizava-se o trânsito do litoral de Angola para as colónias estrangeiras, mediante um imposto de três por cento *ad valorem*, que seria apenas para despesas de fiscalização, visto que o trânsito, por natureza, era considerado livre. Pelo artigo 2.º permitia-se o trânsito da fronteira terrestre da província para os portos do litoral e para outros pontos da fronteira, mediante um imposto de um e meio por cento.

Para os principais opositores ao decreto, o estado das vias de comunicação em Angola impedia que as colónias estrangeiras utilizassem o território para o trânsito dos seus produtos, situação agravada pelo fraco desenvolvimento dos portos angolanos, que obstava a qualquer tentativa de comércio que se pretendesse estabelecer. A situação da rede de transportes em Angola, onde as principais vias-férreas se mantinham incompletas, com troços descontínuos, tornava também muito mais complicada a tarefa de fiscalização das mercadorias em trânsito, pelo que seria necessário multiplicar os postos alfandegários e subsequentemente criar um corpo de funcionários para o efeito. O transporte nos troços sem caminho-de-ferro, ao ser feito por carregadores, implicava a divisão da carga em embalagens de dimensões e peso mais reduzidos, o que se prestaria a fraudes e aumentaria as facilidades de contrabando. Como forma de mitigar os efeitos desta situação, sucediam-se as propostas para promover a criação de sucessivas instâncias de fiscalização, o que dificultaria a execução do decreto, não só pelo aumento de despesa daí resultante, como pela morosidade e burocracia impostas pela complicada teia de entidades fiscalizadoras. Desde o início da discussão que estes factores se apresentavam como impeditivos para um rigoroso cumprimento do decreto e serviam de legitimação para o pedido de suspensão do diploma. No mesmo sentido se pronunciavam as Comissões Comerciais e Industriais do Porto que, numa representação às duas câmaras do Parlamento, pediam a suspensão do diploma enquanto não fosse possível estabelecer uma fiscalização rigorosa e elaborar os respectivos regulamentos[24].

Toda a discussão desta matéria foi atravessada, como aliás acontecia com todas as questões, por tomadas de posição que tinham a ver com a situação política, e a oposição aproveitava para criticar a

actuação do Governo. Mas a razão fundamental para a burguesia comercial e industrial pretender impedir a execução do decreto assentava no desejo de manter uma situação proteccionista para a indústria têxtil metropolitana. Sendo Angola o principal fornecedor de matéria-prima para essa indústria e o principal mercado de colocação dos produtos transformados, não é de estranhar a dureza de posições.

A discussão do «decreto da porta aberta» é exemplificativa das contradições vigentes na política colonial republicana. A nível do discurso, encontramos vigorosas defesas do desenvolvimento dos territórios ultramarinos e arrojadas propostas de medidas liberalizantes, acompanhadas por incisivos diagnósticos dos males que afectavam a economia colonial. Mas, quando se chegava à fase de execução de medidas mais avançadas, os projectos eram sempre travados pelas elites políticas, industriais e financeiras conluiadas na manutenção de uma concepção colonial arcaica que não se coadunava com as novas orientações de política colonial seguidas pelos países europeus mais avançados.

Ainda no ano de 1914, a Comissão de Colónias, num parecer acerca de um projecto de lei sobre saneamento financeiro e fomento de Angola, indicava nove pontos distintos que até à data tinham impedido o desenvolvimento daquela província ultramarina[25]. Entre as dificuldades apontadas contava-se o facto de as colónias serem obrigadas a custear as despesas de conquista e ocupação; o exagerado proteccionismo pautal dispensado às mercadorias da metrópole (enquanto as colónias tinham de suportar um diferencial de 90 por cento sobre as mercadorias da metrópole, apenas se concedia às mercadorias coloniais o diferencial de 50 por cento, situação agravada ainda pelo facto de a metrópole apresentar uma fraca capacidade de consumo para as matérias-primas de origem tropical fornecidas pelas colónias); as restrições colocadas à navegação e ao transporte de passageiros e carga concedidos, em exclusivo, a uma empresa, sem que legítimas e equivalentes compensações daí adviessem para as colónias; a extensão do monopólio dos tabacos ao ultramar; a constante fuga de mão-de-obra que consistia na emigração forçada de indígenas para trabalharem em São Tomé; e os encargos com o Depósito Geral de Degredados, devido à obrigação de receber e sustentar todos os criminosos de que a metrópole desejava depurar-se.

Anos depois, as discussões mantinham-se nos mesmos termos e as práticas mercantilistas continuavam triunfantes. A 18 de Agosto de 1917, a propósito da discussão de mais um empréstimo de oito milhões de escudos para cobrir o passivo de Angola, são abordadas as causas do continuado défice financeiro desta colónia situação — «devida especialmente às insuficientes subvenções da metrópole» —, acompanhadas da manutenção de um regime que não tinha em conta a «equitativa, honesta e inteligente reciprocidade de diferencial pautal»[26]. O regime pautal em Angola tornava-se num poderoso travão ao desenvolvimento do território e constituía caso único no conjunto das colónias portuguesas. Para o comprovar, bastava uma simples comparação com o caso de Moçambique. Enquanto o comércio especial de Angola era muito superior ao de Moçambique (cerca de 30 por cento), o seu rendimento aduaneiro era consideravelmente inferior (cerca de 47 por cento). Entre 1912 e 1915, o rendimento médio dos impostos aduaneiros foi de 662 mil escudos em Angola e de 1,152 milhões de escudos em Moçambique. Ora, sendo o montante do comércio e o valor das exportações muito superiores no primeiro destes territórios, esta diferença só podia ser explicada pelas facilidades de importação dos produtos angolanos na metrópole, que usufruíam do benefício de 50 por cento, a que não correspondia igual tratamento para a introdução dos produtos metropolitanos na colónia. O regime ainda se tornava mais gravoso pelo facto de 70 a 80 por cento dos produtos angolanos serem constituídos por matérias-primas que eram depois reexportadas para a colónia, com novo benefício para a economia continental[27].



As economias coloniais foram continuadamente abaladas por crises conjunturais decorrentes da subida ou descida do preço dos produtos autóctones, devido ao facto de se apostar quase exclusivamente numa única produção. Neste período, as chamadas crises do álcool, da borracha, são exemplos marcantes do modo como as alterações no preço ou no comércio de um simples produto podiam afectar toda a economia colonial.

A crise do álcool ocorreu nos primeiros anos do regime republicano, devido à proibição, pelo decreto de 20 de Junho de 1912, de fabrico de bebidas alcoólicas nas colónias, com a finalidade de incrementar a exportação dos vinhos metropolitanos. O problema, como tantos outros, fora herdado da Monarquia. Desde o início da colonização que os portugueses, como todos os europeus, tinham fomentado o consumo de bebidas alcoólicas entre os indígenas e o seu fabrico através da instalação de pequenas unidades de destilação e fermentação.

O gosto por estas bebidas, em regra de grau alcoólico muito elevado, depressa se difundiu entre as populações nativas, pelo que os viticultores da metrópole facilmente se aperceberam das potencialidades dos mercados coloniais para os vinhos portugueses, especialmente nos casos de Angola e Moçambique. A difusão do fabrico de bebidas africanas dificultava a penetração dos vinhos da metrópole, problema que se vinha arrastando desde o final da Monarquia.

Uma vez no poder, os republicanos proibiram o fabrico de bebidas alcoólicas nas colónias, com especial incidência no caso de Angola, onde Norton de Matos, por portaria de 20 de Junho de 1913, proibiu todo o comércio de álcool, aguardente ou bebidas similares destiladas em Angola. Tal facto viria a diminuir as receitas na colónia.

> Esta diferença para menos nos rendimentos da província é devida quase exclusivamente à cessação do fabrico do álcool: em 1911-1912 cobraram-se ainda direitos por aguardentes na importância 508 contos; em 1912-1913 apenas se cobraram 13 contos; hoje não se cobra nada, porque o fabrico cessou por completo.[28]

À crise do álcool seguiu-se a descida de preços da borracha. Após o *boom* de 1910 que dera à província uma receita excepcional de 17 mil contos[29], seguiu-se um período de retracção de preços, com início em 1912. Em 1913 o problema agudizara-se e, no ano de 1914, a crise atingira proporções alarmantes. Estas crises conjunturais decorriam da aposta na produção quase exclusiva de géneros tropicais, com predomínio de um produto. Quando as crises conjunturais atingiam os preços desse produto, a economia da colónia entrava em franco declínio.

Não era nova a ideia de diversificar as culturas em Angola e, a par da cultura do algodão, intensificar a cultura dos cereais e a criação de gado, especialmente nos planaltos. No entanto, estas propostas encontraram sempre dificuldades devido à escassa colonização branca nessas zonas e à relutância em ceder concessões agrícolas aos indígenas. Em detrimento dos chamados «géneros pobres», os produtores e comerciantes africanos preferiram apostar em géneros tropicais de fácil produção e com mercado assegurado na metrópole e no estrangeiro.



## A mão-de-obra indígena

A QUESTÃO DA MÃO-DE-OBRA indígena foi das mais candentes durante Primeira República, provocando acesas discussões e sendo causa de vários embaraços para os políticos republicanos na cena internacional.

A legislação republicana sobre o trabalho indígena iniciou-se com o decreto do Governo Provisório de 27 de Maio de 1911[30]. Neste regulamento repetia-se a afirmação de que o indígena era livre de escolher o trabalho, embora fosse obrigado a trabalhar um certo número de dias por ano para não ser considerado vadio. A proibição da vadiagem e da mendicidade implicava que a autoridade podia impor-lhe trabalho, caso ele não o escolhesse livremente. Como é evidente, esta determinação abria a porta para os abusos que se continuaram a praticar, já que permitia que os indígenas que não se quisessem contratar ou fugissem dos locais de trabalho pudessem ser compelidos, pelas autoridades locais, a prestar serviços ao Estado, ou mesmo a trabalho correccional, previsto no artigo 33.º. Sempre que o Estado não empregasse os indígenas permitia-se, pelo artigo 58.º, que estes fossem obrigados a servir particulares que os requisitassem como serviçais.

A lei estabelecia uma série de condições com as quais se pretendia humanizar a situação dos contratados e que, só por si, demonstram as arbitrariedades a que, até então, estes se encontravam sujeitos. Instituía o prazo máximo de dois anos para os contratos de prestação de serviços; abolia os castigos corporais; não permitia o recrutamento sem a autorização do governador-geral da província; estabelecia cláusulas sobre socorros médicos, vestuário, salário mínimo, proibição de compelir o serviçal a comprar na loja do patrão os bens de que necessitasse e proibição de reter salários. Os contratos passaram a ser individuais e, obrigatoriamente, identificados por impressão digital. Permitia-se, porém, que os patrões corrigissem os seus empregados como se eles fossem menores e que pudessem prendê-los, evitar que se evadissem ou levá-los presos ao curador, embora lhes fosse proibido maltratar os serviçais, conservá-los detidos em lugares insalubres, pôr-lhes algemas, gargalheiras ou quaisquer outros instrumentos que tolhessem a liberdade de movimentos, ou aplicar-lhes multas pecuniárias a descontar nos vencimentos. As constantes notícias sobre o assunto vieram comprovar que a lei não era cumprida e que se verificavam muitos abusos, muitas vezes até por parte dos curadores.

Os problemas do recrutamento e utilização da mão-de-obra indígena eram comuns a todos os territórios africanos, mas alcançaram maior acutilância e gravidade em São Tomé e Príncipe e no sul de Angola. No caso de Moçambique, os problemas fundamentais tiveram que ver com o recrutamento de serviçais para as minas do Rand, previsto no Convénio de 1909 com o Transval, e para a Rodésia, autorizado desde 1897 e renovado pelo acordo de 1913, entre o Governo português e The British South Africa Company.

Ainda não passara um ano sobre o decreto do Governo Provisório e já surgiam as críticas à sua aplicação. Em Março de 1912, surgiam as primeiras críticas sobre a questão da repatriação dos contratados, problema a que estiveram ligados alguns dos eventos mais trágicos ocorridos em São Tomé. O decreto de 1911 consignava a obrigação de repatriar o indígena para o patrão, mas o serviçal tinha o direito de se recontratar ou de se fixar onde estivesse. Esta possibilidade, porém, não foi concretizada e a repatriação tornou-se obrigatória, o que deu origem a vários problemas, especialmente em Angola. De facto, sendo esta colónia o principal fornecedor de mão-de-obra para São Tomé, a maior parte dos contratados, muitas vezes aliciados por engajadores, tinha vindo do interior. Com a obrigatoriedade da repatriação, muitos dos indígenas com 20 e 40 anos de serviço já nem recordavam os seus lugares de origem. Por fim, os que não morriam na viagem ficavam sem meios para regressar às suas terras.

Contra a forma como se processava a repatriação falavam os factos, pois os jornais narravam verdadeiras tragédias, como acontecera em Benguela com a morte de 50 serviçais repatriados de São Tomé[31]. As condições em que o curador desta ilha, que devia zelar pelo cumprimento da lei, procedia à repatriação eram desumanas, pois, «acabado o contrato dos serviçais, em lugar de os deixar depositados nas propriedades onde serviram até alcançarem meio de transporte para Angola, os deposita na cidade, no quintal da câmara, que é de pequenas dimensões, sem abrigo, sem ter sequer onde o preto durma, o que deu em resultado morrerem ultimamente 40 desses serviçais»[32]. Esta e outras situações semelhantes originaram uma campanha contra a obrigatoriedade da repatriação, em que se solicitava ao Governo a suspensão imediata desta medida na forma como se vinha praticando. O assunto, porém, não chegou a ter solução satisfatória.

Em Angola também se passavam situações gravíssimas de verdadeira escravatura. Álvaro de Castro, referindo uma conferência pública do coronel Manuel Maria Coelho, ex-governador daquela província, narrava factos que envolviam as próprias autoridades locais: «o administrador do concelho de Ambaca apreendia aos sobas, para seu próprio negócio, crianças, que foram encontradas, ao tempo da sindicância, em número de 64 e que depois esses mesmos sobas obtinham em troca de três ou quatro bois.»[33] Das ilegalidades que se processavam em Angola também Norton de Matos nos dá testemunho:



> Encontrei restos de escravatura a perturbar, mais pela sua existência, admissão oficial e concordância particular do que pelo seu valor económico, a vida de Angola.[34]

Em sua opinião, o grande mal residia no trabalho forçado, verdadeira chaga que se tornava urgente extirpar, embora estivesse consciente das dificuldades que iria encontrar, como de facto aconteceu, pois, apesar das fortes críticas aos abusos em relação à mão-de-obra indígena, as medidas de Norton de Matos em Angola foram fortemente contestadas.

Norton de Matos ordenara aos governadores dos distritos que informassem os trabalhadores indígenas que eram livres de trabalhar onde quisessem, não estando por isso obrigados a servir o patrão. Esta deliberação deu origem a um coro de protestos, em especial dos agricultores da região de Moçâmedes, um dos locais mais problemáticos em termos de trabalho indígena. No Senado, Bernardino Roque tomou a defesa dos agricultores, anunciando que a deliberação do governador-geral de Angola conduziria à ruína de toda a região. Ao longo de várias sessões, este senador foi retomando o assunto, procurando demonstrar, com exemplos que trazia à Câmara, como as medidas tomadas pelo Governo de Angola estavam a arruinar diversos agricultores, com o perigo de estes venderem as suas propriedades a estrangeiros, ingleses e alemães.

No decreto n.º 951, de 1 de Outubro de 1914, procurou-se reunir a legislação dispersa, entretanto publicada, mas não se introduziram grandes modificações ao regulamento existente. As principais mudanças consistiram na distinção entre os contratos para prestação de serviços na própria colónia de onde o indígena era oriundo e os destinados a outras colónias e ao estrangeiro, no estabelecimento da repatriação facultativa e na aceitação da possibilidade de existência de sociedades recrutadoras, como o meio mais eficaz de induzir o

indígena ao trabalho. As vantagens estabelecidas anteriormente para os patrões eram mantidas e apenas se verificava um maior cuidado em estabelecer minuciosamente as condições de transporte e de assistência médica.

Como se vê, as mudanças introduzidas pela legislação republicana nesta matéria foram bastante modestas. Tratava-se de um problema difícil de solucionar. Devido ao problema estrutural de falta de mão-de-obra nos territórios coloniais, era irrealista pensar que se poderia dispensar o recurso ao trabalho obrigatório, pelo que a maior preocupação dos republicanos consistiu em consignar na lei uma série de medidas que impedissem os tradicionais abusos. No entanto, as insuficiências administrativas impediam a fiscalização eficaz, enquanto a carência de pessoal especializado e a persistência de uma mentalidade arcaica por parte dos patrões e da cobiça e aventureirismo dos engajadores continuavam a manter a exploração sobre os indígenas.

## Notas

1 Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1982, p. 51.

2 A este respeito, veja-se Valentim Alexandre, «A África no imaginário político português (séculos XIX e XX)», *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.º 15, Lisboa, Cosmos, 1995, pp. 39-52.

3 Veja-se Eduardo Lourenço, *ibidem*, e Vitorino de Magalhães Godinho, «Reflexões sobre Portugal e os portugueses na sua história», *Revista de História Económica e Social*, n.º 10, Julho-Dezembro de 1982, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, pp. 1-13.

4 A apresentação do sucesso do Brasil como exemplo da grandeza da obra colonizadora dos portugueses estava muitas vezes presente nos discursos dos políticos e parlamentares republicanos, que apontavam o caso brasileiro como exemplo a seguir em África.

5 Cita-se a título de exemplo as discussões do Senado sobre a extinção dos cargos de alto-comissário de Moçambique e governador de Lourenço Marques, sessão de 24 de Novembro de 1911; sobre a criação da Marinha Colonial, sessão de 8 de Julho de 1912; sobre transferências de funcionários coloniais, sessões de 15 e 23 de Maio de 1913; sobre a promoção de juízes do ultramar, sessão de 30 de Maio de 1913, além de uma série de discussões sobre nomeações de governadores para algumas províncias ultramarinas.



6 Cf. Norton de Matos, *África Nossa. O Que Queremos e o Que Não Queremos nas Nossas Terras de África*, Lisboa, Edições Marânus, 1950, pp. 173-4.

7 *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 36 de 13 de Fevereiro de 1914, p. 9.

8 *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 36 de 13 de Fevereiro de 1914, p. 9

9 *Ibidem*.

10 *Ibidem*, p. 10.

11 Os números da emigração nestes anos não têm comparação com qualquer outro período do regime republicano: 1911 — 48 196; 1912 — 74 853; 1913 — 64 402. Entre 1914 e 1926, a média anual situou-se nos 16 485 indivíduos. Dados recolhidos em A.H. de Oliveira Marques, *História da Primeira República Portuguesa*, Iniciativas Editoriais, s.d., p. 40.

12 Afonso Costa, *O Problema da Emigração*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911, p. 173.

13 O desenvolvimento da criação de gado em Angola como solução para as carências de carne da metrópole foi por várias vezes sugerido no Parlamento por deputados e senadores, mas sempre se mostrava de difícil concretização em virtude das dificuldades de transporte para a metrópole.

14 *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 18 de Janeiro de 1912, p. 8.

15 *Ibidem,* sessão de 8 de Fevereiro de 1912, p. 5.

16 *Diário da Câmara dos Deputados,* sessão de 8 de Fevereiro de 1912, p. 5.

17 *Ibidem*.

18 *Diário das Sessões do Senado*, sessão de 2 de Julho de 1912, intervenção de Bernardino Roque, p. 12.

19 A este respeito contaram-se várias intervenções sobre as causas da emigração portuguesa, com interessantes dados demográficos geográficos e económicos. De entre elas destacamos os discursos de Ezequiel de Campos, que são um excelente retrato da situação do país, especialmente nas sessões de: 8 de Fevereiro de 1912; 21 de Maio de 1912 e 27 de Maio de 1912.

20 *Diário da Câmara dos Deputados,* sessão de 5 de Julho de 1917, parecer n.º 629 (f), pp. 21-22.

21 Segundo testemunho do senador Artur Costa, em 1891, quando esta tinha em cofre 400 mil libras, Mariano de Carvalho pedira à Companhia de Ambaca, por meio de um contrato secreto, essas 400 mil libras, atrasando a construção do caminho-de-ferro (Cf. *Diário do Senado*, sessão de 26 de Janeiro de 1912 p. 3). Em 1891, o Estado fez um primeiro adiantamento à companhia de 1200 contos de réis e, em Outubro do mesmo ano, comprometeu-se a adiantar mais 3335 contos de réis em prestações mensais de 135 contos. (Cf. *Diário*

*da Câmara dos Deputados*, sessão de 14 de Fevereiro de 1912, p. 9). Oliveira Martins, uma vez no Governo, resolveu acabar com esses pagamentos, pelo que não voltaram a ser pagos a partir de 1892.

22 *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 16 de Março de 1914, intervenção de Lisboa de Lima, p.19.

23 Adelino Torres, «A economia do Império (séculos XIX e XX)», *O Império Africano. Séculos XIX e XX*, Lisboa, Edições Colibri/IHC, 2000, pp. 70-71.

24 *Diário das Sessões do Senado*, sessão de 2 de Março de 1914, pp. 12-13.

25 Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 29 de Junho de 1914, parecer n.º 272, pp. 70-81.

26 *Diário da Câmara dos Deputados*, parecer 871, sessão de 18 de Agosto de 1917, pp. 11 e 14.

27 Para confirmar estes dados, verificar as sessões de 18 e 20 de Agosto de 1917, no *Diário da Câmara dos Deputados.*

28 Norton de Matos, *A Situação Financeira e Económica da Província de Angola*, Lisboa, Tipografia da Cooperativa Militar, 1914, p. 19.

29 *Idem*, *ibidem*, p. 16.

30 A legislação republicana sobre trabalho forçado foi muito abundante. Entre 27 de Maio de 1911 e 14 de Outubro de 1914, datas dos principais documentos legislativos da República nesta matéria, foram promulgados mais de dez diplomas, além de numerosas portarias e ofícios. Cf. José de Almada, *Apontamentos sobre Escravatura e Trabalho Indígena das Colónias Portuguesas* (ed. reservada para uso oficial), Lisboa, Imprensa Nacional, 1932.

31 Cf. *Diário das Sessões do Senado*, sessão de 11 de Junho de 1912, p. 3.

32 *Diário das Sessões do Senado*, sessão de 12 de Junho de 1912, intervenção de Boto Machado, p. 2.

33 *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 30 de Abril de 1912, intervenção de Álvaro de Castro, p. 51.

34 Norton de Matos, *África Nossa. O Que Queremos e o Que Não Queremos nas Nossas Terras de África*, Edições Marânus, s.d., p. 107.

# Paradigmas frustrados: perseguição e fuga da modernidade e do progresso

*Maria Fernanda Rollo*

## O país da revolução

Passados os tempos agitados que se seguiram à revolução republicana, era a altura de cumprir e pôr em prática os ideais e as propostas que o republicanismo vinha proclamando.

Para lá da retórica, mesmo considerando a dimensão mais utópica que inspirava o contexto revolucionário que o 5 de Outubro animara, uma vez conquistado o poder, era preciso estruturar a República — cumprindo a transformação essencial do país que, na convicção «revolucionária», decorreria do novo enquadramento político, no sentido da modernidade e do progresso. Acresce, em certo sentido, que a crise financeira e monetária do início da década de 90, no contexto geral de falência do modelo económico liberal, tinha suscitado uma redefinição do papel do Estado, incitando-o a intervir economicamente nos sectores em crise, a proteger e a financiar o desenvolvimento e a construção de infra-estruturas, o que, para além do aumento da capacidade financeira, determinou um reforço da sua autoridade.

No quadro dessa evolução, somava-se a contribuição, paradoxal e modesta, é certo, da crise para que alguma elite económica se consciencializasse da necessidade de proceder à revisão dos seus objectivos e das suas estratégias de actuação, o que significou, nalguns poucos casos, uma aproximação ao republicanismo[1]. Noutro sentido, haveria agora que tornar consequentes as exigências «republicanas», que surgiam entre críticas e denúncias dos escândalos ensombrando a gestão monárquica, nomeadamente reclamando a extinção dos monopólios e o equilíbrio orçamental.

De acordo com a sua ideologia positivista, o republicanismo procurava realizar um projecto socialmente heterogéneo, capaz de concitar o ânimo de todas as classes sociais: tanto as que a Monarquia não

tinha conseguido integrar, como as que estavam descontentes com os seus métodos de governação. A opção vinha ganhando força e expressão, acabando por se reflectir no estilo «interclassista» e «popular»[2] adoptado por alguns oradores republicanos em discursos realizados em Lisboa e nalgumas localidades mais industrializadas do país ou, na síntese de Teófilo Braga, «do acordo das vontades dependia o estabelecimento de um acordo de opiniões»[3]. Sublinhe-se ainda a capacidade táctica de mobilização de alguns círculos operários lisboetas, onde a influência do socialismo e do anarquismo era mais sensível[4]. A propaganda republicana, tendo presente a forma como foi pensada e estruturada e, apesar de apresentar ao povo português a luta contra a Monarquia como o único garante de progresso do país, acabou por demonstrar o poder das massas na manutenção, ou queda, de um regime político, revelando, sobretudo à população urbana, a importância da sua vontade e a consciência da sua força.

Nota prévia ainda, contextualizando o país da revolução, composto por uma população de 5,5 milhões de habitantes, maioritariamente analfabeta e, no essencial, à margem do significado e do impacto do republicanismo vitoriado.

O reformismo, ansiado e instante, estava agora à mercê da mão republicana. Reforma como programa, mas também como necessidade premente que, de resto, tinha levado o Governo monárquico a encomendar, em 1909, ao sociólogo francês León Poinsard um estudo em que se inscrevia o propósito de proceder a uma revisão profunda das instituições do Estado português[5], reforma dos serviços públicos que o Governo Provisório chefiado por Teófilo Braga ainda tentou implementar[6]. O estudo de Poinsard, publicado em 1910, para além do enunciado da reforma económica e social, ficou a valer pelo retrato de um país «desconhecido», até pelo «atraso» que o distinguia dos países europeus mais desenvolvidos. Portugal era descrito e caracterizado, aos olhos de todos, pela situação miserável das suas indústrias, o carácter pouco intensivo da sua agricultura, o conservadorismo dos métodos de produção, o atavismo e a inércia dos seus agentes económicos e políticos. Porém, à margem das intenções e dos propósitos, a reforma teria de esperar.

Em termos gerais pode dizer-se que, em matéria de política económica e financeira, os primeiros anos da República mantiveram os objectivos de promoção do fomento económico e de controlo das contas públicas herdados da Monarquia, havendo porém que definir



a estratégia a prosseguir. Distinguiam-se nesse quadro, no respeito do normativo liberal vigente, como principais instrumentos prosseguidos pelos protagonistas republicanos: (i) a difusão da instrução; (ii) a exploração racional dos recursos coloniais; (iii) o aumento do crédito agrícola; (iv) e, como medida mais polémica e que deu mais brado, o saneamento das contas públicas[7].

Entretanto, ganhariam também algum espaço, e mesmo audiência, propostas pontuais que alguns «pensadores» mais preocupados com o desempenho e o futuro da economia do país, como, entre outros, Basílio Teles[8] ou Ezequiel de Campos[9], vinham lançando em escritos dispersos. Devem nomear-se, entre teses e propostas, a especialização de Portugal na produção agrícola, a valorização do solo, o planeamento regional que, em particular no pensamento de Ezequiel de Campos, envolvia uma consciencialização do papel da energia eléctrica no desenvolvimento, e a valorização da economia nacional[10]. Interessa ainda referir que, durante o Governo Provisório, Basílio Teles chegou a apresentar a Teófilo Braga uma lista de medidas destinadas à reforma do sector agrícola, incluindo a promoção de um inventário dos incultos produtivos. Também Ezequiel de Campos, logo a 27 de Julho de 1911, apresentou um projecto de lei de utilização de terrenos incultos, visando a valorização do Alentejo, do Douro e de Trás-os-Montes, de forma a fixar, no sul do país, parte da população migratória do norte[11]. Qualquer das propostas não passou do papel. Essa magna questão, da reforma agrária, várias vezes ressurgida ao longo da Primeira República e para lá do seu termo, nunca passaria disso mesmo: um propósito, significativo, mas inconsequente.

## O dia seguinte

A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA não repercutiu mudanças imediatas na actividade económica. A Revolução não causou o pânico nos negócios, corridas frenéticas aos depósitos bancários, uma súbita fuga de capitais ou alterações significativas na cotação dos valores da libra[12].

As principais alterações, reflectindo as preocupações da República com o equilíbrio orçamental e com a contenção das despesas, que surgiram imediatamente no campo da gestão das contas públicas, ficaram a dever-se à acção do ministro das Finanças José Relvas[13]. Logo a 17 de Outubro de 1910[14] Relvas anunciou várias disposições

relacionadas com o financiamento do défice para, meses mais tarde, a 22 de Maio de 1911, promulgar a reforma monetária, substituindo o real pelo escudo. Sublinhe-se que, para além desta preocupação com a resolução da denominada «questão financeira» (entendida nos seus três aspectos principais: equilíbrio orçamental, montante da dívida e desvalorização da moeda), o Governo Provisório lançou ainda um conjunto de ideias-base de uma reforma fiscal, entendida de forma global, mas que, na sequência da participação portuguesa na Grande Guerra, ficaria reduzida ao pacote legislativo promulgado em Maio de 1911[15]. O projecto só seria retomado em 1922.

Entretanto, o Governo Provisório tinha lançado um importante sinal de mudança, pretensa expressão clara e formal da reforma prometida. Passaram apenas três dias sobre a Revolução, quando a 8 de Outubro o antigo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria deu lugar ao Ministério do Fomento[16]. Prenúncio de reforma, promessa de mudança, no sentido claro que a designação anunciava, alcançada nalguns domínios mas que, em muitos aspectos tardou ou falhou em assumir textura real.

A verdade é que, para lá da herança, o próprio Governo Provisório reconhecia a permanência das principais orientações económicas, circunscrevendo a sua acção, neste período de transição, à gestão corrente[17].

Na verdade, num cenário dominado pela crise da agricultura, a administração republicana, concentrando embora as suas atenções nesse sector, limitou-se a acompanhar as medidas tomadas pela governação monárquica. Foi o que aconteceu relativamente à crise vinícola, assumindo a continuidade da política proteccionista e das medidas de limitação das zonas de produção dos vinhos moscatéis e generosos accionadas pelo Governo monárquico, a que José Relvas e Brito Camacho[18] juntaram a isenção do pagamento da contribuição predial aos produtores do Douro. O mesmo quadro de continuidade ficou a marcar a posição do Governo Provisório em matéria de política cerealífera, permitindo que a legislação proteccionista, marcada pela «lei da fome» promulgada em 1899 pelo ministro Elvino de Brito, se mantivesse em vigor até ao início da Primeira Guerra Mundial.

Mas foi também sob a gestão do Governo Provisório que, a nível económico e social, se ensaiaram mudanças e introduziram algumas medidas inovadoras e importantes, embora com resultados por vezes modestos e até contraditórios. Foi precisamente o que aconteceu, sob



a acção de Brito Camacho, com a regulamentação do crédito agrícola, promulgada a 1 de Março de 1911[19], de inegável importância mas que ficou comprometida *a priori* pelo facto de ter tido como principais destinatários os proprietários e não propriamente os trabalhadores rurais; além do mais, tendo sido aplicada sem um plano concreto, ficou aquém do que era esperado.

No que respeita ao sector industrial, os primeiros tempos da República primaram também pela ausência de medidas destinadas à concretização do propósito de modernização e desenvolvimento do sector. A principal preocupação do poder político teve mais que ver com o objectivo de segurar o apoio do operariado urbano, nomeadamente através da introdução de disposições relativas à diminuição do imposto sobre o consumo e ao controlo dos preços agrícolas. Mas, também a esse nível, as contradições emergiram de forma evidente, como testemunha a promulgação, pelo ministro do Fomento, o mesmo Brito Camacho, do direito à greve e *lockout*, em 6 de Dezembro de 1910[20].

## Planos desencontrados, entre reformismo e realismo

Foi logo no ano seguinte ao da proclamação da República que, designadamente através da promulgação das *Bases da Nova Constituição Universitária*[21] e do *Plano Geral de Estudos das Faculdades de Ciências*[22], se deu um dos passos mais significativos ao nível do ensino e da formação científica e técnica, compondo um projecto integrado e plenamente assumido tendo em consideração o assinalável potencial de repercussões no quadro do desenvolvimento económico. O enunciado é revelador sob todos os pontos de vista para compreender esse lado «reformador e progressista» da República, no quadro de um entendimento que pressupõe a existência de uma relação entre ensino/formação/ciência, o contexto económico e social e a forma como as suas implicações tiveram impacto no percurso do país.

Foi nesse contexto que Brito Camacho promulgou, em 23 de Maio de 1911, o decreto que criou do Instituto Superior Técnico. Para director, o ministro convidou Alfredo Bensaúde, mineralogista e engenheiro que em 1892 publicara o «Projecto de Reforma do Ensino Tecnológico para o Instituto Industrial e Comercial». Tendo recebido boa parte da sua formação na Alemanha, dirigiu o recém-criado

instituto tendo sempre presente a indispensabilidade do desenvolvimento prático da investigação e a colaboração com o sector industrial — esta foi uma alteração efectivamente importante. Eram então cinco os cursos de engenharia ministrados no Instituto Superior Técnico (IST): minas, engenharia civil, mecânica, electricidade e químico-industrial. Além da criação do IST, deve ainda assinalar-se a iniciativa, ocorrida no mesmo ano, da reforma do Instituto Geral de Agronomia, que passou a Instituto Superior de Agronomia e a formar engenheiros agrónomos e silvicultores. Pouco tempo passado, em 1915, a Academia Politécnica do Porto transformou-se em Faculdade Técnica, mais tarde Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (1926).

A reforma do ensino superior, conforme estudado noutro capítulo deste livro, fez-se sentir em todos os domínios, devendo sempre destacar-se a sua importância e o seu significado, nomeadamente através da criação das Universidade de Lisboa e do Porto e a reforma da Universidade de Coimbra.

Um outro domínio em que a República produziu importantes reformas institucionais foi no sector das telecomunicações; sector fragilizado, sobretudo pela falta de investimento, em concorrência cada vez mais instante no espaço internacional, onde a actuação económica tenderia a diluir-se cada vez mais com o poder político. O Governo Provisório elevou a velha Direcção-geral dos Correios e Telégrafos à categoria de Administração Geral[23]: Administração Geral dos Correios e Telégrafos; sucederam-se ajustes, reestruturações frequentes, fruto de convulsões sociais e de toda uma adaptação necessária à realidade emergente. Na ala privada, a exploração do serviço telefónico de Lisboa e Porto também reflectiu a mudança dos tempos. A Companhia de Telefones sofreria mais tarde o impacto da anemia económica evidenciada no pós-guerra, onde a batalha travada pela recuperação da actividade se fez acompanhar pelo choque de uma economia nacional desmembrada, assente num quadro internacional de contracção dos negócios.

Entretanto, cumprira-se a consagração constitucional do novo regime. A 4 de Setembro de 1911, João Chagas[24] apresentou o programa do primeiro Governo constitucional, definindo como propósitos do gabinete recém-constituído a continuação da obra iniciada pelo Governo Provisório, considerando-a a única forma de consolidar a República por via da sua transformação «no regime de conciliação entre todos os portugueses [...] votados ao renascimento da Pátria»[25]. Francamente visível era o apelo do presidente do Ministério à unidade e coesão de todos os agrupamentos políticos, assumindo, com clareza, que era necessário não desiludir as classes trabalhadoras[26], procurando, em vão, matizar o descontentamento e conter a escala de contestação social que se intensificou e generalizou nesse ano de 1911.



Tornava-se cada vez mais evidente a dificuldade de conciliar as promessas e os propósitos da jovem República, procurando um difícil ponto de equilíbrio entre a ambição das propostas e o imperativo do equilíbrio orçamental. Não tardou muito para que, à medida que o objectivo se ia mostrando cada vez mais difícil de alcançar, aumentasse a clivagem entre os partidários das duas estratégias alternativas: equilíbrio ou reformas.

A modernização do tecido produtivo nacional continuou adiada. Os caminhos que se indicavam para o país, embora prosseguindo o ideal do progresso e da modernidade, não eram claros, nem tão-pouco convincentes em matéria de modernização económica, quer se apostasse ou não explicitamente num processo de industrialização; além do mais, os efeitos das inconstâncias políticas e das fragilidades das finanças públicas repercutiram-se negativamente na iniciativa privada, já de si pouco disponível em concorrer com os seus capitais para a promoção industrial. Eram aliás escassos os interesses da elite económica em apostar nesse sector — a agricultura e o comércio continuaram a representar as suas preferências enquanto os seus capitais eram colocados, em montantes cada vez mais elevados, no exterior.

Porém, no que respeita ao sector agrícola, prevaleceu o predomínio de uma visão centrada no aproveitamento da conjuntura proteccionista que, aliado à existência de uma mão-de-obra abundante, barata e pouco qualificada, acabou por condicionar negativamente a aposta na modernização da agricultura, comprometendo tanto o aumento das produções, como da área cultivada.

De acordo com os dados do Censo de 1911, dos cerca de seis milhões de habitantes mais de metade retirava o seu sustento do sector agrícola. O predomínio de pequenos camponeses e rendeiros era esmagador, superior a 90 por cento. A formação agrária portuguesa, apoiada, sobretudo no que dizia respeito à grande e média propriedade, na produção de três produtos principais — trigo, vinho e cortiça —,

reflectia o modelo económico proteccionista imposto pela crise de 1899[27]. Com a aceitação desse modelo, a República não só permitiu o reforço político do sector mais importante dos campos — latifundiários alentejanos e viticultores —, como deu continuidade a uma exploração extensiva da terra; em suma, tudo aliado à utilização de técnicas rudimentares traduziu-se, inevitavelmente, em níveis de produtividade baixos e em produtos pouco competitivos internacionalmente. Cenário rotineiro e desolador que sofria poucas, ou nenhumas, transformações positivas, à medida que se avançava em direcção à pequena propriedade da região norte do país[28].

Claro que foram surgindo várias vozes, manifestando-se em palcos distintos, observando o incumprimento do sector e procurando soluções, apontando o dedo à acção do Estado ou à falta dela e/ou suscitando nos agricultores o sentido da modernização das práticas agrícolas. Entre todos, sobressaía o escol de técnicos, agrónomos e silvicultores, empenhados no desenho de propostas de melhoramento, apostados em tornar a agricultura num sector capaz de cumprir os mínimos exigíveis por uma população que, na sua esmagadora maioria, dependia dela para seu sustento e modo de vida; os mesmos que se batiam pela necessidade de reduzir a importação de produtos agrícolas, de promover a melhoria das condições de vida do proletariado dos campos e, a partir daí, travar a sangria de emigrantes que em apenas oito anos tinha levado do país mais de 38 mil portugueses[29].

Entretanto, como noutros contextos, a prioridade passava por tentar vencer o drama mais urgente das subsistências; o paradoxo, de resto, prolongar-se-ia para lá da Primeira República, nesse país que, sendo essencial e maioritariamente agrícola, estava muito aquém de alcançar níveis de produção e produtividade agrícolas racionalmente admissíveis à luz da população activa agrícola ou compatíveis com a população que dela dependia.

O sector industrial continuou assim a ocupar uma posição secundária em relação ao agrícola, ocupando, em 1911, cerca de 21 por cento da população activa nacional. Anote-se que esta posição se manteve por largos anos, embora a sua importância fosse maior do que o sugerido pela reduzida percentagem de população activa ocupada, assegurando mesmo o grosso das exportações nacionais. Tratava-se de um sector maioritariamente explorado de forma artesanal, que se manteve dominado pelas indústrias mais tradicionais, sobretudo a têxtil e a alimentar (conservas de peixe e moagem), e alguma química (resinosos e adubos). A indústria pesada era praticamente inexistente. Poucas eram as unidades industriais inovadoras e essas encontravam-se fortemente ligadas ao sector agrícola e muito concentradas na área da grande Lisboa[30].



Entre todas, de realçar o desenvolvimento da indústria química. Inicialmente dominado quase exclusivamente pela produção de adubos, beneficiário do proteccionismo conferido à lavoura, quer no final do século XIX (sobretudo a partir da publicação da lei de Elvino de Brito), quer posteriormente (em particular no âmbito da Campanha do Trigo), o sector conheceu um crescimento e dimensão assinaláveis, nomeadamente no âmbito do complexo industrial da CUF, que em 1908, sob a acção de Alfredo da Silva, inaugurou as suas instalações no Barreiro.

Entretanto, num tempo em que o ambiente internacional fazia temer a iminência de uma deflagração bélica, Ezequiel de Campos debatia-se, a seu modo, pelo fomento do país. Em 1913 publicou a *Conservação da Riqueza Nacional*, onde procurava demonstrar a necessidade de promover o aproveitamento dos rios para a produção de energia eléctrica destinada a abastecer o país. Entendendo, claro, a abundância de energia a preços competitivos como condição para o desenvolvimento da riqueza nacional, mesmo se no seu pensamento, por enquanto, essa tivesse essencialmente que ver com a actividade agrícola. Anos depois, já noutro contexto e com contornos diferentes, Ferreira Dias encetaria uma cruzada que teria o seu momento alto com a aprovação da lei da electrificação do país, em 1944, tendo como pressuposto o desenvolvimento da hidroelectricidade.

Na verdade, embora recentes em Portugal, as primeiras experiências de aproveitamento das quedas de água para a produção de electricidade permitiam que se projectassem os melhores cenários relativamente ao abastecimento. Aliás, Braga já era iluminada a partir do aproveitamento das águas do Cávado pela Sociedade Eléctrica do Norte de Portugal e o aproveitamento hidroeléctrico da Serra da Estrela estava na ordem do dia, tendo-se constituído a Empresa Hidroeléctrica da Serra da Estrela e iniciado a construção da Central do Desterro em 1909. Em breve, também, União Eléctrica Portuguesa (constituída em 1919) passaria a distribuir a energia produzida na hidroeléctrica do Lindoso, onde a Electra del Lima, fundada em 1908, construíra uma central que dispunha de três turboalternadores com a potência total de 40 mil cv.

Nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, Portugal continuava a ser um dos países menos industrializados da Europa, com um produto industrial ao nível de metade do agrícola e um quantitativo de mão-de-obra equivalente a um terço da população activa rural e um elevado grau de dependência externa. Entre outros factores, mantinha-se o quadro redutor de um mercado interno sem dimensão e sem expressão, que o tecido produtivo nacional, sobretudo industrial, pouco diversificado, conservador e sem enunciado em matéria de concorrência externa, não conseguia vencer ou ultrapassar.

Ao nível da realidade económica e em matéria de orientações económicas, não se registaram alterações ou conheceram medidas de monta no tempo dos primeiros governos republicanos, sendo que, entre paradigmas frustrados, sobrevinha como contradição cada vez mais evidente a busca simultânea das reformas económicas e do equilíbrio das contas públicas. Foi já em 1913 que Afonso Costa, chegando pela primeira vez à chefia do Governo[31], ousou vencer o impasse, fazendo prevalecer a opção do equilíbrio das contas públicas. A estratégia era clara, privilegiando o saneamento financeiro como pressuposto indispensável à conquista da confiança dos principais agentes económicos, travando a sangria de capitais e redireccionando-os no sentido do investimento nacional que, a par de outras medidas, conduziria à reforma económica. A reparação da situação financeira do país, impondo uma política penalizadora em termos sociais e políticos, passaria pela adopção de uma política de austeridade, em tom deflacionista, impondo cortes nas despesas e aumentos de receitas, envolvendo a contenção dos salários reais, entre outras medidas[32]. O resultado foi excepcional e notável, assumindo um alcance e um significado muito superiores à sua dimensão real, sobretudo no que respeita ao impacto político que a prazo revelaria. O equilíbrio orçamental alcançado foi único na história da Primeira República, mas o impacto ficou aquém do esperado em matéria de estabilização e confiança. É verdade que também não houve tempo para perceber os resultados dessa política financeira, em breve interrompida pela iminência da guerra.

Sob o signo da Grande Guerra, entrecruzado por crises e perturbações nacionais e internacionais afectando quer a metrópole quer as colónias nos diversos sectores de actividade, confrontado com o crescimento da contestação operária, o período republicano conheceu, apesar de tudo, momentos em que ocorreram desenvolvimentos interessantes no sector produtivo nacional.



Assinale-se, assim, a importância desta guerra, embora os seus efeitos tenham sido desiguais e contraditórios para os diversos ramos de actividade. Refiram-se os casos, para além da indústria química (CUF, Sapec), do sector cimenteiro (sobretudo nos anos 20 com a Empresa de Cimentos de Leiria, de Henrique Sommer), do sector mineiro e da indústria extractiva e o desenvolvimento da metalurgia e da metalomecânica. A indústria extractiva conheceu um desenvolvimento interessante à sombra da guerra, conseguindo exportar minérios raros que em condições normais assumiam preços de exploração não compensatórios. Desde logo, a intensificação da actividade das minas portuguesas durante o período, face à nova conjuntura e à incapacidade manifesta do serviço de minas tal como estava montado em corresponder às novas exigências suscitadas por essa uma acrescida actividade mineira, conduziu Bernardino Machado à promulgação da Lei n.º 677, destinada a regulamentar o exercício da exploração de minas[33]. Novas alterações de carácter administrativo viriam a ocorrer durante o sidonismo. Sidónio Pais, depois de algumas medidas de aliciamento, acabaria por privilegiar o sector agrícola em detrimento do industrial, acabando por beneficiar apenas aquelas indústrias mais directamente ligadas à agricultura — não apenas as químicas, mas também as que vinham produzindo equipamento para o trabalho nos campos.

Além do incentivo intrínseco ao sector mineiro, o súbito crescimento da indústria extractiva, acompanhado do quase desaparecimento da concorrência internacional, contribuiu para o desenvolvimento da metalurgia e da metalomecânica, que figuram entre os sectores que de facto ganharam, pelo menos momentaneamente, com a guerra. Não obstante as debilidades intrínsecas à estrutura oficinal do sector e, consequentemente, a sua fraca competitividade — a industrialização falhava em potenciar a produção de equipamento — e a vulnerabilidade face à concorrência estrangeira, as indústrias metalúrgicas, ultrapassadas as dificuldades resultantes dos défices de fornecimento e que se fizeram sentir com maior acuidade nos períodos inicial e final da guerra, tiveram uma evolução interessante. O dinamismo que entremeou esses dois momentos (de que é testemunho a fusão, em 1915, da Vulcano com a Colares) permitiu que no período do pós-guerra o sector entrasse num ciclo de crescimento e expansão protagonizado por empresas como a própria Vulcano & Colares, a Metalúrgica Duarte Ferreira, a Fundição de Construções Mecânicas

de Oeiras ou a Oliveira, Filhos & C.ª. O pequeno e fugaz surto industrial, beneficiário da liquidez que a guerra propiciaria, das medidas proteccionistas e de desvalorização da moeda, seria porém de pouca dura. A conjuntura degradar-se-ia significativamente nos anos seguintes, aumentando o desconforto não só entre os mais ligados aos sectores da agricultura e do comércio, mas também junto daqueles que viam os seus magros salários esmagados pela inflação.

A Grande Guerra constituiu um momento de ruptura profunda, compôs uma experiência inolvidável, pelo rasto de morte e destruição que uma guerra sempre representa e para além disso, por ter sido o virar da página para um novo ciclo na história mundial. As consequências económicas e sociais desse primeiro conflito mundial foram profundas, quer à escala nacional quer no quadro internacional, envolvendo designadamente a alteração da hierarquia das potências ocidentais em combinação com a eclosão da revolução soviética.

Entre tantos efeitos, destaque-se a ascensão e o reforço do papel do Estado. Obrigado a gerir a economia de guerra, o Estado exerceu funções que eram desconhecidas e até inconcebíveis na ortodoxia de feição liberal que regulava as relações económicas no período da *belle époque* e que impedia a intervenção estatal para lá das funções mais tradicionais de regulação e gestão das questões monetárias e das relações comerciais externas. Depois da guerra, nada voltou a ser como dantes...

## Notas

1 Refira-se, apenas a título de exemplo, o apoio de alguns grandes proprietários ao programa revolucionário, como Manuel Jacinto Nunes e Gomes Palma.

2 Cf. Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910,* vol. I, Coimbra, Faculdade de Letras, 1991, pp.107-108; *Teófilo Braga e os Republicanos,* Carlos Consiglieri (introdução e notas), Lisboa, Veja, s/d.

3 Teófilo Braga, *História das Ideias Republicanas em Portugal,* Lisboa, Veja, 1983, p.108.

4 Em 1904, Bernardino Machado pedia a intervenção do Estado na regulamentação de matérias como o risco profissional e o trabalho de mulheres e crianças. Cf. A.H. de Oliveira Marques e Fernando Marques da Costa, *Bernardino Machado,* Lisboa, s/e, 1978, p. 101. Outro exemplo desta estratégia de captação de apoio do operariado foi, ainda, o convite dirigido, em Janeiro de 1910, por Inocêncio Camacho, membro do Directório do PRP, a todos os socialistas portugueses para que auxiliassem «os republicanos, por todos os processos, na implantação da República». Veja-se *A Luta,* 4 de Janeiro de 1910, p. 2.

5 León Poinsard, *Le Portugal inconnu,* 2 vols., Paris, Bureaux de La Science Sociale, Março e Abril de 1910.

6 Sobre as dificuldades governativas do Governo Provisório ver, entre outros, David Ferreira, *História Política da Primeira República Portuguesa (1910-1915)*, I Parte, Lisboa, Livros Horizonte, 1973, pp. 26-27.

7 Cf. Jorge Borges de Macedo, «A problemática tecnológica no processo da continuidade República-Ditadura Militar-Estado Novo», *Economia*, vol. III, n.º 3, Outubro de 1979, pp. 430-434; Maria Eugénia Mata, *As Finanças Públicas Portuguesas da Regeneração à Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, Banco de Portugal, Série História Económica, n.º 4, 1993, p. 271, e António José Telo, «A busca frustrada do desenvolvimento», *in* António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo,* vol. 2, Alfa, 1990, pp. 134-135.

8 Basílio Teles (1856-1923). Nasceu no Porto, cidade onde, mais tarde, frequentou a Academia Politécnica e a Escola Médico-Cirúrgica. Filiado e membro do Directório do Partido Republicano Português, foi membro do Clube de Propaganda Patriótica do Norte. Foi autor de uma vasta obra sobre os problemas económicos nacionais, destacando-se *Problema Agrícola,* 1891*, Estudos Históricos e Económicos,* 1901*, Introdução ao Problema do Trabalho Nacional,* 1901, e *A Carestia de Vida nos Campos,* 1903.

9 Ezequiel de Campos (1874-1965). Engenheiro pela Academia Politécnica, docente do Instituto Superior de Comércio do Porto e da Faculdade de Engenharia. Desempenhou funções como chefe dos estudos hidráulicos do Douro, Cávado e Tejo. Foi eleito deputado por Santo Tirso em 1911. Ocupou a pasta da Agricultura no ministério presidido por José Domingues dos Santos (22-11-1924 a 15-02-1925).

10 Sobre a temática da modernização económica durante a Primeira República, ver Maria Fernanda Rollo, «Engenharia e História: percursos cruzados», *in* José Maria Brandão de Brito, Manuel Heitor e Maria Fernanda Rollo (coord.), *Engenho e Obra — Uma Abordagem à História da Engenharia em Portugal no Século XX,* Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2003, pp.30-55, e Jorge Borges de Macedo, «A problemática tecnológica no processo da continuidade República-Ditadura Militar-Estado Novo», *ibidem*, pp. 433-434.

11 Cf. António José Telo, «A busca frustrada do desenvolvimento», *ibidem*, pp. 137-138.

12 De acordo com Velhinho Correia, a cotação média da libra situava-se nos seguintes valores: 1909-1910 — 5$02; 1910-1911 — 4$85; 1911-1912 — 4$90. Francisco Gonçalves Velhinho Correia, *Situação Económica e Financeira de Portugal. Economia Geral, Agricultura, Subsistências, Comércio, Indústria e Vias de Comunicação,* Lisboa, Imprensa Nacional, 1926.

13 José Mascarenhas Relvas (1858-1929), ministro das Finanças do Governo Provisório entre 12 de Outubro de 1910 e 3 de Setembro de 1911.

14 *Diário do Governo,* n.º 11 de 18 de Outubro de 1910.

15 Este pacote legislativo da autoria de José Relvas era composto por quatro medidas: transformação da contribuição predial rústica num imposto de quota, criando-se para o efeito uma taxa progressiva; alargamento da contribuição de registo sobre heranças e doações; abolição da contribuição das rendas de casa e incorporação dos adicionais do imposto adicional, do imposto complementar e do imposto extraordinário nas verbas dos respectivos impostos. Ver Maria Eugénia Mata, «Sistemas fiscais e reformas fiscais», *in* Nuno Valério, Ana Bela Nunes, Carlos Bastien e Eugénia Mata (coord.), *As Finanças Públicas no Parlamento Português Estudos Preliminares*, Lisboa, Afrontamento, 2001, pp. 89-108.

16 Decreto de 8 de Outubro de 1910, *Diário do Governo,* n.º 4 de 10 de Outubro de 1910.

17 António José Telo, «A busca frustrada do desenvolvimento», *ibidem*, pp. 134-135.

18 Manuel de Brito Camacho (1862-1934). Ministro do Fomento do Governo Provisório entre 22 de Novembro de 1910 e 3 de Setembro de 1911.

19 Cf. *Diário do Governo,* n.º 80, de 7 de Abril de 1911. O diploma retoma, no essencial, uma proposta apresentada em 1908, durante a Monarquia Constitucional.

20 *Diário do Governo,* n.º 53, de 7 de Dezembro de 1910.

21 Decreto de 19 de Abril de 1911. *Diário do Governo,* n.º 93, de 22 de Abril de 1911.

22 *Diário do Governo*, n.º 112, de 15 de Maio de 1911.

23 Cf. *Diário do Governo*, n.º 122, de 26 de Maio de 1911.

24 João Pinheiro Chagas (1863-1925), presidente do Primeiro Governo Constitucional, entre 4 de Setembro de 1911 e 12 de Novembro de 1911, cargo que acumulou com as pastas do Interior (entre 3 de Setembro e 12 de Novembro de 1911) e dos Negócios Estrangeiros (de 3 de Setembro a 11 de Outubro de 1911).



25 João Chagas afirmou ainda que o Executivo que presidia não pretendia ser um Governo de acção partidária, procurando antes assegurar a «unidade moral» de todos os republicanos. A declaração ministerial que leu no Parlamento reflectia, no entanto, algumas das principais linhas de acção do programa do PRP. O programa de Governo apresentado por João Chagas encontra-se transcrito no *Diário da Câmara dos Deputados.* Cf. *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão n.º 5 de 4 de Setembro de 1911, p.4.

26 *Ibidem*.

27 Sobre esta temática, veja-se em particular António José Telo, «A busca frustrada do desenvolvimento», *ibidem*, pp.124-140, e A.H. de Oliveira Marques e Fernanda Rollo, «Agricultura, Pecuária e Pescas», *in* A.H. de Oliveira Marques (coord. do vol. e dir.) e Joel Serrão (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. XI, *Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Editorial Presença, 1991, pp. 65-114.

28 De acordo com o Censo elaborado em 1911, para além dos 14 900 km² do território nacional, totalmente improdutivos, existiam 182 mil proprietários no distrito de Viseu, números que, quando comparados com os apenas 11 500 donos de terra do distrito de Évora, revelam, sem grande novidade, o carácter fragmentário da propriedade rural a norte, e o predomínio do grande latifúndio na região sul. Sobre a evolução da propriedade rural durante a Primeira República, veja-se: A.H. de Oliveira Marques e Fernanda Rollo, «A Propriedade», *in* A.H. de Oliveira Marques (coord. do vol. e dir.) e Joel Serrão (dir.), *ibidem*, pp. 35-64.

29 Cf. Afonso Costa, *Estudos de Economia Nacional — I O Problema da Emigração,* Lisboa, Imprensa Nacional, 1911, p. 83.

30 Sobre a temática do desenvolvimento industrial no final da Monarquia e nos primeiros tempos da República ver, entre outros, Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na Alvorada do Século XX — Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*, Lisboa, Editorial Presença, 1988; António José Telo, «A busca frustrada do desenvolvimento...», pp. 123-170; A.H. de Oliveira Marques e Fernanda Rollo, «O surto industrial», *in* A.H. de Oliveira Marques (coord. do vol. e dir.) e Joel Serrão (dir.), *ibidem*, pp. 115-145. Mais recentemente, os trabalhos de Miriam Halpern Pereira, *Diversidade e Assimetrias: Portugal nos Séculos XIX e XX,* Lisboa, ICS, 2001; Maria Fernanda Rollo, «Engenharia e História: percursos cruzados», *ibidem*, pp. 30-55; Ana Paula Pires, «Persistência, tenacidade, ideia e arte: a metalurgia portuguesa durante a primeira metade do século XX», *in* José Maria Brandão de Brito, Manuel Heitor e Maria Fernanda Rollo (coord.), *ibidem*, pp. 150-155; Pedro Lains, *Os Progressos do Atraso. Uma Nova História Económica de Portugal (1842-1992),*

Lisboa, ICS, 2003; e Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (org.), *História Económica de Portugal (1700-2000)*, vol. III, Lisboa, ICS, 2005.

31 O primeiro Governo chefiado por Afonso Costa, que também assumiu a pasta das Finanças, durou entre 9 de Janeiro de 1913 e 9 de Fevereiro de 1914.

32 Refira-se, em particular, a lei de contenção de despesas promulgada em 15 de Março de 1913 que ficou conhecida por «Lei Travão».

33 Lei n.º 677, *Diário do Governo*, n.º 57, Primeira Série, de 13 de Abril de 1917. Ver Fernanda Rollo, «Memórias da vontade: da implantação da indústria siderúrgica e do desenvolvimento industrial do país», *in* Maria Fernanda Rollo (coord.), *Memórias da Siderurgia. Contribuições para História da Indústria Siderúrgica em Portugal*, ed. História e CM do Seixal, 2005.

# Parte 3
# A Guerra

# A República e a Grande Guerra

*Fernando Rosas*

Sabemos hoje que a partir da eclosão do conflito mundial, em Agosto de 1914, toda a vida da República, de alguma forma, rodaria em torno da magna questão de saber se Portugal deveria ou não participar militarmente no teatro europeu do conflito. Se deveria ou não empenhar todas as energias anímicas, económicas, financeiras, políticas e militares do país nesse confronto, encarado pelos seus defensores como esforço culminante e decisivo. Adiante se verá que visões estratégicas e que intuitos tácticos subjaziam aos argumentos esgrimidos por intervencionistas e não-intervencionistas. O facto é que, em Maio de 1915, derrubado pela revolução o Governo de Pimenta de Castro, os partidários de Afonso Costa e os seus aliados da facção guerrista do Partido Evolucionista ficaram com o campo livre para retomar as políticas de preparação da intervenção. Faltava ganhar a batalha diplomática, isto é, vencer a oposição britânica à beligerância portuguesa. Mas, também nesta frente, a situação será ultrapassada entre Dezembro desse ano e Fevereiro de 1916, quando a urgência de a Grã-Bretanha deitar mão aos navios dos impérios centrais estacionados no Tejo a convence a invocar a Aliança para pedir a Portugal o seu confisco como exercício de um direito de beligerância por parte de um aliado na guerra. O que se fará com pompa e circunstância, quase festivamente. A 9 e 11 de Março, respectivamente, como resposta, a Alemanha e a Áustria declaram guerra a Portugal. A 26 de Janeiro de 1917 parte para a Flandres o primeiro contingente do Corpo Expedicionário Português (CEP).

Não deixa de ser surpreendente, mesmo para quem procure compreender o espírito da época e do que estava em jogo, a forma como, a golpes de puro voluntarismo ideológico, os afonsistas e seus apoiantes arrastaram o Portugal rural, massivamente analfabeto, rudimentarmente industrializado, sofrendo já de uma terrível situação social,

económica e financeira, para a mais vasta, sofisticada, mortífera e dispendiosa guerra que a humanidade tinha até então conhecido.

Na realidade, a guerra foi a morte da Primeira República. Ela iria exacerbar todos os graves problemas e contradições que, desde o início, atravessavam o novo regime: acentuou ao extremo a impopularidade e a crise de legitimidade do poder de Afonso Costa e do PRP; instalou a guerra aberta entre o movimento operário e o «racha-sindicalismo» do Governo afonsista; relançou com furor, após a relativa «acalmação» de 1914/1915, o conflito com a Igreja Católica e a mobilização rural contra a cidade «ateia, grevista e republicana»; precipitou uma crise social, económica e financeira sem precedentes. Os efeitos fizeram-se sentir em dois tempos.

Num primeiro momento, o golpe de Sidónio Pais, a 5 de Dezembro de 1917, derrubou o Governo de Afonso Costa e quase acabava com a Primeira República, não fora as direitas portuguesas e o seu breve mas carismático «*leader*», na altura, não terem ainda a experiência de como unir os seus diferentes sectores em torno de uma alternativa autoritária durável ao regime liberal. A tentativa sidonista seria, todavia, sob muitos aspectos, premonitória. E Salazar, anos mais, tarde, beneficiaria do seu capital de erros e de pioneirismo.

Num segundo momento, a República restaurada como Nova em 1919, apesar das vitórias restauracionistas desse ano, apesar dos esforços de modernização e reconstituição dos seus sectores mais radicais, apesar das tentativas de recomposição do «bloco do 5 de Outubro», não conseguiria sobreviver aos embates provocados pela enorme crise financeira, económica, social e política provocada pela Grande Guerra. Da guerra civil larvar que então se agudiza acabará por sair vitoriosa, num longo e doloroso processo de transição, a Ditadura Militar, em 1926, e o Estado Novo salazarista, em 1933.

# O conflito mundial

*Ana Paula Pires*

## Um conflito global nas fronteiras de um mundo a preto-e-branco

Sessenta e cinco milhões de homens mobilizados.

Nove milhões de soldados e cinco milhões de civis mortos em todo o mundo.

Vinte milhões de feridos e milhares de prisioneiros e desaparecidos.

Ao rol da memória, e para além da frieza dos números, há ainda que acrescentar a invasão, a destruição e a transformação cultural, científica, política e económica das fronteiras de um mundo imutável — sem costuras — que desde havia um século não conhecia uma guerra que envolvesse todas as grandes potências, ou mesmo a maioria delas.

A Primeira Guerra Mundial envolveu todos os países europeus, com excepção da Espanha, dos Países Baixos, da Escandinávia e da Suíça. Portugal mobilizou mais de cem mil homens, dos quais cerca de oito mil perderam a vida nas trincheiras da Flandres ou nos campos de batalha de África.

A chegada do mês de Agosto de 1914 determinou por isso o fecho de um capítulo na história mundial; com ele sobreveio a insegurança, a angústia e o sacrifício... Assim, seria até porque os reflexos políticos deste momento de viragem determinaram não só o fim do absolutismo monárquico, como o desaparecimento dos impérios austro-húngaro e turco otomano e das três dinastias reinantes que tinham entrado na guerra — alemã, austríaca e russa —, colocando-se um ponto final à antiga ordem mundial. O começo desta história deve por isso ser contado tendo presente o «centralismo» da civilização europeia e a crença inabalável na supremacia universal do continente que fora berço das revoluções científica e industrial.

## Universalismo

As realidades económicas tinham-se imposto, determinando o exacerbar da concorrência entre as grandes potências europeias, dinamismo cujos reflexos acabariam, inevitavelmente, por se traduzir numa rivalidade política crescente, medida também ela à escala internacional. Francamente visível em toda esta história era por isso o carácter imperioso com que países como a Alemanha ou a Grã-Bretanha tinham partido à conquista de novos mercados, tanto para colocarem como para adquirirem matérias-primas e produtos manufacturados. Recorde-se também que desde 1890 todas as potências europeias, os Estados Unidos da América e o Japão partilhavam a mesma unidade monetária internacional: o padrão-ouro, o que acabou por determinar que as transacções fossem calculadas em moedas de valor praticamente imutável.

É necessário por isso apreciar a dimensão e avaliar os efeitos das ambições expansionistas de uma Alemanha empenhada em construir, e consolidar, uma política global de conquista de posições marítimas, ameaçando não só uma Grã-Bretanha já em declínio, mas também, e inevitavelmente, as restantes potências económicas europeias em crescimento. Em 1913 os alemães eram já responsáveis por 15,7 por cento das manufacturas mundiais. Não é portanto de estranhar o clima de tensão e o consequente aprofundar do movimento das nacionalidades, numa clara reacção social a uma unificação económica crescente, irreversível e entendida à escala global.

A internacionalização da economia não era um fenómeno novo, apenas ganhara um ritmo e uma intensidade diferentes: a rede de transacções de bens e pessoas estendera-se, trazendo para o centro da economia-mundo espaços remotos e periféricos. As exportações europeias quadruplicaram entre 1848 e 1875, a navegação mercante mundial passou, entre 1840 e 1870, de dez para 16 milhões de toneladas, e a rede de caminhos-de-ferro cresceu de 200 mil quilómetros, em 1870, para cerca de um milhão pouco antes da Primeira Guerra Mundial.

As comunicações (terrestres e de «voz») haviam adquirido uma nova dimensão, transformando-se, ao longo da segunda metade do século XIX, no principal instrumento de uma internacionalização que envolveu e desencadeou um cenário de mutação global e geral, suscitada pelo salto tecnológico que produziu a Revolução Industrial (ou, se se preferir, as duas revoluções industriais). O dinamismo económico destes anos reforçava assim a crença positivista no conceito de progresso, ao mesmo tempo que promovia a aliança entre investigação científica e desenvolvimento técnico. A ciência saíra do experimentalismo laboratorial, invadindo e transformando o quotidiano de finais do século: durante a noite, quando a electricidade substituía as luzes baças dos candeeiros a gás nas ruas das principais praças mundiais, ou quando o vapor e o telégrafo encurtavam, cada vez mais, as distâncias que separavam Londres da Índia ou o Porto dos Estados Unidos[1].



A mobilidade tornou-se mais fácil de alcançar: para o europeu culto, era agora mais fácil viver entre Paris e Londres, mas também para os operários e camponeses era agora possível sair da periferia da Europa, oferecendo a sua força de trabalho às fábricas e centros industriais do Velho e do Novo Mundo, o que tornou possível a países como a França compensarem a sua inevitável inferioridade demográfica. Por outras palavras, assistiu-se à criação de uma economia global única, apoiada numa rede cada vez mais densa de circulação de pessoas, capitais e mercadorias, realidade visível, aliás, num movimento de interdependência contínua, e crescente, entre países desenvolvidos e o mundo subdesenvolvido. Assinale-se ainda outra realidade que ajuda a compreender melhor o sentido desta interconexão: a assinatura de convenções internacionais regulamentando os serviços telegráficos e postais, como também os horários e a circulação dos comboios[2].

Todos estes aspectos servem para reforçar o carácter seguro com que, apesar de uma crescente corrida aos armamentos, se considerou que a internacionalização da economia ou, se preferirmos, o robustecimento das relações comerciais e financeiras, constituiriam, por si só, um forte entrave à eclosão de qualquer conflito envolvendo as principais potências europeias; por outro lado, era também sólida a convicção de que, em caso de confronto, este teria necessariamente de ser breve. Sublinhe-se a propósito as posições antiguerra da *city* londrina e a própria postura do Governo inglês, ao considerar inicialmente que a única forma de evitar um colapso total no crédito europeu era, num cenário de guerra na Europa, a Grã-Bretanha optar pela neutralidade. Ao nível das estratégias, importa por isso referir que, no quadro internacional, logo em 1911, poucos dias antes da sua nomeação para o Almirantado, Winston Churchill tinha já acentuado em vários escritos que «a preservação da riqueza, dos recursos naturais e do território do Estado»[3] dependia de uma preparação adequada para a guerra.

Refira-se, ainda nesta linhagem, a forma previdente com que, dois dias antes da declaração de guerra da Grã-Bretanha à Alemanha,

o chanceler do Tesouro britânico, Lloyd George[4], tinha promovido uma reunião com banqueiros e representantes do Banco de Inglaterra, procurando reflectir e esboçar uma estratégia concertada de forma a evitar, em caso de confrontação, uma crise financeira prolongada. A importância desta dinâmica deve ser analisada não só pelo que significou em termos de resultados imediatos (encerramento de todos os bancos até 7 de Agosto e ordenação de uma moratória sobre todas as dívidas e obrigações superiores a cinco libras), mas essencialmente pela preocupação demonstrada pelo poder político britânico, desde o primeiro momento, em preparar o regresso à normalidade assegurando uma recuperação rápida da economia[5]. Para terminar, interessa referir ainda, pelos seus efeitos duradouros e dificilmente quantificáveis, a implementação, por parte do Governo inglês, de um conjunto de medidas tendentes a isolar economicamente os impérios centrais, e de que fizeram parte, num primeiro momento, o corte dos cabos submarinos alemães e a aplicação do plano do Almirantado, tendo em vista o controlo da navegação mundial[6].

## Preparação

Caracterizadas sumariamente algumas das transformações derivadas da internacionalização da realidade económica, é tempo de retomar a Alemanha, sublinhando algumas marcas genéticas que determinaram o seu percurso histórico a partir de 1871, data formal da sua unificação. E a este nível é indispensável ponderar o papel e a influência desempenhados pelo nacionalismo, tanto nos processos de unificação como nos movimentos independentistas que foram surgindo em vários territórios europeus ao longo da segunda metade do século XIX. De resto, sabemos também que, em muitos casos, esta formação de novos Estados independentes acabou por se traduzir numa maior aproximação ao Ocidente; neste sentido, o novo Estado da Roménia (1877), incrustado entre os impérios austro-húngaro e russo, e rodeado por vizinhos eslavos, acabou por importar e implementar os modelos educativos, culturais e administrativos franceses.

Este acentuar do movimento das nacionalidades não poderia deixar por isso de se reflectir nesse enorme mosaico cultural e étnico que era o Império Otomano e, para além da separação da Roménia, o Califado acabaria por perder também, um ano mais tarde, os territórios da Bulgária e da Sérvia. Foi de resto com este espírito que, já nos primeiros anos do século XX, a Noruega acabou por se separar da Suécia (1905) e a Albânia, num processo bem mais complexo, acabaria por ver confirmada, pela Conferência de Londres em Dezembro de 1912, a sua independência.

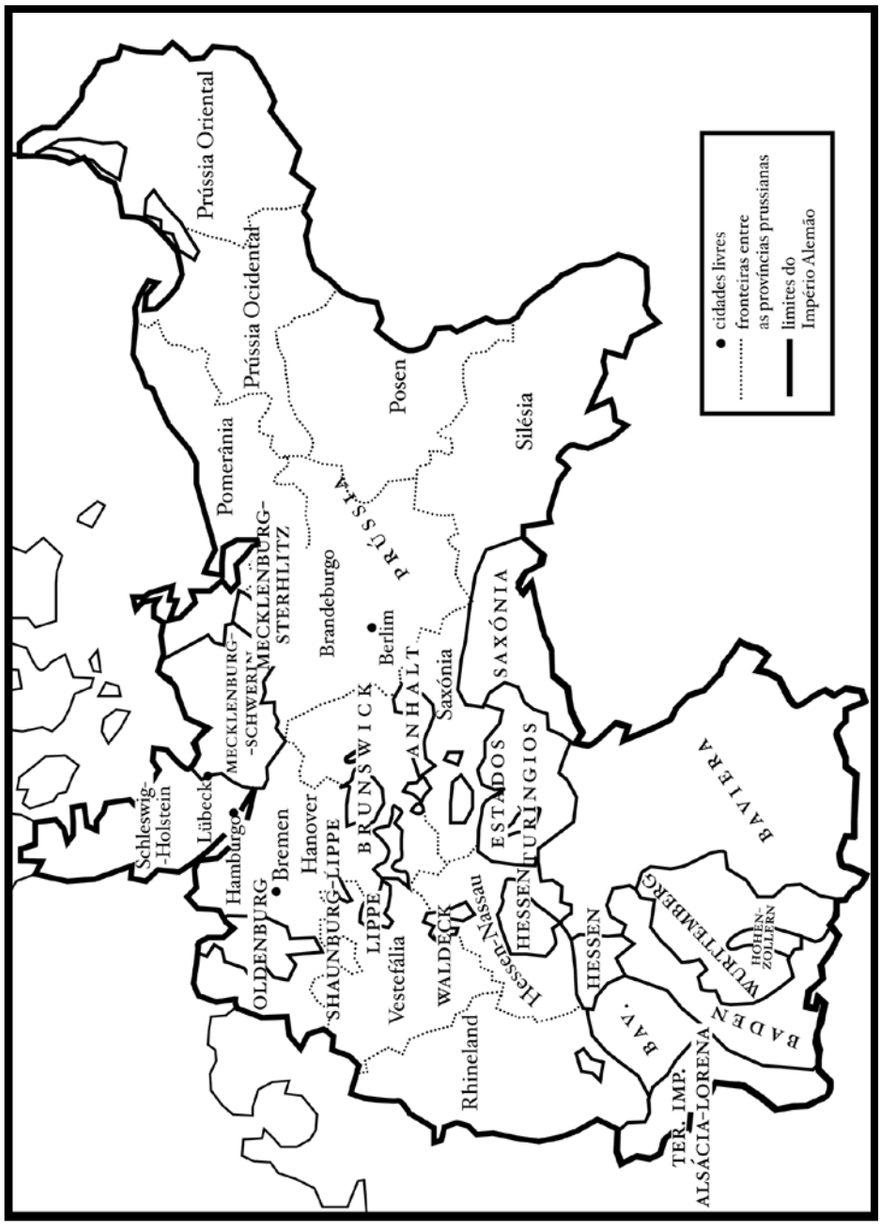


Atente-se por isso que é necessário avaliar a dimensão e apreciar os efeitos da influência exercida por alguns grupos de pressão germânicos, que viam na criação de uma esquadra ultramarina e na constituição de um império colonial uma nova missão para o *Reich*; de resto, até então tinha sido impossível desenvolver ou potenciar uma política colonial, à semelhança da que vinha sendo levada a cabo pela Grã-Bretanha e pela França, o que colocou inevitavelmente no centro de todas as preocupações de Guilherme I e do chanceler Bismarck a necessidade de a Alemanha partir, logo nos primeiros anos da década de 80, à conquista de novos territórios no continente africano. Na sua opção ideológica e política, a Alemanha — cuja posição estava já assegurada no continente europeu — tornava visível a sua pretensão de se tornar uma potência à escala planetária.

O nacionalismo europeu encontrava-se por isso intimamente ligado à expansão imperial. Recorde-se que a partir da década de 80 do século XIX, para além da «corrida» para África, a Europa encontrava-se também visivelmente empenhada na divisão em áreas de influência daquilo que restava do já decadente império manchu, na China — dinâmica sentida e expressa no simples facto de, em África, apenas dois países não serem governados pelos europeus (Libéria e a Abissínia), enquanto na Ásia somente o Afeganistão, o Sião, o Tibete e o Japão permaneciam independentes da ordem tutelar do Velho Continente[7].

Em 1888, Guilherme II substituiu o seu avô no trono germânico. A orientação estratégica que o novo governante imprimiu ao império reflectiu imediatamente o tom agressivo com que assegurou directamente o comando político alemão e a imprudência com que, a nível diplomático, orientou a sua política externa, conseguindo inverter o sistema de alianças e tratados de paz que Otto von Bismarck consolidara nas últimas décadas. De resto, as mutações que então se operaram acabaram por fazer o seu curso, culminando inevitavelmente na demissão, depois dos resultados favoráveis obtidos pelos partidos do centro e da esquerda nas eleições de 1890, do próprio chanceler; se dúvidas restassem, estava confirmado o caminho traçado e o pensamento e a acção que, de ora em diante, iriam conduzir a governação de Guilherme II.

A Alemanha em 1871






Sabemos também como ainda prevaleciam na memória do país as lembranças de um tempo marcado pela guerra e pela turbulência e em que a Alemanha representou, muitas vezes, o papel de campo de batalha da Europa. Entre tudo, e para além desta ideia de constante insegurança, continuava a imperar um sentimento de inferioridade relativamente a países como a Grã-Bretanha (detentora de império colonial e de um poderio marítimo superiores ao alemão), a Rússia (país com uma população bastante mais numerosa do que a do *Reich*) ou aos Estados Unidos da América, cujo poderio económico em franca ascensão era também encarado como uma possível ameaça à supremacia germânica. Note-se ainda que, após a Guerra Hispano-americana (1898), os Estados Unidos tinham reconhecido a indispensabilidade de implementarem uma política de expansão e de conquista de áreas de influência além-mar.

Todos estes pressupostos se encontram presentes nos planos de preparação militar levados a cabo a partir de 1897, quando a Alemanha assumiu com clareza o propósito de iniciar uma política externa mais agressiva — *weltpolitik* —, que acabou por ter a sua orientação mais expressiva na expansão da esquadra de guerra, iniciada nesse mesmo ano sob a orientação do almirante Tirpitz. Foi precisamente a partir deste momento, num quadro, como vimos, perfeitamente justificado pela ameaça da corrida aos armamentos, que a Grã-Bretanha encontrou os fundamentos que lhe faltavam para legitimar como necessário e imprescindível à preservação da sua supremacia nos mares a necessidade de se continuarem a fazer despesas com o armamento naval. Segundo as ideias então prevalecentes, uma marinha alemã forte e poderosa acabaria necessariamente por constituir uma ameaça à liberdade de acção da Grã-Bretanha.

Note-se que toda esta movimentação militar da Alemanha funcionou também como um agente de insegurança, que acabou por se traduzir na forma como os países vizinhos se organizaram para se protegerem contra a crescente ameaça de Guilherme II. Esta tomada de consciência determinou a transformação, na formulação de alguns autores, da «procura alemã de segurança num agente da sua própria insegurança»[8]. Saliente-se ainda, e para terminar, o modo como em alguns círculos militares se considerava quase inevitável um confronto entre alemães e eslavos, realidade cuja dinâmica determinou, consequentemente, o exacerbar do desejo da Marinha de Guerra alemã em confrontar as forças navais britânicas, no que consideravam um repto pelo poder mundial.

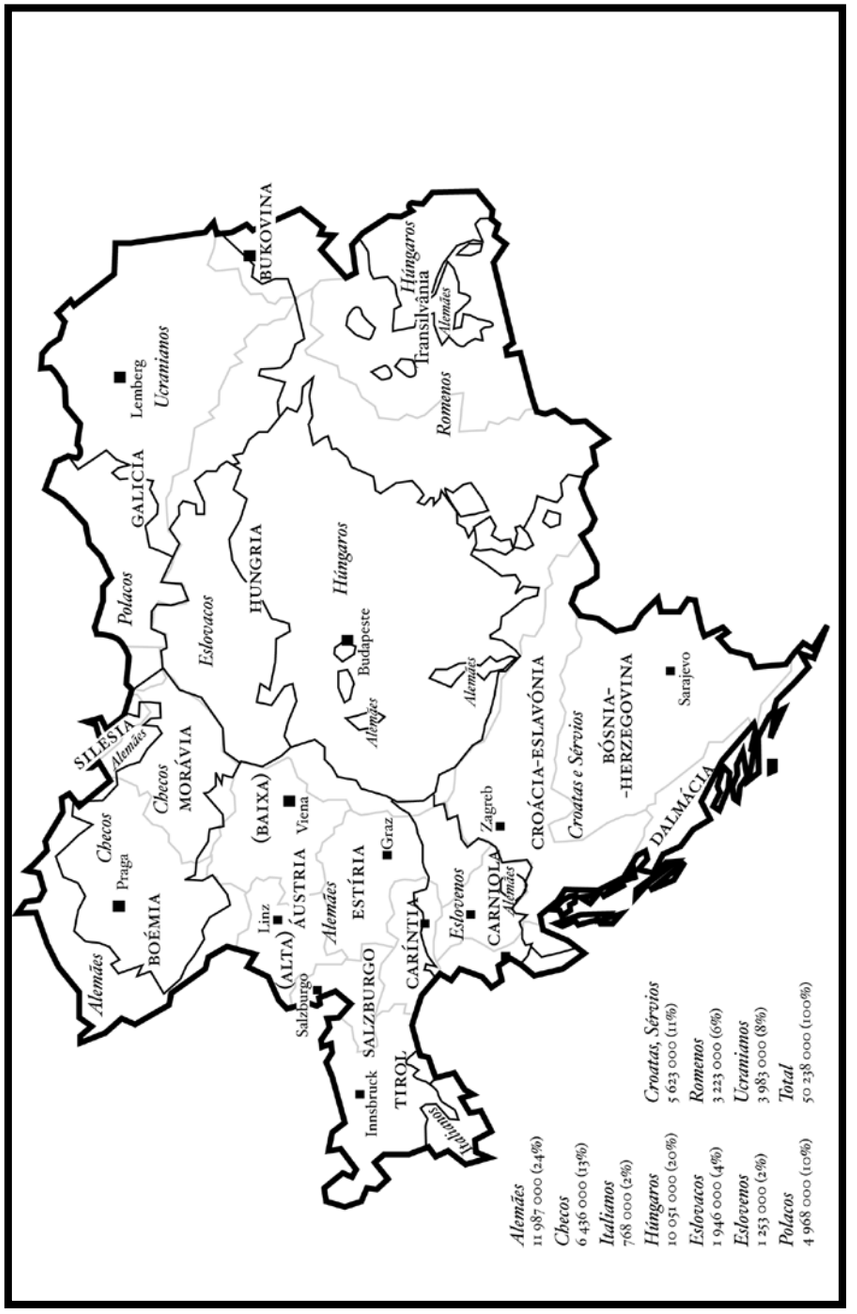
Na verdade, em 1900, a Grã-Bretanha já tinha sido ultrapassada pela Alemanha e pelos Estados Unidos, tanto no tocante ao crescimento industrial como em termos da produção de carvão, aço e ferro fundido. No seu conjunto, é importante sublinhar que, por esta altura, a superioridade económica britânica — integrando poucas novidades de conteúdo — se encontrava de certa forma limitada àqueles que tinham sido, desde o início do século XIX, os seus sectores de influência tradicionais (construção naval, finanças, e exportação de produtos primários); o Reino Unido optara por descurar o desenvolvimento de sectores industriais mais dinâmicos e o investimento em novas tecnologias — sabemos bem quais as consequências desta orientação estratégica... Além do mais, é preciso ter em conta que na Pérsia e no Extremo Oriente também o gigante russo permanecia à espreita, constituindo uma séria ameaça para os desígnios expansionistas do império de Sua Majestade. Recorde-se, aliás, que a Grã-Bretanha tinha por diversas vezes procurado — primeiro junto da Alemanha e depois do Japão — aliados contra a Rússia.

Para trás, irremediavelmente, ficavam os acordos do Mediterrâneo de 1887 e a associação indirecta da Grã-Bretanha à tripla aliança da Alemanha, Áustria-Hungria e Itália; ponderando os enquadramentos internacionais, Londres mantinha viva a esperança de que poderia contar com o apoio da Itália e da Áustria nas negociações com a França no Norte de África, e da Rússia nos Balcãs. De resto, fácil é adivinhar quais seriam os efeitos práticos desta «aliança».

Por fim, algumas referências têm de ser feitas ao Império Austro-Húngaro, nomeadamente à sua perda de influência na Europa Central, na sequência da guerra austro-prussiana de 1866; a partir daí, e por efeito dessas mudanças, os Habsburgos apontaram uma certa tomada de consciência quanto à indispensabilidade de salvaguardarem a integridade dos territórios da região dos Balcãs, baluarte do estatuto de grande potência da Áustria-Hungria. Esta situação deve ser lida tendo presente que a região do império se encontrava também sob uma dupla ameaça: a emergência do Império Otomano, por um lado, e uma Sérvia fervilhante de cujos apetites nacionalistas se tornava cada vez mais difícil proteger as províncias eslavas sob domínio austro-húngaro.



O Império Austro-Húngaro (*c.* 1910)



Há que não esquecer que desde o compromisso de Maio de 1867 — *Ausgleich* — e do estabelecimento da Monarquia Dual, a Áustria e a Hungria eram governadas por Francisco José, imperador da Áustria e rei da Hungria; é por isso importante ter presente a natureza particular desta unificação e os impactos daí decorrentes, sobretudo a impopularidade com que a união foi recebida pelas minorias checa e romena. Mas neste contexto importa ainda equacionar o papel das províncias da Bósnia e da Herzegovina, administradas pelo Império Austro-Húngaro, desde a assinatura do Tratado de Berlim em Julho de 1878, e anexadas em Outubro de 1908, e a necessidade demonstrada pela Áustria em prevenir também uma possível unificação eslava a sul do império. De resto, sabemos também como estes acontecimentos acabariam por estar na origem do movimento ultranacionalista sérvio Mão Negra, constituído precisamente com o objectivo de promover a união dos eslavos do sul (Bósnia-Herzegovina; Croácia e Eslovénia), tendo em vista a formação de um novo Estado: a Jugoslávia[9].

É necessário olhar por isso para uma Alemanha comprometida com a Áustria (na sequência da Tríplice Aliança constituída em 1882), e para uma Rússia ansiosa por tutelar as regiões eslavas do império austríaco mas consciente de que para o conseguir teria que derrotar militarmente as tropas de Francisco José. Refira-se a propósito a assinatura, em 1894, de uma convenção militar entre a França e a Rússia contra o império alemão.

No quadro desta evolução, Guilherme II esperava ainda realizar uma aliança de compensação com a Grã-Bretanha. A realidade acabaria por ser bem diferente e, apesar da existência de poderosos factores políticos de resistência, a 8 de Agosto de 1904, sob proposta de Eduardo VII, França e Inglaterra firmavam uma aliança (Entente Cordiale), tendo em vista precisamente a prossecução de uma política militar e diplomática comum. Três anos mais tarde, o acordo era alargado à Rússia[10].

A Europa vivia assim em clima de insegurança e tensão permanente, em que cada nação manifestava individualmente e com clareza a convicção de estar «rodeada de inimigos que lhe invejavam a prosperidade, o desenvolvimento e a existência»[11]. A Alemanha estava isolada. Em Janeiro de 1906, por ocasião da Conferência de Algeciras, o ministro dos Negócios Estrangeiros inglês, Edward Grey, tinha já advertido o embaixador alemão em Londres de que em caso de guerra a Grã-Bretanha lutaria ao lado da França.



## Guerra

A este nível, é também indispensável ponderar outras dinâmicas, nomeadamente a criação, sob os auspícios da Rússia, na Primavera de 1912, da Liga Balcânica[12], constituída também com o objectivo de promover a reconquista eslava dos territórios da região dos Balcãs sob tutela do Califado. A 8 de Outubro de 1912, na sequência da declaração de guerra do Montenegro à Turquia, iniciava-se a Primeira Guerra Balcânica. Dez dias mais tarde, Grécia, Sérvia e Bulgária declaravam guerra ao Império Otomano.

### A Região dos Balcãs

Entre 1912 e Agosto de 1913, data de assinatura do Tratado de Bucareste que pôs fim à Segunda Guerra Balcânica, a Europa assistiu ao redesenhar do mapa político e geográfico dos Balcãs, realidade que se traduziu para além da independência da Albânia, num aumento considerável dos territórios controlados pela Sérvia (Macedónia e

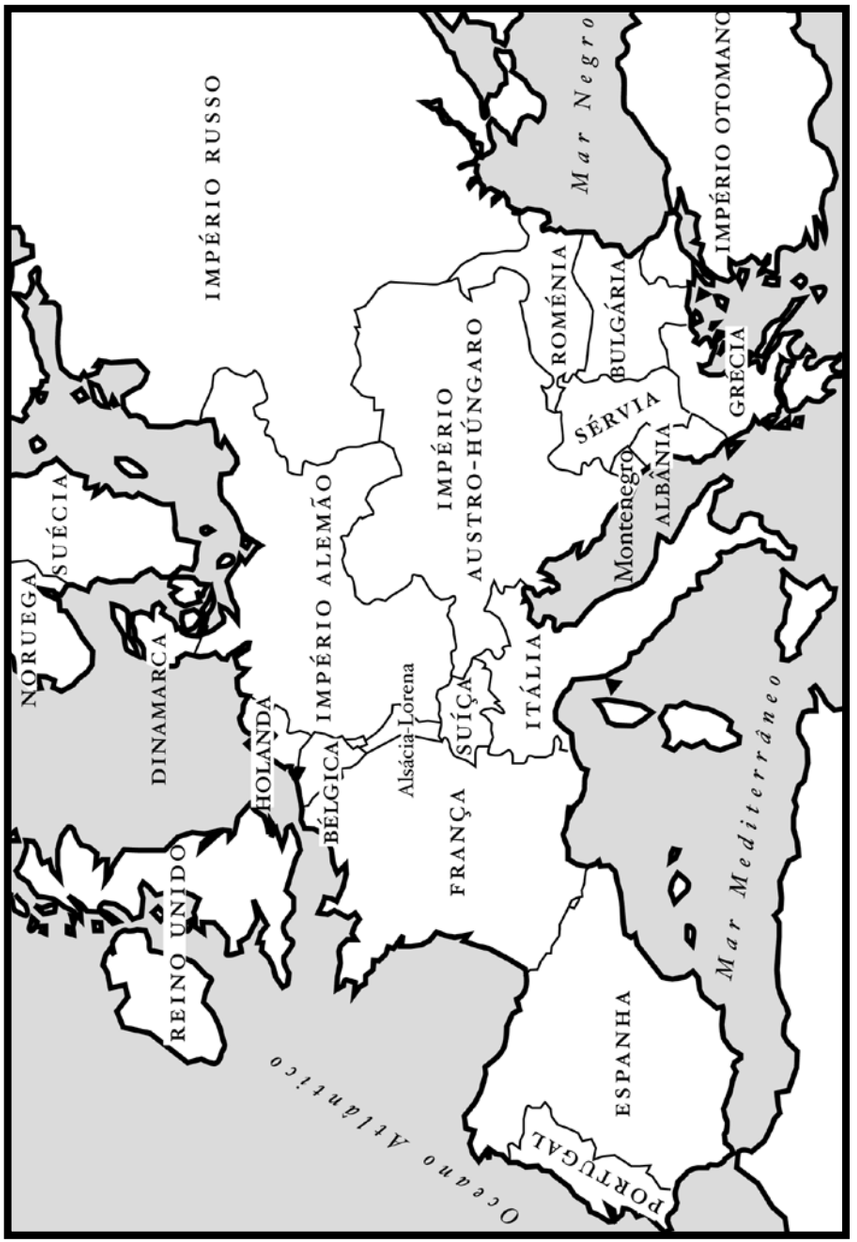
Kosovo). Refira-se a este propósito a forma atenta e preocupada com que esta expansão foi observada tanto pela Áustria-Hungria, como pela Alemanha, para quem a Sérvia era encarada como um satélite de Moscovo.

No meio de tudo isto sobreveio o assassínio, na capital da Bósnia, do herdeiro do trono da Áustria-Hungria, Francisco Fernando, e da sua mulher, a duquesa de Hohenberg, a 28 de Junho de 1914. Os conspiradores de Sarajevo, incluindo Gavrilo Princip, que disparou os tiros fatais, eram sérvios bósnios — súbditos do Império Austro-Húngaro —, com ligações ao grupo Mão Negra, que os teria armado e ajudado a atravessarem a fronteira[13]. Demarcando-se desta realidade belicista, e partilhando a posição expressa pelo socialista Jean Jaurés, os trabalhadores franceses, agrupados na Confédération Générale du Travail (CGT), ameaçavam, em caso de guerra, decretar a greve geral. Encontramos também os reflexos desta posição na atitude dos sociais-democratas alemães que, por várias vezes, expressaram o desejo e a vontade de impedir a eclosão de uma guerra entre a França e a Alemanha.

Por razões de vária ordem, que não cumpre enumerar neste contexto, a diplomacia austríaca tardou a reagir ao assassínio de Francisco Fernando; só a 23 de Julho, após a garantia dada pelo *kaiser* de que, em caso de guerra, a Alemanha alinharia ao lado do Império Austro-Húngaro, é que Viena dirigiu um ultimato à Sérvia. Importa por isso sublinhar o tom duro com que os Habsburgos se dirigiram ao Governo sérvio, acusando-o de conivência com organizações terroristas e impondo-lhe um conjunto de medidas punitivas, de que faziam parte a suspensão de todas as publicações contra os Habsburgos, a exclusão das escolas de todos os livros e professores críticos da administração austríaca e, finalmente, a realização de um inquérito judicial destinado a apurar os acontecimentos de 28 de Junho, que deveria contar com a participação de agentes austríacos[14]. A 25 de Julho a Sérvia reagiu. Belgrado rejeitava o último ponto do ultimato, considerando-o um atentado à sua soberania. Note-se a especificidade deste comportamento, num cenário em que o Governo sérvio equacionava já o apoio da Rússia em caso de confrontação com o Império Austro-Húngaro. Assim seria, até porque a 24 de Julho o ministro dos Negócios Estrangeiros russo, Sergei Sazonov, elucidava os seus colegas acerca da importância de se conferir à Sérvia o estatuto de protectorado da Rússia, de forma a assegurar a influência de Moscovo na região dos Balcãs[15].



A Europa em 1914



Os reflexos políticos desta declaração foram complexos e tiveram, como sabemos, impactos em cadeia duradouros: a 28 de Julho, a Áustria-Hungria cortou relações diplomáticas com a Sérvia, iniciando, um dia mais tarde, o bombardeamento de Belgrado. No mesmo dia, Nicolau II ordenou a mobilização geral contra a Alemanha e a Áustria, a que se seguiu, inevitavelmente, a declaração de guerra de Guilherme II, no início de Agosto. A partir daí, os acontecimentos sucederam-se a um ritmo avassalador: declaração de guerra da Alemanha à França e invasão da Bélgica; abandono da neutralidade da Grã-Bretanha e entrada do Império Britânico na guerra. A 12 de Agosto, Churchill implementou o bloqueio naval aos portos alemães do Mar do Norte, procurando evitar a entrada ou saída de provisões de alimentos.

Entre desencontros políticos e desacertos estratégicos, a crise era agora incontrolável: o que tinha começado por ser uma guerra local transformara-se rapidamente numa confrontação entre os dois blocos que dividiam as principais potências europeias desde os primeiros anos da década de 80 do século XIX. Nos primeiros dias de Agosto, cinco das principais potências europeias (Grã-Bretanha, França, Rússia, Áustria-Hungria e Alemanha) estavam já em guerra; apenas a Itália conseguira permanecer neutral. Sensibilidades políticas e convicções ideológicas diversas tinham transformado um conflito secundário, situado nos Balcãs, numa guerra europeia, com repercussões no extremo oposto do continente. Neste jogo de destruição e morte não havia lugar para empates: travava-se uma «guerra que só poderia ser totalmente ganha ou totalmente perdida»[16].

Entre o desconhecimento generalizado sobre a forma e os métodos com que este conflito seria travado e se desenrolaria, sobrevinha a convicção da sua curta duração e o entusiasmo com que a maioria dos homens com idade para combater o recebeu. A guerra era um catalisador, uma forma de libertar energias; os que partiam, felizes por responderem ao apelo do dever e por mudarem de vida, estavam convencidos de que voltariam em breve «coroados com os louros da glória»[17]. A imagem da guerra como uma causa nobre e justa generalizara-se, à medida que os laços entre o indivíduo e o Estado se reforçavam e se propagandeava a ideia de que todos podiam contribuir para a vitória das tropas.

A realidade — aquela que a memória gravou e que os homens teimosamente tantas vezes têm tentado apagar — seria bem diferente,



provando, afinal, que tanto na trincheira húmida e corrompida pelo cheiro da morte, da dor e da moléstia, como na aridez de um qualquer campo de batalha a céu aberto, a guerra dificilmente poderia ser comparada a uma aventura galante. Em Abril de 1915, cedendo às pressões diplomáticas da Grã-Bretanha e da França e em troca de algumas conquistas territoriais (Trentino, Tirol, Trieste, Gorizia, Ístria, Dalmácia), a Itália entrou na guerra. O seu exemplo seria rapidamente seguido por países como a Grécia, a Roménia e Portugal; em 1917, no mesmo ano em que os Estados Unidos entraram na guerra e em que a Rússia, agora convertida ao comunismo, a abandonou, não havia nação que não estivesse directa ou indirectamente implicada no conflito.

Certamente mais coisas aconteceram nesta história global que mereceriam identificação e análise; refira-se, a título de apontamento, a entrada da China, do Japão e do Brasil na guerra ou, pelas suas repercussões ao longo da década de 20, o alinhamento do Império Otomano com a Alemanha e a Áustria (Tríplice Aliança). É por isso difícil relembrar com exactidão qual a razão de ser, a origem e o detonador desta guerra, que se fez grande pela dimensão, pelos métodos, pela logística e pela mortandade... Resta-nos apenas uma certeza: das suas ruínas nasceria, para o bem e para o mal, uma nova ordem mundial.

## Cronologia da Primeira Guerra Mundial

| | |
|---|---|
| 29-09-1911 | Declaração de guerra da Itália ao Império Otomano. |
| 08-10-1912 | Montenegro declara guerra ao Império Otomano. |
| 17-10-1912 | O Império Otomano declara guerra à Bulgária e à Sérvia. |
| 03-12-1912 | Assinatura do armistício entre Bulgária, Montenegro, Sérvia e Turquia. |
| 03-02-1913 | Guerra entre a Bulgária e o Império Otomano. |
| 16-04-1913 | Assinatura do armistício entre a Turquia e a Bulgária. |
| 30-05-1913 | Fim da Primeira Guerra Balcânica. |
| 29-06-1913 | Segunda Guerra Balcânica. |
| 28-06-1914 | Assassínio do arquiduque Francisco Fernando, herdeiro do trono da Áustria-Hungria. |

| | |
|---|---|
| 23-07-1914 | Ultimato da Áustria-Hungria à Sérvia. |
| 24-07-1914 | Proposta de Edward Grey para resolver a crise balcânica. A Sérvia apela à intervenção da Rússia. |
| 26-07-1914 | Início da mobilização da Áustria junto à fronteira russa. |
| 28-07-1914 | A Áustria declara guerra à Sérvia. |
| 30-07-1914 | Mobilização da Rússia. |
| 01-08-1914 | A Alemanha declara guerra à Rússia e ordena a mobilização geral. |
| 02-08-1914 | Ultimato da Alemanha à Bélgica. Exigência do direito de passagem. |
| 03-08-1914 | A Alemanha declara guerra à França. |
| 04-08-1914 | Declaração de guerra da Grã-Bretanha à Alemanha. |
| 04-08-1914 | Tropas alemãs invadem a Bélgica. |
| 05-08-1914 | A Áustria-Hungria declara guerra à Rússia. |
| 06-08-1914 | A Sérvia e o Montenegro declaram guerra à Alemanha. |
| 10-08-1914 | A França declara guerra à Áustria. |
| 12-08-1914 | Declaração de guerra do Reino Unido à Áustria-Hungria. |
| 14-08-1914 | Invasão da Lorena. |
| 29-09-1914 | Cerco a Antuérpia. |
| 29-10-1914 | O Império Otomano junta-se aos impérios centrais. |
| 11-03-1915 | Bloqueio britânico à Alemanha. |
| 26-04-1915 | A Itália adere à Tríplice Entente. |
| 30-04-1915 | *30-04 a 02-05*. Ferrol (Galiza) Congresso Internacional Pró-Paz, com participação da União Operária Nacional. |
| 23-05-1915 | A Itália declara guerra à Áustria. |
| 31-05-1915 | Primeiro ataque de dirigíveis alemães (Zeppelins) sobre Londres. |
| 05-08-1915 | Entrada de tropas alemãs em Varsóvia. |
| 21-08-1915 | A Itália declara guerra à Turquia. |
| 24-08-1915 | Conquista e partilha da Polónia pelos impérios centrais. |
| 06-09-1915 | A Bulgária junta-se aos impérios centrais. |
| 04-12-1915 | Calais. Encontro Lloyd George/Briand. |
| 06-12-1915 | Chantilly. Primeiro Conselho de Guerra Interaliado. |



| | |
|---|---|
| 29-01-1916 | Primeiro bombardeamento de Paris. |
| 27-08-1916 | Declaração de guerra da Roménia à Áustria-Hungria. |
| 30-08-1916 | A Turquia declara guerra à Rússia. |
| 06-04-1917 | Entrada dos Estados Unidos na guerra. |
| 14-08-1917 | Declaração de guerra da China à Alemanha e à Áustria. |
| 26-10-1917 | O Brasil declara guerra à Alemanha. |
| 05-11-1917 | Revolução Russa. |
| 07-12-1917 | Os Estados Unidos declaram guerra à Áustria-Hungria. |
| 08-01-1918 | Catorze Pontos, de Wilson. |
| 23-05-1918 | A Costa Rica declara guerra à Alemanha. |
| 12-07-1918 | O Haiti declara guerra à Alemanha. |
| 04-10-1918 | O chanceler Max de Baden propõe o armistício com base nos Catorze Pontos de Wilson. |
| 29-10-1918 | Criação do estado da Checoslováquia. |
| 11-11-1918 | Rethondes, floresta de Campiène. Assinatura do armistício. |

## Notas

1 Sobre o desenvolvimento das telecomunicações e a internacionalização da economia, cf. Maria Fernanda Rollo e Ana Paula Pires, «Os Açores como epicentro: dimensões e construção da globalização do século XX», *Colóquio Evocativo do I Centenário da Morte de Hintze Ribeiro,* Ponta Delgada, 8,9 e 10 de Novembro de 2007.

2 Veja-se David Stevenson,*1914-1918. The History of the First World War,* Londres, Penguin, 2004, p. 6.

3 Martin Gilbert, *Winston Churchill*, Lisboa, Bertrand, 2005, p. 187.

4 David Lloyd George (1863-1945). Licenciado em direito, foi eleito deputado pela primeira vez em 1899. Entre 1895 e 1905 combateu acerrimamente o Partido Conservador, então no poder. Em 1905 foi nomeado ministro do Comércio do Gabinete liberal formado por Campbell-Bannerman. Na sequência da Primeira Guerra Mundial, foi nomeado ministro das Munições, dois anos mais tarde, em 1916, sucedeu Asquith na chefia do Governo. Em 1922, abandonou o poder, para voltar a liderar a oposição liberal.

5 Deste pacote de medidas fazia parte a diminuição das taxas de juro. Jon Lawrence, Martin Dean and Jean-Louis Robert, «The outbreak of war and the urban economy: Paris, Berlin, and London in 1914», *Economic History Review*, vol. XLV, n.º 3, 1992, pp. 578-579.

6 O plano elaborado pelo Imperial Defense Committee, em 1911, já previa os cortes a realizar em caso de guerra, na rede de cabos do inimigo. Veja-se Maria Fernanda Rollo e Ana Paula Pires, «Communications at war. Portugal and the submarine web (1914-1919)», European Science Foundation — LiU Conference, *Imaging War: Intergenerational Perspectives*, 3-7 de Setembro de 2008, Vadstena Klosterhotell, Vadstena, Suécia.

7 Ian F.W. Beckett, *The Great War* (1914-1918), Grã-Bretanha, Pearson/Longman, 2007, p. 11.

8 Veja-se, a propósito, Henry Kissinger, *Diplomacia,* Lisboa, Gradiva, 1996, pp. 144-145, e James Joll, *A Europa desde 1870*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1982, p. 265.

9 David Stevenson, *The Outbreak of the First World War. 1914 in Perspective,* Londres, Macmillan, 1997.

10 Cf. Henry Kissinger, *ibidem,* pp. 156 e seguintes.

11 Marc Ferro, *A Grande Guerra, 1914-1918,* Lisboa, Edições 70, 2002, p. 24.

12 A Liga Balcânica era composta por Grécia, Sérvia, Montenegro e Bulgária.

13 Cf. David Stevenson, *ibidem,* p. 3.

14 *Idem, ibidem*, p. 2.

15 *Idem*, *ibidem*, p. 21. Veja-se igualmente *Documentos Oficiales Relativos a la Guerra Europea de 1914. Publicados por el Instituto Colonial del Estado de Hamburgo*, Hamburgo, Broschek y Cia., s/d.

16 Expressões utilizadas por Eric Hobsbawm, *A Era dos Extremos — História Breve do Século XX 1914-1991*, Lisboa, Editorial Presença, 1998, p. 39.

17 Cf. Marc Ferro, *ibidem*, p. 21; James Joll, *ibidem*, pp. 255-256.

# Intervencionistas e anti-intervencionistas

## *Filipe Ribeiro de Meneses*

Em Agosto de 1914, após uma prolongada crise diplomática, a Europa mergulhou numa guerra à escala continental. Todos os participantes, de acordo com o pensamento militar da época, julgaram que o conflito seria breve. Também assim pensaram os que, protegidos por uma neutralidade declarada nos primeiros dias do conflito, assistiram ao desenrolar — e, para surpresa de todos, ao fracasso — das ofensivas lançadas esse mês: a invasão da Sérvia pelo Exército austro-húngaro, o plano Schlieffen alemão, o plano XVII francês e a invasão da Prússia Oriental pelo «rolo compressor» russo. Com a estabilização das frentes de combate, e perante a possibilidade de uma guerra longa, a opinião pública dos países neutros começou a dividir-se entre intervencionistas e anti-intervencionistas, agravando-se esta divisão com o passar dos meses. Havia muito em jogo: não só a possibilidade de um posicionamento mais favorável no xadrez diplomático e colonial, mas também a consolidação, no cenário político doméstico, de correntes democráticas e, em muitos casos, republicanas. Numa guerra entre as democracias ocidentais e os impérios centrais, a entrada de um país neutro no conflito, e a resultante mobilização da população, adquiriu o estatuto de gesto revolucionário, um ajuste de contas com o que restava do antigo regime. Foi assim em Itália, onde democratas, republicanos e alguns sindicalistas e socialistas, liderados por Benito Mussolini, se aliaram a nacionalistas para forçar o Governo minoritário de Salandra a entrar no conflito; foi assim em Espanha, onde republicanos e alguns liberais tentaram, sem sucesso, aliar o seu país à França e à Grã-Bretanha; e foi assim em Portugal.

Tal como a Itália, Portugal, no verão de 1914, era governado por um Executivo minoritário. Bernardino Machado liderava um Governo dito de «pacificação», criado pelo presidente da República, Manuel de Arriaga. O Partido Democrático de Afonso Costa

detinha uma maioria na Câmara dos Deputados, mas os seus rivais evolucionistas (liderados por António José de Almeida) e unionistas (liderados por Manuel de Brito Camacho) controlavam o Senado; a vida da República estava assim paralisada e, sobretudo, envenenada. A guerra veio agravar esta crise, já que grande parte da elite política nacional, sobretudo aquela concentrada no Partido Democrático, entendeu ser necessário participar no conflito de forma a assegurar dois fins distintos, mas cruciais: por um lado, defender o património colonial português, impedindo que este fosse usado como um joguete negocial pelas grandes potências; por outro, reforçar o jovem regime republicano, fragilizado pela indiferença popular, pela hostilidade de monárquicos e católicos e por querelas intermináveis entre os três partidos já mencionados e outras facções mais pequenas, mas mesmo assim perigosas. Sendo a participação na guerra entendida como uma necessidade nacional por esta ala «intervencionista», decidiram os seus membros interromper a trégua vigente e apoderar-se do poder, de forma a conduzir a diplomacia portuguesa na direcção almejada, antes que fosse tarde demais: antes que, por outras palavras, os Aliados tivessem triunfado.

O Governo de Bernardino Machado estava dividido, sendo alguns ministros, especialmente o ministro dos Negócios Estrangeiros, Freire de Andrade, francamente hostis à entrada de Portugal no conflito. O posicionamento do próprio Bernardino Machado era equívoco. Depois da guerra, Norton de Matos diria a Augusto Casimiro:

> A política internacional do Governo da República de Agosto a Dezembro de 1914 não é da iniciativa e inteira responsabilidade de Freire Andrade.
> Bernardino Machado não foi sempre intervencionista.[1]

Começou assim mais um período agitado na vida da República. Do lado intervencionista estavam parte do Partido Socialista Português (PSP), o Partido Democrático e o Partido Evolucionista. Numa sessão dita «histórica» do Congresso, António José de Almeida, lamentando a condição financeira e a fraqueza militar do país, afirmou:

> Esta guerra é a contenda sangrenta e à *outrance* do despotismo e do direito, da barbárie e da justiça. Desencadeada por um criminoso vulgar a quem o destino pôs uma coroa de imperador, ela tem sido conjuntamente uma guerra de traição, de espionagem, de cobardia, e de crueldade.[2]



Do lado intervencionista estava ainda o escol intelectual e artístico da República. Foi em torno de Teixeira de Pascoais e da revista *Águia* que se reuniram os apoiantes da entrada de Portugal na guerra europeia. Contra a guerra estavam monárquicos, unionistas, os seguidores (pouco numerosos) de Machado Santos e o resto do pequeno PSP. O resto do país — a maioria da população — era indiferente ou era hostil à participação de Portugal na guerra europeia. Para os intervencionistas, os seus opositores eram traidores quer à pátria quer à República; insistiam os anti-intervencionistas, porém, na necessidade de travar os «amigos da Sérvia», cujos impulsos românticos ameaçavam fazer ruir Portugal. Os anti-intervencionistas detinham um trunfo importante: a hostilidade britânica à ideia da participação portuguesa na guerra. A Grã-Bretanha necessitava pontualmente de alguma ajuda portuguesa, mas preferia não ter de se preocupar com a protecção de Portugal e das suas colónias; receava ainda assustar a Espanha desnecessariamente. Sem o assentimento de Londres, de quem Portugal dependia economicamente, era impossível entrar no conflito: quem mais poderia abastecer Portugal de trigo e de carvão senão a Inglaterra, senhora dos mares? E como podia Portugal bater-se de igual para igual com a Alemanha, tendo em conta o estado deplorável do Exército e da Armada? Anti-intervencionistas como Brito Camacho podiam assim adoptar uma pose responsável e declarar que estavam dispostos a participar na guerra a convite de Londres, sabendo que esse convite dificilmente se concretizaria. O argumento anti-intervencionista foi apresentado, da forma mais singela, pelo líder unionista em Novembro de 1914:

> Mas será crime ter a opinião de que Portugal, se pudesse honradamente esquivar-se a tomar parte directa na guerra, deveria conservar-se alheio a ela, dando, todavia, aos seus aliados quantos auxílios eles lhe pedissem, e fossem de que natureza fossem?
> [...] De Londres, depois da sessão parlamentar de 7 de Agosto, recebemos uma carta em que se nos dizia que, pela primeira vez, a Inglaterra tivera medo de Portugal.
> Medo de quê?

> Dum impulso quixotesco que o levasse a declarar-se beligerante, porque isso seria amarrar às pernas dum gigante, em luta com outro gigante, um cepo que lhe dificultasse os movimentos [...]

Brito Camacho continuou lembrando que seria impossível Portugal obter «glórias militares» — um conceito já de si ultrapassado — na frente ocidental, dada a dimensão colossal dos exércitos aí presentes, e que, numa futura conferência de paz «tudo se decidirá conforme o interesse das grandes potências»[3].

Para os intervencionistas, a situação era infinitamente mais difícil, já que as razões que os motivavam eram difíceis de explicar à população. Bater-se lado a lado com a Inglaterra e a França para evitar que estas chegassem a um acordo com a Alemanha à custa das colónias portuguesas talvez fosse uma necessidade, mas era uma situação inconfessável. O fortalecimento do regime republicano — ou de uma interpretação radical do que devia ser a República — era uma política feita não para unir a nação, mas para a dividir ainda mais, tornando possível, finalmente, a derrota das forças conservadoras e clericais. O absurdo da posição intervencionista foi resumido por João Chagas, ministro português em Paris, da seguinte forma:

> Embora isto pareça paradoxal, o inimigo de Portugal nesta guerra é a Inglaterra. À política inglesa não convém que Portugal tenha individualidade, hoje, como não a teve no tempo de Napoleão. É preciso combater este velho propósito, afirmando mau grado seu a nossa individualidade. A nossa participação na guerra não tem outro objectivo que não seja este: sobreviver ao lado dos ingleses. Mas isto não se pode dizer nos jornais...[4]

Assim sendo, os intervencionistas tiveram de se refugiar nos lugares-comuns da propaganda de guerra aliada: a defesa da democracia, da justiça e dos «direitos das pequenas nações»; a protecção da civilização latina e da França; a oposição à reacção e ao militarismo alemão. Tais argumentos eram fáceis de desbaratar. Como explicar, numa guerra por princípios tão elevados, a presença da Rússia no campo aliado? Como explicar o predomínio alemão nas ciências naturais e sociais, na filosofia e no direito? Não era o SPD o maior partido socialista do mundo? Não eram os sindicatos alemães uma força indiscutível? Nas palavras de Machado Santos:



> Adoramos a Inglaterra? Odiamos o Kaiser? Não! Temos pela Inglaterra a consideração que ela merece, pela altivez do seu povo, que sabe, como nenhum outro, zelar os seus interesses. E temos pelo Kaiser o respeito que nos inspiram todos os grandes homens, qualquer que seja o país de onde procedam. Quanto aos alemães, admiramo-los pela sua ciência, pelo seu trabalho, pela sua disciplina e pelo seu patriotismo, quatro coisas que em Portugal são bem pouco conhecidas.[5]

E mesmo que não fosse esta a situação, porquê entrar numa guerra quando ninguém parecia desejar o concurso português? Alguns, para contornar estes obstáculos, enveredaram por caminhos mais esotéricos, elogiando a guerra enquanto fenómeno histórico:

> A hora é magnífica para a educação moral dum povo. A Europa converteu-se num grande foco de heroísmo, de sacrifício, de dor, onde as virtudes essenciais do homem se retemperam [...]. Se formos para a guerra, mostraremos ao mundo que estamos prontos a morrer pela pátria, que somos Alguém que vive porque quer viver, e Portugal criará então novas raízes na História. Por elas absorverá nova seiva, nova energia.[6]

Tais argumentos nunca poderiam, porém, conquistar a população. A violência verbal e escrita dos intervencionistas nasceu desta posição de inferioridade táctica, ditada não só pela sua fraqueza numérica, mas sobretudo pela natureza dos argumentos ao seu dispor. Os anti-intervencionistas eram descritos como conservadores, retrógrados e inimigos da civilização e do progresso; não acreditavam em Portugal e nos portugueses; exploravam a ignorância e a superstição popular para proveito próprio; estavam vendidos ao ouro alemão. Mas não necessitavam de preocupar-se, pois a Grã-Bretanha estava do seu lado. Só assim se explica o facto de Portugal e Alemanha manterem intactas as relações diplomáticas entre si, apesar das incursões alemãs em território português em África, uma das quais resultou numa derrota dura para as armas nacionais, em Naulila, após a qual se verificou uma revolta generalizada dos povos da região. Anos depois, um jornal republicano e pró-guerra escreveria, com inteira razão, que «venceu em Portugal a corrente intervencionista, não porque fosse a mais numerosa, mas porque dispunha de mais pontos de apoio e de mais elementos de acção»[7].

Houve um momento em que Londres pareceu hesitar. Em Setembro de 1914, o Governo francês pediu a Lisboa, patrocinado pelo seu congénere britânico, o envio imediato para a frente ocidental de canhões de 75 mm, comprados em França para o Exército português. O general Pereira de Eça, ministro da Guerra, entendeu este pedido como uma afronta: peças tão valiosas só poderiam ir para França se acompanhadas de artilheiros portugueses — e não podia a artilharia combater sozinha. O prestígio do Exército português exigia que todas as armas se apresentassem no campo de batalha. O apoio intervencionista ao ministro da Guerra convenceu Bernardino Machado de que era este o caminho a seguir, isolando Freire de Andrade dentro do Governo. Foram por isso os Aliados informados de que as peças de 75 mm só partiriam para França se um pedaço da frente ocidental fosse entregue ao Exército português. As dificuldades começaram, porém, quando os Aliados, a 10 de Outubro, convidaram Portugal a participar no conflito. Se, por um lado, os democráticos redobraram os esforços dedicados a conquistar o poder (outras forças intervieram também com este fim em mente, mas no sentido contrário, fracassando uma intentona monárquica a 20 desse mês), por outro, Pereira de Eça compreendeu finalmente que a organização imediata de um corpo expedicionário de 16 mil homens para França, a unidade por ele defendida, era impossível. Não havia 16 mil homens devidamente apetrechados e treinados para se baterem em França. Quando as peças finalmente partiram (embora nesse altura já se tivesse descoberto que eram desnecessárias, pois disparavam uma munição ligeiramente diferente da usada pelo Exército francês), fizeram-no sem artilheiros, infantes ou cavaleiros. O fiasco foi total. Um ano depois, considerando o caso, Augusto Soares, ministro dos Negócios Estrangeiros, diria, num Conselho de Ministros, ter sido esta a sua constante opinião:

> O pedido da divisão teve muito de artificial: foi o meio de se conseguir a artilharia. E tanto assim é que não só a Inglaterra não insistiu, como o próprio ministro inglês lhe fez notar *à l'amiable*: «Mas se não nos davam as peças sem os soldados, porque no-las deram depois?»[8]

O convite britânico, embora isto não nunca fosse dito ou escrito, ficou por terra. Seria preciso organizar uma força militar à altura de combater na frente ocidental e esperar por um segundo convite de Londres.



Minado internamente e atacado por todos os lados, o Governo de Bernardino Machado caiu a 5 de Dezembro de 1914, dias depois de uma explicação da sua conduta durante a pausa parlamentar ter sido recebida por um silêncio sepulcral pela Câmara dos Deputados. Foi substituído por um Executivo democrático liderado por Vítor Hugo de Azevedo Coutinho, cujos ministros foram imediatamente apelidados de «miseráveis». Também este Governo durou pouco tempo, graças a uma inesperada intervenção militar na vida política: o «movimento das espadas», protesto motivado pela alegada interferência política em promoções e transferências militares. O exército mostrava, assim, a sua hostilidade ao Partido Democrático e, por isso mesmo, à causa intervencionista. Decidido mais uma vez a acalmar ânimos, Manuel de Arriaga pediu ao general Pimenta de Castro que formasse um Executivo capaz de manter ordem nas ruas e realizar, de forma isenta, eleições livres, para que o Congresso da República seguinte reflectisse a opinião pública e a verdadeira força dos partidos políticos. Com Pimenta de Castro no poder, as ambições intervencionistas foram travadas. Deu-se prioridade à pacificação do sul de Angola, naquela que foi talvez a mais brutal das intervenções militares portuguesas em África. Na metrópole, o grande objectivo de Pimenta de Castro foi a reconciliação nacional; os republicanos assistiram, atónitos, ao regresso dos seus piores inimigos — os seguidores de Paiva Couceiro — às ruas da capital, enquanto Pimenta de Castro declarou a sua intenção de preservar a neutralidade portuguesa. No entender de Pimenta de Castro, a ambiguidade quanto à posição diplomática portuguesa estava por detrás da instabilidade política; era preciso definir de uma vez por todas essa posição[9]. Durou pouco a experiência, apesar do apoio internacional a Pimenta de Castro; a revolta violenta do 14 de Maio varreu Pimenta de Castro e Manuel de Arriaga do poder e abriu as portas do poder ao Partido Democrático, vencedor previsível das eleições que se seguiram. Tinha sido dado um passo importante para a radicalização do regime. Para os intervencionistas, o 14 de Maio serviu para separar o trigo do joio dentro da «família» republicana. Os verdadeiros republicanos tinham participado ou apoiado esta «revolução»; com o resto, mesmo com os republicanos rotulados de «históricos», já não se podia contar. Como era de prever, porém, a conquista do poder político não permitiu a entrada automática de Portugal na guerra, pois a posição britânica manteve-se inalterada.

Segundo a legação britânica, mais de 500 vidas foram perdidas a 14 de Maio e nos dias que se seguiram, um total que parece exagerado, mesmo tendo em conta a violência de alguns combates. Uma pessoa escapou por pouco: João Chagas, indigitado para primeiro-ministro, foi alvejado pelo parlamentar evolucionista João de Freitas quando estava a caminho de Lisboa, e perdeu a visão num olho. Foi substituído por José de Castro, um veterano da política republicana que se manteria no poder depois das eleições de 1915, cedendo a liderança do Governo a Afonso Costa apenas no findar de Novembro. Permanece mal explicada a recusa de Afonso Costa em assumir mais cedo a liderança do Executivo, não chegando para tal os ferimentos recebidos pelo líder democrático na sequência de um acidente caricato a bordo de um eléctrico lisboeta. De qualquer forma, com Afonso Costa à frente do seu segundo Governo, surgiu finalmente a oportunidade pela qual os intervencionistas ansiavam desde Outubro de 1914. Londres informou Lisboa de que, devido à falta de navios mercantes e à campanha submarina alemã, os seus recursos seriam canalizados de forma a abastecer unicamente as necessidades comerciais britânicas e as dos outros beligerantes. A resposta portuguesa foi imediata: se Londres estivesse de acordo, e se emitisse um convite em nome da velha aliança, Portugal apoderar-se-ia dos navios mercantes alemães refugiados em águas portuguesas desde o início do conflito.

As minutas dos Conselhos de Ministros revelam o pânico e o desespero da maior parte dos membros do Governo nos dias que se seguiram. O próprio Afonso Costa desabafou da seguinte forma enquanto esperava:

> Se me perguntarem porque vamos para a guerra, não posso dizer que mo pediram, porque teria de apresentar esse documento, e esse documento é a ignomínia! Refiro então a simples declaração de guerra sob nossa responsabilidade. Praticaremos um acto de dedicação à nossa aliada, contra sua vontade, mas com uma base moral. Depois requisitaremos os navios.[10]

Não se conseguiu preservar o silêncio sobre a situação; a especulação jornalística sobre o que se passava foi constante, destacando-se neste sentido a campanha antiguerra movida pelo jornal monárquico *O Dia.* Felizmente para os intervencionistas, o almejado convite britânico



chegou: para Londres, a possibilidade de fazer uso dos navios mercantes alemães era suficientemente atraente para justificar a entrada de Portugal na guerra (o que não significava, note-se, uma presença portuguesa na frente ocidental). Sem qualquer aviso ou oferta de negociação, o Governo português, após a publicação do decreto n.º 2229 de 24 de Fevereiro de 1916, apoderou-se dos navios em questão. Este decreto não mencionou as negociações com Londres, explicando a acção portuguesa como uma resposta ao «actual problema das subsistências, que é de salvação pública e por isso mesmo reclama instantaneamente medidas urgentes». Respondeu a Alemanha primeiro com um ultimato, a que Portugal respondeu com uma fórmula ditada palavra por palavra por Londres[11], e depois, a 9 de Março, com uma declaração de guerra redigida em termos insultuosos:

> Por este procedimento o Governo português deu a conhecer que se considera como vassalo da Inglaterra, que subordina todas as outras considerações aos interesses e desejos ingleses. Finalmente a apreensão dos navios realizou-se sob formas em que deve ver-se uma intencional provocação à Alemanha. A bandeira alemã foi arriada dos navios alemães e em seu lugar foi posta a bandeira portuguesa com a flâmula de guerra. O navio almirante salvou por esta ocasião.[12]

Tinha triunfado a causa intervencionista, mas as dúvidas sobre a necessidade da intervenção mantinham-se de pé, e os ódios entre políticos, mesmo republicanos, já não se podiam conter.

## Notas

1 Biblioteca Nacional, Núcleo Augusto Casimiro, apontamentos para um volume intitulado *Memórias d'um Homem do Meu Tempo*.

2 António José de Almeida, *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*, vol. 3, Lisboa, Rodrigues e Companhia, 1934, p. 179.

3 Este artigo, publicado em *A Luta* (Lisboa), 7 de Novembro de 1914, foi reproduzido em Brito Camacho, *Portugal na Guerra*, Lisboa, Guimarães & C.ia, pp. 109-113.

4 João Chagas, *Diário,* vol. 2, *1915-1916-1917*, Lisboa, Edições Rolim, s.d., pp. 276-277.

5 António Maria Machado Santos, *A Ordem Pública e o 14 de Maio*, Lisboa, Pap. e Tip. Liberty, 1916, p. 44.

6 Teixeira de Pascoais, «Portugal e a guerra e a orientação das novas gerações», *A Águia*, Dezembro de 1914.

7 «A intervenção», em *Portugal*, 1 de Abril de 1920.

8 A.H. de Oliveira Marques (ed.), *O Segundo Governo de Afonso Costa, 1915-1916*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1974, p. 52.

9 Pimenta de Castro explicou as suas opções políticas no livro *O Ditador e a Sua Afrontosa Ditadura*, Weimar, Imp. Wagner G. Humbold, 1915.

10 A.H. de Oliveira Marques (ed.), *O Segundo Governo de Afonso Costa, 1915-1916: Actas dos Conselhos de Ministros*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1974, p. 124.

11 Ver os documentos n.º 398 e n.º 400 de *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*, Tomo I, *As Negociações Diplomáticas até à Declaração de Guerra*, Lisboa, MNE, 1997.

12 *Idem*, documento n.º 415.

# A União Sagrada

## *Filipe Ribeiro de Meneses*

«União Sagrada» foi a designação dada à aliança entre o Partido Democrático, de Afonso Costa, e o Partido Evolucionista, de António José de Almeida, após a declaração de guerra alemã em Março de 1916. Ficou a União Sagrada portuguesa a grande distância da experiência francesa que a inspirou, deixando de fora outros republicanos (os unionistas de Brito Camacho e os seguidores de Machado Santos), socialistas, católicos e monárquicos. Os fins desta aliança entre democráticos e evolucionistas eram apaziguar a «família portuguesa» (leia-se, os republicanos) após anos de desgaste político e mobilizar de uma força militar capaz de se bater com o Exército alemão em África e em França. Se o segundo objectivo foi cumprido (se bem que com deficiências graves, especialmente no que diz respeito às expedições enviadas para Moçambique), o primeiro não o foi. O facto de o país se ver envolvido num conflito imprevisível, arriscando assim a sua sobrevivência enquanto nação independente e potência colonial, não foi suficiente para acalmar a classe política portuguesa e conquistar a boa vontade do resto da população, à qual foram impostos os mais pesados sacrifícios, sem nenhuma indicação de compensações futuras.

Portugal entrou na Primeira Guerra Mundial em circunstâncias confusas e após um debate longo e violento. As forças intervencionistas — os «amigos da Sérvia», como eram apelidados pelos seus detractores — não foram capazes de criar consensos em torno da sua política e da necessidade do envio de tropas para França. Dado o distanciamento entre a classe política e a maioria da população, marginalizada pela elevada taxa de analfabetismo e pelo papel dos caciques locais, esta falta de consenso revelou-se extraordinariamente grave; sacrifícios tais como a mobilização do Exército ou o aumento do preço de bens essenciais foram entendidos não como a defesa necessária do

interesse comum, mas antes como uma imposição por parte de um Governo cuja legitimidade era discutível. Foi impossível, por exemplo, calar o boato da «venda» de soldados portugueses aos Aliados e do súbito enriquecimento, em função dessa venda, das principais figuras do regime.

Imediatamente após a declaração de guerra alemã, o presidente da República, Bernardino Machado, tentou criar um Governo nacional, ou de União Sagrada, no qual estivessem representadas todas as forças políticas representadas no Parlamento. O próprio Parlamento, numa sessão conjunta das duas câmaras a 10 de Março, votou unanimemente a favor da criação de um Executivo capaz de reconciliar todas as opiniões políticas. As negociações que se seguiram, porém, cedo revelaram que a quebra de unidade republicana, nos anos que se seguiram ao 5 de Outubro, agravada a partir de 1914 pelo conflito entre intervencionistas e anti-intervencionistas, tinha deixado feridas impossíveis de sarar. Não participaram na União Sagrada o Partido Unionista de Brito Camacho e o Partido Socialista Português. Apesar de uma disponibilidade apregoada alto e bom som, não foram convidados deputados católicos para integrarem o Governo. A possível inclusão de monárquicos nunca foi discutida de forma séria. Sem socialistas e monárquicos, afirmou Brito Camacho, um Governo nacional era impossível — e estava fora de questão pedir aos seus correligionários que se aliassem aos que os tinham acusado de traição desde o verão de 1914 apenas por questionarem a necessidade da intervenção portuguesa no conflito. Assim sendo, a União Sagrada limitou-se a uma aliança entre os Partidos Democrático e Evolucionista, duas formações com dimensões e expectativas bem diferentes. Sós perante a máquina democrática, os evolucionistas de António José de Almeida, a quem foi atribuída a posição de primeiro-ministro, arriscavam-se a perder a sua identidade e a sua iniciativa própria. «Foi este», escreveu António José de Almeida, «o maior sacrifício da minha vida.»[1]

Sabemos pouco sobre as negociações que antecederam a formação do primeiro Governo da União Sagrada: mas o fracasso da tentativa de criar um verdadeiro executivo nacional iria dificultar a participação portuguesa na Grande Guerra, já que as consequências inevitáveis do conflito, no plano militar, social e económico, seriam exploradas pela oposição de forma a atingir o seu adversário principal, o Partido Democrático de Afonso Costa. De todas as exclusões da «União Sagrada», a dos católicos foi talvez a mais séria. A guerra



foi uma oportunidade única para estabelecer um novo entendimento entre a República e a Igreja. Nas palavras do dr. Martins Pontes, secretário particular do cardeal patriarca de Lisboa:

> Os republicanos, se são realmente patriotas como afirmam, colocam acima dos ressentimentos partidários o amor por esta abençoada terra. Deveriam ser os primeiros a oferecê-las [as condições], estendendo os braços a todos os portugueses, para que, unidos, fizessem frente ao inimigo comum, a Alemanha, que pretende esmagar o mundo.

Quais eram essas condições?

> A Lei de Separação tem asperezas que chocam, que colocam os católicos numa situação — como direi? — nada airosa. Deveria, portanto, abolir-se desde já o beneplácito, permitir-se o uso livre das vestes sacerdotais, o exercício do culto a qualquer hora [...] essas concessões não iriam ferir o credo político de ninguém e tornariam transitável um trilho até agora difícil.[2]

António José de Almeida, apresentando o novo Executivo à Câmara dos Deputados a 16 de Março, afirmou ver no seu Governo a nação unida num gesto patriótico, inspirada pela consciência de que a pátria estava em perigo. Segundo Almeida, o objectivo deste Executivo seria levar o espírito generoso que movia os ministros a todos os pontos do país, simultaneamente explicando as causas que tinham levado o país à guerra. Porém, uma aliança entre os Partidos Evolucionista e Democrático, enquanto um feito notável, não era o mesmo que uma união de todas as forças políticas, ou mesmo de todas as forças republicanas. Estes dois partidos eram, afinal de contas, as principais forças intervencionistas; ambos estavam de acordo sobre a necessidade de participar na guerra e de enviar um exército para a frente ocidental. Quanto ao esforço propagandístico, foi demasiado curto e restringiu-se a Lisboa e ao Porto[3]. O país continuou a ignorar as razões da participação portuguesa na guerra europeia.

Enquanto Norton de Matos, ministro da Guerra, preparava o Exército português para uma participação activa nas várias frentes de combate — um processo que ficou conhecido por o «milagre de Tancos» — e Augusto Soares, ministro dos Negócios Estrangeiros, tentava convencer os governos aliados a aceitar o contributo português (o que

se conseguiu apenas no Verão de 1916, votando em seguida o Parlamento a autorização do envio de uma força expedicionária a França), o resto do Governo tentou criar uma frente doméstica, reforçando os seus poderes e preparando a população para os sacrifícios que se aproximavam. Se, por um lado, tanto a imprensa como a correspondência foram sujeitas a censura, por outro, António José de Almeida conseguiu impor — após uma ameaça de demissão — uma amnistia por crimes políticos, deserção e infracções da Lei de Separação e das leis de imprensa. Para regozijo da oposição, o debate que acompanhou a amnistia revelou a debilidade da União Sagrada, provocando um clima de instabilidade que foi explorado por todos aqueles que acreditavam ser possível impedir o envio de tropas para França. Os evolucionistas queriam uma amnistia ampla e generosa, uma demonstração de que a União Sagrada se destinava a todos os portugueses. Para os democráticos, porém, havia elementos na sociedade portuguesa que simplesmente não cabiam na União Sagrada. O seu modelo de guerra era a França revolucionária, a França da *levée en masse*, inflexível perante inimigos internos e externos: mas faltavam a Afonso Costa e aos seus colaboradores os meios humanos e materiais para reproduzir em Portugal a febre revolucionária de 1793. Outras medidas importantes foram a proibição de exportação de alguns minerais e de produtos alimentícios, algumas disposições quanto à produção e declaração de cereais e o pagamento de um subsídio diário às famílias de soldados mobilizados: o Estado assumia ser seu dever «velar e amparar as famílias dos cidadãos que se estão sacrificando pela Pátria e pela República, quando privadas de recursos»[4]. Em Setembro, uma revisão da Constituição reintroduziu a pena de morte, de forma a punir alguns crimes cometidos no campo de batalha. Esta última medida mostrou-se controversa; a sessão parlamentar em que ocorreu foi atribulada, com ameaças de morte chovendo das bancadas públicas.

Outras medidas ficaram por tomar. Nunca se encontrou um destino para o recheio dos navios alemães capturados em Fevereiro; houve súbditos alemães que continuaram a passear-se nas ruas da capital, perante o espanto dos diplomatas aliados; e o projecto evolucionista de revisão constitucional para permitir a dissolução do Parlamento pelo presidente da República, foi sufocado pelos democráticos. Pior foi o silêncio que se fez sobre o uso dos navios alemães. Só em Outubro o mistério foi esclarecido: a maioria dos navios seria fretada, a pedido do Governo britânico, a uma firma da mesma nacionalidade. O anúncio provocou uma onda de protestos. Afonso Costa, em Março, tinha anunciado que «alguns» dos navios alemães seriam cedidos aos ingleses, sendo os restantes — a maioria — empregues em benefício da economia nacional, em pleno declínio; mas a realidade era bem diferente. Lançaram-se acusações de corrupção, levantando-se suspeitas que manchariam a reputação da liderança da União Sagrada, especialmente de Afonso Costa, até à morte dos homens em questão. Porquê a casa *Furness*? Porquê o preço acordado? Porquê tantos navios, e a que custo para a economia portuguesa? Sabendo muito bem que o Governo não o poderia fazer, a oposição exigiu mais uma vez rever o processo negocial que tinha levado Portugal à beligerância. A argumentação de Brito Camacho e outros era simples e devastadora: Portugal tinha-se apoderado dos navios alemães, de forma violenta, para fazer face às necessidades económicas ocasionadas pela guerra. Em função desse gesto, a Alemanha tinha declarado guerra a Portugal; porém, o Governo português desfazia-se agora dos navios. Porque estava, então, Portugal em guerra?



Foi uma União Sagrada ferida que chegou a Dezembro de 1916, um mês crucial na história da participação portuguesa na Grande Guerra. No dia 3, a cidade do Funchal foi bombardeada impunemente por um submarino alemão. A partir desse dia começaram a chegar a Portugal notícias da perda de Newala, na África Oriental Alemã (cuja tomada tinha sido anunciada e celebrada como uma grande vitória, embora, na realidade, fosse parte de uma enorme armadilha na qual as forças portuguesas entraram desprevenidas) e da retirada desordenada que se lhe seguiu. Finalmente, a 13 de Dezembro, o irrequieto Machado Santos, o «herói da Rotunda», lançou um golpe de Estado, esperando obter o apoio de todas as oposições e, sobretudo, de militares que se opunham à participação de Portugal na guerra. O golpe, mal organizado, falhou, mas as suas consequências seriam gravíssimas. O Governo, que estava sobejamente informado da falta de consenso no Exército em torno da partida para França, que se avizinhava, não arriscou uma punição exemplar, preferindo congelar o problema. Legislação aprovada no seguimento do 13 de Dezembro permitiu ao Governo afastar do serviço activo oficiais e militares acusados traição, espionagem, insubordinação, revolta, sedição militar e cobardia, mantendo-os presos a aguardar julgamento até que acabasse o estado de guerra; esta legislação era retroactiva, podendo as suas disposições ser aplicadas a Machado Santos e seus seguidores. Tal golpe no

ideário republicano foi demasiado forte para muitos evolucionistas, para quem o partido estava a ser asfixiado pelos democráticos dentro da União Sagrada. A separação e a integração destes deputados no Bloco Parlamentar liderado por Brito Camacho foram violentas, com insultos trocados em São Bento e na imprensa.

A preparação do Exército português para uma intervenção em França, efectuada pela «Divisão de Instrução» em Tancos, culminou numa parada organizada por essa mesma unidade. Em Julho de 1916, embora desconfiadas da qualidade dessa preparação, as missões militares aliadas deram luz verde à partida de um Corpo Expedicionário Português (CEP) para França. Tendo em conta os acontecimentos de 1916 na frente ocidental — as batalhas de Verdun e do Somme —, é fácil constatar por que razão o fizeram. Porém, o assentimento dado não foi automático, e a relutância britânica em aceitar o CEP na frente ocidental causou muitos dissabores durante o Verão e o Outono de 1916. Outras alternativas foram discutidas, incluindo o envio do CEP para a frente de Salónica e o seu uso em funções secundárias em França. Para o Governo da União Sagrada, todas as outras alternativas estavam fora de questão: O CEP tinha de ir para França, e tinha de estar presente na frente de combate. Por outras palavras, era mais importante criar, graças à presença militar portuguesa na frente ocidental (que por si só nunca contribuiria de forma decisiva para a vitória final), um capital político destinado a reforçar o regime republicano do que contribuir para a derrota alemã, seguindo os conselhos e correspondendo às necessidades pontuais dos países que dispunham dos meios necessários para assegurar essa derrota. Não é esta uma mera explicação retroactiva; este argumento circulava já em Portugal em 1916, causando um grande mal-estar dentro do Exército. Muitos oficiais não entendiam a necessidade de fazer a guerra em França, onde, no fundo, a única coisa que podiam fazer era morrer. Assim sendo, houve dúvidas sobre a partida do CEP para França.

A especulação sobre o destino das forças portuguesas aumentou a cada mês após a parada de Tancos. O prestígio da União Sagrada foi abalado devido a esta espera, causada, no Inverno de 1916-1917, pela falta de navios capazes de transportar e proteger o CEP até França. Só a 17 de Janeiro é que o Governo finalmente anunciou a transformação da Divisão de Instrução num CEP e a sua partida, num futuro próximo, para França; os primeiros homens partiram a 30 desse mês, embora os oficiais de dois regimentos se tivessem recusado a acompanhar as tropas até Lisboa, para embarcar em direcção à frente de combate. Foi com enorme alívio que o Governo viu partir os soldados portugueses. Julgaram os seus membros que a presença de soldados portugueses na frente de combate afastaria o clima de tensão vivido em todo o território[5]. Pouco tempo depois foi anunciada a preparação de uma segunda divisão do CEP, de forma que este passasse a corpo de exército, assegurando assim a criação de um sector português na frente de combate.



Em Abril a União Sagrada sofreu mais um abalo. Com Afonso Costa fora do país e António José de Almeida doente, a bancada parlamentar do Partido Democrático insurgiu-se contra uma proposta para aumentar o poder do recém-criado Conselho Económico Nacional, defendida pelos evolucionistas. A tentativa de auscultar de forma permanente as «forças vivas» da nação, dando-lhes um papel na elaboração de legislação, foi vista pelos democráticos como um ataque ao prestígio do Parlamento, que dominavam. A proposta foi derrotada após um debate mal-humorado. Afonso Costa chegou a Lisboa a tempo de ser convocado por Bernardino Machado, sendo-lhe encomendada a formação do segundo Governo da União Sagrada. O líder do PRP escolheu ministros democráticos, enquanto aos evolucionistas coube o papel secundário de apoiar o Governo nas questões nacionais. Não era este o Governo que o país queria, e para as várias oposições a crise governamental foi uma oportunidade única para ridicularizar a liderança republicana.

Responsável único pela política de guerra a partir de Abril de 1917, o Partido Democrático entendeu tarde de mais que estava inteiramente exposto à fúria de uma guerra que não podia controlar, nem mesmo influenciar. A previsão de quatro mil baixas por mês, feita por Norton de Matos em Julho de 1917, aliada ao rumor de que Afonso Costa e os seus colegas de Governo eram pagos por cada soldado enviado para a frente de combate, minou o que restava da popularidade do partido e, com ela, do regime. É impossível dissociar as aparições em Fátima desta frustração crescente. Sessões secretas do Parlamento, provocadas pela previsão desastrada de Norton de Matos, agravaram ainda mais a situação política e o descrédito governamental[6]. Nem mesmo o relato de atrocidades cometidas no sul de Angola, em 1915, pela coluna do general Pereira da Eça (o mesmo oficial que era, em Julho de 1917, governador militar de uma Lisboa na qual, graças a uma greve da construção, os direitos constitucionais tinham sido suspensos) levou

Afonso Costa a arrepiar caminho e a permitir uma investigação parlamentar sobre a maneira como a guerra estava a ser travada — para não falar do apuramento das verdadeiras razões do envolvimento português no conflito. O Governo de Afonso Costa estava em guerra aberta com a Igreja, com os sindicatos, com as «forças vivas» da economia e com uma população rural e urbana empobrecida e, por vezes, faminta. Sabemos, graças a Jaime Cortesão, que alguns deputados ousaram expor as suas dúvidas sobre o caminho seguido, e que Afonso Costa teve de empregar todo o seu prestígio para conter a revolta[7]. Mas as dúvidas não desapareceram, tendo sido apenas adiadas.

Sidónio Pais pôs cobro ao que restava da União Sagrada, com o seu golpe de Estado em Dezembro de 1917. Mas os últimos dias do terceiro Governo de Afonso Costa foram difíceis. As eleições administrativas no Outono de 1917 foram simplesmente ignoradas pela população. A reabertura do Parlamento, em Dezembro de 1917, motivou uma nova onda de revolta dentro do Partido Democrático, tendo por protagonistas deputados regressados da frente de combate para impor a ordem e a união em Portugal, necessárias para o bem-estar moral do CEP. *A Capital*, jornal republicano em franca oposição a Afonso Costa, deliciou-se com os boatos que corriam em Lisboa:

> Parece-nos que não damos novidade a ninguém dizendo que o Governo, apesar de tudo, se encontra em crise [...]. Em São Bento a sua queda será fatal, provocada mais pelos próprios correligionários do que por aqueles que lhe são adversos. As paixões políticas, logo que o Parlamento reabrir, irromperão de todos os lados [...] «Vão levar bordoada que nem um tambor numa festa».[8]

Afonso Costa, de regresso de Londres com, dizia ele, concessões britânicas quanto ao abastecimento de géneros e de carvão, foi surpreendido por este movimento; também o foi Norton de Matos, que depois da guerra afirmou não poder perdoar aos que, vindos de França no fim de 1917, proclamavam a necessidade de criar um novo Governo. Data desta crise, anunciada mas nunca consumada, graças a Sidónio Pais, o fim da carreira de governante de Afonso Costa e do resto da equipa de guerra: Norton de Matos e Augusto Soares. Augusto Casimiro, intervencionista notável, ouviu de Norton de Matos, em Abril de 1919, as seguintes palavras:



> Em Dezembro de 1917, assaltaram e roubaram a minha casa. Levaram-me condecorações, livros. Nem as roupas íntimas da minha filha respeitaram. E não eram gente do povo os assaltantes. Um dia hei-de perdoar, de esquecer tudo isto. Mas não poderei esquecer talvez que, na altura em que Sidónio se encaminhava para a Rotunda, num momento em que a nossa situação entre os Aliados era a mais brilhante e para manter-se, em benefício e para prestígio do país, exigia a unidade patriótica e dedicada dos nossos esforços — parlamentares meus correligionários, em serviço no Corpo Expedicionário, desciam de França, atravessavam a Espanha para pedir a minha demissão[9].

Foi este o triste fim da União Sagrada.

## Notas

1 Biblioteca Nacional, Núcleo Raul Brandão, carta de António José de Almeida a Raul Brandão, 29 de Março de 1916.

2 *A Ordem*, 12 de Março de 1916.

3 Ver Filipe Ribeiro de Meneses, *União Sagrada e Sidonismo: Portugal em guerra (1916-1918)*, Lisboa, Cosmos, 2000, Capítulo 3, «A propaganda de guerra em Portugal, 1916-1917».

4 Ministério da Guerra, Decreto n.º 2:498, *Diário do Governo*, 23 de Julho de 1916, 1.ª série, n.º 139.

5 Sobre este clima de tensão ver, por exemplo, o terceiro volume das *Memórias* de Raul Brandão (Lisboa, Seara Nova, 1933). Sobre a partida das tropas, e o efeito esperado pelo Governo, o adido militar francês em Madrid parafraseou Norton de Matos da seguinte forma: «Uma vez o Corpo Expedicionário partido, a pacificação será completa: todo o país seguirá com interesse os combates gloriosos do nosso pequeno exército, as suas perdas, o seu sofrimento, a sua glória, os nossos feridos e os nossos mortos. O sentimento patriótico e o orgulho nacional assim acesos farão calar todas as questões pessoais.» Ministère des Affaires Etrangères, Paris, Guerre 1914-1918, Dossier Général, 634, relatório do coronel Denvignes, 18 de Dezembro de 1916.

6 Ana Mira (ed.), *Actas das Sessões Secretas da Câmara dos Deputados e do Senado da República sobre a Participação de Portugal na I Grande Guerra*, Lisboa, Assembleia da República / Afrontamento, 2002.

7 Jaime Cortesão, *Memórias da Grande Guerra*, Porto, Renascença Portuguesa, 1919), pp. 46-53.

8 *A Capital*, 23 de Novembro de 1917.

9 Biblioteca Nacional, Núcleo Augusto Casimiro, apontamentos para um volume intitulado *Memórias d'um Homem do Meu Tempo*.

# Portugal e a guerra nas colónias

*Aniceto Afonso*

A implantação da República em Portugal obrigou a uma atitude de grande prudência internacional por parte dos seus responsáveis. Assumir o poder significou abrir confrontos em várias frentes, que os republicanos sabiam (e tentaram) resumir a um: a posição da Inglaterra. Embora a vizinha Espanha se configurasse como uma potencial ameaça para as novas instituições, tal dependia, em muito, da atitude inglesa. Também o império colonial, cujos vizinhos eram essencialmente a Inglaterra e a Alemanha, acabava por depender mais uma vez da posição da velha aliada de Portugal.

A conjuntura internacional favoreceu o novo regime, uma vez consolidada, de forma rápida e definitiva, a vitória interna. O que seria problemático era um grande período de incerteza, com resistência significativa dos monárquicos. Como tal não se verificou, as potências não encontraram pretextos para adiar o reconhecimento da República.

Em menos de um ano, apesar das condições impostas pela Inglaterra e das diligências de Afonso XIII, a República Portuguesa (terceira república europeia, depois da França e da Suíça) passava ao concerto das nações, com exactamente os mesmos problemas e as mesmas incapacidades herdadas da Monarquia.

A questão do império foi, desde o início, um problema de difícil solução. Qualquer medida exigia sempre avultados capitais e consensos alargados, assim como adequação ao clima internacional. A Inglaterra e a Alemanha vinham negociando a partilha do poder colonial, parte dele à custa dos territórios administrados por Portugal. A presença portuguesa nos seus territórios coloniais era diminuta, dispersa e, na opinião das grandes potências, insuficiente.

Por outro lado, as preocupações sobre o território europeu de Portugal tinham-se adensado com a crescente conflitualidade das

nações europeias, pelo que os planos de defesa apresentavam novas orientações, dirigidas à defesa naval de Lisboa, à consolidação de um eixo Lisboa-Açores e à permanente preocupação com as fronteiras terrestres.

O crescimento do poderio alemão, em especial em torno do desenvolvimento da sua esquadra e do alargamento das suas zonas coloniais, representou um enorme desafio para a Inglaterra, como potência dominante. À medida que o poder alemão crescia, a hegemonia inglesa ia sendo posta em causa. Este enfraquecimento relativo acabou por se reflectir na capacidade de a Inglaterra assegurar aos seus aliados, incluindo Portugal, a protecção habitual, em especial no que se relacionava com o mar e o império colonial. Surgia assim, desde os finais do século XIX, um novo sistema de relações internacionais, que ia colocando em causa o «esplêndido isolamento» inglês e obrigando a Inglaterra a recorrer a alianças continentais, primeiro com a França e depois com a Rússia, assim como ia conferindo um novo papel internacional à Alemanha, determinada como estava a aumentar e consolidar os seus novos poderes, em torno da sua esquadra e dos seus interesses coloniais. Ora, um pequeno país como Portugal devia aprender rapidamente a situar-se neste novo ambiente, o que nem sempre aconteceu com a devida oportunidade.

Quando em 1914, num pesado ambiente diplomático, as unidades militares europeias se começaram a movimentar, Portugal pouco evoluíra nas suas capacidades de resistência a qualquer desafio sério — nem conseguira reformar o Exército, nem construíra a nova esquadra, nem consolidara a defesa dos seus territórios coloniais. A República, tal como a Monarquia, confiava a sua defesa aos interesses ingleses, isto apesar dos sentimentos antibritânicos de muitos republicanos, silenciados pelo superior interesse da República e pela constatação dos perigos que qualquer outra atitude poderia acarretar.

Avançaram assim as primeiras unidades militares alemãs em direcção à Bélgica, cumprindo um plano longamente preparado, com o objectivo de tomar Paris e, rodeando a cidade-luz, atacar as unidades francesas pela retaguarda e pelo seu flanco esquerdo, na expectativa de tudo estar terminado em seis semanas. Ninguém previu, no seio da euforia alemã, que a guerra seria longa, com inimagináveis consequências para a Europa e para o mundo.

Na brusca mudança internacional, Portugal não possuía capacidade para definir uma atitude autónoma. Limitou-se por isso a seguir



as orientações da diplomacia inglesa, mantendo-se neutral, sem declarar a neutralidade.

## Portugal em África

Em África, os territórios portugueses de Angola e Moçambique confinavam com colónias alemãs. Na fronteira sul de Angola, os alemães estavam presentes na Damaralândia (também chamada Sudoeste Africano e depois Namíbia) e, na fronteira norte de Moçambique, ocupavam a África Oriental Alemã (Tanganica e depois Tanzânia).

Como se sabe, a partilha das colónias portuguesas foi objecto, a partir dos finais do século XIX, de múltiplas negociações cruzadas, que de uma forma geral tinham em vista satisfazer o projecto alemão de expansão colonial, em troca de uma divisão pacífica de poderes no novo sistema de relações internacionais.

Um dos primeiros contributos para o esclarecimento das negociações secretas anglo-germânicas foi dado pela publicação das memórias do príncipe Lichnowsky, com o título *A Minha Missão em Londres / 1912-1914*, publicação feita em 1918, ainda antes do fim da guerra, por pacifistas alemães. Lichnowsky fora embaixador alemão em Londres a partir de 1912 e estava, portanto, em posição privilegiada para relatar o que se passara. As suas declarações não deixam, aliás, dúvidas quanto às reais intenções alemãs:

> Pelo que dizia respeito à realização prática do nosso verdadeiro, mas não expresso, intento — uma futura divisão efectiva das colónias portuguesas —, era também o novo acordo muito mais completo e com muito maiores vantagens para nós do que o primitivo. Nele eram especificados casos que nos autorizavam a tomar as medidas que julgássemos necessárias para salvaguardar os nossos interesses nas nossas zonas de influência, sendo essa especificação expressa em termos tais que só nós podíamos decidir da «vitalidade» das questões que pudessem surgir.[1]

De facto, o acordo previa, no seu artigo 8.º, «que, se perigasse a vida ou os haveres de súbditos alemães ou ingleses, por motivo de distúrbios ou pela atitude das autoridades locais, se o Governo português não estivesse em condições de os proteger, o Governo britânico e o

Governo alemão, depois de consultarem um com o outro, e depois de comunicarem ao Governo português, tomariam as medidas que entendessem necessárias para tomar a defesa dos interesses ameaçados». Isto equivalia a dizer que Portugal dificilmente teria tido qualquer hipótese de evitar a efectiva realização dos intentos alemães, se o tratado não tivesse sido excluído pela deflagração da guerra.

Em 1914, Portugal ignorava o teor das negociações. A sua posição perante a guerra, devendo sem dúvida ser concertada com a diplomacia inglesa, não podia deixar de ser orientada para um empenhamento proporcional aos interesses que lhe advinham de ser um aliado da Inglaterra, de ser um regime em vias de consolidação no concerto das nações e de possuir um império colonial disperso e impreparado para a sua própria defesa.

E, embora a ideia intervencionista no teatro europeu não tivesse apoio unânime entre os republicanos, ninguém pôs em causa a mobilização de contingentes para a defesa das colónias.

## A guerra em África

### *Angola*

A GUERRA EM ANGOLA e Moçambique começou cedo, embora Portugal não estivesse preparado para enfrentar as dificuldades que se aproximavam. De facto, quando Ferreira Martins, no seu *Portugal na Grande Guerra*, procura caracterizar as actividades militares deste período, desde a mobilização à efectivação das operações militares coloniais, só uma palavra se repete constantemente: improvisação. Improvisação no recrutamento e na instrução; improvisação na organização e no planeamento; improvisação na execução das operações. É, contudo, inegável o esforço que as autoridades portuguesas e os próprios militares envidaram para superar tais condicionalismos, acabando as expedições a Angola e a Moçambique, em conjugação com outros factores que intervieram na situação, por garantir o que era essencial na sua missão — a integridade territorial das colónias portuguesas.

As primeiras expedições para Angola e Moçambique partiram de Lisboa a 11 de Setembro de 1914. A que se destinava a Angola era comandada pelo tenente-coronel Alves Roçadas, oficial conhecedor da região de destino da expedição, por ter sido governador do distrito da Huíla, no sul da Angola. Desembarcou em Moçâmedes e, em ligação com Norton de Matos, governador-geral de Angola, deslocou as suas tropas para a fronteira sul, deixando claro que o inimigo era constituído pelas tropas alemãs do Sudoeste Africano, situação que o incidente de Naulila, em 19 de Outubro, e o ataque alemão a Cuangar, em 30 do mesmo mês, esclareciam completamente. A expedição tinha um efectivo total superior a três mil homens, incluindo cerca de mil soldados indígenas. Depois de uma longa e penosa marcha para o interior, as tropas portuguesas instalaram-se nas zonas de mais provável penetração inimiga, procedendo à organização da sua defesa. As instruções de Lisboa eram rigorosas e, embora contrárias à situação local, obedeciam aos imperativos da política geral adoptada pelo Governo português. Nelas, em jeito de telegrama, expressamente se determinava que «é necessário todos, oficiais e praças, saibam não estamos em guerra com Alemanha e tomar medidas nossas patrulhas não entrem sequer zona neutra». Foi assim que a iniciativa do ataque pertenceu ao lado alemão, que em 18 de Dezembro o executou em direcção a Naulila. Após várias horas de combate, as tropas portuguesas viram-se obrigadas a retirar com pesadas baixas. Contudo, também as tropas alemãs recuaram para as suas bases, pelo que o combate não teve outras consequências que não fossem as directamente resultantes do chamado «desastre de Naulila» e os reflexos que tais eventos vieram a ter no comportamento dos povos indígenas do sul de Angola.

Ainda antes do final do ano, o Governo pensou em reforçar as forças expedicionárias, de forma a vingar a acção dos alemães, impedir novas investidas e levar a cabo operações contra os povos revoltados do sul da colónia. Aliás, o reforço do dispositivo português tinha-se iniciado ainda antes dos acontecimentos de Naulila, com o embarque de um batalhão de marinha em meados de Novembro, seguindo depois novos reforços que elevaram para mais de cinco mil o número de militares presentes no sul de Angola. O novo Governo atribuiu o comando destas forças ao general Pereira de Eça e nomeou-o igualmente governador-geral. Após a sua chegada a Luanda, a 21 de Março de 1915, dirigiu-se para o sul, iniciando desde logo a ocupação do Baixo Cunene. Entretanto, em 9 de Julho, as tropas alemãs da Damaralândia renderam-se perante o avanço das tropas sul-africanas, cabendo às forças portuguesas, a partir desse mês, executar apenas acções contra as revoltas no interior da colónia.

## *Moçambique*

Tal como em Angola, também em Moçambique as tropas coloniais eram diminutas e mal preparadas. Desde a implantação da República, apenas houvera necessidade de efectuar operações de pequena dimensão contra revoltas internas, no Niassa, em Sangage e nas regiões de Memba e Namarrais. Após o início da guerra, a vizinhança da colónia alemã da fronteira norte não oferecia dúvidas sobre os perigos que Moçambique correria, se as suas defesas não fossem melhoradas. De certa forma, era essa a missão da primeira expedição, que por não lhe terem sido marcados objectivos concretos se limitou a melhorar as condições militares da margem direita do Rovuma, através da construção de vias de comunicação, ligações telegráficas e instalação de postos de vigilância. O comando foi atribuído ao tenente-coronel Massano de Amorim, que fora governador do distrito de Moçambique. O seu efectivo rondava os 1500 homens, que as doenças tropicais rapidamente dizimaram. Este facto, aliás, estender-se-ia a todas as outras expedições. Foi, entretanto, organizada uma segunda expedição, que embarcou em Lisboa na companhia do novo governador-geral, Álvaro de Castro, sendo o seu comando atribuído ao major Moura Mendes, oficial sem experiência colonial. Chegando ao norte de Moçambique no princípio de Novembro de 1915, logo se verificou continuarem as tropas expedicionárias a enfermar das mesmas deficiências — má instrução, deficiente equipamento, fraca acção de comando e péssimo apoio sanitário.

Longos meses se passaram sem que as tropas tomassem qualquer iniciativa, praticamente paralisadas pela época das chuvas e pelas doenças. Tal situação levaria Álvaro de Castro a afirmar que «o destacamento expedicionário de 1915 não estudou a situação militar na fronteira e não preparou a resposta a qualquer eventualidade que surgisse, a declaração de guerra encontrou-o absolutamente desprevenido na sua missão». Entretanto, a situação alterava-se substancialmente com a declaração de guerra da Alemanha, o que permitiu a Álvaro de Castro estabelecer para as forças militares objectivos concretos. Tais acções iriam iniciar-se com a reocupação de Quionga, concretizada já para além da declaração de guerra. A ocupação do triângulo de Quionga, no extremo nordeste de Moçambique, foi levada a efeito a partir dos primeiros dias de Abril, após a guarnição alemã ter abandonado a zona e passado à margem esquerda do Rovuma. A soberania portuguesa nesta pequena faixa de terreno viria a ser reconhecida pelo Conselho Supremo das Potências Aliadas e Associadas e restituída a Portugal, considerado seu proprietário originário e legítimo.



Para além da ocupação de Quionga, Álvaro de Castro estabeleceu para as tropas expedicionárias em Moçambique outros objectivos, como a cooperação com as tropas inglesas, de forma a bater as forças alemãs, e a conquista urgente de uma parcela de terreno no sul da colónia alemã, de forma a colocar em destaque a acção de Portugal junto das outras nações aliadas. Foram por isso levadas a efeito algumas operações, na tentativa de as tropas portuguesas atravessarem o Rovuma, operações apoiadas por algumas unidades da Marinha de Guerra. Mas o empreendimento mostrou-se demasiado custoso para as forças portuguesas, que se viram constrangidas a regressar às suas bases.

Organizou-se então, em meados de 1916, a terceira expedição com destino a Moçambique — seria a mais forte de todas as expedições coloniais, integrando mais de 4600 homens, comandados pelo general Ferreira Gil. Após a chegada ao norte de Moçambique, esta expedição retomou os objectivos da anterior. De certa forma, poderá dizer-se que as operações de maior fôlego em Moçambique foram efectuadas na segunda metade de 1916. O período da ofensiva portuguesa, protagonizado por estas tropas, ficou assinalado pela travessia do Rovuma e por uma penetração em território alemão, com a tomada de Nevala. Tal ofensiva havia sido estimulada pelo Governo português, em telegrama ao comando das forças:

> O Governo entende será consideravelmente diminuído o nosso prestígio de nação beligerante, e prejudicados os nossos interesses de nação colonial, se não se realizar, quanto antes, a ofensiva contra os Alemães, invadindo decisivamente o território além-Rovuma. A Inglaterra sente necessidade e formula desejos de cooperação imediata e enérgica das forças seu comando.[2]

Contudo, a situação criada com o avanço das tropas portuguesas não resistiria à contra-ofensiva alemã, obrigando ao abandono dos postos conquistados e à retirada para a margem sul do Rovuma ainda antes do fim do ano.

Entretanto, desenvolvera-se uma grande ofensiva das tropas inglesas e belgas, a norte e a oeste da colónia alemã, que empurrou os efectivos germânicos mais para sul e os obrigou a voltar os olhos «para

o território português, para além do Rovuma», como recordaria Von Lettow, comandante das forças alemãs[3]. Nesta altura, a partir do início de 1917, foi organizada a nova expedição, no compreensível desejo de evitar o avanço alemão e assegurar a inviolabilidade das fronteiras da colónia. Durante a primeira parte do ano, Álvaro de Castro assumiu pessoalmente o comando militar das operações, vindo a ser substituído pelo coronel Sousa Rosa em Setembro de 1917. Pouco depois, a 25 de Novembro, as tropas alemãs deram início a uma ofensiva de grande envergadura que visava não apenas os postos fronteiriços, mas tinha como objectivo o seu próprio internamento em território português, com o fim de se libertar da ofensiva inglesa, preservar as forças para futuras acções e proceder ao reequipamento em armas e munições através de material capturado. A acção das tropas alemãs no interior de Moçambique iria estender-se até ao final de Setembro de 1918, tendo a sua penetração ficado às portas de Quelimane. As tropas portuguesas, em cooperação com forças inglesas, opuseram-se aos movimentos inimigos, tanto quanto lhes foi possível, travando alguns combates de maior relevância, como o de Negomano, da serra Mecula e de Nhamacurra. Von Lettow, conduzindo a guerra conforme as circunstâncias melhor aconselhavam, com o constante propósito de fixar efectivos inimigos na região, impedindo-os de serem utilizados noutros teatros, em especial na Europa — acabou por abandonar Moçambique e internar-se de novo na colónia alemã da África oriental, em 28 de Setembro de 1918, ficando assim o território português livre da presença de tropas inimigas. O armistício aproximava-se e com ele o fim da guerra, que tão penosa e difícil se tornara para as tropas portuguesas, vítimas das condições de que se revestiu a sua preparação, a sua organização e o seu emprego militar.

## *Balanço*

Os contingentes militares portugueses que combateram nos teatros de operações da Primeira Guerra Mundial, tanto na Europa como em África, não estavam convenientemente preparados para participar na guerra. Careciam de instrução, de material, de armamento, de organização e de disciplina. Também careciam de apoio político e de reconhecimento do seu estatuto e da sua importância. Neste campo, e porventura noutros, os republicanos não estiveram à altura das responsabilidades que assumiram e das expectativas que criaram. Também os militares, habituados a um longo período de paz, não estavam



preparados para compreender a profundidade da mudança e para participar na reformulação do sistema militar da República. Mesmo a Marinha, que dispunha de conhecimento técnico evoluído suficiente para reconhecer as novas necessidades e esboçar um plano de acção, acabou por se enredar nas soluções que preconizou, perfeitamente inviáveis devido aos recursos que exigiam.

Nas colónias, tanto em Angola como em Moçambique, a acção dos contingentes militares portugueses caracterizou-se por inúmeras incapacidades, improvisações e fragilidades, com divisão de responsabilidade entre as autoridades políticas e administrativas e os comandos militares. Os actos de coragem, as pequenas acções militares conduzidas com dedicação e sabedoria, que também existiram, não podem deixar na sombra o grande falhanço da acção militar da República nas várias frentes de combate em que as tropas portuguesas estiveram presentes.

## *Estatísticas*[4]

### *Relação de pessoal mobilizado para Angola (1914-1915)*

| | Oficiais | Sargentos | Praças | Total |
|---|---|---|---|---|
| 1.ª Expedição 11-09-14 | 54 | 76 | 1395 | 1525 |
| Reforço da 1.ª Expedição 11-11-1914 (a) | 72 | 109 | 2622 | 2803 |
| Reforço da 1.ª Expedição 28-12-1914 (b) | | | | 4318 |
| 2.ª Expedição 11-9-1915 (c) | | | | (1789) |
| Batalhão Marinha | 18 | 33 | 512 | 563 |
| Total geral | | | | 9209 |

(a) 2080 infantaria, 436 artilharia, 189 cavalaria, 94 metralhadoras, 4 serviço saúde. As datas são dos decretos de mobilização.
(b) 2591 infantaria, 1080 artilharia, 382 cavalaria, 255 metralhadoras, 10 reservas.
(c) A 2.ª Expedição, constituída por um destacamento de 1789 homens, seria mobilizada a partir de Setembro de 1915, já para além do fim das operações relacionadas com a presença de efectivos alemães no teatro de Angola. Nos anos seguintes seguiriam mais cerca de 2000 efectivos, em iguais circunstâncias, sendo os últimos em 1917 e 1918, com 566 e 746 homens, respectivamente.

### *Quadro das baixas no combate de Naulila*

| Mortos | Feridos | | | Prisioneiros | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Oficiais | Praças | Oficiais | Praças | Oficiais | | Praças |
| Portugueses | 3 | 66 | 5 | 71 | 3 | 62 |
| Alemães | - | 12 | 10 | 20 | - | - |

### *Relação do pessoal mobilizado para Moçambique (1914-18)*

| | Oficiais | Sargentos | Praças | Reforços | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| 1.ª Expedição (18-08-1914) (a) | 48 | 68 | 1489 | 50 | 1655 |
| 2.ª Expedição (11-09-1915) (b) | 54 | 80 | 1424 | | 1558 |
| 3.ª Expedição (25-5-1916) (c) | 128 | 352 | 4356 | | 4836 |
| 4.ª Expedição (1917) | 209 | | (d) 5058 | | 5267 |
| Reforço e outras rendições (1917) | 108 | | (d) 4401 | | 4509 |
| Batalhão de Marinha (1918) | 18 | | 746 | | 764 |
| Total geral | | | | | 19 353 (e) |

(a) *História do Exército Português (1910-1945)*. Ferreira Martins refere 50 oficiais e 1477 praças, num total de 1527 homens.
(b) *História do Exército Português (1910-1945)*. Ferreira Martins refere 41 oficiais e 1502 praças, num total de 1543 homens.
(c) *História do Exército Português (1910-1945)*. Ferreira Martins refere 159 oficiais e 4483 praças, num total de 4642 homens.
(d) Inclui sargentos.
(e) Ferreira Martins refere um total de mobilizados de Portugal para Moçambique de 825 oficiais e 18613 praças, acrescentado mais 303 oficiais, 682 graduados (todos europeus) e 10 278 soldados indígenas, num total geral de 30 701 homens, número que se considera nos quadros gerais.



### *Total de tropas mobilizadas por Portugal de 1914 a 1918*[5]

| | Oficiais | Sargentos | Praças | Praças indígenas | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| CEP | 3376 | 3051 | 48 658 | | 55 085 |
| CAPI* | 70 | 120 | 1138 | | 1328 |
| Angola | 387 | 403 | (a) 11 640 | 6000 | 18 430 |
| Moçambique | 1128 | | (a) 19 295 | 10 278 | 30 701 |
| Total geral | | | | | 105 544 |

(a) Inclui sargentos

### *Baixas portuguesas nos diversos teatros de operações*[6]

| | Mortos | Feridos | Desaparecidos | Incapazes | Prisioneiros | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| CEP | 1992 | 5354 | 199 | 7280 | (a) 7000 | 21 825 |
| CAPI* | 5 | 5 | | | | 10 |
| Angola | 810 | 683 | 200 | 372 | 68 | 2 133 |
| Moçambique | 4811 | 1600 | 5500 | 1283 | 678 | 13 872 |
| Marinha | 142 | 30 | | | | 172 |
| Total geral | 7760 | 7672 | 5899 | 8935 | 7746 | 38 012 |

(a) 6767 devolvidos pela Alemanha e 233 falecidos no cativeiro.

* Corpo de Artilharia Pesada Independente

*Total de baixas da Grande Guerra*[7]

| Países | Total de mobilizados | Mortos | Feridos | Prisioneiros e desaparecidos | Total de baixas | Baixas em % dos mobilizados |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Aliados: | | | | | | |
| Rússia | 12 000 000 | 1700 000 | 4950 000 | 2500 000 | 9150 000 | 76,3% |
| França | 8410 000 | 1357 800 | 4266 000 | 537 000 | 6160 800 | 73,3% |
| Império Britânico (a) | 8904 467 | 908 371 | 2090 212 | 191 652 | 3190 235 | 35,8% |
| Itália | 5615 000 | 650 000 | 947 000 | 600 000 | 2197 000 | 39,1% |
| Estados Unidos | 4355 000 | 126 000 | 234 300 | 4500 | 364 800 | 8,4% |
| Japão | 800 000 | 300 | 907 | 3 | 1210 | 0,2% |
| Roménia | 750 000 | 335 706 | 120 000 | 80 000 | 535 706 | 71,4% |
| Sérvia | 707 343 | 45 000 | 133 148 | 152 958 | 331 106 | 46,8% |
| Bélgica | 267 000 | 13 716 | 44 686 | 34 659 | 93 061 | 34,9% |
| Grécia | 230 000 | 5000 | 21 000 | 1000 | 17 000 | 7,4% |
| Portugal | 105 542 | 7760 | (b) 16 607 | 13 645 | 38 012 | 36% |
| Montenegro | 50 000 | 3000 | 10 000 | 7000 | 20 000 | 40% |
| Total | 42 194 352 | 5152 653 | 12 833 860 | 4122 417 | 22 098 930 | 52,4% |
| Poderes Centrais: | | | | | | |
| Alemanha | 11 000 000 | 1773 700 | 4216 058 | 1152 800 | 7142 558 | 64,9% |
| Áustria--Hungria | 7800 000 | 1200 000 | 3620 000 | 2200 000 | 7020 000 | 90% |
| Turquia | 2850 000 | 325 000 | 400 000 | 250 000 | 975 000 | 34,2% |
| Bulgária | 1200 000 | 87 500 | 152 390 | 27 029 | 266 919 | 22,2% |
| Total | 22 850 000 | 3386 200 | 8388 448 | 3629 829 | 15 404 477 | 67,4% |
| Total Conjunto | 65 044 352 | 8538 853 | 21 222 308 | 7752 246 | 37 503 407 | 57,7% |

(a) Inclui as tropas coloniais.
(b) Inclui incapazes para o serviço militar.



## Notas

1 Príncipe Lichnowsky, *A Minha Missão em Londres / 1912-1914*, Londres, 1918, pp. 37-38. Edição em português.

2 E.A. Azambuja Martins, *Nevala / Expedição a Moçambique*, Lisboa, 1935, p. 258.

3 Von Lettow-Vorbeck, *As Minhas Memórias da África Oriental*, Évora, 1923, sp. 221.

4 Estas estatísticas foram inicialmente publicadas em Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes (dir.), *Portugal na Grande Guerra*, Diário de Notícias, 2003.

5 Nota: Estes números devem ser considerados com prudência, embora correspondam a um apuramento sistemático das informações produzidas por vários autores, dos quais se destaca o general Ferreira Martins.

6 Nota: Para este quadro geral consideram-se novas investigações (especialmente em relação ao CEP) e os números do general Ferreira Martins e da *História do Exército Português (1910-1945)*.

7 Fontes: www.worldwar1.com; www.spartacus.schoolnet.co.uk; Randal Gray, *Chronicle of the First World War*, Oxford, 1991.

# Portugal nas trincheiras: os combatentes portugueses em França (1917-1919)

*Isabel Pestana Marques*

A Primeira Guerra Mundial, ao mobilizar enormes contingentes militares, e num ritmo tão acelerado, ao manifestar-se nos vários continentes, oceanos e mares e ao afectar populações civis tão diversificadas durante quatro longos anos, assumiu um carácter de «guerra total», original na história[1].

A historiografia internacional não hesita em considerar o conflito de 1914-1918 como «expressão de modernidade», como a precipitação de tudo quanto de novo se acumulara no decénio anterior, o fundador da «memória moderna», da «política de massas» e do novo «mundo mental», apesar da evidente e derradeira tentativa de garantir a sobrevivência do velho regime[2].

A participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial, quer na frente europeia quer na fronteira africana, não deixará o país incólume a essa dicotomia entre a resistência do «velho» e a assunção do «novo». A própria experiência de guerra dos portugueses nas trincheiras da Flandres, em França, durante os dois últimos anos da guerra inscreve-se nesse contexto de reequilíbrios, nem sempre conhecidos ou divulgados[3]. A própria evolução da Primeira República será marcada pela prestação militar nas linhas de combate: os sucessos e os reveses em campanha reflectem o fervilhar do regime e determinarão percursos fracturantes e até questionáveis do poder instituído.

Em Portugal, 1916 foi um ano de importantes decisões políticas de grande impacto na vida de muitos portugueses, nomeadamente os militares. Nesse ano, o Governo confisca os navios alemães atracados nos portos portugueses com o objectivo de suprir as carências inglesas de embarcações, ditadas pela guerra submarina alemã, e de provocar a declaração de guerra alemã, que ocorre a 16 de Março. Perante isso, a Inglaterra vê-se obrigada a aceitar o envio de tropas portuguesas

para França, acompanhando as armas que desde 1914 eram pedidas pelo Exército francês.

O mesmo ano assiste à concentração de tropas e à respectiva instrução quer nos quartéis regionais quer no Campo de Instrução de Tancos. Com muita dificuldade, são treinados cerca de 35 mil homens com o objectivo de irem combater uma guerra distante e de características originais, a guerra de trincheiras europeia.

Em Janeiro de 1917, iniciaram-se os primeiros transportes marítimos de Lisboa para Brest, em navios portugueses e ingleses. Ao longo de todo o ano, militares portugueses abandonam os seus lares para viajarem de comboio até Lisboa, onde embarcam rumo a França: muitos abandonam pela primeira vez a terra natal, viajam de comboio, conhecem a capital, vêem o mar.

Embarques confusos em Lisboa, viagens marítimas desgastantes e desembarques tumultuosos em Brest são o ponto culminante deste processo de transporte: chegados a França, a alegria enche os militares, desejosos de pisarem o solo francês e esquecerem a viagem sobrelotada de homens, animais e equipamento militar. O som dos hinos, português e francês, tal como a simpatia das madrinhas de guerra francesas e da população civil local eram uma recepção calorosa que fazia esquecer os tormentos da viagem e a proximidade da guerra.

De Brest as tropas portuguesas partiam de comboio até à região da Flandres, para aí constituírem um sector autónomo da frente de batalha do Primeiro Exército britânico. Tal viagem será de descoberta para muitos portugueses, pois as novidades serão constantes: a paisagem normanda, as casas com telhados muito inclinados, a neve, as cidades de «pau e lona» com militares de diferentes nacionalidades, a população rural, os hospitais de guerra e até os imensos cemitérios.

O sector ao cuidado das tropas portuguesas, que variou entre 11 e 18 quilómetros, com uma frente de quatro a 11 quilómetros ao longo da campanha, localizou-se no vale do Rio La Lys, de Armentières a La Bassée, de Merville a Béthune. As unidades militares aboletadas na região em volta do Aire e ao longo do Lys encheram por completo as pequenas e as grandes povoações da região. Rodeado pelo Primeiro Exército britânico, o sector português defrontava-se com o Sexto Exército alemão.

Aí definem-se três grandes zonas distintas mas complementares: a retaguarda ou Base, a Linha de Aldeias e as trincheiras de combate



ou a Primeira Linha. Mas a entrada portuguesa nas trincheiras não acontecerá de imediato.

Urgia organizar o sector para uma campanha que não tinha prazo para terminar, tal como completar a instrução das tropas portuguesas. A instrução de Tancos não tinha sido suficiente para as exigências da guerra travada em França e a maioria dos militares desembarcados em Brest não tinha vivido a concentração em Tancos devido à pressa governamental em desembarcar um Corpo de Exército em França antes da entrada operacional das tropas americanas nas trincheiras. A instrução faz-se, à medida que as tropas chegam de Lisboa, com auxílio de instrutores ingleses e franceses. Simultaneamente, procede-se à vacinação das tropas contra a febre tifóide, o tifo e a varíola, o que acaba por atrasar o processo de entrada nas trincheiras devido aos efeitos secundários inerentes.

Assim, só a 2 de Abril de 1917 é que entra nas trincheiras a primeira companhia e a 12 de Maio um batalhão ocupou um subsector. A 10 de Junho já estavam as três brigadas da Primeira Divisão a guarnecer a linha, sob as ordens do seu comandante, e incorporadas no XI Corpo de Exército Britânico. A 5 de Novembro, o General Fernando Tamagnini assumiu o comando da zona guarnecida pela Primeira Divisão e, a 26 de Novembro, entrou na frente a Segunda Divisão.

A dispersão gradual das tropas pelas três zonas do sector português será responsável por uma multiplicidade de experiências vividas quotidianamente ao longo da campanha e que no seu conjunto constituem a história de guerra dos combatentes portugueses em França durante a Primeira Guerra Mundial.

A zona de trincheiras definiu, por excelência, a vivência dessa guerra. As dificuldades geográficas, materiais e humanas aí sentidas obrigaram os portugueses entrincheirados a viverem momentos muito difíceis, por vezes distintos dos vividos pelos seus aliados.

A primeira impressão após a entrada na Primeira Linha era a dificuldade de orientação naquele labirinto de trincheiras, lamacentas e protegidas por quilómetros de arame farpado, repleto de letreiros em inglês e em francês.

A segunda impressão era a própria trincheira do Front português. Em vez de valas escavadas no terreno, com a profundidade de um homem e a largura de três, as trincheiras portuguesas eram mais baixas e estreitas: a água aparecia a cinquenta centímetros de profundidade, devido às características pantanosas do terreno, obrigando à

difícil construção e manutenção de trincheiras quase totalmente em relevo, com sacos de terra, palha e ripas de madeira. Assim, os homens eram obrigados a caminharem agachados para se protegerem do fogo inimigo e raramente se cruzavam, pois a largura das trincheiras só tinha espaço para um.

A terceira impressão era a mais marcante, devido à presença dos destroços resultantes dos combates. Os despojos de armamento confundiam-se com os vestígios de cadáveres, identificando as trincheiras com o horror da guerra, sempre imprevisto e incomum.

Quando instalados no Front, os rigores naturais dificultaram a presença portuguesa nas trincheiras. O solo pantanoso e o clima húmido tornavam abundantes a água e a lama pegajosa, obrigando os homens a tornarem-se anfíbios para sobreviverem; as temperaturas negativas e a neve surpreenderam muitos combatentes e obrigaram a medidas de protecção e a degelar o armamento e as viaturas; a profusão de ratos, piolhos, pulgas e larvas obrigava a um convívio de amor-ódio. A dureza do clima e a falta de higiene debilitavam o corpo dos soldados, que se desgastavam psicologicamente com os combates.

Rapidamente, este espaço será apropriado através de uma nomenclatura especial, fundamental para uma melhor aceitação e adaptação. As trincheiras e os entrincheirados passam a ser conhecidos por «trinchas»; a receada terra de ninguém é apelidada de «avenida Afonso Costa», de forma a sublimar-se o ressentimento contra um dos ministros responsáveis pela presença portuguesa em França; as estreitas trincheiras de comunicação são conhecidas por «travessas do fala só»; a sensação de medo é denominada de «corta prego»; o acto de fugir é «cavar», confundindo-se com o acto inerente à construção da trincheira; os locais manchados de sangue dos camaradas eram identificados como a «travessa do matadouro». A apropriação do espaço francês através de uma nova toponímia, aportuguesada, culmina ao substituir-se «Aire-sur-le-Lys» por «Aire-sur-le-lisbonne»!

A originalidade do espaço funde-se com a nova noção de tempo vivida nas trincheiras. Aqui, os militares vivem um tempo original, determinado não pelos relógios do Comando mas pela vivência individual de diferentes ritmos informais, alternantes e desiguais. Ritmos ditados pelo movimento aparente do Sol, pela realidade sonora e pelos momentos de guerra experimentados; a noite escura, misteriosa e imprevisível alterna com o dia luminoso, tranquilo e mais seguro, o som dos combates é calado pelo silêncio da espera e os «momentos



de espera» são substituídos pelos «momentos de combate». Por tudo isto, a noite é o momento mais temido pelas trincheiras e a distribuição de rum à meia-noite é bem-vinda: o álcool permite afugentar medos, entusiasmar para o combate e aguentar até ao raiar do dia...

A vivência deste ritmo alternante entre «momentos de espera», como a reparação de trincheiras, a vigília e a escuta, a higiene individual e a limpeza do armamento, e «momentos de combate», como os bombardeamentos, os raides, a luta corpo a corpo e a resistência a um ataque de gás, irá sujeitar os combatentes a experiências de grande tensão, desconhecidas e de diferentes expressões. Fisicamente, emagrecem cerca de três quilos por semana de combate, enjoam, perdem parcialmente a visão, os membros entorpecem ou sofrem traumatismos. Psicologicamente, surge a ansiedade e a angústia provocadas pela ameaça constante de ferimentos, doenças e morte; o medo transforma-se, por vezes, em pânico; a frustração e a depressão crescem com a morte e os ferimentos dos camaradas; a euforia e a sensação de eternidade instalam-se quando ilesos.

O desgaste físico e psicológico sentido nas trincheiras aumenta com o desenrolar da campanha militar portuguesa, quer no calmo ano de 1917, quer no atribulado ano de 1918. O descanso impunha-se às tropas, de modo a recuperarem forças e motivação para cumprirem eficazmente a missão aliada. Mas, as autoridades políticas e militares portuguesas não irão conseguir criar um sistema eficaz de rotatividade e de descanso de tropas.

O *roulement* dos seis dias na Primeira Linha e o sistema de licenças para descanso na retaguarda falharam totalmente, visto não existirem efectivos suficientes no sector português para substituir os combatentes cansados. Esta falta devia-se à demora em desembarcar em Brest o contingente português previsto, devido à drástica redução de navios de transporte. Recorde-se que a Inglaterra tinha desistido de apoiar o transporte militar português, pois precisava desses navios para si, e Portugal só dispunha de dois navios para as viagens para França, uma vez que os outros estavam ocupados com o transporte de tropas para a frente de batalha africana.

A ausência de renovação das tropas vai fazer com que os soldados procurem soluções individuais para conseguirem o descanso de que tão desesperadamente necessitam. Muitos militares, oficiais e soldados refugiam-se na retaguarda, quer no conforto dos serviços da base, quer na segurança de uma cama de hospital, ou até conseguindo obter

licença para irem até Paris ou até Portugal, ultrapassando as escalas de licenças. Este abandono de trincheiras irá sobrecarregar ainda mais os combatentes que resistem na linha da frente, apesar de não usufruírem de qualquer momento de descanso.

Ao contrário das unidades inglesas rendidas trimestralmente, os combatentes portugueses assistiram à multiplicação das semanas e meses, ultrapassando mesmo um ano de permanência na linha da frente. O cansaço da guerra e a desilusão perante a ineficácia das autoridades em proporcionarem um descanso justo e oportuno irão provocar grande descontentamento, raiva e inveja perante os «cachapins» ou «básicos», alcunhas dadas aos militares refugiados na retaguarda.

Outros problemas surgirão no quotidiano de trincheiras, responsáveis pela emergência de divisões entre as diferentes zonas do sector português, fragmentando o «espírito de corpo» essencial ao sucesso de uma campanha. É o caso dos problemas materiais de campanha: a alimentação, o fardamento e o aboletamento.

Desde cedo, os portugueses estranharam a ração inglesa. Os homens queixavam-se de não lhes encher o estômago e de ser estranha aos seus hábitos alimentares. A carne de conserva (o famoso *corned beef*), o pouco pão, as demasiadas bolachas (só ingeríveis quando disfarçadas na sopa), os legumes secos, o queijo, os picles, as compotas, os molhos (à base de mostarda), os frutos secos e o omnipresente chá fazem clamar por pão farto, bacalhau com batatas e couves, café, chouriço, azeite e vinho nacionais.

A insatisfação face à ração inglesa leva a comportamentos imprevistos pelas autoridades. Por vezes, deitam fora os alimentos menos digeríveis pelos estômagos lusos e recorrem à ração de reserva, sobrecarregando o orçamento e impedindo a realização de algumas operações militares devido à ausência da ração de reserva. Outras vezes, aguçam o engenho na procura de alimentos substitutivos através da produção local, da compra nas lojas francesas ou nas cantinas portuguesas e inglesas, da caça e da pesca e até através do furto, pois as adegas, os celeiros, as capoeiras e os depósitos de batata espalhados pelos campos franceses serão visitados por mãos ligeiras portuguesas. Ambas as soluções conduzem à ingestão de refeições desequilibradas e debilitadoras do estado físico das tropas.

Estas carências afectavam, sobretudo, as trincheiras e os soldados que, em geral, comiam a ração fria e incompleta. Na linha de aldeias e na base, as refeições já eram quentes, mais abundantes e, por vezes,



recheadas de iguarias quando servidas nas messes dos oficiais. A inveja vai agravar a cisão entre «trinchas» e «cachapins», identificando-os com a relação discriminatória existente entre os «enteados» e os «filhos»!

No vestuário detectavam-se os seguintes problemas: as medidas exageradas do trajo, pois os capotes com medidas anglo-saxónicas arrastavam pela lama e pela neve quando vestidos pelos portugueses de estatura média; a cor cinzenta ou azul do fardamento impedia uma imagem limpa das tropas portuguesas, que passaram a ser apelidadas de «porkizes» pelos ingleses; as golas direitas dos *dolmans* dificultavam a colocação das máscaras antigás; a má qualidade, a textura grosseira e a permeabilidade da mescla impediam a eficaz protecção do frio e da chuva; o capacete de aço português era feito de um material inferior e tinha um dispositivo de amortecimento do choque dos projécteis inferior ao capacete inglês. No calçado salientavam-se outros problemas: a falta de permeabilização diminuidora da resistência às intempéries e da duração de uso útil; a má qualidade das botas, devido ao defeito da forma e à falta de protectores nos tacões e solas e o material dos atacadores, pouco resistente ao uso e ao clima; o material deficiente utilizado na produção de alpergatas, grevas e meias prejudicava a protecção dos pés e das pernas dos combatentes às intempéries e às marchas.

As consequências a médio e longo prazo fizeram-se sentir. Agrava-se o depauperamento físico das tropas, por causa da ineficaz resistência ao clima e a doenças como o reumatismo, a sarna e a pneumonia. A compra, o furto e o pedido de remessas de roupa civil de Portugal serão utilizados pelos combatentes para se vestirem e calçarem, gerando uma péssima imagem do CEP junto dos Aliados. Por fim, crescem as tensões e os queixumes entre os militares mal vestidos e mal calçados, obrigando a adiar operações militares ou a cancelar serviços de trincheiras.

O acantonamento das tropas será também um problema sentido na campanha portuguesa. Por um lado, a sobrelotação, os frágeis materiais em que eram construídos (lona, madeira, chapas), a arquitectura depressiva e mal ventilada dos boletos da retaguarda; a falta de higiene, de aquecimento, de iluminação e o parco e desconfortável mobiliário dos abrigos da segunda linha e das «fermes» da linha de aldeias onde os portugueses se instalavam irão facilitar o cansaço e a propagação de doenças. Por outro lado, a deficiente coordenação e

previsão atempada das necessidades de aboletamento das tropas teve muitas vezes como resultado os homens dormirem ao relento, debaixo dos carros de esquadrão ou dos alpendres das «fermes», nas bermas das estradas, num chão coberto de lama ou de neve e somente com um cobertor encharcado a cobri-los, após duras experiências de guerra.

As novas noções de espaço e de tempo, os rigores naturais e os problemas materiais vividos nas trincheiras pelos portugueses ajudam a compreender a experiência do ténue equilíbrio entre a vida e a morte existente na zona de guerra. É um combate sem tréguas de luta pela sobrevivência e responsável por uma multiplicidade de vivências individuais e colectivas únicas, mas progressivamente normalizadas devido à frequência com que ocorriam. É o caso da dor pela perda de um camarada, a euforia pela sobrevivência a um bombardeamento, o sofrimento pela ferida aberta pelos estilhaços de granada, a alegria de escapar a um ataque de gás mortífero, o medo de morrer ou de sofrer a dor, o entusiasmo de matar, o traumatismo psicológico pelo quotidiano de dor e de medo incontroláveis.

Este equilíbrio de sentimentos depende do estado de saúde vivido e da atitude perante a iminência da morte e perante a morte efectiva dos outros.

Algumas dificuldades em construir de imediato estruturas de saúde e em manter a higiene individual e colectiva em níveis salubres, tal como os rigores do quotidiano de guerra já referidos e a própria evolução militar da campanha portuguesa, vão ditar o tipo de doenças e de ferimentos sofridos pelos militares portugueses em França. Existiu um maior número de doentes em vez de feridos, obrigando a longos internamentos (em média 27 dias). Surgiram casos de doença mental de significativa expressão comportamental, as denominadas «neuroses de guerra». Predominaram as doenças clínicas (pulmonares, dermatológicas, venéreas, etc.) sobre as doenças de guerra tradicionais e comuns entre os Aliados, como a febre das trincheiras, a gangrena gasosa e a disenteria.

O problema da saúde será permanentemente sentido pelos combatentes e pelos técnicos da saúde. Os combatentes interiorizam as sensações de falta de segurança, do perigo constante, do medo da dor da ferida ou da doença e o receio dos tratamentos, nomeadamente das amputações, de acordo com o espaço, a organização e a hierarquia que ocupam na zona de guerra: naturalmente, nas trincheiras sofre-se mais, atingindo-se sobretudo praças, alferes, tenentes e capitães.



Entre os médicos e as enfermeiras, os problemas de saúde são vividos numa dupla perspectiva: enquanto potenciais vítimas e enquanto profissionais de saúde. Por outro lado, os médicos travam uma luta de consciência, pois são eles quem decide a atribuição de baixas aos doentes e, sendo também militares, sabem bem como um soldado de baixa faz falta nas trincheiras.

A morte nas trincheiras portuguesas vai revestir-se de características singulares. Ocorrem poucas baixas mortais (4,15 por cento do total de efectivos) e de forma desigual, quer no tempo e no espaço (mais em 1918, sobretudo Março, e nas trincheiras), quer no posto e nas armas, pois morrem mais praças e na infantaria. Afirma-se o poder mortífero do armamento utilizado na Primeira Guerra Mundial, a metralha e os gases, em detrimento de doenças mortíferas, pulmonares e gripais, como causas directas de morte.

A originalidade deste quadro tem maior significado devido à emergência de uma nova noção de morte.

Por um lado, a morte transforma-se num instrumento de *poder*, variando a sua legitimidade consoante o autor da morte: a morte é *ilegítima* quando praticada por homicidas e suicidas numa tentativa de exercer um poder de evasão e de controlo, decidindo o momento da morte; a morte é *legítima* quando protagonizada pelo comando militar numa expressão de autoridade absoluta, como é o caso do fuzilamento do único português em França, o soldado João Augusto Ferreira de Almeida.

Por outro lado, a morte funciona como um instrumento de *aniquilamento psicológico*, gerador de uma constante consciência da precariedade de si próprio e do outro, devido à ocorrência desigual da morte no tempo e à banalização da morte no dia-a-dia, intensificada pelo anonimato do matador e do morto e pela omnipresença da ameaça de morte.

A consciência da precariedade da vida e da incapacidade de controlar ou de impedir a morte dos camaradas ou a própria irá deprimir e justificar comportamentos espontâneos e imprevisíveis: a sentida homenagem individual aos camaradas mortos levada ao extremo com a emergência do culto do soldado desconhecido e a fuga individual da zona de combate, temporária ou definitiva.

As características dos comportamentos de sobrevivência dos combatentes portugueses serão determinadas pela capacidade de manutenção da estabilidade psicológica (moral elevado), fundamental

para impedir o aniquilamento das tropas pelo inimigo, quer física quer psicologicamente, ou seja, pela capacidade humana de os combatentes viverem a «lotaria da guerra».

É neste contexto psicossociológico que podemos compreender os comportamentos de luta pela sobrevivência, ocorridos no interior do CEP, de características e resultados ímpares, consoante a dimensão opressora da realidade envolvente.

Quando a realidade constrangedora assume uma dimensão não insuportável, os militares adoptam um comportamento de resistência passiva diária através da vivência dos «tempos livres» durante os poucos momentos de descanso. Este processo de recuperação fazia-se através de actos espontâneos privados ou até de actos públicos organizados, subvertendo os desígnios controladores das autoridades: a diversão e o entretenimento, como a conversa entre camaradas; os jogos de cartas; a música e o canto; a comemoração de dias festivos populares; a ida ao estaminé ou aos cafés das povoações; os passeios a pé e de automóvel; a ida a Paris; as competições desportivo-militares, onde os portugueses aprenderam a jogar futebol e as sessões de cinematógrafo facultadas pelos escoceses e canadianos faziam esquecer, por momentos, as agruras dos combates e a espera angustiante das trincheiras.

A leitura e a escrita eram importantes para uma maioria que mal sabia ler e escrever. Muitos aproveitam a guerra para aprender ou desenvolver a leitura e a escrita, de forma a aproveitarem esse meio para se manterem em contacto com a realidade extra-guerra. A leitura de jornais nacionais e franceses, a criação de jornais de trincheiras, a leitura de missivas e a escrita das respostas para os camaradas e para a família faziam-se com grande agrado e emoção.

A vivência da sexualidade, ou seja, o jogo de sedução com as francesas civis e as enfermeiras portuguesas e inglesas, bem como o recurso à prostituição na retaguarda e em Paris, eram objecto de grande orgulho e fanfarronice lusa. Várias relações deram frutos e, após o fim da guerra, muitos portugueses permaneceram em França, casados e com filhos nos braços, fazendo jus à canção viril e nacionalista, versão portuguesa da canção francesa «Aprés la guerre finir».

O auxílio aos civis franceses irá ocupar uma boa parte do tempo dos portugueses na linha de aldeias e na base. Num primeiro momento, esse auxílio era determinado pelas autoridades militares de forma a esbater barreiras físicas e de relacionamento entre a população militar



e a civil, mas progressivamente os portugueses irão ajudar, voluntariamente, os civis, sobretudo velhos, viúvas e alguns jovens, que teimavam em permanecer nas suas casas tão perto da zona de combate. Ajudavam nas tarefas agrícolas, limpavam estábulos, reparavam telhados ou paredes arruinadas, rachavam lenha, transportavam água ou faziam pequenas compras no mercado. Perante a ameaça de bombardeamento, transportavam pessoas, mobiliário e animais para a retaguarda mais segura. Esta entreajuda luso-francesa era bem recebida por todos, estabelecendo-se relações de cordialidade, de amizade e até amorosas. Nesses momentos, os portugueses esqueciam a rotina militar e matavam saudades em tarefas civis tão comuns às praticadas na terra natal.

Por fim, o sagrado[4] era vivido por muitos combatentes, religiosos praticantes ou não. A participação colectiva na missa cristã, a oração individual, o rito de acender velas votivas às «Nossas Senhoras das Trincheiras», o hábito de uso de amuletos cristãos, como cruzes e medalhas de santos, e profanos, como as balas perdidas e algumas pedras, tal como a participação em procissões ou em funerais civis e militares permitiam a sensação de controlo de uma dimensão esquecida ou até perseguida pelas autoridades militares e governamentais republicanas portuguesas, possibilitando um equilíbrio protector alguma estabilidade psicológica.

Todas estas vivências em «tempo livre» irão significar actos de evasão, pois os combatentes, pelo menos momentaneamente, esquecem e superam a realidade constrangedora em que se encontram.

Quando a realidade da guerra se torna demasiado insuportável, instala-se o baixo moral nas tropas, ou seja, a falta de confiança no sucesso da campanha e a desmotivação para a conjugação de esforços. Essa percepção irá ditar comportamentos específicos de fuga e até de ruptura, individuais e colectivos, de consequências imediatas e, por isso, serão definidores do evoluir da campanha[5].

Um desses comportamentos é a falta voluntária de cuidados higiénicos e a transformação do «toque a doentes» na incontrolável «parada de doentes». Os militares elegem a alegada falta de saúde como meio de fuga às trincheiras e apresentam-se em massa às unidades médicas. Simulam doenças, sobretudo mentais, e automutilam-se, disparando sobre os membros, perfurando as orelhas para se contaminarem com saliva tuberculosa e inflamando os olhos. Recorrem, ainda, ao jogo de influências junto dos médicos de unidade e à corrupção das juntas médicas.

Os objectivos eram simples: a retirada das trincheiras para os hospitais da retaguarda e a obtenção da licença da junta médica de 30 a 60 dias ou, a mais desejada, a retirada para Portugal, temporária através de uma licença da junta médica ou definitiva através do repatriamento médico. O sucesso individual deste comportamento de fuga foi grande, mas teve graves repercussões no CEP: no período mais crítico da campanha portuguesa, Março de 1918, faltavam cerca de 18 a 20 mil homens do total de efectivos (55 165) para combater devido à «parada de doentes» encher as ambulâncias e os hospitais de campanha.

Um outro comportamento é a actuação desmoralizada ao nível das tarefas e atitudes militares. Nas trincheiras multiplicam-se actos como o menosprezo pela acção de vigilância, o desleixo pela manutenção eficaz dos meios de fortificação, a indiferença pelo ataque ao inimigo e o risco supérfluo na terra de ninguém para ganhar uma aposta prestigiante. Na retaguarda tornam-se frequentes as saudações incorrectas, a falta de orgulho no trabalho militar quotidiano e a indiferença pela apresentação individual. Naturalmente, tais comportamentos comprometem a defesa das trincheiras e o prestígio militar nacional.

Por fim, o último comportamento a referir é a indisciplina. Tal acontece quando a desmoralização se instala em tropas progressivamente cansadas da guerra: a autodisciplina e o «espírito de corpo» são abalados, desacreditando a autoridade e a disciplina militares impostas superiormente. Ocorrem dois tipos de manifestação de indisciplina no seio do CEP.

A primeira caracteriza-se pela desobediência dos militares às normas regulamentares e pelo desrespeito à autoridade militar, infringindo-se normas vigentes em áreas como a saúde, a higiene, a correspondência, a circulação de pessoas e viaturas e a propriedade militar; praticando-se o furto e o contrabando; participando-se em zaragatas entre militares aliados e com a população civil; e cometendo-se abusos violentos, por exemplo, de cariz sexual.

A segunda é a fuga à constrangedora realidade militar, com graves consequências para a evolução da campanha. Esta manifestação de indisciplina assume diferentes expressões, com impacto variável. Num plano menos grave, ocorre a ausência ilegítima do acantonamento da linha de aldeias ou da posição na trincheira: os *ausentes* abandonam, por 24 horas, as suas tarefas nos acantonamentos para praticarem actos privados num acto momentâneo de escape consciente e controlado; os *extraviados* abandonam, em pânico, a posição de combate ou de vigilância, sem perfazerem 48 horas, num acto momentâneo de escape inconsciente e descontrolado; os *desertores* ausentam-se mais de 48 horas, refugiando-se na retaguarda ou em regiões fora do sector português, em bosques ou junto de civis protectores, num acto consciente de ruptura definitiva[6], preferindo a clandestinidade e, por vezes, a criminalidade à realidade da guerra.



Num plano intermédio de gravidade acontece a insubordinação. A desobediência individual a uma ordem específica ou a resposta imprópria a um militar superior ocorre como uma tentativa momentânea de concretização efémera de recuperação individual do controlo do poder pessoal de obedecer ou recusar ordens, esmagado até aí pelos ditames militares. Aqui e ali multiplicam-se as insubordinações, demonstrando-se a existência de tropas desmoralizadas.

Por fim, no plano mais grave, ocorrem as revoltas, actos de desobediência directa e colectiva, armada ou não, da autoridade militar superior enquanto realidade constrangedora, numa clara tentativa de recuperação individual do controlo do poder pessoal de decidir o futuro dos seus actos, independentemente dos interesses colectivos e militares.

Durante o segundo ano de campanha, ocorrem 18 revoltas e seis tentativas de revolta, no interior do CEP, protagonizadas por combatentes de infantaria e de artilharia, armas de maior desgaste na Primeira Guerra Mundial. Só em seis meses de 1918 existem actos revoltosos e o maior número ocorre em Outubro (sete revoltas e uma tentativa), em Abril (cinco revoltas e uma tentativa) e em Setembro (três revoltas e igual número de tentativas), pois nos restantes meses só se verifica uma revolta ou uma tentativa. Simultaneamente, afirmam-se dois grandes grupos temporais de indisciplina de carácter revoltoso: um grupo de nove actos revoltosos, desencadeados no trimestre Março-Maio, e um grupo de 14 actos revoltosos, ocorridos nos meses de Setembro e Outubro.

Até 9 de Abril de 1918, a vivência de um período de longos e duros «momentos de combate», desde Janeiro e com o auge de sofrimento no mês de Março, originará a recusa em participar nos trabalhos de defesa ou nos combates a ocorrer nas trincheiras dianteiras, numa clara indiferença pelos interesses colectivos e tácticos. Tal reacção era potencialmente perigosa num momento de rendição de unidades

militares e de entrega do comando do sector, envolvendo um número variável de revoltosos, nem sempre armados, que obrigará ao uso ou não de violência armada pelas autoridades repressoras.

Após a batalha do Lys, o choque traumático da vivência dessa batalha, sentido durante o resto do mês, e a tensão provocada pela desestruturação do CEP sobrevivente à batalha, sentida durante Maio, irão desencadear desacatos à autoridade militar estabelecida, através dos protestos manifestados contra a injustiça dos privilégios dos oficiais comandantes de batalhão, que preferiam o conforto dos abrigos à insegurança das trincheiras dianteiras, contra a autoridade arbitrária de alguns militares superiores e da polícia militar, e envolvendo um número reduzido de revoltosos que chegou a recorrer, por uma única vez, à violência armada.

Já as revoltas que eclodiram nos meses de Setembro e Outubro distinguem-se das primeiras devido às suas características temporais e de disciplina. Este período temporal assinalou o culminar de um conjunto de tensões e de cansaço provocado pela permanência na primeira linha, pela sujeição a trabalhos de defesa e de instrução suplementar na retaguarda e pelas diversas medidas de reorganização do CEP, que passariam pelo objectivo de colocar de novo tropas no Front.

As revoltas desencadeadas nesta altura assumem novas características: a afirmação da solidariedade colectiva entre camaradas e da lealdade regimental como pontos de partida para o iniciar das revoltas; o reconhecimento da importância dos boatos na desmoralização e revolta das tropas; a explicitação verbal de reivindicações, como a justiça na distribuição das licenças, a rendição das tropas e o regresso dos antigos oficiais de unidade, tal como queixas sobre a desmobilização das forças em campanha, a desigualdade de tratamento entre as tropas do CEP na decisão de fazer regressar combatentes à primeira linha, o cansaço da guerra, o perigo de morrer ao efectuar-se o regresso às trincheiras dianteiras, o receio de não poder zelar-se pelas respectivas famílias ao permanecerem na zona de guerra, legitimadoras dos actos de indisciplina e sintomáticas das preocupações e dos desejos dos militares desmoralizados; a recusa de regressar às linhas da frente, numa evidente indiferença em participar no último esforço de guerra dos Aliados, a ofensiva vitoriosa, e nas consequências punitivas repressoras dos actos de revolta, ou seja, a preferência pelo castigo prisional do famoso e odiado depósito disciplinar n.º 1, em detrimento da vivência em «liberdade» do quotidiano de trincheiras de combate, manifestadas em qualquer revolta neste período temporal; o envolvimento de maior número de revoltosos, durante mais tempo e com recurso generalizado à violência armada, quer por parte dos revoltosos, quer pelas autoridades.



Conclui-se, assim, que o primeiro grupo de revoltas resistiu à Guerra de Trincheiras vivida então e que exigia aguentar até ao último homem o ataque inimigo durante meses para não ceder qualquer terreno aliado, ao passo que o segundo grupo resistiu à guerra de retaguarda vivida nos momentos antecessores ao armistício, que exigia a permanência em França à espera do final da guerra, apesar do desgaste do efectivo.

O fenómeno das revoltas do CEP, não sendo original nem exclusivo das tropas portuguesas, inscreve-se, à sua dimensão, no processo de resistência e de ruptura detectado nas revoltas protagonizadas pelos combatentes franceses durante a Primeira Guerra Mundial.

Deste modo, as vivências originais e os comportamentos são interdependentes, uma vez que o CEP não conheceu a construção e manutenção de um «espírito de corpo», impossibilitando-o de funcionar como um todo. Esta fragilidade explica a existência de militares desmoralizados e com dificuldade em ultrapassar os obstáculos do quotidiano de guerra, em construir boas relações humanas, leais e solidárias, e em ser imune à propaganda de desmobilização alemã e portuguesa, difundida no sector português em França.

É inegável a influência do moral na campanha do CEP em França. Mas a campanha portuguesa não se resume à actuação de alguns militares desmoralizados. Nesta campanha militar notabilizaram-se os combatentes portugueses que lutaram em nome de Portugal, do Exército e da vitória final, mas também pela sobrevivência da guerra e pelo regresso orgulhoso à família e à terra natal, conciliando interesses colectivos e individuais.

O notável esforço militar português nos três primeiros meses de 1918, os crescentes indícios dos preparativos germânicos de um ataque de grande dimensão na região do sector português, tal como o crescente processo de desmobilização nas tropas portuguesas, obrigaram as autoridades militares portuguesas e britânicas a gizar planos de reorganização há muito pensados pelos ingleses e protelados devido à evolução da campanha aliada. Processo desencadeador, por si, de uma desmobilização luso-britânica, bastante propícia para o ataque final inimigo.

A par dos bastidores da guerra, a maioria permaneceu na linha da frente, de arma em punho e vigilante, a defender o sector português e a ajudar o aliado britânico na contenção do inimigo. Foi um esforço imenso, tendo em conta as características humanas e militares desse sector que se tinha organizado para um contexto de zona calma e estável até ao final da guerra. Nada se tinha feito para reorganizar, em tempo útil, o CEP que se vê, em fins de Março de 1918, perante um ataque inimigo sem precedentes na região.

Só a 6 de Abril de 1918, após o debelar das revoltas de 4 e 6 de Abril, aconteceu a redução efectiva do CEP, cumprindo-se a ordem governamental portuguesa de Fevereiro de 1918: restou a incompleta segunda divisão na linha da frente, incorporada no XI Corpo Britânico, sem autonomia portuguesa de comando táctico. Perante a iminência de um colapso físico e psicológico das tropas portuguesas em campanha, o General Tamagnini pede ao comando britânico a rendição das tropas portuguesas e o imediato descanso na retaguarda, de forma a poderem voltar à primeira linha e, assim, auxiliar as tropas aliadas. O pedido foi aceite e a rendição da brigada em reserva, com tropas mais desgastadas, foi agendada para 9 de Abril e a rendição das três Brigadas da Segunda Divisão para 10 e 11 de Abril, por tropas aliadas.

Todavia, o ataque alemão não permitirá a concretização destes planos. A batalha do Lys ou de Armentières, iniciada a 9 de Abril de 1918, irá obrigar a novas decisões luso-britânicas em relação às tropas portuguesas: a reestruturação do CEP e respectiva retirada das tropas portuguesas para a retaguarda e o emprego dos militares em tarefas de construção e de reparação de trincheiras, fundamentais neste tipo de guerra, e em novos períodos de instrução de forma a disciplinar e a motivar portugueses para um regresso às trincheiras.

O ataque alemão ao sector português inseria-se numa grande ofensiva de conquista de território aliado e saldou-se por uma resposta portuguesa de características similares a outras respostas aliadas: a resistência possível, a morte, e o aprisionamento de tropas, tal como a debandada de alguns perante a falta de coordenação militar inerente a qualquer ataque-surpresa a tropas debilitadas. A batalha saldou-se por um número significativo de baixas: muitos prisioneiros (6585), por comparação com os mortos em combate (398). Saldou-se, ainda, por impedir os alemães de atravessarem os rios Lys e Lawe na data prevista no calendário alemão: 9 de Abril. Apesar de tudo, a resistência portuguesa em Laventie e o contra-ataque em Lacouture travou o ímpeto germânico e deu tempo aos ingleses para se reorganizarem.



O «9 de Abril» inicia uma ofensiva alemã mal sucedida uma vez que os combates irão continuar até ao final do mês, data que assinala a reviravolta da guerra, a decisão de um Comando único para as tropas aliadas e o início da vitória aliada na Primeira Guerra Mundial.

Deste modo, o «9 de Abril» é importante por si, uma vez que esta batalha ajuda a contextualizar a prestação de Portugal na evolução, feita de avanços e recuos, da campanha aliada na Flandres. Mas confundir esta batalha de resistências, de retiradas organizadas e até de fugas generalizadas com os dois anos de campanha efectiva e com a permanência dos portugueses em França até Março de 1919 é demasiado pueril.

Tal batalha não reflecte as vivências, no teatro de guerra francês, dos cerca de 55 mil militares e, por conseguinte, não faz justiça àqueles que viveram a dor, a doença, a ferida ou o risco de morte, a par da solidariedade e da camaradagem, a alegria de reencontrar um amigo desaparecido, o medo e até o pânico vividos em combate, em nome de um país, Portugal, e de um regime político que via na guerra um trampolim para se afirmar na cena internacional, a jovem República. Momentos de alto e baixo moral, construídos e destruídos durante a campanha de dois anos e três meses, esses sim decisivos para o evoluir da campanha.

A própria imagem de um CEP inactivo, desmoralizado, subjugado perante as autoridades britânicas após o «9 de Abril» e desesperado por um regresso a casa[7] não corresponde de todo à realidade histórica[8]. Os trabalhos de reconstrução de trincheiras na retaguarda e à medida que progredia a linha defensiva aliada perante a retirada alemã, tal como o regresso à primeira linha, com a participação em combates dianteiros na fronteira francesa e já em território belga, protagonizados por combatentes portugueses, contribuíram para a vitória aliada, última meta dos exércitos em campanha.

## Notas

1 Veja-se a este respeito A. Marwick, B. Bond, G. Brest, Jean-Jacques Becker, Michael Howard, Pierre Renouvin, etc.

2 Cf., respectivamente, Antonio Gibelli, *L'officina della guerra. La Grande Guerra e le trasformazioni del mondo mentale*, Turim, Bollati Boringhieri, 1991; Stephen Kern, *The Culture of Time and Space. 1880-1918*, Cambridge, Harvard University Press, 1983; Paul Fussell, *The Great War and the Modern Memory*, Oxford, s.e., 1975; George Lee Mosse, *Le Guerre Mondiali. Dalla tragedia al Mito dei Caduti*, Roma/Bari, 1990; Eric Leed, *No Man's Land Combat and Identity in World War I*, Cambridge, s.e., 1979, e Arno J. Mayer, *The Persistence of the Old Regime. Europe to the Great War*, Nova Iorque, Pantheon Books, 1981.

3 Salvo os estudos parcelares de Luís Manuel Alves de Fraga, *Portugal na Grande Guerra. As Deserções e os Furtos no Corpo Expedicionário Português*, Lisboa, *Revista Militar*, 1985, e Nuno Severiano Teixeira, «A fome e a saudade. Os prisioneiros portugueses na grande guerra», *Penélope*, Lisboa, n.º 8, 1992, pp. 91-114.

4 Cf. Mircea Eliade, *Tratado de História das Religiões*, Lisboa, Cosmos, 1977, e Paul Fussell, *ibidem*.

5 Cf. John Baynes, *Morale. A Study of Men and Courage*, Nova Iorque, Avery Publishing Group Inc., 1988;

6 Cf. Antonio Gibelli, *ibidem*.

7 Cf., por exemplo, Manuel de Oliveira Gomes da Costa, *O Corpo de Exército Português na Grande Guerra. A Batalha do Lys. 9 de Abril de 1918*, Porto, Renascença Portuguesa, 1920; David Magno, *Livro da Guerra de Portugal na Flandres. Descrição Militar Histórica do CEP. Recordação das Trincheiras, da Batalha e do Cativeiro. Figuras, Factos e Impressões*, 2 vols., Porto, Comp. Portg. Ed., 1921; S.A., *Portugal na Grande Guerra*, dir. por Ferreira Martins, 2 vols., Lisboa, Editorial Ática, 1934; Ferreira Martins, *Uma História da Acção dos Portugueses na Grande Guerra*, Lisboa, s.e., 1935; Idem, *História do Exército Português*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1945; e Norton de Matos, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. IV, Lisboa, Ed. Marítimo-colonial Lda, 1945.

8 Cf. Isabel Pestana Marques, *Os Portugueses nas Trincheiras. Um Quotidiano de Guerra*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2002; Idem, *Memórias do General. «Os Meus Três Comandos» de Fernando Tamagnini*, Viseu, SACRE/Fundação mariana Seixas, 2004; e Idem, *Das Trincheiras, com Saudade. A Vida Quotidiana dos Militares Portugueses na Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008.

# A economia de guerra: a frente interna

*Ana Paula Pires*

## A previsão é o grande segredo do êxito

Chegamos ao Verão de 1914 num clima envolto em sensibilidades políticas e inspirações ideológicas diversas, um clima fervilhante no debate, nas ideias, e na análise crítica das debilidades e vulnerabilidades em matéria de fomento económico. A República tinha realizado estudos, tirado conclusões, mas poucos resultados tinha alcançado em matéria de desenvolvimento da riqueza pública, reflectindo, aliás, em versões fragmentadas e truncadas, as dificuldades financeiras e a instabilidade política em que o regime se vinha diluindo.

Sublinhe-se ainda a especificidade e as consequências deste quadro num cenário onde, entre críticas e receios, a miséria e a contestação operária iam subindo de tom, e em que, como vimos, continuava a faltar uma visão estratégica que procurasse desenvolver e potenciar, de forma integrada, os recursos nacionais. Todos estes aspectos se encontram patentes na forma pragmática, aliás, com que, logo em Novembro de 1912, Afonso Costa sublinhou a imprescindibilidade de se definir com urgência a atitude de Portugal num cenário de guerra, de forma a evitar *surpresas* desagradáveis. De resto, também aqui a estratégia a adoptar tardava em ficar clara, à medida que iam emergindo reflexões dispersas e contraditórias sobre a natureza, a adequação e o *timing* de se iniciar uma preparação para a guerra. Em Março de 1913, Teófilo Braga, presidente do Directório do Partido Democrático, em declarações ao jornal *O Século,* mostrava-se convicto quanto à impossibilidade de se realizar um conflito na Europa, defendendo não haver necessidade de se pensar «nessa organização guerreira que por aí se apregoa»[1]. Sabemos bem como o cenário seria outro e a realidade bem diferente...

Assim foi e, a 4 de Agosto de 1914, a notícia da declaração de guerra da Alemanha à Inglaterra chegava a Portugal envolta em tristeza e

consternação[2]. Abria-se um novo ciclo, marcado pela consolidação da economia como uma frente de combate das mais importantes. Novo ciclo que deve ser entendido também, pelo que significou, em termos de debate, nomeadamente em relação à redefinição do papel e das funções do Estado em matéria de direcção, organização e gestão da actividade económica e do tecido produtivo. Tornou-se por isso necessário isolar e analisar este intervencionismo específico, diferenciando-o da acção estatal noutras áreas, sobretudo no campo social onde há muito se vinha fazendo sentir. De resto, e relativamente a uma formulação mais explícita deste paradigma, admitia-se que a intervenção do Estado se podia impor em situações de: desequilíbrio económico, aumento da produção e melhor repartição de riqueza, afirmando-se desde o início como condicionante que não deveria substituir outros órgãos materiais da vida económica, como a família e a empresa, pressuposto que, aliás, em tudo tinha que ver com a avaliação e enquadramento dos limites da gestão directa do Estado.

Mas voltemos a Portugal. Primeiro, para referir que as propostas apresentadas pelo Governo de Bernardino Machado não estavam desfasadas, em matéria de preparação económica para a guerra, das providências que, desde o final de Julho, tinham sido tomadas quer pela França, quer pela Inglaterra[3]. A visão e a estratégia (ou a falta dela) que as orientaram ficaram marcadas, sem dúvida, pelo apelo instante de algumas instituições particulares — nomeadamente a Associação Comercial de Lojistas de Lisboa — ao ministro das Finanças e ao governador e ao Conselho de Administração do Banco de Portugal, em que se pedia a repressão de todos os crimes relacionados com a usura e o açambarcamento de géneros de primeira necessidade.

Algumas destas medidas foram tomadas logo a 3 de Agosto de 1914, data em que o Ministério da Justiça emitiu uma circular que enviou aos procuradores da República, Ministério do Interior e governadores civis, e que tinha como principais objectivos: (i) a punição de todos os crimes relacionados com a circulação, aceitação e ágio da moeda com curso legal no território da República; (ii) a condenação do monopólio dos géneros de primeira necessidade; (iii) e, finalmente, a sanção de todas as alterações dos preços resultantes da livre concorrência dos mercados[4]. No meio de tudo isto, não podemos esquecer que o Governo tinha também habilitado o Banco de Portugal a trocar por prata «todas as notas que para esse efeito lhe sejam apresentadas»[5].



Importa enquadrar estas disposições no cenário de contestação e de crítica à incapacidade demonstrada pela República na apresentação de propostas viáveis capazes de solucionar, a prazo, as sempre eternas dificuldades económicas e financeiras; era uma realidade cuja evolução, sob o signo de uma guerra e na ausência de resposta adequada por parte dos poderes públicos, iria reflectir-se, necessariamente, na degradação das condições e do nível de vida da população, provocando um aumento da conflitualidade social. Note-se portanto como o quadro de atraso económico português actuou e potenciou a tomada enérgica de um conjunto de medidas destinadas a prevenir e a mitigar (pelo menos em teoria) os impactos em cadeia provocados pela guerra; mais do que os efeitos directos da beligerância, o que estava verdadeiramente em causa, em Agosto de 1914, era a desarticulação do funcionamento das economias e dos circuitos normais de distribuição.

No meio de tudo isto sobrevinham, ainda, as diligências efectuadas pelo ministro do Fomento, Almeida Lima, que em estreito entendimento com representantes das secções de comércio e transportes do seu Ministério, analisou, logo a 3 de Agosto, uma série de problemas relacionados com o abastecimento de carvão aos caminhos-de-ferro do Estado e a empresas particulares, bem como a proibição de se exportarem cereais e géneros de primeira necessidade.

De resto, parece ser legítimo concluir que a ameaça da guerra obrigou também, e uma vez mais, à semelhança do que vinha acontecendo na Europa, a uma maior interacção e concertação de esforços não só entre os vários ministérios, mas essencialmente entre o poder político, a banca, os representantes das associações comerciais e industriais e as autarquias. Atente-se que é necessário equacionar e avaliar os efeitos e a dimensão deste alargamento da esfera de acção do Estado, nomeadamente os impactos decorrentes da sua intervenção, num primeiro momento, como órgão regulador, e de defesa, tanto do mercado financeiro como do abastecimento nacional, impondo-se a partir daí e por efeito dessas mudanças, o início da renúncia aos princípios económicos em que se tinham firmado as sociedades liberais.

Entre propostas e soluções, e em tempos de preocupações sérias quanto às consequências que da guerra podiam advir para Portugal, reconhecia-se a indispensabilidade de se conferirem ao Governo as ferramentas necessárias de forma a permitir não só a salvaguarda dos

interesses nacionais, mas também para resolver possíveis eventualidades de carácter económico e financeiro. A 6 de Agosto de 1914 Bernardino Machado chegava a Lisboa vindo de Buarcos. O chefe do Governo tinha ido apresentar ao presidente, Manuel de Arriaga, uma proposta de lei solicitando que se conferisse ao poder executivo as faculdades necessárias para o exercício de «uma acção imediata em quaisquer eventualidades produzidas pelos acontecimentos exteriores»[6]. Na verdade, este aumento da intervenção do Estado pouco mais era que uma resposta às circunstâncias de momento, surgindo sem qualquer plano geral ou estratégia coerente.

## Uma economia em armas à espera da guerra

Foi no quadro deste circunstancialismo que o ministro da Justiça, Eduardo Monteiro, fez aprovar, a 10 de Agosto de 1914, um decreto estabelecendo penalidades para os comerciantes que elevassem os preços dos géneros de primeira necessidade. Os seus princípios orientadores eram claros e podem resumir-se na seguinte passagem:

> Todos os que negociarem em géneros alimentícios de primeira necessidade são obrigados a entregar, sob pena de desobediência, à respectiva autoridade administrativa, dentro do prazo de oito dias, a contar deste decreto, uma relação dos preços por que vendiam tais géneros no dia 1 do corrente mês de Agosto.[7]

O Governo procurava assim conter a especulação, numa tentativa de salvaguardar os interesses das camadas mais desfavorecidas da população. O discurso que enformava o articulado do decreto dava, desta forma, voz a algumas preocupações recorrentes, onde sobrevinha a diminuição, de grau e intensidade, das perturbações económicas e financeiras trazidas pela guerra, incorporando todavia algumas novidades interessantes, nomeadamente: a constituição de uma Junta Distrital, órgão através do qual os comerciantes podiam contestar as decisões tomadas pela autoridade administrativa, e a publicação semanal de um boletim, a cargo do Ministério do Fomento, prestando ao público os necessários esclarecimentos[8].

Esta medida foi acompanhada de uma outra que com ela se interligava e que vinha concretizar uma aspiração de alguns representantes



das «forças vivas»: a prorrogação por 60 dias, sem protesto, dos pagamentos em moeda estrangeira, representados em letras, cheques, contas-correntes e operações cambiais[9]. Percebe-se, sem dúvida, que a principal preocupação do Governo era evitar a saída de ouro e divisas; neste ponto é importante ter presente que à data da eclosão da guerra existiam, aproximadamente, três mil contos em moeda de ouro, aplicados na sua maioria por particulares em depósitos no estrangeiro, capitais que em tempos de crise se retraíam ainda mais, não se podendo «contar com eles»[10].

O Estado lançava assim mão do primeiro processo, o mais simples, para intervir na economia, defendendo-a das consequências da guerra: a proibição. Aqui chegados e tendo presente os propósitos e as circunstâncias que envolveram esta tomada de posição, importa, para terminar, sublinhar o papel e a importância reservados ao Ministério da Justiça, o qual o Governo encarregou, nesta primeira fase e em parceria com o Fomento e as Finanças, da condução da economia de guerra. Francamente visível em toda esta história era a inseparabilidade entre intervencionismo estatal e construção de uma economia de guerra, conceito que, como de resto em todos os países não beligerantes, implicava, como vimos, por parte do Governo uma definição concreta das perturbações trazidas pelos efeitos da globalização e da interdependência das economias ao equilíbrio económico interno. À República interessava por isso encontrar os processos práticos mais adequados para restabelecer a normalidade, tendo presente as principais marcas genéticas que, tanto na paz como na guerra, vinham condicionando a sua vida quotidiana, e onde se destacavam o problema dos abastecimentos e a questão financeira.

A crise portuguesa ganhou um novo protagonismo sob o signo da guerra, reflexo agudizado, e inevitável das debilidades e dependências de um país possuidor de uma «marinha mercante» capaz de transportar apenas 1/10 dos fretes necessários ao abastecimento nacional, e de uma economia dependente do exterior para se alimentar e para ter energia e matérias-primas. Retenha-se, apenas, o valor e a distribuição, por países, das importações portuguesas no ano anterior à eclosão da Grande Guerra, sublinhando-se que a este nível havia também que ponderar as quebras resultantes da suspensão das transacções comerciais com a Alemanha:

*Importação para consumo (1913)*[11]

| Países | Valores em contos em 1913 | Percentagem sobre o total em 1913 | Percentagem sobre o total em 1909 |
|---|---|---|---|
| Inglaterra | 23 489 | 26,40% | 26,94% |
| Alemanha | 15 840 | 17,80% | 17,80% |
| Estados Unidos | 9892 | 11,12% | 10,08% |
| França | 7594 | 8,53% | 8,90% |
| Espanha | 3843 | 4,52% | 6,58% |
| Colónias | 2850 | 3,20% | 3,29% |
| Brasil | 1651 | 1,86% | 2,02% |

Sublinhe-se a importância particular do impacto devastador desta diminuição das importações no quotidiano e na economia, uma realidade denunciada e reconhecida, desde logo, por Lancelot Carnegie, quando, em ofício dirigido ao ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, não hesitou em apontá-la como o factor decisivo para que a intervenção do Governo português fosse «nesta fase inicial ainda mais drástica do que tem sido necessário em Estados que são politicamente mais afectados pelo conflito»[12].

Entre medidas exploratórias e esforços imensos, surgiram algumas realizações institucionais entre as quais pontuam os Armazéns Gerais Industriais e a Comissão de Subsistências. Os Armazéns Gerais Industriais, criados, sob a tutela do Ministério do Fomento, pelo decreto n.º 766 de 18 de Agosto de 1914[13], são de resto um bom exemplo da intervenção directa e do auxílio do Governo ao comércio nacional. Percebia-se o interesse e o alcance desta medida, não pela novidade dos métodos propostos[14] — surgiam na sequência de um outro diploma aprovado no final do ano anterior com o objectivo específico de resolver a crise agrícola —, mas porque, timidamente, não só incentivava o desenvolvimento da produção nacional, como previa, alargando as suas ambições, a conquista, uma vez estabelecida a paz, novos mercados de exportação[15].

Como missões, competiam-lhe, entre outras, as seguintes:

a) receber em depósito mercantil ou sob o regime de armazém geral os artefactos produzidos pela indústria que estão destinados a auxiliar ou as matérias primas necessárias para aquela fabricação;



b) emitir sobre as mercadorias depositadas títulos transmissíveis por endosso conhecidos como depósitos e *warrants*[16].

Um pouco por todas as actividades industriais mais directamente ligadas à exportação (como a cortiça), a retracção dos mercados começava a fazer-se sentir, obrigando o Governo a intervir e a criar novos Armazéns Industriais.

Aqui chegados, impõe-se uma referência a um outro organismo: a Comissão de Subsistências. No mesmo dia, 18 de Agosto, o ministro do Fomento, evocando uma vez mais a famigerada e repetitiva crise económica, criava uma comissão a quem competia, para além do estudo e da análise de medidas destinadas a garantir a provisão do continente e das colónias, o emprego de disposições destinadas a contornar, «evitar ou reduzir, quanto possível, perturbações na laboração industrial»[17]. O Governo chamou a integrar a Comissão[18] nomes como José Maria de Melo de Matos, António Filipe da Silva, António Roque da Silveira e Augusto Santiago Barjona de Freitas, entregando a sua direcção a Carlos Gomes, Presidente da Associação Comercial de Lisboa.

Esta cooperação entre a administração e a «praça lisboeta» deve por isso ser entendida pelo que significou não só em termos de esforço e tentativa de contrabalançar o crescente intervencionismo do Estado na actividade económica, mas também pelo que revelou quanto à tomada de consciência por parte do Governo da sua falta de experiência na gestão e condução dos assuntos económicos. Entre tudo, porém, e considerando os propósitos que estiveram na base da sua constituição, o Governo acabou por reservar à Comissão de Abastecimentos o desempenho de funções meramente consultivas e de investigação, incumbindo-a de lhe propor, directamente, as medidas que considerasse adequadas para obstar a subida dos preços ou a falta de géneros essenciais à vida. A sua filosofia fundadora prendia-a ao expediente burocrático e à mera análise dos problemas que enfermavam o dia-a-dia; ao Estado continuava a faltar visão estratégica para desenvolver e potenciar os recursos nacionais: por limitações de vária ordem percebeu, tarde demais, que poderia ter aproveitado a conjuntura de guerra para fomentar o desenvolvimento e a produção nacional de riqueza...

Note-se que a este nível um dos poucos momentos onde foi possível vislumbrar uma certa tomada de consciência, ou se preferirmos uma estratégia, por parte do Ministério do Fomento relativamente à

necessidade de se preparar economicamente o país para o pós-guerra, surgiu com a criação, a 21 de Agosto de 1914, das Bolsas de Mercadorias de Lisboa e Porto[19]. Além disso, a dinâmica vivida no quadro internacional potenciava uma observação atenta relativamente aos métodos e formas de organizar as transacções comerciais. Recorde-se que era prática corrente nos países desenvolvidos comercial e industrialmente o estabelecimento deste tipo de organismos que funcionavam nos mesmos moldes que as bolsas de valores. No essencial e no tocante à natureza, adequação e funções do novo organismo, o Governo deixava antever um duplo objectivo: divulgar as cotações dos produtos manufacturados e de matérias-primas de forma a desenvolver o comércio nacional e potenciar, simultaneamente, as relações comerciais entre Portugal e o Brasil.

Em termos oficiais, a Comissão de Subsistências reunia regularmente e, apesar da modéstia dos seus pareceres, não deixava de dar indicações ao Governo acerca do trabalho que considerava necessário desenvolver com respeito ao abastecimento e armazenagem de produtos alimentares.

Generalizara-se o sentimento de que as desigualdades económicas e sociais se tinham alargado desde o início da guerra, devido, entre outros factores, ao agravamento do preço dos produtos de primeira necessidade e à supressão nas fábricas de alguns dias de trabalho por semana. Os primeiros protestos surgiram no Porto, a 18 de Setembro de 1914, a pretexto da proibição de uma manifestação, por parte do Governador Civil, contra a especulação e a fome, culminando no assalto a vários estabelecimentos de víveres[20]. O Governo via-se confrontado com um fenómeno novo: não sabia como reagir à espontaneidade do movimento, nem como atacar a direcção «fantasma» que o conduziu, mas percebeu rapidamente que era preciso sanar os ânimos antes que estes assumissem uma dinâmica própria onde, a prazo, a própria República poderia ver-se comprometida[21].

É necessário, por isso, olhar para o mercado negro e medir a sua importância relativa como factor de pressão exógeno no agravamento das condições de vida da capital. Interessa pois equacionar o papel dos fornecedores de géneros de primeira necessidade, sobretudo os originários da raia, que, sob o argumento da exportação clandestina de alimentos para Espanha, não hesitaram em aumentar, ilegalmente

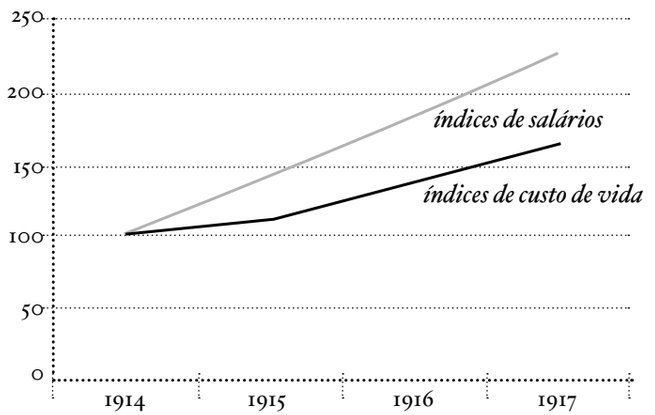


os preços, obrigando os pequenos negociantes da capital ao não cumprimento da tabela.

Mas a este nível tornava-se também indispensável ponderar a inflação monetária e o seu efeito nos preços, elevando-os muito para além do tabelado pelo Governo. Tal como demonstrou o relatório elaborado pelo secretário da Legação Britânica em Portugal, o sistema de preços, tabelados, imposto pelo Governo, era «no seu conjunto um sucesso»[22]. Londres reconhecia a importância das medidas implementadas pelo Governo português e a previdência com que tinham sido lançados os fundamentos de uma economia de guerra; estruturando-se a intervenção do Estado e organizando-se um conjunto de organismos reguladores da actividade económica, que acabou por conferir a uma economia débil uma feição «administrativamente forte»[23].

Retenha-se, por último, que a pressão exercida pelo operariado, ao longo de toda a conjuntura, no sentido de ao aumento de preço dos principais géneros corresponder igual acréscimo salarial era, também, um reflexo sintomático da convicção demonstrada pelas classes trabalhadoras de que o controlo estatal sobre os preços tinha melhorado a sua posição negocial e prevenido a deterioração do seu poder de compra[24]:

*Evolução dos salários e do custo de vida (1914-1917)*[25]



Porém, como sabemos, Portugal vivia um cenário de miséria social em tudo semelhante ao experimentado antes do conflito, agravado, é certo, pelas dificuldades de abastecimento de alguns produtos-base da alimentação das classes mais pobres, como os cereais e o bacalhau. No essencial, a maioria da população continuava a retirar o seu sustento da terra, sem depender da importação, factor que acabaria por impedir, numa primeira fase, que a economia interna fosse tão afectada pela conjuntura internacional como a posição financeira do País[26].

*Índices de custo de Vida — Portugal, Grã-Bretanha, França e Itália (1913-1916)*[27]

| Anos | Portugal Preços a retalho de 25 géneros destinados à alimentação, aquecimento e lavagem em Lisboa (a) | Grã-Bretanha Preços a retalho de 23 artigos em Londres (a) | França Preços a retalho de 24 géneros destinados à alimentação, aquecimento e iluminação em Paris (a) | Itália preços de 7 artigos a retalho (b) |
|---|---|---|---|---|
| 1913 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| 1914 | 110,2 | 116,8 | 116 | 113 (Julho) |
| 1915 | 122,9 | 148,6 | 135 (b) | 135 |
| 1916 | 151,1 | 181,3 | 159 (c) | 151 |

(a) Atendendo ao coeficiente de consumo.
(b) Média do primeiro e terceiro trimestres.
(c) Média dos três primeiros trimestres.

A confirmação da falta de recursos financeiros e as dificuldades sentidas pelo Estado em encontrar uma solução imediata para a resolução da crise acabaria por se traduzir na suspensão das operações das bolsas comerciais de Lisboa e Porto[28].

Note-se que a este nível é também indispensável ponderar outras dinâmicas, entre as quais a criação, sob dependência directa do Ministério das Finanças, de uma Junta Reguladora da Situação Cambial[29], organismo que o Governo encarregou de fixar as cotações, deixando livre a compra e venda de ouro. Conhecemos também como se operava este estabelecimento de preços e como em todo o processo acabou por sobressair a manifesta incapacidade, ou vontade, da instituição portuguesa em regular as suas cotações pelas das praças financeiras



internacionais, o que, sem grandes surpresas, funcionou como catalisador e estímulo à fuga de capitais. A presidência da Junta foi entregue ao governador do Banco de Portugal, Inocêncio Camacho, e, para além dos representantes da União da Agricultura, Comércio e Indústria, das Associações Comercial e Industrial e dos Bancos de Lisboa, reunia ainda figuras do meio financeiro português, como o presidente da Junta do Crédito Público, Fernando Costa, o administrador da Caixa Geral de Depósitos, Estêvão de Vasconcelos, e o director da Fazenda Pública, Silva Bruschy.

Entre compromissos financeiros e até políticos, acaba por ser consensual a ideia de que as tarefas a cargo da Junta acabaram por ter pouco impacto no combate à especulação; sublinhe-se uma vez mais que, ao optar por manter livres as transacções, o Estado acabou por conferir uma ampla margem de manobra às instituições bancárias, permitindo-lhes contestar não só as taxas fixadas pela Junta, como ameaçar com a suspensão das transacções[30]. No meio de tudo isto, não podemos esquecer as diligências feitas junto do Governo inglês pelo presidente da Câmara de Comércio Britânico em Lisboa, tendo em vista a concessão de um empréstimo a Portugal no valor de dois milhões de libras[31]. Mas não interessa desenvolver neste contexto as diligências efectuadas por Portugal no sentido de obter crédito para financiar a guerra; importa sim, e para concluir, reforçar a ideia de que, para satisfazer essas necessidades crescentes, para além do imposto e do crédito, a República não abdicou da inflação e da emissão frequente de papel-moeda.

Certamente mais coisas aconteceram entre a actividade pública e privada que mereceriam identificação e análise. Por exemplo, a criação, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, de uma comissão encarregada pelo Governo de estudar e propor um conjunto de medidas destinadas a corrigir os prejuízos, para o comércio externo, resultantes da guerra na Europa. Por junto, percebe-se que o Estado foi assumindo aos poucos a direcção efectiva da vida económica: podia fixar preços, proibir exportações e, como veremos, até mobilizar indústrias...

## *Portugal, so far, has come very well through the strain of war conditions*

Os tempos passaram-se e os contextos políticos alteraram-se; viviam-se os meses quentes da ditadura do general Pimenta de Castro,

quando, entre críticas e receios, perante a persistente «questão das subsistências», foram emergindo algumas reflexões essenciais quanto à natureza e às funções do Estado, também no domínio mais específico da *economia moral*. Procurava-se colmatar uma das maiores debilidades nacionais — a escassez de trigo e de pão — e para tal o Governo revogou a velha lei proteccionista de Elvino de Brito (1899) e subvencionou o custo do pão, de forma a garantir (pelo menos em teoria) que todas as camadas da população o poderiam comprar[32]. É necessário por isso explicitar a dinâmica induzida pela intervenção do Estado neste domínio específico, clarificando posições e campos em confronto, e sublinhar, necessariamente, as palavras duras com que a moagem e a panificação condenaram a ingerência estatal no circuito cerealífero, denunciando uma realidade com a qual não se conformavam; a existência de um *Estado comerciante*.

Saliente-se ainda o reforço do aparelho burocrático do Estado e a multiplicação de comissões criadas, também a nível concelhio, com o objectivo de regular, agora e sempre, os preços dos géneros de primeira necessidade[33]. Ainda nesta linhagem, é preciso não esquecer a visão estratégica e a observação atenta com que alguns profissionais (engenheiros, técnicos e comerciantes), chamados durante a presidência de José de Castro a auxiliar na resolução do problema das subsistências, estudaram e identificaram casos de sucesso no panorama internacional — como o serviço de extensão agrícola americano — iniciando então uma «campanha» em prol da intensificação da produção. Alargavam-se as ambições e o campo de intervenção do Estado, assumindo-se como sua missão e responsabilidade a divulgação, através da distribuição de folhetos, dos melhores métodos e das culturas agrícolas mais adequadas a cada região, de forma a obter-se um regular equilíbrio da economia nacional[34]. Reconhecia-se, em suma, a necessidade de se preparar economicamente o país, não só para a guerra, mas também para a paz... Mas a este nível é indispensável ponderar outras dinâmicas, nomeadamente a acção do ministro das Finanças, Vitorino Guimarães, e a convicção com que solenemente afirmou que o que estava em causa não era a apresentação de planos económicos e financeiros, pois «o que importava era ver a melhor maneira de passar esta fase difícil e vencer as dificuldades de ocasião»[35].

Entre impasses e indecisões, foi emergindo timidamente a necessidade de se protegerem, a par da agricultura, outros sectores económicos fundamentais ao esforço de guerra, tais como a química, indispensável para a produção de munições, ou os adubos para a recuperação dos solos agrícolas. Assinale-se ainda que o Ministério do Fomento tinha entretanto mandado realizar um inquérito através do qual procurava avaliar as perturbações trazidas pela guerra ao sector industrial. Apreendia-se o reconhecimento estratégico da indústria, e encontravam-se fundamentações práticas para justificar uma intervenção estatal neste domínio, nomeando-se incontornavelmente os graves prejuízos para a economia nacional resultantes da sua paralisação[36]. Todos estes aspectos se encontram bem patentes na ordem dada pelo ministro do Fomento, Manuel Rodrigues Monteiro, e na consequente tomada de posse pelo Estado da Fábrica de Adubos da Póvoa de Santa Iria[37]; por junto, percebe-se, ainda, o esforço desenvolvido pela República no sentido de evitar que esta fábrica, então paralisada, caísse nas mãos da já monopolista CUF. Importa, para terminar, referir o papel-chave do Ministério do Fomento em todo este processo, e a forma como, articulando-se com as Finanças, a prazo, foi assumindo a «coordenação» e a direcção da política económica de guerra.



À luz das ideias e das intenções dos principais responsáveis políticos da época, assumiu-se, (in)conscientemente, que as circunstâncias especiais então vividas obrigavam a que se mobilizassem (pelo menos em teoria) sem prévia indemnização, todas as indústrias particulares, colocando-as ao serviço do Estado. A proposta foi apresentada no Parlamento pelo ministro do Fomento, Manuel Monteiro, em Agosto de 1915[38], mas permaneceu no limbo do pensamento até ao final do ano, numa altura em que na Presidência do Ministério se encontrava já Afonso Costa. No seu conjunto, e apesar da actualidade que a rodeara, os princípios inscritos na proposta de lei não fixavam, clara e precisamente, as circunstâncias em que o Governo ficava autorizado a lançar mão da mobilização industrial, argumento que, por si só, serviu de pretexto para que, em ambas as casas do Parlamento, se condenasse o que se considerava um abuso e uma ingerência contra o direito de propriedade, numa altura em que, dizia-se, «nos afastávamos cada vez mais da beligerância».

As consequências deste comportamento ficaram também patentes no tom crítico com que a Associação Industrial Portuguesa (AIP) se dirigiu ao Governo, declarando que, caso fosse aprovada, a lei de mobilização das indústrias iria necessariamente provocar, a par de uma acentuada retracção de capitais, o desincentivo à instalação de novas manufacturas. O balanço era por isso negativo, pesando-se em

devida conta os seus impactos numa sociedade vulnerável na sua formação industrial e de onde permanecia ausente a organização racional dos métodos e das formas de produção do sector. De resto, parece ser legítimo concluir que, apesar das dificuldades que alguns ramos industriais vinham atravessando, o impulso oferecido pelo Estado através da mobilização nunca foi encarado como uma possibilidade de desenvolvimento e de modernização para o sector, mas antes como uma concorrência directa ao investimento e aos capitais privados nacionais. Não é portanto de estranhar que este diploma só tenha sido aprovado a 12 de Março de 1916[39], na sequência da declaração de guerra da Alemanha a Portugal.

A exigência de continuar a aprofundar a acção intervencionista do Estado, na esfera da actividade económica, veio com o passar do tempo demonstrar que, no caso específico das subsistências, se em teoria era fácil organizar tabelas de preços, as dificuldades surgiam quando o Governo se mostrava incapaz de garantir o abastecimento regular de mercadorias e de pôr cobro à especulação e ao açambarcamento. Até aqui nada de novo. A novidade surgia quando, para além dos decretos e das instituições, a realidade económica se impunha complexa e instante, exigindo soluções de fundo que, teimosamente, se deixavam confundir ou com um reforço dos mecanismos reguladores ou, mais radicalmente, com a própria estatização da comercialização.

Desfeita a quimera de que a guerra seria breve e de que Portugal se afastava a passos largos do grande confronto, reconhecia-se que a crise portuguesa tinha sido agravada pela limitada produção nacional, impondo-se como condicionante essencial a necessidade de se travar a onda crescente de instabilidade social que, desde o início de 1916, se vinha tornando cada vez mais visível, fosse sob a forma de greves, comícios populares ou assaltos a mercearias e estabelecimentos de víveres. Esta questão foi sublimemente frisada por Afonso Costa, presidente do Ministério e ministro das Finanças, quando explicou ao Parlamento a conveniência que havia em dotar o Governo com «uma medida de carácter geral, de maneira a intervir rapidamente, procurando remover quanto possível as dificuldades»[40].

O carácter imperioso que assumiu a resolução do problema ficou patente na forma com que Costa acentuou que a única forma de o Governo conseguir assegurar o abastecimento de mercadorias de



um ponto para o outro do território e até das colónias era através da requisição de todos os transportes indispensáveis à economia[41]. Estava também encontrado um argumento, entre vários possíveis, para legitimar a requisição dos cerca de 60 navios alemães, surtos em portos portugueses.

Esbatendo críticas e argumentos, o presidente do Ministério, ao longo dos escassos meses de duração deste seu segundo Governo — e apesar do compasso irregular de quem tinha que satisfazer interesses nem sempre fáceis de conciliar — acabou por fazer sobressair de forma acentuada o papel e a tutela do Estado na actividade económica. No fundo de todos estes pensamentos parecia descobrir-se a necessidade de se introduzirem certos reajustamentos ou, se preferirmos, alterações significativas no modo de viver e pensar a economia e a actividade económica; no seu âmbito, e para além de se repensar o papel do Estado, deveriam ser ponderadas questões relacionadas com o crédito e o aumento da produção agrícola e industrial.

A 9 de Março de 1916 a Alemanha declarou guerra a Portugal.

## A guerra

É CONSENSUAL A IDEIA de que a participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial foi um acontecimento fracturante que dividiu a sociedade portuguesa, provocando o primeiro forte abalo das instituições republicano-liberais; o debate historiográfico tem reflectido isso mesmo, ocupando-se da análise do peso, do significado e da importância da guerra na crise e posterior queda do regime.

Mas que transformações formais provocou então esta beligerância, finalmente formalizada, no modo de pensar e conduzir a política económica de guerra da República?

Comecemos pelo facto essencial, de após alguns anos de dúvida e hesitação, ter sido formalmente constituído um Governo dito de União Sagrada, integrando representantes dos dois principais partidos políticos republicanos — Democrático e Evolucionista. Portugal seguia assim a fórmula instituída, em Agosto de 1914, pelo presidente francês Poincaré e reconhecia, finalmente, a oportunidade e o dever de se constituir um ministério nacional. Por força das circunstâncias, iniciou-se então uma nova fase na política económica de guerra, que deve desde logo ser considerada pelas novidades introduzidas na

máquina estatal, e cuja medida mais visível foi sem dúvida a criação de novos ministérios e a reformulação de instituições já constituídas[42]. Clamava-se, em suma, pela criação de um órgão centralizador que relacionasse os diversos elementos da organização económica nacional que se encontravam dispersos.

Olhando para a situação financeira do país, a escassez de recursos era óbvia. Logo no início do Verão, Afonso Costa partia para Londres para negociar um primeiro empréstimo no valor de dois milhões de libras esterlinas — (1400 contos) muitos se seguiram depois... Em 1925, liquidadas todas as despesas, a totalidade da dívida de guerra portuguesa ascendia a 22 548 100 libras, (2200 000 contos, no câmbio desse ano).

O carácter imperioso que assumia a resolução do problema das subsistências e a necessidade de prestar uma atenção especial às relações entre o operariado e as «forças vivas» determinou a criação, a 16 de Março de 1916 e por proposta de António Maria da Silva, do Ministério do Trabalho e Previdência Social[43]. Assinale-se antes de mais o facto de não ser difícil, apesar da novidade, encontrar uma linha de continuidade entre a orientação estratégica imposta à nova instituição e aquela que, ao longo dos últimos meses, vinha sendo desempenhada pelo Fomento. Vale a pena neste contexto assinalar, a par da transferência de alguns funcionários, a passagem do próprio António Maria da Silva, até então ministro do Fomento, para a chefia do novo organismo. Procurava-se descentralizar tarefas e potenciar a especialização de ambas as instituições na resolução de problemas económicos e sociais concretos; mas a este nível é também necessário ponderar outras dinâmicas, a começar pela ausência, desde o início, de uma acção concertada entre as pastas do Trabalho e do Fomento no sentido de se procurar estudar e encontrar soluções comuns.

Por outro lado, conhecemos também a vontade da União Sagrada, expressa aliás numa proposta submetida ao Parlamento, em criar nos Ministérios das Finanças, Colónias e Guerra o cargo de subsecretário de Estado. Note-se ainda que, apesar da garantia do Governo de que só seriam criados subsecretários de Estado nos ministérios mais directamente influenciados pelos efeitos da guerra, a concepção do projecto assentava em pressupostos cuja viabilidade era à partida duvidosa: primeiro, o facto de a nomeação dos funcionários não ficar a cargo do presidente da República mas dos



presidentes das Câmaras Legislativas, o que originou um coro de críticas em torno do que se considerava uma verdadeira inconstitucionalidade; segundo, a constatação de que não se podia incorrer no erro de importar acriticamente aquilo que se vinha fazendo em Inglaterra e França, já que era indispensável adaptar a legislação internacional às condições sociais do país, reforçando a organização dos ministérios, alargando as atribuições dos directores-gerais e separando as funções administrativas das funções políticas; e, finalmente, o terceiro e derradeiro argumento que partia do pressuposto de que os problemas do país não se resolviam com a criação de novas funções burocráticas, mas através do fomento do trabalho nacional e da intensificação das respectivas produções[44]. Não é, portanto, de estranhar o clima tenso de hesitações que rodeou a votação da proposta no Parlamento.

Interessante para a análise e apreciação da política económica de guerra ao longo deste ano de 1916 é também a participação do nosso país nas várias conferências internacionais que vinham sendo organizadas desde 1914 e onde se procurava promover uma unidade de acção diplomática, militar e económica dos Aliados face à guerra. Em Maio de 1916 realizou-se a Conferência Parlamentar Internacional de Comércio[45], em que Portugal se fez representar. Mas o sucesso e real alcance do encontro acabou por ficar bastante aquém das expectativas, revelando-se difícil uniformizar as medidas de defesa económica contra os países inimigos, assim como proceder à aprovação de um conjunto de medidas de «precaução», de forma a evitar a invasão dos produtos alemães uma vez estabelecida a paz.

As conclusões do encontro acabaram por reflectir um conjunto de pensamentos vagos onde sobrevinha uma tendência indefinida para um regime geral de proteccionismo faccioso e radical contra a Alemanha. Não é por isso difícil encontrar uma linha de continuidade entre esta orientação estratégica e a criação, em Setembro de 1916, de uma Comissão Portuguesa de Acção Económica contra o Inimigo[46].

Entretanto, a situação política e social tinha-se inflamado, como consequência inevitável do golpe de Machado Santos e do crescente mal-estar entre António José de Almeida e Afonso Costa. Saliente-se, a propósito, que uma das últimas grandes iniciativas do presidente do Ministério tinha sido justamente criar, no início de 1917, de um

Conselho Económico Nacional (CEN) directamente dependente da Presidência do Ministério, numa tentativa de contrabalançar o peso que o Estado vinha exercendo sobre a actividade económica (à semelhança do que vinha acontecendo em todos os países beligerantes). Colocou-se uma vez mais no centro de todas as preocupações o estabelecimento de um elo de ligação forte entre o Governo e as classes produtoras, no sentido de se resolverem as questões mais urgentes da vida nacional. O Conselho ficou dividido em três comissões — subsistências, colónias e estudo dos problemas económicos futuros — a quem competia não só a análise crítica dos problemas nacionais, mas também a apresentação de medidas práticas e eficazes que atenuassem os efeitos da crise e que preparassem o país para as lutas económicas surgidas uma vez restabelecida a paz. Anselmo de Andrade foi o nome escolhido para ocupar a presidência do novo organismo.

Assinale-se antes de mais que esta vontade/necessidade do Governo de envolver as «forças vivas» na política nacional, outorgando-lhes um papel específico em matéria de análise e apresentação de possíveis soluções para a crise portuguesa, foi amplamente criticada pela ala democrática da Câmara dos Deputados, e acabou mesmo por provocar o pedido de demissão dos vogais da comissão parlamentar de subsistências. Embora António José de Almeida tenha sublinhado que as funções do CEN eram meramente consultivas, o mal-estar estava instalado e a 20 de Abril de 1917 era votada, na Câmara dos Deputados, a sua extinção. A ruptura no seio da União Sagrada estava então iminente e a demissão do Governo era inevitável...

Convenhamos que os pressupostos e a originalidade em que assentava o CEN acabaram por não ser aproveitados devidamente pela União Sagrada. A oposição do Partido Democrático acabou por se mostrar contrária a qualquer tentativa de concertação entre Governo, académicos e elites económicas, gorando desta forma as reais possibilidades de se realizar um estudo e de se encontrarem soluções de conjunto para os problemas nacionais. Importa referir, e para terminar, que o esforço para manter a coligação governamental, aliado a uma cada vez maior contestação do movimento operário, acabou por condicionar toda a actuação da União Sagrada, limitando-se ao mínimo a introdução de mudanças e reformas no âmbito da política económica de guerra.

Torna-se, por isso, essencial apreciar a crescente contestação e o descontentamento social vividos durante estes meses e avaliar



os seus reflexos no terceiro e último Governo chefiado por Afonso Costa, nomeando-se, desde logo, os efeitos da «revolta da batata» e da greve geral em Maio e Junho de 1917, respectivamente. Foram meses explosivos, em que a população lisboeta protestou contra a escassez de subsistências, a fome, a especulação e o açambarcamento, mas também, e essencialmente, contra o que considerava ser a ausência de respostas imediatas por parte do Governo. De entre tudo, sobressaía uma política de abastecimentos prejudicada pela escassez e deficiente coordenação de transportes, vulnerabilidade que levou Afonso Costa a determinar a criação, na dependência do Ministério do Trabalho e Previdência Social, de uma Administração dos Abastecimentos, encarregada, para além do estudo da coordenação dos transportes marítimos, da compilação dos elementos estatísticos relativos aos movimentos das mercadorias, cotações, existências, disponibilidades e preços[47].

O presidente do Ministério reconhecia que a situação era grave, mas lembrava que os seus efeitos seriam incomportáveis se Portugal não tivesse escolhido o caminho da beligerância. Reconhecia-se no entanto, e uma vez mais, que era imprescindível intensificar a produção e aumentar a produtividade agrícola, sabendo-se de antemão que para isso era necessário modificar também os processos e os métodos de exploração, criando-se campos de experimentação e adquirindo-se máquinas e motores eléctricos. A conjuntura de guerra deveria por isso ser aproveitada lançando-se, à semelhança do que vinha sendo feito em França e na Inglaterra, as bases de uma agricultura mais vasta e progressiva, de forma a garantir a auto-suficiência nacional, sobretudo no tocante a cereais.

Foi então que, num último esforço apaziguador e numa tentativa de «normalizar» economicamente o país, o Governo decretou a mobilização agrícola[48]; entre tudo impunha-se, para além do fácil acesso a sementes, máquinas e motores, a promoção da cultura dos baldios e a instituição de prémios aos agricultores que provassem ter trazido à cultura novas terras. A visão e a estratégia que orientavam o diploma deixavam já antever, com alguma precisão, diferentes linhas de acção, não só para a lavoura mas também para o Estado e para as corporações administrativas.

Era já tarde demais.

## Parêntesis

Sobreveio o golpe militar de 5 de Dezembro, e com ele Sidónio Pais e o sidonismo. As propostas que então foram avançadas quanto ao rumo económico a seguir integraram algumas novidades de fundo relativamente ao passado, acabando por assumir uma dinâmica própria, contrapondo a uma até então crescente contenção dos preços[49] o fim da tabela e uma maior liberdade de circulação e de transacção, nomeadamente nos produtos do sector agrícola. Sidónio procurou assim satisfazer os desejos e vontades de uma lavoura descontente com a política de guerra do Partido Democrático, para quem, à margem de outras leituras, a crise das subsistências não poderia ser resolvida através de expedientes *opressivos* e *violentos*. Em suma, considerando a forma como foi pensada e estruturada, a trave mestra de toda esta política sectorial assentava na indispensabilidade de se aumentarem os preços agrícolas, estratégia que determinou em poucos meses que os seus valores fossem os mais elevados desde 1914. Esta orientação era ainda consentânea com a vontade demonstrada pelo Governo no sentido de se operar uma cada vez maior transferência de poder para as autoridades locais, realidade que de resto ficou bem patente na criação de um conjunto de organismos burocráticos — como os celeiros municipais — e que foram surgindo como apêndices da lavoura cerealífera, sem grandes preocupações quanto à satisfação das aspirações dos consumidores. Neste ponto há que sublinhar ainda a criação do Ministério da Agricultura[50], cuja direcção seria entregue ao presidente da Associação Central da Agricultura Portuguesa.

Por junto, percebe-se que durante o sidonismo a elite económica nacional deixou de temer o Estado intervencionista, apreciando as suas vantagens, desde que devidamente controladas e enquadradas. E neste ponto conhecemos bem o mal-estar gerado, junto das Associações Comerciais e Industriais, quando se anunciou, sem convicção e vontade política de a defender ou aplicar a fundo, a criação de um imposto especial sobre os lucros derivados da guerra[51].

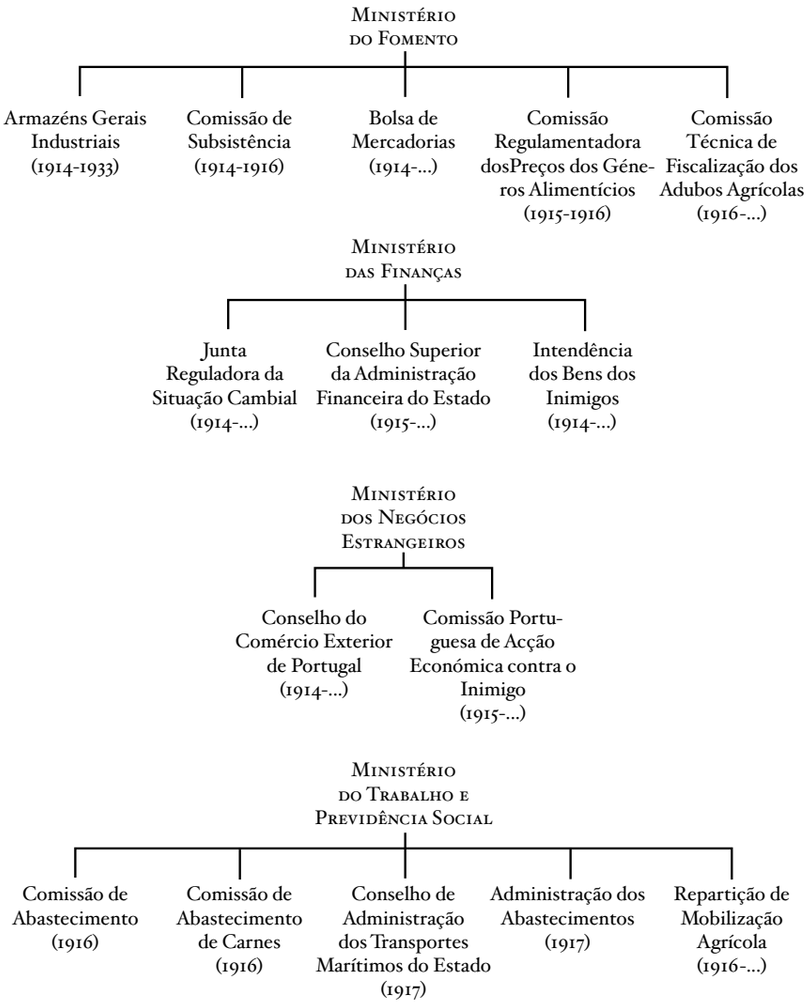
Note-se, por fim, a especificidade de uma política económica cada vez mais intervencionista e que acabou por assumir uma dinâmica própria, marcando de forma indelével a orientação e a forma como as próprias «forças vivas» viam e concebiam o papel do Estado, orientação que fazia depender o seu sucesso e vitalidade da acção de um Estado forte e interventor, capaz de conter o movimento operário, de reservar e proteger os mercados e de manter baixos os preços



dos factores de produção. Era por aqui que deveria passar a estratégia de reorganização e transformação social a implementar, uma vez assinada a paz, e quanto a isso conhecemos bem o preço político da sua orientação e as debilidades e vulnerabilidades do modelo económico que, inevitavelmente, acabaria por lhe ficar associado.

## Economia de guerra

*Gestão*[52]


Ministério do Fomento
Armazéns Gerais Industriais (1914-1933)
Comissão de Subsistência (1914-1916)
Bolsa de Mercadorias (1914-...)
Comissão Regulamentadora dosPreços dos Géneros Alimentícios (1915-1916)
Comissão Técnica de Fiscalização dos Adubos Agrícolas (1916-...)
Ministério das Finanças
Junta Reguladora da Situação Cambial (1914-...)
Conselho Superior da Administração Financeira do Estado (1915-...)
Intendência dos Bens dos Inimigos (1914-...)
Ministério dos Negócios Estrangeiros
Conselho do Comércio Exterior de Portugal (1914-...)
Comissão Portuguesa de Acção Económica contra o Inimigo (1915-...)
Ministério do Trabalho e Previdência Social
Comissão de Abastecimento (1916)
Comissão de Abastecimento de Carnes (1916)
Conselho de Administração dos Transportes Marítimos do Estado (1917)
Administração dos Abastecimentos (1917)
Repartição de Mobilização Agrícola (1916-...)

## Legislação sobre subsistências públicas, medidas proibitivas da especulação e barateamento de géneros de primeira necessidade (1914-1915)

*Regulamento dos Armazéns Gerais Industriais* — Decreto n.º 783, D.G. n.º 148, I Série, 1914.

*Instituição dos Armazéns Gerais Industriais e fins a que se destinam* — Decreto n.º 766, G.G., n.º 147, I série, 1914.

*Proibindo a elevação dos preços das especialidades farmacêuticas, papel, velas e sabão* — Decreto n.º 762, D.G., n.º 143, I Série, 1914.

*Criação dos Armazéns Gerais para a Indústria Corticeira* — Decreto n.º 810, D.G., n.º 155, I Série, 1914.

*Instituição de Bolsas para compra e venda de mercadorias em Lisboa e Porto, e forma de regular as suas transacções* — Decreto n.º 784, D.G., I Série, 1914.

*Providências acerca do aumento de preço dos géneros de primeira necessidade, produzidos na metrópole, ilhas e colónias* — Decreto n.º 741, D.G., n.º 138, I Série, 1914.

*Estabelecimento de uma zona franca no porto de Lisboa, para as mercadorias exportadas do Brasil e das colónias portuguesas* — Decreto n.º 789, D.G., n.º 149, I Série, 1914.

*Autorização do Governador-Geral de Angola para o estabelecimento do regime de armazéns gerais a géneros de exportação colonial* — Decreto n.º 930, D.G., n.º 181, I Série, 1914.

*Aclaração ao decreto n.º 769, sobre as condições do desconto dos warrants* — Decreto n.º 855, D.G. n.º 165, I Série, 1914.

*Permissão aos industriais de caixotaria para se constituírem em regime de armazém geral* — Decreto n.º 975, D.G., I Série, 1914.

*Fórmulas legais para a emissão de warrants nos armazéns gerais* — Decreto n.º 974, D.G., n.º 197, I Série, 1914.

*Proibição de exportação para o estrangeir, de arroz, açúcar, bacalhau, cereais, legumes e medicamentos* — Decreto n.º 948, D.G. n.º 187, I Série, 1914.

*Instalação de Armazéns Gerais Industriais em Lisboa, Évora, Faro, Setúbal, Olhão e Portimão* — Decreto n.º 808, D.G., n.º 154, I Série, 1914.

*Proibição de exportação de gados e outros géneros alimentícios* — Decreto n.º 2149, D.G., n.º 262, I Série, 1915.

*Determinando que a proibição, a que se refere o artigo 7.º do decreto n.º 1900, seja unicamente aplicável aos géneros de primeira necessidade expostos à venda nos mercados públicos* — Decreto n.º 2036, D.G., n.º 230, I Série, 1915.

*Inclusão, sob o regime de armazéns gerais, da indústria de conservas de peixe* — Decreto n.º 1972, D.G., n.º 212, I Série, 1915.



*Proibição da exportação dos ovos* — Lei n.º 388, D.G. n.º 177, I Série, 1915.

*Determinação para a admissão em regime de armazém geral, a coberto ou a descoberto, do carvão vegetal, palha e feno enfarado* — Decreto n.º 1735, D.G. n.º 135, I Série, 1915.

*Proibição da exportação, em todo o território da República Portuguesa, do ouro em barra ou amoelhado* — Lei n.º 462, D.G., n.º 259, I Série, 1915.

*Instruções para a organização da escrita dos Armazéns Gerais Industriais* — Portaria n.º 451, D.G., n.º 165, I Série, 1915.

*Permitindo a exportação de cebola até 31 de Julho de 1915, mediante a sobretaxa de $00(5) por quilograma* — Decreto n.º 1 664, D.G. n.º 115, I Série, 1915.

*Constituição das comissões reguladoras das tabelas de preços dos géneros alimentícios* — Rectificação ao decreto n.º 1 483, D.G., n.º 72, I Série, 1915.

*Proibição de exportação de determinadas mercadorias* — Decreto n.º 1612, D.G. n.º 106, I Série, 1915.

*Permissão da exportação de 10 550 toneladas de batata em caixas, mediante a sobretaxa de $00(2) por quilograma* — Decreto n.º 1613, D.G. n.º 106, I Série, 1915.

*Disposições acerca do pagamento de multas aos infractores da tabela de preços dos géneros alimentícios* — Decreto n.º 1915, D.G., n.º 196, I Série, 1915.

*Alterações à constituição da Comissão de Subsistências criada pelo decreto n.º 767* — Decreto n.º 1274, D.G., n.º12, I Série, 1915.

*Determinação para que as alfândegas passem a cobrar os direitos* ad valorem*, sobre os géneros de exportação nacional, pelo valor do mercado à data em que são propostos a despacho* — Decreto n.º 2045, D.G., n.º 232, I Série, 1915.

*Alteração ao decreto de 10 de Agosto de 1914 na parte referente às penalidades a aplicar aos transgressores da tabela de venda dos géneros alimentícios* — Decreto n.º 1314, D.G. n.º 30, I Série, 1915.

*Constituição da Comissão de Subsistências* — Decreto n.º 1329, D.G., n.º 32, I Série, 1915.

*Sobretaxas para determinados produtos cuja exportação é permitida* — Decreto n.º 2060, D.G., n.º 237, I Série, 1915.

*Proibição da exportação e reexportação de enxofre* — Decreto n.º 2059, D.G., n.º 237, I Série, 1915.

*Proibição da exportação de feijão e grão-de-bico* — Decreto n.º 1932, D.G., n.º 201, I Série, 1915.

*Permissão de exportação de determinados géneros alimentícios e sobretaxas a cobrar* — Decreto n.º 1459, D.G., n.º 63, I Série, 1915.

*Aplicação a dar ao produto das multas impostas por elevação de preço na venda de géneros alimentícios* — Decreto n.º 1997, D.G., n.º 221, I Série, 1915.

*Permissão de exportação de determinados géneros alimentícios, mediante pagamento*

*de direitos e sobretaxas respectivos* — Decreto n.º 1374, D.G., n.º 140, I Série, 1915.

*Limite por trinta dias de prazo para reimportação de gados que saiam do país para pastar* — Decreto n.º 1456, D.G., n.º 62, I Série, 1915.

*Proibição da venda ou cedência a estrangeiros de vapores de pesca* — Decreto n.º 1869, D.G., n.º 179, I Série, 1915.

*Prorrogação do prazo para a exportação de cebola a que se refere o decreto n.º 1 664* — Lei n.º 454, D.G., n.º 191, I Série, 1915.

*Proibição da exportação de gado bovino, ovino, caprino, suíno e aves de criação* — Lei n.º 459, D.G. n.º 194, I Série, 1915.

*Providências tomadas acerca da exportação de gado bovino, suíno, ovino, caprino e produtos comestíveis deles provenientes e fixação da sobretaxa para a exportação de galinhas* — Decreto n.º 1948, D.G., n.º 207, I Série, 1915.

*Ampliação de prazo para a reimportação de gados que saiam do país para pastar* — Decreto n.º 2019, D.G., n.º 225, I Série, 1915.

*Permissão da reimportação de vasilhas, que tenha servido de tara, na exportação de vinhos licorosos,* Decreto n.º 1531, D.G., n.º 81, I Série, 1915.

*Proibição da exportação da lã em rama ou manufacturada* — Decreto n.º 1349, D.G., n.º 34, I Série, 1915.

*Permissão da exportação de feijão e conservas de peixe em azeite* — Decreto n.º 1456, D.G., n.º 87, I Série, 1915.

*Organização dos serviços fiscais de importação, fabricação, preparação e venda de adubos agrícolas* — Decreto n.º 1976, D.G., n.º 212, I Série, 1915.

*Fiscalização sobre a importação, fabricação, preparação e venda de adubos agrícolas* — Decreto n.º 1976, D.G., n.º 212, I Série, 1915.

## Cronologia da economia de guerra

| | |
|---|---|
| 28-06-1914 | Assassínio do arquiduque Francisco Fernando, herdeiro do trono da Áustria-Hungria. |
| 04-08-1914 | Declaração de guerra da Grã-Bretanha à Alemanha. |
| 07-08-1914 | Declaração do Governo português sobre a guerra, em concordância com o pedido do Foreign Office. |
| 10-08-1914 | O Governo proíbe a subida dos preços dos géneros alimentares, para evitar a especulação. |
| 18-08-1914 | Criação de Armazéns Gerais Industriais. |



| | |
|---|---|
| 21-08-1914 | Criação de Bolsas de Mercadorias em Lisboa e Porto. |
| 24-09-1914 | Criação da Junta Reguladora de Câmbios. |
| 14-10-1914 | Proibição da reexportação do continente, ilhas e colónias, para o estrangeiro, de arroz, açúcar, bacalhau, cereais, legumes e medicamentos. |
| 10-11-1915 | O Estado toma posse da Fábrica de Adubos e Produtos Químicos da Póvoa de Santa Iria. |
| 04-12-1915 | Proibição da livre exportação de volfrâmio. |
| 07-02-1916 | Requisição de todos os meios de transportes indispensáveis à economia nacional.<br>Aprovação da lei das subsistências. |
| 24-02-1916 | Requisição dos navios alemães fundeados no Porto de Lisboa. |
| 09-03-1916 | A Alemanha declara guerra a Portugal. |
| 12-03-1916 | Lei de mobilização das indústrias. |
| 18-03-1916 | Criação do Ministério do Trabalho e Previdência Social. |
| 04-05-1916 | Criação da Intendência dos Bens dos Inimigos. |
| 04-09-1916 | Criação da Comissão Portuguesa de Acção Económica contra o Inimigo. |
| 30-09-1916 | A Comissão Central de Subsistências passa a denominar-se Comissão de Abastecimento. |
| 30-12-1916 | Decreto sobre iluminação. Redução do consumo de gás e electricidade. |
| 14-05-1917 | Revolta da batata. |
| 16-06-1917 | Greve Geral. |
| 09-03-1918 | Criação dos ministérios da Agricultura e das Subsistências e Transportes. |
| 02-04-1918 | Crise de subsistências. Conflitos em Alcântara. |
| 29-06-1918 | Criação do Conselho Económico. |
| 02-09-1918 | Edital do director-geral de Subsistências restringindo o consumo de vários géneros alimentícios. |
| 08-09-1918 | Distribuição de senhas de racionamento e cartas de consumo. |
| 14-09-1918 | Proibição dos comícios contra a carestia de vida. |
| 26-09-1918 | Criação de um imposto especial sobre os lucros de guerra. |
| 04-10-1918 | Reabertura da Bolsa de Lisboa. |
| 22-10-1918 | Criação da Secretaria de Estado dos Abastecimentos. |
| 28-06-1919 | Versalhes. Assinatura do Tratado de Paz. |
| 17-09-1919 | Extinção do Ministério dos Abastecimentos e Transportes. |

## Notas

1 *O Século,* 30 de Março de 1913, p. 1.

2 «A Guerra na Europa», *Jornal do Comércio e das Colónias*, 4 de Agosto de 1914, p. 1.

3 Importa seguir um pouco do percurso e da cronologia da França, também nesta matéria:
30 de Julho de 1914 — Fim das operações em Bolsa.
1 de Agosto de 1914 — Moratória sobre as letras comerciais e os pagamentos bancários.

4 Veja-se direcção-geral de Arquivos — Torre do Tombo (DGARQ — TT), Ministério do Interior, direcção-geral da Administração Política e Civil, 1.ª Repartição/1.ª Secção (segurança pública), Maço 55, Circular de 3 de Agosto de 1914, enviada pelo Ministério do Interior aos Governadores Civis.

5 Cf. «As suas consequências em Portugal. Providências do Governo português», *Jornal do Comércio e das Colónias*, 4 de Agosto de 1914, p. 2.

6 «As suas consequências em Portugal», in *Jornal do Comércio e das Colónias*, de 7 de Agosto de 1914, p.2.

7 Decreto n.º 741, *Diário do Governo,* I Série, n.º 138 de 10 de Agosto de 1914.

8 A Junta Distrital era composta por um auditor administrativo (presidente), inspector de finanças e um comerciante residente na sede de distrito, escolhido pela Associação Comercial ou pela Câmara ou Comissão Municipal. Cf. Decreto n.º 741, *Diário do Governo,* I Série, n.º 138 de 10 de Agosto de 1914.

9 Decreto n.º 740, *Diário do Governo,* I Série, n.º 138 de 10 de Agosto de 1914.

10 Artur Belo, «A crise económica e as providências do Governo I», *Jornal do Comércio e das Colónias*, 5 de Setembro de 1914, p. 1.

11 Fonte: José Domingos de Meneses, «O comércio de Portugal com a Alemanha», *O Economista Português. Revista Financeira, Económica, Social e Colonial*, 12.º Ano, n.º 128, 24 de Setembro de 1921, p. 545.

12 National Archives of the United Kingdom (NAUK), FO 368/1063, Ofício de 26 de Agosto de 1914 enviado por Lancelot Carnegie a Edward Grey, p.1.

13 Os Armazéns Gerais Industriais foram inicialmente instituídos em Lisboa espalhando-se, mais tarde, ao resto do País. Veja-se Decreto n.º 766, *Diário do Governo,* I Série, n.º 145 de 18 de Agosto de 1914.

14 Referimo-nos ao Decreto n.º 206, *Diário do Governo,* n.º 261 de 7 de Novembro de 1913.

15 Decreto n.º 766, *Diário do Governo,* I Série, n.º 145 de 18 de Agosto de 1914.

16 Decreto n.º 766, *Diário do Governo,* I Série, n.º 145 de 18 de Agosto de 1914. Veja-se também o respectivo regulamento: Decreto n.º 783, *Diário do Governo,* I Série, n.º 148 de 21 de Agosto de 1914.



17 Decreto n.º 767, Suplemento ao *Diário do Governo,* I Série, n.º 145 de 18 de Agosto de 1914.

18 Com excepção do seu presidente e de um representante do Ministério das Colónias, a comissão era composta por quadros do Ministério do Fomento. Veja-se Portaria de 26 de Agosto que nomeou a Comissão de Abastecimentos: *Diário do Governo,* II Série, n.º 200 de 27 de Agosto de 1914.

19 Decreto n.º 784, *Diário do Governo,* I Série, n.º 148 de 21 de Agosto de 1914.

20 DGA — TT, Ministério do Interior, direcção-geral da Administração Política e Civil, 1.ª Repartição/1.ª Secção (segurança pública), Maço 55, Ofício de 19 de Setembro de 1914 enviado pelo governador civil do Porto ao presidente do Ministério e ministro do Interior.

21 Cf. NAUK, FO 368/1063, Memorando de 27 de Setembro de 1914, enviado por Lancelot Carnegie a Edward Grey, p.1.

22 Cf. NAUK, FO 368/1383, *Portugal. Report on the Commerce and Finance of Portugal,* Londres, Foreign Office and Board of Trade, 1915, p.13.

23 George Young sublinhou neste ponto os mecanismos reguladores impostos pelo Estado ao mercado cerealífero. *Idem,* p.13.

24 Esta era, aliás, a convicção das associações sindicais britânicas e francesas. Neste ponto importa sublinhar a forma curiosa como alguns historiadores têm descrito a economia de guerra francesa: «*the French war economy was like a poker game, in which one player — the state — had all the chips, and the other — the employers — had all the cards*». Cf. em particular Jay Winter, «Some Paradoxes of the First World War», *The Upheaval of War. Family, Work and Welfare in Europe, 1914-1918*, Cambridge, Cambridge University Press, 2005, p. 37.

25 Fonte: *Boletim da Associação Central da Agricultura Portuguesa*, vol. XXI, n.º 7, Julho de 1919, p. 209; António José Telo, *O Sidonismo e o Movimento Operário Português*, Lisboa, Ulmeiro, 1977, p. 102.

26 NAUK, FO 368/1383, *Portugal. Report on the Commerce and Finance of Portugal,* Londres, Foreign Office and Board of Trade, 1915, p.13.

27 Fonte: «O custo da vida em Portugal» in *Boletim da Previdência Social,* Ano I, n.º 3, Abril a Agosto de 1917, p. 197.

28 Decreto n.º 797, *Diário do Governo,* I Série, n.º 151 de 25 de Agosto de 1914.

29 Decreto n.º 886, *Diário do Governo,* I Série, n.º 173 de 24 de Setembro de 1914.

30 NAUK, FO 368/1063, ofício de 26 de Outubro de 1914 enviado por Lancelot Carnegie a Edward Grey, p. 2.

31 1£= 5$29. O primeiro-ministro português tinha demonstrado interesse em que o empréstimo fosse obtido através de bancos privados, e não concedido

directamente pelo Governo inglês. A esse respeito já tinha sido contactada a casa Lloyd's and Brown.

32 Decreto n.º 1371, *Diário do Governo,* I Série, n.º 39 de 1 de Março de 1915. De acordo com este decreto, o Estado pagava 2 975 contos por cada cem milhões de quilos de trigo que importasse.

33 Decreto n.º 1483, *Diário do Governo,* I Série, n.º 67 de 6 de Abril de 1915.

34 Cf. «Questão das subsistências», *O Jornal do Comércio e das Colónias*, 20 de Julho de 1915, p.2.

35 Veja-se *Diário do Senado,* Sessão n.º 16 de 21 de Julho de 1915, p.4.

36 Decreto n.º 2027, *Diário do Governo,* I Série, n.º 227 de 6 de Novembro de 1915.

37 Portaria n.º 518, *Diário do Governo,* I Série, n.º 230 de 10 de Novembro de 1915.

38 Cf. *Diário da Câmara dos Deputados,* Sessão n.º 39 de 12 de Agosto de 1915, p. 14.

39 Lei n.º 493, *Diário do Governo,* I Série, n.º 47 de 12 de Março de 1916.

40 *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão n.º 32 de 2 de Fevereiro de 1916, p. 15.

41 Lei n.º 480, *Diário do Governo,* I Série, n.º 22 de 7 de Fevereiro de 1916.

42 Caso da Comissão de Subsistências, que passou a denominar-se Comissão de Abastecimento, transitando do Ministério do Fomento para o do Trabalho e Previdência Social. Cf. Decreto n.º 2 660, *Diário do Governo,* I Série, n.º 199 de 30 de Setembro de 1916.

43 Lei n.º 494, Suplemento ao *Diário do Governo,* I Série, n.º 51 de 16 de Março de 1916.

44 Veja-se em particular as críticas do socialista Costa Júnior. *Diário da Câmara dos Deputados,* Sessão n.º 77 de 28 de Abril de 1916, pp.19-21.

45 Cf. «Conferência Parlamentar Internacional de Comércio», *O Trabalho Nacional,* n.º 16, Abril de 1916, pp.102-113.

46 A Comissão Portuguesa de Acção Económica contra o Inimigo foi criada na dependência do Ministério dos Negócios Estrangeiros e tinha por objectivo: coordenar todas as disposições tendentes a dificultar do abastecimento e as relações comerciais entre Portugal e os Impérios Centrais. Veja-se Decreto n.º 2609 — G, *Diário do Governo,* I Série, Suplemento ao n.º 179, de 4 de Setembro de 1916.

47 Decreto n.º 3 174, *Diário do Governo,* I Série, n.º 87 de 1 de Junho de 1917.

48 Decreto n.º 3 619, *Diário do Governo,* I Série, n.º 208 de 27 de Novembro de 1917. Ironicamente, muitos dos pressupostos inscritos neste diploma seriam, já durante a Ditadura Militar, incluídos nas bases da Campanha do Trigo, lançada em 1929.



49 Artur Belo, «As leis da fome», *Jornal do Comércio e das Colónias,* de 23 de Agosto de 1918, p. 1. Entre Julho e Setembro de 1918, o jornal *O Século* lança uma poderosa campanha a favor da cultura e do investimento de capitais na indústria agrícola: «Capitais para a lavoura», *O Século,* de 21 de Julho de 1918, p. 1; «Semeie-se», *O Século,* de 18 de Agosto de 1918, p. 1; «Porque temos fome», *O Século,* de 8 de Setembro de 1918, p. 1; «Semeemos», *O Século,* de 12 de Setembro de 1918, p. 1.

50 Decreto n.º 3902, *Diário do Governo,* I Série, n.º 46 de 9 de Março de 1918.

51 Decreto n.º 4841, *Diário do Governo,* I Série, n.º 201 de 26 de Setembro de 1918. O diploma acabaria por ser revogado uma semana mais tarde, a 4 de Outubro.

52 Fonte: *Diário do Governo* (1914-1919).

# A memória da guerra

*Sílvia Correia*

O envolvimento português na Primeira Guerra Mundial torna-se estranho aos pouco familiarizados com a história de Portugal. Marginal às grandes monografias sobre o tema e parcamente celebrado dentro e fora do país, Portugal é, não raras vezes, o seu participante negligenciado[1]. Mais de oito mil soldados foram mortos e cerca de 25 mil feridos, capturados ou declarados desaparecidos. Para um país tão pequeno, trata-se de uma tragédia não menos importante que a enfrentada pelas demais potências europeias, considerando as dimensões de força que a guerra comporta. O que é singular no caso português é o baixo impacto do acontecimento na memória colectiva nacional e quão raros foram os esforços portugueses em comemorar a guerra, comparando com o Reino Unido, França, Alemanha ou Itália.

Um exercício de história cultural que aspira, no contexto da sociedade portuguesa, a estudar a construção e manutenção *política* da memória da Primeira Guerra Mundial em Portugal e de que forma esta se integra num movimento hegemónico da cultura de guerra europeia. É a natureza do conflito comemorado — «guerra total» — delineadora de novas estruturas memoriais, fragilizam-se ténues fronteiras nas e entre nações participantes, determinando a homogeneização e hegemonização de fenómenos, de tipo ideal ou material, de rememoração da guerra. Falar de uma totalização do conflito, em Portugal, poderá ser controverso, uma vez que não se constataram confrontos em território nacional, mas a análise interessa pela especificidade do imaginário memorial resultante do mesmo conflito, que poderá ir ou não de encontro às concepções que acreditam numa cultura material de guerra europeia dominante e homogénea.

A presença e/ou ausência de combates em solo nacional lesa de forma diferenciada as representações da guerra, do inimigo e da legitimidade da própria causa, mas é acima de tudo evidente que a pátria

ocupa um lugar central em todos os beligerantes. A ruptura causada pela guerra nas sociedades liberais torna urgente a reconstrução dos Estados-nação, seguindo pela homogeneização cultural a que a experiência da guerra irá servir de matéria-prima[2], cabendo ao historiador analisar as construções simbólicas dos grupos em torno desta, denunciando a inadequação entre o «Mito» e a realidade no pós-guerra, percepcionando a força dos grupos dominantes na construção e manutenção de uma «comunidade política imaginária», unida na representação e defesa da nação[3]. Foi para cumprir este último propósito que a União Sagrada encetou uma tentativa de promover a unificação patriótica de todos os portugueses na defesa da nova República, cuja legitimação era necessária, processo aliás comum a todos os novos regimes europeus criados neste contexto, mas que se viu condenado à partida — ou seja, fomentou a mobilização política para a entrada de Portugal na guerra quando o drama da experiência das trincheiras já era conhecido e o país estava minado por uma grave crise económica e social.

A dramática experiência da Primeira Guerra Mundial e o consequente abalo da velha ordem na base das sociedades liberais colocou a construção do «Mito da Experiência de Guerra» no topo das agendas governamentais. Este «Mito» foi invocado por Mosse como um universo *democrático* agremiador de realizações e significações comemorativas em torno da guerra e dos seus mortos, que se inicia durante o conflito, mas que se configura, nunca definitivamente, no período do pós-guerra. Durante o conflito, mas essencialmente após, houve comissões nacionais que se encarregaram de sepultar os mortos e comemorar a guerra. Um esforço consolatório essencialmente público reivindicando a glória da sua finalidade, mais do que lamentando a sua atrocidade — a construção do «Mito» valoriza a morte e anula o horror que lhe está associado, destacando os valores de sacrifício e combate. As manifestações de cultura de guerra foram profundamente alimentadas por uma esperança de tipo religioso — crer na Pátria e crer em Deus são duas noções indissociáveis —, já que os valores da religião e da fé alimentaram as representações de uma geração envolvida numa verdadeira cruzada[4].

Assim, memória e luto foram nacionalizados, por toda a Europa, na consagração de símbolos universalizantes — verdadeira religião cívica manifestada numa «unidade de tempo, o 11 de Novembro; unidade de lugar, os monumentos aos mortos; unidade de acção, a cerimónia comemorativa» — das representações desconhecidas da



morte (Abadia de Westminster, Arco do Triunfo ou Neue Wache, em Berlim) ao levantamento local do padronizado memorial de guerra, aglutinando-os numa complexa rede de *pesar* e anulação da morte[5]. A comemoração do 11 de Novembro, Dia do Armistício, providenciou um foco anual de conciliação no calendário da nação. Também Portugal regista este tipo de fenómenos no pós-guerra, mas numa escala inferior, de presença limitada e de duração breve. Mais do que um momento de reconciliação, o «11 de Novembro português» foi um momento em que emergiram discórdias passadas.

Em primeiro lugar é necessário perceber se a abstenção da República em comemorar e a incapacidade de lidar com os traumas gerados pela guerra reflectiu a sua fragilidade e precipitou a sua falência em 1926; em segundo lugar, atendendo à delineação histórica dos espaços públicos de memória, é preciso identificar se existiu estruturação oficial da concepção memorial na base da legitimação histórica da política republicana. É um exercício centrado na intervenção na Europa, dado o impacto da mesma sobre a realidade contemporânea e a importância de que se reveste uma análise da cultura de guerra em Portugal como acto integrado num fenómeno que se questiona homogéneo e massificado à escala europeia.

Uma construção da memória, de cima para baixo, numa dialéctica entre memória oficial e memória pública, através do cruzamento dos seguintes eixos de análise: os combatentes como protagonistas, desde a sua integração social à regulamentação associativa; e os processos de monumentalização da memória de guerra (formas, ritmos de implantação e rituais de reactualização do seu significado).

## Portugal e o prorrogamento de uma urgente construção memorial: da precariedade das recepções à difícil integração social dos combatentes

A INTERVENÇÃO PORTUGUESA na frente europeia ao lado dos Aliados não favoreceu, ao contrário do que se poderia esperar, uma projecção vitoriosa do «Mito da Experiência da Guerra», mesmo por comparação com o vencedor «mutilado», como Gibelli classificara a Itália[6]. Esta participação ficou marcada por fortes controvérsias: a ausência de uma ameaça territorial iminente; a convicção de que partia dos interesses materiais e partidários de uma minoria, coexistindo com

vozes não intervencionistas e germanófilas; a precariedade numérica e material do CEP, até à data com experiência apenas nas campanhas em África; e, sobretudo, a ausência de um «espírito de corpo» nas Forças Armadas, compostas essencialmente por homens de origem rural e iletrados, incapazes de compreender as razões abstractas de uma guerra na qual lutavam sem condições mínimas e «envenenados» pelas cisões internas nas forças militares em campanha, que endossavam discursos que pintavam o seu esforço como resultado de um inconsciente acto de demagogia ou um acto a ser escrito nas páginas da história portuguesa.

Assim, a discórdia da participação, mais especificamente em território europeu, e os resultados da tragédia não garantiram a união nacional em torno da celebração do esforço perpetrado. A controversa entrada e a crise do pós-guerra desacreditavam uma União Sagrada e a *pátria* republicana, delineando-se assim uma crescente precariedade na construção da *memória de guerra*, que caíra voluntária e/ou involuntariamente no esquecimento das lutas políticas póstumas, contrariando a realidade europeia contemporânea.

Desde o início, as tentativas de modelar a memória pública da guerra foram cerceadas pelos desacordos entre as facções da República. Exemplo disso é não só a discussão em torno das recepções feitas às tropas que voltavam de África e da frente europeia, para uns insuficientes, devido aos extremos sacrifícios ao serviço da pátria, para outros excessivas, considerando a crise financeira que assolava o país no pós-guerra. As controvérsias sobre a escolha da data comemorativa são outro exemplo. Enquanto em Inglaterra e em França o Dia do Armistício se assumiu imediatamente como uma certeza, em Portugal deambulou-se entre 11 de Novembro, 14 de Julho e, finalmente, 9 de Abril, data da batalha de La Lys, a maior derrota portuguesa frente ao Exército alemão[7].

O Governo era simplesmente incapaz de impor os seus planos comemorativos sobre os críticos, que usavam a questão de como representar a guerra para explorar a fraqueza governamental, e falhara na tentativa de usar as primeiras comemorações da vitória para a conciliação dos portugueses. Como Trindade Coelho observou, foi uma «das mentiras políticas do nosso Estado Político»[8]. *O Dia* fez mesmo publicar, em mais um aniversário:



> A responsabilidade da nossa intervenção militar no teatro europeu da guerra cabe essencialmente ao partido democrático, embora sob a falaz tabuleta de uma suposta União Sagrada arrancada à desorientação política dos antigos evolucionistas e ao instinto da conservação dos unionistas. Foi o partido democrático arrastado para aquela intervenção pela vaidade e pela cobiça de alguns dos seus dirigentes [...] e também por uma impopularidade tal que nem a urna ousava afrontar e à guerra recorreu como balão de oxigénio, injecção de cafeína, ou soro fisiológico. [...] Ao Partido Democrático, deriva para este partido a necessidade política de comemorar o 9 de Abril como uma data festiva, embora para tanto seja preciso fazer tábua rasa dos factos. [...] A verdade é que o 9 de Abril é na História de Portugal, que tantas datas gloriosas pode festejar, uma data de pesado luto [...]. A glória que desta tragédia emerge é imensa e toda ela cabe na frase do desejado: — Morrer, sim, mas devagar! Se comemoramos o 9 de Abril como uma data gloriosa, que demónio farão, nesta data, os alemães?[9]

O regresso das tropas, iniciado durante a Nova República, prolonga-se até aos primeiros anos da década de 20, sem grandes recepções festivas por parte da população ou apoio dos governos vigentes. A 19 de Janeiro de 1919, um barco que trazia intervenientes na Batalha de La Lys fora recebido excepcionalmente por importantes entidades do Governo e Forças Armadas nacionais e estrangeiras. Refira-se, por contraste, que o retorno das tropas de Moçambique, em 1917, não usufruíra de qualquer manifestação de pompa, bem como as restantes embarcações. Com o término da guerra e depois do grande desfile aliado de Paris, a chegada das tropas passou a ser um acto que se desejava camuflar, as últimas tropas a voltar da Europa depararam-se com as limitações de transporte, bem como indiferença, sendo que, uma vez entradas em Portugal, eram imediatamente dispersas pelos quartéis.

Apesar da clara precariedade organizacional das recepções, a dificuldade coloca-se na integração do vasto núcleo de homens convocados, agora em situação de desemprego e vastamente traumatizados, *escoriações* de nível físico e psicológico[10]. A maioria optou por voltar a casa, mas não são estes que preocupam um Estado em crise. Os inválidos de guerra, incapazes de se reintegrarem com facilidade, encontram da parte das entidades estatais uma ineficiência clara. Tovar de Lemos, capitão-médico miliciano, da Comissão de Estudo das Condições de Reforma e Pensões Temporárias e Assistência a

fornecer aos Mutilados da Guerra, queixara-se da deficiente reeducação dos mutilados e das tardias e baixas pensões que mal permitiam o tratamento médico, para além das necessárias próteses:

> Os primeiros mutilados que de lá vieram, vinham dispostos à mendicidade e, por isso, até alguns deles fugiram deste Instituto e foram mendigar pelas cidades e que era necessário pôr a coberto os primeiros homens que vieram de França, os quais não receberam durante algum tempo os seus vencimentos, nem se sabia quem lhos devia pagar e, por isso, foi publicado num decreto para lhes serem pagos os seus vencimentos de campanha enquanto os mutilados se estivessem educando neste Instituto, e que os primeiros homens que foram de licença da junta não receberam os seus vencimentos, recebendo também depois os que de campanha de mais de dez meses, e que isso constituiu um estado próspero para o mutilado, mas que esse pagamento foi justo, visto que, era os seus vencimentos que não havia recebido e que lhe pertenciam.[11]

Apenas o Instituto de Reeducação dos Mutilados de Guerra de Arroios garantia o primeiro ano de tratamento e de reeducação, mesmo face à precariedade de pensões apenas atribuídas em situações de grande esforço legal nas Juntas de avaliação, onde um processo de recurso por incumprimento só poderia ser autorizado com um documento de prova de campanha e um médico da mesma Junta[12].

O deficiente processo de integração de uma massa de homens que não via as suas necessidades de longe satisfeitas despertou uma reacção associativa necessária, a qual surgira nos países aliados havia já algum tempo. Um grupo de antigos combatentes de baixa patente, cuja precariedade das condições de vida era insustentável, organizou-se numa tentativa de dar voz às muitas reivindicações que alguns dos homólogos europeus já haviam alcançado. Assim, em 1921, associaram-se os primeiros homens que apresentaram proposta ao Governo. A Liga dos Combatentes da Grande Guerra (LCGG) viria a constituir-se oficialmente apenas em 1924, como núcleo de homens que combateram na guerra e que pretendiam ter voz junto dos governos, de forma a reivindicar direitos e condições esquecidas. Uma luta, entre outras coisas, pelas pensões de invalidez, viuvez e cuidado dos órfãos, a que não estava associada qualquer actividade política, mas apenas o interesse de perpetuar a memória daqueles que morreram pela pátria e que esta esquecia[13].



Antoine Prost, no seu trabalho *Les anciens combattants et la société française,* analisa a formação das associações de antigos combatentes como forma de contestação e de reintegração social, mas ressalva uma justificação mais profunda — a moral[14]. Os combatentes, na base da consolidação memorial, manifestam a ausência da partilha de uma ideia comum de reivindicação social e comemorativa, fenómeno iminente na pouca «comparência» política dos mesmos, quer nas memórias individuais, normalmente publicadas com interesses económicos ou políticos, quer no movimento associativo que revelou estar longe das grandes discussões do movimento associativo francês, analisado por Prost, e aproximar-se do comportamento afável da British Legion às forças no poder[15]. Esta é a posição frequentemente apontada pelos investigadores, no contexto imediato do pós-guerra, que gradualmente se altera face à evolução dos acontecimentos políticos nacionais e que irão provocar algumas cisões dentro do único movimento associativo reconhecido de antigos combatentes em Portugal.

## A cultura de guerra: da consagração dos mortos à perpetuação espacial e temporal do «Mito»

Os combatentes eram a face visível das decisões, bastante criticadas, tomadas pelo Governo da União Sagrada e da profunda crise que afectava o país no pós-guerra, mas, mais do que um problema social, era necessário mascarar a morte e comemorar a vitória usando os protagonistas — aqueles que lutaram na cruzada da «Pátria».

Várias são as perspectivas dos historiadores. Destaque-se os responsáveis pelas primeiras abordagens sobre o tema, ou seja, as razões que levam a comemorar a Primeira Guerra Mundial, desde Antoine Prost, que vê como a necessidade de criar um todo ideológico comum na realidade francesa, a Jay Winter, que a interpreta, no que concerne maioritariamente ao trabalho sobre o Reino Unido, não como uma necessidade política, mas como resposta existencial a uma perda universal. Daniel Sherman trabalha a memória na França de entre as guerras e acredita que a construção da memória da Primeira Guerra Mundial «mobiliza uma variedade de discursos e práticas na representação de um evento ou época; esta representação contém no seu seio uma visão cultural e social relacionada com a memória do evento comemorado»[16]. São estes os objectivos que perpassam este exercício

de estudo da construção política da memória da Primeira Guerra Mundial em Portugal — uma análise que vai desde a acção e campanha imediata junto dos combatentes vivos até aos projectos de rememoração e perpetuação da experiência da guerra pelo Governo da Primeira República.

## *O culto dos mortos*

No contexto do «Mito da Experiência da Guerra», o culto aos mortos, pelos explícitos e implícitos efeitos da morte na sociedade, assume-se como o fenómeno de maior destaque, face ao impacto e duração do conflito, cujo auge é a consagração do Soldado Desconhecido.

Antes da oficialização da cronologia comemorativa, os cemitérios eram destinos de um intenso culto. A ocultação da morte esteve no centro das preocupações políticas e sociais dos governos intervenientes, com a criação de leis para a projecção de cemitérios militares. A massa de mortos que se avolumava nos campos de batalha em terra de ninguém ou em sepulturas improvisadas exigiu dos governos intervenientes legislação para regulamentação do tratamento dos mortos e a construção de cemitérios militares. Em França e em Inglaterra tal legislação foi apresentada logo em 1914, assim como em Portugal que, em 1917, procurou normalizar esta mesma situação com a criação da mais tarde denominada Comissão Portuguesa das Sepulturas de Guerra (CPSG), responsável pela identificação, concentração e inumação dos corpos[17].

A impossibilidade de trazer os soldados perecidos para casa, dado o dispêndio monetário que acarretava, exigiu da Comissão Portuguesa das Sepulturas de Guerra um esforço acrescido para concentrar os corpos espalhados pelo território da Flandres em cemitérios militares exclusivamente portugueses, criados para tal com a devida e necessária monumentalidade. Na verdade, durante o conflito, os esforços da CPSG debateram-se com as limitações sanitárias e espaciais impostas pelas autoridades francesas, levando a que os corpos ficassem espalhados por vários cemitérios (em 88 cemitérios da Alemanha, 23 da Bélgica; dois da Espanha; 141 da França; um da Holanda e em três cemitérios da Inglaterra)[18].

Apenas no final do conflito seria possível a concentração, não total, uma vez que foi organizado um sector de 44 campas no cemitério de Boulogne-sur-Mer e de sete campas em Antuérpia, mas da maioria dos corpos num único cemitério militar exclusivamente português, Richebourg l'Avoué, com 1831 mortos, dos quais 238 são desconhecidos[19]. Em todo este processo, a religião assume um lugar de destaque à parte das normas laicas estabelecidas pelo Governo português, generalizando-se entre os vários participantes do conflito, independentemente do lado da guerra, «o serviço mais importante que esta utilização do cristianismo deu à guerra foi a ajuda dada ao superamento do medo da morte e de morrer. A espera de uma vida eterna e plena — a continuação de uma missão patriótica — permite não só transcender a morte, mas também inspirar a vida antes da morte»[20].



A união entre culto funerário, religioso e patriótico alargou-se aos projectos oficiais dos cemitérios militares, aquém da maior ou menor laicização dos estados empreendedores. Uma imagem colectiva que anulava o impacto desestabilizante sobre a opinião pública da massa de mortos, neutralizando-a em novas estruturas ambientais e arquitectónicas de tradição local, simulando um novo léxico da morte: «na retórica cemiterial, em guerra não se morre mas sim cai-se, a vida não se perde mas doa-se, não desaparece no nada mas vive-se eternamente no império do heroísmo patriótico». Intencionava-se paradoxalmente transfigurar a morte de desvalor em valor[21].

A estruturação dos cemitérios militares durante, mas principalmente terminado o conflito, fruto de uma impossibilidade de repatriação dos corpos e na procura da sua concentração num único espaço delineou fenómenos consagrantes de uma nova liturgia civil, assimilados de rituais da tradição cristã, à semelhança do que acontecia desde cedo nos cemitérios militares ingleses, onde Portugal busca inspiração. Assim, a Cruz personifica a oblação dos homens em terra e a garantia de salvação eterna pela ressurreição, e a Pedra da Lembrança, talhada em forma de altar — *o* «altar da Pátria» — passava a ser centro litúrgico de uma nova religião, onde os soldados mortos são igualmente sacralizados pelo eterno sacrifício colectivo em nome da nação. Assim, foi criado o único cemitério exclusivamente português — Richebourg l'Avoué:

> O cemitério português em Neuve-Chapelle apresenta-se como um santuário. Entra-se por uma grade de ferro forjado, os túmulos são alinhados em frente de um altar de pedra. Ele é ao mesmo tempo o lugar do sacrifício cristão e da dedicação à pátria portuguesa. Fiéis entre os fiéis, os combatentes já instalados para a grande missa.[22]

Em conformidade com o que acontecia por toda a Europa e reconhecendo a centralidade nacional assumida pelo culto dos mortos, seria importante a existência de um elemento *físico* em território português para o qual se direccionassem as homenagens, uma perpetuação do culto fúnebre dos cemitérios militares, inexistentes em território nacional. A abstracção de um culto à distância enalteceria o reconhecimento do valor do sacrifício, procurando transcender o luto individual por uma celebração colectiva.

## *Os Soldados Desconhecidos*

A ideia de trazer o Soldado Desconhecido do campo de batalha até à cidade surge simultaneamente em Inglaterra e França. No dia 11 de Novembro de 1920, ambos os soldados eram consagrados. O cuidado com que foram escolhidos, a pompa com que foram transportados para a pátria, a cerimónia do enterro e a rapidez com que se multiplicaram os túmulos em vários países da Europa «testemunha o poder e atracção do culto dos mortos no fim da guerra»[23]. Trata-se de um processo altamente simbólico, já presente no conceito dos cemitérios militares e na mitologia que rodeava os mortos, passando assim a condensar-se numa única cerimónia e numa única imagem — o Soldado Desconhecido, alma do dia do armistício, bem como de uma variedade de celebrações nacionais. A este culto indissociavelmente patriótico e fúnebre, representativo de todos os mortos de guerra, associa-se, mais tarde, a Chama Eterna, que recorda aos sobreviventes o seu sacrifício, como uma chama viva que se renova e se funde num gesto quotidiano, partilhado por compatriotas. Tudo isto são manifestações próprias do culto dos mortos, generalizadas a todos os intervenientes na Grande Guerra e que se manifestam de uma forma mais ou menos profunda e específica, determinando os elementos que se associam ao quadro nacional da memória da guerra.

Em Portugal, a consagração do Soldado Desconhecido foi mais tardia. Em Abril de 1921 uma considerável celebração internacional do «esforço da Raça» foi organizada pelo ministro da Guerra em colaboração com outros ministérios, câmaras e associações, e que se prolongou desde a chegada dos soldados desconhecidos até à sua consagração no Mosteiro de Santa Maria Vitória. A celebração assentou na convocação dos participantes, desde associações a individualidades, nacionais ou internacionais, o que permitiria garantir a persistência



da intervenção portuguesa no conflito armado na memória internacional[24]. Os festejos iniciaram-se no dia 5 de Abril, logo que as primeiras representações diplomáticas chegaram a Lisboa, paralelamente ao desembarque do Soldado Desconhecido de África, e culminariam no dia 9 de Abril. A jornada central das comemorações foi marcada pelo cortejo triunfal em Lisboa. Como descreve *O Século*, tudo aconteceu à semelhança das homenagens verificadas por toda a Europa, mas ao bom estilo português:

> São particularmente alvo das mais calorosas manifestações populares os mutilados da guerra e contingentes estrangeiros. Em todas as ruas do percurso as janelas encontravam-se cheias, de gente que não se cansava de vitoriar os representantes das nações aliadas [...] estavam ornamentadas de colchas, algumas de grande valor, sendo lançadas flores à passagem dos ataúdes.[25]

Uma grande parada pelas principais ruas de Lisboa na presença dos mais altos dignitários nacionais e internacionais, procurando combinar a estrutura habitual de uma comemoração europeia com elementos de tradição portuguesa.

Um soldado vinha da Flandres, a frente europeia, e o outro do império em África, dois campos de interesse e influência internacional portuguesa crescentemente em conflito. O lugar escolhido, fora da capital, um mosteiro medieval gótico com todas as conotações religiosas inerentes, apesar de uma clara definição constitucional de um forte Estado secular, reflecte a falta de confiança e incapacidade da República em criar os seus próprios «templos», como os congéneres de Paris, Roma ou Berlim. Enquanto a colocação do túmulo do *Unknown Warrior* na Abadia de Westminster reflecte a natureza peculiar da Igreja no Reino Unido, em Portugal a inserção de um memorial em espaço religioso reflecte o estado precário da República, que precisa ainda de legitimar os seus memoriais nas enraizadas tradições da Igreja e da Monarquia[26]. Ao contrário do consenso nacional que este acto reuniu nos demais aliados, em Portugal a polémica persiste. Três anos depois da exumação dos soldados desconhecidos, *O Dia* publica:

> A República afastou de si como um pesadelo, para as longínquas brumas das lendas realengas, o corpo de delito do seu nefando crime.

> As vítimas descansam bem na Batalha, porque os algozes não frequentam templos.[27]

Em 1921, as datas de 10 de Junho e de 14 de Julho perdem definitivamente importância comemorativa, e o 9 de Abril é consagrado como o dia central das comemorações.

Nos cinco anos seguintes, alguns republicanos procuraram projectar e realizar um programa oficial de comemorações reivindicativo da vitória aliada, tentativa frustrada por obstáculos que eram incapazes de ultrapassar.

Gradualmente, a organização fica a cargo da recém-criada LCGG, responsável pela inserção de novidades europeias no culto nacional, por vários actos de homenagem, pelo tratamento dos mortos e ainda pela construção e manutenção de um grande número de monumentos erigidos pela Comissão dos Padrões da Grande Guerra (CPGG) e, mais tarde, pela própria Liga, que desempenhava ainda outras funções, quer em território nacional, quer através de acções conjuntas com congéneres europeias, favorecidas pela sua adesão à Fédération Interalliée des Anciens Combattants (FIDAC), em Novembro de 1927, que veio marcar toda a linha de participação portuguesa e, mais especificamente, da Liga, num fenómeno mais alargado de comemoração da Grande Guerra, com uma nova visibilidade internacional.

No entanto, quer a CPGG, quer a LCGG, que procuraram escapar à turbulência política, tiveram de confrontar-se com o pouco entusiasmo público pelos seus esforços. Em 1931, o Monumento Nacional aos Mortos da Grande Guerra estava completo e, nesse momento, o mote não era vitória, mas sim o trauma e o sofrimento colectivo. Considerar que a República levantou a bandeira da vitória, como os demais aliados, tratar-se-ia de um paradoxo, melhor considerar que se esforçou em tempos de memória fresca, logo a seguir ao conflito, por obter um consenso, não em ideais, mas apenas numa paz social. A verdade é que, desaparecidos os contemporâneos, ficam os vestígios — os monumentos são hoje a face mais visível da *fracassada* construção da memória da Primeira Guerra Mundial em Portugal.



## *Os monumentos*

Os monumentos são os vestígios mais evidentes para a interpretação da construção do «Mito». Embora tenham sido esquecidos pela comunidade científica, consistem na estrutura mais visível nos países que participaram na guerra, face à difusão geográfica, não sendo acompanhados pelos cemitérios, cuja presença é quantitativa e espacialmente limitada.

Em Portugal, a maioria dos monumentos é desprovida de interesse artístico e demasiado académica, ficando aquém das vanguardas do século XX. Neste contexto, interessam como ferramentas de propaganda, espelhos de uma ideologia oficial e da eficácia na consolidação de uma memória colectiva estabelecida pelo Estado face à devastação do conflito. Espaços modelados da uniformidade europeia, a par da diversidade dos argumentos nacionais em torno da massificação produtiva, da vulgarização, ou do utilitarismo inerente. São cenotáfios simbólicos neutralizantes em território sagrado, em torno dos quais se renovavam anualmente celebrações, como o 11 de Novembro — unanimemente uma festa popular e republicana. Enquanto centros de uma nova liturgia da pátria, de culto e pesar, estão comummente marcados por uma precariedade generalizada, muito ao sabor da incapacidade das administrações centrais de determinarem linhas de concepção em favor da emancipação das decisões locais, na sua manifesta especificidade linguística, cultural ou mesmo religiosa.

À semelhança do que se constatou nos demais intervenientes e acreditando na possibilidade da homogeneização da cultura de guerra, em Portugal, a iniciativa para a construção de monumentos partiu inicialmente do Governo republicano, mas desvaneceu-se rapidamente, verificando-se um atraso das construções de patrocínio oficial, a delegação de responsabilidades nas autoridades locais e atrasos que levam à prorrogação de grande número de inaugurações para a década de 30 e algumas para a década de 40.

Percepcionar o impacto político e ideológico destas construções através da sua uniformização nacional exige que elas sejam agrupadas em categorias, não de tipo puro, mas conforme a localização, natureza arquitectónica, a iconografia e a epigrafia. Os memoriais oferecem diversas tipologias arquitectónicas e escultóricas, desde lápides comemorativas, sem grande interesse artístico, raros obeliscos[28], padrões (a maioria das manifestações) e monumentos, aos quais se dedicará especial atenção.

Em relação às lápides cemiteriais e de homenagem, ressalve-se o facto de, ao contrário do que acontecia em França ou em Inglaterra, persistir uma referência hierárquica dos combatentes mortos, renunciando-se ao espírito de anonimato reivindicado pelos entrincheirados aliados.

A simplicidade dos padrões leva à sua desconsideração. Com desenho muito fraco, seguiram um esquema mais ou menos uniforme, traduzido numa coluna ou pilar assente em base de configuração e dimensões variáveis e com inevitável coroamento de Cruz de Cristo ou Esfera Armilar — a inevitável simbologia cívica e patriótica.

Salvaguardando a minoria dos monumentos com alguma importância estética, os demais são estruturas imitativas de modelos anteriormente concebidos sob determinação central, interessando sobretudo pelo valor simbólico[29]. A iniciativa para a construção de monumentos concelhios em homenagem aos mortos da guerra partiu da Junta Patriótica do Norte (JPN), a que se devem os primeiros exemplares, nomeadamente o obelisco colocado no espaço do antigo hospital da Cruz Vermelha Portuguesa em França (30 de Julho de 1919) e também no Porto, da autoria do arquitecto José de Oliveira Ferreira, o qual foi destruído em 1925 por não agradar à população, sendo o projecto que o sucedeu de Henrique Moreira, inaugurado a 9 de Abril de 1928. Este monumento anuncia um programa tipológico desprovido de grandes significados, mas bastante recorrente em território nacional e com pouca alternância expressiva — adoçado a uma coluna, acompanhado de uma alegoria ou isolado, o *serrano* é a figura sempre projectada. Monumentos-padrão de cariz maioritariamente cívico, onde as inscrições não revelam patriotismo ou sequer regionalismo. Determinados pelas comissões centrais e de baixo custo, trata-se de formas extremamente simples, que, em função da precariedade monetária dos municípios e da inexistência de qualquer interesse do poder central, traduzem, na sua forma mais elementar, o luto local.

A variedade do simbolismo das esculturas, que importa analisar no quadro dos monumentos com relevância, ficou aquém do que aconteceu com outros aliados. Interessa focar aqui alguns elementos representativos específicos, evocando a assimilação do modelo ideológico e cultural francês, nomeadamente o uso de alegorias, mais comum do que representações de mulheres humanizadas. As imagens femininas, além de alegorias, incarnam o sofrimento dos civis afectados pelo conflito. Em Portugal, a ausência de combates em território



nacional, não resultando em vítimas civis, leva a que a representação da mulher parta da iniciativa individual, já que representa simbolicamente fragilidade, luto e pesar, uma consciência crítica humanizada da intervenção na guerra e do consequente desastre que, oficialmente, não interessa deixar transparecer. Ao contrário de França, onde houve uma forte discussão entre Estado e Igreja na projecção de construções de carácter funerário, em Portugal tal não aconteceu[30]. Na verdade, raros são os exemplares erguidos nas redondezas das igrejas e muito menos aqueles que comportam epigrafia religiosa. À falta de consenso, haveria o monumento-padrão mais comum, que na sua simplicidade, se não mesmo simplório desprezo, agradava a todos. Reflecte-se aqui uma política social de conciliação no que concerne à memória da guerra, destoando da rígida laicização de inícios do regime.

Destaque-se, neste conjunto, os trabalhos de Lisboa e Abrantes, consagrações máximas do heroísmo e patriotismo nacional, nas «Pátrias» metamorfoseadas em corpos de mulheres. Em Abrantes, existe um dos melhores exemplares de Roque Gameiro, inaugurado após a sua morte, a 4 de Junho de 1940[31]. O Monumento Nacional aos Mortos da Grande Guerra, em Lisboa, culmina numa clara demonstração do que repetidamente se constatou com a generalidade dos congéneres em Portugal, não pela grandiosidade, mas pela morosidade da construção, sendo inaugurado apenas em Novembro de 1931, apesar de a constituição da Comissão organizadora ter sido em Abril de 1920. O atraso ficou a dever-se não só a questões económicas, que inviabilizaram a ideia de integrar o túmulo do soldado desconhecido, eternamente relegado à Batalha, mas também ao acidente que vitimou o escultor em Junho de 1927, o que não impediu que houvesse no local, ao longo desse período, vários actos de homenagem nacionais e internacionais[32]. *O Esforço da Raça, a Pátria Eleva,* trabalho de Maximiano Alves e Rebelo de Andrade, é apresentado na imprensa da seguinte forma:

> O equilíbrio entre as três figuras do corpo é perfeito, numa dissimetria que se impõe mesmo aos olhos mais profanos porque, paradoxalmente, é harmónica.[33]

O número de monumentos aos mortos da Grande Guerra em Portugal estagnou pela centena, marcado pelo simbolismo cívico, perceptível nas inscrições mais frequentes — «Mortos pela Pátria» / «Aos

Mortos da Grande Guerra», com rara presença de elementos patrióticos e/ou vitoriosos, salvo as excepções finalizadas em tempos da Ditadura Militar. Assim, ressalvando uma minoria de monumentos com alguma importância estética, os demais são estruturas imitativas de modelos anteriormente concebidos sob determinação central. Existem algumas excepções exuberantes da responsabilidade da CPGG — excepcional aliança do «Mito» à qualidade artística — *La couture*, Luanda, Maputo, Açores e Madeira. A CPGG (3 de Dezembro de 1921 a 10 de Novembro de 1936) protagonizou os fenómenos de maior sucesso na sagração da memória nacional pelo Governo republicano. Certo é que, como já referido, a instituição mantinha uma clara autonomia em relação ao poder central, sendo persistente e mantendo-se activa à parte das irregularidades da vida política nacional, tratando-se de um agrupamento constituído por oficiais do Exército, da Armada e de indivíduos da classe civil, antigos combatentes da Grande Guerra[34].

A sua acção resultou nas produções escultóricas mais grandiosas de homenagem aos mortos da Grande Guerra. Pela primeira vez, mesmo antes de ser inaugurado o monumento em Lisboa, foi dada palavra ao «Mito da Experiência de Guerra» em Portugal. Apesar de algum teor religioso/funerário do monumento de *La Couture*, a verdade é que se trata de uma excepção quase literária, num conjunto que deambula entre o carácter cívico e o carácter claramente patriótico e vitorioso, visível nas estruturas de Luanda ou Lourenço Marques, já tardiamente finalizadas. Lourenço Marques, um dos melhores exemplares de Rui Roque Gameiro, apresenta uma «Pátria» extremamente fortalecida por uma vitória militar, indiciada pela serpe (que traduzia a mestria dos navegadores) e por um escudo e gládio (símbolos da força), mostrando-se em toda a pujança, de seios erectos e olhar longínquo. O mesmo acontece com o monumento de Henrique Moreira para Luanda, escultor de vários monumentos aos mortos da Grande Guerra. Do padrão, que teria 17 metros de altura, fazia parte um grandioso pedestal de granito, simbolizando o altar votivo da «Pátria», sobre o qual um grupo de mármore, representando os militares europeu, colonial, africano e ainda um marinheiro, envolvia uma «Vitória» triunfal, extremamente enérgica, com grande movimento de panejamentos, cabelos e asas.

Cumprira-se, finalmente, o ideal mítico dos grandes monumentos aos mortos da Grande Guerra, mas será pertinente questionar o nível de envolvimento do estado político nesta questão, sendo que se fala de uma organização maioritariamente composta por militares e com pertinente autonomia funcional. Excepções num universo de monumentos à Grande Guerra esquecidos pelo país, mas principalmente pelas lideranças nacionaiso. Tardiamente iniciados, alguns concluídos apenas no início dos anos 30, os monumentos foram a face visível da especificidade e decadência nacional na perpetuação da memória de guerra e da incapacidade republicana para lançar os alicerces de uma identidade colectiva unificadora. Estes monumentos representam o luto dos indivíduos, mais do que da própria Nação.



## A insustentabilidade do «Mito da Experiência de Guerra» em Portugal

Sob Salazar, estas comemorações gradualmente diminuíram. É um facto surpreendente, considerando a forma como a guerra e a sua memória foram usadas durante a Ditadura Militar (com um programa oficial de comemorações consistente) — a necessidade de salvar o país da crise causada pela participação na guerra foi uma das bandeiras do golpe de 28 de Maio. No ano de 1941, foram completamente *abafadas* por determinação de Salazar — a data deveria «ficar inteiramente esquecida», limitando-se as comemorações à deslocação ao talhão de combatentes nos respectivos cemitérios[35].

Talvez Salazar, pouco afecto aos militares, estivesse preocupado com o facto de que, mesmo sendo actos comemorativos sob a justificação do golpe de 1926, pudessem ser um problema potencial para o seu regime. Certamente quereria desencorajar manifestações públicas de um grupo de militares, que haviam sido ou ainda eram republicanos. Acrescente-se as denúncias de Assis Gonçalves, nos anos 30, acusando a LCGG de «cair nas mãos da maçonaria»[36], já que os seus quadros de direcção eram, desde a fundação mas essencialmente nos anos 30, constituídos por muitos dos homens da oposição militar republicana à ditadura: as acusações recaíam sobre figuras do «reviralho», nomeadamente Ivens Ferraz e Ferreira Martins[37], ou mesmo membros activos, como o médico Mac-Bride, a propósito de uma crítica que este fez à política de saúde de Salazar[38]. Uma situação destas seria encarada com estranheza em Itália ou na Alemanha, onde estas associações foram o berço das milícias do fascismo. Tratou-se, nesta

fase, de uma aproximação político-ideológica ao caso memorial francês, onde grupos como a Union Nationale des Combattants foram bloqueadores do avanço da extrema-direita[39].

A persistência ou fragilidade da memória da Primeira Guerra Mundial nos países intervenientes está aliada, na maioria das vezes, ao seu uso político e por parte dos grupos de poder, bem como à forma como as gerações seguintes a mantiveram viva, dando-lhe uso, segundo uma ideia lançada por Mosse. Assim, descobre-se na fragilidade e actual quase «ausência» da memória do conflito uma omissão dos governos da época, incapazes de usar a participação no conflito para a construção de um «Mito da Experiência da Guerra», determinando aquilo que interessa fazer *rememorar* desta participação, aquele que deveria ser o formato ideológico na base da reconstrução da imagem da União Sagrada, que a intervenção no conflito, ao invés da consolidação pretendida, desacreditou profundamente.

O envio de forças para a frente europeia resultou, de algum modo, do desejo das facções políticas dirigentes em mostrar a força de uma nova democracia na Europa, em defender o império colonial e em afirmar-se face à Espanha neutral. Mas o resultado prático foi o oposto, uma vez que a fragilidade do CEP mostrou que o país, sozinho, nunca conseguiria alcançar uma vitória: a derrota militar no Leste africano; o novo Governo de Sidónio com uma política não intervencionista e apoiado pelos Aliados; a vergonha de duas equipas de negociação em Versalhes; e a guerra civil depois do assassínio de Sidónio Pais. A intervenção no conflito em território europeu fora desastrosa para a República, que não soube utilizar os processos de projecção memorial do pós-guerra à semelhança das forças que tinham e/ou viriam a ter o poder por toda a Europa. A deficiente participação e *rememoração* da guerra não deram à República qualquer formato de reestruturação, ideológica sequer, uma vez que acentuaram a sua fragilidade.

As questões levantadas desde cedo pela historiografia portuguesa passam essencialmente pelo lugar que a intervenção assume na viragem e decadência da Primeira República. A cultura material actualmente existente, resultante do esforço político de consumação da memória da guerra, permite-nos indagar sobre este lugar da guerra na memória dos portugueses, mas principalmente da Primeira República. No final do conflito, os Estados intervenientes e as novas forças políticas emergentes encetam projectos para a construção do «Mito



da Experiência de Guerra», mas, no pós-guerra, a grande mobilização das massas faz-se em torno da guerra, onde forças políticas dissimulam pressões e hegemonizam a denominada cultura nacional, reestruturando os *velhos* Estados-nação através da promoção de uma comunidade imaginada, que a União Sagrada facilmente encarnava. Neste contexto de comemoração da guerra, a Primeira República, apesar de uma inserção no processo mais alargado da cultura de guerra europeia, mostrou estarem corrompidas as suas bases mais revolucionárias, uma vez que a mobilização das massas passa a ser pela direita política, portadora da nova hegemonia cultural, que a República perdera, bem como a maior de todas as causas — a laicização do Estado português.

Ainda hoje, o Dia do Esforço da Raça não se encontra no calendário nacional. A política da memória e comemoração em Portugal foi definitivamente marcada por uma dimensão trágica e nunca consolidada numa memória colectiva na forma do «Mito da Experiência de Guerra» de Mosse. Desde o início, o simbólico dia 9 de Abril não lembra vitória, mas antes derrota e tragédia. O exemplo português mostra as tensões entre a necessidade dos indivíduos de comemorar os mortos e a incapacidade do Estado em providenciar uma estrutura que os una na partilha de um padrão de memória oficial, um padrão que afirmasse a comunidade, mais do que confortasse os indivíduos. Este fracasso contribuiu em certa medida para a queda da República, que não foi capaz de unir os indivíduos, pois não recorreu aos protagonistas da guerra nem *consignou* a memória de um dos acontecimentos mais traumáticos do século xx.

A partir daqui, acredito que devemos questionar até que ponto esta obstrução e esquecimento são uma novidade no contexto sociopolítico português do século xx ou, pelo contrário, reflectem longas tradições de uma mais ampla narrativa do esquecimento de um passado político turbulento: a queda da Monarquia, a República e, mais tarde, a Ditadura. Trata-se da inexistência de uma memória das metamorfoses políticas do país, ou de uma memória baseada no esquecimento do passado recente. A forma como os governos portugueses e a população responderam e assimilaram a Primeira Guerra Mundial nas suas memórias é uma curiosa intercepção entre um país que preferiu ignorar e uma guerra que «nunca deveria ser esquecida».

## Notas

1 Cf. Em algumas das publicações generalistas mais recentes em torno da Grande Guerra, como *Enciclopédie de la Grande Guerre*, de 2004, ou *Europe: Encyclopedia of the Age of War and Reconstruction since 1914*, de 2006, não se verifica a inclusão de Portugal na questão da memória, nomeadamente o facto de não ter no dia 11 de Novembro a data central de rememoração do conflito.

2 Cf. Eric Hobsbawm e Terence Ranger (coord.), *The Invention of Tradition*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996, p. 86: «A referência a um passado comum, a construção de uma «história nacional» ou, ainda noutros termos, a «invenção de tradições» assegurará uma função essencial na unificação nacional, de tal modo é essencial o estabelecimento de uma continuidade diacrónica que permita à nação sobreviver às inevitáveis mutações.»

3 Cf: Anderson, Benedict, *Imagined Communities*, Londres e Nova Iorque, Verso, 1991.

4 Cf., George L. Mosse, *Le guerre mondiali dalla tragedia al mito dei caduti*, Roma, Laterza, 1990, p. 11: «O poder e a atracção do Mito da Experiência de Guerra variam de país para país, não tanto na Primeira Guerra Mundial quanto no período pós-bélico. Muito depende da vitória ou da derrota, do ritmo de transição da guerra para a paz, da dinâmica e da força nacionalista.»

5 Annette Becker e Stéphane Audoin-Rouzeau, «Violence et consentement: la "culture de guerre" du premier conflit mondiale», *in* Sirinelli Rioux (dir.), *Pour une histoire culturelle*, Paris, Seuil, 1997, pp. 266-267.

6 Cf: António Gibelli, *La Grande Guerra degli Italiani*, Milão, Sansoni, 1998, p. 322.

7 Cf: *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão n.º 69, 9 de Abril de 1924, p. 11. António Maia: «Todavia sou daqueles que entendem que esta data é mal escolhida para solenizar a nossa acção na guerra e aqueles que deram o seu sangue pela Pátria. Não posso de forma nenhuma deixar de ligar a esta data duas coisas que são absolutamente antagónicas: aqueles que combateram lá fora pela sua Pátria e aqueles que na Pátria a atraiçoaram. Entendo que se devem comemorar aqueles que deram a vida pela Pátria, e os seus esforços e valentia.»

8 *O Século,* 9 de Abril de 1925.

9 *O Dia*, 11 de Abril de 1924.

10 AHM, 1.ª Divisão, 35.ª Secção, Caixa 442 — Actas das Sessões da Comissão de Estudo das Condições de Reforma e Pensões Temporárias e Assistência a fornecer aos Mutilados da Guerra, nomeada pela *Ordem do Exército*, 2.ª Série, n. 23, de 21 de Outubro de 1919, Acta n.º 1.



11 *Idem,* Acta n.º 2.

12 *Idem* – Comissão encarregada de legislação sobre os inválidos do Serviço Militar, Lisboa, 20 de Março de 1920 – Carta ao Chefe da Repartição de Gabinete da Secretaria da Guerra e Anexos (Relatório e Proposta de lei).

13 Filipe Ribeiro Meneses, «All of us are looking forward to leaving: the censored correspondence of the Portuguese Expeditionary Corps in France, 1917-1918», *in European History Quarterly*, Londres, Thousand Oaks, CA e Nova Deli, vol. 30 (3), pp. 333-335.

14 Antoine Prost, *Les Anciens combattants et la société française 1914-1939*, T. 1: Histoire. Paris, Presses de la fondation nationale des sciences politiques, 1977, p. 53.

15 De ressalvar a existência de outra vertente minoritária de memórias individuais escritas, que remetiam para o elogio do esforço do soldado e das suas qualidades militares em nome da pátria, e ainda um pequeno número de trabalhos de teor crítico de Augusto Casimiro, André Brun, entre outros.

16 Daniel Sherman, *The Construction of the memory in Interwar France*, Chicago, The University of Chicago Press, 1999, p. 6.

17 AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, Caixa 1401 — Relação de cemitérios estrangeiros com sepulturas portuguesas de guerra. Lisboa, 12 de Agosto de 1937, pp. 1-7.

18 AHM, 1.ª divisão, 35.ª secção, caixa 1401 — Relação de cemitérios estrangeiros com sepulturas portuguesas de guerra. Lisboa, 12 de Agosto de 1937, p. 1-7.

19 Cf. AHM, 1.ª Divisão, 35.ª secção, Caixa 442, n.º 27 — «Consistirá na concentração, num só cemitério, situado no nosso antigo sector, de todos os nossos mortos que actualmente estão sepultados nos quatro cemitérios luso-britânicos desse sector. No cemitério, exclusivamente português, assim organizado, será colocado um monumento, por mais grandioso que seja, poderá igualar este. Serviço de Sepulturas de Guerra no Estrangeiro», 3.ª direcção-geral (Estado-Maior do Exército): *Relação dos militares portugueses sepultados nos cemitérios de Richebourg l'Avoué, Boulogne s/Mer e Antuérpia*. Lisboa, 1937.

20 George L. Mosse, *ibidem,* p. 87.

21 António Gibelli, *ibidem,* p. 341.

22 Annette Becker, *Les monuments aux morts: Mémoire de la Grande Guerre*, Paris, Éditions Errance, 1991, p. 121.

23 George L. Mosse, *ibidem*, p. 104.

24 AHM, 1.ª Divisão, 35.ª Secção, Caixa n.º 443, n.º 97 — Participantes no desfile, 1921.

25 *O Século*, 10 de Abril de 1921.
26 Cf. Benedict Anderson, *ibidem*, pp. 99-100.
27 *O Dia*, 9 de Abril de 1924.
28 Valença, Mira e Mértola.
29 Abrantes, Aveiro, Coimbra, Covilhã, Estremoz, Évora, Faro, Figueira da Foz, Guarda, Lamego, Lisboa (3), Loures, Oliveira de Azeméis, Portalegre, Porto, Régua, Santarém, São João da Madeira, Seia, Soure, Tondela, Vila Real e Viseu.
30 O que demonstra a proximidade a nenhum dos casos, já que Itália e Inglaterra aceitam, de certa forma, a transfusão de símbolos de matriz religiosa.
31 Diogo Macedo, *O Diabo*, n.º 62, 1 de Setembro de 1935, p. 8 e 32.
32 Cf: *Monumento Nacional aos Mortos da Grande Guerra:* Relatório, Lisboa, 1935.
33 *O Notícias Ilustrado,* n.º 125, 2 de Novembro de 1930, p. 15.
34 *Padrões da Grande Guerra – Consagração do esforço militar de Portugal 1914-18*: Relatório Geral da Comissão (1921-1936), Lisboa, 1936, p. 11.
35 *Padrões da Grande Guerra – Consagração do esforço militar de Portugal 1914-18*: Relatório Geral da Comissão (1921-1936), Lisboa, 1936, p. 11.
36 Assis Gonçalves, *Relatórios para Oliveira Salazar: 1931-1939,* [compil.] Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, Lisboa: Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, imp. 1981, p. 74.
37 Assis Gonçalves, *ibidem,* pp. 21-22.
38 *Diário de Lisboa*, 27 de Julho de 1933.
39 Tal fora a impopularidade e dificuldade de integração dos combatentes, que a LCGG, como instituição não governamental, organizou-se na defesa dos seus direitos, recebendo também o apoio do Governo, de forma independente até 1936, quando a sua direcção criticou as reformas do ministro Santos Costa, impondo-se-lhe o controlo directo do Estado. Um extracto de uma carta do secretário-geral da Liga, datada de 10 de Maio de 1958, mostra o início dessa acentuada interferência: «Neste ponto e por opinião do Sr. Ministro, ficou assente, em princípio, que viriam a ser de nomeação governamental o Presidente, o 1.º tesoureiro e o Secretário-Geral, sendo os restantes nove membros nomeados pela Assembleia Geral, acerca de cuja constituição se dera elementos elucidativos.»

# Sidonismo e restauração da República. Uma «encruzilhada de paixões contraditórias»

*Maria Alice Samara*

## O golpe sidonista ou a confluência de vários descontentamentos

Sidónio Pais abalançou-se a apear do poder os democráticos de Afonso Costa em Dezembro de 1917. Numa já conhecida geografia revolucionária, ocupou a Rotunda, local simbólico do nascimento do próprio regime republicano, iniciando em 5 de Dezembro um golpe que apenas inicialmente parecia uma mudança de turno governativa. Sete anos depois da revolução republicana, a ida para a Rotunda e para o Parque não foi inocente: pretendia não só capitalizar os descontentamentos em relação *àquela* República, mas também recuperar as expectativas e aspirações republicanas.

Numa conjuntura de crise económica, social e política, Sidónio Pais foi o rosto visível de um golpe para o qual confluíram diferentes sensibilidades. Sidónio estivera afastado da política interna e era, por isso, um político razoavelmente «desconhecido», tal como acusavam alguns dos seus detractores. Mas isto jogou a seu favor. Como não estava comprometido com a política de guerra na frente interna, era quase impoluto. Sidónio Pais era um rosto republicano, sem dúvida, que podia corporizar várias expectativas. Ao longo do ano de 1918, vários e diferentes grupos se acolheram sob a sua figura.

O golpe de Dezembro de 1917 capitalizou os descontentamentos de uma sociedade cansada da crise económica e social decorrente da Primeira Guerra Mundial — para alguns autores, acontecimento fundamental para se entender a própria queda da Primeira República — e eivada de clivagens entre o intervencionismo e o antiguerrismo. A participação portuguesa na Grande Guerra, nomeadamente no teatro de operações europeu, não foi uma questão pacífica. Tratou-se de uma opção política, caracterizada por uma grande dose de

voluntarismo, levada avante por uma parte do campo político republicano e que, ao invés de conseguir uma «união sagrada», criou divergências profundas mesmo no seio dos Partidos Democrático e Evolucionista, ditos guerristas. A entrada de Portugal na guerra não foi inevitável, antes o produto de um braço de ferro interno (entre guerristas e anti-intervencionistas) e externo (forçando a Inglaterra a invocar a aliança).

Para o golpe sidonista confluíram, assim, descontentamentos vários, provenientes de uma vasta fronda de oposição, de republicanos a socialistas, passando por católicos, até ao partido democrático chefiado por Afonso Costa, o homem que simboliza a opção política de participação na Primeira Guerra Mundial. Confluíram ainda várias outras conspirações, que também tinham começado a urdir a sua teia e que se entrecruzavam na janela de oportunidade aberta pela iniciativa de Sidónio Pais. As diferentes conspirações tinham como denominador comum a oposição ao afonsismo, mas entre elas existiam importantes diferenças de fundo, designadamente entre unionistas, machadistas e correntes próximas do Integralismo Lusitano.

Que grupos políticos estiveram com Sidónio Pais na Rotunda? Em primeiro lugar, «amigos íntimos» de Egas Moniz, ou seja, homens do partido centrista, como por exemplo Tamagnini Barbosa, que não actuaram, contudo, enquanto unidade política, mas sim como agentes individuais.

Assim sendo, os principais afluentes desta conspiração foram o grupo ligado a Machado Santos, velho inimigo do afonsismo, e a corrente republicana conservadora do partido unionista de Brito Camacho.

Os homens do partido unionista queriam ter acesso ao poder e este estava-lhes vedado. Não existia alternância na governação. Os democráticos de Afonso Costa tinham progressivamente tomado posições na Câmara dos Deputados, no Senado e no Governo. Eram o partido dominante. Faziam eleições e ganhavam-nas. A oposição, composta por unionistas e evolucionistas, considerava que o presidente da República deveria passar a ter a capacidade de dissolver as câmaras, de modo a terem uma possibilidade de acesso ao poder através da iniciativa presidencial. Por isso, levantavam a voz, bradando: «dissolução ou revolução». Vedado o acesso ao poder por via legal, falhada a inclusão da dissolução na Constituição e não resultando a tentativa de construir uma aliança parlamentar — «bloco das direitas» —, começavam a considerar-se outras hipóteses para derrubar o predomínio democrático.



Em Agosto de 1917 constitui-se uma espécie de comité revolucionário antidemocrático, com o beneplácito de Brito Camacho. Era constituído por unionistas como Alberto Silveira, Alves Roçadas e o capitão Vicente Ferreira. Em Abril de 1918, Brito Camacho[1] falou do comité de uma forma bastante prudente, afirmando que o objectivo da sua formação era a realização de um rigoroso balanço dos oficiais republicanos que não fossem democráticos ou evolucionistas, para os trazer para o seio do unionismo. A reunião destas forças serviria para conter a desordem, chegando a referir a ameaça «soviete», e para salvar a República. Mas a prudência do líder unionista não apaga a contribuição dos seus correligionários. Belchior de Figueiredo, presidente da Junta Revolucionária no Norte, explicou que foi aliciado e que entrou no golpe para retirar poderes aos democráticos. Em Lisboa, assim que os unionistas leram os sinais da vitória de Sidónio Pais, foram ao Parque oferecer os seus serviços. Ou seja, Brito Camacho recuou, mas os seus correligionários não o fizeram. Veja-se a fotografia, publicada na imprensa da época, do unionista Moura Pinto conferenciando com Sidónio Pais no Parque, transformado num cenário militar e de revolta.

Outro dos importantes afluentes deste golpe era um conjunto de homens experimentados em conspirações e ligados ao movimento do 13 de Dezembro de 1916 e 27 de Abril de 1913[2]. A figura aglutinadora destes movimentos foi Machado Santos, que tinha seguidores com quem mantinha relações desde o 5 de Outubro. A sua prisão, em 1916, não impediu que outros revolucionários procurassem um novo chefe, desta feita Sidónio Pais. Preso em Viseu, Machado Santos continuou a conspirar, delineando um plano, em Setembro de 1917: a denominada «revolução da Beira»[3].

Existiam ainda outros indivíduos presentes na conspiração, maioritariamente republicanos, registando-se também a presença de monárquicos que contribuíram para este vasto caudal de oposição armada ao afonsismo.

De grande importância para o desenvolvimento do regime sidonista e até para a história das várias direitas da direita portuguesa foi a corrente que se formou em torno da *persona* pública de Sidónio Pais. Esta era formada por uma jovem oficialidade, a «gente moça» do Exército e da Escola de Guerra, os fiéis do presidente, feito o seu tirocínio político durante o consulado sidonista, uma não despicienda força do campo da direita, visível e actuante durante os anos 20 e

até à ditadura militar e ao Estado Novo. Estes «novos» afirmam ter uma característica que é fundamental para a própria definição de uma cultura política emergente: defendem que não pertencem nem pertenceram a nenhum partido, rejeitando a ideia, tida como pejorativa, de «político».

O poder afonsista estava cercado, sem dúvida. A oposição ao terceiro Governo de Afonso Costa estava no campo não legal e conspirativo. O ano terrível de 1917, ano de fome, de guerra, de conflitos sociais e de «aparições» em Fátima, criou o pano de fundo para este vasto descontentamento.

Sidónio Pais, com uma miríade de conspiradores heterogéneos ao seu lado, decidiu-se a agir. Não foi uma surpresa para a Lisboa política, já que até o próprio Governo sabia que se conspirava.

Sidónio Pais relatou o golpe de 5/8 de Dezembro de 1917 para os seus contemporâneos e para a posteridade, numa tentativa de fixar a história dos acontecimentos e a sua própria imagem[4]. Pelas cinco horas da tarde, Sidónio Pais vestiu a farda (com um calção e um *dolman* emprestados), que não usava havia quase uma vida. Há muito que deixara para segundo plano a carreira militar, primeiro pela de lente, em Coimbra, seguindo para Lisboa depois da revolução republicana, como deputado na Assembleia Constituinte de 1911. Teve a seu cargo a pasta do Fomento e das Finanças, antes de ir para Berlim na qualidade de ministro plenipotenciário, cargo que ocupou até 1916, aquando da declaração de guerra de Portugal. Durante o tempo em que esteve no poder, Sidónio Pais envergou a maior parte do tempo o uniforme militar, o mesmo que se achava estabelecido para oficiais generais com o distintivo de estrelas de ouro[5]. Vestiu a farda, no sentido literal e simbólico, encarnando uma imagem totalmente distinta do político republicano. Chegara a sua hora. Sidónio Pais dirigiu-se ao jardim do Matadouro, reunindo-se com Feliciano da Costa e Teófilo Duarte. Pouco antes das seis horas entraram em Cavalaria 7 e montaram os cavalos previamente preparados. Daqui saíram em direcção à Escola de Guerra, com uma pequena força de 40 cavalos. Apesar de o ambiente ser ainda demasiado calmo, «deram-se uns vivas, os rapazes que estavam então no refeitório foram aparecendo e saíram»[6]. No quartel de Artilharia 1 os revoltosos não encontraram o ambiente desejado, tendo mesmo de prender alguns dos oficiais. Depois destes contratempos, conseguiram as peças e o apoio de uma companhia do 33.



Eram sete e meia da tarde. No Parque, soou o sinal. A sorte estava lançada.

À medida que o tempo ia passando, as fileiras dos revoltosos iam engrossando: sapadores mineiros e infantaria 5, o resto do «valente 33» e «pela noite adiante foram chegando as restantes unidades revoltadas, ficando o Governo com cinco contra as nossas sete»[7]. Os sidonistas dispunham ainda da sua artilharia civil, homens que pertenciam a centros e/ou grupos republicanos ligados a Machado Santos, nomeadamente o Centro Republicano 27 de Abril, os grupos 13 de Dezembro, Machado Santos, Liga de Vigilância Social, 5 de Outubro, Capitão Pimentel, Pátria e Liberdade e, ainda, o grupo Honra e Firmeza. Os chefes dos civis tinham participado nas anteriores conspirações contra os democráticos, vindo «da luta à bomba, a tiro e a soco com a formiga branca»[8]. Machado Santos saiu de Viseu, mas ao marchar sobre Coimbra, a caminho de Lisboa, recebeu a notícia de que Sidónio Pais já era vencedor.

O lado governamental contava com a Guarda Republicana, a Guarda Fiscal, a Polícia e a Marinha — que durante o 5 de Outubro fora um dos principais esteios republicanos. Não é de estranhar, portanto, que o combate mais duro dos sidonistas tenha sido com esta corporação. Os revoltosos contavam com um núcleo de telégrafos e as ligações tinham sido cortadas, não sendo possível ao Governo chamar os reforços de Mafra ou Santarém, faltando-lhes a artilharia. Apenas funcionava uma linha clandestina a favor do Governo.

Muito embora o Governo não tenha sido rápido a reagir, registaram-se duros confrontos entre as forças fiéis ao Executivo de Afonso Costa e os revoltosos.

Segundo Eurico Cameira[9], a vitória dos revoltosos devia-se à «ideia» de Sidónio Pais, defendida pela Escola de Guerra, pelo «valente 33» e ainda por alferes e tenentes. Ou, como dizia, pela «Alma Nova». Teófilo Duarte, na mesma linha, afirma que esta foi uma «revolução de alferes»[10].

Há uma característica importante a registar: nestes dias de Dezembro, parte do «bom povo republicano» manifestou o seu ódio aos democráticos, mais especificamente à política de guerra, assaltando e vandalizando as casas de nomes importantes do partido, como Afonso Costa, que, aliás, não se encontrava em Portugal.

A 8 de Dezembro de 1917, os revoltosos proclamavam a vitória da República, da *sua* República, contra a «demagogia» afonsista. A Junta

Revolucionária[11], constituída por Machado Santos, Feliciano da Costa e Sidónio Pais, assumiu o poder, em nome dos que «heroicamente venceram»[12]. Pouco depois fariam uma parada militar, à semelhança do que fora feito no passado republicano para marcar grandes feitos do regime, como a vitória contra as incursões monárquicas.

Ainda com a vitória mal saboreada, os revoltosos prenderam vários democráticos, nomeadamente Afonso Costa e Augusto Soares, regressados de uma missão ao estrangeiro. No dia 12, Bernardino Machado foi destituído do seu cargo de presidente da República, acabando por abandonar Portugal. Para os homens que tinham tomado o poder, Bernardino Machado era um presidente «democrático», mantendo-se sempre ligado ao partido que o elegera, incapaz de cumprir a sua missão, dando «unidade moral às correntes de opinião política nacionais, em termos de assegurar um labor fecundo e útil»[13], não sendo capaz de evitar o derramamento de sangue e a luta entre os republicanos. Com a dissolução do Congresso da República, cessaria a sua fonte de legitimidade e era necessário um novo presidente.

O novo poder afastou os políticos ligados ao partido de Afonso Costa, dissolveu o Congresso da República e extinguiu a Divisão Naval de Defesa e Instrução, um dos bastiões militares dos democráticos.

Depois de uma revolta violenta, da euforia da vitória e das primeiras medidas, era absolutamente necessário constituir Governo. E essa foi a primeira grande dificuldade do novo poder, procurando um equilíbrio entre as suas diferentes facções.

## O presidente da República que não era um «político»

A NOVA SITUAÇÃO REUNIU NO Ministério da Guerra para desenhar o elenco governativo. Sidónio Pais ocupou desde logo um lugar de relevo, o que contrastava com a ausência de Brito Camacho, causando surpresa a alguns observadores, nomeadamente ao representante inglês em Portugal[14]. Cauteloso, Brito Camacho não se expôs directamente, mas delineou a participação dos seus correligionários no novo Executivo, a par de centristas, homens da junta e representantes do Porto. Moura Pinto, não tinha, aliás, perdido tempo a apresentar-se ao comandante das forças revolucionárias ainda no Parque.



Este Executivo representou o primeiro equilíbrio de poderes do sidonismo com revolucionários como Machado Santos, no Interior, e Feliciano da Costa, no Trabalho, centristas como Tamagnini Barbosa, nas Colónias, e Alfredo de Magalhães, na Instrução, unionistas como Moura Pinto, na Justiça, Santos Viegas, nas Finanças, e Aresta Branco, na Marinha, e com «independentes», designadamente Xavier Esteves, no Comércio. As várias mudanças nos elencos governativos do sidonismo traduzem os novos alinhamentos de forças e reflectem uma tendência de aproximação à direita do espectro político, não necessariamente republicana. Com a saída do Governo dos homens próximos de Brito Camacho, em Março de 1918, abriu-se espaço político para a entrada de outras personalidades, como Martinho Nobre de Melo, entendido como próximo do Integralismo Lusitano.

No entanto, apesar disto, há uma parte do sidonismo que procurou entendimentos, sempre infrutíferos, com o republicanismo «histórico». Nos primeiros meses de 1918, Machado Santos procurou um entendimento com os evolucionistas de António José de Almeida. Em Outubro, Egas Moniz pensou num entendimento com essas forças políticas, de modo a não limitar o seu acesso ao poder à via revolucionária. Surgiram boatos de uma aliança à esquerda que inquietaram as hostes situacionistas.

Esperava-se dos revolucionários, instalados no poder após aquela revolução violenta, que possibilitassem uma mudança de turno governativo. A opinião política não democrática desejava que se criassem condições para que os partidos, mas não o de Afonso Costa, pudessem aceder ao poder, quebrando a hegemonia do partido dominante do sistema político. Mas o sidonismo foi mais do que o afastamento dos democráticos e o acesso da direita republicana e de «independentes» ao poder. Este regime foi, sem querer antecipar conclusões, uma experiência política central na história da Primeira República Portuguesa, marcando indelevelmente o campo político português. Foi a «República Nova».

Sidónio Pais aparecia como a primeira figura do novo regime — apesar de Rocha Martins[15] e Teófilo Duarte[16] referirem que chegou a convidar Bettencourt Rodrigues e José Relvas —, com a Presidência do Ministério e as pastas dos Estrangeiros e da Guerra, fulcrais para um país envolvido na Primeira Guerra Mundial. A partir de 27 de Dezembro, assumiu a Presidência da República. Tornava-se assim a figura central de um regime que assentava nessa espécie de

personalização da política. Ainda que anteriormente as figuras dos líderes republicanos tivessem uma grande importância, nunca existiu um período em que apenas uma figura dominasse a vida política. Até este momento existiam homens influentes, por um lado, e as suas criaturas, por outro, mas o prestígio mesmo de um homem como Afonso Costa não obscurecia a figura, por exemplo, de António José de Almeida. O campo político era um firmamento com várias estrelas competindo entre si. Com Sidónio Pais não havia lugar para outra figura, nem para o «herói da Rotunda», Machado Santos, que rapidamente se viu relegado para segundo plano — significativamente, esteve ausente das comemorações do primeiro aniversário da revolução dezembrista. A João Chagas não escapou a estranheza desta situação, comentando numa entrada do seu *Diário* relativa a Maio:

> Instalado no Palácio de Belém, dá audiências, recebe diplomatas, recebe comissões, visita quartéis e estabelecimentos públicos, é reconhecido como chefe de Estado e tratado como tal. É ao mesmo tempo presidente da República e presidente do Conselho e é duas vezes ministro — ministro da Guerra e ministro dos Negócios Estrangeiros, mas esta revoltante e ridícula anomalia não parece surpreender ninguém.[17]

Sidónio Pais introduziu logo nos primeiros meses do regime uma importante inovação política que marcou a sua imagem e *persona* públicas, de modo a torná-lo quase um ícone do mundo político do século XX português. Compreendeu a necessidade de se fazer visto, de se mostrar próximo e simultaneamente envolvido numa espécie de aura. Retomou ideias dos tempos da propaganda republicana, como a do contacto pessoal com as «massas», mas vestiu-as com novas roupagens. Antes de 1910, os caudilhos republicanos também procuravam ser amados pelo povo. O regime republicano, nas suas comemorações, apostava mais na ideia, na credibilização do regime e, por consequência, dos homens a ele associados. Com o sidonismo investe-se no homem para criar o regime. Em 1918 é o poder que emprega a propaganda para fazer sobressair um homem, um político e um líder.

Sidónio Pais fez-se e fizeram-no o chefe. Logo em Janeiro (dia 8) lidera a repressão contra os revoltosos do «Vasco da Gama», dirigindo ele próprio, do Castelo de São Jorge, os tiros de artilharia. A primeira ideia que passou era a de que aquele homem tinha pulso e fibra para



lidar com a desordem que se começava a constituir como medo social. Durante as viagens ao norte e ao sul do país, em Janeiro e Fevereiro de 1918, verificou-se que o presidente era «delirantemente aclamado». Sidónio Pais percebeu que, naquela conjuntura extraordinária de guerra, de privações e provações, se podia jogar com um messianismo difuso. Poderia ser o paladino esperado desde Fátima, o defensor da igreja tão rudemente tratada pela «iniquidade afonsista», aquele que traria o fim da guerra. A sua fotografia passou a estar em casa de muitos, frequentemente num altar, junto dos santos.

E, claro, quanto mais se escrevia sobre a maneira como o presidente era recebido, mais essa recepção se transformava em «verdade», aumentando a curiosidade em vê-lo chegar ou passar por determinada localidade e libertando-se quem o queria vitoriar. Sidónio podia ser aclamado por ter afastado Afonso Costa, por parecer que ia inverter a política de guerra, por nele se concentrarem as expectativas de que algo mudasse.

Até este momento, ninguém parecia ter notado nada de especial em Sidónio Pais. Todavia, foi aureolado com a mística do poder, a que se associaram outras ideias, como a ordem e a bondade, e a sua figura começou a ser vista de outra forma. Como dizia Egas Moniz:

> Até a sua figura o favorecia. Tinha linha, como se dizia por toda a parte. Sabia atrair com sobriedade de maneiras. E ao mesmo tempo cultivava o *mise-en-scène* da situação.[18]

Eis a novidade que o aproximava indubitavelmente das figuras ligadas a experiências ditatoriais. Encenava-se a imagem do presidente da República transformado em chefe carismático. Sidónio Pais surgia como um garboso militar, figura de proa nas inúmeras paradas militares e capaz de manter a ordem. Um «herói» à frente de tropas disciplinadas, que faziam rufar os tambores em tom de ameaça contra todos os que estivessem contra a situação. Herança da sua estadia em Berlim, disseram alguns. Não podiam estar mais distantes da imagem do presidente da República como servidor do Estado que ia de eléctrico para Belém. Encarnava as virtudes militares, pretendendo distanciar-se dos «políticos», cuja imagem fora corroída por desilusões e pela crise decorrente da guerra. Sidónio Pais não era um «político», e essa era uma das suas vantagens. A «política» viva, aguerrida, atribulada e conflitual era já objecto de crítica.

No entanto, o «presidente-rei», como lhe chamou Fernando Pessoa, não era só o «não-político» e o homem capaz de manter a ordem. Foi criada a imagem de um homem caridoso e atento aos desfavorecidos, fossem estes as crianças, os operários — desde que «não se preocupassem mais com Kropotkine do que com a ferramenta»[19] —, os doentes, os habitantes das «ilhas» do Porto, ou mesmo os presos que a sua polícia prendera. Sidónio era a espada e o coração, e soube cativar uma parte do mundo feminino, ausente da cidade republicana, para o seu esforço benemérito, o que funcionou como uma eficaz estratégia de propaganda. Não esteve ausente dos tempos de propaganda a ligação dos republicanos ao «bem». Alguns caudilhos eram descritos como santos laicos, homens impolutos e que sabiam ouvir e compreender o povo. Podemos ainda invocar, a título de exemplo, o quadro de Bernardino Machado com Jesus Cristo. Mas Sidónio Pais era o caridoso e não o filantropo, era o militar e o santo, detinha todos os poderes e não era político.

A obra de assistência 5 de Dezembro, ou as «sopas do Sidónio», à falta de uma verdadeira política social, mais do que matar a fome com caldos servidos pelas senhoras da «boa sociedade», foram uma forma eficaz de criar uma imagem do chefe que resolvia os problemas da sociedade, mesmo que para o fazer não recorresse aos processos normais do funcionamento do sistema político. Esta organização nascera, sob os auspícios de Sidónio Pais, no seio da «gente moça» que o apoiava, contando com a caridade para o seu funcionamento.

Sidónio Pais procurou manter a unidade do seu bloco de apoio em progressiva desagregação através da sua própria popularidade e da defesa da ideia de ordem. O constante retomar deste argumento no discurso do poder dezembrista transformava-o no denominador comum entre as diferentes sensibilidades de direita. Durante o ano de 1918 já se temia o perigo da desordem vindo de Leste, «vermelho», bem como a ameaça dos republicanos «históricos», à altura considerados velhos. Começava a fazer cada vez mais sentido a formação de um bloco conservador que agregasse no seu seio diferentes sensibilidades e defendia-se a necessidade de um Governo forte. De monárquicos a sidonistas, todas as forças de direita referiam a necessidade de um entendimento. Se se concordava na formação de um bloco conservador, nasceriam muitas divergências acerca de como seria formado, que forças incluiria e que preponderância estas teriam. Ou, como o definia Cunha Leal, era uma «encruzilhada de



paixões contraditórias, tendo como denominador comum para a acção imediata o repúdio do *democratismo* e o combate ao seu domínio»[20]. E acrescento: a ideia e cultura da ordem, a necessidade de um forte Governo conservador.

Quando começaram a surgir as fracturas dentro do seu campo político, entre monárquicos e republicanos, entre presidencialistas e parlamentaristas, era a sua imagem que segurava as diferentes sensibilidades. Poderia este populismo moderno ser a base para um regime? O representante inglês afirmava:

> Apesar da evidente popularidade do Presidente, foi impossível sentir que o seu regime assentava em qualquer espécie de base permanente.[21]

A arquitectura parlamentarista do regime republicano nascido em 1910 e firmado constitucionalmente em 1911 não suportava esta situação. Com o sidonismo, cada vez mais dependente da chefia carismática, era necessário alterar o regime, conciliando a novidade política e ideias «velhas», como o cesarismo político ou até o próprio presidencialismo republicano discutido nas Constituintes de 1911.

## «Viva a República Nova», ou a ilusão de um recomeço

Sidónio Pais, na conversa que teve com o ministro inglês[22] aquando do reconhecimento *de facto,* logo depois do golpe, explicou que o novo Governo mantinha a posição *aliadófila* e continuaria a ser republicano. Não tardou, contudo, a lançar o brado: «Viva a República Nova.» Trata-se de uma afirmação bastante ambígua. Procuravam os revoltosos refundar a República, corporizando os descontentamentos e as desilusões existentes no campo do republicanismo, nomeadamente entre os machadistas ou entre o unionismo? Ou tratava-se de um regime diferente? Certo é que podemos surpreender no sidonismo factores de novidade política que o afastam dos governos republicanos que até então tinham estado no poder e que o aproximam de experiências ditatoriais. Antes de continuar, é preciso acautelar uma ideia fundamental. Este regime foi um processo, foi uma construção progressiva. Tanto incorporou aspectos políticos inovadores como

reutilizou ideias e soluções que provinham do republicanismo que não estivera no poder, de um património ideológico existente, mas não dominante. Inovou, reutilizou, repensou e experimentou. Mais do que a novidade política de cada uma das partes, o que diferencia o sidonismo é a utilização de vários elementos que, conjuntamente, lhe conferem um carácter único.

Sabendo que a manutenção no poder não era tarefa fácil, o Governo tratou de principiar a construção da sua defesa. Isto não é novidade. A questão interessante é o modo como levaram a cabo este desiderato de repressão dos opositores.

A defesa do regime passou, por um lado, pela tentativa de desarmar o democratismo radical, pela regulação do uso e porte de armas, devendo os populares e as agremiações entregar as armas. Por outro lado, o sidonismo apostou na constituição de uma «guarda pretoriana», o corpo de tropas da guarnição de Lisboa[23], formado por unidades que deixavam de estar dependentes dos seus anteriores regimentos, passando a sua direcção a estar nas mãos de um oficial que respondia perante o ministro da Guerra. Como todos os republicanos sabiam, para que um Executivo pudesse continuar em funções era necessário manter Lisboa pacificada e em ordem.

A novidade política, contudo, foram as alterações feitas em relação às polícias. Logo a 21 de Dezembro de 1917 surgiu a primeira modificação na polícia de investigação de Lisboa, que passou a ter um corpo de polícia preventiva. Os cargos da polícia cívica ficariam nas mãos de oficiais de confiança do Governo. A 29 de Abril foi publicada a reforma dos serviços policiais, tutelados por uma direcção-geral de Segurança Pública e directamente dependentes do ministro do Interior. O mais importante para a caracterização do regime foi a criação de uma «polícia política». A Preventiva seria um corpo da total confiança do Governo. Os seus agentes seriam «indivíduos de ambos os sexos e de todas as classes sociais e constantes de um registo secreto, não tendo outras atribuições senão as de vigilância e informação»[24]. Não teriam um número fixo, sendo livremente contratados ou dispensados pelo director. Competia-lhes a vigilância e prevenção de crimes políticos e sociais, a investigação dos mesmos, a prisão de indivíduos suspeitos ou implicados nesses crimes, a vigilância de todos quantos se tornassem suspeitos, a organização do cadastro de todas as agremiações políticas ou sociais e dos seus respectivos membros.



O regime restringiu a liberdade de expressão, apesar de inicialmente ter abolido a censura, determinando não ser permitido o reaparecimento de jornais suspensos nem a fundação de novos sem licença. Foi proibida a divulgação de manifestos, moções ou deliberações do Partido Democrático. Do mesmo modo, os centros políticos «que tivessem exorbitado dos seus fins legais»[25] deviam ser dissolvidos e suspensas as publicações que pretendessem perturbar a segurança pública.

Para além de limitar a voz e a organização dos democráticos e outros eventuais opositores, o sidonismo dissolveu todos os corpos administrativos, nomeando comissões em seu lugar, argumentando que esses teriam tido uma «atitude hostil», «agravada com incitamento à revolta»[26].

Este clima de perseguição política do democratismo e de outros potenciais inimigos, patente em todas as medidas já mencionadas, foi confirmado pelo manifesto da Junta de Salvação Pública, publicado em primeira mão pelo jornal *A Vanguarda*, a 17 de Março de 1918. David Ferreira afirma que «os exemplares largamente distribuídos em Lisboa e noutras localidades aparecem assinados, declarando-se neles: "Esta Junta é instituída sob os auspícios do Governo de que faz parte o grande republicano e patriota Sidónio Pais [...]"»[27]. O manifesto utilizou um discurso muito particular, solicitando do Executivo medidas especiais de «salvação pública», afastando os democráticos considerados como «malfeitores». Para evitarem a perseguição, deveriam declarar publicamente que se desligavam do partido de Afonso Costa.

Se o sidonismo perseguia e afastava os seus adversários políticos, tratava, por outro lado, de trazer para o seu campo forças políticas que até então tinham estado contra a República de Afonso Costa. Era fundamental conseguir uma outra base de apoio para uma *outra* República.

Foi gizada uma política de atracção de sectores conservadores, sendo particularmente relevante o conjunto de medidas que visava a pacificação com o sector católico. Esta era não só do interesse da Igreja, como tinha feito parte das reivindicações políticas de uma parte da direita republicana, estando presente, por exemplo, no programa centrista. Logo a 24 de Dezembro de 1917 — contrastando com a publicação das Leis de Família e do Casamento Civil do Governo Provisório promulgadas sensivelmente na mesma altura, em 1910 —, o sidonismo determinou o fim da pena de interdição de residência imposta a ministros da religião católica, fruto dos últimos embates entre a Igreja e o poder civil. A pedra de toque desta aproximação

foi a revisão da Lei de Separação do Estado das Igrejas[28]. Pela mão de Moura Pinto, o Governo sidonista modificava os preceitos «violentos», excessivos e «atentatórios da liberdade de consciência e de pensamento, contraditórios com a imparcialidade e a neutralidade que a República tem de manter em matéria de crenças»[29]. Sidónio Pais assistia a cerimónias religiosas e o regime procurava restabelecer boas relações com o Vaticano. Não fizeram tudo, mas avançaram bastante na resolução desta questão. O deputado Pinheiro Torres, do Centro Católico, fez afirmações que elucidam muito claramente as razões desta opção sidonista, defendendo que era importante respeitar os direitos da minoria (no Parlamento, entenda-se) «absolutamente autónoma e independente», que pôs de parte crenças políticas para vir colaborar no «ressurgimento nacional»[30]. Para chamar as «forças vivas», o sidonismo recuperou a ideia de Conselho Económico.

Se dúvidas existiam de que esta era uma República diferente, a confirmação oficial de que se estava a desenhar um outro regime surgiu com a publicação dos decretos de 11 e 30 de Março de 1918, a chamada «Constituição de 1918». Que se desenganassem os unionistas que defendiam que se tinha feito a revolução para introduzir na Constituição o princípio da dissolução[31] e «nacionalizar a República», constituindo um forte partido conservador. Sidónio Pais ia mais longe.

Em primeiro lugar, estabeleceu-se o sufrágio universal[32], procurando-se recuperar uma velha promessa republicana nunca cumprida, agora ao serviço de um chefe que procurava uma fonte de legitimação plebiscitária. Ou, utilizando a argumentação do sidonismo:

> Em obediência ao mesmo princípio de sufrágio universal e para obter a mais definitiva sanção legal ao acto revolucionário de 5 de Dezembro a que todas as classes sociais deram já o seu aplauso, o Governo entende submeter ao sufrágio popular a eleição do Supremo Magistrado da Nação.[33]

O prestígio da autoridade não podia ser contaminado por suspeitas de partidarismo.

O Senado da República teria uma representação regional e profissional, e o presidente da República, chefe da força armada da terra e do mar, podia nomear e demitir os ministros. Recuperou-se a ideia



martiniana de que o «povo não é só a multidão, a soma bruta do número, mas a Nação *organizada* em famílias, em comunas e em distritos ou províncias.»[34] Este senado «corporativo» fazia parte do património ideológico de diferentes tendências políticas, como o integralismo, mas também se pode encontrar este conceito em políticos como Egas Moniz, Marnoco e Sousa e Machado Santos[35]. Em 1914, o republicano Tomás Cabreira argumentava que era necessário levar para o Parlamento o lavrador, o industrial e o comerciante.

Sidónio Pais recuperava também a ideia da solução presidencialista que fora discutida nas Constituintes. O unionista José Barbosa era, aliás, um dos defensores desta solução. No entanto, para Brito Camacho, esta questão deveria ser discutida nas Constituintes e não outorgada ou imposta. E, de qualquer das maneiras, boa parte dos republicanos não defendia o sufrágio universal na eleição do presidente da República.

Quando se começaram a preparar as eleições, surgiu uma nova questão. Aos republicanos «históricos», unionistas incluídos, começou a parecer que Machado Santos, com a pasta do Interior, e Sidónio Pais pretendiam reorganizar o campo partidário. Os unionistas criticaram duramente o que consideravam ser a defesa de um partido único por Sidónio Pais (discurso de 15 de Fevereiro, em Évora) e a eventual adesão de unionistas a uma nova formação política. Contudo, pelo editorial de 9 de Março[36], ficamos a saber que Brito Camacho discutira com o seu correligionário a questão do presidencialismo e a possibilidade de uma fusão, no caso de ser «honesta», entre a união republicana, centristas e evolucionistas, leia-se, que servisse os interesses camachistas. Ou seja, como este novo «bloco» não teria a predominância unionista, não interessava.

Esse «partido único» referido por Sidónio Pais constituiria um apoio parlamentar para sancionar a obra do Governo e, mais do que isso, a fusão de todas as tendências conservadoras sob os auspícios do presidente. Seria o partido de todos, dos «homens de bem». Agregaria em torno do carisma do presidente as forças dispersas, para as transformar num pilar de apoio do regime. Ilegalizando a acção dos democráticos e todos os que se dedicavam à «baixa política», sobrava apenas esta opção para aqueles que se reviam no campo ordeiro.

É neste contexto que se cria uma nova força política: o Partido Nacional Republicano. Cedo este se tornou a ressonância das divergências internas de fundo político, entre a questão do presidencialis-

mo e do parlamentarismo — apesar da reunião no Governo Civil de Lisboa com os candidatos sidonistas, onde se acordara o compromisso de votação de uma constituição presidencialista — e mesmo pessoais. Juntou machadistas, unionistas que tinham cindido com Sidónio Pais, antigos homens do «bloco», centristas e o grupo ligado a Tamagnini. Foi mais uma ficção política do que um grupo coeso, tendo uma existência «meramente teórica»[37]. Egas Moniz diria mesmo a Sidónio Pais que o partido se desorganizava de dia para dia e que, se não se criasse uma forte agremiação partidária, o regime acabaria por baquear.

A 9 de Maio de 1918, na Câmara Municipal de Lisboa, Sidónio Pais tomou posse do cargo de presidente da República. Da mesma varanda de onde se proclamara a República em 1910, Sidónio Pais proclamava consagrada a revolução de Dezembro através de eleições ditas livres. Era como se encenasse a refundação de uma República livre de vícios.

No novo Parlamento, os ministros eram secretários de Estado e já não existia a figura do presidente do Ministério. Os acesos debates entre parlamentaristas e presidencialistas ilustravam as insanáveis divergências da «manta de retalhos» do regime. A posição dos monárquicos parecia cada vez mais sólida e as deserções republicanas acentuavam-se no campo sidonista, com a demissão de Machado Santos, desautorizado por Sidónio Pais ao tentar levar avante uma reforma ferroviária. O Parlamento era um corpo estéril, com sessões tumultuosas, tendo estado muito pouco tempo em funcionamento. As câmaras não fizeram a revisão da obra ditatorial, nem conseguiram fazer a apreciação do orçamento de Estado. Sidónio Pais, não conseguindo fazer passar a Constituição presidencialista, não tinha confiança política nos seus deputados. Mas o desrespeito pela Assembleia estava patente na prática de antedatar decretos para evitar submetê-los à sanção parlamentar. Vingava a ideia de que para se governar era necessário um Executivo forte, não dependente do Parlamento, de discussões estéreis e de «baixa política».

## A solidão do poder e o endurecimento do regime

A partir de Outubro, o regime sidonista foi progressivamente acossado por opositores e inimigos. O regime não vivia dias tranquilos, correndo amiúde boatos sobre complôs e revoluções.



Desde o início do regime que os democráticos e os evolucionistas manifestavam o seu desagrado e oposição face à situação política. Boa parte das suas críticas prendia-se com a falta de liberdades fundamentais, com a situação dos presos políticos e a magna questão da participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial. O sidonismo foi acusado de ser germanófilo, reaccionário, e de permitir a entrada de monárquicos no xadrez político legal.

O regime foi combatido pela pena, mas também pela «espada». Podemos referir, até Outubro, a «descoberta» de várias conspirações, como a do Porto ou a de Almada. Os democráticos estavam sob constante vigilância policial, mas tal não impediu que os republicanos começassem a procurar recuperar ligações e unir o partido, mesmo na ausência de Afonso Costa, primeiro preso e depois fora do país.

Em Agosto de 1918 o Partido Democrático publicou um manifesto no qual fazia a análise da situação e expunha a sua posição face às questões de ordem política, financeira e económica[38]. Foi escrito pelo Directório do Partido Republicano Português, com uma importante contribuição de Álvaro de Castro. Com este documento surgia uma plataforma de entendimento entre os vários grupos republicanos, com base nas seguintes premissas: adopção da Constituição de 1911 com o princípio de dissolução; continuação da política internacional ao lado de Inglaterra; eleições políticas e administrativas no mais curto espaço de tempo; entrega de todos os cargos civis e militares a cidadãos honestos, competentes e republicanos; abolição de todas as leis de excepção, sobretudo aquelas que restringiam a liberdade de pensamento, reunião e associação; amnistia para todos os crimes de natureza política ou social (excepto atentados contra a vida ou propriedade dos cidadãos). A questão religiosa era outra das prioridades, devendo ser discutida, mas sem alterar a orientação liberal anteriormente conquistada, i.e., evitando o «recuo» que se verificara com o sidonismo. Estava feito o compromisso entre os republicanos, base para a união efémera mas essencial, nos últimos tempos do sidonismo, entre os partidos «históricos», ou seja, entre os Partidos Democrático, Evolucionista e Unionista. Faltava apenas restaurar a ligação à rua, para se conseguir recuperar o «bloco social do 5 de Outubro». De entre os democráticos, António Maria da Silva, Álvaro de Castro e José Domingues dos Santos procuravam «herdar» o partido, depois do afastamento do seu líder, Afonso Costa.

A 12 de Outubro rebentou um movimento, com uma componente civil e militar, para derrubar o sidonismo. Em Lisboa, Penafiel, Coimbra

e Évora, o sidonismo parecia estar a ser posto em causa. Curioso e merecedor de toda a atenção é o facto de, mesmo antes de receberem ordens do Governo, algumas unidades militares se porem em marcha. Isto antecipa o surgimento no espaço público das Juntas Militares, que teriam um papel central nos dias atribulados do fim do sidonismo.

Na óptica do Governo, e perante a obra de «perturbadores», era necessário agir com severidade. Sidónio Pais assumiu o comando directo das forças da terra e do mar e declarou o estado de sítio, com suspensão das garantias constitucionais, dizendo:

> Considerando que nem o estado de guerra, nem o mau estado sanitário do país, nem a difícil situação económica da hora presente evitaram as aventuras de ambiciosos políticos, e que as circunstâncias referidas não se compadecem com quaisquer medidas de repressão que não sejam as mais enérgicas para se restituir ao país a tranquilidade que é desejada por todos os patriotas.[39]

No dia 13, vários comandantes militares assumiram o governo militar no tocante à manutenção da ordem pública. No interior das Forças Armadas, a vigilância, que já era apertada, foi redobrada.

No interior do corpo castrense não se moviam apenas as hostes democráticas ou próximas do republicanismo «histórico», medrando outra forma de organização que pretendia ter uma voz na condução da política nacional. As Juntas Militares constituíam-se como grupos de pressão, no caso da Junta Militar do Norte como embrião para a tentativa de restauração monárquica. Vários militares pretendiam assumir o controlo da situação política na eventualidade de Sidónio Pais ser afastado ou impossibilitado de manter a ordem pública. Estes militares foram um elemento adicional que complicou a situação política após a morte do presidente, que se deslocava ao Porto para, disseram alguns, pôr ordem na «caserna».

## «Verdes» e «vermelhos»

Em Novembro de 1918, o sidonismo confrontou-se com a tentativa de uma greve geral.

A União Operária Nacional (UON) acolhera o golpe de 5 de Dezembro de 1917 com uma «benévola expectativa», pois tudo parecia melhor do que um Governo de Afonso Costa, conhecido por «racha-sindicalistas». Logo a 9 de Dezembro, um comício em Lisboa — seguido de outros em diferentes locais do país — sancionaria a sua lista de reivindicações. Para além da libertação dos presos por questões sociais, alguns encarcerados desde 1912, a magna questão das subsistências encabeçava as prioridades.



No entanto, e apesar da boa estrela de Machado Santos junto do operariado, a situação deteriorou-se ao longo do ano. Logo em Fevereiro, o sidonismo ameaçou com a suspensão da lei da greve, ignorando as suas reclamações e impedindo uma audiência com Sidónio Pais. Nem as medidas com um travo antiplutocrático, os «varejos» ou as inspecções ao cumprimento do tabelamento de preços pareciam apagar a divergência fundamental entre Sidónio Pais e o mundo dos trabalhadores organizados. O primeiro dava prioridade à questão política, conforme a velha maneira republicana, enquanto os segundos queriam ver resolvida a questão económica.

A meio do ano de 1918, a UON começou a defender a ideia de que os movimentos reivindicativos parciais não resolviam a situação. Na realidade, era preciso concertar um movimento nacional de todos os produtores. Ressuscitava, assim, a velha ideia de greve geral. O movimento começa a ser preparado com sessões de esclarecimento, reuniões e comícios. O Governo responde com uma política repressiva: rusgas, prisões, violência. Depois de uma «intensa e extensa» preparação, a greve é marcada para 18 de Novembro de 1918. O que é interessante, do ponto de vista da análise do regime sidonista, é a forma como o poder lidou com a ameaça operária. Perante a ameaça «vermelha», o Governo procurou mobilizar o campo da ordem. A 17 de Novembro, um dia antes da greve, Botelho Moniz publicou o editorial «Uma Aventura»[40], no qual alertava para os perigos que o «clarão estonteador vindo dos lados do Oriente» pode ter para Portugal e para os próprios operários, referindo o «despotismo sangrento dos sovietes» e advertindo para o abismo de fome e sangue. *A Situação*, jornal sidonista, repetiu e resumiu alguns dos argumentos mais comuns do lado «ordeiro» da sociedade: este movimento é entendido como a continuação da revolução na Rússia, pretende pôr em causa todos os pilares em que assenta a sociedade, promovendo o «soviete», a «desorganização» e o «saque». Por isso, todos aqueles que querem «viver em paz, trabalhar e progredir» devem unir-se num bloco capaz de responder aos «agitadores profissionais» e reagir contra a indisciplina.

Atendendo ao apelo feito, os portugueses defensores da ordem deveriam usar na lapela uma roseta ou um laço verde, simbolizando um pedaço de bandeira, numa referência ao Mestre de Avis e aos soldados das Flandres, e manifestar o seu desagrado face ao movimento subversivo da UON e o apoio a Sidónio Pais, vitoriando o Exército. A partir do dia 19, vários cidadãos ostentaram o laço verde em protesto contra os «vermelhos». A manifestação ordeira, marcada para dia 20 de Novembro, foi convocada em nome «da Família, do Lar e da Pátria», contra a anarquia e a subversão. Era uma forma nova de fazer política, convocando os «verdes» para a luta de rua contra os «vermelhos». Neste caso, embora feita dentro da legalidade, tratava-se de uma manifestação que visava intimidar; todavia, as autoridades associavam-se, por vezes, a grupos não legais, para a «manutenção da ordem» ou para perseguirem inimigos políticos. Podemos encontrar vários testemunhos da actuação da «formiga preta», dos «lacraus» ou da «rua sidonista». Os militantes operários referiam-no, os unionistas deram-nos conta da sua actuação. A «formiga preta» perseguia evolucionistas, mas sobretudo democráticos. Vigiavam, pressionavam, vaiavam, sovavam, se necessário. Exerciam a violência nas ruas, em muitos casos com a conivência das autoridades. Estes grupos eram constituídos por machadistas, habituados a uma longa história de lutas com a «formiga branca», por partes da Carbonária, que o «fundador da República» mantivera agregada a si, e ainda por «sidonistas puros», sem ligação à política partidária. Alguns deles eram militares de baixa patente. O ataque à loja Pró-Pátria e ao Grémio Lusitano, na sequência do primeiro atentado a Sidónio Pais, a 6 de Dezembro de 1918, é um caso ilustrativo da acção destas milícias.

## A morte de Sidónio Pais e o fim do regime

Sidónio Pais morreu na estação do Rossio a 14 de Dezembro de 1918, sucumbindo ao segundo atentado contra a sua vida, alegadamente levado a cabo por José Júlio da Costa. O regime, órfão da sua primeira figura, encenou longas cerimónias fúnebres. O corpo de Sidónio Pais esteve na Câmara Municipal, local mítico onde tinham estado os corpos de Miguel Bombarda e Cândido dos Reis. O cortejo fúnebre terminou no Mosteiro dos Jerónimos.



Apesar da tentativa para manter alguma coesão no bloco de apoio do sidonismo, a sua natureza heteróclita tendia, naturalmente, para a desagregação, depois de desaparecido aquele que fora o factor de coesão. Sem Sidónio Pais, saíram para a luz todos os que utilizavam o regime como cavalo de Tróia para a persecução dos seus objectivos. Rompeu-se o entendimento ou as tréguas entre monárquicos e republicanos e entre os diferentes republicanos que ainda estavam com o regime. Pouco tempo depois, o país estava à beira da guerra civil, dividido entre a «Monarquia do Norte» e a República, a sul. Os republicanos, novamente unidos por este «inimigo providencial», encontraram as forças para forjar uma aliança com o seu «bom povo», escalar Monsanto e desarticular a tentativa restauracionista em Lisboa, bem como lutar contra Paiva Couceiro no Porto. Em Fevereiro de 1919, a «Monarquia do Norte», também denominada «Reino da Traulitânia», estava vencida.

Senhores do país, os republicanos procuraram voltar à República, afastando o espectro do dezembrismo. Mas nada seria como dantes. Depois da guerra e do consulado de Sidónio Pais, não se podia voltar a uma República velha, nem fazer uma simples «Nova República Velha». De entre as várias questões que se levantaram, uma tinha particular acuidade: era preciso repensar a questão da dissolução e alterar a Constituição. A participação popular e mesmo dos trabalhadores organizados na recente vitória republicana não podia ser esquecida, tendo chegado a altura, depois do esforço tremendo da guerra, de começar a lançar uma política social, cuja genealogia pode ser traçada até às preocupações sociais de vários grupos republicanos desde os tempos de propaganda.

Com o afastamento de Afonso Costa, o progressivo apagamento de Brito Camacho e com António José de Almeida na presidência, o campo político-partidário sofreria várias alterações, abrindo a República a novos projectos, nomeadamente de esquerda.

Mas as direitas também colheram importantes lições da experiência sidonista. Os diferentes grupos começaram a perceber que teriam de sacrificar a discussão Monarquia / República em prol da unidade e da constituição de um forte bloco aglutinado em torno de um programa que privilegiasse a ideia de ordem e de um Governo forte. Os católicos entenderam que não tinham de estar sempre associados ao programa monárquico e realista e começaram a defender a sua autonomia no quadro político. Estar contra a República não era

apanágio dos monárquicos, e um vasto mundo conservador começou a mover-se. A solução autoritária ou com o predomínio de um Executivo forte ganhou visibilidade e constituiu-se como uma solução viável para o fomento económico e como garantia das condições de governabilidade. A ameaça «vermelha», que parecia tão assustadora naquele primeiro pós-guerra, unia o mundo conservador, tanto quanto pareciam novas, modernas e atraentes as soluções fascistas, como a italiana, por exemplo. A tentativa de greve geral em 1918 foi o primeiro acto do extremar de posições que se agudizaria nos anos 20, entre os «vermelhos» e aqueles que temiam ver o «mundo às avessas».

Depois da guerra e depois do sidonismo, começou a construir-se a ideia de que o «trunfo era espadas». Sidónio Pais dera bastante atenção aos assuntos militares, utilizando as Forças Armadas na nova encenação de poder, o que contribuiu decisivamente para o aumento do capital simbólico do corpo castrense. Este seria, apesar do desastre de La Lys, o grande vencedor, o único grupo que ganharia peso político com a intervenção na guerra. A ideia da necessidade de uma ditadura, para alguns preferencialmente militar, já que as Forças Armadas se arvoravam em instituição suprapartidária, começou a fazer o seu curso nos anos 20.

A República Nova de Sidónio Pais não foi um regime fascista, mas também não foi uma mera alternância no poder entre grupos republicanos. Foi uma experiência e proporcionou uma importante base de reflexão para as direitas. Foi o sintoma de uma crise mais lata de contestação ao sistema liberal. O sidonismo foi a manifestação de descontentamentos políticos e até culturais. O dinamismo, na esfera da cultura política, passaria cada vez mais para o lado das soluções autoritárias, entendidas como modernas e interessantes.

Sidónio Pais foi o chefe carismático que procurou enquadrar as massas, esteticizando a política. Lançou as bases para a ideia de um partido nacional, fez a experiência «corporativa» com o seu Senado. Os sidonistas ensaiaram a utilidade da polícia política e clamaram pela intervenção da população ordeira para suster os vermelhos. O regime acentuou o desprestígio da instituição parlamentar, ensaiou a concentração de poderes e mostrou as vantagens da intervenção do Estado na economia.

Sidónio Pais foi um republicano num momento excepcional e de viragem na cultura política do século XX português. Durante os anos 20, a sua imagem e o seu regime, a República Nova, foram utilizados



como precursores e como exemplo e, Estado Novo adentro, como ilustres antepassados do regime de Salazar.

A República Nova foi uma «encruzilhada de paixões contraditórias», uma «manta de retalhos», para usar as expressões de Cunha Leal e de Brito Camacho, que foi ganhando sentido *a posteriori*. Não estava determinado que o fascismo se seguiria à morte de Sidónio Pais. Mas estava determinado que a República seria outra, macerada por esta experiência política.

## Notas

1 *A Luta*, n.º 4311, 8 de Abril de 1918. Brito Camacho comentava o relatório da actividade partidária apresentado por José Barbosa no congresso unionista.

2 Tentativa de derrube do Governo democrático (primeiro Governo de Afonso Costa) por Machado Santos, juntamente com o general Fausto Guedes, capitão de mar e guerra Soares Andreia, tenente Pimentel e ainda com o dr. Lomelino de Freitas. Foram julgados e absolvidos.

3 Cf. Rocha Martins, *Memórias sobre Sidónio Pais*, Lisboa, Sociedade editorial ABC limitada, 1921.

4 «A primeira entrevista de um presidente. Entrevista com s. ex.ª o sr. dr. Sidónio Pais», *Diário Nacional*, n.º 474, 19 de Fevereiro de 1918.

5 Decreto n.º 4178, *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 93, 30 de Abril de 1918.

6 «A primeira entrevista de um presidente. Entrevista com s. ex.ª o sr. dr. Sidónio Pais», *in Diário Nacional*, n.º 474 de 19 de Fevereiro de 1918.

7 Teófilo Duarte, *Sidónio Pais e o Seu Consulado*, Lisboa, Portugália, s.d. (concluído em 1914).

8 *Idem*, *ibidem*.

9 «Para a história do 8 de Dezembro. Entrevista com o capitão Eurico Cameira», *Diário Nacional*, n.os 487 e 488, 24 e 25 de Fevereiro de 1918.

10 Teófilo Duarte, *ibidem*.

11 Os membros da Junta Revolucionária do Norte eram Belchior de Figueiredo (presidente), Carlos de Almeida Pereira e Tristão Pais de Figueiredo.

12 2.º Suplemento do *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 215, 8 de Dezembro de 1917.

13 *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 216, 12 de Dezembro de 1917.

14 *Portugal. Annual Reports for 1914 to 1918*, Sir L. Carnegie to the Marquess Cruzon of Kedleston, Foreign Office, Public Record Office.

15 Rocha Martins, *Memórias sobre Sidónio Pais*, Lisboa, Sociedade editorial ABC limitada, 1921.
16 Teófilo Duarte, *ibidem*.
17 João Chagas, *Diário III. 1918*, Lisboa, Ed. Rolim, s.d., p. 112.
18 Egas Moniz, *Um Ano de Política*, Lisboa, Portugal-Brasil Lda. Sociedade Editora, 1919.
19 Veja-se *A Situação*, 1918.
20 Francisco Pinto Cunha Leal, *Coisas de Tempos Idos. As Minhas Memórias. Na Periferia do Tufão. De 1 de Janeiro de 1917 a 28 de Maio de 1926*, vol. II, Lisboa, Edição de autor, 1967.
21 *Portugal. Annual Reports for 1914 to 1918*, Sir L. Carnegie to the Marquess Cruzon of Kedleston, Foreign Office, Public Record Office.
22 *Ibidem*.
23 Decreto 3960, *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 58, de 22 de Março de 1918.
24 *Ibidem*.
25 Portaria 1199 (Ministério do Interior), *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 7, 9 de Janeiro de 1918.
26 Decreto 3738, *Diário do Governo*, I série, n.º 8, 10 de Janeiro de 1918.
27 David Ferreira, «Pais, Sidónio Bernardino Cardoso da Silva», *in* Joel Serrão (dir.), *Dicionário da História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, vol. IV.
28 Decreto n.º 3856, *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 46, 9 de Março de 1918.
29 *Ibidem*.
30 Sessão n.º 1 de 23 de Julho de 1918, Câmara dos Deputados.
31 Cf. artigos de Brito Camacho em *A Luta*, n.os 4231 e 4239, 2 e 11 de Janeiro de 1918.
32 Serão eleitores todos os cidadãos portugueses, do sexo masculino, maiores de 21 anos, que estejam no gozo dos seus direitos civis e políticos e residam em território nacional há mais de seis meses. No decreto n.º 4676 de 19 de Julho, o legislador permite à mulher portuguesa o desempenho de várias funções públicas, reconhecendo que ainda não podem acompanhar as «adiantadas sociedades anglo-saxónicas» na concessão de voto.
33 Decreto n.º 3997, *Diário do Governo*, I série, n.º 64, 30 de Março de 1918.
34 *Ibidem*.
35 Veja-seArmando Barreiros Malheiro da Silva, *Sidónio e Sidonismo. História e Mito* (2 vols.), Braga, Universidade do Minho, 1997 (dissertação de doutoramento).
36 *In A Luta*, n.º 4286, de 9 de Março de 1918.
37 Francisco Pinto Cunha Leal, *ibidem*.
38 João Chagas diria: «Os democráticos publicaram um manifesto. Lamentável documento! Documento de impotentes! Documento de vencidos!» Critica a sua posição em duas questões que considera fundamentais: na da guerra, por não se pronunciarem abertamente; na religiosa, por prometerem rever a Lei de Separação. Cf. João Chagas, *Diário III. 1918*, Lisboa, Ed. Rolim, s.d., p. 217.
39 Decreto n.º 4891, suspendendo todas as garantias constitucionais no continente da República, até ao completo restabelecimento da ordem pública, *Diário do Governo,* I série n.º 223 (suplemento) de 12 de Outubro de 1918.
40 *A Situação*, n.º 196 de 17 de Novembro de 1918.

# A paz e o Tratado de Versalhes

*Filipe Ribeiro de Meneses*

O Tratado de Versalhes foi o mais importante dos vários acordos impostos pelas nações vitoriosas — lideradas pelos Estados Unidos da América, o Reino Unido, a França e a Itália — aos vencidos de 1918: Alemanha, Império Austro-Húngaro, Bulgária e Turquia. O Tratado devia inaugurar uma nova ordem mundial, assente na diplomacia aberta, na segurança colectiva e no desarmamento, a qual nunca chegou a imperar como pretendiam os seus arquitectos, especialmente Woodrow Wilson, presidente norte-americano com um passado académico notável. O Tratado de Versalhes, para além de criar a Sociedade das Nações, responsabilizou a Alemanha pela guerra de 1914-1918, forçando-a a arcar com os custos de compensação pela destruição de vidas e bens ocorrida durante o conflito; impôs a criação de um estado polaco; devolveu à França os territórios perdidos em 1870; restringiu duramente as Forças Armadas alemãs no mar, na terra e no ar, neutralizando ainda as zonas fronteiriças da Alemanha, especialmente a Renânia; e confiscou as colónias alemãs, quer em África, quer no Pacífico, transformando-as em mandatos distribuídos por várias potências aliadas: Grã-Bretanha, França, Bélgica e Japão. Os representantes da jovem República alemã foram forçados a assinar o Tratado de forma a pôr fim ao bloqueio económico do seu país, sendo imediatamente acusados de traição por alguns sectores conservadores inconformados com o armistício assinado a 11 de Novembro. Na década de 20 tornou-se corrente uma leitura das causas da Grande Guerra que contrariava as bases do Tratado, enquanto a campanha alemã contra o pagamento de «reparações» económicas foi um sucesso entre os antigos Aliados. Mais corrente ainda — se bem que mais duvidosa ainda — foi a ligação estabelecida entre a suposta dureza do Tratado e a ascensão de Hitler ao poder.

Para além de conter impulsos contraditórios (a generosidade wilsoniana contrastava com a dureza dos propósitos de Clemenceau e

Orlando, por exemplo), o problema central do Tratado de Versalhes foi o de nunca ter sido devidamente implementado. O Senado americano insurgiu-se contra o Tratado e a Sociedade das Nações por ele criada; a democracia parlamentar, com algumas excepções, não vingou nos jovens estados da Europa central e de leste, dominados pelo nacionalismo e pelo medo de uma revolução bolchevique; e as antigas democracias, que deveriam intervir de forma determinada para manter a paz no velho continente, contando, se para isso fosse necessário, com o apoio do novo mundo, retraíram-se.

As negociações que precederam a assinatura do Tratado de Versalhes foram, para os intervencionistas portugueses, a culminação de todas as desilusões acumuladas desde 1914. Sacrifícios nacionais (baixas sofridas nas várias frentes de combate e dinheiro gasto na preparação do Exército, assim como o custo das várias incursões alemãs em território português) e pessoais (especialmente o exílio de homens como Afonso Costa e Norton de Matos durante a «República Nova» de Sidónio Pais) não foram tidos em conta pelos outros países aliados, para quem Portugal pouco tinha feito no cômputo geral da guerra. Para os intervencionistas, a culpa deste insucesso pertencia a Sidónio Pais e aos que o apoiaram na sua suposta traição a Portugal, à República e à causa aliada. Porém, esta acusação, repetida vezes sem conta nos anos que se seguiram ao assassínio de Sidónio Pais, nunca foi provada[1]. Os apelos portugueses não foram escutados, porque a delegação portuguesa, uma vez liderada por Afonso Costa, colocou demasiado alta a fasquia reivindicativa: para o antigo líder do Partido Democrático, o tratado de paz tinha de resolver os principais problemas com que se deparava o país: só assim se poderia descrever, no futuro, a participação portuguesa na Grande Guerra como um sucesso. As consequências deste fracasso revelar-se-iam nefastas para a evolução do regime.

A natureza turbulenta da política portuguesa manifestou-se mais uma vez através da vida instável e pouco ortodoxa da delegação nacional em Paris. O seu primeiro líder foi Egas Moniz, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros de Sidónio Pais, mas este foi rapidamente substituído por Afonso Costa, uma vez derrubada a República Nova. Afonso Costa era, porém, um caso raro em Paris: um chefe de delegação que não era nem chefe de Estado, nem chefe de Governo, nem mesmo ministro dos Estrangeiros. Dada a sucessão vertiginosa de governos portugueses no pós-guerra, a solução encontrada para a delegação lusa foi uma maneira de conferir alguma continuidade ao esforço diplomático português em Paris. A substituição de Egas Moniz por Afonso Costa foi também parte do processo de reposição de uma «verdade republicana», através da qual todos os vestígios da passagem fulgurante de Sidónio Pais pelo poder foram apagados. Contudo, e apesar da energia demonstrada por Afonso Costa nos meses que se seguiram, pouco foi conseguido.



É importante lembrar que nenhuma delegação se apresentou em Paris com uma atitude mais revanchista do que a portuguesa. Nem mesmo as delegações de países cuja metrópole tinha sido invadida pelo Exército de Guilherme II queriam punir a Alemanha tão severamente como a equipa liderada por Afonso Costa. Este, desejando demonstrar aos seus correligionários do Partido Democrático, aos republicanos em geral e a todos os portugueses que tinham duvidado da política por ele seguida, que a guerra tinha valido a pena, esperava que as reparações financeiras recompusessem as contas nacionais, que a Marinha de Guerra fosse dotada de unidades modernas retiradas à frota alemã, que parte do império colonial alemão fosse entregue a Portugal e que a Portugal fosse atribuído o papel de representante do mundo ibero-americano na Sociedade das Nações. Todas estas esperanças foram rapidamente apagadas pela realidade do processo conduzido pelos quatro «grandes»: Wilson, Lloyd George, Clemenceau e Orlando. A imprensa republicana tentou descrever Afonso Costa como o «líder das nações pequenas». Mesmo que o tivesse sido (o que parece duvidoso, tendo em conta o prestígio de Eleftherios Venizelos), de pouco lhe teria servido, tendo em conta a forma como foram conduzidas as negociações. Os «Quatro Grandes» discutiram entre si as questões importantes, ouvindo pontualmente os outros aliados. Portugal saiu claramente derrotado de Paris, e as muitas afirmações em contrário não conseguiram nem disfarçar a mágoa dos negociadores nem calar as afirmações dos homens como Brito Camacho que, desde 1914, vinham prevendo um desfecho semelhante. O ódio contra Brito Camacho por parte dos democráticos atingiu, nesta altura, níveis inéditos:

> O sr. Brito Camacho, digam os seus amigos o que disserem, exagerando-lhe as qualidades, é uma criatura sempre inconveniente, com o espírito azedo, demoníaco, fatal — como a mulher ingrata. Todo o sr. Camacho expele bílis, raivinhas, odiosinhos, com uma pertinácia que chega a causar admiração.

> Nos seus gestos de histérico palpitam febricitantes azares: nas suas palavras há tóxicos capazes de envenenarem uma sociedade inteira.[2]

Em público, Afonso Costa negou sempre que Portugal ambicionasse ver o seu território colonial aumentado. A sua atitude durante as negociações, contudo, foi bem diferente, talvez por ver os outros aliados europeus — Grã-Bretanha, França, Bélgica, Itália, e mesmo a Grécia — receberem território outrora pertencente à Alemanha e ao Império Otomano. Em Maio de 1919, Afonso Costa afirmou a Lord Milner que Portugal iria esperar para ver como é que as outras potências aliadas iriam dividir as colónias alemãs em África antes de apresentar as suas próprias reivindicações territoriais. Milner ficou lívido, escrevendo:

> Em minha opinião os Portugueses não têm qualquer direito a um mandato sobre parte da África Oriental Alemã como recompensa do esforço feito para a conquista deste território [...]. Não conseguiram sequer defender as suas fronteiras contra Von Lettow, quando as nossas operações tinham tornado impossível a permanência deste na África Oriental — e como tal são responsáveis pelo prolongamento da guerra na África Oriental por mais um ano.[3]

A opinião generalizada entre os Aliados de que o auxílio militar português tinha contado pouco no cômputo geral da guerra, sobretudo em África, onde muito mais deveria ter sido feito para travar as colunas irregulares do general Von-Lettow Vorbeck, foi um fardo pesado para a delegação portuguesa em Paris. Portugal não recebeu um mandato africano, e ninguém quis ouvir falar em Olivença. O único território que mudou de mãos foi o diminuto «triângulo de Quionga», na foz sul do rio Rovuma, um pedaço de terra há muito disputado por portugueses e alemães, cuja conquista em 1916 tinha sido descrita por Lisboa como uma enorme vitória militar — tal como, em 1919, a sua obtenção definitiva seria descrita como uma enorme vitória diplomática, embora não constasse do Tratado de Paz. A devolução de Quionga foi apenas um gesto magnânimo do Governo britânico. Segundo *O Mundo*, a 27 de Setembro de 1919, «o facto de se retomar Quionga é suficiente a justificar a nossa entrada na guerra, onde as qualidades portuguesas tão eloquentemente se revelaram»[4]. Só o desnorte causado pela guerra, a experiência sidonista e as várias crises governamentais da época explicam tal disparate, assim como a decisão dos Armazéns Grandela de içar a bandeira nacional para comemorar a restituição do território a Portugal[5].



Não foi só no campo colonial que Afonso Costa sofreu derrotas em Paris. Do Ministério da Marinha chegou uma lista das unidades desejadas: 12 contratorpedeiros, quatro cruzadores ligeiros, seis a oito embarcações menores, quatro submarinos e um número indefinido de aviões de patrulhamento marítimo. Esperava-se assim a substituição completa da esquadra portuguesa, cujos navios principais punham em perigo a vida de quem neles se fizesse ao mar. Eram também pedidos navios mercantes destinados a substituir aqueles que, tendo sido apresados em 1916 pelo Governo de Afonso Costa (provocando a entrada de Portugal no conflito), foram mais tarde afundados por submarinos alemães. Do Ministério da Guerra chegou outra lista, pedindo artilharia moderna e metralhadoras para o Exército. De pouco valeram os argumentos empregues pela delegação portuguesa. As reparações militares limitaram-se a seis torpedeiros austríacos (sem o mecanismo de disparo dos torpedos). Tais embarcações, de porte reduzido, tinham sido concebidas para as águas protegidas do Mar Adriático; a sua utilidade para Portugal era mínima. Duas delas encalharam na viagem até Lisboa, ficando assim inutilizadas.

No campo financeiro, a derrota portuguesa não foi tão óbvia, devendo-se sobretudo à evolução da política europeia nos anos 20. Segundo A.H. de Oliveira Marques, o anexo 4 do artigo 298 do Tratado de Versalhes, da autoria de Afonso Costa, foi o grande sucesso parisiense do estadista português. Este pequeno parágrafo tornou a Alemanha responsável pelas consequências de acções empreendidas por autoridades alemãs, a partir de 31 de Julho de 1914, contra um futuro país aliado, *antes* da entrada deste na guerra. O objectivo de Afonso Costa era claro: obrigar a Alemanha a pagar os custos do restabelecimento da autoridade portuguesa no sul de Angola após a incursão alemã que culminou na batalha de Naulila, e que serviu de ponto de partida para uma enorme insurreição da população local, sufocada em 1915 pelas forças comandadas pelo general Pereira da Eça. O montante a pagar seria estabelecido através de arbitragem, efectuada por Gustave Ador, presidente da Confederação Helvética, ou de alguém por ele nomeado. Esta arbitragem, também ela saudada como um triunfo diplomático, revelar-se-ia, porém, longa e complexa, arrastando-se ao longo de mais uma década sem que Portugal alguma vez obtivesse uma vitória definitiva.

Quanto às reparações financeiras, Afonso Costa apresentou uma factura inteiramente irrealista: segundo ele, Portugal, tendo sofrido 273 547 mortos, em África e na Europa, tinha direito a 342 milhões de libras esterlinas, ou seis biliões de marcos-ouro. A fórmula seguida para chegar a tal número de mortos e o relacionamento entre este número e as acções conduzidas pelo esforço de guerra alemão eram impossíveis de levar a sério, e não o foram: mais realista era a inclusão dos custos inerentes a pensões de guerra a viúvas e órfãos dos soldados mortos em campanha, assim como a soldados fora de combate por ferimento ou gases venenosos. Incapazes de chegar a acordo, em Paris, quanto à indemnização a impor à Alemanha, os Aliados criaram uma Comissão de Reparações para cumprir tal missão. Após a conferência de Spa, essa comissão anunciou o total acordado: 132 biliões de marcos-ouro, dos quais Portugal receberia ligeiramente menos de um bilião: 0,75 por cento do total. Embora esta quantia fosse apenas um sexto da reivindicada por Afonso Costa, era ainda uma soma importante no contexto financeiro português. Porém, a ilusão de que todos os problemas financeiros do país seriam resolvidos graças a estes marcos-ouro durou pouco. Em primeiro lugar, porque, segundo o método de pagamento adoptado pelos Aliados, a Alemanha pagaria apenas três biliões de marcos-ouro por ano, dos quais 22,5 milhões seriam pagos a Portugal; em segundo lugar, porque estas somas foram consideravelmente reduzidas pelos planos Dawes e Young, os mesmos que inutilizaram o anexo 4 do artigo 298, terminando o pagamento de reparações em 1932 (embora a dívida de guerra para com a Inglaterra se mantivesse intacta durante o período da Primeira República), sem que Portugal tivesse lucrado de forma significativa com o processo.

Os esforços de Afonso Costa e dos seus colegas de delegação foram seguidos com interesse e grande fidelidade pela imprensa leal ao Partido Democrático. Foi dado um grande destaque à intervenção de 6 de Maio de 1919, na qual o líder português lançou um ataque feroz à falta de atenção demonstrada pelos «grandes» aos interesses de Portugal, e à decisão de incluir Espanha no Conselho Executivo da Sociedade das Nações. Falando dias depois desta intervenção, Afonso Costa afirmou ao jornal francês *Matin*:

> A Alemanha fez-nos gastar em munições e bocas-de-fogo os fundos de que dispúnhamos para viver. Obrigou-nos a mobilizar os nossos filhos e a enviá-los para a carnificina infernal, cuja dor, ao que parece, esqueceram já.
> E quer-se que ela não pague nem por isso?
> E pretende-se que uma reparação não consiste em reparar os orçamentos que ela arruinou, pelo menos no que diz respeito às despesas que nos obrigou a fazer?
> [...] Que lição se pode tirar desta guerra? O que hei-e dizer aos meus compatriotas quando regressar ao meu país?[6]



Porém, os acontecimentos em Paris nunca receberam a atenção que mereciam, dado o estado anárquico da vida política portuguesa nos anos que se seguiram ao conflito. O Tratado de Versalhes, assinado a 28 de Junho de 1919, entrou em vigor a 10 de Janeiro de 1920. Incrivelmente, só foi apresentado ao Parlamento português três semanas depois desta última data, sendo aprovado a 30 de Março. Esta demora enfureceu Afonso Costa, segundo o qual fazer com que as outras delegações aliadas na situação portuguesa se interessassem, quando Portugal não tinha ratificado o Tratado, era quase impossível. A 18 de Março de 1920, Afonso Costa escreveu uma longa carta ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Rodolfo Xavier da Silva, alertando-o para a situação que lhe estava sendo criada em Paris pela demora portuguesa:

> Novamente peço, pois, a V. Exa. que, ouvindo o Conselho de Ministros e os *leaders* das duas casas do Parlamento, me habilite a fazer boas as minhas palavras ao sr. Poincaré e de que tanto depende a realização dos seus bons propósitos em nosso favor.[7]

O antigo primeiro-ministro teve de gastar muito do capital político que lhe restava para convencer o Governo da altura, inteiramente consumido por conflitos domésticos intermináveis, a prestar a atenção devida ao Tratado. O resultado foi um debate abreviado, argumentando o Governo que não havia tempo para examinar o texto do Tratado de forma detalhada. Ainda assim, Brito Camacho pôde uma vez mais relembrar ao país as previsões que formulara em 1914. O antigo líder do Partido Unionista aproveitou ainda a oportunidade para protestar contra o Tratado (dos pontos de vista teórico e nacional), pedir um relatório oficial sobre as acções da delegação portuguesa e denunciar o facto de essa mesma delegação não ser responsável perante o

Parlamento, não sendo composta por membros do Governo. Não faltou na imprensa, mesmo em jornais outrora ferozmente intervencionistas, quem lamentasse os termos do Tratado:

> Afora o areal de Quionga, que não vale um tiro de peça e que as tropas portuguesas ocuparam quase com a mesma facilidade com que as alemãs fizeram, há anos, a mesma ocupação, Portugal não recebe um centavo pelos prejuízos materiais sofridos, não aumenta num palmo o seu território metropolitano ou ultramarino, não obtém o menor auxílio que evite a sua iminente ruína financeira.[8]

A falta de interesse do Parlamento e da classe política em geral pelos esforços desenvolvidos por Afonso Costa talvez estivesse relacionada com o facto de Portugal ser referido apenas uma vez em todo o longuíssimo texto do Tratado. Nenhum dos problemas que então assolavam Portugal fora resolvido pelo Tratado. A maior desilusão foi provocada pelo facto de a Espanha, apesar da sua neutralidade, ter sido incluída no Conselho Executivo da recém-criada Sociedade das Nações. Ao lado dela e das grandes potências encontravam-se ainda a Bélgica, a Grécia, e o Brasil. A morte de mais de sete mil soldados portugueses durante a guerra nada tinha contribuído para melhorar a imagem internacional de Portugal. A popularidade de Afonso Costa em certos círculos não foi suficiente para contrariar a descrença sentida em Portugal relativamente ao Tratado e aos acordos que se lhe seguiram. Anti-intervencionistas sentiram-se vingados; muitos dos seus antigos inimigos, cuja fé intervencionista tinha sido já abalada pela condução do conflito, perderam os últimos vestígios de entusiasmo. Vale a pena lembrar as palavras de Afonso Costa a Raymond Poincaré, reproduzidas num documento já citado:

> [...] disse neste lance ao Sr. Poincaré que ainda sangrava o meu coração de patriota da ferida aberta pelos grandes ditadores da Conferência ao darem inesperadamente à Espanha no Conselho Executivo da Sociedade das Nações, um lugar que de justiça pertencia a Portugal, tanto mais que era certo que essa nação não tinha sequer ao tempo qualidade para ocupar esse posto de honra.[9]

Afonso Costa teve de esperar até Abril de 1921, aquando das cerimónias a propósito do enterro dos Soldados Desconhecidos, no Mosteiro da Batalha, para afirmar o triunfo do ideal intervencionista, coisa que não conseguiu fazer após a assinatura do Tratado de Versalhes. Falando à imprensa dias antes da cerimónia, presenciada por representantes dos exércitos britânico, francês e italiano, Afonso Costa afirmou:



> Não mais se falará de mortes inglórias, de sacrifícios inúteis e estéreis.
> Permita-me o orgulho de proclamar bem alto, a todo o meu país, a todos os homens desta terra abençoada, que jamais alguém ousará dizer que sem proveito foi o sacrifício dos que, na defesa comum, caíram em terra estrangeira. E se alguém ousar levantar ainda o labéu infamante de um envio impensado ou eivado de espírito de facção, se alguém puder segredar que por mim foram mandados soldados portugueses para uma luta vã, que se mostre aos cépticos e aos descrentes o exemplo desta homenagem derradeira como a prova eloquente de que só a verdade ficará no fim de tanta disputa, e de tanta malquerença.[10]

## Notas

1 Ver, por exemplo, o artigo «O Sidonismo», publicado em *O Mundo* a 10 de Setembro de 1919: «Sidónio Pais [...] deixou-se ficar pacificamente acomodado no ministério dos estrangeiros, sem que a hora dolorosa da Pátria o fizesse vibrar. Vibrava, sim, em lugares de prazer e nas emoções da Corte, hospedado principescamente no Avenida Palace, apesar de se dizer que não possuía meios de fortuna.
Sobre a guerra esse homem não proferiu um discurso. Todavia, desempenhava altos cargos no país e fora ministro na Alemanha, onde assistira à obra cobarde de preparação da guerra. Conhecera como a Alemanha respeitava os seus tratados. [...] Sidónio Pais apenas [deu] as provas — do seu silêncio.
Pouco depois dava provas completas.
Colaborava com os que não queriam ir para a guerra e procuravam destruir a República.»

2 «Inconveniências», *O Mundo*, 7 de Setembro de 1919.

3 Memorando, 29 de Maio de 1919, Milner Papers, citado em William Roger Louis, «Great Britain and the African Peace Settlement of 1919», *American Historical Review*, 71 (1966), p. 889.

4 «Ecos», *O Mundo*, 27 de Setembro de 1919.
5 «Quionga restituída», *O Mundo*, 28 de Setembro de 1919.
6 «Pugnando por Portugal: o que disse o sr. Afonso Costa na Conferência da Paz», *O Século*, 11 de Maio de 1919.
7 Arquivo Histórico Militar, 1.ª Divisão, 36.ª Secção, Caixa 36, n.º 15, «Correspondência relacionada com a intervenção do delegado português na Conferência da Paz, 1919-1931», carta de Afonso Costa a Rodolfo Xavier da Silva, 18 de Março de 1920. Raymond Poincaré, antigo presidente da República Francesa, era o presidente da Comissão de Reparações criada pelo Tratado de Versalhes.
8 «Demora diplomática», *Portugal*, 31 de Março de 1920.
9 Arquivo Histórico Militar, 1.ª Divisão, 36.ª Secção, Caixa 36, n.º 15, *ibidem*.
10 «O Sr. Dr. Afonso Costa [...]», *O Século*, 8 de Abril de 1921.

# Parte 4
# A Nova República (1919-1926)

# A República do pós-guerra

*Fernando Rosas*

São várias as razões que podem concorrer para, salvo algumas relevantes excepções[1], a historiografia ter deixado numa espécie de penumbra simplificadora, num limbo meio incompreensível que precede o fim, a segunda fase da Primeira República, ou seja, a República do pós-guerra, entre 1919 e 1926. O epíteto ideologicamente marcado de «Nova República Velha» que usualmente lhe está associado resume bem esse tipo de abordagem.

Para uma visão que a propaganda do Estado Novo vulgarizaria, a República do pós-guerra seria uma simples versão agravada e ainda mais caótica do que a fase anterior ao conflito mundial, uma desordem absurda e sanguinolenta, uma degenerescência terminal do liberalismo contra a qual «a nação», através do Exército, se tinha levantado para impor, como coisa óbvia e natural, a «nova ordem» que se traduziria na Ditadura Militar e, como consequência lógica, no Estado Novo salazarista.

Mesmo para a maior parte da historiografia com orientação diversa, esses sete anos do vórtice terminal da Primeira República eram encarados como uma espécie de continuismo fatal de erros pretéritos, uma agonia dolorosa que raramente se procurou interrogar através de uma investigação sistemática, como agora se começa a ensaiar.

E, no entanto, a sociedade portuguesa e a República, profundamente abaladas pelos efeitos da guerra, conhecem nos anos que se lhe seguem um profundo processo de recomposição política, económica e social, centrado na questão de saber que resposta dar à crise que agravadamente abalava o sistema liberal e a vida do país. Se quisermos, à esquerda e à direita procurava-se reorganizar forças e argumentos para a luta decisiva acerca do futuro: as armas da crítica preparavam-se para dar lugar à crítica das armas. A guerra civil intermitente que minava a realidade política e social no comando desde o fim

da Monarquia aproximava-se da fase dos combates decisivos. Sabemos que deles sairiam vitoriosas as direitas sociais e políticas, com o advento da Ditadura Militar e, depois, do Estado Novo.

Em Portugal, como um pouco por toda a Europa, prepara-se esse confronto e muda radicalmente o panorama político.

O PRP, agora com o seu novo marechal no comando, António Maria da Silva, transforma-se num pesado e espesso partido situacionista de «bonzos» que dominam o sistema político, e tenta gizar uma estratégia de sobrevivência promíscua mas suicidária com as «forças vivas». À esquerda, saído do PRP ou grupusculizado, o republicanismo radical (seareiros, «canhotos», alvaristas, radicais...) assume pela primeira vez um rosto programático reformista e social-democrata e ensaia uma aliança instável com o movimento operário organizado (CGT, PCP, em claro refluxo desde as greves derrotadas de 1920), para se aguentar em efémeras e agitadas passagens pelo Governo. Têm a Marinha e a GNR como braço armado desse ensaio de reconstituição do «bloco do 5 de Outubro».

À direita, entre as direitas dos interesses e as direitas políticas, ganha hegemonia retumbante a estratégia subversiva, anti-«demoliberal» e antibolchevista, agitada e teorizada pelos sectores radicais, que tudo apostam na instrumentalização do Exército para passar ao golpe militar.

Era, na realidade, uma nova República, assente em novas realidades económicas, grávida de conflitos sociais e políticos sem precedentes — os conflitos da modernidade do pós-guerra —, servida por novos quadros saídos dos anos da implantação e da guerra e por novos partidos políticos forjado na crise, aquela que se preparava para discutir duramente o futuro do país.

## Notas

1 Cf. os trabalhos de Fernando Medeiros, *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978; António Telo, *Decadência e Queda da I República*, 2 vols., Lisboa, A Regra do Jogo, 1980; Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismo*, Lisboa, Cosmos, 1999.

# Nova estratégia para a República

*Ana Catarina Pinto*

Dois acontecimentos balizam o período final da Primeira República: a tomada de Monsanto, entre 22 e 24 de Janeiro de 1919, e o golpe militar de 28 de Maio de 1926. Foi a época do restabelecimento do Partido Republicano Português (PRP ou Partido Democrático) como partido dominante do parlamentarismo republicano. Apesar de este indício de retroactividade face à República Velha, de 1910 a 1917, corroborar a permanência de características que se prolongam na República após 1919, os impactos da Grande Guerra potenciaram rupturas fundamentais. Entre as significativas continuidades contam-se, a nível político, a questionável legitimidade eleitoral, obscurecida pelas práticas de caciquismo, e a parca representatividade das câmaras eleitas, amputada pelas leis eleitorais de 1911 e 1913. Dois aspectos que limitavam a livre concorrência partidária e falhavam as promessas de democratização do regime, ao mesmo tempo que garantiam o domínio eleitoral do Partido Democrático.

À superfície das manifestações políticas surge a evidência de uma mudança. Os três líderes dos três partidos republicanos da antiga República afastam-se da primeira linha da frente política, dando lugar a novas lideranças. Com a retirada de Afonso Costa, António José de Almeida e Brito Camacho, os Partidos Democrático, Unionista e Evolucionista evolvem para novas formações, de acordo com as necessidades da época. Os dois partidos da direita, Unionista e Evolucionista, fundem-se para formar o Partido Liberal Republicano (Setembro/Outubro 1919), ao qual se juntariam ainda os centristas saídos do dezembrismo. Paralelamente à confluência de forças conservadoras parlamentares, o PRP passa por várias cisões, à esquerda e à direita, que denunciam a falência do seu carácter inter-classista. À direita, em Março de 1920, sai o Núcleo de Acção de Reconstituição Nacional, pouco depois transformado em Partido Republicano

de Reconstituição Nacional. Em Fevereiro de 1923, este partido une-se ao Partido Liberal, criando o Partido Republicano Nacionalista. À esquerda do PRP, em Julho/Agosto de 1925, cinde-se o Grupo Parlamentar da Esquerda Democrática, tornando-se posteriormente Partido Republicano da Esquerda Democrática.

As reconfigurações partidárias referidas não esgotam o processo de fragmentação ou fusão de agrupamentos que pontuam os anos compreendidos entre 1919 e 1926. Mais ou menos coerentes, são ilustrativas da tendência geral que as explica: o republicanismo é compelido a organizar-se mediante os quadrantes esquerda/direita em sentido moderno, ou seja, de acordo com um programa global de organização social derivado dos antagonismos socioeconómicos protagonizados pelo capital e pelo trabalho. A agitação superficial era provocada por novas lógicas políticas nascidas dos conflitos da modernidade.

A posição hegemónica do PRP no poder ajuda à compreensão das principais dinâmicas históricas do período final da Primeira República. As suas opções políticas após 1919 são potencialmente reveladoras das rupturas derivadas da experiência do sidonismo e das mudanças aceleradas pela guerra que abalou a sociedade ocidental.

## Sob o signo da conciliação

O PRIMEIRO PONTO DE contraste entre o PRP do pós-guerra e o PRP da República Velha é o carácter conciliador e liberal votado aos sectores da oposição republicana conservadora, católica e monárquica. São feitas importantes concessões, de acordo com uma táctica de desarmamento e canalização das correntes adversas para a prática parlamentar.

Aos republicanos conservadores concede-se a ampliação dos poderes presidenciais. A revisão da Constituição de 1911 (lei n.º 891, de 22 de Setembro de 1919) substituía os artigos 47.º e 48.º do figurino original, concedendo ao presidente da República competência para: convocar extraordinariamente as duas câmaras legislativas e não apenas o Congresso (reunião conjunta da Câmara de Deputados e do Senado); declarar o estado de sítio, durante um máximo de 30 dias, sem acordo do Governo; e dissolver as câmaras legislativas mediante consulta prévia de um Conselho Parlamentar, eleito pelo Congresso e constituído por um máximo de 18 membros. A dissolução parlamentar por ordem presidencial oferecia aos agrupamentos republicanos conservadores uma hipótese legal de destituição do Partido Democrático, sendo uma conquista central para o funcionamento de um sistema rotativo que permitisse alternar o poder entre democráticos e conservadores[1]. A fundação do Partido Liberal não foi indiferente a este intuito de instituição do bipartidarismo no Parlamento republicano. A percepção de que a rotação no poder dependia da mediação presidencial é confirmada pelas duas ocasiões em que a dissolução parlamentar foi ditada, provocando uma alternância de facto. Em Maio de 1921, Barros Queirós aceita formar Governo, com a condição de dissolução posterior das câmaras, circunstância que permitiria consagrar a única maioria não democrática do período final da Primeira República. A vitória do Partido Liberal nas eleições de Julho de 1921 foi extraordinária, mas típica, denunciando a regra que regia o sistema eleitoral — o partido que controlasse a máquina eleitoral ganhava as eleições — e os limites práticos da dissolução parlamentar para a instituição do rotativismo partidário. Em Janeiro de 1922, após a segunda dissolução das câmaras por ordem presidencial, os democráticos recuperam o domínio parlamentar.

A aproximação da República à Igreja é iniciada por Bernardino Machado em 1914, quando se concede uma amnistia aos sacerdotes que haviam sido afastados da sua diocese por oposição às disposições da Lei de Separação, encetando-se a revisão da própria lei. Havia dois motivos para esta nova orientação. Primeiro, fortalecer as dissensões entre monárquicos e católicos. Segundo, procurar a reconciliação da República com a província, alienada pelos excessos jacobinos. Durante o sidonismo, o ministro Moura Pinto revoga várias disposições da Lei de Separação, permitindo reatar relações com o Vaticano em Julho de 1918. Após o restabelecimento do PRP no poder, esta orientação moderada mantém-se, confirmando-se a maioria das cedências sidonistas à Igreja. É neste contexto de maior liberdade política que o Centro Católico é renovado, em Novembro de 1919, entrando no jogo parlamentar.

Seguindo a mesma lógica de dividir para melhor conter, o PRP favorece a linha monárquica legalista, incentivada por D. Manuel II no exílio. Cerca de um ano depois de ter entrado no Senado, a proposta de amnistia para crimes políticos de Jacinto Nunes é aprovada e publicada a 9 de Abril de 1921, durante a vigência do Gabinete chefiado por Bernardino Machado. Esta concessão permitirá o perdão e

o regresso dos implicados nas intentonas de 1919 e facilitará a organização política dos monárquicos constitucionalistas que marcam presença em todos os actos eleitorais a partir de 1921.

Se, à direita, o PRP opta pela moderação política, acedendo na reforma constitucional, perdendo o carácter jacobino da República Velha e permitindo uma controlada concorrência monárquica, à esquerda o partido também ensaia a orientação da explosiva força reivindicativa operária para meios legais de representação. Favorece o Partido Socialista nas eleições de Maio de 1919, impulso que se salda na eleição recorde de oito deputados socialistas, e entrega ao mesmo partido a pasta do Trabalho em dois momentos críticos da vaga grevista do pós-guerra (Março de 1919 e Janeiro de 1920, quando foram ministros, respectivamente, Augusto Dias da Silva e Ramada Curto). Uma opção falha de consequências, uma vez que o Partido Socialista tinha escasso domínio sobre o movimento operário organizado. Das várias pontes lançadas pelo partido do poder na direcção dos seus opositores, esta será a primeira a ser minada, e pelo próprio PRP.

## O projecto de formação de um bloco central

É possível inscrever a prática de conciliação do PRP com as forças opositoras numa estratégia mais vasta de consolidação do seu poder, num projecto composto por investimentos em três frentes, para a constituição de três desejados pilares republicanos — social, económico e força armada —, elementos estruturais no contexto da política centrista que se pretendia adoptar. Além de desarmar os conflitos, impunha-se angariar o apoio das forças económicas e sociais que mostravam vitalidade em 1919.

O primeiro elemento sensível a ser considerado pelo partido que pretendia reposicionar-se politicamente, eram as classes baixas urbanas. A República devia-lhes a derrota das intentonas monárquicas, a vitória de Monsanto que recolocara o PRP no poder após o interregno autoritário de Sidónio Pais. Para o operariado, havia o exemplo positivo da Revolução Russa (1917) e da vaga revolucionária que parecia aproximar-se, irrevogável, do ocidente europeu. Em 1919, o movimento operário organiza-se, expande-se e revela a sua força. Nesse ano, arranca um desafiador ímpeto grevista de cobertura nacional e



cujo fluxo será intenso até 1920, cria-se a Confederação Geral do Trabalho (CGT) e lança-se um jornal de circulação nacional, *A Batalha,* que se tornaria no terceiro diário com maior tiragem do país.

Como ficou escrito, o PRP ensaia e falha uma tentativa de encaminhamento das lutas operárias para o Parlamento, favorecendo o Partido Socialista eleitoralmente e entregando-lhe a pasta do Trabalho, na expectativa de encontrar neste partido a mediação de que carecia para a gestão dos conflitos entre o operariado e o patronato. Numa altura em que a organização sindical se pautava por princípios apartidários e defendia a acção directa, única via possível para uma classe arredada do sufrágio universal pelo peso esmagador do analfabetismo que a caracterizava, um projecto socialista-reformista de base parlamentar tornava-se vão. Mas, além da aproximação aos socialistas, os democráticos tomaram importantes medidas que falam tanto pela força reivindicativa do movimento operário em 1919 como pela estratégia de consolidação de um pilar social para o PRP. Em Maio são publicados vários decretos pela pasta do Trabalho, onde se estipula o período máximo de horário de trabalho das oito horas diárias ou 48 horas semanais, para os funcionários do Estado, corporações administrativas, indústria e comércio, excluindo-se os trabalhadores rurais e domésticos (empregados de hotelaria eram considerados domésticos), contemplando-se o pagamento a dobrar do trabalho extraordinário, a não redução dos salários vigentes e sanções económicas para empregadores que obrigassem a exceder o horário legal ou despedissem trabalhadores por exigirem o cumprimento da lei (decreto n.º 5516, 7 de Maio de 1919). No afã legislativo que antecede as eleições e que fica registado nos 30 suplementos ao *Diário de Governo* de 10 de Maio de 1919, decretam-se medidas complementares, organizam-se seguros sociais obrigatórios para a doença (decreto n.º 5636), acidentes de trabalho (decreto n.º 5637), invalidez, velhice e sobrevivência (decreto n.º 5638), cria-se o Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e Previdência Geral (decreto n.º 5640) e organizam-se as Bolsas Sociais de Trabalho (decreto n.º 5639).

Ao decretar estas medidas, o PRP sujeita-se a fortes pressões do patronato. Ainda em Maio, a lei das oito horas é suspensa para conter a animosidade dos empregadores. Foi a primeira de várias cedências que ditaram a mudança de atitude do PRP face às reivindicações do operariado. Em Junho de 1919, o Governo de Domingos Pereira autoriza a GNR a abrir fogo sobre os grevistas do Barreiro, ordena o

encerramento da União Operária Nacional e confisca *A Batalha*. São acções que ditam o tom da repressão que daí em diante caracteriza a relação do PRP com o operariado. O esboço de favorecimento do movimento operário organizado através de concessões fundamentais, como a promulgação da lei das oito horas de trabalho, gera uma agressiva reacção patronal, prenúncio dos antagonismos socioeconómicos instalados. A redução do horário de trabalho destabiliza os pressupostos de produção da indústria e do lucro do comércio, enquanto representa uma batalha elementar pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Perante a irredutibilidade patronal, o PRP alinha na prática repressiva e aliena o operariado.

Quem também desembocava no pós-guerra com reforço de peso político eram os interesses da indústria, do comércio e das finanças. Neles procurou o PRP fundear o segundo pilar, o económico. Os capitais acumulados pelas práticas de açambarcamento de géneros e divisas durante a conjuntura bélica podiam ser aplicados na produção industrial, e a mão-de-obra afluía depois da desmobilização militar. Durante um curto período, desde finais de 1919 e durante o ano de 1920, ocorreu um surto industrial de cariz conjuntural. As condições que o acobertavam e as características da produção condenaram-no ao insucesso e à ausência de crescimento económico sustentado. No entanto, em 1919 o sector florescia. Os investimentos em maquinaria e o consumo de combustíveis duplicam entre os anos de 1918 e 1919. No ano seguinte há reflexos no aumento da produção. O estímulo dado provinha da desvalorização monetária, que tinha os efeitos práticos de uma eficaz barreira proteccionista. As indústrias vocacionadas para o mercado interno, como a metalúrgica, são incentivadas pelo preço proibitivo da importação de produtos congéneres. Para algumas unidades dedicadas ao mercado externo, como a têxtil e a indústria conserveira, a queda do escudo tornava os seus produtos baratos e, por isso, apetecíveis no exterior, facilitando a sua colocação. O ano em que a produção industrial exprime a prosperidade do sector, 1920, foi o tempo que consagrou as duas condições-base do surto anunciado: a queda acelerada do escudo e a contenção salarial. Portanto, a indústria que cresce no pós-guerra é beneficiária da baixa cambial e da repressão sobre o movimento operário. O primeiro aspecto indica-nos o papel activo do PRP no prosseguimento de uma estratégia de sedimentação de um pilar económico pró-republicano, o segundo, as contradições implicadas no modelo centrista adoptado.



A desvalorização do escudo era o reflexo do ciclo inflacionário induzido por um mecanismo financeiro utilizado durante a guerra para cobrir as dívidas públicas a curto prazo — a emissão de papel-moeda. Em 1919, os democráticos optam por manter este expediente financeiro, pela utilidade imediata na redução das dívidas do Estado, mas também na perspectiva de incentivar o crescimento de uma classe económica urbana que rivalizasse com o peso da província conservadora, onde dominavam os interesses das elites agrícolas tradicionais. A inflação, benemérita para os interesses económicos particulares da indústria e das actividades comerciais e financeiras, lesava de modo dramático a população que dependia de rendimentos fixos. Num primeiro momento, o impacto das políticas inflacionárias sobre estas camadas da população urbana era contido pelas concessões ao movimento operário. Além das leis já referidas e do favorecimento do Partido Socialista, anula-se o congelamento salarial decretado durante o sidonismo e confirma-se o regime do pão subsidiado, o chamado «pão político» que chegava ao mercado a preços controlados. Rapidamente, a erosão provocada pela subida do custo de vida anulava os efeitos paliativos destas medidas e lançava as camadas mais baixas da sociedade no agravamento da perda de nível de vida.

Quanto ao projecto de constituição de um pilar económico pró-republicano, os efeitos da crise internacional de 1921, especialmente sentidos na indústria de exportação, que se deparava com dificuldades de colocação de produto no exterior, ditariam a sua falência. Embora os vários sectores industriais não tenham recebido uniformemente as consequências desta crise, ela ditou a dissolução entre o grupo de interesses industriais e o PRP, considerando o primeiro que o segundo não intervinha em sua defesa.

O terceiro pilar do projecto centrista do PRP, a constituição de uma força armada que defendesse o regime, é indicado pela reestruturação da Guarda Nacional Republicana. Em 1919, o comando da GNR é entregue a Liberato Pinto, oficial da confiança do Partido Democrático. Entre a abundante legislação publicada no *Diário de Governo* de 10 de Maio desse ano, conta-se o decreto que autorizava a nova composição da Guarda Nacional (decreto n.º 5568) e onde se lê a seguinte justificação que explicita o objectivo político da lei:

> Atendendo a que em casos graves de alteração da ordem pública, como sejam as revoluções, e no intuito de impedir e julgar

> prontamente qualquer tentativa de insurreição contrária ao regime republicano vigente, a mesma guarda deve dispor de todos os elementos para operar com absoluta segurança e rapidez.[2]

Prossegue o texto com as disposições tendentes a satisfazer aquele propósito, de onde se destaca: a atribuição de competência exclusiva ao comandante geral da força para requisitar e despedir oficiais; a inquirição prévia da «fé republicana» dos oficiais a contratar, bem como da consulta das informações anuais (últimos três anos) respeitantes ao candidato; o alargamento do número de efectivos; a atribuição de armas pesadas; e a adjudicação de aquartelamentos estratégicos em Lisboa, como os do Castelo de São Jorge, da Graça, de Campolide e da Calçada da Ajuda. Ou seja, criava-se uma força armada capaz de rivalizar com o Exército no sítio determinante para os destinos políticos do país — a capital. Ao fazê-lo, o PRP pretendia equilibrar o peso do Exército conservador com armas inequivocamente favoráveis à República. A nova GNR investiu sobre o operariado, como vimos, às ordens dos democráticos. Mas, a partir de 1920, fruto do contexto e da orientação política que lhe deram, a Guarda começa a intervir já não apenas num sentido pró-republicano, mas anticonservador. Vários governos liberais caíram pela acção directa ou indirecta da nova GNR, Liberato Pinto chegou a chefiar um Governo (de 30 de Novembro de 1920 a 2 de Março de 1921) e, em Outubro de 1921, esta força liderou uma revolução radical. A GNR, reforçada e politizada para defender o bloco central, acaba por se constituir como o braço armado do bloco radical.

Os ensaios centristas do PRP, em 1919, agravam a clivagem social originada por uma contrastante distribuição da riqueza. Enquanto a indústria, o comércio e as finanças prosperavam, as camadas urbanas mais baixas depauperavam. A percepção da dualidade dos mecanismos económico-financeiros coevos (ciclo inflacionário) e os seus efeitos provocaram a radicalização dos agentes históricos que, à direita e à esquerda, se politizaram para solucionar as rupturas sociais instaladas. As tentativas de constituição de um bloco central falharam sucessivamente, devido às contradições do modelo adoptado e à irredutibilidade dos antagonismos criados. Tinha chegado o momento histórico da disputa de dois modelos alternativos de organização social sobre o domínio das mudanças em curso. Tinha chegado o tempo da modernização do campo político.



## Notas

1 João Bonifácio Serra, «O sistema político da Primeira República», *A Primeira República Portuguesa. Entre o Liberalismo e o Autoritarismo* (coord. Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto), Lisboa, Edições Colibri/IHC, 2000.

2 *Diário de Governo*, Suplemento de 10 de Maio de 1919.

# A ofensiva operária

*Joana Dias Pereira*

A conjuntura em que se desenrola a crise revolucionária do pós-guerra insere-se num período histórico balizado pela recessão económica dos finais do século XIX e o seu trágico desfecho — a crise do sistema liberal e a imposição de uma solução autoritária. Contemporaneamente, a classe operária emerge como novo protagonista social, opondo-se aos pilares do regime vigente — o capitalismo, o parlamentarismo e o domínio burguês.

Desde meados do século XIX que as associações de classe operária crescem em número de associados, apresentando as suas revindicações aos governos constitucionais através dos dirigentes socialistas. Na alvorada do século XX, este movimento muda de feição, adoptando paulatinamente a acção directa contra o patronato como única forma de fazer frente ao crescente aumento da carestia de vida que caracteriza todo este período. A eficácia da nova táctica transforma radicalmente o movimento dos trabalhadores, atraindo anarquistas, radicalizando socialistas e, sobretudo, transformando as velhas associações de classe em sindicatos modernos, que mobilizarão de facto as massas operárias.

No contexto nacional, em vésperas do 5 de Outubro, o Partido Socialista Português (PSP) procurava restabelecer a sua hegemonia no movimento sindical, esperançado de que a revolução política finalmente lhe concedesse a oportunidade de reformar o Estado capitalista. Todavia, os sindicalistas revolucionários, apoiados por anarquistas operários e por alguns socialistas possibilistas, abandonaram o congresso reformista de Julho de 1909, fazendo germinar o movimento operário que marcará a Primeira República Portuguesa.

Não obstante o carácter apolítico da nova doutrina sindicalista revolucionária, foi com expectativa que as classes trabalhadoras acolheram a metamorfose política. Os seus dirigentes, conscientes de que a república burguesa não alteraria as condições materiais de

existência do proletariado, não deixavam de reconhecer que novas liberdades democráticas ofereceriam um alargado campo de agitação e propaganda.

Apesar de divididos entre reformistas e revolucionários, os dirigentes operários irão aproveitar o período de consolidação do poder político para potenciar a primeira grande ofensiva operária portuguesa, para divulgar o seu projecto social independente e para cimentar as suas organizações.

Os republicanos, embora tenham elogiado e usufruído do movimento para a tomada do poder, irão reprimir violentamente a acção directa, manifestando a sua profunda hostilidade ao movimento autónomo dos trabalhadores. Todavia, não conseguirão resolver a grave situação económica e social das classes trabalhadoras por via institucional.

Defraudada a ilusão republicana, a corrente revolucionária do sindicalismo português, inspirada na Carta de Amiens da central sindical francesa, a CGT, irá alargar exponencialmente o seu campo de influência. Adoptando e adaptando postulados marxistas e libertários, esta doutrina conciliará socialistas, acratas e sindicalistas puros, alcançando a unificação das associações de classe no Primeiro Congresso Nacional Operário, em Março de 1914.

Ainda que a eclosão da Grande Guerra tenha revogado as consequências imediatas desta conquista orgânica, perante o ressurgimento das lutas sectoriais e a radicalização da sociedade durante a conflagração os revolucionários irão hegemonizar o movimento organizado, enquanto a direcção do PSP apoia o Governo de União Sagrada. Nas Conferências Operárias realizadas em Abril de 1917, a corrente que preconizava a acção directa toma a liderança da União Operária Nacional (UON).

O poder de atracção do «sindicalismo revolucionário» residia nas conquistas parciais e imediatas que satisfaziam os reformistas e as massas trabalhadoras despolitizadas, não obstante o seu propósito — a transformação radical da sociedade e a substituição do capitalismo pela gestão sindical.

Depois de tragicamente defraudada a expectativa de que os trabalhadores europeus impediriam uma guerra imperialista, nasceu uma nova esperança a oriente. A crise revolucionária do primeiro pós-guerra foi



um período excepcional na história da humanidade, levando até os mais cépticos a acreditar que o sistema capitalista estava ameaçado.

Portugal não foi excepção. Não faltam os testemunhos do receio que governos republicanos, patronato e outras camadas da sociedade tiveram de uma revolução socialista. De facto, nos designados «anos da ameaça vermelha», o movimento reivindicativo do operariado criou uma tensão social inédita.

No «Verão Quente» de 1917, em paralelo com vastos movimentos populares contra os açambarcamentos, terá início a segunda ofensiva operária do século XX, que o exemplo russo tornará infinitamente mais ameaçadora.

As greves corporativas revitalizavam a UON, nascida em 1914, e os trabalhadores indiferenciados revoltavam-se desorganizadamente, assaltando os armazéns onde os açambarcadores faziam os géneros esperar uma nova alta dos preços.

A sofrível derrota da greve de solidariedade com os trabalhadores dos telégrafos-postais, ponto alto do movimento reivindicativo de 1917, levou a direcção da UON a concluir «que são inviáveis as greves gerais pacíficas», e que, «perante governos de força», é necessária a «acção forte e enérgica da greve geral revolucionária»[1].

Esgotadas as possibilidades do movimento corporativo, quando as conquistas salariais não logravam acompanhar a inflação galopante, o operariado partirá para a mobilização das restantes classes desapossadas e desesperadas da sociedade portuguesa, que viviam em comum o flagelo da subsistência. A greve geral contra a carestia de vida foi o movimento mais alargado levado a cabo pela central sindical, e possivelmente o momento de maior agitação social a que a Primeira República Portuguesa assistiu.

Na realidade, em finais de 1917, a luta de classes punha em causa a própria República. As forças mais conservadoras da sociedade haviam imposto o seu primeiro regime ditatorial moderno — a «República Nova». Muito embora este venha a ser o período de mais feroz perseguição ao movimento operário, as promessas dos golpistas iludirão os seus dirigentes.

O postulado apolítico da central sindical, à medida que a conjuntura se agrava, vai sendo posto de lado em favor de alianças mal disfarçadas, muitas vezes prejudiciais aos trabalhadores. A desorientação que este tipo de posições por parte da direcção da UON, e depois da Confederação Geral do Trabalho (CGT), determinará no conjunto do

operariado organizado será determinante para a deserção das associações de classe durante o refluxo da ofensiva.

Paradoxalmente, foi a Sidónio Pais que os sindicalistas revolucionários apresentaram o seu primeiro programa político, sintetizado em 15 reivindicações, que iam desde a libertação dos presos por questões de ordem económica e social até à utilização dos terrenos incultos pelos sindicatos rurais.

Sidónio Pais apenas irá satisfazer a primeira reclamação, para garantir o apoio tácito da central ao golpe militar. Porém, a breve trecho dará provas do carácter anti-social e repressivo da República Nova. Desta forma, os sindicalistas afastar-se-ão do reformismo e do corporativismo, partindo para a organização da greve geral de todos os consumidores.

Em Março de 1918, a UON faz publicar na imprensa uma moção que condena o desrespeito pela liberdade de associação e expressão, a repressão arbitrária exercida pela República Nova e a manutenção do grave problema das subsistências. Nesta moção, a central «convida os assalariados, tanto os das indústrias como os das profissões liberais, a ingressarem nas suas associações para lograrem o respeito pelos seus direitos e fazer valer as suas reivindicações, pois que mais uma vez lhes deve ter sido demonstrado que os trabalhadores só podem contar com o seu próprio esforço»[2].

A agitação e a propaganda operárias radicalizam-se, para infelicidade da burguesia, que não descansava desde o «Outubro bolchevista». Em meados do ano, «reina uma agitação operária como não há memória. Uma após outra, todas as classes se lançam na greve. É a fome, a pressão económica fazendo sentir os seus terríveis efeitos; os famintos, protestando clamorosamente, realizando movimentos em que não aparecem amarelos».

Ao mesmo tempo, «a agitação rural recrudesce [...] e decerto que a atmosfera que se vive em Lisboa se alastrará ao resto do país». *A Greve* regozija-se:

> Aproxima-se a grande revolução. E nós, ao vermos despontar lá longe, esse sol radioso e bom, bradamos: Viva a revolução social iniciada na Rússia! Abaixo todos os governos burgueses![3]

A preparação da greve geral de Novembro de 1918, a greve de todos os consumidores contra a carestia de vida, envolveu um esforço organizativo sem precedentes: «Nunca em Portugal, como então, se trabalhou tão intensa e extensamente na preparação de uma greve.»[4]



Todavia, nas vésperas da paralisação, a conjuntura mudou radicalmente — foi assinado o armistício, ressurgindo a esperança da solução da questão das subsistências, enquanto a pneumónica grassava entre a população, matando inclusivamente muitos dirigentes operários. A greve não foi geral, nem revolucionária, mas, apesar disso, reflectiu um movimento interclassista e de expressão nacional.

Os ferroviários do sul e sueste secundaram o movimento, apesar de as tropas terem ocupado as estações. Contudo, os colegas da CP que aderiram à paralisação foram em escasso número — apenas as delegações de Gaia, Ovar e Vale do Vouga. No norte do país, aliás, à excepção destes, somente as classes da Póvoa do Varzim paralisaram o trabalho. Em Coimbra, os operários mantiveram-se indiferentes e, na Estremadura, à parte de Alpiarça e Almeirim, a greve passou despercebida. Mesmo em Lisboa, onde os dirigentes se mostravam confiantes, a atitude foi de hesitação. Apenas a greve tipográfica concedeu alguma visibilidade ao movimento, uma vez que não saíram jornais durante três dias. Foi o proletariado do Alentejo aquele que melhor respondeu ao apelo, resistindo durante oito dias. Mas também foi aquele que maiores perseguições sofreu, sendo deportados militantes para Luanda. Em algumas localidades do Algarve, a greve também se fez sentir, especialmente em Portimão e Silves. A península de Setúbal não negou a sua tradição combativa[5].

Em Janeiro do ano seguinte, com a derrota do sidonismo, a ala mais conservadora da sociedade portuguesa era derrotada pela reunificação do operariado com a pequena e média burguesia urbana. Ao mesmo tempo, na Europa, a revolução social avançava para ocidente.

Neste contexto, os governos republicanos do pós-guerra irão pôr em prática, pela primeira vez, uma séria política de reformas sociais. É criado o Ministério do Trabalho, tutelado por um socialista, o «camarada Augusto», que publicará vasta legislação social, na qual se destaca a instituição dos seguros sociais obrigatórios e as oito horas de trabalho. Perante a política reformista, todavia, a UON declara:

> Não, a hora não é de paz, mas de guerra ardente, contínua porque não há possibilidade de haver paz, nem harmonia, onde existe uma classe

> que pretende manter o regime económico actual, com todas as suas anomalias, e outra que luta animosamente, numa batalha incessante e cada vez mais viva, pela transformação desta sociedade, com o intuito de substituir as presentes instituições por outras com formas novas, progressivas, humanas.[6]

De facto, em 1919, a confrontação social ultrapassou os estreitos limites das reformas legais. As primeiras greves desse ano foram vitoriosas, servindo de incentivo ao surgimento de novas lutas e à reorganização sindical. No dia 23 de Fevereiro, surge nas bancas um novo diário da responsabilidade da UON, *A Batalha,* que rapidamente se torna o terceiro jornal nacional. O número de adesões aos sindicatos não cessa de aumentar, à medida que as lutas sectoriais se tornam cada vez mais alargadas.

A estruturação da UON vai-se ampliando e reforçando, mesmo em zonas do país onde o sindicalismo nunca se havia enraizado, como por exemplo em Aveiro ou Coimbra, onde são criadas uniões de sindicatos operários, à semelhança do que acontecera em Lisboa, no Porto e em Évora entre 1909 e 1912. Em todas é incontestável a orientação revolucionária[7].

Por outro lado, nota-se um esforço de unificar corporações anteriormente divididas, sob o signo do sindicalismo revolucionário, como espelha o caso do Núcleo Pró-unificação dos Trabalhadores do Comércio, que, recusando «dissensões e polémicas», se prepara para «acompanhar a grande marcha evolutiva da humanidade»[8].

O patronato, por seu lado, determinado a perpetuar os fabulosos lucros de guerra, não aceitará as novas imposições governamentais. As associações patronais apelam ao seu boicote, desacreditando o reformismo e desafiando o operariado. Os trabalhadores lançam-se entusiasticamente na luta, com o objectivo de imporem a aplicação da lei das oito horas laborais, ao mesmo tempo que procuram acompanhar com os seus salários a contínua subida dos preços dos géneros.

Nos primeiros meses de 1919, grandes movimentos grevistas de norte a sul do país resultam em grandes vitórias. Os corticeiros, por exemplo, conquistam as oito horas de trabalho e 40 por cento de aumento salarial. Novas camadas da sociedade são aliciadas para a acção directa. Em Abril, a greve dos serviços públicos incluía até alguns sectores das forças da ordem, como por exemplo a Polícia Municipal do Porto. A radicalização do movimento revela-se incontornável.



No 1.º de Maio, a UON mobiliza 30 mil trabalhadores numa manifestação monumental para a época, na qual se saúda a Revolução Soviética e se exige a «gradual e progressiva socialização da terra e da indústria»[9]. Nesse mesmo dia, deflagra um incêndio no Terreiro do Paço e na prisão do Limoeiro, cuja gravidade foi impulsionada pela greve dos bombeiros e do pessoal da Companhia das Águas. Com o centro político em chamas, o Executivo reage:

> O Governo está na firme disposição de recorrer a todos os meios, ainda os mais extremos, para evitar que outros crimes se sucedam contra a propriedade, a vida humana e a segurança do Estado.[10]

É já num contexto de reacção patronal, com apoio governamental, que se vão desenrolar as duras greves da CUF e dos ferroviários, em 1919. O Executivo, fortemente motivado pelas companhias implicadas, aplicará inéditos métodos coercivos, condenando o movimento à derrota. Ainda assim, a organização sindical dá provas de uma enorme capacidade de resistência, prolongando os conflitos por mais de dois meses e fazendo alastrar a solidariedade operária a todo o país.

Nunca como naqueles meses, entre Maio e Setembro de 1919, o operariado, o patronato e o Estado se enfrentaram tão violentamente. Em meados do ano, a acção directa atinge o seu clímax perante a provocação patronal, desencadeada por Alfredo da Silva — proprietário da CUF — através do despedimento injusto dos trabalhadores responsáveis pela criação da associação de classe daquela companhia.

A UON aceita o desafio e decide medir forças com o industrial, declarando greve geral do pessoal da secção do Barreiro[11]. A central sindical, numa significativa demonstração de capacidade organizativa, fará alastrar o movimento a outros sectores produtivos e a vários serviços públicos, ao mesmo tempo que, através de «*quêtes*»[12], entre os trabalhadores das várias associações de classe que coordenava, garantia as condições materiais indispensáveis à resistência dos grevistas da CUF e das suas famílias.

À medida que se alastra o movimento de solidariedade para com os trabalhadores da CUF, os industriais e, quando afectadas, também as empresas jornalísticas, cerram fileiras, pondo em funcionamento as suas próprias organizações de classe e recorrendo igualmente à paralisação das suas fábricas.

Para os sindicalistas, tratava-se de «uma luta de vida ou morte [...] entre o potentado do capital e o proletariado organizado, este representado pelos camaradas da união fabril». A greve mantida contra a intransigência de Alfredo da Silva, que era de facto um dos maiores empresários do país, e que há muito afrontava a organização sindical, recusando-se a negociar com a associação de classe da sua empresa, era a prova de força que a UON necessitava de ultrapassar para demonstrar a sua influência na sociedade portuguesa[13].

Ao generalizar-se a greve na vila do Barreiro, no dia 11 de Junho[14], a ideia de uma paralisação total da produção e dos serviços públicos em Lisboa começou a ser encarada como inevitável[15].

No dia 18 de Junho, o único jornal a ser publicado na capital foi *O Século,* uma vez que apenas o pessoal gráfico desta empresa se recusou a acompanhar a classe numa greve de protesto contra o encerramento das instalações d'*A Batalha.* Este diário noticia a derrota da greve geral. Em Lisboa, o pessoal da Companhia da Carris de Ferro, do Arsenal da Marinha, dos Caminhos-de-ferro e dos Correios não se solidarizou com os restantes trabalhadores em luta. No Barreiro, estavam apenas paralisadas as fábricas da CUF, as da cortiça, a construção civil e o comércio. Os corticeiros no Seixal abandonaram o trabalho, e só em Almada a greve foi verdadeiramente geral[16].

A «assembleia-geral das empresas de jornais de Lisboa» garantiu a publicação de um único periódico, intitulado *A Imprensa*, graças ao esforço conjunto das redacções e direcções — d'*A Capital, Diário de Notícias, Época, Jornal do Comércio, Jornal da Tarde, Luta, Manhã, Mundo, Opinião, Portugal, A República, O Século, A Vanguarda e O Vitória* — afirmando peremptoriamente: «a questão está nitidamente posta [...]: quem não é pela ordem é contra a ordem»[17].

Ainda o conflito da União Fabril estava por resolver quando deflagra a luta ferroviária. A 3 de Julho de 1919, à meia-noite e meia, iniciam-se dois meses de greve nas linhas do oeste, norte e leste, afectando toda a região central do país, as ligações com o restante território nacional e com o estrangeiro. O Comité Central de Greve recebe telegramas de toda a linha, manifestando apoio ao protesto, e uma comunicação do Comité de Gaia a declarar que a greve foi votada em toda a rede ferroviária[18]. A paralisação é geral[19].

A reacção governamental é imediata. O Exército invade as estações e outras instalações da companhia, procede a centenas de detenções, sendo a comissão organizadora forçada à clandestinidade.



A 7 de Julho, é aprovada uma moção de «Plena Confiança» ao Governo para manter a ordem pública. O Executivo invade a sede da UON, prende o corpo redactorial d'*A Batalha*, a comissão organizadora do Segundo Congresso Operário e várias direcções sindicais[20]. O cruzador *Vasco da Gama* ensombra Santa Apolónia, enquanto a estação do Rossio é cercada por forças militares[21]. «À frente de cada comboio segue, para evitar os actos de sabotagem, um *vagon* cheio de grevistas» — o designado *vagon* fantasma[22]. O conselho de administração da companhia lança a ordem n.º 83, em que declara que os ferroviários que não se apresentassem ao serviço seriam demitidos[23].

Quando o Comité Central do Sindicato Ferroviário implora à UON a solidariedade das restante classes, a direcção da organização, «depois de haver ponderado a situação, e reconhecendo que possibilidade não havia, naquela altura de se produzir um movimento [...] oficiou ao supramencionado Comité, expondo-lhe a impossibilidade de tentar a greve geral»[24].

Como veremos, exactamente um ano depois, os ferroviários do sul e sueste, do Douro e Minho farão o mesmo pedido à CGT, que voltará a decliná-lo. Na verdade, a greve geral foi-se tornando cada vez mais inatingível, à medida que o patronato cerrava fileiras, que a esquerda republicana perdia terreno, que a revolução europeia era afogada em sangue e que a crise económica e o desemprego desarmavam o operariado.

Em plena ofensiva operária, a 13 de Setembro de 1919, realiza-se em Coimbra o Segundo Congresso Nacional Operário, onde é finalmente criada a Confederação Geral do Trabalho (CGT), organizando praticamente duas centenas de associações de classe, que representavam entre 85 e 90 mil trabalhadores.

Muito embora as teses tenham originado intenso debate, reflectindo as tendências contraditórias que se iam desenhando no seio da jovem CGT, o esforço conciliatório por parte dos militantes que não queriam ver a organização fragmentar-se no acto criador fez previver a doutrina que unia anarco-sindicalistas e bolchevistas no combate ao reformismo — o sindicalismo revolucionário.

Assumido o carácter nitidamente revolucionário do movimento, restava saber que revolução queriam os sindicalistas. A revolução social já não era apenas uma quimera inspiradora, era uma realidade

concreta que se ia aproximando à medida que a onda subversiva irradiava da Rússia bolchevique.

Pela primeira vez, a concretização da emancipação operária surgia como uma realidade atingível. A viragem que essa constatação representa na construção ideológica, o debate que provocará no seio de todas as escolas socialistas e a transformação que determinará nos princípios de muitos militantes começa a reflectir-se no pós-guerra.

Todavia, até à enunciação das 21 Condições da Terceira Internacional, reticências teóricas à parte, toda a imprensa operária rejubilava com a onda revolucionária que assolava a Europa. Mais do que elogiar, a propaganda esforçava-se por usar a revolução bolchevique como um catalisador do movimento reivindicativo. Valia a pena um derradeiro esforço, pois a revolução não tardaria. Não havia oportunidade para dissidências.

De facto, embora estivessem já latentes as novas divergências ideológicas que conduziriam o movimento à cisão, a conjuntura do pós-guerra, que determinava a radicalização do operariado e do patronato, bem como a expectativa revolucionária, vinha colocar questões práticas mais prementes, nomeadamente sobre o modelo organizacional e de intervenção a adoptar pela CGT — que muitos consideravam destinada a tomar o poder.

A discussão que monopolizou o Segundo Congresso Nacional Operário reflectia as transformações que o próprio tecido industrial português sofria em consequência da guerra. A indústria moderna que timidamente se desenvolvia em contexto nacional criava uma massa de operários que procurava uma organização de grande escala, com efectiva intervenção política, enquanto os antigos artífices da indústria tradicional continuavam a ver no ofício e nas reivindicações de carácter puramente económico a forma mais eficaz de melhorar as suas condições de vida. Se eram estes últimos que ainda mantinham alguma capacidade reivindicativa frente a um patronato igualmente débil e desorganizado, os dirigentes e ideólogos do movimento preferiram apoiar os primeiros. À data, esta decisão parecia não se cingir apenas ao critério de organização para a resistência, mas incidir também na definição do modelo ideal para a gestão da nova sociedade que a onda revolucionária traria por fim a Portugal.

Os revolucionários desejavam a revolução, e por essa razão procuravam encontrar afinidades entre o sovietismo vencedor e o sindicalismo. Contudo, à medida que o processo revolucionário russo



em curso avançava, as perspectivas diferenciavam-se, inviabilizando um consenso. Os militantes portugueses viam-se confrontados com a necessidade de tomar uma posição face ao maior acontecimento social a que tinham assistido, o que na data parecia implicar uma deliberação sobre o carácter da sua própria revolução. Até 1921, a decisão revelou-se difícil de tomar, originando debates e conflitos que acabaram por dividir o movimento.

Se, no congresso de Coimbra, onde se reuniram os representantes directos da massa associativa, foram as questões de carácter pragmático e imediato que estiveram em debate, as divergências que dividiriam posteriormente os mais destacados militantes manifestar-se-iam em polémicas teóricas, nomeadamente sobre a ditadura do proletariado.

Foi só em Fevereiro de 1920 que, numa «importantíssima reunião [...] se definiu pela primeira vez oficialmente a posição dos trabalhadores portugueses em face do bolchevismo». *A Batalha* finalmente esclarecia: «Não somos bolchevistas. Acima de tudo somos sindicalistas revolucionários.» Não deixava, porém, de advertir que essa tomada de posição não significava hostilidade perante a Revolução Russa: «Bem pelo contrário, seguimos atentamente a marcha do movimento, procuramos assimilar os ensinamentos que dela resultam e apoiaremos sempre a Revolução contra os ataques da Internacional negra do capitalismo e do militarismo.»[25]

Porém, um grupo de militantes disposto a levar o movimento até às últimas consequências decide fundar uma organização própria — a Federação Maximalista Portuguesa —, não pretendendo esperar a resolução do impasse em que estava mergulhada a CGT. Em Maio de 1919, há já notícia de diversos conselhos maximalistas na grande Lisboa — Campo de Ourique, Meia Laranja, Belém, Oeiras, etc. E, em Julho desse ano, já se previa a publicação do semanário *A Bandeira Vermelha*.

A Federação Maximalista Portuguesa, tendo por objectivo a defesa da causa de Outubro através da divulgação das ideias dos principais líderes do regime soviético, deu especial destaque nas páginas d'*A Bandeira Vermelha* à legitimação do poder proletário em ditadura, recorrendo a testemunhos de figuras proeminentes do sindicalismo e do anarquismo, numa tentativa de mostrar que o bolchevismo estava em sintonia com as ideias defendidas pelos sindicalistas, que «o Sovietismo» era a «fórmula eslava do sindicalismo operário ocidental»[26], que «o sindicalismo revolucionário é o mesmo que sovietismo»[27].

No final de 1919, com a fundação da CGT, os dirigentes operários acreditam que «uma nova era começa para o proletariado português. A confederação conseguirá [...] congregar dispersas energias em grandes núcleos de resistência capazes de afrontar a coligação patronal que reage desesperadamente nos paroxismos da agonia»[28].

Porém, no ano de 1920, as condições do fluxo grevista eram claramente distintas. O operariado organizado tinha de enfrentar um patronato já muito distante da agonia e consciente de que a sua união era indispensável para a derrota dos trabalhadores. Os industriais organizam-se na Associação Industrial Portuguesa e na Confederação Patronal, ao mesmo tempo que, ao contrário dos operários, tutelados pelo anarco-sindicalismo, darão maior atenção à esfera política, fazendo cair ministérios republicanos e promovendo os seus próprios representantes.

O ano de 1920 começa com um novo ciclo de reivindicações salariais e com o agravamento da tensão social. As lutas sindicais ganham contornos subversivos e os levantamentos populares voltam a surpreender a sociedade.

Os trabalhadores do norte do país, tradicionalmente mais moderados, levam a cabo um movimento que abala a ordem pública. Os precursores da agitação são os operários da moagem e da panificação, os funcionários do município e dos telégrafos, alastrando-se aos empregados municipais de Lisboa, estivadores, marinheiros, operários do calçado e têxteis. Quando a CGT apela para a greve geral, os comités operários entram em confronto com a GNR. Os activistas ocupam as manufacturas de tabacos, bloqueiam o trânsito dos eléctricos e tentam impedir, na cidade, a entrada e saída de mantimentos. O movimento expande-se, no norte, a outros centros operários.

No dia 21 de Janeiro, é decretado o estado de sítio, sendo encerradas as sedes sindicais e detidos cerca de 150 militantes. Durante as confrontações, são feridos e mortos inúmeros trabalhadores, assistindo-se ao momento mais preocupante para a ordem estabelecida quando um destacamento da GNR opta por defender as posições contestatárias. Os grevistas conquistam o aumento salarial, mas são obrigados a renunciar às oito horas de trabalho diário em troca da libertação dos militantes presos.

Paralelamente, na zona da grande Lisboa, entram sucessivamente em greve o pessoal dos eléctricos, os empregados municipais, os corticeiros, os metalúrgicos, os carpinteiros navais, os tipógrafos,



os trabalhadores das fábricas conserveiras, os manufactores de calçado, os tanoeiros e, finalmente, os funcionários públicos, que provocarão a queda do Governo.

Este movimento foi o canto do cisne da ofensiva operária do pós-guerra, diluindo-se já na acção espontânea das populações, desesperadas com um novo agravamento do preço dos géneros. A partir desta data, as explosões do proletariado desorganizado irão sobrepor-se à acção da CGT, que perdia progressivamente capacidade mobilizadora face ao aumento do desemprego, à crise económica e ao esgotamento da táctica reivindicativa, que se via ultrapassada pela inflação contínua.

Derrotado o movimento, Sérgio Príncipe — líder da Confederação Patronal — apela para «acções enérgicas, uma vez que os meios de acção pacífica se tinham esgotado»[29]. Após a tentativa fracassada, por parte de Álvaro de Castro e António Maria da Silva, de formar Governo, é um coronel — António Maria Baptista — quem irá satisfazer os desejos do patronato, com o programa «ordem pública, ordem pública e ordem pública»[30].

Em meados do ano, muitos destacados dirigentes estão detidos nas prisões da Relação do Porto e no Limoeiro. Em Évora e Beja, os direitos de associação estão suspensos. A circulação de *A Batalha* e *O Combate* é suspensa, e *A Comuna* é perseguida nas ruas de Lisboa[31]. Os comícios públicos não se realizam, «devido à crise política que se atravessa, visto que nenhuma autoridade os consente». «Pertencer-se a uma comissão de melhoramentos, ou aos próprios corpos gerentes de uma classe, constitui um crime punível pelos dirigentes militares e reaccionários, com a transferência ou com outros castigos.»[32]

A CGT procurará revigorar a sua influência na sociedade portuguesa, promovendo a agitação em torno da «questão das subsistências», ao mesmo tempo que os movimentos corporativos pretendem assumir um carácter de interesse público, como é o caso da «Campanha da Mina de Santa Susana», levada a cabo pelos ferroviários do sul e sueste, com o objectivo de evitar o aumento das tarifas[33].

É durante esta luta que António Granjo, à data presidente do ministério, afirma, numa conferência realizada no Barreiro com a comissão de melhoramentos da classe ferroviária, que pensa aproveitar «a força da classe operária para [...] meter na ordem a moagem», resistindo ao restabelecimento dos dois tipos de pão[34]. Contudo, ao procurar provocar um conflito generalizado, ocupando militarmente

as estações, toma consciência de que a «força da classe operária» já não é o que era. A greve dos ferroviários do sul e sueste, Minho e Douro será exemplarmente esmagada pelo Exército[35]. Curiosamente, na mesma data em que «deliberam os ferroviários entregar-se em massa»[36], em Setembro de 1920, é restabelecido o regime dos dois tipos de pão, pela cedência de António Granjo ao lóbi da moagem. A central ainda apela para que, «ante esta crueldade», o proletariado abandone a «inércia que o avassalou nestes últimos tempos». Os dirigentes operários têm esperança de que «apesar de quebrantado pela fome, que os traficantes causam e os governos acobertam», o movimento tenha «energia para meter na ordem, na verdadeira ordem, todos aqueles que à custa do seu suor impam de gozo»[37].

Contudo, as explosões de violência que marcam os primeiros dias fogem ao controlo da organização operária, e a tentativa da CGT de liderar o movimento é amordaçada pela proibição do comício de protesto de 11 de Setembro e através da censura d'*A Batalha* quatro dias depois. Quando *A Batalha* volta às bancas, reflecte apenas o desânimo dos dirigentes perante «a passividade operária», compreendendo que «a continuar do mesmo passo, as ideias de emancipação serão uma ideia vaga que nunca se concretizará»[38].

No ano seguinte, os ferroviários voltam à luta, na grande greve de 1921, mas «todo o auxílio moral e material prestado pelos organismos aderentes da CGT aos ferroviários do Estado, ele é insuficiente para se conseguir o triunfo das reclamações ferroviárias, chegando-se ao ponto culminante de se tornar impossível a declaração duma greve geral de solidariedade»[39].

O movimento nacional de solidariedade para com os ferroviários e outras classes dos transportes igualmente em luta ainda é tentado, sendo contactada toda a estrutura organizativa nesse sentido. Porém, «o Conselho Confederal não podia decidir a greve geral sem ter a esperança de que o movimento se produziria sequer em Lisboa». Os dirigentes da CGT são acusados de cobardia e reformismo devido a esta resolução, agravando-se as tensões no seio do movimento operário.

Perante o malogro da prática reivindicativa, a central sindical chegava a um impasse, dando mostras de verdadeira desorientação. Quando, em Janeiro de 1921, o congresso da Confederação Patronal espelha o perigo dos seus planos para combater a CGT — que incluem a criação de milícias tipo Barcelona, a corrupção de militantes ou a espionagem —, os dirigentes operários continuam a proclamar que «se for necessário partir para a confrontação talvez os operários estejam mais bem preparados que os patrões»[40]. Na realidade, ao contrário do patronato, que se organizava na defesa dos seus interesses, o operariado, desde as derrotas de 1920, dava mostras de ter regressado ao estreito corporativismo. Nas páginas d'*A Batalha* passa a ser predominante a crítica dos dirigentes às corporações operárias, evidenciando que o modelo organizacional votado em Coimbra, que pressupunha a criação de federações de indústria e de sindicatos únicos, não se havia concretizado[41].



As vitórias corporativas, no entanto, eram já igualmente escassas. A crise económica atingirá todas as classes e o desemprego fragilizará a capacidade reivindicativa até das mais combativas. Os corticeiros, que fizeram tremer monárquicos e republicanos e que conquistaram as maiores vitórias em ambas as ofensivas operárias descritas, no refluxo do movimento, depois de dois meses paralisados, desistem finalmente de salvar os seus postos de trabalho e abandonam o ofício e o país[42].

Em paralelo com o recuo da ofensiva operária, a discussão teórica assumirá um tom mais agressivo. Nas páginas d'*A Bandeira Vermelha* reflectia-se, já em meados do ano de 1920, o azedar das relações entre anarquistas e maximalistas — estes últimos encontravam-se «enojados da leviandade com que em algumas publicações portuguesas libertárias se escrevia sobre bolchevismo». Em Março do ano seguinte, partem para a construção do que esperavam vir a ser uma nova vanguarda — o PCP —, já que os dirigentes anarco-sindicalistas recusavam à CGT esse papel.

*A Bandeira Vermelha*, apoiando o PCP e a Terceira Internacional, congratula-se ao verificar que, como vinha defendendo desde a sua formação, «a moderna táctica revolucionária que é obra dos acontecimentos e não dos homens, que é determinada pelos factos e não por idealismos teóricos, objectiva-se nos chamados Partidos Comunistas, realizados uns e em vias de realização outros, em todos os países do mundo»[43].

A CGT, por seu lado, na famosa nota oficiosa que faz publicar — «Em face dum novo Partido Político» —, é clara ao declarar que «o proletariado, a caminho da sua emancipação pela libertação da tutela

dos senhores de hoje, não quer criar novas cadeias onde os prendam, amanhã novos senhores»[44]. O conflito instala-se nas várias organizações, sendo expulsos dos seus cargos alguns militantes que ingressaram no PCP, havendo outros, contudo, que pela confiança que mereciam das suas associações de classe se mantiveram no meio sindical.

É no Terceiro Congresso Nacional Operário, em 1922, que a hegemonia anarco-sindicalista é confirmada. Os anarquistas operários ganhavam terreno no seio do movimento desde a conflagração, quando foram os únicos coerentes e permanentemente antiguerristas, e encontravam-se em maioria na direcção, desde que Manuel Joaquim de Sousa fora eleito secretário-geral da CGT, em 1919.

A tese *Organização Social Sindicalista* e a resolução de filiar a CGT na Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), anarquista, vieram oficializar a orientação da central sindical. A doutrina sindicalista revolucionária, que desde 1914 congregava as diferentes tendências ideológicas do movimento operário, havia sido suplantada pela ala mais sectária da direcção, afastando os reformistas e radicalizando os bolchevistas.

Na origem dos Núcleos Sindicais Revolucionários (NSV), que organizarão os membros do PCP ou partidários da Internacional Sindical Vermelha (ISV) no seio da CGT, está um manifesto subscrito por 21 militantes, criticando as resoluções deste congresso.

Os NSV conseguirão implantar-se primeiro no Porto, em Coimbra e em Beja e, posteriormente, a sua influência abrangerá outros pontos do país. Os seus objectivos são clarificados no editorial do primeiro número do seu órgão — *A Internacional*: «Reconduzir a organização à via de tolerância que durante tanto tempo trilhou, mas também que ela opere conforme os ensinamentos que a Grande Guerra nos trouxe.»[45]

Os vencedores do Congresso da Covilhã não mereciam igualmente o apoio incondicional dos sindicalistas «puros», não anarquistas, que teriam preferido que a CGT não se filiasse em nenhuma das Internacionais, e viam com maus olhos o sectarismo anarco-sindicalista que invalidava alianças com as restantes forças democráticas da sociedade portuguesa no combate ao avanço do autoritarismo[46].

As divergências ideológicas, o agravamento da crise económica e o consequente refluxo do movimento operário levaram a CGT a perder, entre 1919 e 1923, 45 mil inscritos[47]. Depois do afastamento dos bolchevistas, a direcção da central será disputada por anarco-



-sindicalistas e «sindicalistas puros», oscilando entre o apoliticismo e o apoio táctico à esquerda republicana.

Nos anos que se seguiram ao Congresso da Covilhã, não obstante a liderança da CGT ter sido entregue a um sindicalista «puro», Santos Aranha, a hegemonia ideológica anarco-sindicalista no movimento operário era clara. O seu órgão, dirigido pelo mais destacado dirigente desta tendência, Manuel Joaquim de Sousa, veiculava abertamente os postulados acratas.

Desta forma, quando em Novembro de 1923 os radicais chegam finalmente ao poder, a CGT mantém intacto o seu discurso obstinadamente antiparlamentar. Segundo o próprio *A Batalha*, «o Sr. Álvaro de Castro [presidente do Governo da esquerda radical] limitou-se a conseguir o aplauso das forças vivas»[48].

Todavia, as intenções cada vez mais claras das «forças vivas» em prol da resolução da crise económica à custa da degradação das condições de vida das classes laboriosas operária, e a crise social através da repressão militar, levarão os dirigentes sindicalistas, não anarquistas, a pressionar uma aliança com as esquerdas. No ano de 1924, «os revolucionários de todas as tendências sociais, sem preocupações de táctica, uniram-se para combater a ditadura. [...] Já que não tem pão, o povo quer pelo menos liberdade!». A CGT manifesta-se finalmente «contra a ditadura odiosa»[49], organizando, no mês de Fevereiro, em conjunto com as juntas de freguesia de Lisboa, uma imponente manifestação contra a carestia de vida e a ascensão da direita conservadora.

> O povo de Lisboa produziu entusiásticas e eloquentes demonstrações de repulsa contra a intentona reaccionária que se prepara na sombra. Ante o edifício da Confederação Geral do Trabalho e de *A Batalha*, milhares de manifestantes de várias tendências sociais e republicanas aclamam delirantemente a liberdade. Os ambiciosos que conceberam por momentos a ideia criminosa de reduzir uma população explorada à escravidão máxima, devem ter sofrido ontem a sua primeira grande desilusão. *A Batalha*, que se orgulha de ser o jornal que melhor interpreta a vontade popular afirma hoje com segurança: a ditadura não triunfará, porque o povo não quer.[50]

Todavia, a intermitência destas alianças, determinadas por avanços e recuos quer do movimento operário, quer das designadas esquerdas, tornaria esta iniciativa num caso isolado. A «segurança de a ditadura

não triunfar» é invalidada pela tradicional hostilidade republicana ao movimento autónomo dos trabalhadores e pelas contradições internas do movimento sindical.

O Governo de Álvaro de Castro, dez dias após a manifestação unitária, proíbe arbitrariamente uma manifestação operária, porque «não lhe convém que se veja claramente que o povo explorado está incondicionalmente ao lado da Confederação Geral do Trabalho e de *A Batalha*». Nas palavras dos sindicalistas, «as medidas de repressão contra os sindicatos e avançados — únicas forças honestas do país — só conseguem dar alento aos potentados que, livres de nós, nem o próprio Governo respeitarão»[51]. Em meados do ano iniciar-se-ão as deportações «por delitos de carácter social», pela mão dos radicais.

A CGT, por seu lado, dividida entre a ideia de «frente única» e o anticolaboracionismo político, afundar-se-á não apenas em divergências ideológicas mas também em questiúnculas pessoais, que levarão os anarco-sindicalistas a afastar Santos Aranha do cargo de secretário-geral, substituindo-o por Manuel Joaquim de Sousa. Este último, obstinado pelo combate à influência «moscovitária» no movimento operário, considerava a ideia de «frente única», proposta também pelo jovem PCP, «um elemento de aproveitamento para novos desvios e que no futuro próximo seria utilizado como arma sugestiva duma aproximação à ISV»[52].

Foi exactamente a recusa peremptória da direcção da CGT em colaborar com quaisquer outras forças democráticas, assunto que durante o Quarto Congresso Nacional Operário de Setembro de 1925 foi acaloradamente debatido, aquilo que justificou a suspensão das relações entre os sindicatos dos Arsenais e a Federação Marítima, por um lado, e a Central Sindical, por outro. Nos finais do ano, a CGT estava oficialmente desagregada.

No dia 28 de Maio de 1926, a manchete d'*A Batalha* apelava a uma sublevação. Porém, no dia seguinte, enquanto o jovem PCP apelava a «uma acção comum contra a atroz reacção [...] que atingirá de preferência o operariado»[53], a greve geral revolucionária é desconvocada pela CGT, após a ameaça, lançada à direcção pelo general Mendes Cabeçadas, de encerramento dos sindicatos e detenção dos dirigentes: o primeiro repto do regime fascista ao movimento operário.



## Notas

1 Suplemento ao n.º 3 de *O Movimento Operário: Boletim da União Operária Nacional*, Setembro de 1917.
2 «Sobre a greve de Novembro — A acção da UON — Relatório da Comissão Administrativa apresentado ao Conselho Central», *A Batalha,* 13 e 14 de Setembro de 1919, p. 4.
3 «A agitação operária», *A Greve,* 3 de Março de 1918, p. 1.
4 Alexandre Vieira, *Subsídios para a História do Movimento Sindicalista em Portugal*, p. 125.
5 «Relatório da Comissão Administrativa apresentado ao Conselho Central», *A Batalha,* 13 e 14 de Setembro de 1919, p. 4.
6 *A Batalha,* 12 de Julho de 1919, p. 1.
7 «Movimento operário em Coimbra» e «União dos Sindicatos Operários», *A Terra*, 18 de Julho de 1919, p. 1.
8 «Balanço de entrada», *Trabalhador do Comércio,* 25 de Outubro de 1918, p. 1.
9 *A Batalha*, 2 de Maio de 1919, p. 1.
10 Comunicado do Conselho de Ministros à imprensa.
11 *A Batalha,* 25 de Maio de 1919, p. 1.
12 Petições.
13 *A Batalha,* 11 de Junho de 1919, p. 2.
14 *A Batalha,* 11 de Junho de 1919, p. 1.
15 *A Batalha,* 21 de Junho de 1919, p. 1; *Álbum Comemorativo da Companhia da União Fabril,* p. 27.
16 *O Século,* 18 de Junho de 1919, p. 1.
17 *A Imprensa,* 21 de Junho de 1919, p. 1.
18 *A Imprensa,* 2 de Julho de 1919, p. 1.
19 *A Batalha,* 3 de Julho de 1919, p. 1.
20 António Telo, *Decadência e Queda da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, p. 152.
21 *O Século,* 22 de Julho de 1919, p. 1.
22 *A Batalha,* 31 de Julho de 1919, p. 1.
23 *A Batalha*, 8 de Julho de 1919, p. 1.
24 «Relatório da Comissão Administrativa da UON apresentado ao Segundo Congresso Operário Nacional», *A Batalha,* 14 de Setembro, de 1919, p. 4.
25 *A Batalha,* 16 de Fevereiro de 1919, p. 1.
26 Manuel Ribeiro, «Novas tendências sociais», *Bandeira Vermelha,* 7 de Outubro de 1919, p. 1.
27 Citação de R. Louzon em *Bandeira Vermelha,* 2 de Outubro de 1919, p. 1.

28 «Lançam-se as bases da Confederação Geral do Trabalho», *in A Batalha,* 16 de Setembro de 1919, p. 1.
29 Associação de Classe do Pessoal dos Caminhos-de-ferro do Sul e Sueste, *A Greve de 30 de Setembro de 1921: a Atitude e o Procedimento da CGT*, pp. 4-5.
30 Fernando Medeiros, *A Economia e a Sociedade Portuguesas nas Origens do Salazarismo*, p. 221.
31 «Reacção capitalista», *A Comuna,* 30 de Maio de 1920, p. 4.
32 Associação de Classe do Pessoal dos Caminhos-de-ferro do Sul e Sueste, *A Greve de 30 de Setembro de 1921: a Atitude e o Procedimento da CGT*, pp. 6-16.
33 «Uma situação intolerável: ao público», *O Sul e Sueste,* 2 de Setembro de 1920, p. 1.
34 «Gravíssimas declarações do sr. Presidente do ministério dignas de serem apreciadas pela opinião pública», *O Sul e Sueste,* 28 de Setembro de 1920, p. 2.
35 *Ibidem*.
36 Associação de Classe do Pessoal dos Caminhos-de-ferro do Sul e Sueste, *A Greve de 30 de Setembro de 1921: a Atitude e o Procedimento da CGT*, p. 18.
37 *A Batalha*, 8 de Setembro de 1920, p. 1.
38 J.G. Amorim, «Contra a passividade operária», *A Batalha,* 10 de Dezembro de 1920, p. 1.
39 Associação de Classe do Pessoal dos Caminhos-de-ferro do Sul e Sueste, *A Greve de 30 de Setembro de 1921: a Atitude e o Procedimento da CGT*, p. 4.
40 «Sobre o congresso da Confederação Patronal», *A Batalha,* 11, 12, 13 e 15 de Janeiro de 1921, p. 1.
41 «A Conferência Inter-Sindical do Porto», *A Batalha,* 2,3, 4 e 6 de Janeiro de 1921, p. 1.
42 Fernando Medeiros, *ibidem*, p. 223.
43 *A Bandeira Vermelha,* 17 de Abril de 1921, p. 1.
44 Comité Confederal, «Em face de um novo partido político, nota oficiosa da Confederação Geral do Trabalho», *A Batalha,* 17 de Julho de 1921.
45 *A Internacional,* Outubro de 1923, p. 1.
46 «A situação dos operários portugueses: Entrevista a Alexandre Vieira», *Diário de Lisboa*, 14 de Fevereiro de 1933.
47 César Oliveira, *O Operariado e a Primeira República (1910-1924),* Lisboa, Alfa, 1990, pp. 175-188.
48 *A Batalha*, 8 de Janeiro de 1924, p. 1.
49 *A Batalha*, 14 de Fevereiro de 1924, p. 1.
50 *A Batalha*, 15 de Fevereiro de 1924, p. 1.
51 *A Batalha*, 24 de Fevereiro de 1924, p. 1.
52 Manuel Joaquim de Sousa, *O Sindicalismo em Portugal*, p. 160.
53 Moção aprovada no Segundo Congresso do PCP, 29 e 30 de Maio de 1926.

# A transformação política da República: o bloco radical

*Ana Catarina Pinto*

Em Portugal, o período compreendido entre os anos de 1919 e 1926 foi convulso. Na esfera governamental encontramos um indicativo da instabilidade política vivida. Após as eleições de 11 de Maio de 1919 e até ao golpe militar de 28 de Maio de 1926 tomaram posse 25 governos sucessivos. Esta constatação exige uma análise explicativa que esclareça a lógica histórica da «desordem» sociopolítica da época em causa. Tendo como objectivo a compreensão do período, das suas especificidades e do seu significado, o estudo não pode confinar-se às manifestações políticas institucionais, porque é na relação destas com as esferas social e económica que se apreende a integridade dos fenómenos temporais. É por isso que a história da República no pós-guerra se conta a partir da identificação de um desequilíbrio social acentuado, derivado das políticas financeiras e económicas adoptadas após 1919.

A manutenção do recurso ao aumento da circulação fiduciária para saldar, no curto prazo, as dívidas do Estado agravou o ciclo inflacionário, tendo uma consequência dupla na estrutura da riqueza do país. Por um lado, cresciam as fortunas daqueles que especulavam com o negócio das divisas, comprando numerário estrangeiro, açambarcando-o e vendendo-o em alta. Aumentavam os comerciantes que desde a guerra seguiam o mesmo processo especulativo, açambarcando géneros e vendendo-os a preços inflacionados no contexto de escassez, aos quais se adicionavam agora os grandes negócios de importação/exportação, favorecidos pelo fim dos entraves ao comércio internacional e a coberto da desvalorização do escudo. Crescia ainda a indústria, igualmente dependente da desvalorização monetária, que representava para esta um mecanismo proteccionista a nível do mercado interno, porque uma moeda fraca pode comprar menos ao exterior e a consequente diminuição das importações

representava uma oportunidade para o desenvolvimento de produtos de substituição, e também a nível do mercado externo, porque uma moeda barata facilita a colocação de produto no exterior (exportação). Finanças, comércio e indústria beneficiaram de crescimento, por vezes fulgurante, nos anos imediatos ao findar do conflito mundial. A banca, agente de cruzamento das práticas apontadas, é representativa da euforia que bafejava os negócios. Entre os anos de 1919 e 1922, abriram 12 novas casas bancárias em Portugal, à custa de altas taxas de juro e da especulação cambial. Uma prosperidade de curtos horizontes, limitada pela própria modalidade de um crescimento sem desenvolvimento económico, cujos reveses se fazem sentir logo em 1921, no âmbito da crise internacional. Do outro lado da realidade estavam as classes que dependiam de rendimentos fixos para viver. Para estas, a prosperidade do pós-guerra traduzia-se na perda de poder de compra, um empobrecimento agravado pela inflação crescente. Em 1919, o índice de custo de vida relativo a 1914 era, segundo o *Boletim da Previdência Social*, de 316. No ano seguinte, o mesmo índice atingia os 551 e em 1921 era de 816 — um aumento não compensado pelo descongelamento salarial conquistado pelo operariado em 1919. Em síntese, o mecanismo que propiciava a prosperidade de parte daqueles três sectores económicos era subsidiário de um empobrecimento correlativo das camadas mais baixas da sociedade, uma massa populacional maioritariamente concentrada nos centros urbanos. Esta face da crise do pós-guerra está na origem da radicalização das bases sociais e económicas — dos agentes históricos — que influíram no curso final da Primeira República.

Foi o profundo desequilíbrio na distribuição da riqueza que gerou um processo de progressiva, mas rápida, polarização dos vários sectores da sociedade quanto às soluções a dar à crise. Fenómeno que se se apreende na verificação da existência de dois blocos antagónicos[1]. Um, antiliberal, conservador. Outro, democrático, radical. No interior de cada bloco, o elemento que motivava a união de interesses heterogéneos era a posição tomada relativamente à questão de saber como se pagaria a crise. Para os radicais, o ónus devia cair sobre a riqueza. Esta resposta, pelas implicações que tinha, tanto no imediato como no papel atribuído ao Estado, originou um conflito sociopolítico que se revelou insanável entre 1919 e 1926.



## O processo de formação do bloco radical e as suas manifestações

As convulsões experienciadas pela sociedade portuguesa durante a conjuntura aqui abordada são integrantes do processo histórico de polarização programática das soluções a dar à crise. Os dois blocos (radical e conservador), intérpretes de programas opostos, definiram-se e clarificaram-se progressivamente, e por reacção um ao outro. Tratou-se de uma dinâmica dialéctica, de lógica antagonista. É na continuidade temporal que se compreende este fenómeno. É também no sentido dos conflitos que encontramos o significado das propostas avançadas, o seu alcance estrutural. Estavam em causa dois modelos distintos de organização social.

O processo de formação do bloco radical pode ser sistematizado em duas etapas, a primeira compreendida entre 1919 e 1921 e a segunda entre 1922 e 1925. Estes dois períodos correspondem ao primeiro e ao segundo confrontos programáticos[2].

### *1919-1921*

É na Câmara dos Deputados que ocorre o primeiro momento de formalização de um princípio radical de solução para o problema financeiro do Estado e para a crise económico-social do país. No dia 27 de Maio de 1920, entrou ali em discussão a proposta de tributação sobre lucros de guerra do ministro das Finanças Pina Lopes. No preâmbulo, o autor aponta os aumentos de circulação fiduciária, para fazer face às despesas criadas pela guerra, como a causa de um duplo constrangimento: o aumento do custo de vida interno e as dificuldades nas relações externas. Apesar de o objectivo financeiro ser a valorização do escudo, é a ideia de justiça tributária que maior força legitimadora confere à proposta. Reconhece-se que o expediente da emissão de papel-moeda representava um imposto indirecto, indiferenciado, «económica e financeiramente o pior de todos, lançado *quasi* que exclusivamente sobre as classes mais modestas, mais pobres e necessitadas da nossa sociedade», que «criou um ambiente favorável à multiplicação dos novos-ricos e ao aparecimento, *quasi* mágico, de fortunas», enquanto «foram relegados para posições que roçam pela miséria muitos dos antigos remediados, muitos dos que dantes se contavam entre a classe média e que se podem considerar como sendo os novos

pobres de hoje»[3]. Do ponto de vista do pensamento social inerente à proposta, havia duas questões implicadas nos argumentos avançados. Uma era a imoralidade do agravo sobre as classes economicamente menos favorecidas. Outra era a do rompimento do «antigo equilíbrio social» e a percepção do perigo que isso acarretava para o edifício social vigente. São as duas linhas que caracterizam a ideia de justiça exposta. Fazer justiça em matéria tributária constituía um imperativo de consciência, não excedendo, contudo, a intenção de um correctivo para a reposição da ordem social precedente e das condições sociais que sustentavam a manutenção das classes burguesas.

Durante o debate da proposta na generalidade, entre 27 de Maio e 7 de Junho de 1920, evidenciam-se os pontos de fricção entre a ala parlamentar conservadora e os apoiantes da medida. A primeira grande objecção ao lançamento de novas contribuições residia na defesa da prioridade a dar à compressão das despesas. Esta exigência revestia-se de um carácter moralizante, alegando que o Estado devia ser o primeiro a racionalizar gastos antes de pedir sacrifícios à sociedade civil, mas não lhe era indiferente o ataque ao Partido Democrático, principal responsável pelo empolamento da máquina administrativa estatal. Uma investida política contra o partido do poder e o seu domínio parlamentar que era dependente da atribuição de empregos na função pública para garantir a fidelidade do voto. A questão de princípio foi evocada pelo democrático José Domingues dos Santos, futuro líder da Esquerda Democrática. Segundo ele, a discussão devia centrar-se em saber se «segundo a proposta cada um paga aquilo que deve pagar»[4]. Remetia o debate para a avaliação da estrutura social da riqueza e defendia a participação do capital nas despesas públicas, posições que anunciavam uma nova legitimidade intervencionista do poder público a nível da redistribuição da riqueza e de serviços a prestar à sociedade civil. Era, portanto, o modelo de Estado que estava em causa. A proposta de Pina Lopes questionava a concepção utilitarista que o liberalismo económico votava à instituição estatal.

O figurino da proposta compunha-se de três categorias de incidência. Além da contribuição sobre lucros do comércio e da indústria que se considerassem beneficiados pela conjuntura de guerra (através da estimativa do lucro médio anterior a 1914), avançava-se com a taxação sobre aplicações de capital (aumentos de capital, compras de obrigações, aplicações no estrangeiro, etc.) e maiores valias (valorização de acções, obrigações e cotas de sociedade, valorização de bens



mobiliários e imobiliários), ou seja, sobre o que se entendia serem lucros capitalizados. As duas últimas vertentes foram violentamente rejeitadas por atentarem contra o capital e o direito à propriedade, premissas do individualismo económico liberal.

Dada a polémica gerada em torno da proposta de Pina Lopes, esta acaba por baixar a uma comissão parlamentar especial, com representação de todos os agrupamentos partidários. A morte do chefe do Governo, António Maria Baptista, a 6 de Junho de 1920, ditará a queda do Executivo e o «adormecimento» da proposta. Após o curto ministério de António Maria da Silva (de 26 de Junho a 19 de Julho de 1920), toma posse o liberal António Granjo. Para aplacar o pânico provocado na praça financeira pela proposta de Pina Lopes, o novo chefe de Governo chama à pasta das Finanças Inocêncio Camacho, director do Banco de Portugal.

A segunda investida dos radicais na arena das finanças ocorre em Dezembro de 1920, durante a vigência do gabinete liderado por Liberato Pinto, chefe do Estado-Maior da GNR. Nesta ocasião é Cunha Leal, pela pasta das Finanças, quem avança com uma proposta de profunda remodelação do sistema tributário, pretendendo equilibrar as despesas ordinárias com receitas ordinárias, indicando que o saldo deficitário orçamental rondava uns «assustadores» 300 mil contos. Propõe a unificação dos impostos directos, aproximando-se da ideia do imposto pessoal sobre rendimento, com taxas progressivas. Defende que «sem este imposto nunca poderemos taxar com justiça e directamente o capital»[5]. Complementarmente, concebe uma proposta de remodelação da contribuição de registo. É esta que entra em discussão na Câmara dos Deputados a 8 de Dezembro de 1920.

Do debate que se prolongou até dia 14 de Dezembro de 1920, sem conclusão, o ponto de manifesto da ala conservadora concentrou-se na modalidade de contribuição por título gratuito (heranças e doações), em especial no artigo 3.º da proposta, mediante o qual o Estado era constituído herdeiro no caso de transmissões por sucessão *causa mortis*. Considerada a proposta, no geral, atentatória do direito de sucessão e do direito de propriedade, no que a esta alínea dizia respeito, era com o elemento base da orgânica social que se bulia: a família. Cunha Leal responde às investidas, explicando que o tal artigo remetia apenas para a capacidade de licitação pública, modo de prevenir os interesses do Estado quando o valor das transmissões se considerasse subavaliado. No entanto, declara que o direito de propriedade cessa

com a morte, ficando o seu prolongamento dependente do reconhecimento positivo do Estado, e este conferia-o dada a importância da instituição familiar. Enquanto afirma a defesa da família, enquadra o direito de propriedade por sucessão na mediação estatal, cerceando o seu carácter absoluto.

No dia 15 de Dezembro de 1920, na impossibilidade da aprovação da reforma de fundo antes do final do ano, entrou em discussão no Parlamento uma proposta de agravamento da contribuição predial, meio de obter receitas imediatas. Veio a ser aprovada e publicada (lei n.º 1096, de 28 de Dezembro de 1920). Em Fevereiro de 1921, Cunha Leal pedia demissão do Governo. O Executivo caía em Março, dando lugar ao Gabinete chefiado por Bernardino Machado.

Do balanço dos dois momentos analisados retiramos algumas verificações adicionais de pertinente referência. A de que a oposição às medidas propostas não se revestiu sempre de uma reprovação global, mesmo por parte da bancada liberal, aquela que mais consistentemente contra-argumentou sobre a oportunidade da introdução de novas contribuições. Na maioria dos interventores havia acordo quanto à necessidade de reformar o sistema tributário, apelando à implementação do imposto global sobre o rendimento. No entanto, arrastar a discussão ou votar o reencaminhamento das propostas para comissões parlamentares eram modos legais de obstrução à execução das reformas. O outro modo era extraparlamentar e há menções, ao longo dos debates, da pressão que diversas associações económicas exerciam sobre os deputados. Ferreira da Rocha, liberal, e Álvaro de Castro, reconstituinte, propõem para a comissão de estudo da proposta de Pina Lopes a inclusão de elementos externos ao Parlamento, para burilar com maior conhecimento técnico a reforma do sistema. José Domingues dos Santos responde-lhes:

> Desde que várias associações se reúnam e digam ao Governo do seu país que não tomam conta das suas propostas, acrescentando, porém, que se vão reunir e dentro de 60 dias apresentarão um plano salvador, aceito esse critério, aceito esse repto, tínhamos uma única coisa a fazer: era depor os nossos mandatos.[6]

No dia 9 de Dezembro de 1920, o presidente da Câmara de Deputados faz saber que foi procurado por uma comissão de representantes das associações dos proprietários e dos agricultores de Lisboa e Porto, que pedira «que dissesse à Câmara que o seu silêncio não significava de modo nenhum concordância com as propostas do Sr. Ministro das Finanças»[7]. As constantes referências a movimentações patronais tendentes à não aprovação das reformas tributárias são um indicativo da crescente politização dos agentes económicos. Será na segunda etapa da formação do bloco radical que o poder económico se organizará para investir de forma directa contra os governos de esquerda que actuam entre 1923 e 1925. De momento, as medidas de carácter radical, porque atentatórias dos mecanismos e princípios que sustentavam a acumulação da riqueza, provocam um início de convergência conservadora, parlamentar e extraparlamentar.



É ainda necessário referir que as tentativas de reforma tributária expostas têm aparição no momento em que o fluxo do movimento operário organizado entrava em retracção[8], fruto da forte repressão governamental, praticada desde meados de 1919, e da reacção do patronato organizado, unido na Central Patronal. Significa isto que nem as medidas se enraizavam num apoio do proletariado, embora respondessem a uma pressão das bases, nem o patronato tinha já como principal ameaça as reivindicações dos trabalhadores.

O apoio à implementação do programa de saneamento da inflação à custa das novas fortunas vinha da GNR, o braço armado do bloco radical. Em 1919, Liberato Pinto, homem da confiança do Partido Democrático, foi colocado à frente da Guarda Nacional. Em Maio desse ano o corpo foi alargado, os efectivos aumentados e atribuídas armas pesadas. Tratou-se de uma reestruturação de intuitos políticos. Pretendia o Partido Democrático compensar o teor conservador do Exército, criando uma força armada pró-republicana. A primeira manifestação do novo peso político da GNR surge na passividade com que esta assiste a uma manifestação de oposição à formação de um Gabinete chefiado pelo liberal Fernandes Costa, em Janeiro de 1920. Perante o sinal claro de não apoio ao novo Executivo, este não chega sequer a tomar posse, demite-se. Em Junho do mesmo ano, a Guarda Nacional pressiona o Partido Democrático a retirar confiança ao Gabinete conservador de António Granjo, face às intenções de retrocesso perante as medidas de Pina Lopes. O Governo cai em Novembro. Após o Ministério de muito curta duração de Álvaro de Castro (de 20 de Novembro a 30 de Novembro de 1920), a missão governativa é entregue a Liberato Pinto. Valerá a pena introduzir aqui algumas das intenções manifestadas na declaração ministerial apresentada

na Câmara de Deputados, a 2 de Dezembro de 1920, em particular no que respeitava à pasta do Trabalho (atribuída a José Domingues dos Santos). Pretendia o Governo resolver os problemas de ordem social «indo ao encontro das reivindicações justas das classes proletárias»[9], de modo a conseguir tanto um aumento de produção como uma melhoria da situação económica dos trabalhadores. Propunha estabelecer a arbitragem para solucionar os conflitos entre o patronato e o operariado, auxiliar o desenvolvimento do cooperativismo, estabelecer o princípio de comparticipação dos operários nos lucros das empresas a que pertencessem e proceder à reforma dos serviços de assistência. Introduzia-se uma certa ideia de justiça social, ausente, aliás, na declaração ministerial de António Maria Baptista. A vida deste ministério, na parte que interessa aos fins aqui prosseguidos, já ficou escrita. Resta acrescentar que, após a sua queda, Liberato Pinto é exonerado das funções que tinha na Guarda Nacional (em Abril de 1921), manobra de contenção dos ânimos conservadores. A 21 de Maio de 1921, algumas das forças da GNR, leais ao chefe deposto, fazem um pronunciamento, ocupam posições no Parque Eduardo VII, exigem a exoneração do Governo de Bernardino Machado e conseguem-na.

A sucessão cronológica apresentada pretende ilustrar a crescente intervenção da Guarda Nacional na esfera política e o papel prático que teve, tanto na defesa das tentativas reformistas radicais, como na obstrução à aplicação do programa conservador. O processo culmina em Lisboa, a 19 de Outubro de 1921, com a revolta de unidades da GNR, Marinha, Polícia, elementos do Grupo Parlamentar Popular, independentes e população civil armada. Foi a primeira grande confluência de forças radicais. A Junta Revolucionária formada visava destituir o Governo liberal de António Granjo, sedimentado pela maioria parlamentar obtida nas eleições de 1921, as únicas que o Partido Democrático não organizou e não ganhou. Fez diligências junto de António José de Almeida, presidente da República, no sentido de obter do chefe de Estado a legalização da situação revolucionária através da destituição do Gabinete conservador e subsequente nomeação de um Executivo escolhido pela Junta. O presidente hesita ao longo do dia, acabando por aceder durante a madrugada, após a notícia dos assassínios de António Granjo e Carlos da Maia. A estes dois juntar-se-iam Machado Santos e outros. Aqueles três foram as vítimas cimeiras da «Noite Sangrenta», um episódio controverso, mas acerca do qual os historiadores parecem concordar quanto à não autoria



do movimento revolucionário organizado. O facto é que os governos outubristas perderam o apoio populacional, incluindo o das camadas da média e baixa burguesias urbanas, repudiadas e temerosas perante a violência dos acontecimentos. O primeiro Gabinete, chefiado por Manuel Maria Coelho, constituído no dia da revolta, foi substituído a 5 de Novembro por um Governo da responsabilidade de Maia Pinto, caindo este a 16 de Dezembro. O bloco radical saía derrotado do primeiro confronto.

Durante os anos de 1919 a 1921, define-se o primeiro esboço do programa radical de resolução para o problema económico-social do pós-guerra. Das duas manifestações ministeriais analisadas retiramos a linha de força que o orientava: a contenção da inflação, para suster a subida do custo de vida, devia incidir sobre as fortunas nascidas das condições criadas pelo contexto da guerra e pelos seus efeitos prolongados no tempo de paz. O objectivo financeiro consistia no equilíbrio das contas públicas, mas a opção pela reforma dos impostos directos apontava para a obtenção da paz social, entendendo-se com isso o restabelecimento de um equilíbrio corrompido. Embora limitada na avaliação das rupturas provocadas pelo conflito mundial, a intenção radical demarcava-se das exigências conservadoras num ponto fundamental, pois reconhecia a legitimidade das reivindicações das camadas vitimadas pela carestia de vida, tendendo para um princípio de justiça social. Do ponto de vista das forças económicas, a prioridade estava na contenção repressiva das reivindicações, organizadas e espontâneas, das classes trabalhadoras. A reclamada «ordem pública» tendia para um princípio autoritário.

Apesar de ambas as propostas financeiras terem apenas um tímido carácter socializante, a reacção conservadora expressou-se dentro e fora do Parlamento, e de forma mais veemente através das associações económicas — as chamadas «forças vivas» do país —, representantes dos principais lesados pelo agravo dos impostos directos que oneravam a riqueza e abriam um precedente de intervenção estatal propenso a coarctar as liberdades do capital.

Enquanto o radicalismo se manifestava na esfera parlamentar, também na rua surgiam pressões para a sua aplicação, vindo o agravamento da situação a desaguar na revolta outubrista. O negativo das movimentações da GNR radicalizada operava-se, em simultâneo, no Exército. Já em Novembro de 1921, *A Batalha*, órgão da Confederação Geral do Trabalho (CGT), alertava para o perigo de uma ditadura

militar. No tenso clima criado pelo receio de um confronto armado entre as forças antagónicas, o centro, representado pelo Partido Democrático, procede ao reequilíbrio, saneando a GNR, destituindo-a de unidades de artilharia e reduzindo o seu número de efectivos, em 1922. Do outubrismo ficaria a criação do Partido Radical, no qual ingressaram elementos do Grupo Parlamentar Popular, que não chegou a ter expressão eleitoral. Subsistia, sobretudo, o problema que originara a eclosão radical.

### *1922-1925*

Durante a segunda etapa do processo que estudamos, os contornos do programa radical clarificam-se. Tal como no primeiro momento abordado, foram tomadas iniciativas no campo das finanças, que determinaram o extremar das atitudes políticas, à esquerda e à direita. A novidade é o apuramento programático e táctico dos blocos antagónicos. Do lado radical, o pensamento reformista deixa de se cingir a medidas conjunturais, assume um ideal de justiça social e encontra coerência suficiente para delinear um projecto de remodelação democrática da República. É neste momento do processo que se afirma e explicita uma esquerda republicana de contornos social-democratizantes e reformistas. Tem um substrato intelectual introduzido pelo Grupo Seara Nova (1921), desempenhos governamentais entre 1923 e 1925, um grupo parlamentar (Esquerda Democrática) e um bloco social de apoio, volúvel, mas efectivo, em alguns momentos determinantes.

Em 1922, foi finalmente aprovada a reforma global do sistema tributário. O proponente foi Portugal Durão, ministro das Finanças do Governo chefiado por António Maria da Silva (de 6 de Fevereiro a 30 de Novembro de 1922), que, no entanto, não acompanhou o projecto até ao seu termo, demitindo-se ante as dificuldades colocadas ao seu Ministério. Foi substituído por Vitorino Magalhães. A lei n.º 1368, de 21 de Setembro de 1922, além de outras modalidades, introduzia o imposto pessoal sobre o rendimento, com taxas que progrediam de um por cento para 30 por cento. Era a consagração da mais aclamada medida radical para o saneamento das finanças públicas, porque respondia à lógica tributária defendida: onerava directamente a riqueza e de acordo com um critério redistributivo (quem tem mais, paga mais). Mas a fixação em lei não garantiu a sua aplicação. A máquina fiscal, desadequada às exigências da nova estrutura contributiva, facilitava as fugas, toleradas pelos sucessivos governos de António Maria da Silva.



Doravante, os mais significativos desafios lançados pelos republicanos radicais ao poder económico transformavam-se em intervenção directa do controlo estatal sobre actividades especulativas. Em 1923, enquanto o índice do custo de vida ascendia a 1630 (em 1914 era 100), cinco bancos fechavam as portas. No ano seguinte, o mesmo índice ultrapassava os dois mil, e as falências bancárias sucediam-se. As contradições criadas pelas políticas económico-financeiras baseadas num modelo inflacionista atingiam o limite do possível, e o modelo esgotava-se.

Álvaro de Castro, depois de um percurso por agrupamentos conservadores (Partido Reconstituinte, 1920, e Partido Nacionalista, 1923), constitui um Governo onde reúne elementos da ala esquerda dos democráticos, como José Domingues dos Santos (Justiça), um homem da *Seara Nova*, António Sérgio (Instrução), e um colaborador assíduo da mesma revista, Mário de Azevedo Gomes (Agricultura), juntamente com indivíduos do recém-formado Grupo de Acção Republicana. A pasta das Finanças ficou sob a alçada do próprio chefe de Gabinete. A importante reforma que viria a encetar fez-se extraparlamentarmente, a coberto da autorização prévia do Legislativo a acções do Executivo, tendentes ao controlo do comércio cambial para a estabilização do escudo (lei n.º 1545, de 7 de Fevereiro de 1924), excluindo-se quaisquer medidas de tributação. São vários os decretos emitidos pelo Ministério das Finanças durante o mês de Fevereiro e inícios do mês de Março de 1924, dos quais se destacam a autorização de revisão do contrato com o Banco de Portugal, no sentido de libertar os depósitos-ouro a que o Estado estava obrigado (decreto n.º 9415, de 11 de Fevereiro de 1924), a elevação para 75 por cento do valor em divisa estrangeira, obtida pelas casas exportadoras, de que o Estado podia dispor (portaria n.º 3906, de 19 de Fevereiro de 1924) e a regularização do mercado cambial, restringindo as operações autorizadas com divisa estrangeira, reduzindo o número de estabelecimentos autorizados a negociar câmbios, sujeitando o mercado cambial ao controlo da Inspecção do Comércio Bancário e penalizando com o degredo os agentes de especulação cambial (decreto n.º 9418, de 11 de Fevereiro de 1924 e 22 de Fevereiro de 1924; decreto n.º 9461, de 1 de Março de 1924). Foi um ataque frontal à frente de negócios que mais havia lucrado com a situação criada pela desvalorização monetária.

Não era apenas a banca que ficava cerceada pela intervenção e pelo controlo directo do Estado: o fim das possibilidades especulativas com divisas lesava os interesses do comércio de importação/exportação e, a médio prazo, a valorização do escudo prejudicaria as actividades da indústria.

Esta linha é mantida pelo Governo de Rodrigues Gaspar (de 6 de Julho a 22 de Novembro de 1924) e complementada durante o Gabinete de José Domingues dos Santos (de 22 de Novembro de 1924 a 15 de Fevereiro de 1925). Legitimado pela mesma lei que havia autorizado ao Governo de Álvaro de Castro o controlo do mercado cambial, o Gabinete «canhoto» de Domingues dos Santos decreta a reforma do sistema bancário (decreto n.º 10474, 17 de Janeiro de 1925). Estabelecem-se limites mínimos ao capital realizado para funcionamento de instituições bancárias; submete-se a fundação de casas bancárias a uma autorização prévia do ministro das Finanças, através da Inspecção do Comércio Bancário, ficando esta dependente, entre outras exigências, da declaração da utilidade económica da casa a criar e da obrigatoriedade de depósito de 50 por cento do capital inicial na Caixa Geral de Depósitos; limitam-se as operações de crédito, proibindo-se, nomeadamente, o fornecimento de mais de um décimo do capital social a um só indivíduo ou sociedade; alargam-se as atribuições da Inspecção do Comércio Bancário; obriga-se a declaração de bens imobiliários dos banqueiros em nome individual ou sócios de casas em nome colectivo; cria-se uma secção especial na Caixa Geral de Depósitos para o crédito cooperativista, sob protecção do Estado; e cria-se, no Ministério das Finanças, um Conselho Bancário ao qual era conferida a capacidade de propor os vice-governadores dos bancos emissores. Além da consolidação do sistema bancário, esta reforma visava orientar o crédito para o fomento de actividades económicas produtivas, impedindo o uso especulativo das disponibilidades e salvaguardando a sua maior distribuição. Os limites à concentração de crédito, a par do impulso dado às iniciativas cooperativistas, eram componentes de uma estratégia de fortalecimento das pequenas e médias iniciativas, em detrimento do poderio das elites do comércio e da finança.

São precisamente esses dois sectores que mobilizam as forças económicas conservadoras para o confronto aberto com a República radical. Em Fevereiro de 1924, o Banco de Portugal leva uma representação ao Parlamento, protestando contra as medidas de Álvaro de Castro. Em Junho, durante uma assembleia da Associação Comercial de Lisboa, é aprovada uma moção dirigida ao presidente da República, onde se exigia que as pastas económicas fossem atribuídas mediante competências técnicas e não filiações políticas. Já não se reivindicam medidas económicas, o propósito da nova táctica patronal era a representação directa dos seus interesses. Em Setembro, chega a oportunidade de ensaiar um desafio organizado aos poderes públicos. O objecto eleito foi a Lei do Selo (lei n.º 1633, de 17 de Julho de 1924), aprovada durante o Gabinete de Rodrigues Gaspar, que agravava taxas e alargava o imposto a bebidas e artigos de perfumaria. Possibilitava a união dos numerosos pequenos comerciantes e era de fácil desrespeito. Na Associação Comercial de Lisboa apela-se ao boicote. Pela primeira vez, não era o operariado que estava na mira das acções organizadas do poder económico. Inaugurava-se a ofensiva patronal ao regime.



Neste ponto, o processo de radicalização das forças económicas evidencia-se e acelera-se. A organização patronal responde a uma nova lógica que motiva a criação da União dos Interesses Económicos (UIE), sucedânea da Central Patronal, esvaziada, porque obsoleta. A UIE era um organismo político preparado para a luta contra as medidas reformistas, que rapidamente transforma os seus intuitos na pretensão de solvência do sistema partidário. Composta por várias associações do comércio, alastra-se à indústria e, finalmente, à agricultura, após a assimilação da União Agrária, dominada pela corrente católico-integralista. Mune-se de um órgão de propaganda, comprando o periódico *O Século* e usa o *lock out* do comércio e da indústria (14 e 15 de Outubro, respectivamente) como forma de pressão sobre o Governo.

É neste contexto que José Domingues dos Santos decreta o encerramento da Associação Comercial de Lisboa, sede da UIE, a 6 de Fevereiro de 1925 (decreto n.º 10515). Nas considerações que justificam a dissolução da Associação — o desvio ao cumprimento dos fins para que fora instituída —, refere-se a acção cumulativa e o «carácter de rebelião contra os Poderes Constituídos», estreada na promoção de não acatamento da Lei do Selo e prosseguida na campanha de não submissão da banca ao decreto de reforma bancária. Em anexo ao decreto ministerial, publicam-se várias moções aprovadas em assembleia na Associação Comercial de Lisboa e onde se lê a posição dos interesses da banca (liderada pelo Banco de Portugal) face ao novo regime de controlo bancário. Os pontos mais combatidos são a ingerência do

Estado na administração do Banco de Portugal, «um começo de perigosa infiltração política na vida administrativa» daquele estabelecimento; a «sujeição vexatória» da banca ao Conselho Bancário, composto por elementos afectos ao Governo; a «asfixia do natural e livre movimento das operações bancárias», restringidas pela obrigação de relação mínima entre o capital social e a cedência de créditos e o capital social e as operações sobre câmbios e títulos, sem contabilizar o capital depositado; o favorecimento da Caixa Geral de Depósitos, em detrimento do Banco de Portugal; o «ultraje ao prestígio e à dignidade da nobre função bancária» pela aplicação de multas, suspensões e proibições, consideradas arbitrárias; e a «subordinação do exercício da função bancária a uma absoluta, constante e ofensiva intervenção» desempenhada pela Inspecção do Comércio Bancário. No dia 24 de Janeiro vota-se uma proposta que defende a inconstitucionalidade do decreto, resolvendo não lhe reconhecer validade. Numa moção do mesmo dia, decide-se pela não obediência e recomenda-se que a UIE «justifique em todo o país a necessidade de tal procedimento»[10].

Perante este panorama conflituoso de clivagem entre os governos radicais e o poder económico, acrescente-se um terceiro elemento essencial para complementar o quadro da ideia de bloco aqui defendida: o seu esteio social. Ao longo dos anos de 1923 a 1925 verifica-se um recrudescimento das movimentações sociais que se opõem ao domínio das «forças vivas». Como novidade, trazem a confluência de agrupamentos de esquerda, sob a plataforma mínima da luta contra a ameaça ditatorial. A sua relevância histórica é simbólica e operacional, representam — de facto — a polarização política da sociedade portuguesa e contribuem — na prática — para a concretização da obra reformista radical.

Em Fevereiro de 1924, enquanto Álvaro de Castro emitia os decretos de controlo do mercado cambial, formava-se a coligação republicana-social que englobava elementos do Partido Comunista (PC), do Partido Socialista (PS), do Partido Radical (PRP), do Partido Democrático, da CGT, da Maçonaria e de várias associações republicanas. Esta frente única, agregada sob o lema «contra a ditadura», promove um comício a 17 de Fevereiro, que se transforma numa manifestação de mais de 20 mil pessoas, segundo o jornal *O Mundo*. A causa da mobilização evolui para o protesto contra a carestia de vida, impulsionando uma enorme concentração populacional no Terreiro do Paço a 22 do mesmo mês. Durante o Governo de Rodrigues Gaspar surgem



novas iniciativas unitárias, mas as mais expressivas ocorrem em Fevereiro de 1925. No dia em que José Domingues dos Santos decreta o fecho da Associação Comercial de Lisboa forma-se uma manifestação de apoio ao Governo, promovida por várias agremiações republicanas, com o apoio de anarco-sindicalistas da CGT, militantes do PS, do PC e sectores da esquerda do Partido Democrático. A GNR abre fogo sobre os manifestantes. É nesta ocasião que Domingues dos Santos declara que o Governo da República se havia colocado «abertamente do lado dos explorados contra os exploradores», agradecendo o apoio popular e prometendo um inquérito sobre a actuação da GNR, enquanto afirmava: «Não consinto que a força pública sirva para fuzilar o povo.»[11] Sob o pretexto de haver lesado o prestígio da força pública, o Governo «canhoto» caía no Parlamento no dia 10 de Fevereiro. Passados três dias, mais de 80 mil pessoas, segundo *A Batalha*, concentravam-se em frente do Palácio de Belém para entregar a Teixeira Gomes, presidente da República, uma moção de apoio ao Governo deposto, em nome da União dos Interesses Sociais, a antagonista da União dos Interesses Económicos. Foi o único Governo republicano do pós-guerra a «cair de pé», apoiado pelo mesmo bloco social que erigira a República no 5 de Outubro e a defendera em Monsanto. Apesar disso, o bloco radical saía derrotado do segundo confronto.

Entre os governos de Álvaro de Castro e José Domingues dos Santos houve uma diferença fundamental. O primeiro mostrou-se conservador na forma de gerir os conflitos sociais, o que lhe valeu a perda da expectativa que lhe votavam alguns sectores da esquerda operária e republicana. A título de exemplo refira-se a resolução ministerial de despedimento, com anulação de contrato, dos funcionários públicos grevistas (18 de Março de 1924) e a ordem de deportação para África de dezenas de activistas operários e sindicalistas, acusados, sem julgamento, de pertencerem à Legião Vermelha (5 de Julho de 1924). Mais coerente, o Governo de Domingues dos Santos apresentou na Câmara de Deputados uma proposta de lei de *habeas corpus* (Dezembro de 1924) e autorizou a constituição de federações ou uniões de associações de classe ou sindicatos profissionais, ou seja, legalizou a CGT (decreto-lei n.º 10415, de 21 de Dezembro de 1924), satisfazendo uma pretensão operária não reconhecida desde a legalização das associações de classe nos anos 90 do século XIX.

Esta observação encaminha o nosso raciocínio para a última referência útil à compreensão do processo de polarização programá-

tica dos blocos radical e conservador: os seus reflexos partidários. As novas configurações que tomam parte na etapa de 1923 a 1925 são expressivas da modernização do campo político institucional. Do lado conservador, observa-se a junção de forças entre reconstituintes e liberais, ensaiada durante o debate sobre a proposta de reforma do sistema tributário de Portugal Durão e concretizada na formação do Partido Nacionalista, em Fevereiro de 1923. Para a esquerda republicana, tratava-se de criar algo que não existia ainda, um partido que representasse o programa fermentado durante o pós-guerra. Um exemplo de formalização dessa necessidade é a cisão de parte do Partido Democrático, a ala «canhota» liderada por José Domingues dos Santos, que em 1925 cria o Partido Republicano da Esquerda Democrática (PRED). É uma movimentação expressiva da falência do carácter heterogéneo e interclassista do partido do poder. O tempo histórico exigia coerência de princípios ideológicos e maior relação representativa com as bases sociais.

## Ideário e programa da esquerda republicana

Conforme ficou descrito, o processo de polarização política dos agentes históricos, que toma lugar entre os anos de 1919 e 1926, origina o surgimento de uma resposta à esquerda, no âmbito republicano, para os problemas coevos. Quando se atenta na abrangência do projecto construído, reconhece-se que a questão não se cingia ao crítico momento vivido. Houve necessidade de repensar o económico, o social, o político e o cultural, em suma, o estrutural. Porque a crise do pós-guerra era o reflexo agravado da crise do sistema liberal ocidental. Compreende-se assim que a esquerda republicana tenha tido como intento do seu projecto a reforma democratizante da República, resgatando do programa republicano anterior ao 5 de Outubro a esperança democrática e do momento histórico a urgência de medidas socializantes.

É devido à contemporaneidade da pureza ideológica do programa republicano de 1891 que o Partido Republicano da Esquerda Democrática o adopta como referente de regeneração democrática. Entendia-se que o espírito do documento havia sido traído durante os anos de domínio parlamentar do Partido Democrático, responsável pelo «divórcio entre os chamados dirigentes e os dirigidos»[12], e que a



distância entre o partido e as bases — entre o ideal e a prática — prolongara no novo regime o domínio do poder oligárquico. Enquanto a *Seara Nova* bradava «devemos regressar ao 5 de Outubro, mas regressar avançando»[13], o PRED defendia a adaptação do programa republicano às exigências do pós-guerra, garantindo contudo que «não o desviaremos da sua origem — o Povo»[14]. A batalha «seareira» no campo da cultura política assemelhava-se à missão partidária do PRED. Ambos ambicionavam a democratização da República, apropriando-se da ideia do 5 de Outubro para significar a necessidade de idealismo (*Seara Nova*) e de representatividade partidária (PRED).

A actualização do ideal republicano escorava-se na percepção de que o veículo jurídico não realizava a democratização, dependendo esta do provimento de condições materiais e intelectuais aos cidadãos. Mário de Castro teoriza a questão nas páginas da *Seara Nova*, distinguindo a democracia jurídica, aquela que reconhece a elegibilidade, da democracia política, aquela que garante a elegibilidade, o efectivo acesso aos cargos do poder. A mesma ideia é traduzida pelo PRED na imagem do «*soberano em andrajos de pedinte*»[15], expressiva representação do equívoco do republicanismo oligárquico. A República que não assegurava a dignidade humana era caricatura grotesca da soberania popular. Consequentemente, José Domingues dos Santos afirmava, na declaração ministerial do seu Governo, «não há ideal republicano onde não há justiça social»[16]. A República era depositária de possibilidades democráticas, mas estas implicavam um projecto social.

É necessário referir que a ideia de justiça social da esquerda republicana não continha traços de igualitarismo. Radicava numa concepção moralizante, alimentada por uma raiz humanista que também a limitava. Os seareiros censuravam os excessos de classe e partidários, subavaliando a dinâmica antagonista dos conflitos sociais. Havia que encontrar o equilíbrio, ficando o Estado responsável por esse encargo. Porque o lado mais fraco do problema era o trabalho, a esquerda republicana defendia a intervenção estatal destinada a corrigir os desmandos do capital. Citando palavras da *Seara Nova*, «continuaremos a ser republicanos de tendência socialista — quer dizer, a aceitar o princípio de intervenção do Estado na regulamentação das actividades, para pôr termo na medida do possível à anarquia económica»[17].

De acordo com esse princípio, havia duas proposições caras ao ideário da esquerda republicana: a justiça distributiva e a limitação

do direito de propriedade. Ambas ameaçavam as liberdades do liberalismo económico e eram percepcionadas pelo atavismo das «forças vivas» como potencialmente subversoras da ordem económico-social vigente. A tributação como meio de redistribuição da riqueza, através da modalidade progressiva, e a subordinação da propriedade aos interesses colectivos de produção indiciavam a possibilidade de uma perigosa mudança estrutural através do Estado. No entanto, o pensamento radical afastava-se de qualquer intenção revolucionária socialista. A esquerda republicana não questionava a apropriação privada de bens de consumo e de meios de produção, propondo antes o cerceamento do seu valor absoluto. A propriedade devia ser «responsabilizada», submetida ao proveito geral, cabendo ao Estado regular os seus limites. Era uma opção intermédia relativamente ao «*laissez faire, laissez passer*» e ao bolchevismo. A esquerda republicana advogava uma social-democracia; o seu paradigma era reformista.

A caracterização do programa radical cinge-se aqui aos aspectos provocadores de conflituosidade social, os de ordem económico-financeira que provocaram a reacção conservadora.

Radicais e conservadores eram ortodoxos do ponto de vista financeiro. Ambos preconizavam o equilíbrio das contas públicas. O que os distinguia eram as opções do caminho para lá chegar. Primeiro, os radicais defendiam o aumento das receitas em detrimento da redução das despesas como prioridade. Lançada a escolha pela reforma tributária, optavam pelo agravo dos impostos directos que taxavam a riqueza, em vez dos impostos indirectos que pesavam sobre o consumidor. A modalidade preferida era a do imposto pessoal sobre o rendimento, que permitia uma melhor aferição da riqueza. Finalmente, as taxas progressivas introduziam o princípio redistributivo na máquina tributária. No final do percurso, as escolhas tomadas revelavam que não era apenas o provimento do tesouro público que estava em causa. A reforma tributária radical alterava as relações do capital com o Estado e com o trabalho.

Apesar das tentativas de reforma tributária terem sofrido uma forte oposição, o ataque radical aos interesses económicos da situação tornava-se abertamente ofensivo em duas vertentes complementares. A primeira foi a reforma agrária e a segunda a reforma da actividade financeira privada.

Ezequiel de Campos, ministro da Agricultura do Gabinete «canhoto», levou à Câmara dos Deputados uma proposta de reestruturação da



propriedade fundiária, a 12 de Dezembro de 1925. Na linha de Oliveira Martins, propunha a divisão da propriedade a sul e a concentração a norte, forma de racionalizar a produção agrícola e estimular o fomento da média propriedade. Para isso, estipulava a expropriação de incultos, pousios e baldios em regiões de baixa densidade populacional, medida que afectava os latifundiários do sul. Recorremos às palavras do integralista Pequito Rebelo para ilustrar o grau nulo de receptividade que a proposta teve no meio que este representava:

> Ineficaz na sua técnica, injusta na sua contextura jurídica, contraproducente nos seus critérios agronómicos e económicos e encerrando ademais um princípio de guerra civil e de dissolvente ataque à propriedade.[18]

Ezequiel de Campos acaba por pedir demissão do Governo. Escassamente socialista, a proposta afectava de facto as classes terra-tenentes tradicionais. Abria o duplo precedente de expropriação e de intervenção do Estado na avaliação da utilização produtiva da terra. Aliás, a estratégia económica radical não era indiferente a um propósito de modernização das classes detentoras do poder económico, tal como o próprio Ezequiel de Campos enuncia nas páginas da *Seara Nova* quando se refere à optimização dos recursos naturais do país.

> Tal remodelação da actividade colectiva para muito mais rendosa e útil à comunidade [...] importa modificações profundas e o saneamento do equilíbrio das oligarquias dominantes da Finança, da Terra, da Indústria, do Comércio e Navegação; e o robustecimento (quase formação) de classes novas na posse e cultura da Terra, e na exploração da Indústria.[19]

Era a formação de uma burguesia nova que atalharia o subdesenvolvido pensamento industrioso e forneceria à República o desejado alicerce social sólido.

Coerente com o ponto acima referido, a reforma do sistema bancário de Domingues dos Santos incitava ao alargamento da distribuição do crédito e ao fomento de actividades cooperativistas, meios de favorecer o crescimento das classes pequenas e médias, enquanto se coarctavam as possibilidades especulativas às elites da finança, do comércio e da indústria.

Reforma tributária, reforma agrária e reforma das actividades financeiras privadas eram três componentes essenciais do programa económico-financeiro radical. As várias tentativas de introdução de critérios reformistas de esquerda na prática governativa geraram uma constante obstrução, papel desempenhado pelas classes conservadoras. Motivava-as a percepção de uma hipótese subversiva. O perigo trazido pela esquerda republicana era o da redefinição do papel do Estado sob pressupostos socializantes, que se resumiam à limitação das liberdades económicas em prol do equilíbrio social. O problema não era a intervenção estatal, porque o Estado não era neutro, conforme se lê na *Seara Nova*:

> A vida económica é em grande parte artificial, vivendo por isso as «forças vivas» muito menos das forças próprias que das forças que lhes empresta o Estado, à custa, afinal, de todos nós [...] que o Estado aqui é o órgão básico de um parasitismo estrutural, dos interesses mais contrários aos interesses da comunidade.[20]

A ameaça residia na intervenção favorável a uma ideia social e económica diversa daquela que existia e que a República não conseguiu alterar.

Os vários embates entre os antagónicos programas conservador e radical, ao longo do período final da Primeira República, são componentes de uma luta polarizada pelo domínio das mudanças da modernidade, que culmina com o 28 de Maio de 1926. Além das batalhas travadas pelas armas e pelas políticas económicas e financeiras, houve uma terceira arena de disputa, a das mentalidades. Em Março de 1926, *A Batalha* e a *Seara Nova* organizaram nova campanha contra o fascismo, convidando figuras dos vários grupos de esquerda a intervir em sessões públicas de esclarecimento sobre os regimes autoritários de Mussolini e Primo de Rivera. Dois meses depois, a ditadura militar instalava-se. A permanência da solução estado-novista denuncia a derrota do ideário social-democrata perante o ideário antiliberal, nesse terceiro campo fundamental: o da hegemonia das ideias.



## Notas

1 António José Telo, *Decadência e Queda da Primeira República*, 2 vols., Lisboa, A Regra do Jogo, 1980 e 1984.
2 *Idem*, *ibidem*.
3 *Diário da Câmara de Deputados*, 27 de Maio de 1920.
4 *Diário da Câmara de Deputados*, 3 de Junho de 1920.
5 *Diário da Câmara de Deputados*, 6 de Dezembro de 1920.
6 *Diário da Câmara de Deputados*, 3 de Junho de 1920.
7 *Diário da Câmara de Deputados*, 9 de Dezembro de 1920.
8 Fernando Medeiros, *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*, «Biblioteca de História», Lisboa, A Regra do Jogo, 1978, e Joana Dias Pereira, *Sindicalismo Revolucionário — História de uma Idêa*, FCSH da UNL, 2008 (dissertação de mestrado).
9 *Diário da Câmara de Deputados*, 2 de Dezembro de 1920.
10 *Diário da Câmara de Deputados*, 6 de Fevereiro de 1925.
11 *O Mundo*, 7 de Fevereiro de 1925.
12 «O Problema Político», tese relatada por José Domingues dos Santos no Congresso Geral do PRED (23 a 26 de Abril de 1926), *in* António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, Porto, FLUP, 2006, vol. II (Anexos), p. 372 (dissertação de doutoramento).
13 «Apresentação» (*Seara Nova*, nº 1 - 15/X/21), *in* Sottomayor Cardia (org. e pref.), *Seara Nova. Antologia. Pela Reforma da República (1921-1926)*, 2 vols., Lisboa, Seara Nova, 1970, p. 95.
14 «O Problema Político», *ibidem*, p. 382.
15 *Ibidem*, p. 385.
16 «Apresentação do XLIV Governo da República ao Parlamento», discurso de José Domingues dos Santos, *in* António José Sousa Monteiro de Queirós, *ibidem*, p. 228.
17 «Seara Nova» (*Seara Nova*, n.º 22 — IV/23), *in* Sottomayor Cardia (org. e pref.), *ibidem*, p. 121.
18 *O Século*, 15 de Janeiro de 1925, cit. António José Sousa Monteiro de Queirós, *A Esquerda Democrática e o final da Primeira República*, Porto, FLUP, 2006, vol. I, p. 114 (dissertação de doutoramento).
19 «A crise portuguesa», por Ezequiel de Campos (*Seara Nova*, n.º 57 — 24/X/25), *in* Sottomayor Cardia (org. e pref.), *ibidem*, p. 352.
20 «Carta aberta dirigida a Sua Exa. o Presidente da República pelo Grupo Seara Nova» (*Seara Nova*, n.º 27 — X e XI/23), *in* Sottomayor Cardia (org. e pref.), *ibidem*, p. 279.

# A transformação política da República: o PRP dos «bonzos», tempo dos deuses menores

*Luís Farinha*

Quando, em 31 de Maio de 1926, o Congresso da República suspendeu a sua actividade e um comando militar revoltoso, chefiado pelo capitão Carlos Vilhena, encerrou São Bento, tinha acabado de cair um gabinete liderado por António Maria da Silva, um dos chefes do Partido Democrático, legitimado por uma maioria absoluta obtida nas eleições de 8 de Novembro do ano anterior[1]. Nesse mesmo dia 31 de Maio, a intransigência dos republicanos — da maioria e das minorias — tinha dado lugar a um Parlamento sem *quorum*, exaltado com muitos «Vivas à República», mas nervoso com o ruído, cada vez mais audível, do «tilintar das esporas» dos seus carrascos, que desde o dia 28 desciam de Braga sobre Lisboa, a mando do general Gomes da Costa.

No entanto, nada parecia fazer perigar a serenidade dos órgãos legitimamente eleitos — Governo e presidente da República. António Maria da Silva[2], às 11 horas da noite do dia 30 de Maio, «apresentou o pedido de exoneração ao sr. Presidente da República, que [procederia naquele dia] às diligências necessárias para a constituição de um Governo Nacional». Na sequência desta «demissão» de um dos fundadores do regime republicano, o presidente da República Bernardino Machado ainda teve tempo para nomear «Presidente do Ministério e Ministro da Marinha, e interinamente das restantes pastas» outro dos conspiradores do «Movimento de 28 de Maio», o comandante Mendes Cabeçadas[3]. De seguida, o espoliado despedia-se do intruso «com os mais dedicados votos» e «afectuosa consideração», numa carta em que, alegando procedimentos constitucionais, alienava assim o poder obtido do Congresso da República e do voto popular na pessoa do conspirador. Para tranquilizar-se do acto de abdicação, reconhecia, estranhamente, a restauração «da ordem pública sem violentas colisões» e abençoava a constituição de um Governo por Mendes Cabeçadas, em quem a «República tanto [confiava]»[4].

A República, tão arduamente conquistada sobre as cinzas da Monarquia, caía de vencida, como se os seus verdadeiros representantes estivessem convencidos da legitimidade dos conspiradores ou, de algum modo, os aguardassem com a morte no peito. É certo que eram ainda republicanos (e animados das melhores intenções) alguns dos conspiradores que derrubaram a República em 28 de Maio — o seu desígnio expresso era o de exigir a nomeação «legal» de «um Governo extrapartidário, constituído por republicanos que merecessem a confiança do país»[5]. No entanto, poderia este «pacto» ser levado a bom termo, tendo em conta o carácter marcial do movimento nortista (que em breve se tornou nacional), liderado por Gomes da Costa, um general acossado pelas pressões do «tenentismo» de direita e pelas exigências imoderadas de mudança social e política em curso? Os dias seguintes encarregaram-se de mostrar como eram vãos os desígnios de Cabeçadas, obrigado a dividir o poder «outorgado» com o general e, pouco tempo depois, a 17 de Junho, a aceitar o «despedimento» que lhe foi proposto pelas diferentes forças de direita conluiadas.

## A República caiu?<br>«Há males que valem por bem»

No entanto, António Maria da Silva havia abandonado o Governo com a convicção de a República «estar defendida». Estranhamente, pelo país fora, a voz dos democráticos continuava serena e confiante. Em Viseu, *A Voz da Verdade*, um jornal afecto ao partido, considerava que «não [havia] grande perigo, pois a Revolução [era] republicana e o povo português já [tinha demonstrado] não aceitar qualquer Mussolini ou Primo de Rivera, como já não aceitou Sidónio Pais»[6]. Por outro lado, João Camoesas[7] — um dos «bonzos»[8] do Partido Democrático — considerava que «o país nunca [poderia] deixar de passar sem o PRP», e acrescentava: «De resto, há males que valem por bens. Esta crise vale para nós como um revulsivo eficaz e capacita-nos para novos cometimentos»[9]. Os meses seguintes mostraram-lhes quão errados estavam na sua análise. Habituados, como sempre, ao apoio do «bom povo republicano», desde os tempos heróicos da propaganda (1908-1910), não se terão apercebido da ruptura política trazida pela fronda contra-revolucionária que, aliando descontentes da extrema-direita à extrema-esquerda, se propunha instaurar uma «nova ordem política» de partido único e orientação incontestada, sob a batuta dos militares. É certo que não é lícito acreditar na ingenuidade dos democráticos em matéria de política. O movimento revolucionário de 18 de Abril de 1925[10] não tinha deixado dúvidas sobre o que pretendiam os nacionalistas, apoiados pelos militares: uma mudança inconstitucional da República, com desmantelamento dos partidos políticos, dissolução do Parlamento e condução ditatorial do país. Tinha sido a primeira grande sacudidela do regime. A segunda ocorreu uns meses depois, a 19 de Julho: os seus protagonistas, com destaque para o comandante Mendes Cabeçadas, tinham proposto um «interregno ditatorial», que podia consubstanciar-se numa autorização especial do Parlamento ao Governo, a termo certo — uma «ditadura temporária» —, mas dentro da continuidade do poder constitucional, embora de teor conservador, na linha do combate ao «esquerdismo» dos democráticos e da Esquerda Democrática[11].

Perante tantos avisos à navegação, como puderam os democráticos de António Maria da Silva ignorar os desígnios dos conspiradores de 18 de Abril e de 19 de Julho, implacáveis na sua acção de derrube do regime sem quaisquer contemplações? Acima de tudo, como foi ele capaz de não reagir perante o afastamento de tantos genuínos republicanos e democratas que, em momentos sucessivos, foram abandonando o Partido Democrático (ou se tornaram seus críticos implacáveis), perante a incapacidade de acolhimento das suas propostas de regeneração partidária e do regime?

É certo que, até 1925, o Partido Democrático sempre tinha conseguido refazer a unidade inicial (a dos tempos heróicos da propaganda), depois de cada um dos sobressaltos a que se expôs. Em 1911, quando as surdas oposições dos tempos anteriores a 1910 explodiram em divergências[12], as facções *evolucionista* e *unionista* nunca vieram a constituir soluções partidárias — foram abandonadas pelo PRP, não saíram pelo próprio pé. À frente do agora designado Partido Democrático ficava Afonso Costa, o indiscutível líder do «povo republicano» de Lisboa e do Porto. O partido não poderia dissolver-se, porque fora constituído para salvar a pátria abandonada e esse desígnio estava longe de conseguido. Em 1916, quando a guerra insana dividiu o país entre «guerristas» e «antiguerristas», «a episódica União Sagrada[13] não passou duma união de via reduzida», nas palavras de Cunha Leal[14]. E a vitória sobre o primeiro «desvio ditatorial» de Pimenta de Castro[15] no ano anterior foi, antes de mais, a vitória

do «povo republicano», sob a liderança do Partido Democrático e de Afonso Costa.

A guerra, com o seu cortejo de desventuras sociais, abriu um outro ciclo de vida política a que o velho PRP não quis ou não soube adaptar-se.

## A refundação falhada e a República radical: o tempo das cisões (1919-1921)

A «GLORIOSA JORNADA DE MONSANTO»[16], que agregou a «rua republicana» de Lisboa aos militares que combatiam os monárquicos nos arredores da capital e no norte do país, deu de novo asas ao Partido Democrático — quase se achava legítimo perdoar «os males do Dezembrismo» pela reacção popular que esse «desvio» tinha provocado no curso da República. A dessidonização do regime não foi simples nem rápida, mas, quando em 5 de Maio de 1919 o país foi chamado a votar para o Parlamento, dava de novo uma maioria absoluta ao Partido Democrático[17]. Em Outubro seguinte, o Congresso do PRP (era ainda assim que os democráticos se designavam a si próprios) estava pronto a reafirmar a «unidade do Partido, sem cisões» e a continuidade orgânica, centrada sobre a existência de um Directório e de numerosas comissões republicanas locais, responsáveis por uma rede nacional de influências, ímpar no contexto político português.

No entanto, desprovido da figura tutelar forte de Afonso Costa, o Partido Democrático tornara-se um partido frágil, dividido entre as tendências (que em breve se constituiriam em facções) de António Maria da Silva, Domingos Pereira e Álvaro de Castro, como se no seu interior o partido fosse capaz de conter todas as soluções políticas — parlamentares e governativas.

No seu curto Governo de concentração, José Relvas havia pugnado por uma recomposição das direitas num bloco unitário que, clarificando o espectro político nacional, pudesse concorrer eleitoralmente com o Partido Democrático e inaugurasse uma República nova, com rotação partidária. Porém, isso não foi possível por duas razões: embora frágil na sua condução, o Partido Democrático continuava a dominar a vida política nacional: era um partido de notáveis, sustentado por uma forte rede de interesses locais oligárquicos; ao invés, as «direitas» constitucionais — *evolucionistas* e *unionistas* — tinham



nascido de uma cisão equívoca e, na substância, pouco ou nada as separava do «partido de todos os republicanos» que tinham ajudado a construir até 1911 — estavam os três tocados pelo «pecado original». A verdadeira direita escusava-se a ser representada por outras que não as forças orgânicas tradicionais, agregadas sob o manto monárquico e católico. Fora vencida, mas estava longe de deixar-se convencer pelas virtudes republicanas. Por isso, *evolucionistas* e *unionistas* foram sempre pouco mais que magras cortes, reunidas em torno de António José de Almeida e de Brito Camacho, com muito fraca representação nacional, ou sequer regional.

O problema político saído da guerra civil de 1919, sendo fulcral na vida da República, nem sequer era o único ou o mais premente a resolver. A crise financeira e o problema da ordem pública[18], decorrentes de uma crise económico-social profunda[19], tinham representações literárias e jornalísticas que amplificavam até ao delírio o quadro caótico existente[20].

No Parlamento e no Governo, dois problemas magnos absorveram os responsáveis pela condução de uma política que resolvesse os problemas da «questão social» e da ordem pública: o saneamento financeiro do Estado[21], com redução do défice orçamental e revalorização da moeda; e uma política de tributação justa[22], de carácter progressivo, acompanhada por uma acção eficaz de promoção da agricultura, da indústria e da valorização das colónias.

Perante a incapacidade para resolver os difíceis problemas económico-sociais do pós-guerra, o problema político aparecia à vista de todos como de indispensável solução — os governos não poderiam continuar cambaleantes, à mercê dos humores de combinações parlamentares frágeis. Foi assim que o novo presidente da República, António José de Almeida, eleito em Agosto de 1919, deixou campo livre para que *evolucionistas* e *unionistas* se decidissem pela recomposição da direita parlamentar. Em Outubro daquele ano, surgia o novo Partido Liberal, uma força política frágil, que nem todos os elementos *evolucionistas* conseguira agremiar, tendo uma parte deles decidido fundar o Partido Popular, uma pequena e aguerrida formação política com grande impacto na vida parlamentar.

Ao mesmo tempo, tendo o novo Congresso, eleito em Maio, poderes constituintes, a comissão de revisão presidida por Álvaro de Castro dirigiu a sua atenção para uma única questão: as atribuições do presidente da República e, em particular, a sua capacidade de dissolução

das câmaras. A proposta foi apresentada pelos *evolucionistas*, que viam na sua aprovação a hipótese de, com um presidente da República da sua família política, viabilizarem a reconstitucionalização do regime, pela chegada ao poder do Partido Liberal e de, desta forma, acabarem com «o ciclo funesto dos pronunciamentos e das revoltas», que consideravam derivar da inamovibilidade do Partido Democrático.

Com a emenda aprovada, nem dessa maneira o regime conheceu maior estabilidade parlamentar e governativa. Sucederam-se diversos governos de coligação, com hegemonia dos democráticos, mas, esgotadas as soluções, num período de fortíssima agitação social, o ano de 1920 ficaria marcado pela existência de governos de coligação entre as várias forças políticas do espectro parlamentar ou por governos chefiados por militares, como o de Liberato Pinto (29/11/1920 a 2/3/1921). Apesar de continuarem maioritários no Parlamento, os democráticos cederam o lugar a governos de coligação, sob a liderança do liberal António Granjo, ou sob a liderança de Álvaro de Castro, líder do recém-criado Partido Reconstituinte, uma cisão do Partido Democrático declarada em Março de 1920.

O Partido Democrático desembaraçava-se das suas oposições internas (o próprio Domingos Pereira saíra temporariamente do partido, regressando mais tarde), mas enfraquecia de forma extraordinária a sua capacidade de governação, pela diminuição da qualidade dos seus dirigentes. Dentro, tinham ficado os «bonzos» de António Maria da Silva, cuja finalidade última era durar, mantendo intacta a rede nacional de apoios locais, mas sem qualquer anseio de regeneração do partido e do regime.

Será com base neste impasse criado por um partido que detinha a maioria parlamentar, mas que não conseguia governar nem deixava que se governasse, que o presidente António José de Almeida se decidiu, em 1 de Julho de 1921, pela dissolução das câmaras. Esta era uma exigência conjunta dos revoltosos de 21 de Maio[23], liderados pelo seu chefe — o coronel Liberato Pinto —, e do novo chefe de Governo nomeado, o liberal Tomé de Barros Queirós, incumbido de promover eleições, e que os «bonzos» de António Maria da Silva veriam com a maior simpatia: seria uma forma de combater os dissidentes do seu próprio partido e de dar lugar a um forte Partido Liberal, com o qual se prepararam para governar em rotação[24].

Pela primeira vez na história da República, a direita parlamentar tinha a hipótese de promover eleições e a esperança de conseguir a



reconstitucionalização do regime. Infelizmente, os resultados eleitorais não abonaram a nova esperança política: o Partido Liberal obteve uma maioria relativa dos votos dos eleitores e a abstenção chegou a atingir os 79 por cento em Lisboa. Ao contrário do que poderia esperar-se, os liberais não conseguiram alterar o tradicional clima de suspeição que sempre recaíra sobre os democráticos, verificando-se antes «um acréscimo muito significativo das práticas fraudulentas e coercitivas»[25]. Divido no seu interior em três facções — os ex-unionistas, os ex-evolucionistas e os ex-dezembristas —, o Partido Liberal era tudo menos o garante de uma maior estabilidade parlamentar e governativa[26].

A prova de fogo dos liberais veio a ocorrer no «Verão Quente» de 1921, no decurso do Ministério de António Granjo (30/8/1921 a 19/10/1921), com o Parlamento em funcionamento permanente. A crise do Tesouro adquiria contornos dramáticos e o Governo, mais do que a reforma tributária, inclinava-se para a compressão das despesas, intervindo sobre o regime cerealífero, com implicações no problema das subsistências. Além do mais, volta ao Congresso a reforma tributária, que foi discutida durante a primeira quinzena de Setembro. Cunha Leal voltaria à carga com a sua proposta de imposto progressivo sobre o rendimento, contrapondo-a à dos liberais. Porém, em meados de Setembro, o Congresso decide pela sua suspensão até Novembro. Durante este período, António Granjo, à frente de um Governo minoritário, decide «pôr ombros» à obra gigantesca de combater a carestia de vida e equilibrar o Tesouro. Uma tarefa quixotesca, que fazia correr por fora toda a oposição antiliberal, dos radicais do Partido Popular aos democráticos, dos amigos de Liberato Pinto, a cumprir um ano de pena no Forte de Elvas, aos independentes.

Em 19 de Outubro, como manifestação desse surdo descontentamento, deflagra em Lisboa uma revolução radical, liderada pelo coronel Manuel Maria Coelho. Dois dias depois, a desordem do regime dava oportunidade à «Noite Sangrenta»[27]. Não podia terminar de pior forma a primeira experiência extrademocrática da República, em que o próprio líder, António Granjo, se deixaria assassinar às mãos da turba enfurecida.

O ciclo político seguinte estaria de novo destinado aos governos do Partido Democrático.

## A República conservadora: o tempo dos «bonzos» (1922-1923)

Entre Fevereiro de 1922 e Novembro de 1923 ocorreu uma das mais duradoiras experiências governamentais do Partido Democrático, sob a liderança de António Maria da Silva (o «mata-ministros», na expressão de Cunha Leal), embora com duas recomposições governamentais: caíam os ministros, mas permanecia o Governo, sem que, contudo, isso correspondesse a qualquer alteração política substancial.

Depois de uma nova dissolução do Congresso, em 6 de Novembro de 1921, o partido voltaria a ganhar as eleições de 29 de Janeiro do ano seguinte, apesar da preparação cuidadosa do acto eleitoral por Cunha Leal, encarregado pelo presidente da República de formar um Governo que apaziguasse a situação, que fizesse o apuramento rigoroso dos responsáveis pela «Noite Sangrenta» e que preparasse a transição para um regime rotativo, que se esperava pudesse estabilizar a República.

Cunha Leal foi mais longe: na preparação das eleições contactou associações patronais e convidou as «forças vivas» para comporem as listas governamentais. O seu programa propunha o aprofundamento da vida regional e um Parlamento diferente na composição, porque «desejava que tivesse a representação das classes» produtoras, ou seja, um Parlamento com representação orgânica. Longe de desagradar, a opção mereceu o apoio de sectores mais conservadores do Partido Democrático: Cunha Leal foi apresentado em Chaves como candidato da maioria democrática (com apoio de parte dos liberais).

A solução foi desastrosa. A abstenção atingiu em muitos círculos os 70 por cento, a imprensa regional voltava a denunciar violências, e um desencantamento profundo apoderou-se do país: tinham sido feitas muitas promessas de renovação, mas nenhuma mudança substancial ocorreu. Os democráticos ganhavam sem maioria absoluta e as oposições apresentavam-se profundamente divididas: 34 liberais; 17 reconstituintes; 13 governamentais; 13 monárquicos; cinco independentes; cinco católicos; e dois regionalistas. Muitas candidaturas tinham sido contratualizadas como independentes, o que equivalia a dizer que, perante os resultados, se comportariam de forma flutuante, com possibilidades de trânsito temporário para a sua área de origem. Que melhor exemplo que o do próprio Cunha Leal? Pouco tempo depois, havemos de vê-lo na liderança do Partido Liberal e, em 1923, na babel nacionalista.



Perante estes resultados eleitorais, não seria de esperar nada de diferente das situações anteriores: maiorias parlamentares circunstanciais (de acordo com os assuntos a tratar) e governos compósitos, assim constituídos para incluir as margens mais divergentes, tanto do interior como do exterior do Partido Democrático.

Impossibilitada de governar por via legal, a direita parlamentar havia de esperar dois longos anos, até finais de 1923, para ter de novo oportunidade de assumir o poder: restava-lhe uma outra tentativa de recomposição partidária (que veio a ocorrer em Fevereiro de 1923, com a fundação do Partido Nacionalista), ou o recurso aos meios violentos e extraparlamentares da conjura, do golpe ou da revolução.

Também à esquerda, os reconstituintes de Álvaro de Castro teriam de aguardar por melhor oportunidade para poderem assumir responsabilidades governativas. Sem verdadeiras alternativas, à esquerda ou à direita, o Partido Democrático demorou-se no Governo sem qualquer acção legislativa ou reformadora assinalável — durava, mas não impedia que, nos subterrâneos, forças ocultas se estivessem preparando para assaltar o poder. Este era, sem dúvida, o «tempo dos bonzos».

Contudo, a «acalmação» trazida por esta trégua de dois anos não significava, de nenhum modo, que estivessem resolvidos os problemas da República. Tinha passado o período agudo da crise das subsistências, mas continuavam por resolver os problemas financeiros e económicos do país. O valor da libra quadruplicou entre 1921 e 1924, em relação ao escudo, e, assim, a dívida pública tornava-se asfixiante, tanto mais que tardavam as almejadas reparações de guerra e a dívida à Grã-Bretanha estava longe de solvida. Impedido de reduzir as despesas públicas pela necessidade de colmatar os depauperados salários e promover algumas obras de fomento (designadamente nas colónias), restava ao Governo o recurso a uma política de aumento de receitas.

O primeiro grande debate no Parlamento ocorreu no Verão de 1922, com a apresentação da reforma tributária de Portugal Durão. Em causa estava uma redução do funcionalismo e uma reforma tributária, criando um novo imposto sobre o valor das transacções. Ao caminho do ministro saiu Cunha Leal, contrariando a justeza dos critérios de redução dos funcionários e as novas taxas propostas sobre o rendimento. Começando por ser político-técnico, o problema

transferia-se para o domínio político-partidário. Por isso, sem um grande apoio parlamentar, a reforma de Portugal Durão trouxe acréscimos de receita, mas também fuga de capitais, desvalorização do escudo e concomitante subida dos preços[28].

A partir de Agosto de 1923, o Governo toma uma série de medidas de contenção, entre as quais avulta a decisão de acabar com o «pão político» e a instituição do regime livre de comercialização dos cereais. Esta política hesitante de cedências, ora à esquerda ora à direita, tornou-se responsável pelo desmoronamento da maioria governamental e pela recomposição do bloco conservador de direita, constituído temporariamente em torno do Partido Nacionalista.

Será uma experiência governamental curta, a do Partido Nacionalista. Depois da queda do Governo de António Maria da Silva, Afonso Costa regressara temporariamente ao país, a pedido do novo presidente da República eleito — Manuel Teixeira Gomes, o antigo ministro em Londres. Chegava aureolado das maiores credenciais, para formar um «Governo nacional», e independente dos «bonzos» do seu próprio partido. Não conseguiu e voltou para Paris.

Presidido por Ginestal Machado, com Cunha Leal de novo em ministro das Finanças, o Governo nacionalista não durou mais de um mês. Os nacionalistas tinham juntado todos os descontentes, incluindo os reconstituintes que, incompatibilizados, abandonaram o partido em meados de Dezembro, em plena governação.

Esta tinha sido a última experiência governativa representante das correntes moderadas e conservadoras da sociedade portuguesa, mas que se não reviam na força monárquica reaccionária e anti-republicana. Caíra, mais uma vez, por acção de uma moção de desconfiança do Partido Democrático, sem que este mesmo partido se incomodasse em saber que alternativa de poder poderia ele próprio apresentar. A pouco mais de dois anos do golpe de 28 de Maio de 1926, começava a desenhar-se aqui a «solução» ditatorial que havia de derrubar a República. O ano de 1923 terminava já com a intentona de 10 de Dezembro, do comandante João Manuel de Carvalho[29], um antigo outubrista, numa manifestação clara da virulenta agitação política extraparlamentar e insurreccional que ganhava legitimidade na «rua» radical e nos meios militares. A recém-criada Ditadura — pomposamente autodenominada «periódico do fascismo português» —, propunha ao presidente da República um Governo composto por militares, apontando-lhe um programa: o Parlamento era uma burla, a Constituição uma mentira, por isso convidavam Teixeira Gomes a dissolver o Congresso e a proclamar a «Ditadura Nacionalista».



Com a queda do Governo em que participou, Cunha Leal tornou-se ele próprio um arauto dessa alternativa insurreccional que, a partir desta data, ganhava corpo. Em 17 de Dezembro, numa conferência na Sociedade de Geografia de Lisboa e na presença de mais de 500 oficiais do Exército (entre eles o próprio general Carmona, futuro chefe da Ditadura Militar), Cunha Leal, defensor de uma solução constitucional e civilista, alertava para o rumo mais que previsível (e inevitável?) do país: «As ditaduras hão-de vir, quer queiram quer não, pela força inevitável dos acontecimentos»[30]. E prosseguia, na mesma conferência, com os aplausos frenéticos dos circunstantes: «Dirigi-me a V. Exas. para lhes dizer: salvemos a Nação com os políticos honestos, apoiados na Força Pública!»

A direita constitucional nunca mais voltaria ao poder de forma legal. Abria-se agora a via do centro-esquerda, iniciada com o Governo de Álvaro de Castro, saído pouco antes do Partido Nacionalista.

## A República «esquerdista»: o tempo dos «canhotos» (1924-1925)

Se alguma conclusão se pode tirar da falta de correspondência entre as maiorias eleitorais do Partido Democrático e o exercício do poder governativo desse mesmo partido (designadamente em 1920 e 1923) é a de que a sua legitimidade política (ou a falta dela) não derivava exclusivamente das vitórias nas urnas. Obter vitórias eleitorais (mesmo absolutas, como em 1919 e 1925) apenas oferecia legitimidade para os primeiros tempos de governação e, mesmo assim, em governos de composição, na maior parte dos casos.

A legitimidade do Partido Democrático foi, quase sempre, mais do que democrática, no entendimento moderno do termo, uma legitimidade revolucionária no sentido nacional, patriótico e regenerador. Não será portanto de estranhar que, invalidada a experiência liberal e nacionalista em 1923, por projectos insurreccionalistas e contra-revolucionários, o Partido Democrático se tivesse disponibilizado para apoiar experiências de centro-esquerda. Esta era mesmo a estratégia partidária que melhor poderia servir os interesses do partido, continuamente assolado no seu interior por divisões intestinas:

com maioria no Parlamento, facilmente poderia optar por derrubar, na melhor altura, as experiências governamentais dos seus dissidentes e opositores internos. De uma cajadada, ia «purificando» o partido e vencendo as oposições, para poder apresentar-se, passada a borrasca, como a solução — era uma espécie de rei constitucional que reinava mas não governava. Fomentava o faccionalismo, desmoralizava os intransigentes, mas empobrecia a massa crítica do partido, com a saída e destruição dos dissidentes. Esta era uma política de terra queimada, mas fatal como o destino: uma sociedade fortemente fragmentada e movida por lutas sociais intensas dificilmente se poderia ver representada num projecto partidário unitário, como tendia a ser o Partido Democrático [31].

Em finais de 1923, foi então a vez de formar Governo Álvaro de Castro, um ex-nacionalista que saíra em 1920 do Partido Democrático. Era um Governo de composição onde entravam democráticos moderados (Domingos Pereira nos Negócios Estrangeiros) e outros de uma linha mais à esquerda (José Domingues dos Santos na pasta da Justiça); mas também seareiros[32], a quem foram atribuídas as pastas da Instrução, da Agricultura e da Guerra, e, claro, «alvaristas».

O Partido Democrático, maioritário no Parlamento, abdica de governar e põe no pedestal os seus críticos. O Governo de Álvaro de Castro empreenderá uma importante obra de medidas financeiras deflacionistas e de contenção da dívida pública e estabilização da moeda, com implicações sociais que encarniçam contra ele toda a direita nacionalista. No Parlamento, Cunha Leal, pelo Partido Nacionalista, combaterá até à exaustão a obra de Norton de Matos em Angola, que considera desmedida e comprometedora do equilíbrio orçamental da colónia e do país[33].

Não estava fácil a vida do Governo, na Primavera de 1924, apesar do piscar de olho de José Domingues dos Santos ao desesperado mundo operário[34], radicalizado por ideologias revolucionárias e por um combate de rua que minava a confiança das classes médias, apoiantes da República. À direita, o Exército insistia na necessidade de um movimento militar que, ultrapassando a Constituição, impusesse um clima de ordem, com «pessoas de pulso, independentes de clientelas»[35].

O Governo de Álvaro de Castro caiu na sequência da «revolta da aviação», ocorrida em Junho, com ocupação pelos militares aviadores do GEAR da Amadora. No Congresso, o assunto ganhou foros de



melindre, numa altura em que um outro «par heróico» de aviadores retomava as viagens transatlânticas — Brito Pais e Sarmento de Beires realizavam na altura a viagem Portugal-Macau. Uma moção de desconfiança do democrático Vitorino Guimarães, votada por 43 votos com 23 favoráveis ao Governo, derrubava Álvaro de Castro. Tratava-se de uma coligação negativa de democráticos e nacionalistas, que tinham derrubado o Governo por pura obstrução, sem que nem um nem outro dos partidos — muito menos os dois unidos — apresentassem alguma esperança de solução política.

O Governo de seis meses de Álvaro de Castro constituiu a primeira experiência séria de correcção do défice crónico do orçamento e um ciclo de governação coerente, independente da ala «bonzista». A sua orientação de centro-esquerda viria a prolongar-se até ao início de 1925, com os governos de Rodrigues Gaspar e de José Domingues dos Santos, mas já destituídos da coligação com os «alvaristas», e por isso mais enfraquecidos e acossados.

O Governo de José Domingues dos Santos (22/11/1924 a 15/2/1925) completou o quadro de soluções à esquerda, antes dos governos «bonzistas» que cederam o lugar aos ditadores militares, em Maio de 1926.

Para levar por diante uma reforma do sistema bancário e uma tímida reforma agrária, Domingues dos Santos não poderia contar com o apoio dos «bonzos» do seu partido, que, em coro com os nacionalistas de Cunha Leal, apodavam o ministro de «bolchevista». Quando, no início de Fevereiro, se decidiu pelo encerramento da Associação Comercial de Lisboa, tinha dado o seu passo em frente em direcção ao abismo: ninguém do seu partido apoiaria uma tal medida e a continuidade dos «exaltados» na condução dos negócios do Estado. Este «esquerdismo» era tanto mais preocupante quanto José Domingues dos Santos tinha o apoio da «rua» republicana: em 13 de Janeiro, 15 mil pessoas tinham invadido o Terreiro do Paço para protestar contra o desemprego e exigir ao Governo a reabertura das fábricas, o controlo operário e a descida decretada dos preços. Em resposta, o chefe do Governo afirmava que «o povo [tinha] sido explorado pelo alto comércio e pela alta finança. O Governo da República [colocava-se] ao lado dos explorados contra os exploradores».

Esquerda e direita defrontavam-se no Parlamento e na rua. Duas estratégias, ambas republicanas, batiam-se de forma diferente e antagónica pelo regime que haviam fundado em clima de unidade nacional. Os «bonzos» do Partido Democrático escolhiam a cedência aos

interesses económicos e à direita nacionalista, que, aliada aos insurrectos, carregava no bojo a subversão do regime. À esquerda, José Domingues dos Santos representava a intransigência dos princípios democráticos ao serviço do maior número — mas, minoritário, não teria força para impedir o isolamento. Em meados de Fevereiro de 1925 (pouco mais de um ano antes da queda da República), uma moção apresentada pelo democrático Agatão Lança obtinha os votos conjuntos de democráticos e nacionalistas para abater o Governo.

## A República moribunda: em busca do «Governo extraordinário de competências» (1925-1926)

A GUERRA HAVIA ACARRETADO o fim do primeiro ciclo da República, mas não o da ideia de um projecto unitário e regenerador que salvasse o país. Mesmo que à volta de Sidónio Pais se tivesse reunido toda a direita portuguesa (monárquica, reaccionária e ultramontana), é ainda republicano e nacional o projecto que, juntamente com os *unionistas*, o conspirador arquitecta em Dezembro de 1917 — um projecto de direita e presidencialista, é certo, mas unitário e regenerador: uma espécie de «afonsismo» às avessas.

Na «Nova República» (que alguns incorrectamente apelidaram de «velha»), o que vem a caracterizar o Partido Democrático é uma manifesta incapacidade para perceber até que ponto as novas clivagens sociais do pós-guerra se tornaram fracturantes e para aceitar a necessidade de novas formas de mediação, intermediação e representação política. Durante estes anos, a República balanceou entre um multipartidarismo de partido dominante (embora não hegemónico) e a ansiada emergência, por sectores que se não reconheciam no Partido Democrático, de um partido ou bloco alternante das direitas conservadoras. Ou, em alternativa ainda, de um partido da esquerda democrática, capaz de representar o povo miúdo, muito sacrificado pela crise económica, o desemprego e a política repressiva dos governos da República.

O Partido Democrático era então, especialmente a partir de 1921, o de António Maria da Silva (não o de Afonso Costa, retirado em Paris desde 1919 até ao resto dos seus dias), e persistiu até ao fim, de forma agónica, na defesa da linha unitária de um projecto político de massas, centrado sobre o Partido Republicano: ainda com o argumento



político que herdara dos tempos da propaganda — o seu programa era nacional, patriótico e regenerador. Por isso, mesmo quando vingaram alternativas governamentais de centro direita (a liberal em 1920/21 e a nacionalista em 1923), ou de centro esquerda (a «alvarista» em 1923/24 e a «esquerdista» de José Domingues dos Santos em 1924/25), elas foram condenadas a um fracasso relativo — raramente tiveram condições de estabilidade, num Parlamento dominado pelos democráticos, e também só poucas vezes puderam constituir governos unicolores, sem a interferência do partido hegemónico.

O drama é que também o Partido Democrático só muito raramente pôde constituir um Governo de maioria absoluta[36]: instado pelos apelos de uma sociedade complexa e clivada e condicionado pelos mecanismos de supremacia do Parlamento sobre o poder executivo, nunca pôde desresponsabilizar-se das decisões políticas mais contestadas (mesmo que tomadas por outros), nem assumir a totalidade dos encargos políticos. Numa situação de partido hegemónico, nunca as alternativas (de esquerda ou de direita) se conseguiram constituir como forças de confiança — sobravam-lhes os generais, mas faltavam-lhes os soldados; estes estavam ainda (enquanto estiveram) ao serviço da mística do velho PRP. Por outro lado, o Partido Democrático perdera a capacidade de manobra e o balanço da primeira fase da República: podado de muitos dos elementos mais criativos por sucessivas cisões e recomposições partidárias (entre 1919 e 1926), perdeu a maioria absoluta no Parlamento entre 1920 e 1925 e compensou-a com a aderência de garfos impuros ou de alianças espúrias ou contranatura; assediado por pressões sociais esmagadoras, foi quebrando a solidariedade com o mundo operário e do «pequeno colarinho branco» com que ganhara o país entre 1908 e 1910, aos gritos de «Justiça» e Pão»; instado a agradar à direita dos interesses (que exigia ordem e segurança), tratou de «forma compreensiva» os conspirados nacionalistas e monárquicos de 1925; incapaz de reformar o regime pela introdução de medidas correctivas e reformadoras no Parlamento e no partido, incompatibilizou-se com a intelectualidade que lhe exigia uma mais profunda democratização política; à custa de mobilizar as forças militares e paramilitares para estabilizar e pôr ordem no sistema governativo, acabou por morrer às mãos dos militares que chamou dos quartéis para o Governo e para a rua.

O tempo era definitivamente outro, embora o velho PRP não se habituasse à ideia. Até os homens haviam mudado (no Parlamento e

no Governo): para além do eterno refugiado de Paris, também António José de Almeida optara em 1919 pela Presidência da República e Brito Camacho pelo retiro doutrinário. Este era, definitivamente, o «tempo dos deuses menores».

À custa de tanta insistência (à esquerda e à direita) num «Governo nacional de competências», o eternamente hostilizado presidente Bernardino Machado cedeu o seu lugar ao conspirador Mendes Cabeçadas, concentrando neste último todos os poderes — presidenciais e governamentais. É caso para considerar que tinha sido encontrada a salvação nacional. E que os «bonzos» do Partido Democrático se haviam convencido de que as «competências» não estavam afinal no seu campo político.

## Notas

1 O Partido Democrático obtivera uma expressiva maioria de 83 representantes na Câmara de Deputados. À sua esquerda, tinham sido eleitos 19 independentes e seis deputados da Esquerda Democrática, uma cisão recente do Partido Democrático. À direita, a alternativa nacionalista elegera apenas 36 deputados, sob uma liderança tripartida de Ginestal Machado, Tamagnini Barbosa e Cunha Leal. A União dos Interesses Económicos, pela primeira vez no Parlamento, contava com seis deputados e os monárquicos com sete representantes.

2 António Maria da Silva (Lisboa, 1872 - Lisboa, 1950) foi um dos fundadores civis da República dos tempos da propaganda. Foi membro fundador da Carbonária, sendo um dos seus líderes nas vésperas do 5 de Outubro. A partir de 1913 desempenhou vários cargos ministeriais, tendo sido o político que mais tempo permaneceu em governos durante o regime republicano. Em 1917, fazia parte do Directório do PRP e, depois da guerra, passou a ser um dos líderes do partido, agora conhecido como Democrático, ao qual imprimiu um rumo ordeiro e conservador. Pela sua conduta cautelosa e ordeira, passou a ser apontado como um dos «bonzos» do partido, por oposição à ala esquerda, denominada de «canhota»

3 José Mendes Cabeçadas (Loulé, 1883 - Lisboa, 1965) foi oficial da Armada, republicano do 5 de Outubro e um dos líderes do Comité Revolucionário de 28 de Maio de 1926. Foi deputado e pertenceu aos Partidos Unionista, Liberal e Nacionalista. A sua acção contra o «partido único» dos democráticos iniciou-se com a revolta do navio *Vasco da Gama*, em 19 de Julho de 1925. Absolvido, regressou à conspiração. Em 30 de Maio de 1926 recebeu os «poderes legítimos» da República das mãos do presidente Bernardino Machado. Uns dias depois, a 17 de Junho, foi «despedido» por Gomes da Costa. Passou, alguns anos depois, à oposição, tendo sido um dos líderes das revoltas contra a ditadura de 1946 e 1947, altura em que foi demitido do seu posto.
Nos anos 50 e 60 integrou os movimentos oposicionistas de natureza social-democrata — o Directório Democrato-Social e a Acção Democrato-Social, ao lado de oposicionistas como Cunha Leal, Mário de Azevedo Gomes ou António Sérgio.

4 Carta de transmissão de poderes do presidente Bernardino Machado ao comandante Mendes Cabeçadas, datada de 31 de Maio de 1926.

5 Este desígnio aparece expresso na carta que Mendes Cabeçadas dirigiu ao presidente da República em 28 de Maio de 1926. Sobre os intuitos regeneradores da República do grupo político em que se inscrevia o comandante Mendes Cabeçadas — a União Liberal Republicana, chefiada por Cunha Leal —, ver Luís Farinha, «Cavaleiros da pátria. Os liberais e a transição pactuada (1925-1929)», *O 28 de Maio Oitenta Anos depois, Contributos para Uma Reflexão* (apresentação de Luís Reis Torgal), CEISXX e Instituto de História das Ideias, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2006.

6 Cf. *A Voz da Verdade*, Viseu, 5/6/1926. No mesmo sentido vinham a público os editoriais e artigos de análise política do jornal *O Rebate*, órgão lisboeta do Partido Democrático, na primeira quinzena de Junho de 1926. Só na segunda quinzena, depois da publicação de uma carta de Cunha Leal a Mendes Cabeçadas acusando este de timorato, *O Rebate* considerou que começava ali a verdadeira ditadura.

7 João Camoesas (Elvas, 1887- EUA, 1951) foi um médico e professor que colaborou em vários jornais republicanos. Era republicano democrático — um dos designados «bonzos» — e foi deputado em várias legislaturas, pelo círculo de Portalegre. Nos anais parlamentares ficou célebre o seu discurso de cerca de oito horas no Congresso, na sessão nocturna de 16 para 17 de Julho de 1925, com a finalidade de obviar à aprovação de uma moção de desconfiança dos nacionalistas ao Governo de António Maria da Silva (que não deixou de cair uns dias depois). Foi ministro da Instrução em 1923 e 1925. Revelou-se, a partir dos anos 30, um opositor à ditadura e foi, por isso, deportado para Angola em 1932. De seguida exilou-se nos EUA, onde constituiu um forte esteio de apoio à oposição exilada.

8 A designação de «bonzos» para algumas figuras do Partido Democrático começou a ser aplicada ainda durante a República, no início da década de 20,

quando as diferentes sensibilidades se começaram a afastar de um partido imobilizado e sem capacidade para se adaptar às novas circunstâncias trazidas pela guerra. Em 1920, saiu Álvaro de Castro e Domingos Pereira (tendo o segundo optado por reingressar no partido poucos meses depois). O primeiro fundou o Partido Reconstituinte. A imobilidade do Partido Democrático tornou-se mais aflitiva a partir de 1923, quando abdicou diversas vezes de assumir o poder, mesmo tendo obtido maiorias eleitorais, ou em 1925, quando a ala «canhota» do partido, chefiada por José Domingues dos Santos, exigiu reformas económicas e sociais democráticas, e o partido, atemorizado pela força dos militares e das direitas (parlamentares e extraparlamentares), se decidiu por sucessivas cedências, até à cedência final: a entrega «legal» do Governo e da Presidência da República aos conspiradores do 28 de Maio.

9 Cf. *A Plebe*, órgão da Federação Municipal do PRP do Círculo de Portalegre, 6/6/1926.

10 A revolta de 18 de Abril de 1925 aliou a direita nacionalista parlamentar a sectores militares e civis que começavam a correr por fora da República constitucional e propunham o desmantelamento dos partidos políticos, a dissolução do Parlamento e a condução ditatorial do país. Foram seus líderes maiores o comandante Filomeno da Câmara, acolitado pelo coronel Raul Esteves, e o general Sinel de Cordes. O movimento militar deflagrou e findou, pela derrota, 24 horas depois de se ter anunciado, na Rotunda do Marquês. No entanto, a vitória militar do Governo do Ministério de Vitorino Guimarães não foi acompanhada por um julgamento conforme e um castigo exemplar dos revoltosos. Absolvidos no julgamento, os conspiradores tornaram-se, aos olhos da opinião pública, os verdadeiros juízes de um poder político frouxo e pouco convicto.

11 Claro que a direita doutrinária não tinha grandes dúvidas sobre o que pretendia: em *O Pensamento Político do Exército*, p. 45, Fidelino Figueiredo, um dos arautos do nacionalismo, considerava que o que na altura se pretendia era a vitória de «um movimento de força pública destinado a impor um Governo enérgico». Defendia-se aí novas soluções políticas — «uma ditadura forte, não contra os partidos, mas fora e acima deles».

12 As discussões da Constituinte (a partir de Junho), a eleição muito disputada do primeiro presidente da República Manuel de Arriaga (Agosto) e a constituição do primeiro Governo constitucional (Setembro) deram origem a uma importante e definitiva cisão no PRP, de onde saíram, em 21 de Setembro, três famílias políticas de natureza diferenciada: os *democráticos* (de Afonso Costa), os *evolucionistas* (de António José de Almeida) e os *unionistas* (de Brito Camacho), para além de alguns *independentes*.



13 A União Sagrada uniu democráticos e evolucionistas em torno de um Governo que tomou posse a 15 de Março e que se constituiu para, de forma célere, preparar a participação de Portugal na guerra.

14 Cf. Cunha Leal, *Os Partidos Políticos na República Portuguesa*, Os Meus Cadernos, n.º 2, p. 93, Imprensa Moret, Corunha, 1932.

15 O general Pimenta de Castro foi nomeado, em 25 de Janeiro, pelo presidente Manuel de Arriaga para formar um Governo de «pacificação do país» e promover eleições. A ditadura de Pimenta de Castro governou um país de Parlamento dissolvido, desde 23 de Abril até à sua queda, por efeito de uma revolução, que repôs no poder os democráticos, em 14 de Maio.

16 O Movimento de Monsanto confrontou, em 24 de Janeiro de 1919, um conjunto de conspiradores monárquicos chefiados por Aires de Ornelas e a «rua» republicana, armada no Campo Pequeno pelos militares e inflexível na subida até ao coito dos conspiradores. Saldou-se por uma vitória republicana revigoradora e emblemática para o futuro próximo do regime — uma espécie de momento refundador da República democrática e progressiva que todos apregoavam em discurso. Por um tempo curto, o povo miúdo adoptara de novo o ideal republicano e os dissidentes de todos os quadrantes voltaram a sonhar com a República una e progressiva.

17 O Partido Democrático obtivera uma maioria absoluta de deputados (86), contra 38 evolucionistas, 17 unionistas, 13 independentes e oito socialistas.

18 Em Julho de 1919, atemorizado com a situação, o ministro da Guerra Hélder Ribeiro faz circular por todo o país o «*vagon* fantasma», com dezenas de sindicalistas acorrentados à dianteira das locomotivas dos comboios, como forma de garantir o fim dos descarrilamentos provocados por atentados bombistas. No quadro de fortes surtos grevistas entre 1919 e 1921, nascem a CGT (Setembro de 1919) e o Partido Comunista Português (Março de 1921).

19 António Telo calcula que os bens de primeira necessidade tenham aumentado, entre 1914 e 1920, em cerca de 565 por cento; por seu turno, os salários não teriam crescido mais de 353 por cento. Cf. *Decadência e Queda da República*, vol. I, p. 145.

20 A liberdade de imprensa sem qualquer constrangimento, o caricaturismo demolidor (que teve o seu auge nesta época) e o teatro de revista, enclausurado numa estética bacoca de chacota e «bota-abaixo», devassavam os partidos, as personalidades e a vida política com uma completa ausência de limites políticos e éticos. «Os anos loucos portugueses» dão assim, à escala nacional — provinciana e analfabeta —, uma espécie de visão apocalíptica do país a que só um «salvador» poderia trazer o elixir da salvação: amplificavam a nevrose colectiva de forma alarmista e dificultavam qualquer solução racional.

21 Uma das áreas de saneamento das Finanças Públicas passava pela «questão das subsistências», envolvendo a celebração de contratos do Estado com particulares para a resolução de problemas de abastecimentos e transportes. Refira-se, a título de exemplo, as célebres interpelações parlamentares de Cunha Leal, em nome do radical Partido Popular, sobre o pão e a questão moageira, em Abril de 1920.

22 A primeira grande proposta de tributação dos rendimentos é apresentada pelo ministro das Finanças, Cunha Leal, no Governo maioritariamente democrático de Liberato Pinto, em 6 de Dezembro de 1920. Anteriormente, tinha havido uma proposta de contribuição predial, apresentada no frágil Ministério de coligação de António Granjo (Agosto de 1920), mas sem resolução aceitável.

23 Chamado a governar em finais de 1920, no intuito de repor a ordem pública muito ameaçada, Liberato Pinto foi acusado de concussão e levado a tribunal durante o Governo de apaziguamento de Bernardino Machado (2/3/1921 a 23/5/1921) que lhe sucedeu. A intentona de 21 de Maio procurava, antes de mais, obter a sua reabilitação.

24 Esta é a opinião expressa por Bernardino Machado em *Depois de 21 de Maio*, vol. I, p. 87.

25 Cf. Lopes, F. Farelo, *Poder Político e Caciquismo na 1.ª República*, Lisboa, Editorial Estampa, p. 153

26 Como dizia Bernardino Machado, «quiseram dois partidos de Governo e ficou-se sem nenhum», *ibidem*, p. 97

27 «A Noite Sangrenta» foi um episódio trágico da República. Grupos de marinheiros e populares armados decidiram «fazer justiça» pelas suas próprias mãos. Na «camioneta fantasma» em que percorreram a cidade levavam consigo a lista dos «culpados» e a raiva surda com que foram assassinando, a esmo, algumas das figuras históricas da República: Machado Santos, Carlos da Maia e o próprio chefe do Governo, António Granjo. Alegavam prisões e castigos injustos, deportações e outras situações de queixa contra antigos chefes sidonistas, que responsabilizavam por todos os males. O apuramento dos factos não permitiu nunca esclarecer até que ponto agiram por razões corporativas e pessoais, ou por instigação política externa de um conjunto de interesses anti-republicanos, apostados no descrédito do regime. De qualquer modo, o acto só pôde castigar o Estado de direito e a ausência de ordem que os conspiradores de 19 de Outubro de 1921 propiciaram.

28 Cf. António José Telo, *ibidem*, vol. II, p. 221.

29 A revolta resumiu-se a alguns tiros disparados do Tejo pelo *destroyer Douro*, corroborados por alguns civis acantonados nas traseiras do Castelo de S. Jorge, com três morteiros. Ao fim da manhã, o comandante João Manuel de Carvalho e mais 42 marinheiros foram conduzidos ao Forte de S. Julião da Barra, depois da rendição do *Douro*.



30 Cf. Cunha Leal, «O Exército e a Política», conferência proferida na Sociedade de Geografia de Lisboa em 17 de Dezembro de 1923, *in Eu, os Políticos e a Nação*, p. 187, Sociedade Editora Artur Brandão, Lisboa, 1926.

31 Reflectindo sobre o Congresso Republicano de 1924 (Porto, 25-27 de Abril), um dos republicanos históricos da Constituinte, João de Deus Ramos, afirmava que «A República não [poderia] continuar a pé coxinho, apenas apoiada num partido forte». As duas grandes tendências existiam na sociedade, mas até ali não tinham logrado encontrar representações fortes e organizadas. Inclinavam-se para encontrar um salvador — Afonso Costa ou outro — mas sem consistência organizativa. «A Situação Política e o Congresso Democrático», *O Mundo*, 28 de Abril de 1924.

32 Em 4 Março de 1923, os seareiros tinham dado a conhecer um «Apelo à Nação», já antes entregue aos órgãos de poder, onde solicitavam ao presidente da República a «constituição de um ministério nacional», com «poderes excepcionais e amplos», com vista à execução de um «programa de governação extraordinária». Tratava-se da proposta de uma obra de acção larga e profunda, só possível com um Governo forte, respeitado e competente. A este propósito veja-se António Reis, *Raul Proença, Biografia de Um Intelectual Político Republicano*, temas portugueses, vol. I, pp. 331-338, INCM, Lisboa, 2003.

33 O debate, que ganhou foros de escândalo na opinião pública, decorre durante o mês de Fevereiro e desgasta de forma acentuada a política de fomento do Governo nas colónias. Uns tempos depois, Cunha Leal reuniu todo o material do debate no livro *Calígula em Angola*, Porto, 1924.

34 Em entrevista a *O Mundo* (27 de Maio de 1924), José Domingues dos Santos, ministro da Justiça e dos Cultos, defendeu «a expropriação dos incultos», caso se constituísse um Governo do seu partido. Tais declarações tiveram no Congresso o direito de contestação de Cunha Leal, que o comparou a um discípulo de Lenine.

35 Em 27 de Maio, o jornal *A Tarde* recolheu o depoimento de um militar conhecedor dos meandros do movimento revolucionário em curso: «Nenhum partido está em condições de desempenhar a sua missão: o PRP está dilacerado por cisões; os nacionalistas incapazes de se imporem.»

36 Foram governos de maioria absoluta dos democráticos o do general Sá Cardoso (29/6/1919 a 21/1/1920) e o de António Maria Baptista (8/3/1920 a 6/6/1920). Entre 1920 e 1925, o Partido Democrático nunca obteve maioria absoluta, o que o obrigou, em sucessivos governos de coligação, a apoiar

facções do seu próprio partido ou a ceder o lugar a governos da direita nacionalista ou do centro-esquerda. De 6/2/1922 a 15/11/23, António Maria da Silva governou com maioria dos democráticos, embora com recurso a independentes. Finalmente, em 1925, os democráticos voltaram ao poder em governos maioritários, em particular depois das eleições de 8/11/1925, em que voltaram a garantir uma maioria absoluta de votos.

# A transformação política da República: as direitas da direita antiliberal

*Ernesto Castro Leal*

## Fundamento nacionalista

A argumentação essencial do antiliberalismo nacionalista questionou as lógicas individualistas, utilitaristas e relativistas do liberalismo e do republicanismo demoliberal, porque estas tendiam, segundo os seus mais proeminentes doutrinadores, para a dissolução de conteúdos considerados tradicionais, que incorporariam uma imaginária eternidade quanto ao providencialismo histórico, à mitologia da nação, ao lugar dominante da religião católica nas relações Estado-Igreja, à fórmula política de poder forte e personalizado e à organização corporativa da comunidade nacional. Nesse universo poliédrico nacionalista e organicista, revelou-se a atitude mental dominante do nacionalismo tradicionalista, de matriz monárquica ou republicana, apesar de coexistirem variantes revolucionárias do nacionalismo, de menor recepção. O nacionalismo tradicionalista poderia definir-se como o fez Fernando Pessoa:

> [...] o nacionalismo tradicionalista, que é o que faz consistir a substância da nacionalidade em qualquer ponto do seu passado, e a vitalidade nacional na continuidade histórica com esse ponto do passado. Diversos são os critérios com que se pode buscar esse ponto do passado, mas, seja qual for o critério que se empregue, a essência do *processus* é a mesma [...].[1]

O nacionalismo tradicionalista antiliberal, crítico do racionalismo e do materialismo, evocou o mito da fundação nacional com D. Afonso Henriques (sagrado em Ourique), mas operou a sua reelaboração no mito de refundação nacional com D. Nuno Álvares Pereira (herói e santo), pelo florescimento exemplar de um patriotismo e nacionalismo

espiritualista, vindo a «refundir-se, sem desfiguração, a imagem original de Portugal». Assim o afirmou Carlos Malheiro Dias, em 1924, com grande influência junto das direitas da direita antiliberal, acrescentando:

> Nacionalismo não é sinónimo de isolamento, mas defesa legítima contra a decadência do espírito nacional [...]. A nossa forma não é a armadura do Cid ou a de Joana d'Arc, mas a de Nun'Álvares. Não sei de nações robustas que não se tenham criado ao peito do nacionalismo.[2]

A interrogação sobre Portugal e os portugueses feita ao nível da história ou ao nível do imaginário e da mitologia vinha de longe, questionando-se os seus problemas de base e propondo-se soluções de viabilidade, manifestando-se também durante a Primeira República Portuguesa por intermédio de vários pensadores que, não raras vezes, entraram em polémica pública[3].

A gramática ideológica, cultural e política do antiliberalismo percorreu, entre finais do século XVIII e meados do século XX, o interior do monarquismo, do republicanismo, do socialismo, do anarquismo, do comunismo e do autoritarismo fascista ou fascizante, que representaram mundos de pensamento e de acção com alguma diversidade interna de propostas. Se atendermos à configuração prolongada do antiliberalismo nacionalista institucional, enraizado numa mundividência autoritária e organicista do Estado e da sociedade, que foi compatibilizada com características do republicanismo conservador de matriz positivista comteana, o momento paradigmático será o regime do Estado Novo (1933-1974), em virtude de o Governo de D. Miguel (1828-1834), moldado num antiliberalismo nacionalista, tradicionalista e contra-revolucionário, ter sido de durabilidade muito menor, durante o qual o país foi dilacerado por uma guerra civil, entre 1832 e 1834, terminando com o triunfo liberal cartista.

A resposta política à denominada «crise do Estado moderno», de que falou António de Oliveira Salazar no seu discurso *Princípios Fundamentais da Revolução Política,* a 30 de Julho de 1930, sintetizaria as mais importantes vias do pensamento nacionalista antiliberal, autoritário e conservador, elaborado a partir de conceitos e de práticas das matrizes católica social corporativa, reformista democrática autoritária (liberal, socialista ou republicana) e tradicionalista monárquica corporativa. Constituiu um modelo autoritário e corporativo,



que incluiu a violência política e social como instrumento de domínio e articulou as várias matrizes ideológicas originárias (democracia cristã conservadora, integralismo lusitano, republicanismo autoritário, fascismo) sob uma matriz sincrética, justificada oficialmente na razão instrumental da competência governativa, da autoridade política, da harmonia social, do equilíbrio financeiro, da modernização económica de base agrícola e do culto da pátria e dos heróis nacionais.

Ecoou, de facto, na síntese pragmática salazarista, a teorização comteana da conciliação positiva da ordem e do progresso, da ditadura sociocrática e da celebração pública do espírito e da memória da nação. Esta síntese de autoritarismo republicano, «monarquizado», com configurações fascistas estaduais, teve de submeter politicamente, no seu interior, as pulsões de antiliberalismo monárquico radical, por via do sindicalismo contra-revolucionário (Georges Valois) e do revolucionarismo violentista (Georges Sorel), que tinham entrado em dissidência dentro da matriz tradicionalista monárquica e que construíram sucessivamente o Integralismo Lusitano, de António Sardinha, a Acção Realista Portuguesa, de Alfredo Pimenta, criados na Primeira República, e o Movimento Nacional-Sindicalista, de Francisco Rolão Preto, que nasceu nos inícios do Estado Novo, mas tem a anterioridade ideológico-política situada no grupo do periódico *A Revolução*, subintitulado «jornal monárquico-sindicalista» (1922-1923).

A fixação do referente central nacionalista das direitas antiliberais novecentistas foi feita por Salazar, intelectual católico do Centro Académico de Democracia Cristã, de Coimbra, a 2 de Maio de 1914, durante a conferência «A Democracia e a Igreja»[4], proferida no Porto, na sessão solene do Segundo Congresso da Federação da Juventude Católica Portuguesa, que seria repetida no dia 31 desse mês em Viseu: «Toda a história portuguesa é Deus, Pátria, Família! É religião, glória, amor!» Reiterando mais à frente: «A alma portuguesa é isto: Deus, Pátria, Família! Religião, Glória, Amor!» Esta era a divisa nacionalista essencial, num discurso percorrido pela urgência moral, educativa e política, dentro de uma visão neotomista de restabelecimento do elo entre ordem, progresso e tradição, quebrado pelo que denominava ser, nessa conferência, a «realização latina da democracia — *Demagogia*». Vinte e dois anos depois, a 26 de Maio de 1936, em Braga, no discurso «As grandes certezas da revolução nacional», reafirmava, agora no poder, essa divisa política e educativa, alargando-a e tornando-a

dogmática, logo, não sujeita a discussão, por esta ordem expositiva: Deus, Pátria, Autoridade, Família e Trabalho[5].

## Versões ideológicas e políticas

Manifestando uma tensão filosófica entre tomismo e positivismo, o antiliberalismo nacionalista português será influenciado, em grau diferente conforme os doutrinadores e os realizadores práticos, pelas teorizações de Augusto Comte, Joseph de Maistre, Pierre Le Play, Maurice Barrès, Charles Maurras, Jacques Maritain, Léon Daudet, Gustave Le Bon, Georges Sorel, Georges Valois ou pela doutrina das encíclicas da Igreja Católica, acrescentando-se as figurações estaduais da ditadura militar espanhola de Miguel Primo de Rivera, com grande recepção junto dos militares positivistas, e da ditadura fascista italiana de Benito Mussolini, alimentando grupúsculos filo-fascistas. Essas ditaduras tiveram uma projecção ampliada em Portugal devido às sucessivas entrevistas feitas aos seus chefes pelo jornalista António Ferro para o *Diário de Notícias*, de Lisboa, que as reuniu depois com outras, em 1927, no livro *Viagem à Volta das Ditaduras*, prefaciado pelo oficial de Marinha Filomeno da Câmara e dedicado «À Saudade e à Esperança do Encoberto».

Apesar das controvérsias ideológicas e políticas e das diversas expressões organizativas no interior das direitas da direita antiliberal, que exprimiu um território diversificado e competitivo, foi-se construindo um discurso de síntese em torno das categorias políticas de nacionalismo antidemocrático, de autoritarismo antiliberal, de corporativismo orgânico e de colonialismo centralista, recolhido em parte nos tópicos programáticos da liga patriótica Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira (1918-1938) e, depois, homogeneizado no discurso oficial do Estado Novo, numa versão salazarista, perpassada por uma «retórica da invisibilidade»[6].

Para a anatomia das direitas antiliberais após 1919, é fulcral assinalar o período da Grande Guerra, visto ser um momento forte da sua reelaboração ideológico-doutrinária e político-organizativa, manifestando-se fundamentalmente no campo monárquico e no campo católico uma tensão entre uma cultura política de matriz liberal oitocentista cada vez mais autoritária e uma cultura política de matriz antiliberal novecentista, momento esse que assistiu à criação do Integralismo Lusitano (1914), da Causa Monárquica (1915) e do Centro Católico Português (1917), à refundação do Partido Legitimista (1915) e à institucionalização estadual da República Nova sidonista (1918), um regime republicano com sistema de Governo presidencial, marcado por forte populismo e algum messianismo (hiperbolizado depois pelos neo-sidonistas), e um espaço político de convergência de personalidades de várias direitas, algumas antiliberais, com apoio inicial de sindicalistas revolucionários, socialistas e republicanos radicais.



### *Integralismos nacionalistas*

A mais importante direita antiliberal portuguesa que surgiu no século XX foi o Integralismo Lusitano, corrente de pensamento ideológico-cultural e movimento político defensor de um neotradicionalismo monárquico contra-revolucionário, filiado na linhagem ideológica europeia crítica do legado da Revolução Francesa. Constituiu-se em 1914, principalmente sob o impulso de António Sardinha, com o apoio decisivo de Hipólito Raposo, Luís de Almeida Braga, Alberto Monsaraz, Francisco Rolão Preto e José Pequito Rebelo, e seria promovido na imprensa através da revista de filosofia política *Nação Portuguesa*, depois subintitulada *revista de cultura nacionalista*, e do diário *A Monarquia*. Adeptos do regime político de Monarquia orgânica tradicionalista antiparlamentar, com uma tendência concentradora (nacionalismo e poder pessoal do rei) e uma tendência descentralizadora (municipalismo e corporativismo) — razão pela qual se consideravam nacionalistas por princípio, sindicalistas (corporativistas) por meio e monárquicos por conclusão — foram devedores do tradicionalismo monárquico de finais do século XVIII e do século XIX, ilustrado nas obras apologéticas de Fernando Campos, *Os Nossos Mestres ou Breviário da Contra-Revolução* (1924) e *O Pensamento Contra-revolucionário em Portugal* (1931-32), mas também do movimento político Action Française.

António Sardinha, em *O Valor da Raça* (1915), afirmou serem duas as «verdades eternas» — a religião e a Monarquia —, transformando-as nas directrizes essenciais do «programa duma geração» — a geração integralista — para voltar «ao fio interrompido da Tradição», cujos alicerces da nação portuguesa estavam messianicamente inscritos na Batalha de Ourique:

> O «milagre» de Ourique valeu assim, para as veladas dolorosas do cativeiro, com a alta certeza de que não se perderia a causa que tinha o Senhor por padrinho. Prepararam-se os fundamentos afectivos da alma nacional, ungindo-nos duma preferência mística em que transparece, bem vigorosa, a unanimidade do fim que nos conduz.[7]

Esta era a sua justificação histórica providencialista da génese e do destino nacional, associado à reelaboração do «mito do Encoberto» — do Sebastianismo como capacidade «de resistência e de sonho» — para «despertar, como que para uma segunda fundação de Portugal!»[8], construindo politicamente um «Estado novo na pátria velha!»[9].

Críticos do iluminismo, do racionalismo e do cientismo, raízes do liberalismo e do demoliberalismo republicano, fizeram uma avaliação profundamente negativa quer das monarquias liberais, que consideravam «as repúblicas monárquicas do século XIX», quer das repúblicas: «A República é o governo dos povos sem passado ou em decadência.»[10] Os integralistas vão propor uma reactualização dos modelos monárquicos de filiação medieval, para uma «nova Idade Média», a partir dos valores da raça, da terra e da tradição — transformam o republicano Teófilo Braga em mestre da contra-revolução —, reconhecendo-se numa actualização para o século XX da Monarquia contratual, das cortes gerais, da solidariedade orgânica e da predilecção municipalista. No mês de Dezembro de 1920, a junta central do Integralismo Lusitano aprovou os princípios organizativos nacionais de um movimento político, o que revelava a vontade de entrelaçar o combate cultural e ideológico com o combate político e social. Mas a atitude dominante da geração dos fundadores será a doutrinação do nacionalismo e do monarquismo antiliberal, exceptuando-se a postura mais activista e revolucionária de Rolão Preto e de Alberto Monsaraz, muito sensibilizados para a promoção do sindicalismo monárquico integralista.

O semanário *A Revolução* (Janeiro-Agosto de 1922 e número único em 1923), dirigido por Sílvio Luso (pseudónimo de Caetano dos Reis), exprimiu este último desejo de influência junto do mundo operário e sindical, alimentado pelas leituras de Valois e pela sedução face ao triunfo do fascismo em Itália, o que configurava já a intenção de acentuar uma matriz «mono-árquica» (chefe) e revolucionária de massas (movimento). Acabou por aparecer fugazmente, mas com bastante ruído público, dez anos depois, no Movimento Nacional-Sindicalista, chefiado por Rolão Preto, cujo órgão de imprensa se intitularia *Revolução* (1932-1933), onde estiveram vários articulistas do jornal de 1922, como Rolão Preto, Monsaraz, Campos Figueira, Félix Correia, Afonso Lucas ou Manuel Múrias. A segunda geração integralista, de Marcelo Caetano e Pedro Teotónio Pereira, assumiu, em 1926, na revista *Ordem Nova*, uma inequívoca postura revolucionária antiliberal — o subtítulo da revista explicitava o programa, com alguma ironia de permeio:



> Revista antimoderna, antiliberal, antidemocrática, antiburguesa e antibolchevista. Contra-revolucionária; reaccionária; católica, apostólica e romana; monárquica; intolerante e intransigente; insolidária com escritores, jornalistas e quaisquer profissionais das letras, das artes e da imprensa.

Na direita antiliberal monárquica, que também promoveu um discurso e uma acção revolucionária, deve referir-se a cisão integralista manuelista que deu origem à Acção Realista Portuguesa (1924-1926), liderada por Alfredo Pimenta, ecoando aí de forma mais marcante a influência do movimento político Action Française, na promoção do primado do político (*politique d'abord*), do sindicalismo profissional e da organização miliciana (corpo de voluntários, à semelhança dos maurrasianos *camelots du roi*), dentro do ideário geral integralista. António Cabral, antigo ministro da Monarquia Constitucional convertido a este projecto político (membro da comissão executiva da Acção Realista Portuguesa), proferiu um discurso apologético durante a sessão promovida pela junta municipal de Lisboa da Acção Realista Portuguesa, no dia 18 de Dezembro de 1925, exautorando a excessiva passividade monárquica. No jornal *Acção Realista* de 1 de Janeiro de 1925 pode ler-se: «afirmou que é pela política à maneira da *Action Française* que se conseguirá chegar à restauração, e perguntou porque é que vamos buscar tantos maus exemplos à França e não os bons». Alfredo Pimenta, dois anos antes, já tinha revelado a mesma simpatia pela dinâmica do movimento e pelas doutrinas da Action Française, no seu texto «O meu protesto», publicado no *Correio da Manhã* a 10 de Setembro de 1923.

A objecção crítica dos integralistas manuelistas antiliberais ao monarquismo liberal dominante na Causa Monárquica culminou na mensagem de 8 de Dezembro de 1923, dirigida a Aires de Ornelas, lugar-tenente do rei exilado, que tinha começado por ser uma carta de Alfredo Pimenta e acabou por se transformar numa mensagem subscrita por cinco centenas de monárquicos: aqui se situou a origem

imediata do grupo político da Acção Realista Portuguesa. A ideia fundamental da mensagem era protestar contra a tendência dominante para o monarquismo constitucional liberal que o diário oficioso da Causa Monárquica, *Correio da Manhã*, vinha exprimindo, esquecendo que a Causa «é constituída por diversas correntes doutrinárias, umas, ligadas aos princípios do liberalismo democrático, outras, inspiradas nas modernas formas antiparlamentares e sindicalistas ou profissionais». Os signatários começaram por exigir a expressão das suas ideias no referido periódico, para, a 16 de Janeiro de 1924, num outro documento entregue a Aires de Ornelas, avançarem a reclamação de constituírem uma força política autónoma a ele directamente subordinada.

A 17 de Janeiro, Aires de Ornelas, em resposta à exigência, confirmaria a autorização da organização e da propaganda das ideias dos signatários dentro da Causa Monárquica. Esta circunstância propiciou a realização, no dia seguinte, de uma assembleia de subscritores da mensagem, onde seria eleita a comissão organizadora, depois transformada em comissão executiva da Acção Realista Portuguesa: Alfredo Pimenta, António Cabral, Caetano Beirão, 2.º conde de Sucena (José Rodrigues de Sucena), Ernesto Gonçalves, Francisco Xavier Quintela, José Pedro Folque, D. Rui Zarco da Câmara e Visconde do Torrão. João Ameal, António Eça de Queirós, Fernando Campos e Luís Chaves seriam outros destacados membros. Dispuseram de uma rede nacional de núcleos muito activos e de imprensa periódica e participaram na agitação nacional civil e militar que conduziu ao colapso da Primeira República. Um dos seus membros, Luís Charters de Azevedo, acompanhou o general Manuel Gomes da Costa durante a revolução de 28 de Maio. A Acção Realista Portuguesa extinguir-se-ia entre finais de 1926 e princípios de 1927, dentro de um processo falhado de reorganização dos vários segmentos monárquicos integralistas, que passaria pelo desejo episódico de uma Liga de Acção Integralista, animada por António Rodrigues Cavalheiro.

## *Nacionalismo lusitano*

Uma outra face da direita antiliberal vai ser dirigida entre 1922 e 1925 por João de Castro Osório, em torno da Acção Nacionalista (1922), depois do Centro do Nacionalismo Lusitano (1923-1925), agregando jovens sectores radicais do neo-sidonismo e a adesão do caudilho



militar coronel João de Almeida («herói dos Dembos»), dentro de uma visão messiânica e populista. O ideário político-ideológico do Nacionalismo Lusitano está identificado na brochura *A Revolução Nacionalista* (1922), da autoria de João de Castro [Osório], podendo observar-se aí a projecção ideológica do fascismo italiano envolto numa releitura autoritária antiliberal do sidonismo, em que Sidónio Pais aparecia, um ano depois, interpretado como «o messias e não o político realizador», pois não «pôde ser completamente o Ditador Anti-Liberal», visto que a sua «mentalidade sofria ainda de preconceitos liberais e republicanos»[11].

Entre as principais propostas sugeridas, estava a da necessidade da revolução violenta, do ditador político (chefe), da ditadura nacional antiliberal, do Governo meramente executivo, do Parlamento com exclusiva representação profissional e municipal, das milícias voluntárias e do catolicismo como religião oficial do Estado. O aparecimento, em Outubro de 1923, do semanário *A Ditadura*, dirigido por Raul de Carvalho, potenciaria a divulgação pública desta direita antiliberal, mas tal não se revestiu de importância significativa. A sua matriz irredentista e revolucionária era demasiado herética dentro do ambiente conservador e institucionalista dominante na elite autoritária e antiliberal portuguesa, e a sociedade lusa não tinha evidenciado o protesto político e social de um movimento de antigos combatentes da Grande Guerra. Ainda tentaram uma convergência com os integralistas sindicalistas de Rolão Preto, alimentando brevemente a possibilidade de criação de um movimento de massas de matriz fascista. João de Castro Osório, após o fracasso do movimento militar de 18 de Abril de 1925, aderiu à Esquerda Democrática de José Domingues dos Santos, sofrendo afinal dos mesmos «preconceitos» que tinha atribuído a Sidónio.

## *Democracia cristã e nacionalismo católico*

A relevante direita democrata-cristã conservadora organizou-se politicamente no Centro Católico Português, criado em 1917, obtendo alguma representação parlamentar durante a Primeira República. A matriz ideológica dominante derivava da rejeição do modernismo racionalista e cientista, dentro de uma idiossincrasia nacionalista, e da apologia do corporativismo orgânico antiliberal e anti-socialista divulgado pela doutrina social da Igreja Católica, a partir da Encíclica

*Rerum Novarum*, de Leão XIII, datada de 15 de Maio de 1891. O documento pretendia reflectir sobre a situação dos operários — «situação de infortúnio e de miséria imerecida» —, decorrente dos processos de industrialização, e propor uma orientação católica para a questão social. Refutava-se a solução socialista da luta de classes e da abolição da propriedade privada, que se constituiu ao longo do documento no lugar prioritário de confronto, mas também não será esquecida a crítica à solução liberal de absolutização da propriedade privada e de recusa de intervenção económica do Estado, sistematizando-se princípios como estes: a pessoa e a família antecedem o Estado; a Igreja aponta soluções e procura aplicá-las; o Estado deve intervir como regulador social; direito de associação para operários ou operários e patrões (mistas); ou direito à existência das ordens e congregações religiosas.

A resposta católica ao laicismo e anticlericalismo, que a Lei de Separação do Estado e da Igreja de 1911 configurava, recobriu diversas vias de contestação eclesiástica, cultural, social e política, polarizando internamente o debate ideológico entre católicos monárquicos intransigentes (unidade das esferas dos poderes espiritual e temporal e dos poderes político e religioso), destacando-se José Fernando de Sousa (Nemo) e Domingos Pinto Coelho, e os católicos nacionais colaborantes, adeptos do *ralliement* de Leão XIII para os católicos da França republicana (encíclica *Aux milieu des sollicitudes*, de 16 de Fevereiro de 1892), reafirmado por Bento XV aos católicos do Portugal republicano (separação das esferas dos poderes espiritual e temporal e dos poderes político e religioso), destacando-se António Lino Neto e António de Oliveira Salazar, sendo estes apelidados pelos outros de «catolaicos» e de «adesivos» republicanos. A controvérsia prolongou-se até ao fim da Primeira República, recobrindo depois novas pendências, vindo o acordo oficial de 1940 entre o Estado Novo e a Santa Sé a consagrar um regime jurídico de separação concordatada, com importantes privilégios concedidos à Igreja Católica.

O Centro Católico Português, a partir de 1919, vai exprimir esta corrente de opinião, que seguia a doutrina oficial da Santa Sé, sistematizada por Salazar na tese *Centro Católico Português. Princípios e Organização* (1922), apresentada ao Segundo Congresso do Centro e onde se afirmava:

> Encontram-se na carta de São Bento XV [ao Cardeal-Patriarca e ao Episcopado, de 18 de Dezembro de 1919] recordados os dois preceitos que se impõem aos católicos portugueses — o dever da obediência e o dever da colaboração; e um conselho — o da união dos fiéis, como filhos da Igreja, para a defesa dos seus direitos. A obediência aos poderes constituídos, que deve ser de boa-fé e sem pensamento reservado, distingue-se da adesão ao regímen que não é imposta, nem mesmo aconselhada [...].[12]



A pastoral colectiva do episcopado português, de 29 de Setembro de 1922, confirmou o apoio à orientação seguida pela direcção do Centro:

> Para ele convocamos mais uma vez todos os católicos de boa vontade, venham de onde vierem. Trata-se de defender a Igreja, e debaixo desta bandeira têm lugar todos os que amam ou reconhecem a sua influência transcendente e benéfica [...].[13]

A mentalidade política organicista, superadora do demoliberalismo republicano, foi-se afirmando junto da elite dirigente e dos notáveis locais do Centro Católico Português, questionando o laicismo político, cultural e educativo, o aconfessionalismo do Estado, a falta de representação parlamentar dos interesses sociais ou a quebra da ordem pública e da autoridade do Estado. Relevante foi a opinião de Salazar, expressa num artigo publicado no jornal católico oficial *Novidades*, em 18 de Junho de 1924[14], sobre o Governo de Álvaro de Castro de 1923-1924, que pretendia afirmar, dentro da governação republicana, uma nova visão sobre a função do Estado e um programa de democracia social. Segundo ele, Álvaro de Castro respondeu ao dilema permanente do sistema constitucional republicano — oscilar entre «uma ditadura trágica e um Parlamento estéril» —, optando por praticar uma «*ditadura* com ar *constitucional*»:

> [...] julgamos que há ditadura sempre que o poder executivo usurpa poderes que constitucionalmente lhe não competem, substituindo-se ao poder legislativo na elaboração das leis ou excedendo as outorgações que para esse fim lhe foram concedidas.

Para Salazar, reconhecido ideólogo do Centro Católico Português, a generalidade dos políticos republicanos considerava que «fazer ditadura» era ter o Congresso da República encerrado e o «viver constitu-

cional» normal era ter o Congresso da República aberto. Na sua perspectiva estava a acontecer o contrário, visto que era «perfeitamente indiferente» o Congresso estar ou não a funcionar para se praticar essa «ditadura», como se provava com a governação de Álvaro de Castro, pois usava largamente as autorizações parlamentares e, por vezes, tinha-se apropriado de competências do poder legislativo, incorrendo em várias inconstitucionalidades, perante algum alheamento dos deputados. O artigo terminava com Salazar louvando a rara coragem política governativa de Álvaro de Castro, ao reconhecer a necessidade de capacitar o poder executivo com poderes legislativos para responder a «problemas urgentes de interesse nacional».

A grande maioria dos católicos organizados politicamente viu a Ditadura Militar de 1926 como um passo em frente para a «recristianização social» e a «restauração nacional», o que significava rever o laicismo republicano e proceder a uma reinvenção do nacionalismo tradicionalista, regressando a uma cultura política enraizada nas teorias (orgânicas) da ordem e em visões religiosas (sagradas) da pátria. O nacionalismo e o corporativismo católicos fornecerão elementos essenciais para a construção da ideologia de base das direitas da direita antiliberal, que umas vezes divergiram e outras vezes convergiram, durante os anos de 1919 a 1926, na estratégia política de superação do Estado liberal de matriz republicana. O catolicismo político exprimiu formas de pensamento diversificadas, mesmo dentro do oficial Centro Católico Português, mas a polarização essencial fez-se entre os católicos nacionais e os católicos monárquicos, verificando-se no pensamento político dos primeiros a forte tendência para uma filosofia política de compromisso entre o liberalismo e o autoritarismo, a democracia e o nacionalismo político e a República e a Monarquia, que a Constituição de 1933 havia de consagrar sob a supervisão permanente do então presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar [15].

## *Cruzadismo nacionalista*

No mundo das direitas, constituiu-se em Junho de 1918 a Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira, uma original liga patriótica de elites e de notáveis locais, percorrida ideologicamente pela tensão entre liberalismo e antiliberalismo, mas, desde meados de 1925, sob a liderança de Filomeno da Câmara (presidente da direcção-geral) e de Martinho Nobre de Melo (presidente da direcção executiva de acção



e propaganda), confirmada durante o Primeiro Congresso da Cruzada de 27 de Dezembro de 1925, claramente inserida na direita antiliberal, promotora de uma tentativa de síntese dos vários antiliberalismos e um dos pólos da conspiração cívico-militar que conduziu à revolução de 28 de Maio de 1926, vindo a perfilar-se em torno do general Manuel Gomes da Costa e do seu efémero Ministério (17 de Junho a 9 de Julho de 1926). Nos inícios de 1926, Nobre de Melo imprimiu uma dinâmica de matriz fascista à Cruzada, invocando o espírito guerreiro das origens de Portugal, onde se inseriu o revivalismo gótico dos seus símbolos (bandeira e emblema).

A nova revista da Cruzada Nuno Álvares — dirigida por Nobre de Melo desde 15 de Janeiro de 1926 — intitulou-se *A Reconquista*. A partir do n.º 2-3, a capa da revista ostentou um busto de escudeiro anónimo, desenhado pelo pintor Adriano de Sousa Lopes, culminando no n.º 6, de 15 de Maio de 1926 (a 13 dias da revolução), numa espécie de desocultação, com a sua substituição pela fotografia de corpo inteiro do general Manuel Gomes da Costa e respectiva legenda «Chefe Nacional?», evidenciando conhecimento dos meandros conspirativos militares. O *ethos* cruzadista também está patente na letra da *Canção da Reconquista*, do poeta monárquico integralista Afonso Lopes Vieira, entusiasta da Cruzada. A poesia exprimia o mesmo espírito e mito de cruzada, agora subtilmente explicitado como um combate de cristãos (os nacionalistas) contra os novos mouros (os jacobinos republicanos), e terminava com este apelo à acção: «Ergamos a Cruz da Espada / Por Deus, que nos ouve e chama! / Gente honrada e baptizada, / Portugueses: à Mourama!...»[16]

Dentro da produção político-ideológica da Cruzada ocorreu um discurso marcado pelas teorias da ordem, conservador (tradição e história) e organicista (unidade e hierarquia), propiciando a confluência, pelo menos até 1924, de notabilidades de diversas posições morais e ideológicas, e, exceptuando a referida prática antiliberal revolucionária (com enunciados fascistas) nos primeiros seis meses de 1926, tais características continuaram até à extinção, em 1938. Os tópicos dessa abrangência nacionalista enunciam-se nos artigos 2.º e 6.º dos estatutos de 1920: amor pela terra da Pátria, culto dos seus heróis, família tradicional, unidade moral da nação para a concórdia entre os portugueses, disciplina social, organização profissional em sindicatos mistos, manutenção da ordem pública e ressurgimento nacional. Esta necessidade nacionalista, conforme o primeiro Manifesto da Cruzada

de Outubro, de 1918, justificava-se porque a intensa divisão do povo português «em facções de regimes e partidos» estava a contribuir para a perda da unidade e vitalidade nacionais. Em 1922-1923 defenderam a formação de um Ministério das Competências, em sintonia com o Grupo da Seara Nova e a União Cívica.

No Manifesto de Março de 1921 estava presente a articulação de um discurso sobre a nação, quer no seu fundamento objectivo (território ou história), quer no seu fundamento subjectivo (consciência nacional), com reflexões sobre o Estado (organização política da nação), para superar a falta de autoridade, manifestada no problema da ordem pública (clima de guerra civil latente), na excessiva supremacia parlamentar (partidocracia) e na desarticulação funcional dos poderes legislativo, executivo e judicial (instabilidade institucional). Dias depois, Anselmo Braamcamp Freire, no texto «Política Nacional», que será aprovado por unanimidade pela direcção-geral da Cruzada, explicitava uma orientação política para o Governo: «É profunda convicção da Cruzada que aos governos do País, para sua salvação, se impõe *caminhar resolutamente para a direita*. O exemplo vem-nos da França [...].»

Os documentos de 1918 a 1920 não eram explícitos quanto ao lugar da religião na propalada «unidade moral da nação»: no Manifesto de 1918 registava-se que a cruzada acolhia portugueses «verdadeiros, sinceros e patriotas», sem «distinção de cores políticas ou credos religiosos»; nos Estatutos de 1920 escrevia-se que, para «nível de educação moral», era apresentado o modelo do «Santo Condestável na plenitude das suas Virtudes». Nos anos seguintes, o factor religioso seria intensificado na sua produção teórica. Assim, no Manifesto de 1921 surgia duplamente justificada a heroicidade de Nuno Álvares, «em nome de Deus e em nome dos homens»; nas Bases Inspiradoras de 1921, da autoria de José Lobo de Ávila Lima e subscrito totalmente pela direcção-geral, estava já diagnosticada a nação como um «mísero corpo sem qualquer assomo de espiritualidade»; nas Orientações de 1926 figurava claramente a defesa da «liberdade e privilégios da Religião católica, em regime concordatário».

Para a Cruzada confluíram notabilidades de tradições corporativas diversas, desde a liberal republicana (corporativismo parcial — municípios e profissões) e a católica social (corporativismo de associação) até à monárquica tradicionalista (corporativismo integral) ou à sidonista corporativa (corporativismo parcial — províncias e profissões), exprimindo faces do poliedro corporativista, identificadas com o positivismo sociológico ou o neotomismo institucionalista. O mínimo denominador comum entre elas indicava a necessidade de se promover a expressão político-institucional dos interesses sociais e por vezes também municipais num órgão de soberania, dando relevo político à vitalidade do associativismo e do municipalismo de então, que não se reconhecia totalmente nos partidos políticos constituídos. Para a reorganização democrática do regime republicano, o Congresso Nacional Municipalista de Junho de 1922 foi uma advertência essencial, sob a tutela política do republicano histórico Sebastião de Magalhães Lima.



No Manifesto de 1921, encontramos assinalada a necessidade de o Estado republicano impor a ordem pública — «sem ordem, o Estado não pode viver» — para levar a cabo uma obra de «ressurgimento nacional», e lia-se o mundo em dois campos antagónicos: de um lado, a ordem e a tradição; do outro, a anarquia e a revolução. Esta visão manteve-se até aos finais de 1925, apesar de alguns cruzados, desde cedo, não acreditarem na capacidade regeneradora da República. Veja-se a opinião de Henrique Trindade Coelho, transmitida pessoalmente a Antero de Figueiredo em 1921:

> A República não pode resolver o problema da ordem. A República não admite, em Portugal, política conservadora. *Ao mais leve esboço*, saem as feras das cavernas e descem ao povoado. Veja o Sidónio. Veja agora o pobre Granjo [...].[17]

Com a liderança de Filomeno da Câmara/Nobre de Melo e o apoio dos sectores da direita revolucionária antiliberal, a Cruzada adoptou um discurso e uma acção de desordem (contra o Estado republicano), bem plasmado no Manifesto de Janeiro de 1926, onde se pode ler: «[...] urge, antes de tudo, preparar o terreno de que há-de abrolhar a Ordem Nova, que a dinâmica nacionalista e sindical dos processos vitais do ressurgimento está acordando e suscitando em toda a Europa latina». No texto Orientações desse ano reivindicava-se já um modelo presidencialista, autoritário e antiliberal de estruturação do poder: chefe de Estado, «realmente *chefe* e não uma simples chancela às ordens dos partidos»; Governo de livre escolha do chefe de Estado, assistido por conselhos técnicos consultivos; representação nacional corporativa; intervencionismo económico indirecto; sindicalismo orgânico.

## *Direitas antiliberais, grupos de interesses e «revolução nacional»*

No interior da direita dos interesses organizados pela União Agrária e pela União dos Interesses Económicos, desde finais de 1924, circularam notabilidades das direitas antiliberais, e essa área passou a dispor do diário *O Século* como meio de propaganda de uma «solução conservadora» para uma «República diferente», a partir da sua aquisição em Novembro desse ano por três dirigentes da Associação Comercial de Lisboa — Carlos José de Oliveira, João Pereira da Rosa e Moses Bensabat Amzalak — que nomearam Henrique Trindade Coelho como director da publicação desde 19 de Novembro de 1924. Alguns líderes dessas uniões eram reconhecidos activistas políticos contra o demoliberalismo republicano e o sistema de Governo parlamentar, citando-se a título de exemplo os nomes de Augusto Lobo Alves, Eduardo Fernandes de Oliveira, José Pequito Rebelo, Joaquim Nunes Mexia, Rui de Andrade ou D. Luís Filipe de Castro. Nas eleições de Novembro de 1925, a União dos Interesses Económicos elegeu seis deputados e três senadores.

O caminho para uma frente das direitas políticas, económicas e morais, proponente de uma ruptura com Primeira República, foi revelado, em Fevereiro de 1925, nas páginas agrícolas de *O Século*, que a União Agrária editava:

> Assim como a União Agrária alargou e confirmou o seu programa na União dos Interesses Económicos, assim este corpo de reacção se aliará naturalmente à União das Forças Espirituais e depois à União das Forças da Ordem (municípios, exércitos, funcionalismo), constituindo as três colunas de uma Nação bem organizada e governável.[18]

A composição da direcção-geral da Cruzada Nuno Álvares, eleita em Dezembro de 1925 e tutelada por Filomeno da Câmara e Martinho Nobre de Melo, reflectia essa urgência de unir as várias direitas, predominantemente as antiliberais.

Nesta amostra da sua composição é perceptível esse desejo frentista: direita republicana conservadora (Filomeno da Câmara, Pedro José da Cunha, Antero de Figueiredo, Filipe Mendes), direita monárquica constitucional (Anselmo de Andrade), direita monárquica integralista (José Pequito Rebelo, Afonso Lucas, António Sarmento Brandão e Carlos Malheiro Dias, que se aproximou dos integralistas), direita católica (Carlos Martins do Rego, Álvaro Zuzarte de Mendonça), direita dos interesses (Eduardo Fernandes de Oliveira, José Pequito Rebelo), direita universitária (Martinho Nobre de Melo, José Gabriel Pinto Coelho, Manuel Paulo Merêa, José Maria Rodrigues) e direita militar (Filomeno da Câmara, Alfredo Freire de Andrade, Eduardo de Almeida, João Afonso de Miranda, António Bivar de Sousa).



O ciclo conspirativo civil e militar adensou-se a partir de Março de 1925 até Maio de 1926, agregando as várias direitas da direita antiliberal, uma parte significativa da direita liberal conservadora e um sector da esquerda radical — com manifestações revolucionárias autónomas de alguns desses sectores nos movimentos militares de 18 de Abril de 1925, de 19 de Julho de 1925 e de 2 de Fevereiro de 1926 —, em convergência competitiva forte contra o regime político e o sistema de Governo da Primeira República Portuguesa. Unificou-se momentaneamente para a revolução de 28 de Maio de 1926, mas logo depois entrou em profunda divergência política e militar quanto à configuração de um novo regime político e de um novo sistema de Governo. A direita mais radical da direita antiliberal esteve comprometida com o Ministério de Gomes da Costa durante as suas três semanas de Junho/Julho de 1926 e animou o processo que conduziu à revolta militar de 12 de Agosto de 1927, conhecida como tentativa de «golpe dos Fifis» (Filomeno da Câmara e Fidelino de Figueiredo).

## Notas

1 Fernando Pessoa, *Da República (1910-1935)*. Recolha de textos por Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão. Introdução e organização de Joel Serrão, Lisboa, Ática, 1979, p. 223.

2 Cf. [Carlos] Malheiro Dias, *Exortação à Mocidade*, Porto, Litografia Nacional, MCMXXIV, p. 19.

3 Vitorino Magalhães Godinho, «Reflexão sobre Portugal e os Portugueses na sua História», *Revista de História Económica e Social*, n.º 10, Lisboa, 1982, pp. 1-13; *Portugal como Problema*, vols. I-IV (organização editorial de Pedro Calafate) e vols. V-VI (organização editorial de José Luís Cardoso), Lisboa, Público/Fundação Luso-Americana, 2006.

4 António de Oliveira Salazar, *Inéditos e Dispersos*, vol. I, *Escritos Político-Sociais e Doutrinários* (1908-1928). Organização e prefácio de Manuel Braga da Cruz, Lisboa, Bertrand Editora, 1997, pp. 199-233.
5 António de Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas*, vol. II (1935-1937), Coimbra, Coimbra Editora, 1945, pp. 127-141.
6 José Gil, *Salazar: a Retórica da Invisibilidade*, Lisboa, Relógio D'Água, 1995.
7 António Sardinha, *O Valor da Raça. Introdução a Uma Campanha Nacional*, Lisboa, Almeida, Miranda & Sousa Editores, 1915, pp. I-XXIII e 121.
8 António Sardinha, *Ao Princípio Era o Verbo. Ensaios & Estudos*, Lisboa, Portugália Editora, 1924, p. XVII.
9 António Sardinha, *A Aliança Peninsular. Antecedentes & Possibilidades*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1924, p. 371.
10 *Integralismo Lusitano. Cartilha Monárquica*, Lisboa, Editor: Alberto Monsaraz, 1916, pp. 4 e 5.
11 João de Castro [Osório], «Sidónio Pais e o messianismo ditatorial (5 de Dezembro de 1923)», *in* Feliciano de Carvalho (coligidos e ordenados por), *Um Ano de Ditadura. Discursos e Alocuções de Sidónio Pais*, Lisboa, Lusitânia Editora, 1924, pp. 30-31.
12 António de Oliveira Salazar, *Inéditos e Dispersos...*, *ibidem*, p. 255.
13 *Vida Católica*, Lisboa, ano VI, n.º 129-130, 20 de Dezembro de 1922, p. 217.
14 António de Oliveira Salazar, *Inéditos e Dispersos...*, *ibidem*, pp. 339-345.
15 Jorge Miranda, *Manual de Direito Constitucional*, tomo I, Coimbra, Coimbra Editora, 2003, pp. 298-329; J.J. Gomes Canotilho, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, Coimbra, Livraria Almedina, 2002, pp. 178-184.
16 *A Reconquista*, Lisboa, n.os 2-3, 1-15 de Fevereiro de 1926, p. 19.
17 Biblioteca Pública Municipal (Porto), *Espólio Antero de Figueiredo*, Manuscrito 1085-(6), Carta de Henrique Trindade Coelho para Antero de Figueiredo, datada de 30 de Outubro de 1921.
18 *O Século*, Lisboa, ano 46, n.º 15452, 21 de Fevereiro de 1925, p. 5 (artigo não assinado, com o título de «União Agrária, União dos Interesses Económicos, União dos Interesses Nacionais»).

# A questão colonial

*Maria Cândida Proença*

## Uma nova organização administrativa

Morto Sidónio Pais e reposta a anterior organização administrativa do ultramar, as cartas orgânicas foram novamente postas em vigor pelo decreto de 10 de Maio de 1919, que revogava o documento sidonista considerado como antiliberal. Pelo mesmo decreto eram criadas novas entidades governativas para as colónias — os comissários da República, um para todos os domínios ultramarinos da África Ocidental, Norton de Matos, e outro para Moçambique, Álvaro de Castro. Ao mesmo tempo decorria a revisão da Constituição, o que foi motivo para novas discussões acerca da administração ultramarina, prevista nos artigos 67.º e 87.º, voltando-se a insistir na definição do tipo de autonomia a conceder às colónias. O problema continuava a não se apresentar de fácil resolução, até porque a situação internacional era bem mais complexa. Como afirmava Henrique de Vasconcelos:

> Estamos a rever a Constituição no pior momento da nossa História, porque ninguém sabe o que será o dia de amanhã na vida social e política dos povos. Todos nós sabemos que em 28 de Junho último, juridicamente, o mundo velho acabou; mas ninguém sabe o que será o novo mundo que se forma! É neste momento que queremos lançar os alicerces para o edifício novo. Mas o que é o edifício novo? Se se pode fazer esta pergunta quanto à metrópole, com maior ansiedade e incerteza ela se apresenta, no nosso espírito, quanto às colónias.[1]

Para a Comissão de Revisão Constitucional, a descentralização, prevista na Constituição, tal como vinha sendo praticada, não passava de uma farsa, porque as autoridades locais eram nomeadas pelo poder central e, logo, apesar de deterem atribuições próprias e gozarem de

uma certa autonomia, não havia descentralização, mas apenas o que se poderia chamar de desconcentração, «sistema pelo qual o poder central se reparte geograficamente com maior ou menor latitude»[2].

Outro dos princípios adoptados pela Constituição e considerado como um dos grandes avanços da República era o da especificidade das leis relativas a cada colónia, aceite sem contestação, porque só o desconhecimento dos costumes e das instituições indígenas poderia justificar que se mantivesse o preceito monárquico da unidade legislativa, sistema infeliz e de resultados improfícuos, imbuído de falsas ideias de liberalismo ao pretender estabelecer o critério da assimilação dos indígenas como norma de administração das colónias.

A revisão constitucional reforçava, assim, os dois princípios fundamentais da administração colonial republicana: descentralização administrativa e especificidade das leis coloniais. Neste sentido, a 7 de Agosto de 1920, foi aprovada a criação de altos-comissariados para as províncias de Angola e Moçambique. Às novas entidades passaram a ser atribuídas funções legislativas dentro dos limites fixados no diploma. Continuavam a ser da exclusiva responsabilidade do Congresso da República os diplomas que abrangiam a cessão dos direitos de soberania, as resoluções sobre limites do território, as declarações de guerra, a resolução definitiva de tratados, a autorização de empréstimos que exigissem garantias especiais, as concessões que envolvessem exclusivo ou privilégios especiais e as alterações do poder judicial. Aprovadas algumas disposições complementares relativas à organização dos diversos conselhos locais com competências legislativas, administrativas e financeiras, a legislação necessária à implantação do novo regime colonial ficou completa em Outubro.

No início de 1921, partiam os primeiros altos-comissários para Moçambique e Angola, respectivamente Brito Camacho, em 24 de Fevereiro, e Norton de Matos no mês seguinte.

A experiência dos altos-comissários não deu os resultados esperados, porque existiam ainda grandes indecisões quanto à política ultramarina. O modelo administrativo, embora com algumas ambiguidades, estava definido, mas as traves mestras da orientação nos mais variados aspectos da política colonial, desde o modelo de desenvolvimento económico às directrizes sobre colonização, trabalho indígena ou relações internacionais, entre outros, estavam por definir. Deste modo, os altos-comissários ficaram entregues a si próprios, o que prejudicou a sua actuação. No caso de Brito Camacho havia um



completo desconhecimento da orientação a seguir na governação de Moçambique. Como o próprio escreveu:

> Baldamente pretendi que num Conselho de Ministros me fosse exposta a política colonial do Governo, mormente no que respeita a Moçambique, e desgraçadamente estive em contacto com três ministros das Colónias durante os quatro meses incompletos que mediaram entre a minha posse e a minha partida. Calculava eu que houvesse uma política do Ministério das Colónias, sempre a mesma em questões basilares, e que essa política fosse a mesma para todos os ministros, embora modificada por cada um deles em processos e detalhes de execução. Sucede assim em todos os países coloniais, e nós somos um país colonial por excelência. Vim para Moçambique sem ter concertado com o Governo da metrópole um plano de administração, o que me garantia uma grande liberdade de proceder, é certo, enredando-me ao mesmo tempo em dúvidas e hesitações, não fosse o alto-comissário, sem o querer, encontrar-se em conflito com o Governo da metrópole.[3]

Ao fim de dois anos, a actuação de Brito Camacho era alvo de fortes ataques no Parlamento, especialmente, pela forma como tinha conduzido a renegociação do convénio com a África do Sul[4]. A 29 de Maio de 1923 Joaquim Crisóstomo pedia, no Senado, a exoneração do alto-comissário de Moçambique:

> Ninguém ignora que denunciado o convénio com a União Sul Africana, o Sr. Camacho, homem de letras miudinhas, se sentiu incapaz de negociar um novo acordo com aquele Estado, e recorreu ao auxílio do Sr. Freire de Andrade que nada conseguiu. Desde essa hora, em que faliram todos os créditos do Sr. Camacho, impunha-se a sua imediata exoneração.[5]

Brito Camacho, que se havia enredado numa série de rivalidades políticas entre os colonos de Moçambique, já se encontrava em Lisboa há mais de um ano, com fortes protestos da população da província, reclamando a nomeação de um novo governador.

A experiência de Norton de Matos, um pouco mais duradoura, foi totalmente diferente, porque este tinha ideias muito concretas acerca de administração colonial e grande dinamismo na orientação

dos destinos da colónia, de que já deras provas quando fora governador. Contudo, a sua acção foi sempre muito contestada pelos sectores da oposição, que o acusavam de abuso do poder. Na origem da má vontade contra Norton de Matos estavam muitas das suas medidas nas áreas económica e social, porque chocavam com interesses instalados da grande burguesia colonial em Angola e na metrópole, o que lhe granjeava a má vontade desses sectores. Por outro lado, também não era estranha às contundentes intervenções críticas que, durante o ano de 1924, caracterizaram os debates coloniais sobre o assunto, a situação política interna na metrópole onde o Partido Democrático era alvo de constantes ataques, num Parlamento onde a oposição ia ganhando terreno com a presença de novos partidos, como os monárquicos, de onde partiram alguns dos mais virulentos ataques contra o reputado colonialista. A acompanhar os monárquicos e chegando mesmo a ultrapassar o radicalismo das suas críticas, encontrava-se Cunha Leal, um dos mais acérrimos adversários de Norton de Matos[6]. As acusações de despotismo e abuso de poder eram motivadas, segundo este colonialista, pela sua enérgica actuação na defesa dos interesses de Angola. Todavia, no cerne do problema estava a ambiguidade da lei e das competências dos altos-comissários com um estatuto confuso, pois eram simultaneamente parte do poder executivo e legislativo, fiscalizadores e fiscalizados, orientadores e orientados. Apesar de algumas pequenas alterações introduzidas em 1923, quando o regime soçobrou, em 1926, ainda não se tinha conseguido ultrapassar as contradições legislativas que dificultaram e tornaram praticamente inoperante a administração colonial republicana.

## Dificuldades económicas e financeiras

A SITUAÇÃO ECONÓMICA e financeira dos territórios ultramarinos agravou-se exponencialmente no pós-guerra com a subida do custo de vida, as carências de bens de primeira necessidade e a inflação galopante. Os anos 20 foram uma época de crise generalizada em todo o império português, não só por factores endógenos, desde os problemas estruturais resultantes do modelo de exploração adoptado, que se agravaram na conjuntura de crise do pós-guerra, como também por factores exógenos, relacionados com as determinações internacionais, saídas da Conferência de Paz, sobre os nossos territórios ultramarinos.



Os gravíssimos problemas económicos e financeiros que afectaram todo o império português decorreram das alterações verificadas na conjuntura internacional após o fim da Grande Guerra. No campo económico, assistiu-se a um endividamento generalizado dos países europeus no sentido de relançarem a sua economia. Portugal, ao tentar a mesma política, encontrou dificuldades crescentes, motivadas pelos fracos créditos internacionais que conseguiu[7], pela inflação galopante e pela situação cada vez mais grave da balança de pagamentos, especialmente depois de 1921, quando as remessas dos emigrantes do Brasil começaram a diminuir perigosamente.

No campo da política colonial, também se tinham verificado alterações significativas. Após a Conferência de Paz, a posição da Europa face aos territórios coloniais tornou-se radicalmente diferente. O objectivo já não era a simples «ocupação efectiva» dos territórios ultramarinos, mas a promoção do seu desenvolvimento e educação das populações, visando o acesso a uma progressiva autonomia. Devido aos receios impostos pela questão dos mandatos e das tutelas sobre os nativos das colónias, os republicanos pretenderam acelerar a modernização dos territórios ultramarinos portugueses e, mais uma vez, assistiu-se à produção de inflamados discursos sobre a necessidade de implantação de ambiciosos planos de fomento que, sem consolidação financeira e sem coerência política devido às constantes alterações governamentais, nunca se chegaram a concretizar.

## Norton de Matos em Angola

NOMEADO ALTO-COMISSÁRIO para Angola, Norton de Matos apresentou no Parlamento, em Março de 1921, três projectos de lei que considerava indispensáveis para a concretização da sua política de fomento na colónia.

> O primeiro projecto autoriza o Poder Executivo a fazer vários empréstimos, destinados ao fomento colonial da província de Angola. O segundo tem por fim o aumento de receitas. É o que na minha opinião se pode classificar de empréstimo, para o esclarecimento da Carta Orgânica. É matéria fundamental da Carta Orgânica que sejam feitos a favor das colónias os empréstimos gratuitos pelo Banco privilegiado das nossas colónias, o qual tem o exclusivo da emissão

> de notas, devendo-se também consignar o rendimento proveniente dessas emissões de notas às respectivas colónias. O terceiro projecto é para um empréstimo destinado à navegação colonial. Durante um período de dez anos, ficarão sob a sua administração privativa um certo número de pequenos vapores destinados à navegação costeira e a estabelecer a ligação entre a costa ocidental e a oriental, e também a ligação com as colónias estrangeiras.[8]

Uma semana depois, o projecto foi discutido na Câmara dos Deputados, merecendo aprovação unânime dos deputados de todos os quadrantes. Não tendo sido possível reunir a Comissão de Colónias por falta de tempo, coube a Ferreira Dinis ser o relator do projecto. Este procurou demonstrar a urgência de um plano de fomento para a província de Angola, operação que só seria viável através de um avultado empréstimo, prática aliás corrente nas colónias de outras potências, como a Inglaterra e a Bélgica. Demonstrada a necessidade do recurso ao crédito, tratava-se de saber se Angola dispunha de recursos que lhe permitissem saldar a dívida a contrair: 60 mil contos-ouro. Para o efeito, Ferreira Dinis fez um historial dos empréstimos concedidos à Província desde 1897, concluindo que a importância solicitada não era excessiva, tanto mais que os rendimentos crescentes da colónia mostravam a sua capacidade de pagamento, não só pelo incremento de volume de negócios como pelo aumento do imposto indígena, que substituíra o imposto de cubata. Apresentadas as vantagens do projecto, o relator pedia à câmara a aprovação do mesmo sem qualquer alteração.

A discussão que se seguiu em nada fazia prever o que viria a acontecer poucos anos depois. De todos os quadrantes, foram unânimes os elogios a Norton de Matos, e as pequenas objecções diziam apenas respeito à forma de liquidação do empréstimo a conceder[9]. Norton de Matos apresentou na altura as linhas mestras do seu projecto de fomento para Angola, que assentavam no lançamento de um vasto plano de obras públicas (que incluía ampliação da rede de caminhos-de-ferro, construção e melhoramento de portos de mar, abertura de estradas, lançamento de uma rede de comunicações telegráficas); no incremento da colonização branca; na exploração das riquezas extractivas e dos recursos naturais; e em novas formas de produção agrícola, com abandono do trabalho servil compulsivo.

Para concretizar o seu plano de desenvolvimento, Norton de Matos tinha necessidade de criar um novo quadro legal e administrativo e de se rodear de um alargado conjunto de técnicos das mais variadas áreas. O novo enquadramento legal abrangia aspectos relativos a educação, saúde pública, posse da terra, exploração dos recursos naturais e os contestadíssimos decretos sobre o trabalho e a protecção dos indígenas.



As diligências de Norton de Matos não foram, contudo, suficientes para impulsionar o mercado interno ao ritmo esperado, nem para evitar os efeitos nefastos do aumento da concorrência dos produtos estrangeiros no mercado externo que, continuando a manter como principal destino a metrópole a braços com uma crise económica e financeira de grandes proporções, nunca atingiu o desenvolvimento preconizado pelo alto-comissário.

Na metrópole, onde as crises políticas consumiam sucessivos governos, o Parlamento agendava a discussão sobre a acção dos altos-comissários em Angola e Moçambique. Cunha Leal iniciava a sua cruzada contra Norton de Matos, a quem acusava de gastos sumptuários, desrespeito pelas leis da República nas contratações que efectuava, aquisições dispendiosas de automóveis e barcos, construção de palácios para uso pessoal, favorecimentos políticos em concursos públicos, perseguições pessoais e expulsões da província, autoritarismo, orgulho desmedido, má gestão de fundos públicos, em suma, atribuía ao alto-comissário a exclusiva responsabilidade pela deplorável situação financeira de Angola e exigia um inquérito às contas da província. Para grande fúria de Cunha Leal, o debate terminou «pela doentia apoteose do sr. Norton de Matos». Barafustou depois, no seu livro *Calígula em Angola*, pelo facto de o ministro das Colónias, defendendo o alto-comissário, lhe ter chamado, «com a maior audácia e sem cerimónia, rival de Liautey»[10]. As críticas de Cunha Leal e de todos os conservadores, incluindo os monárquicos, que se prolongaram e endureceram ao longo dos dramáticos anos de 1924 e 1925, ao atacar Norton de Matos, visavam também os governos do Partido Democrático e faziam parte da acesa luta parlamentar que caracterizou o final do regime republicano, mas os governos do alto-comissário não estavam isentos de culpas e a sua administração foi, no mínimo, polémica.

No campo financeiro, a administração de Norton de Matos contribuiu para o descalabro que se verificou na circulação fiduciária e na desvalorização do escudo angolano. Na origem destas convulsões esteve o empréstimo interno negociado com o BNU, a que o alto-comissário teve de recorrer por não conseguir créditos externos.

O contrato negociado em 1922 entre a província de Angola e o BNU obrigava este banco a emprestar à colónia uma quantia de até dez mil contos-ouro, recebendo, entre outras vantagens, a possibilidade de elevar a circulação fiduciária de Angola a 50 mil contos. A elevação da circulação fiduciária, até então fixada em 30 mil contos, provocou uma desvalorização do escudo angolano, originando uma série de problemas com as transferências da colónia para a metrópole, já que a paridade que até então se verificara entre a moeda metropolitana e colonial deixou de existir. Da totalidade do empréstimo, o BNU apenas concedeu 7370 contos, numa primeira fase, recusando-se a cumprir o remanescente acordado, devido aos problemas financeiros que se foram avolumando:

> [...] quando foi feito o contrato de 26 de Fevereiro de 1922 o câmbio estava a 4 e nunca o banco suporia que a importância que deveria emprestar pudesse atingir quantia superior a 132 000 contos, porquanto ninguém supunha que o câmbio pudesse vir a agravar-se. [...] Supuseram, portanto, que 10 000 contos (ouro) pouco mais seria que 132 000 contos (papel). Ora, neste momento, o Banco já emprestou 162 000 contos (papel) correspondendo somente a 7370 contos (ouro).[11]

A desvalorização da moeda angolana deu origem a uma série de problemas económicos na colónia, em grande parte devido à actuação do BNU, que se recusou a continuar a fazer as transferências para a metrópole nos termos a que estava obrigado pelo contrato de 1919, passando a cobrar como prémio de transferência entre 23 e 30 por cento. Esta resolução prejudicou imenso os comerciantes angolanos e onerou os pagamentos externos que a província tinha de fazer: importações de mercadorias e serviços (transportes, representações, comissões, administração) e pagamentos de juros, dividendos e amortizações de capitais. Nesta conjuntura desfavorável, as entidades que tinham «necessidade urgente de transferir para a metrópole certas quantias importantes resolveram o problema pela forma mais natural: compraram mercadorias em Angola e exportaram-nas para a Europa»[12].

Como seria previsível, o desagrado dos angolanos crescia proporcionalmente às dificuldades económicas e financeiras. Por seu turno, o BNU, a pretexto das alterações cambiais e dado que o empréstimo



tinha sido negociado em ouro, suspendeu o cumprimento do contrato, não satisfazendo a parte restante, correspondente a cerca de 2630 contos (ouro), e foi diminuindo gradualmente o montante dos empréstimos anuais — em 1924 emprestou menos seis mil contos do que em 1923, o que, tendo em conta as alterações cambiais, corresponderia a menos cem mil contos, provocando, desta maneira, a escassez de moeda e a paralisação da economia.

Para impulsionar o seu plano de fomento, Norton de Matos aproveitara as facilidades concedidas pelo acordo que o Governo português assinou em 1922 com o British Export Department para o financiamento de mercadorias exportadas para Portugal até ao montante de três milhões de libras. Desse crédito fora concedida a Angola uma parcela de cerca de 900 mil libras[13] para compra de diversos materiais.

Em 1924, começavam a vencer-se as letras relativas às aquisições efectuadas, mas Norton de Matos não dispunha de meios para satisfazer estes compromissos, porque não logrou conseguir o cumprimento integral do contrato com o BNU e as diligências que fez para obter um empréstimo junto da Caixa Geral de Depósitos foram goradas, em virtude de esta entidade afirmar não dispor de fundos. Para fazer face à grave crise financeira que Angola atravessava, Norton de Matos, em finais de Março de 1924, partiu para Londres com o intuito de negociar um empréstimo com a Companhia dos Diamantes no valor de um milhão de libras, por reconversão de um crédito anterior de meio milhão, devendo a metade remanescente ser utilizada em várias prestações. Em vez de ser votado directamente pelo Conselho Legislativo da colónia, as condições do empréstimo foram discutidas no Parlamento e consideradas lesivas dos interesses do país, o que não impediu a sua aprovação. A atitude do poder central, considerada como uma interferência ilegal no Governo de Angola, face aos poderes que as leis orgânicas conferiam aos altos-comissários, esteve na origem do abandono do Governo de Angola por Norton de Matos, que aceitou o cargo de embaixador em Londres.

> Quando o assunto se torna conhecido foi grande a fúria no próprio Partido Democrático, sendo o Governo atacado no Parlamento pela sua maioria de apoio. Dentro do grupo parlamentar do Partido Republicano muitas vozes se levantaram contra Norton de Matos: João Camoesas, Jaime de Sousa, Vitorino Godinho e Almeida Ribeiro.

> Todos consideraram que o abandono do alto-comissariado era deserção, cobardia e uma afronta ao Partido Democrático. Foram apresentadas moções que quase propunham a sua erradicação do partido. Pior ainda, proclamaram o «desastre da administração em Angola» como razão suficiente para não ser nomeado.[14]

Em 10 de Novembro de 1924, foi apresentada na Câmara dos Deputados uma proposta de lei dos ministros das Finanças e das Colónias autorizando o pagamento das letras aceites pelo alto-comissário de Angola por conta do crédito de três milhões de libras, até à cifra de 60 mil libras, relativas a 15 por cento da importância dos fornecimentos efectuados. O montante em questão dizia respeito a letras protestadas, porque Angola não tivera meios para proceder ao seu pagamento. Esta proposta trazia definitivamente para a ordem do dia o escândalo da desorganização financeira de Angola. Nos debates que se seguiram foram postos em causa não só a administração de Norton de Matos, como o próprio regime do alto-comissariado, além da situação vexatória do Estado português que, sendo avalista das letras, não evitara o seu protesto.

A autonomia de que gozavam os altos-comissários de Angola e Moçambique era considerada perniciosa, porque, para ser bem aplicada, deveria haver uma contínua fiscalização do Governo central para evitar situações como as que se viviam nestes territórios. Tal não acontecia por falta de meios da metrópole, que se vira pressionada a modificar o sistema administrativo das colónias por pressão da Sociedade das Nações, face à ameaça do regime de mandatos. Porém, as grandes críticas foram dirigidas a Norton de Matos, aproveitando os sectores mais conservadores para contestar o próprio Governo, devido à ausência de fiscalização da crise angolana, ou para pôr em causa o próprio regime, no caso dos monárquicos. A permanência de Norton de Matos como embaixador em Londres era vista pela generalidade dos deputados como uma deserção e considerada mais um escândalo do Partido Democrático na defesa dos seus correligionários.

Os debates sobre a crise de Angola prolongaram-se até ao final de Março de 1925. O antigo alto-comissário foi alvo dos mais violentos ataques, sem ter encontrado qualquer defesa, nem mesmo no seu próprio partido. Nuno Simões foi o único deputado que considerou que, apesar dos problemas financeiros, Norton de Matos fizera alguma obra em Angola.



> Em 1923, tive ocasião de visitar a província de Angola; e ao contrário das críticas de muitos e mesmo em face dos erros administrativos (porque outros não havia a invocar, e, estou convencido, não haverá até ao final), eu verifiquei que a situação era de molde a dar a compreensão nítida de que ali se trabalhava activamente, para aquilo que todos nós desejamos que aquela colónia seja. Visitei muitas propriedades agrícolas; e ao contrário do que se afirmava, isto é, que as disposições tomadas pelo alto-comissário eram asfixiantes para a produção agrícola, tive ocasião de ver que ali se trabalhava activa e eficientemente para aumentar a produção, de uma maneira honrosa para todos nós, tendo tido também ensejo de ver os trabalhos feitos em caminhos-de-ferro.[15]

A situação de crise em Angola manter-se-ia até ao final da República, até porque nunca foi possível concretizar a ajuda financeira necessária, pelas próprias dificuldades da metrópole em encontrar créditos que lhe possibilitassem conceder os empréstimos que, por várias vezes, foram propostos para o saneamento financeiro e a continuação do plano de fomento para a província. Aliás, os erros de gestão de Norton de Matos não poderão ser considerados como causa única da crítica situação da colónia, porque, nos últimos anos do regime republicano, em todos os territórios ultramarinos ocorreram graves crises financeiras que apresentaram défices descomunais. De 1923 a 1926, foram debatidos no Parlamento problemas relativos a financiamentos para Timor, Índia, Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe, que fora sempre uma colónia com saldo positivo, e Moçambique, que tinha conseguido manter os orçamentos equilibrados, mas que a partir de 1922 atravessou graves convulsões financeiras.

## Brito Camacho em Moçambique

Ao ser nomeado primeiro alto-comissário para Moçambique, Brito Camacho encontrou uma situação completamente diferente da que se verificou em Angola. Enquanto esta colónia tinha amontoado sucessivos défices, Moçambique, devido a uma maior eficiência na cobrança do «imposto de palhota» e ao numerário resultante da emigração dos trabalhadores das minas do Rand, mantivera o equilíbrio orçamental, tendo, em alguns anos, algum *superavit*, que chegara a ser transferido para Angola.

> Quanto ao défice da província, devo dizer que a província de Moçambique nunca foi deficitária; a província teve sempre *superavit* a ponto de lhe permitir fazer as obras de fomento que tem realizado. A província, num certo ano, estava eu lá, praticou, até, a esse propósito o primeiro erro. Tinha um saldo de mil e tantas libras em ouro e comunicou para o Ministério das Colónias que tinha esse saldo. Pois sabe a Câmara o que fez o Ministro de então? Mandou transferir esse saldo para a província de Angola, a título de empréstimo, e nunca mais viu as suas libras. Escusado será dizer que, de então para cá, nunca mais a província mandou dizer que tinha saldo, e com ele tem acudido, repito, às suas obras de fomento, foi o que fizeram os Srs. Álvaro de Castro e Brito Camacho quando ali estiveram governando a província.[16]

As obras de fomento em Moçambique, de âmbito relativamente modesto, exceptuando o porto de Lourenço Marques, tinham sido realizadas com recursos da própria província, mas, a partir do final da guerra, com a nova orientação face aos territórios colonizados, tornava-se mister apostar mais intensamente no desenvolvimento colonial, pelo que Brito Camacho optou por investir num amplo plano de fomento a nível dos transportes e comunicações, para o que contava com o auxílio de um empréstimo externo que não se chegou a concretizar. À sombra deste empréstimo que, de início, parecia assegurado, Brito Camacho adquirira materiais destinados à construção de portos e caminhos-de-ferro, razão pela qual, na falta de crédito externo, se viu obrigado a recorrer a um empréstimo interno com o BNU, que exigiu como contrapartida o aumento da circulação fiduciária, que passou para 50 mil contos. Tal como ocorrera em Angola, esta decisão provocou uma imediata desvalorização da moeda, entre os 20 e os 30 por cento. Uma vez que o BNU, para conseguir efectuar os pagamentos, ficara a descoberto em cambiais em Londres, Brito Camacho, através da portaria n.º 233, «estabeleceu preceitos referentes a assuntos monetários daquela província, enfeudando todas as cambiais ao Banco Nacional Ultramarino, a qual permitia todos os roubos e depredações aos indígenas que vinham das Minas do Rand ou da Rodésia»[17]. Esta portaria proibia ainda a circulação do esterlino em Moçambique, permitindo apenas a circulação da moeda nacional[18].

Estavam criadas as condições para a desorganização financeira que se viria a verificar na colónia, caracterizada pela forte desvalorização da moeda nacional, que arrastou consigo a questão das transferências e, como acontecera em Angola, a ausência de circulação monetária que ia paralisando a economia. O Governo da colónia via-se, assim, a braços com uma dupla dificuldade: acentuada dívida interna e falta de moeda para efectuar os pagamentos aos funcionários[19].



A 13 de Dezembro de 1923, o ministro das Colónias, Vicente Ferreira, apresentava no Parlamento uma proposta de lei autorizando a província de Moçambique a realizar uma série de empréstimos para fomento, até ao montante de sete milhões de libras esterlinas. As condições do empréstimo estavam a ser negociadas em Londres por uma comissão de que faziam parte Augusto Soares, o coronel Ivens Ferraz e o coronel Sá Carneiro. A apresentação desta proposta deu origem a vigorosos debates nas duas câmaras. Em causa estavam as condições do empréstimo, o seu montante, a situação financeira de Moçambique e a possibilidade de Londres e a África do Sul aproveitarem a circunstância para imporem condicionantes à renegociação da Convenção entre Moçambique e a África do Sul, em vigor desde 1909.

Face à situação económica e financeira da colónia, o empréstimo era considerado excessivo e perigoso, porque ao seu pagamento ficava consignado um quarto das receitas. Contudo, mais preocupante e atentatório dos nossos direitos de soberania era o facto de uma revista da África do Sul afirmar que o «Governo inglês estaria disposto a fornecer meios ao Governo português para promover o desenvolvimento de Moçambique, mas que o Governo inglês teria de verificar em que seriam empregados esses meios»[20]. Após prolongados debates, o contrato foi aprovado, mas encontrou forte oposição no Senado, tendo a maioria desta Câmara votado a diminuição da totalidade dos empréstimos a conceder para quatro milhões de libras esterlinas que, ao câmbio do dia, equivaliam a 18 mil contos. Em Junho de 1924, a proposta voltou à Câmara dos Deputados para aprovação das emendas do Senado, discussão que se prolongou pelo mês de Julho.

Apesar de aprovado, o empréstimo não chegou a concretizar-se. A situação financeira das colónias portuguesas, em especial Angola e Moçambique, continuava a agravar-se, estando o BNU no centro da polémica, pelo que, no início de 1926, foi nomeada uma comissão para estudar e propor a reforma do sistema bancário do ultramar e resolver a questão das transferências, de que faziam parte Barros Queirós, Vicente Ferreira, João Ulrich e o dr. Fratel, entre outros[21].

Porém, na altura, a situação social de Moçambique era extremamente grave, tendo havido um surto grevista de proporções alarmantes: «greves de funcionários ferroviários, dissensões entre funcionários de alta categoria, dificuldades ou quase impossibilidade de transferências, estagnação do comércio e uma incomportável carestia de vida. Isto no que respeita a Moçambique»[22].

A agitação social e as dificuldades financeiras prolongaram-se e, a 29 de Março, a Comissão de Finanças apresentava parecer favorável a uma proposta de abertura de um crédito na Caixa Geral de Depósitos a favor da província de Moçambique, na importância de 18 mil contos, destinado à liquidação dos encargos da importação de géneros da metrópole. Aprovada na Câmara dos Deputados, depois de calorosa discussão, a proposta deu entrada no Senado em Maio de 1926, mas o regime já não disporia de tempo para concretizar mais esta tentativa conjuntural de resolver os problemas estruturais da política económica e financeira do império português.

## As difíceis relações internacionais

Um dos problemas internacionais com que o Governo português se debateu no pós-guerra foi o reacender da questão sobre a mão-de-obra indígena. Não só o clima face à ocupação colonial era diferente, como a criação da Organização Internacional do Trabalho, junto da Sociedade das Nações, iria ter influência na definição de novas normas sobre trabalho obrigatório. Não é por isso de estranhar que, em 1920 e 1921, os problemas do trabalho indígena e da persistência de formas de escravatura nos territórios ultramarinos, em especial em Angola e São Tomé, voltassem a ser assunto dos debates parlamentares. O testemunho de Norton de Matos mostra que os vícios e ilegalidades permaneciam, pois quando voltou a Angola como alto-comissário deu-se conta de um verdadeiro retrocesso em relação à sua legislação de 1913.

> Publiquei então o meu decreto n.º 40, de 3 de Agosto de 1921, que foi a confirmação das medidas que tinha tomado em relação ao trabalho indígena durante o meu primeiro Governo, e um protesto indignado contra o retrocesso que tinha representado a alteração dessas medidas durante a minha ausência.[23]



A publicação do «Relatório Ross» também causou alguns embaraços internacionais aos políticos republicanos, mas, à parte algumas intervenções mais calorosas na denúncia da persistência dos problemas do recrutamento e condições de trabalho dos indígenas, não se traduziu em qualquer proposta legislativa.

Após a guerra, a comunidade internacional considerou que o Acto Geral de Berlim de 1885 e o Acto Geral e a Declaração de Bruxelas necessitavam de revisão, em virtude das profundas transformações que tinham ocorrido não só nos aspectos políticos, como nas novas orientações face ao colonialismo. Reuniu-se, por isso, a Convenção Internacional de Saint Germain-en-Laye, para proceder à revisão destes documentos, que ficou concluída a 10 de Setembro de 1919. Em Abril de 1921, foram apresentados na Câmara dos Deputados três pareceres para se ratificarem as resoluções da Convenção relativas aos protocolos sobre o comércio de armas de fogo e munições em África, sobre a liberdade de comércio na bacia do Congo e sobre o regime das bebidas alcoólicas nos territórios africanos. A proibição de importação de armas de fogo e de pólvora e cartuchos nos territórios africanos compreendidos entre os paralelos de 20º a norte e 22º a sul foi considerada imperiosa para acabar com as lutas intestinas em África e, portanto, vantajosa para Portugal. As resoluções sobre a liberdade de comércio na bacia do Congo também mereceram a aprovação da câmara, pois vinham minorar uma situação prejudicial.

> Em uma palavra, a Convenção de Saint Germain-en-Laye estabelece a igualdade de comércio para a bacia do Congo, com o direito de fixarmos livremente as taxas alfandegárias ou de navegação aplicáveis nos nossos territórios, e com a liberdade de elaborarmos os regulamentos necessários para assegurar a segurança e a fiscalização da navegação em substituição da liberdade de comércio do Acto Geral de Berlim, a que, a largos traços, já tivemos ocasião de nos referir, e cujos resultados demonstrámos terem sido para nós desastrosos.[24]

No caso das bebidas alcoólicas, a convenção retomava as disposições da Conferência de Berlim e das várias conferências de Bruxelas sobre o assunto, mantendo a proibição da importação de bebidas espirituosas, a proibição de fabrico de bebidas destiladas e o aumento de impostos sobre as bebidas alcoólicas em geral, medidas aprovadas

pela câmara, que as considerava um meio de «melhorar as condições físicas e morais das raças indígenas»[25].

Uma das mais difíceis negociações internacionais em que os governos republicanos se envolveram nos últimos anos do regime foi a renegociação do Convénio de 1909 com o Transval. Este tratado envolvia três partes distintas: uma relativa ao recrutamento de mão-de-obra na província de Moçambique para trabalho nas minas do Rand; outra relativa à linha férrea e ao porto de Lourenço Marques, regulando tarifas e percentagem de tráfego, e ainda uma terceira que se referia às relações comerciais. O acordo deveria ser revisto em 1919, mas enquanto não fosse substituído considerar-se-ia em vigor. O convénio fora desastroso para Portugal, porque retirava de Moçambique um enorme contributo de mão-de-obra indígena que emigrava em massa para o Transval, onde representava cerca de 80 por cento dos trabalhadores mineiros. A forma como esses trabalhadores eram tratados também foi frequentemente alvo de críticas no Parlamento, que acusava as autoridades da África do Sul de abusos e exploração dos indígenas moçambicanos, sujeitos a maus-tratos e doenças (a tuberculose e outras doenças pulmonares grassavam em larga escala) e induzidos a gastar tudo o que ganhavam nas lojas existentes nas próprias explorações, pelo que regressavam, quase sempre, doentes e sem dinheiro. Ora, o desenvolvimento que se pretendia para Moçambique, com a consequente falta de mão-de-obra que se começava a verificar, impedia a manutenção desta corrente emigratória para o Rand.

Para dar resposta a estas novas circunstâncias, tornava-se necessário rever o acordo, negociando-se uma nova convenção. Brito Camacho, alto-comissário de Moçambique, propôs ao alto-comissário da União Sul Africana, príncipe de Connaught, o início de negociações. Para renegociar o acordo, foram nomeados como delegados da província de Moçambique o general Freire de Andrade e os engenheiros Sá Carneiro e Galvão e o ministro Bianchi. As negociações não correram bem, quer pela conjuntura internacional, quer por causa de problemas decorrentes da evolução política dos parceiros envolvidos. Smuts, então primeiro-ministro da União Sul Africana, considerava secundária a questão do envio de mão-de-obra para o Transval, mas achava primordial a construção das linhas férreas que iriam servir o porto de Lourenço Marques, «e parte destas linhas devia entrar numa combinação com as nossas linhas servindo o porto de Lourenço Marques, ficando subordinadas a um conselho de administração perfeitamente autónomo que pudesse levantar um empréstimo, que pudesse fazer todas as obras necessárias, tanto do lado da linha férrea da União como das nossas linhas. O conselho de administração deveria ser autónomo com maioria para a União Sul Africana»[26]. As exigências de Smuts, que achava que, sob a administração portuguesa, nunca o porto de Moçambique «poderia dar vazão ao tráfego necessário à União», abrangiam ainda o estabelecimento de um banco emissor, sendo o mesmo sistema monetário em Moçambique e na União, e cláusulas restritivas sobre o açúcar de Moçambique, obtido em melhores condições do que o de Natal. Perante estas exigências, o alto-comissário de Moçambique apresentou uma contraproposta que não foi aceite, o que levou à suspensão das negociações. Em Março do ano seguinte, não se tendo restabelecido as negociações — como o problema da mão-de-obra era premente para a Câmara de Minas e para Moçambique, que, não avançando com as obras de fomento, não tinha capacidade de empregar os seus indígenas e atravessava uma crise económica e financeira aguda, necessitando do rendimento que obtinha com a emigração dos trabalhadores — decidiu-se estabelecer um *modus vivendi* válido por seis meses que punha novamente em vigor a primeira parte do Convénio de 1909. Apesar de, em Outubro de 1923, ter sido nomeada uma comissão particular formada por Sá Carneiro, Bulhão Pato, Ernesto de Vasconcelos e Ivens Ferraz, a fim de dar um parecer sobre as bases em que podiam assentar as negociações para resolver o problema da convenção com a União Sul Africana, não foi possível restabelecer o acordo.

Para as dificuldades externas de Portugal contribuíram em grande parte as questões já apontadas das insuficiências da administração colonial portuguesa e da grave crise económica, acompanhada da desorganização financeira que se vivia nas colónias maiores, Angola e Moçambique. O regime republicano, limitado interna e externamente, não conseguiu pôr em prática uma eficiente política colonial. É natural que uma pequena nação dispondo de territórios tão vastos e com potencialidades imensas despertasse a cobiça internacional das potências que ambicionavam usufruir das vantagens que anteviam conseguir desses territórios. Por outro lado, convém ter presente que uma das grandes limitações da nossa política externa foi o domínio que a Inglaterra manteve sobre Portugal, devido à tradicional aliança.

## Notas

1 *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 30 de Janeiro de 1920, intervenção de Henrique de Vasconcelos, p. 30.

2 *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 30 de Janeiro de 1920, parecer da Comissão de Revisão Constitucional, p. 15.

3 *In* Marcelo Caetano, *Estudos de Direito e Administração Colonial — Portugal e o Direito Colonial Internacional*, Lisboa, 1948, p. 262.

4 Trata-se da negociação do Tratado de 1909 sobre o fornecimento de mão-de-obra de Moçambique para as minas do Rand.

5 *Diário das Sessões do Senado*, sessão de 29/5/1923, p. 4.

6 Veja-se a este respeito as intervenções de Cunha Leal na Câmara dos Deputados durante os meses de Fevereiro e Março de 1924 e a obra do mesmo, *Calígula em Angola*, Lisboa, 1924.

7 A este respeito veja-se António José Telo, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Cosmos, 1994, pp. 87 e seguintes.

8 *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 7 de Março de 1921, intervenção de Norton de Matos, p. 5. Pela lei 1 131, o alto-comissário ficava autorizado a negociar empréstimos, internos e externos, para promover o fomento de Angola, até ao montante de 60 mil contos-ouro.

9 Veja-se *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 15 de Março de 1921, pp. 14-42.

10 José Norton, *Norton de Matos. Biografia*, Lisboa, Bertrand, 2002, p. 296.

11 *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 18 de Março de 1925, intervenção de Mariano Martins, p.6.

12 *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 2 de Fevereiro de 1925, intervenção de Vicente Ferreira, p. 8.

13 Portugal Durão calcula em 818 mil libras a importância recebida por Angola ao abrigo deste acordo. *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 17 de Novembro de 1924.

14 José Norton, *ibidem*, pp. 300-301.

15 *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 11 de Março de 1925, intervenção de Nuno Simões, p. 13.

16 *Diário das Sessões do Senado*, sessão de 29 de Abril de 1924, intervenção de Bulhão Pato, p. 16.

17 *Diário das Sessões do Senado*, sessão de 23 de Julho de 1924, intervenção de Joaquim Crisóstomo, p. 18.

18 Em Moçambique sempre tinham circulado várias moedas: rupias indianas, peso de Zanzibar, peso mexicano, franco francês e, em grande escala, a libra esterlina, especialmente nos territórios dominados pelas companhias que ocupavam cerca de dois terços do território da colónia. As moedas e notas da África do Sul e da Rodésia também tinham grande circulação, devido à emigração dos trabalhadores moçambicanos para estes países.

19 *Diário das Sessões do Senado*, sessão de 11 de Novembro de 1923, intervenção de Xavier da Silva, p. 7.

20 *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 21 de Dezembro de 1923, intervenção de Nuno Simões, p. 9.

21 Cf. *Diário das Sessões do Senado*, sessão de 12 de Janeiro de 1926, p. 17.

22 *Ibidem*, sessão de 12 de Janeiro de 1926, intervenção de Bulhão Pato, p. 13.

23 Norton de Matos, *ibidem*, p. 109.

24 *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 20 de Abril de 1921, p. 31.

25 *Ibidem*, p. 35.

26 *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 22 de Junho de 1922, intervenção do ministro das Colónias, Rodrigues Gaspar, p. 20.

# Economia e inovação: derivações em cenário de crise

*Maria Fernanda Rollo*

## Depois da guerra

A RUPTURA DO ESPAÇO económico europeu e mundial provocada pela eclosão da Primeira Guerra Mundial transformou indelevelmente a ordem internacional. Desde logo, a drástica alteração do comércio internacional originou uma série de perturbações nos países que, como Portugal, dependiam significativamente do exterior para o regular fornecimento de matérias-primas, produtos alimentares e equipamentos indispensáveis ao funcionamento das suas economias.

A mobilização sucessiva dos recursos mundiais impôs a implementação de uma economia de guerra espontânea, ou antes, inventada a pouco e pouco, de consequências imprevisíveis. Os meios privados de produção nunca foram postos em causa, mas, por vastidão das necessidades, os governos acabaram por assumir uma presença notória na direcção da actividade económica e social, desempenhando um papel e assumindo um quadro de intervencionismo até então estranho à prática liberal.

No caso português, o elevado grau de dependência externa em matéria de bens alimentares, combustíveis, matérias-primas e de equipamento teve consequências de gravidade crescente, tornando-se um dos aspectos mais ponderosos na gestão das actividades económicas durante a guerra e, refira-se, para lá do seu termo.

À escassez generalizada e à desorganização dos circuitos comerciais verificadas à escala mundial, somavam-se os efeitos da insuficiência da rede de transportes nacional, condicionando o fornecimento e a distribuição de matérias-primas e equipamentos e, com efeitos sociais dramáticos, o abastecimento da população em bens de consumo essenciais, de cuja importação o país era cronicamente dependente — começando pelos cereais e combustíveis.

A rede ferroviária era, à época, o elemento fulcral, constituindo a base da estrutura mundial de transportes e comunicações[1]. Mais dependente de interesses políticos do que das necessidades da população, tendo como excepção a Península Balcânica, Portugal situava-se na cauda da Europa em termos de densidade da sua rede ferroviária. Apesar de o Estado ser o principal construtor das vias, era prática corrente o arrendamento das mesmas a companhias particulares. Durante os anos da guerra, o aumento do preço do combustível e a desvalorização da moeda infligiram um rude golpe às companhias ferroviárias nacionais. Mas, apesar da diminuição dos lucros, o facto de operarem numa única linha proporcionou-lhes avultados ganhos, significando que, na maior parte das vezes, as possibilidades de lucro se sobrepunham facilmente à urgência de transportar determinados carregamentos.

Para além do caminho-de-ferro, os transportes marítimos detinham uma posição de grande relevo no quadro dos transportes internacionais, estruturando a rede geral de transportes que sustentou a dinâmica das transacções internacionais que, sob o climatério britânico, marcou o ritmo de crescimento do período que antecedeu a Grande Guerra. O sector naval registou desenvolvimentos tecnológicos muito consideráveis, construindo-se navios cada vez maiores e mais potentes, cada vez mais autónomos e velozes, capazes de compor uma articulação de grande eficácia com a rede ferroviária a partir de estruturas portuárias cada vez mais bem apetrechadas. Foi a época, recorde-se, do aparecimento dos grandes navios, gigantes e esplendorosos, entre os quais se distinguiu o próprio *Titanic*. A todos os títulos e por muitas razões, a presença nos mares era um dado essencial num conflito com as características da guerra de 1914-1918. Porém, apesar da posição geográfica de Portugal, os principais portos nacionais não estavam convenientemente apetrechados para comerciar e comunicar com os principais países europeus; os estaleiros nacionais eram incapazes de competir com o elevado grau de especialização e técnica do sector mundial de construção naval, e a marinha mercante estava muito longe de conseguir satisfazer as necessidades nacionais. Não surpreende, portanto, a constatação do elevadíssimo grau de dependência da marinha mercante estrangeira. Além disso, reduzida quase exclusivamente à pequena cabotagem, a frota naval portuguesa perdeu várias embarcações durante o conflito, só momentânea e parcialmente compensadas pela incorporação de navios alemães arrestados, a partir de 1916, nos portos portugueses.



Acrescia a ausência de uma política de transportes coordenada e de uma estratégia definida para o sector que permitissem matizar as dificuldades acrescidas pela conjuntura internacional. Os efeitos da entrada de Portugal no confronto europeu agravaram esta situação, reflectindo-se num cenário de crescente escassez e cada vez mais instante mal-estar social, a que o Governo de União Sagrada não conseguiu obviar. A verdade é que a carestia se transformara em fome generalizada, sobrepondo-se a todas as outras perturbações e preocupações. Ao Governo coligado seguiu-se o golpe sidonista, em Dezembro de 1917, instalando-se, até ao assassínio de Sidónio Pais, em Dezembro do ano seguinte, uma chefia de ditadura, revogando reformas dos executivos anteriores e inflamando a instabilidade social. A morte de Sidónio desencadeou um vazio político inquietante, a que a restauração da República «Velha», em 1919, procurou pôr cobro[2]. As proporções cada vez mais dramáticas dos efeitos da guerra e de algumas medidas políticas, nomeadamente o congelamento de salários, suscitavam a acusação e a responsabilização das autoridades políticas, impotentes e/ou incapazes no combate à crise económica e social, que o fim da guerra não atenuaria significativamente.

Entretanto, o mundo mudara, reclamando outros paradigmas, impondo o acerto entre nações vencedoras e vencidas e novas formas de viver o concerto internacional que, paulatinamente, se desenhava. Entre tudo, independentemente do grau de perdas e riquezas acumuladas ao tempo do final do conflito, era evidente que se exigiam novas competências para concorrer e vencer no mundo emergente do pós-guerra. De resto, a guerra tornara evidente a hierarquia das principais potências políticas e económicas. Os Estados Unidos, que antes da guerra já lideravam o *ranking* industrial, passaram a ocupar a ribalta como primeira potência económica. O caminho percorrido, cumprindo o traçado da segunda revolução industrial que tinha pautado o percurso de alguns países no período anterior à deflagração da guerra, acertando o passo da transição de um capitalismo de matriz essencialmente industrial para um capitalismo financeiro, mostrava claramente em que medida os pressupostos do desenvolvimento científico e tecnológico compunham, cada vez mais, o sustentáculo e as garantias de um desenvolvimento económico sólido e sustentado.

Os paradigmas científicos e tecnológicos que tinham constituído a base da primeira revolução industrial tinham-se alterado profundamente. As novas conquistas pressupunham agora bases e

competências científicas cada vez mais sofisticadas, às quais eram indispensáveis plataformas organizacionais e políticas de investigação cada vez mais conscientes e eficazes. Assim o testemunhavam, entre outras, as experiências e os primeiros desenvolvimentos da aplicação da electricidade, da utilização de novos materiais, da TSF ou da radiotelefonia e, claro, das principais tecnologias ao serviço da guerra. Para os países mais competitivos, tornar-se-ia premente a necessidade de garantir a existência de condições e competências mínimas para acompanhar o ritmo quase frenético que caracterizaria de forma cada vez mais acentuada o desenvolvimento científico e tecnológico, progressivamente assumido como garante e motor do progresso económico e social. A guerra trouxe também esses novos desafios. Para os que não tinham capacidade de os promover ou desenvolver, pouco mais restaria do que a dependência tecnológica, mais ou menos acentuada e generalizada.

Já se referiram, em textos anteriores, os impactos da guerra na economia portuguesa e, em particular, os seus efeitos, sectorialmente muito desiguais, no tecido produtivo e no processo de industrialização. Por junto, o final do conflito proporcionou um clima de algum optimismo e euforia entre os principais sectores económicos do país, comungando, aliás, de um ambiente internacional mais descontraído, que o quadro de recuperação rápida e expressiva que caracterizou os meses do pós-guerra animou, pesasse embora a incerteza quanto ao futuro.

Mas os legados da guerra eram pesados e difíceis de ultrapassar. Desde logo ao nível das contas públicas, recolocando o drama do desequilíbrio financeiro em todo o seu dramatismo pelas proporções inéditas que atingira, compreendendo mais de 22 milhões de libras de dívida externa (cerca de 300 mil contos)[3] e um défice orçamental de 13,8 milhões de libras.

Para o Partido Democrático no poder, a solução inflacionista afigurava-se a mais viável, sendo que a política contrária (de valorização monetária) forçava a contenção de despesas, que seria recebida de forma geral com grande hostilidade. Para o Governo, esta era uma via confortável de redução das dívidas internas e externas, numa altura em que indústria e comércio procuravam simultaneamente a oportunidade de prosperar (sem contenção de preços nem aumento de encargos fiscais), chegando mesmo a criar uma relação de dependência com este sistema de desgaste rápido.

Noutro sentido, o poder político tinha de encontrar uma solução rápida e eficaz para fazer face à crescente pressão e justificada



insatisfação social. Expectante, o mundo operário ansiava por sinais, medidas, que permitissem atenuar a escalada de degradação das condições de vida que a guerra agudizara, esperando, pelo menos, o descongelamento salarial. Fosse essa ou outra a solução, sobretudo não podia tardar... na verdade, em 1919 o custo médio de vida em Portugal subira, por comparação com 1914, 316 por cento, chegando a 2286,4 por cento em 1925[4], o que expressava bem o agravamento da carestia nestes anos.

Com a pesada herança financeira da guerra e do sidonismo, a política inflacionista assumida pelo Partido Democrático acabou por favorecer um surto industrial beneficiário da liquidez que a guerra propiciara, das medidas proteccionistas e de desvalorização da moeda implementadas. Mas o debate prosseguia entre aqueles que apontavam o desenvolvimento da indústria e os que vinham defendendo a via da agricultura e que insistentemente denunciavam os perigos da industrialização. Ou, na prosa de Anselmo de Andrade:

> Quando entre nós se promove à toa o desenvolvimento de algumas indústrias de êxito mais que duvidoso, fazendo desviar do campo para as cidades populações trabalhadoras, corre-se o risco de colher apenas o arrependimento. Faz-se um grande mal ao País em procurar transformar em fabril uma indústria que verdadeiramente só pode ser agrícola, e preparam-se acaso para o futuro crises industriais, que não têm por certo tão fácil e pronto remédio como as agrárias.[5]

E escreve, evocando as ideias de Ezequiel de Campos:

> O senhor Ezequiel de Campos [...] escreve que se poderá obter energia hidroeléctrica para todo o terreno português [...] onde a hulha branca é ainda um problema, as indústrias só podem medrar à sombra de protecções caras. [...] É a agricultura a nossa legítima função de trabalho. [...] É perigoso erro económico fazer a industrialização de um país quando lhe faltam as apropriadas condições.[6]

## Crise e reorganização

O ÍMPETO INDUSTRIAL, assumido sem plano ou desígnio nacional, é certo, seria de pouca dura e sobretudo circunscrito a uns quantos

sectores. Entretanto, o desconforto aumentava, entre os mais ligados aos sectores da agricultura e do comércio, e significativamente junto daqueles que viam os seus magros salários esmagados pela inflação. Quanto à deflagração da crise, Anselmo de Andrade, tinha afinal razão, porventura pelas razões erradas. A crise de contornos internacionais de 1921, o agravamento do défice orçamental e o seu aproveitamento político, os limitados pressupostos em que vinha assentando o próprio desenvolvimento de uma indústria que crescia virada para dentro e sem que, teimosamente, aceitasse modernizar-se, ditariam o fim do ciclo. A crise bancária e a crise colonial de 1923, a falta de crédito e, já em 1924, a valorização do escudo fariam o resto. A partir de 1924, o programa económico radical, à procura do equilíbrio das contas e da estabilidade do escudo, fracassaria nos seus propósitos, agravando o mal-estar de um sector industrial que vivia uma crise em parte provocada pelo ambiente que criara a sua própria prosperidade. A tudo isto não era certamente estranho o eterno problema da exiguidade do mercado nacional e a dificuldade em competir nos mercados externos ou, afinal, a questão essencial do atraso económico português.

Ezequiel de Campos publicava então, em co-autoria com Quirino de Jesus, *A Crise Portuguesa. Subsídios para a Política de Reorganização Nacional*. Não esquecendo a agricultura «como labor primário», apelava para a necessidade da «electricidade abundante e barata. E a electricidade nestas condições provocaria a introdução de outras indústrias fundamentais»[7].

Genericamente, as propostas mais arrojadas em relação a um desenvolvimento assente na modernização/industrialização da actividade económica nacional ficariam por concretizar. As vocações e as opções não passavam por aí; mesmo que o progresso industrial tenha composto o sonho de alguns políticos, a constante ameaça do estrangulamento financeiro que comprometia as contas do Estado e derrubava governos inviabilizava os apoios do Estado — embora tenha sido vivo o debate e tenha ficado clara a contradição entre aqueles que conduziam a política do país apostados na promoção do equilíbrio das contas e numa política de contracção e os outros que defendiam a condução de uma política de défice orçamental, convictos dos seus efeitos estimulantes para a economia nacional. De qualquer forma, a instabilidade política determinava a impossibilidade da concretização das orientações económicas que se pretendia imprimir, muitas



vezes, aliás, desajustadas e condenadas pelas imposições que representavam para o seu suporte social.

Para trás ficaram perdidas as convicções de Azeredo Perdigão, que em 1916 procurava rebater os argumentos de Anselmo de Andrade e que visionava um Portugal apostado no fomento industrial[8], e o plano de desenvolvimento industrial assente na intervenção do Estado através de uma política de crédito, de desenvolvimento das infra-estruturas, de formação técnico-profissional e de proteccionismo aduaneiro gizado por Geraldo Coelho de Jesus[9]. Também este autor, avaliando recursos, apontava para a possibilidade do «aproveitamento das quedas de água» como «factor de maior importância no nosso desenvolvimento industrial». Sempre presente, o problema da produção da hidroelectricidade contava já com várias empresas, valendo a pena destacar a constituição, nesta fase, da Companhia Electro-Hidráulica de Portugal (1918) e a Hidro-Eléctrica Alto Alentejo (1925). Logo a seguir, em 1926, seria publicado o decreto n.º 12 599, promulgando a lei dos aproveitamentos hidráulicos[10].

Além dos aproveitamentos ligados à produção de electricidade em curso, uma referência a dois dos sectores mais dinâmicos da actividade económica industrial no período: a inauguração (em 1923) do primeiro forno rotativo moderno, com uma capacidade de produção de 220 toneladas por dia, na Empresa de Cimentos de Leiria, de Henrique Sommer; em 1926, a constituição da Sapec, sociedade de capitais belgas que explorava as pirites alentejanas das minas do Lousal para produzir ácido sulfúrico e superfosfatos na sua fábrica de Setúbal; a intensa actividade que a CUF continuava a desenvolver, prosseguindo uma estratégia de diversificação de actividades que dentro de poucos anos estenderia a acção da companhia a grande número de sectores de actividade (fiação, têxteis, cordoaria, óleos e azeites, moagem...), dispondo de instalações comerciais e fabris espalhadas por quase todo o território nacional[11].

O sector das telecomunicações conheceu também alguns desenvolvimentos importantes nestes anos finais da Primeira República.

Apesar da evolução da rede telefónica, a telegrafia continuou a ser o meio mais eficaz, rápido e barato de comunicar à distância em Portugal. Em pleno Atlântico, e até ao estabelecimento da TSF, em 1926, os arquipélagos estavam sujeitos a todo o género de interrupções e fragilidades nos poucos meios de comunicação de que dispunham. Todavia, assistiu-se a uma evolução decisiva no sentido da maior

liberalização do uso do telefone, propiciada pela relativa melhoria verificada ao nível dos equipamentos e das redes, não tendo, porém, deixado de constituir um luxo, nem substituído o telégrafo. Um e outro continuaram a desempenhar papéis específicos, com os quais a radiotelegrafia entretanto veio concorrer. Depois das primeiras experiências, ainda no tempo da Monarquia e do interesse que suscitou no tempo da guerra, foram sobretudo as vantagens que a radiotelegrafia revelou ao nível das comunicações marítimas que trouxeram maior protagonismo à TSF. Em 1911, a propósito do naufrágio de dois navios portugueses — o *Lisboa* e o *Lusitânia* — o então oficial de marinha Gago Coutinho apontaria a urgência de aplicar as radiocomunicações em terra e no mar, referindo-se à «indispensabilidade da telegrafia sem fios, tanto nos principais pontos das costas mais frequentadas, como a bordo de todos os vapores de passageiros que façam viagens largas»[12] e, em 1912, os feitos do telegrafista do naufragado *Titanic* causaram a admiração geral, fazendo nascer da tragédia a urgência em introduzir o sistema em Portugal. Estabeleceram-se então os primeiros contratos de fornecimento de material, que vieram a atrasar-se pela conjuntura de guerra, e abriu-se o primeiro serviço público em 1913, no posto da Casa da Balança[13]. A guerra, porém, interrompeu o desenvolvimento previsto para o novo meio de comunicação, provocando mesmo o incumprimento por parte do Estado do contrato estabelecido com a Marconi's Wireless. Houve que esperar pelo final da Primeira República para que a TSF se implementasse em Portugal. A Companhia Portuguesa Rádio Marconi foi constituída por escritura em 18 de Julho de 1925[14], lançando-se os trabalhos de montagem das estações de TSF em Portugal continental, nas ilhas e nas colónias e, em Dezembro do ano seguinte, estabeleceu-se oficialmente o serviço radiotelegráfico regular.

Noutro domínio, sem esquecer o desenvolvimento das evoluções registadas ao nível do ensino superior evocadas noutros textos, deve ainda salientar-se, relativamente ao período em análise, a importância dos desenvolvimentos ocorridos no campo da organização da ciência e da investigação científica e o entendimento subjacente e explicitado de que o desenvolvimento cultural e científico constituía condição fundamental para o progresso e económico e social do país. Foi precisamente com esse intuito, tentando acompanhar o que ia ocorrendo noutros países e obedecendo ao espírito da reforma universitária, que, nestes anos da Primeira República, se incentivou a emergência e



a animação de diversos projectos, propostas, debates e a realização de ensaios de organismos dedicados à promoção e organização da ciência e da cultura, protagonizados por cientistas, engenheiros, pedagogos e, por vezes, até iniciativas de políticos. Alguns desses projectos ficaram pelo caminho, como a Junta de Orientação dos Estudos, criada por decreto de Dezembro de 1923. Foi a partir desse percurso essencial, nomeadamente do ponto de vista do pensamento e da cultura, que, já noutro contexto político, foi publicado, em 16 de Janeiro de 1929, o decreto que constituiu a Junta de Educação Nacional (JEN), abrindo caminho ao lançamento de um conjunto de medidas de apoio à investigação científica, aperfeiçoamento artístico e expansão da língua e da cultura portuguesas. Era ministro da Instrução Pública, Gustavo Cordeiro Ramos, filólogo e professor universitário, figura largamente inspirada pela cultura e modelos pedagógicos alemães e já então merecedor da confiança política de Salazar.

Crescera entretanto o clima de instabilidade política e financeira, impondo-se como característica essencial do período que, compreendendo os anos da Primeira República, se encerrou com o golpe militar de 28 de Maio de 1926 e a instituição da Ditadura Militar.

Se, quanto ao ideário prosseguido, a Primeira República foi, ou pretendeu ser, nos campos da economia, da sociedade e da inovação, um tempo e um espaço de reforma, é certo que as vicissitudes de toda a natureza, que vão desde a agitação política às impossibilidades financeiras, fizeram prevalecer a ideia geral de que o regime republicano se limitou a ser uma espécie de entreacto entre a Monarquia politicamente esgotada e arruinada e o Estado Novo. O potencial modelo económico e social, marcado por um assinalável conjunto de propostas inovadoras e consistentes que sempre fez parte dos ideais republicanos e que constituiria um elemento distintivo da Primeira República, ficou quase totalmente frustrado ou anulado, embora se tenha imposto nalgumas matérias, com repercussões duradouras, tendo nesses casos visto a sua concretização adiada para o Estado Novo.

Na realidade, no que diz respeito à matéria em análise, não se tendo realizado o que a República almejou e não existindo mesmo uma visão conjunta, uma política ou um programa construído no sentido da sua aplicação organizada no domínio geral da economia e também da sociedade, registaram-se algumas propostas inovadoras.

Tendo sido sobretudo sectoriais, indiciam, apesar disso, a existência de um pensamento estruturado e mesmo a definição de uma estratégia cuja prossecução, entre alguns sucessos, não passou, na maioria das vezes, do formalismo da lei.

Há portanto que atender ao que se pensou, escreveu e muitas vezes legislou e ao que efectivamente se concretizou. Há que compreender em que medida sobressaíram os sectores onde se produziu efectivamente um pensamento novo e moderno, onde precisamente ressalta uma intenção de «modernidade e progresso», comungando de um ideário que muitas vezes aconteceu por contágio internacional, mas que procurava um rumo, abria caminhos ou prolongava percursos herdados da Monarquia. Na verdade, no campo das realizações, não se alterou grande coisa. Entre a instabilidade política, a fragilidade financeira e a escassez de recursos, que a guerra agravou, muitos dos pressupostos desapareceram e muitas propostas ficaram anuladas.

Para lá da impotência em matéria de concretização, a inconstância governativa (ver quadro abaixo) não foi favorável à prossecução de medidas dedicadas ao almejado progresso económico e social que o programa republicano anunciara como promessa, embora se tivessem registado alguns sectores onde, apesar do ritmo acelerado da sucessão ministerial, se tivessem desenhado estratégias e cumprido programas (como o caso interessante verificado ao nível da política portuária no âmbito do Ministério do Fomento/Comércio e Comunicações).

| Ministérios | Ministros |
|---|---|
| Ministério da Fazenda / Finanças (1910-1926) | 68 |
| Ministério do Fomento (1910-1917) | 19 |
| Ministério do Trabalho e Previdência Social / Ministério do Trabalho (1916-1925) | 41 |
| Ministério do Comércio (1917-1921) | 22 |
| Ministério da Agricultura (1918-1926) | 47 |
| Ministério dos Abastecimentos (1918-1919) | 6 |
| Ministério das Subsistências e Transportes (1918) | 3 |
| Ministério do Comércio e Comunicações (19121-1926) | 22 |



De qualquer forma, e nas diversas conjunturas, faltou o enunciado geral, um eventual plano destinado a explicitar, desenvolver programaticamente e dar textura ao propósito de fomento, inspirado em modernidade e vanguarda, que o ideário republicano anunciara, independentemente da ausência dos meios financeiros indispensáveis à sua concretização.

Dito por outras palavras, as promessas da República nunca contiveram, propriamente, um programa económico.

## Notas

1 Cf. A.H. de Oliveira Marques e Fernanda Rollo, «Os Meios de Circulação e de Distribuição», *in* A.H. de Oliveira Marques (dir. e coord. do vol.) e Joel Serrão (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. XI, *Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Editorial Presença, 1991, p. 151.

2 A.H. de Oliveira Marques, *ibidem*, pp. 237-243.

3 António José Telo, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, vol.I, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980. p. 15.

4 Indicadores para o mês de Julho dos respectivos anos. Cf. F.G. Velhinho Correia, *Situação Económica e Financeira de Portugal: Elementos de Informação e Estatística*, vol. 3, Comissão Executiva da Conferência da Paz, Lisboa, Imprensa Nacional, 1926.

5 Anselmo de Andrade, *Portugal Económico. Teorias e Factos*, Nova edição em dois tomos, Coimbra, 1918, p. 342.

6 *Idem*, *ibidem*, pp. 342-344.

7 Quirino de Jesus e Ezequiel de Campos, *A Crise Portuguesa. Subsídios para a Política de Reorganização Nacional*, Porto, 1923, p. 123. Trabalho reeditado recentemente em Ezequiel de Campos, *Textos de Economia e Política Agrária e Industrial, 1918-1944*, Introdução e direcção de Fernando Rosas, Banco de Portugal, Lisboa, 1998.

8 José Henrique de Azeredo Perdigão, «A indústria em Portugal (notas para um inquérito)», *Arquivos da Universidade de Lisboa*, vol. III, Lisboa, 1916, pp. 5-192.

9 Geraldo Coelho de Jesus, *Bases para Um Plano Industrial*, 1919, p. xvi.

10 Decreto n.º 12 599, de 27 de Outubro de 1926.

11 Cf. Maria Fernanda Rollo, «Le "Grand Industriel" Alfredo da Silva», *Biographies. Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, vol. xxxix, Paris, 2000.

12 Gago Coutinho, «Navegação Moderna», *Anais do Clube Militar Naval*, n.º 6, vol. XLII, Tipografia de J.F. Pinheiro, Lisboa, 1911, pp. 301-302.

13 Arquivo Central da Marinha (ACM), Telegrafia sem fios. 1911-1931. Caixa n.º 1514. Ordem do dia, de 5 de Junho de 1913, emitida pela Majoria General da Armada, relativa às instruções provisórias para a utilização pública do posto radiotelegráfico do Arsenal.

14 Os respectivos estatutos foram publicados no *Diário do Governo*, 3.ª série, n.º 169, de 23 de Julho de 1925.

# A caminho do 28 de Maio

*Luís Farinha*

## Porque caiu a República?

Porque caiu a República? Porque se desmoronou, depois de 1919, com o descalabro político e financeiro provocado pela Primeira Grande Guerra, o forte compromisso histórico firmado pelo «povo republicano» de Lisboa e de outros centros urbanos do país, a partir de 1908, na sequência da luta democrática contra a «ignominiosa» ditadura de João Franco.

O ano de 1908 constituiu o ponto de partida de um forte bloco político-social de composição heterogénea, muito rico na sua diversidade e origem. O descrédito dos *rotativos* e a insuportável ditadura franquista encaminharam para a «adesivagem» ao republicanismo um grupo de liberais valiosos — como Bernardino Machado ou Anselmo Braancamp Freire, para referir só dois dos mais proeminentes — que conferiram ao Partido Republicano respeitabilidade e eficácia. A censura feroz à imprensa, com suspensão de muitos jornais pela ditadura franquista, colocara um sem-número de grandes jornalistas e articulistas do lado da opção republicana. Por seu lado, a infindável crise financeira, com repercussões negativas no pequeno comércio e indústria, atirou para os braços da República uma faixa significativa da pequena burguesia urbana, que encarava a democratização e a descentralização administrativa — duas bandeiras republicanas — como uma via para a superação das dificuldades. A par da pequena burguesia, o «mundo dos humildes» chegava a 1908 com uma poderosa organização sindical e reivindicativa, vendo na República a nova oportunidade para, num espaço de maior legalidade, lutar pela «nova civilização»[1]. Ao lado deste mundo civil de descontentes, também a «nação armada» conspirava contra a «ditadura desafiadora» e contra a sua impotência para impedir o desbaratamento dos espaços

ultramarinos e o desaparecimento das «virtudes antigas». Em 28 de Janeiro daquele ano, a revolta abortada que queria instalar a República juntou, para além da pequena burguesia urbana de Lisboa e do seu braço armado carbonário, liderado por Luz de Almeida, um vasto conjunto de tenentes da Armada, sob o comando do almirante Cândido dos Reis. A revolução abortou e foi sucedida pelo acto trágico-heróico do regicídio; no entanto, foi este núcleo revolucionário que, *in extremis*, venceu as últimas resistências monárquicas e implantou a República a 5 de Outubro de 1910.

As massas moviam-se, finalmente, depois da desnacionalização secular que poetas como Guerra Junqueiro denunciavam. No seu *Finis Patriae*, o silêncio e o desnorte do povo eram apenas a medida da desordem governativa que tinha permitido a «negra humilhação» do Ultimato. A nova partilha da África e o anúncio repetido do velho «perigo espanhol» imprimiram ao nacionalismo português finissecular uma vocação messiânica que ficou indissoluvelmente ligada ao projecto africano do «Terceiro Império». Ora, se os Braganças falharam neste desígnio nacional, os republicanos, pelo contrário, apresentavam-se como os *novos missionários* do Portugal civilizador: haveria de renascer das cinzas ao toque de fé dos seus novos soldados republicanos. O projecto republicano era, portanto, desde a sua refundação em 1906, um projecto nacional, democrático e regenerador, destinado a resgatar a pátria pela República.

Como tal, este projecto revolucionário exigia uma organização de tipo novo, que não podia assemelhar-se ao rotativismo político dos monárquicos. Exigia participação e entusiasmo do povo, agregação do maior número de portugueses de todas as classes e fé nos novos desígnios da nação republicana. Na base, era preciso constituir o maior número de comissões republicanas e de instituições de educação popular e democrática — só assim se alargaria o esteio de apoio cívico à República. No topo — um Directório à francesa —, havia que cooptar os que se distinguissem pelo civismo, pela oratória e pela competência. Pelo meio ficava o Congresso anual, onde seriam definidas as linhas fundamentais da estratégia e do programa republicanos. O partido era a máquina que haveria de mover toda esta dinâmica elitista, do topo até à base.

Até à cisão de 1911, os dissídios dentro do Partido Republicano foram sempre dirimidos na imprensa, no Congresso anual ou no Parlamento, depois da constituição da Assembleia Nacional Constituinte. Até essa data, conviveram no partido sensibilidades de todas as tendências. O projecto que unia os republicanos era patriótico, nacional e revolucionário, e justificava-se, aos olhos de todos, pelo «atraso histórico» do país.



Porém, em 1919, perante problemas de inesperada magnitude, os republicanos dividiram-se (pela primeira vez de forma quase insolúvel) quanto à forma de resolver o problema político da República. E dois caminhos surgiram, reeditando debates que já existiam antes da implantação do regime: um, preconizado pelo Partido Democrático (e por uma parte significativa dos que estiveram com a Revolução de 5 de Outubro), que apostava na refundação do projecto unitário e regenerador inicial e no regresso à política do Governo Provisório de 1910-1911. Nesta perspectiva, havia que retomar a legitimidade revolucionária do 5 de Outubro e concluir a obra iniciada. Era uma solução que assentava sobre a hegemonia organizativa e eleitoral do Partido Democrático e que teve realizações práticas nos diferentes «governos de composição» destes anos e nas tentativas de agregação das diferentes famílias republicanas num «Governo Nacional», sob a égide de uma personalidade de reconhecido mérito, como era ainda por essa altura Afonso Costa[2]. De algum modo, esta solução foi ainda a que esteve presente nas diferentes propostas da designada «ditadura temporária de competências», vindas dos mais diferentes campos políticos, a partir de 1923. A segunda via, defendida pelas oposições ao Partido Democrático — de unionistas, ex-sidonistas, evolucionistas e independentes — apostava na reconstitucionalização do regime, através da reedição de um novo rotativismo de forças pendulares, formadas por dois partidos principais que pudessem governar com maiorias formadas por si ou por alianças com forças menores da sua área política. Também esta solução foi várias vezes experimentada, em 1920/21 com o novo Partido Liberal (resultante da junção de unionistas e evolucionistas), e em 1923/24 com o Partido Nacionalista, uma força política que agregara os dissidentes reconstituintes de Álvaro de Castro aos liberais, numa aliança espúria que mais fazia lembrar a solução unitária dos democráticos.

Uma terceira via, constituída pela ala esquerda do Partido Democrático (e pelas dissidências à sua esquerda), deu origem aos governos de Álvaro de Castro e de José Domingues dos Santos, em 1924/1925. Com um apoio escasso dos «bonzos» (a família mais conservadora dos democráticos), mesmo com a sua hostilização a partir de 1925,

também esta não pôde ser uma solução com continuidade, apesar de, pela primeira vez, ter agregado a si «competências» do recém-formado grupo seareiro. Reivindicando-se da pureza revolucionária de Outubro, esta ala esquerda propunha soluções socializantes (financeiras, fiscais e sociais), que bebiam a sua inspiração nas políticas mais audaciosas levadas à prática em toda a Europa do pós-guerra e que já estavam longe da matriz republicana fundadora.

Esta última era, contudo, uma solução condenada ao fracasso, apesar da reconhecida obra governativa do Governo de Álvaro de Castro. Da mesma maneira, as coligações de direita de liberais e nacionalistas nunca foram soluções. Tanto uns como outros foram incapazes de escapar à hegemonia ideológica, organizativa e governativa do Partido Democrático: foram sempre pequenos partidos onde abundavam os generais e escasseavam os soldados. E também só muito raramente conseguiram distanciar-se programaticamente da matriz inicial, que foi sempre, para todos, a que lhes deu corpo e origem em 5 de Outubro de 1910[3]. A verdadeira esquerda (a que havia à época) estava ausente da governação e era constituída por um fortíssimo movimento social sindical e operário, prestes a sucumbir por implosão, sem capacidade de reorganização e estratégia, a partir de 1923. A verdadeira direita também esteve quase sempre fora do jogo democrático durante a República. Apareceu a disputar para si o sidonismo em 1917-18, voltou a estar presente com alguns sectores militares nas conspirações de 1924-25, e decidiu-se mesmo por formas orgânicas de representação a partir de 1924, com a formação da União dos Interesses Económicos e com a corrida eleitoral dos monárquicos[4]. Entre 1919 e 1925, o magistério de influência ou a integração das direitas nos partidos republicanos históricos pouco alterou o discurso, a estratégia e a organização destes últimos. Por isso, a direita política também nunca foi solução para a direita dos interesses.

Chegados a 1925, nenhuma das vias constituía solução para um regime democrático: «bonzos» e esquerdistas (menos os primeiros) mostravam-se incapazes de, em conjunto ou separadamente, retomar o projecto revolucionário e modernizador de 5 de Outubro. À direita, os conservadores nacionalistas, empenhados no jogo democrático, mas cada vez mais atraídos pela conspiração, também não conseguiam garantir soluções governativas estáveis. Perante o bloqueio institucional que sobreveio às grandes discussões parlamentares do início de 1926[5], os dois campos abdicaram de si próprios e partes



significativas de cada um deles conjugaram-se para pôr de pé uma solução que já vinha sendo discutida (e até ensaiada) desde 1923: uma «ditadura temporária» de competências, ou seja, um Governo sem escrutínio e fiscalização do Parlamento, directamente ligado ao presidente da República e composto por «independentes de reconhecido mérito». Era um salto no escuro, porque, como referia num dos seus discursos Cunha Leal (um dos protagonistas destes tempos difíceis), os militares conspiradores de 28 de Maio haviam de baixar até ao mais fundo dos oceanos para procurar essas «pérolas», sem que alguma vez as conseguissem encontrar. Preciosas ou não, as poucas existentes continuavam dentro dos partidos e do regime. E os que chegavam de fora e se associavam à solução encontrada desfiguravam-na à primeira oportunidade, como aconteceu durante o sidonismo.

## A democratização do regime: uma democracia de massas?

A Primeira República — tanto na sua versão inicial quanto na «República Nova» ou na designada «Nova República Velha» que sucedeu ao sidonismo e à guerra — foi um regime que se afirmou contra o rotativismo parlamentar, oligárquico e clientelar da Monarquia Constitucional. A sua matriz era liberal e democrática, mesmo se por democracia tivermos um entendimento diferente daquele que sobreveio às sociedades de massas que vingaram no mundo ocidental depois de 1945.

Os republicanos de 1908 denunciavam nos partidos rotativos da Monarquia a sua incapacidade de representação dos diferentes interesses nacionais, e ao «Estado constitucional» opunham a vontade de uma nação ansiosa por encontrar um projecto nacional e com continuidade assegurada. E isso, pensavam, só poderia ser conseguido pela democracia republicana, já que a realidade histórica, em especial o interregno ditatorial de 1906-1908, os fizera duvidar da Monarquia democrática.

Na sua fase constitutiva (1906-1910), esta «democracia republicana» engendra-se sobre um projecto nacional que esteia as suas bases na formação de um bloco social e político transversal e de um compromisso histórico revolucionário. Trata-se de um projecto nacional, no sentido de congregação de todos os esforços (sociais, económicos,

estatais) para resgatar a economia e os interesses portugueses das mãos «dos argentários internacionais» e para fazer do projecto expansionista colonial o instrumento de independência contra o jugo do estrangeiro e do «perigo espanhol». Um tal projecto exigiria a constituição de um bloco revolucionário que integrasse social e politicamente a pequena e média burguesia urbana, a intelectualidade, o braço armado e mesmo franjas sociais do operariado (movidas pelas ideologias do sindicalismo revolucionário e do anarquismo) e dos pequenos proprietários e assalariados rurais, muito radicalizadas pelos baixos rendimentos e pela miséria.

Na sua génese, esta «democracia republicana» encontra legitimidade em formas orgânicas de representação de tipo liberal — o partido, o Congresso Partidário, o Directório —, numa nova Constituição e no sufrágio restrito dos órgãos legislativo e executivo, do presidente da República e dos municípios. No entanto, reivindica para si novas fórmulas de representação da soberania popular, através da criação de centros e de comissões republicanas de base, existentes em praticamente todo o território nacional, de carácter transclassista, e elas próprias capazes de promover a «republicanização» do país. Democratizar não era, então, apenas a captação do voto como expressão da vontade popular, embora o sufrágio fosse encarado como um meio próprio para escolher os melhores de entre os melhores para o Congresso da República, para os municípios, para as paróquias ou para a Presidência da República. De algum modo, os melhores já tinham sido cooptados pelo partido por se terem distinguido com competências técnicas, políticas, cívicas e doutrinárias ou oratórias.

Tratava-se, portanto, de uma democracia aristocrática, de elites que dirigem, educando o povo para a democracia. Neste sentido, democratizar significou alargar o espaço de formação ou de intervenção cívica: abrir escolas e centros de apoio social, criar centros republicanos, promover festas cívicas com ampla participação popular, desenvolver o associativismo cívico ou multiplicar os congressos e as conferências eram formas de excelência da nova democracia republicana.

Porém, numa sociedade altamente analfabeta e pobre, com um predomínio ainda muito forte da aristocracia e do clero, foi demasiado frágil o compromisso histórico criado pelos republicanos. Em 1911, as medidas reformadoras mais emblemáticas do Governo Provisório[6] desagradaram às classes desapossadas de poder e de privilégios pelo 5 de Outubro, e a contenção das reivindicações económicas do operariado desagradou ao «povo republicano», que se batera na rua de armas na mão para implantar o novo regime. Por isso, a partir de Setembro de 1911, o bloco político-histórico cindiu-se em três tendências irredutíveis — findara o período revolucionário sem que, no futuro, tivesse havido alguma outra fórmula possível de Governo sustentável. Falhou o projecto revolucionário, conduzido por um partido único, mas também falhou, durante toda a República, a reconfiguração das três tendências em verdadeiros partidos políticos, capazes de disputarem a alternância do poder de forma democrática. Mesmo quando se autonomizaram (com as designações de liberais, reconstituintes, nacionalistas, etc.), os novos partidos estiveram sempre associados a experiências governativas de composição, onde predominou maioritariamente o partido que conduziu a revolução de 5 de Outubro. Era um «centrão» de múltiplas tendências: a esquerda (sociológica e política) nunca foi integrada, tornando-se tumultuosa e «revolucionária»; a direita nunca participou no jogo democrático, sendo arcaica, contra-revolucionária, antidemocrática e monárquica. Portugal estava ainda longe das possibilidades de uma democracia de massas.



## Tentativas e impossibilidades

Apesar da ambivalência do regime em 1911 — apostado na superação da oligarquia monárquica pela democracia republicana —, e cindido no seu interior por tendências irreversíveis que nunca conseguiram criar partidos sólidos, só depois da crise política que sobreveio à Primeira Grande Guerra e à experiência sidonista se veio a impor a urgência da sua reconstitucionalização. A revolução republicana findara, e para todos era agora visível que se aproximavam tempos difíceis onde o que contava eram os problemas das subsistências, da crise financeira e monetária, do desemprego e da agitação social, com implicações na ordem pública e na desagregação do Estado.

Muito naturalmente, este anseio de «refundação» democrática havia de partir dos sectores políticos que desde 1911 se consideraram afastados do núcleo duro do Partido Democrático, onde se destacava a figura de Afonso Costa. Na sua primeira intervenção na «Legislatura liberal» (31 de Agosto de 1921), a propósito da incapacidade do Parlamento para dar resposta aos problemas mais urgentes, Cunha Leal afirmava: «Os parlamentos são maus, já o tenho dito lá fora e

aqui dentro. Não há nenhum que possa cabalmente cumprir a sua missão.» Eram maus, segundo Cunha Leal, porque não discutiam os orçamentos e outros documentos fundamentais a tempo e horas, porque comunicavam a instabilidade dos directórios partidários à esfera governamental, porque eram tecnicamente incompetentes e porque não representavam democraticamente todos os grupos e interesses sociais. Na origem desta ineficácia estava o modelo constitucional que consagrara a invariabilidade do poder legislativo, polarizado em torno do domínio do «partido único», o Partido Democrático, e a ausência de um poder moderador nacional, acima dos partidos, que se constituísse como garantia de estabilidade do sistema e evitasse o seu bloqueamento, ou seja, um presidente da República com outros poderes para além dos que lhe foram atribuídos nas Constituintes de 1911. Esta corrente antiafonsista, afirmada em 1911 por uma minoria (onde se destacava o futuro sidonista Egas Moniz e o sempre insatisfeito Machado Santos[7]), viria a ter novos assomos em 1914, na reivindicação machadista de uma revisão constitucional antecipada, e, mais tarde, na apresentação do Grémio Centrista, onde Cunha Leal formalizou a sua adesão ao partido de Egas Moniz. Pelo *Jornal da Tarde* (18 de Fevereiro de 1918) sabemos, através da conferência de Cunha Leal, o que defendiam: para o Senado a «obrigatoriedade da representação de classes» e, para corrigir o Parlamento dominado pelo «partido único», perpétuo e invariável, a possibilidade de dissolução das câmaras pelo presidente da República.

Com a intervenção moderadora do presidente da República, pretendia-se, no fundo, constituir um instrumento artificial de regulação da vida partidária, parlamentar e governativa que conseguisse introduzir as correcções que uma opinião crítica cada vez mais generalizada apontava como necessárias. Perante a impossibilidade de alteração das condições tradicionais de acção política que se modelaram com a revolução republicana de 1910, cedo se desenvolveram forças políticas que contrapunham ao sistema de partido liderante, ou partido hegemónico, a necessidade de rotativismo no poder. O bloco «unionista-evolucionista», que funcionou temporariamente para a eleição do primeiro presidente da República, nunca conseguiu, no entanto, apresentar-se como alternativa ao Partido Democrático, e muito menos aspirar a constituir-se como a componente conservadora de um sistema bipartidário, por definição estável e perfeito. O sistema tinha surgido, por virtude das vicissitudes da revolução,



sustentado pelo partido de todos os republicanos, e nem o seu desmembramento em 1911, nem as sucessivas cisões de 1919 a 1925 haviam de descaracterizá-lo: era um partido de notáveis, sustentado por uma forte organização nacional que, com o tempo, foi criando uma rede de interesses locais clientelares. Perdera o ímpeto revolucionário, mas ganhara o lastro orgânico que haveria de conduzi-lo, já moribundo, à sua queda, arrastando o regime que fundara.

Na segunda fase da República (1919-1926), rapidamente se comprovou a impossibilidade do rotativismo partidário, apesar da maioria obtida pelo Partido Liberal nas eleições de 1921 e da amálgama partidária que resultou na formação do Partido Nacionalista em 1923. As cisões sucessivas operadas no Partido Democrático nos anos 20 e as recomposições e fusões partidárias ocorridas nesta fase tiveram sempre o efeito contrário ao pretendido: em primeiro lugar, enfraqueceram o Partido Democrático (fragilizando-o como partido dominante), primeiro em 1920, com a criação do Partido de Reconstituição Nacional (de Álvaro de Castro), e depois em 1925, com o aparecimento da Esquerda Democrática de José Domingues dos Santos; depois, pulverizaram as forças políticas em múltiplos agrupamentos, com fraca expressão eleitoral, na ausência de uma estrutura orgânica nacional e incapazes de se constituírem como alternativa ao partido dominante. Sem capacidade de manobra política parlamentar, os pequenos partidos desenvolveram estratégias extraparlamentares de acesso ao poder, pelo recurso a alianças com forças marginais do sistema ou pelo aliciamento das Forças Armadas para acções de subversão violenta dos governos, com ou sem apoio da capacidade de dissolução do presidente da República, consagrada a partir de 1919.

No entanto, as duas dissoluções sucessivas do Parlamento (em 1 de Julho e 6 Novembro de 1921), com a finalidade de propiciar a recomposição do sistema político-partidário, mostraram-se completamente inconsequentes nesta matéria. A primeira permitiu a maioria parlamentar do Partido Liberal, mas à custa dos mesmos processos de violência eleitoral e de alegada ilegitimidade de que foram acusados os democráticos em actos eleitorais anteriores. A alternativa criada não acrescentava qualquer grau de credibilidade ao regime. Cunha Leal, criticando a violência que acompanhou o acto eleitoral em Castelo Branco, denunciava no Parlamento (Diário da Câmara dos Deputados, 1/9/1921) a actuação do Partido Liberal, que «tinha ido para a dissolução em nome dos princípios republicanos», mas que

«começara mal a sua vida, iniciando-a por uma verdadeira orgia eleitoral...». Tal como em 1919, o abstencionismo era preocupante. Em Lisboa, os 79 por cento de abstencionistas pareciam ser a expressão de uma profunda descrença nas instituições republicanas. Dividido no seu interior em três facções — os ex-unionistas, os ex-evolucionistas e os ex-dezembristas — o Partido Liberal era tudo menos o garante de maior estabilidade parlamentar e governativa. Segundo Bernardino Machado, «quiseram dois partidos de Governo e ficou-se sem nenhum»[8]. Com a segunda dissolução desse ano de 1921, o presidente António José de Almeida decidiu encarregar Cunha Leal, reconvertido recentemente às virtualidades políticas de um «conservantismo esclarecido», da constituição de um Governo de transição que promovesse novas eleições. Apoiado nos poderes presidenciais, Cunha Leal ensaiou uma nova tentativa de «reconstitucionalização» do regime, através da reconfiguração do quadro político-partidário. Com os meios administrativos governamentais, pretendeu criar um forte núcleo de deputados independentes e com a repartição do eleitorado entre os dois grandes blocos existentes: os democráticos e os liberais. As soluções parlamentares viabilizadoras de novas maiorias governamentais passariam então pela coligação de um dos grandes partidos com os independentes de centro-direita, ou com os reconstituintes de Álvaro de Castro. A realidade imposta pelas eleições foi madrasta para Cunha Leal. Dos 51 círculos eleitorais, o Partido Democrático arrebatou maiorias em 21, com expressão esmagadora em Lisboa, onde obteve o pleno dos 12 deputados eleitos e reuniu 47,6 por cento dos votos a nível nacional[9].

A primeira grande tentativa de reforma do regime (depois do projecto presidencialista de Sidónio Pais) através de uma recomposição partidária que iria polarizar o eleitorado em torno de um sistema bipartidário, falhou rotundamente. A sociedade, amedrontada, culpava os partidos pelo terrorismo e manifestava um profundo sentimento antipartidário e antiparlamentar. Poucos dias depois da «Noite Sangrenta», no diário *A Manhã*, afirmava-se:

> O que a presente situação política demonstra é a impotência, a incapacidade dos partidos do regime. [...] Entregues à regedoria sertaneja de chefes sem envergadura política, roídos por divisões e dissidências sem grandezas, emperrados, não permitindo senão simulacros de governos, os partidos desautorizaram-se, alienaram quaisquer afinidades que tinham com o país e, criando entre si uma situação anárquica, fomentaram a anarquia na própria sociedade, sugerindo o radicalismo das soluções anticonstitucionais.[10]



Três governos sucessivos dos democráticos, chefiados por António Maria da Silva, como consequência lógica da maioria obtida nas duas câmaras em Janeiro de 1922, conduziram o país ao longo do período de maior estabilidade da República no pós-guerra, entre Fevereiro de 1922 e Novembro de 1923. Esta legítima e persistente governação provocou um novo reagrupamento das forças de centro-direita, a partir das forças minoritárias com assento parlamentar. Tratava-se de uma segunda reorganização de origem interna, ou parlamentar, com o objectivo expresso de disputar o poder governamental à maioria Democrática. Eram «aliados de ocasião para a conquista da cidadela democrática», como refere Cunha Leal[11], que mais uma vez estará no centro dos acontecimentos[12]. A fusão do Partido Liberal e do Partido Reconstituinte, a que se juntaram alguns independentes, deu origem ao Partido Republicano Nacionalista. Foi, porém, uma solução débil, de liderança tripartida (entre Ginestal Machado, Álvaro de Castro e Cunha Leal) e pouco duradoira, pois dela se voltou a excluir, de moto próprio, Álvaro de Castro, em finais de 1923, para dar origem ao Partido Republicano de Acção Nacional, com o qual acedeu à governação durante o primeiro semestre de 1924, sob o beneplácito do partido maioritário.

A solução nacionalista não impediu, portanto, nem uma prevalência de governos de democráticos, como pretendia, nem uma solução de estabilidade governativa. A única experiência governamental sob a liderança de Ginestal Machado (Novembro/Dezembro de 1923) foi erguida sob a força da conspiração permanente dos sectores militares que se faziam representar pelo PRN. Óscar Carmona, o representante desses sectores, era o ministro da Guerra num Governo que voltava a apostar tudo numa dissolução do Parlamento a decretar pelo presidente da República, para, em consequentes eleições, arrebatar a maioria aos democráticos. O recém-eleito Manuel Teixeira Gomes resistiu às pressões dos nacionalistas e acabou por entregar o Governo a um elenco de «competências», chefiado pelo *accionista* Álvaro de Castro, mas com recurso à participação dos seareiros. As duas maiores forças — os democráticos e os nacionalistas —, estavam apeadas do poder governamental por incapacidade dos próprios e do sistema partidário.

Num Portugal arcaico mas em mudança acelerada, os «novos» partidos republicanos não conseguiram representar e expressar todos os grupos, intermediar os conflitos e muito menos orientar e canalizar as aspirações de uma sociedade fortemente segmentada. Na verdade, na sociedade portuguesa subsistiam as clivagens tipicamente pré-industriais, fontes de profunda conflitualidade, herdadas do período *novecentista*, que os republicanos não só não puderam ou souberam resolver, como ainda tornaram mais acesos. Entre todas elas, destacou-se a clivagem que opôs a secularização ao clericalismo dominante, que não era senão uma das expressões da profunda clivagem cidade / campo que determinava esta e outras polaridades conflituais. A estes conflitos juntaram-se os que decorriam das aspirações democráticas desencadeadas pela Revolução e pela mobilização militar da Primeira Guerra Mundial, agravadas pelas dificuldades socioeconómicas e pela emergência dos grandes movimentos de massas que iriam marcar os «anos loucos portugueses»: guerra civil, movimentos grevistas, sindicalismo revolucionário, terrorismo, partidos operários bolchevizados, etc.

A este quadro de complexidade política e social, os partidos republicanos respondiam de forma tradicional. A maioria dos que se constituíram nos anos 20, por cisão ou por fusão, tiveram origem parlamentar e sobrelevaram a táctica eleitoral aos princípios, às ideologias e à organização quadricular pelo país, diminuindo assim a sua representação e expressão nacional. Na luta sistemática pelo acesso ao poder utilizam-se todos os pretextos e, assim, a pugna política torna-se muitas vezes «uma guerra civil dissolvente», no Parlamento e nos jornais. As eleições são vistas como uma forma de legitimação, *a posteriori*, dos arranjos parlamentares e governamentais gizados pelos directórios partidários e não como uma genuína expressão do eleitorado. O número de aderentes é limitado e a estrutura reduzida a uma rede de notabilidades locais. No Parlamento, as direcções partidárias têm fraca capacidade de controlo sobre muitos dos deputados (ou mesmo sobre os grupos parlamentares) que votam indisciplinadamente a manutenção ou a queda dos governos e outras matérias decisivas.

A fragilidade interna do Partido Democrático (em especial a partir de 1919), apesar das maiorias absolutas obtidas nas eleições (o que já por si mostra a frágil legitimação daí decorrente), não permitiu governos monopartidários fortes. Um terço dos governos desta fase é de coligação (apesar das maiorias claras do Partido Democrático em 1919, 1922 e 1925), construído com base em acordos precários de personalidades, muito mais interessadas em não comprometer a sua futura imagem de poder do que em governar com responsabilidade.



## A conspiração permanente: como mudar de fórmula?

Em 1917, o sidonismo sobressaltou de forma séria as elites democráticas que, com pequenos avisos à navegação, tinham conduzido o país desde 1910[13]. O «conspirador da Rotunda» confirmara o seu poder por sufrágio directo, construíra um partido único para o apoiar no seu projecto presidencialista, abrira as cortes com «um discurso da coroa», como se fosse um rei, e governou em ditadura durante seis meses, sem qualquer alteração constitucional[14]. Pela primeira vez, novas elites saíam detrás dos reposteiros para aparecer à luz do dia[15] e, animados por tanta renovação, os monárquicos acreditaram que chegara o tempo da restauração do antigo regime. Este era o primeiro verdadeiro golpe contra o projecto democrático do 5 de Outubro.

À beira de uma guerra civil, depois do assassínio de Sidónio Pais e da «traição monárquica», o «país republicano» reagiu na «gloriosa jornada de Monsanto»[16] e, unindo ao braço armado (chegado entretanto da Frente) o «povo» da capital, derrotou os monárquicos e encontrou um novo fôlego para refundar a República de 1910. Por um momento, pareceu que havia sido recuperada a legitimidade revolucionária do Partido Democrático, o qual, em consonância, a 11 de Maio de 1919 ganhou a maioria no Parlamento, com 86 dos 150 deputados. De fora ficaram de novo os católicos e os monárquicos, que haviam constituído representações parlamentares nas eleições de 1915. Mesmo a representação socialista, com oito deputados — a maior de sempre em toda a República —, estava integrada nas listas dos democráticos. A legislatura de 1919-1921, com 319 sessões, foi a segunda mais longa da Primeira República. No entanto, o mesmo se não pode dizer dos 11 governos a que deu origem, alguns com a duração de uma semana, como o de Álvaro de Castro, em Novembro de 1920. A maioria do «partido único», incapaz no entanto de um exercício de poder credível e aceite, foi obrigada a ensaiar todas as formas de governação compósita, com o concurso de forças políticas da sua área e, no limite, bipartidários, como o Governo da liderança de António Granjo (Julho-Novembro de 1920), o chefe do Partido Liberal. O novo

partido havia-se constituído no Verão de 1919 para combater o exclusivismo do Partido Democrático, unindo ex-evolucionistas, ex-unionistas, ex-centristas (sidonistas) e independentes, depois da eleição de António José de Almeida para a Presidência da República, em Agosto daquele ano. Parecia surgir aqui a alternativa aos democráticos.

No entanto, a liderança de António Granjo foi frágil e pouco duradoura, não conseguindo agregar sequer todos os ex-evolucionistas, os quais, sob a liderança de Júlio Martins e Cunha Leal, se constituíram no aguerrido Partido Popular, a maior «força de bloqueio» da instituição parlamentar, nas palavras de Granjo. Com o apoio de António José de Almeida, entretanto investido do poder de dissolução[17], o Partido Liberal veio a organizar as eleições de 1921, sem que, no entanto, tivesse conseguido recompor o regime ou credibilizar a governação. Os «anos loucos portugueses» traziam no bojo problemas de uma magnitude desconhecida até aí: a crise financeira e económico-social debilita o Estado, o funcionalismo público e as classes que vivem do salário; a ostentação dos novos-ricos do período da guerra exacerba sentimentos explosivos de contestação às desigualdades sociais que alimentam um sindicalismo revolucionário no seu auge de mobilização grevista. Por isso, a governação de homens como António Maria Batista (Março-Junho de 1920) ou Liberato Pinto (Novembro de 1920 a Março de 1921), este último com o concurso da poderosa GNR, apenas conseguirão atender ao magno problema da (des)ordem pública provocada pelos «desordeiros da moagem e da bomba». No mais, como referia Cunha Leal, um dos populares que desempenhou por essa altura o cargo de ministro das Finanças, «os problemas do pós-guerra eram tão agudos e os homens de Estado estavam tão pouco preparados para lhes encontrarem soluções adequadas que o prestígio destes não podia resistir a uma demorada permanência nas cadeiras do poder»[18].

A falência da alternativa liberal concluiu-se pela revolta de 19 de Outubro de 1921[19]. O trágico episódio da «Noite Sangrenta» que se seguiu à revolta mostrou à saciedade como o recurso à GNR, a partir de 1920, enquanto esteio do regime, se podia voltar contra o mesmo regime, pelo excesso de poder incontrolado que representava[20]. Mostrou ainda como o combate a esse excessivo poder paramilitar pelo recurso ao Exército se constituiu, nos anos seguintes, como a morte antecipada da República às mãos da tropa.

A primeira experiência de desarmamento da GNR ocorreu nos finais de 1921, sendo chefe do Governo Cunha Leal. O presidente da



República encarregara-o de formar um «Governo de apaziguamento» e de promover novas eleições, numa altura em que a desordem pública ameaçava abafar Lisboa: anunciavam-se uma, duas, três revoluções — a da Guarda, a dos militares, a dos comunistas... O decreto da dissolução foi decidido a 18 de Dezembro e as eleições foram marcadas para 8 de Janeiro. No entanto, a GNR resistia e, ao seu lado, seguindo-lhe os passos, sectores monárquicos e militares descontentes com a situação avolumavam o perigo de dissolução iminente do Governo e do regime, pela ameaça de golpe militar. Nestas circunstâncias, o ministro da Defesa do novo Governo, o coronel Freiria, montou, no primeiro dia do ano de 1922, o «cerco de Lisboa», uma megaoperação militar para desarmar a GNR e os restantes conspiradores, alguns alojados no próprio Campo Entrincheirado de Caxias, onde o Governo se refugiara durante a operação. Um deles, de quem se conhece o futuro conspirativo, o general Gomes da Costa, seria preso na sequência de declarações que «afrontavam os deveres inscritos no Código de Justiça Militar». No entanto, o general, sendo candidato ao Parlamento seguinte numa intitulada «Lista da Pátria», continuou a prestar declarações públicas, todas muito claras e contundentes:

> Eu nada espero do próximo Parlamento [...]. Impõe-se uma ditadura: não uma ditadura policial, mas para realizar uma obra que é impossível arrancar de qualquer Parlamento. Meu caro amigo, em 5 de Outubro fez-se uma revolução e uma substituição de funcionários. A verdadeira República está no programa de 1891. Para o impor, só uma ditadura.[21]

O Governo de Cunha Leal venceu a GNR e restabeleceu a ordem pública, mas não conseguiu reconstitucionalizar o regime através do processo eleitoral, como se propunha. Às exigências das «forças vivas»[22], respondia com um Parlamento que deveria incluir «representação das classes» e às oposições dispersas, com a constituição de um partido de governamentais (designados como deputados independentes), capaz de, com o auxílio de reconstituintes, socialistas e outros, dar apoio a governos sucessivos e alternados de democráticos e liberais. No entanto, a dispersão dos votos retirou qualquer hipótese de fundar as duas «minorias pujantes e equilibradas» que almejava. E, principalmente, não conseguira retirar a maioria ao Partido Democrático.

Nada mudara no regime, excepto nas suas margens: a sindicalização operária e patronal crescera de poder e tom, e um crescente sector militar conservador começava a apostar, de forma decisiva, no derrube da República por via insurreccional. Democratas como Cunha Leal, na altura integrado num novo projecto de aglomeração das direitas parlamentares — o Partido Republicano Nacionalista[23] —, anunciavam, com preocupação, a fatal ditadura:

> [...] eu, Cunha Leal, português e republicano, creio que nenhum Governo regularmente organizado pode governar. Quanto a mim, a ditadura há-de vir inexoravelmente, fatalmente. Todos conspiram, todos fazem aquilo de que me acusam [...]. O chefe do actual Governo andou conspirando [...]. Todos os dias a Constituição é esfrangalhada. Rasga-a o Governo do sr. Álvaro de Castro, rasga-a o sr. Presidente da República, rasga-a o Parlamento.[24]

Os anos de 1922 e 1923 assistiram à gestão corrente de três governos de António Maria da Silva, sem capacidade para atalhar a depreciação do escudo, provocada pela crescente circulação fiduciária, e o aumento dos preços, que triplicaram por esta altura. As soluções — redução de custos no funcionalismo e no «pão político» e aumento de receitas fiscais — não só não ocorreram à medida das necessidades, como desencadearam um descontentamento generalizado, fuga de capitais e subida de preços, num ciclo vicioso que levou o Governo de António Maria da Silva à queda, por acção de uma moção de confiança apresentada por um dos seus correligionários.

A debilidade do Estado abria fissuras em todos os campos do regime. Em 10 de Dezembro, já sob a governação dos nacionalistas, uma nova revolta, desta vez chefiada pelo comandante João Manuel de Carvalho, voltava a pôr a capital em sobressalto[25]. Na sequência, o Governo de Ginestal Machado procurou arrancar a dissolução ao presidente da República para, numa conjuntura difícil, voltar a experimentar a reconstitucionalização do regime, como tentara em 1920 e em 1922.

A República seguia aos ziguezagues, sem que os seus militantes conseguissem defendê-la dos inimigos externos, que a cercavam para a destruir. De facto, fora (mas também dentro) do Partido Nacionalista, medravam há muito forças dissolventes da República, comandadas por militares, mas com a omissão conivente de civis.



A primeira tentativa decorrente das relações estreitas e resvalantes entre a direita constitucional e a direita conspirativa ocorreu na Primavera de 1924. A acusação caiu sobre o comandante Filomeno da Câmara que, de tão abertamente se ter exposto em declarações anticonstitucionais, acabaria por ser levado ou presente a tribunal, em 13 de Agosto. Absolvido o comandante, a conspiração voltaria à rua em 18 de Abril de 1925, nessa altura com um programa político e um bloco civil e militar já complexo e amplo. Por essa altura, a luta política e ideológica entre a esquerda — representada pelo recém-destituído Governo do canhoto José Domingues dos Santos (Novembro de 1924, Fevereiro de 1925) — e a direita, consubstanciada pela União dos Interesses Económicos, pelo Partido Nacionalista e por um sector vasto das Forças Armadas, atingia níveis preocupantes. A revolta de 18 de Abril, reunindo chefias militares do sector conservador e antiliberal foi, depois do sidonismo, o primeiro movimento nacionalista que preconizou uma mudança anticonstitucional da República, pelo desmantelamento dos partidos políticos, pela dissolução do Parlamento e pela condução ditatorial do país, sustentada pela figura de um presidente da República militar.

Nas vésperas do 28 de Maio, a República era um regime assediado por múltiplas conspirações e com uma crise de legitimidade profunda. Falharam todas as tentativas laboratoriais para dar credibilidade ao Parlamento, aos partidos políticos e à governação. Sujeito a sucessivas cisões, o «partido hegemónico» tornou-se frágil e conciliador e, apesar de ganhar as sucessivas eleições, foi sempre incapaz de manter uma governação estável. À direita, as tendências republicanas históricas nunca se conseguiram desprender do projecto revolucionário inicial e nunca constituíram alternativa ao Partido Democrático, porque, de facto, nunca representaram integralmente a direita. Essa quase sempre correu por fora do jogo democrático. Depois da guerra, numa conjuntura nova, a primitiva fórmula política — de um partido único e hegemónico —, não só não representava já franjas muito importantes dos novos interesses e grupos em presença como desiludira sectores políticos muito importantes do bloco revolucionário inicial, como aconteceu com o operariado organizado no sindicalismo revolucionário. Porém, as direitas parlamentares também nunca conseguiram afirmar-se enquanto alternativa de um novo jogo bipolar.

Descontente com a situação criada pela participação na Primeira Guerra Mundial, o braço armado tornou-se uma presa fácil da

política e da governação. Manobrado pelo golpismo político de raiz faccionalista, o insurreccionalismo militar constituiu-se, particularmente a partir de 1923, como o carrasco do «partido hegemónico» e da República.

## A *débacle* das elites republicanas

Quando, em 30 de Maio de 1926, o Governo de António Maria da Silva apresentou a sua demissão ao presidente da República e este se decidiu pela «transferência legal» dos poderes ao almirante Mendes Cabeçadas em troca do respeito pela «legalidade constitucional», Governo e presidente eram os últimos elementos políticos resultantes da pesada (e continuada) depuração ocorrida na frente revolucionária que, em 5 de Outubro de 1910, tinha implantado a República. Em nome do projecto nacional de Outubro, e assente numa mística patriótica e regeneradora, o PRP (e depois Partido Democrático) foi sujeito a todas as cisões em nome da pureza inicial, matou todas as «ervas daninhas», secou todas as adjacências e fraquejou perante a direita extraparlamentar e antidemocrática, para onde, ao longo dos anos, foi empurrando os seus adversários políticos.

A renúncia de todos os poderes constitucionais executivos — presidenciais e governativos —, na pessoa do almirante Mendes Cabeçadas, por parte do presidente Bernardino Machado significava, antes de mais, a falência do poder democraticamente sufragado por maioria absoluta nas eleições para deputados (em Novembro) e nas eleições presidenciais (em Dezembro) de 1925. Simultaneamente, demonstrava a fragilidade política do poder governamental, completamente abandonado à sua sorte pelas instâncias militares dele dependentes. Mas, talvez mais do que a falência do Governo de António Maria da Silva, a demissão dos democráticos parece antes ter sido a cedência a uma solução extraparlamentar, várias vezes discutida e tentada no decurso da República, com formatos diferenciados, mas semelhante no essencial — a solução de uma «ditadura temporária de competências», capaz de regenerar o regime e de o reconduzir, num tempo limite não muito prolongado, ao curso constitucional e parlamentar normal.

Esta é uma solução que começa a estar presente nas discussões políticas parlamentares e na opinião pública desde finais de 1923, numa



altura em que os dois maiores agrupamentos políticos — os democráticos e os nacionalistas —, se combatiam até à exaustão, sem deixarem espaço a nenhum deles. Este combate mutuamente destrutivo deu azo, como vimos atrás, às primeiras intentonas militares do final desse ano. E, de algum modo, o Governo de Álvaro de Castro (1923-1924), sustentado numa nomeação presidencial sem clara justificação partidária, é já a prefiguração desse «Governo de competências» extrapartidárias, pois, além de independentes, veio a agregar um núcleo de seareiros, sem qualquer vocação político-partidária anterior.

Ora, foi justamente dos seareiros que, no decurso de 1923, saiu uma das propostas de um «Governo de competências extraparlamentar e suprapartidário», baseado num Programa mínimo de Salvação Pública e numa União Cívica alargada[26]. Apontavam como referências para o futuro uma reforma constitucional que assegurasse «a representação das competências técnicas ao lado das políticas». No Parlamento ou no Governo, o que os seareiros pretendiam era proporcionar um «Parlamento técnico» e um Governo livre das peias e dos jogos político-partidários, para executar o «programa» necessário ao país, fruto da «vontade nacional esclarecida».

Restava agora saber o que seria «a vontade nacional esclarecida» e quem poderiam ser os seus executores, já que a proposta, pela sua formulação, excluía as soluções partidárias anteriores. É certo que os seareiros, instados a tomar parte, se dispuseram a participar no Governo de Álvaro de Castro em finais de 1923. Mas também é certo que essa participação não só não alterou o quadro constitucional da República como não interrompeu o curso de instabilidade governativa que aproximava o regime do seu termo.

As reformas da Constituição não tinham ido além do poder de dissolução do Parlamento pelo presidente da República, em 1919, e de algumas reformas do Regimento do Parlamento nos anos seguintes[27]. Neste domínio, estava tudo por fazer em 1925. De facto, a anarquia mansa reinante mal deixava ainda dar voz aos que anunciavam o «movimento contra todos os políticos», e só entre os mais activos e críticos continuava a acreditar-se na possibilidade de reforma do regime em termos constitucionais.

Na verdade, uma ampla maioria da elite política demitiu-se porque não acreditava na capacidade de auto-regeneração do Parlamento, e uma faixa significativa, colocada à direita do espectro político-partidário, duvidava mesmo das possibilidades de um regime

parlamentarista, com esbatimento do papel do presidente da República. Por seu lado, o Senado, com uma representação semelhante à da Câmara dos Deputados, mostrava-se incapaz de moderar os conflitos existentes.

Face a esta evidência, o facto de as elites parlamentares se demitirem da tarefa de correcção do sistema, apostando numa solução excepcional (embora sem contornos políticos definidos), era apenas contrariado por correntes políticas extraparlamentares que defendiam a absoluta necessidade de uma reforma constitucional e regimental. No rescaldo da revolta de 18 de Abril de 1925, seareiros, radicais e sectores conservadores, com monárquicos e integralistas incluídos publicam, em toada pedagógica, os termos em que deveria ocorrer essa reforma do sistema. No *Diário de Notícias* (07/06/1925), Brito Camacho, denunciando a improficuidade das câmaras, considerava que o Congresso que havia de vir, munido de poderes constituintes, deveria reduzir o número de deputados (já que o órgão raramente funcionava com mais de dois terços dos parlamentares) e diferenciar as funções das duas câmaras, «de modo que o Senado correspondesse melhor à representação dos interesses e a Câmara dos Deputados à representação das opiniões». Na mesma linha de ideias, seareiros como Rodrigues Miguéis defendiam a substituição do Senado por um Conselho com carácter orgânico, de modo a combater «a esterilidade dos combates parlamentares»[28]. Ao mesmo tempo, advogava-se uma mais nítida separação de poderes entre o legislativo e o executivo, de molde a corrigir o regime das autorizações e a queda constante dos governos por efeito de votações negativas do Parlamento[29]. No mesmo texto, Rodrigues Miguéis defende uma correcção do Regimento que impeça os «intermináveis debates» em favor da discussão e aprovação das propostas ministeriais e a vinda do Governo ao Parlamento apenas para apresentar contas e responder a interpelações sintéticas. Como Brito Camacho, defende a redução do número de parlamentares e a atribuição de uma «irrevogável prioridade» para a discussão dos orçamentos. Para a discussão e aprovação destes últimos, advoga a marcação de prazos certos, findos os quais se considerariam aprovados, mesmo que não estivessem concluídos.

Na forja estavam as ideias dos integralistas e dos republicanos de tendência antiparlamentar, que tão bem se haveriam de casar no programa apresentado pelo general Gomes da Costa em Junho de 1926[30]. Nesse programa eram apresentadas oito bases fundamentais de um



novo projecto de Constituição, onde era adoptado o modelo republicano presidencialista na chefia do Estado, com uma representação nacional por delegação directa dos municípios — excluída a representação partidária — em duas câmaras: Câmara dos Municípios e Câmara das Corporações. Ao mesmo tempo, era alargado o sufrágio a núcleos orgânicos da sociedade (famílias, interesses económicos e espirituais, etc.), com exclusão do sufrágio individualista[31].

Como se vê, não faltavam às elites políticas portuguesas soluções para reformar o regime e salvar a República num quadro mais ou menos liberal e constitucional. No entanto, essas soluções haveriam de ficar para além da realização de um «programa mínimo» de derrube do «silvismo»: *au-delà,* seria para quem tivesse unhas e conseguisse tocar viola. Esta reconstitucionalização do regime por via golpista tinha sido tentada, como vimos, em 1921/22 e em 1923, mas sem resultados. Porém, em 1925/26, a acumulação de tensões tornara ainda mais inaceitável a continuidade de um «centrão», desdobrável em governos multicolores de todas as tendências, mas que não governava nem cedia o lugar a uma verdadeira alternativa de poder. À esquerda, o «bonzismo» sofria os ataques impiedosos de uma extrema-esquerda sindicalista e revolucionária, muito causticada pela repressão e pela deportação sem julgamento, a que nem sequer faltava a simpatia da Esquerda Democrática, saída, por cisão, do Partido Democrático, em 1925. À direita, não bastavam as cedências do Governo silvista para que os interesses económicos e conservadores (ou mesmo monárquicos) pudessem confiar no poder estabelecido a restauração da «ordem» nas finanças, na rua, no trabalho e no Estado.

Uns e outros (e muito particularmente a direita) haviam, no entanto, de deslocar a questão da «regeneração republicana» para além da esfera estrita da governação silvista. A depuração das correntes constitucionais e o seu afastamento da área do poder depois do Golpe Militar de 28 de Maio — que só ficariam concluídos em 1932, com a vitória salazarista — aí estão para mostrar que nem todos os golpistas falavam da mesma «regeneração». O 28 de Maio de 1926 é o resultado de uma aliança política espúria, centrada no imediato derrube de António Maria da Silva e apostada em arrastar para um futuro incerto a questão do regime — constitucional ou ditatorial.

Na verdade, a revolução antiparlamentar estava em marcha desde as revoltas militares da Primavera e do Verão de 1925: o «18 de Abril» e o «19 de Julho». Em comum partilham o facto de terem sido

conduzidas por militares da área conservadora, ainda que divirjam no programa e nos objectivos.

O «18 de Abril de 1925» era já o primeiro movimento nacionalista que preconizava uma mudança inconstitucional da República, pelo desmantelamento dos partidos políticos, a dissolução do Parlamento e a condução ditatorial do país, sustentada pela figura de um presidente da República militar.

No «19 de Julho de 1925», os protagonistas propunham um «interregno ditatorial», que podia consubstanciar-se numa autorização especial do Parlamento ao Governo a termo certo — uma «ditadura temporária» —, mas dentro da continuidade do poder constitucional, embora de teor conservador, na linha do combate ao «esquerdismo» dos democráticos.

Esta era a solução excepcional que melhor podia colher o apoio da maioria das forças (e eram muitas) que se opunham, em finais de 1925, à «ditadura do partido único» dos democráticos e que desejavam uma reforma da República.

Militar e politicamente, os defensores de uma «ditadura temporária» que recolocasse a República no centro-direita encontravam-se, maioritariamente, no Partido Nacionalista e em especial na nova União Liberal Republicana, uma dissidência do PRN, formada em 1926 sob a liderança de Cunha Leal e onde militavam homens como o comandante Mendes Cabeçadas, o rosto visível desta estratégia, à qual deu corpo e voz na «Revolta de 28 de Maio de 1926».

Durante três intensos meses de 1926 (Março, Abril e Maio), os unionistas-liberais percorreram o país, arrebanhando apoiantes e denunciando o descalabro da República. Anunciavam, ao mesmo tempo, o advento da força armada:

> Os políticos hão-de ser destruídos — é o que se ouve de Norte a Sul de Portugal [...]. Sente-se o tinir das espadas e pressentem-se os aprestos guerreiros dos períodos confusos de mobilização e concentração dos exércitos.[32]

No Parlamento, Cunha Leal, em debates incendiários e fracturantes, subjugava até à rendição os adversários com as galerias à cunha e a desordem nas bancadas: discutiam-se a lei dos orçamentos, a liberdade religiosa, a *régie* dos tabacos... Nos comícios pelo país fora (Lisboa, Oeste, Alentejo, Algarve), apelava à disciplina, à ordem e à condução



dos destinos de Portugal por um líder forte que assegurasse a liberdade religiosa, a contenção do défice e a reforma do sistema político. Sonhava com um grande bloco conservador capaz de ombrear com os «esquerdizantes» democráticos ou esquerdistas, de preferência sem revolução e sem ditadura. Essas só viriam em última instância, quando já nada mais houvesse a fazer, afirmava Cunha Leal. Preferia que se consultasse o país através de eleições.

Ao seu lado, o comandante Cabeçadas não afirmava nada, porque não tinha nada para acrescentar ao que dizia o seu chefe de partido. Nunca escrevera nada sobre política e a sua acção parlamentar fora reduzida ao mínimo.

No entanto, desde a sua absolvição (em Novembro de 1925), Mendes Cabeçadas «nunca mais deixou de agitar e de conspirar», afirmando-se convencido de que «os saudosistas do passado monárquico estavam a assumir no fenómeno revolucionário uma preponderância que exigia da parte dos republicanos descontentes com a inércia e a incapacidade governativa uma intromissão activa e preponderante, sob pena de soçobrar entre nós a democracia»[33]. Sentiam-se «Cavaleiros da Pátria» que queriam unir num grande bloco conservador a força capaz de apresentar ao país a solução política que pudesse evitar a «revolução» que todos sabiam iminente.

Cunha Leal e os seus amigos apostavam na dissolução do Parlamento pelo presidente Bernardino Machado e na apresentação do programa reformador da ULR como uma saída para a crise. Propuseram-no ao presidente, porque sabiam que estava na forja a conspiração antiliberal que viera à luz com a «revolta de 18 de Abril». O Exército preparava-se para intervir, como considerava Cunha Leal em Braga: «O Exército pretende substituir a sua força às mil forças que nos governam. O Exército não praticará um crime, mas praticará certamente um erro»[34]. Mas não se adivinhava o que poderia resultar dessa intervenção — ou antes, percebia-se que o descalabro do regime republicano liberal tinha alimentado um desejo imoderado de mudança em sentido contrário, com exemplos patentes em Espanha e em Itália. A iniciativa de Mendes Cabeçadas para liderar o golpe militar de 1926 inscreve-se numa linha estratégica de antecipação em relação à conspiração de direita antiliberal que se forjava desde pelo menos 1923, e visou a constituição de um Governo de excepção, imposto à iniciativa do presidente da República Bernardino Machado, tal como se pode concluir da carta dirigida por Mendes Cabeçadas,

em 28 de Maio, pedindo a demissão do Governo e a nomeação de «um Governo extrapartidário, constituído por republicanos que merecessem a confiança do país». Podemos imaginar o que orientava as decisões de Mendes Cabeçadas e do seu chefe político Cunha Leal: a curto prazo, impor a nomeação de um Governo de cariz conservador a Bernardino Machado, governar com o apoio expresso dos militares (mais ou menos presentes no futuro Governo de competências), anular temporariamente a acção das câmaras pela obtenção de um interregno de excepção, pôr em prática o programa político da ULR e anular o golpismo antiliberal da extrema-direita; a médio prazo, conseguir a reconfiguração do quadro político-partidário, com um partido conservador liberal a contrabalançar o poder até aí hegemónico da esquerda republicana. Este era um cenário presente desde a experiência governamental dos nacionalistas de 1923 e que se bifurcou em 1925 com as duas derivas golpistas de 18 de Abril e de 19 de Julho.

## A Ditadura é inevitável

Nos finais de Dezembro de 1923 (dia 17, depois da queda de mais um Governo constitucional no Parlamento), numa conferência na Sociedade de Geografia de Lisboa e na presença de mais de 500 oficiais do Exército (entre eles o general Carmona, futuro presidente da República da Ditadura), o caudilho Cunha Leal, defensor de uma solução constitucional e civilista, alertava para o rumo previsível (e inevitável?) do país: «As ditaduras hão-de vir, quer queiram quer não, pela força inevitável dos acontecimentos.»

Por que razão estaria tão convicto Cunha Leal, uma das «estrelas» do Parlamento e da governação republicana, três anos antes, da queda do regime? Sem dúvida, a certeza devia-se à experiência de um homem profundamente implicado na vida da República: defendera-a como a sua «Dulcineia» desde 1907, apontara-lhe os primeiros impasses em 1912, no jornal machadista *O Intransigente*, saíra em sua defesa em África e em França, durante a guerra europeia e africana, apostara temporariamente na «República Nova» de Sidónio e empenhara-se de corpo inteiro na sua reconstitucionalização no período que se seguiu à «Noite Sangrenta».

Cunha Leal acreditara convictamente na «missão regeneradora» do novo regime — o de salvar a pátria por meio da República. Rapidamente se desencantou, porque achou que os homens não estavam à altura do projecto que ambicionavam: um país moderno, democrático e próspero. Como tantos outros republicanos, empenhou-se na sua regeneração a partir da Primeira Guerra Mundial, experimentou «todas as fórmulas» políticas e, perante dificuldades quase inultrapassáveis e desconhecidas, anunciou o perigo iminente das soluções antidemocráticas e ditatoriais que vingavam por toda a Europa e que alguns portugueses defendiam aos quatro ventos.



O bloco histórico que, a partir de 1908, se foi constituindo para realizar o projecto republicano cindiu-se aos primeiros embates com a realidade arcaica da formação económico-social portuguesa, muito antes de ter levado a revolução a bom porto. A atitude «guerrista» e o «Governo de Salvação» que a defendeu representaram, por si, uma estratégia nacional de reconstituição do bloco revolucionário de 1910. No entanto, tendo constituído a guerra um relativo desastre militar, foram graves as consequências políticas dela decorrentes: as compensações foram ténues e tardias e as Forças Armadas mostraram-se ressentidas contra o regime que as enviara para a frente sem a organização e os meios adequados.

Durante a guerra, os homens apontaram o dedo ao «partido único» que dirigira o país desde 1910 e ao seu líder incontestado, Afonso Costa. Com o sidonismo, afastaram os antigos detentores do poder e experimentaram uma nova fórmula política presidencialista e ditatorial, mas sem qualquer possibilidade prática de aplicação naquelas circunstâncias. No entanto, o sidonismo abriu as portas às profundas alterações políticas experimentais que varreram o país no período a seguir à guerra.

Deixando de representar uma solução, o regime convertera-se em mais um problema a resolver no país. Nestas circunstâncias, à direita do espectro parlamentar surgiram, a partir de 1920, sucessivas tentativas de constituição de um bloco de direita, constitucional e reformador, que, partindo de algumas das premissas do sidonismo (reforço do poder do presidente e do Governo e atenuação do poder legislativo), pudesse disputar o lugar eterno do Partido Democrático, vencedor crónico de todas as eleições. Este é, no entanto, um bloco muito diminuído, por falta de organização partidária e pelo facto de muitos dos seus potenciais componentes nunca a ele terem aderido: uns estão no Partido Democrático e quando cindem e se juntam ao bloco das direitas é para lhe disputar o poder e a condução[35]; outros

aderem pontual e tacticamente ao bloco das direitas, mas, na verdade, são antidemocráticos e antiliberais: alinham pelos nacionalistas para os aliciar para a conspiração, principalmente a partir de 1923.

Por outro lado, na área do poder, também as cisões e refundações partidárias são diversas e numerosas, logo a partir de 1919. Eram recomposições partidárias que procuravam dar resposta aos problemas complexos do país no pós-guerra, mas que também nunca se constituíram como verdadeiras linhas de fractura, alternantes ou coadjuvantes do bloco do poder. Constituíram, quase sempre, soluções camaleónicas do «partido único» que, em última instância, as derrubava no Parlamento sempre que se considerava ameaçado no seu poder[36].

Chegados a 1921-23, os dois grandes campos políticos republicanos e democráticos eram, portanto, frágeis e incapazes de constituírem, cada um por si, uma alternativa política: o Partido Democrático, herdeiro histórico do património revolucionário, enfraquecia a cada cisão, mas mantinha o predomínio organizativo e eleitoral — dominava, mas não governava. A partir de 1920, foi mesmo incapaz de integrar o forte sector sindicalista revolucionário que, descontente e empobrecido, se tornou incómodo e tumultuoso. Por outro lado, o bloco nacionalista, frágil e desorganizado, foi sempre agregando a si uma crescente faixa da sociedade que começava a rever-se nas soluções antidemocráticas e ditatoriais, sem que, contudo, conseguisse juntar a si todas as direitas da direita.

A guerra pusera fim à revolução republicana. Incapazes de reconstitucionalizar o poder por via democrática e constitucional, republicanos de todos os matizes admitiram, a partir de 1923, a possibilidade de regenerar a República através de uma «ditadura temporária» — um interregno parlamentar com reforço do poder executivo exercido por personalidades de reconhecida craveira técnica e elevado sentido nacional e patriótico. Este foi um desígnio que muitos republicanos (em especial das áreas da direita e dos independentes) procuraram realizar com o concurso do presidente da República — numa espécie de «golpe político» palaciano —, mas que nunca lograram atingir. O último obstáculo — o Governo de António Maria da Silva — seria então removido por uma conjugação de golpe militar e de «transmissão legal» dos poderes constitucionais pela parte do presidente da República Bernardino Machado. Forçados por extraordinários constrangimentos económicos e sociais, os homens abdicavam da liberdade em nome de uma República ordeira e ditatorial.



A Revolta de 28 de Maio de 1926 assemelhava-se às anteriores pela natureza e pelos fins; por isso, poucos lhe reconheceram especiais virtualidades para a alteração da situação difícil que o regime atravessava. No entanto, diferia das restantes pela dimensão da fronda antidemocrática que se lhe associou e pelo momento em que ocorreu: agregou sectores diversos, da esquerda à direita do espectro político, e declarou-se numa conjuntura de completo desnorte do Parlamento, do Governo de António Maria da Silva e do próprio presidente da República; este último resistiu a intervir durante todo o período dos meses de Abril e Maio de 1926, numa altura em que já era visível um acentuado estado de degradação de todo o aparelho político constitucional. Era como se, já cansados, Governo, presidente[37] e Parlamento ansiassem por um qualquer «messias» que lhes viesse sacudir a carga dos ombros.

Os primeiros meses da Ditadura Militar haviam de encarregar-se de mostrar o caminho aos indecisos e aos temerosos: a força militar, protagonizada pelo chefe indiscutível do movimento insurreccional, o general Gomes da Costa, só ficaria satisfeita quando varresse do Estado todas as famílias partidárias que se reivindicassem da «democracia republicana» — a revolução tinha sido feita «contra todos os políticos».

Independentemente de toda a dinâmica política de um período de convulsão, cedo se constituíram três núcleos de republicanos que, de formas diferenciadas, haviam de lutar pela reposição das liberdades constitucionais e pela regeneração da República, até pelo menos 1940, alguns deles com prejuízo da segurança e da vida.

Um primeiro, constituído por republicanos liberais nacionalistas e conservadores (mas interessado em repor o jogo democrático depois de um período de «ditadura temporária») esteve com o 28 de Maio, participou na implantação da Ditadura Militar, mas, de forma continuada, foi abandonando o barco a pouco e pouco, descontente com o rumo dos acontecimentos, até que, em 1930, se decidiu pela ruptura. Civis ou militares, serviram o Estado nos anos seguintes, ou integraram-se na nova situação ditatorial, alguns de forma crítica, como aconteceu com o próprio almirante Mendes Cabeçadas, um dos revoltosos de 1926.

À margem deste grupo, mas não muito longe do ponto de vista ideológico, um outro grupo, onde se incluíam os unionistas-liberais de Cunha Leal, alguns nacionalistas e mesmo alguns elementos democráticos, definiu um «apoio crítico» à Ditadura desde o início e

apostou, a partir do início de 1927, num «pacto de transição democrática» a ser negociado com os militares que detinham o poder. Mantiveram essa atitude até 1930, altura em que Cunha Leal, o seu líder incontestado, se afastou da «Situação», em ruptura com Salazar. A partir deste momento, avolumaram a oposição de esquerda ao novo regime e juntaram-se aos «reviralhistas», que, logo desde 1926, se empenharam na luta revolucionária contra a Ditadura Militar.

Este terceiro bloco, os «reviralhistas», constituído pelos sectores mais à esquerda do Partido Democrático (accionistas de Álvaro de Castro, esquerdistas de José Domingues dos Santos), seareiros, socialistas e muitos independentes — a consciência crítica da República dos anos que se seguiram à guerra —, apoiado por um braço armado de natureza democrática e, de forma intermitente, pelo operariado organizado, conduzirá, entre 1927 e 1933, um vasto número de acções revolucionárias com a finalidade de derrubar a Ditadura e de repor um regime constitucional renovado. Em alguns momentos — como aconteceu na «Revolta de Fevereiro de 1927», na «Revolta de 26 de Agosto de 1931» ou na «Revolta da Madeira» desse mesmo ano — moveram milhares de combatentes e mantiveram uma guerra civil intermitente que pôs em causa a implantação e a consolidação da Ditadura e do Estado Novo.

A República democrática e os seus defensores soçobraram perante a avalanche antidemocrática e antiliberal que (des)governou a Europa e o mundo entre as duas guerras. Os homens falharam, mas a ideia não morreu, porque as ideias são devoradoras e exigem que os homens as alimentem, mesmo no limbo dos esquecimentos duradoiros. Muitos republicanos e democratas não resistiram às agruras do combate. Mas quase todos ficaram vivos na memória daqueles que, pelos anos fora, foram reavivando a ideia.



## Notas

1 Cf. Joana Dias Pereira, *Sindicalismo Revolucionário — a História de Uma Idêa*, FCSH — UNL, Lisboa, 2008 (dissertação de mestrado policopiada).

2 Esta ideia acompanhou muitas das tentativas de reforma a partir de 1919. As negociações com Afonso Costa ocorreram em 1919, em 1923 e em 1924-1925.

3 Em 1924, o discurso de Cunha Leal (um nacionalista) era tão antiplutocrático como o de um republicano do Partido Democrático.

4 Nas eleições para deputados de 1925, os nacionalistas obtiveram 36 mandatos. No entanto, fora deste bloco, a União dos Interesses Económicos (formada em Setembro de 1924) elegeu seis deputados e os monárquicos sete. A direita dos interesses e a direita anti-republicana disputava ao partido das direitas (o Partido Nacionalista) um espaço que diminuía a representação deste último. Mas, na verdade, todos juntos, estariam longe de poder disputar o poder ao Partido Democrático, que elegera 83 deputados.

5 No início de 1926, eram muito difíceis e fracturantes as questões que dividiam os parlamentares nacionalistas e democráticos: sobressaíam a questão religiosa, o regime de produção dos tabacos (fonte de uma receita fulcral do Estado), o insurreccionalismo militar e a revisão constitucional.

6 Com realce para a Lei de Separação entre o Estado e a Igreja, de 20 de Abril de 1911.

7 Cf. o Projecto de Constituição apresentado por Machado Santos (*O Intransigente*, n.º 220, 23 de Junho de 1911) e a sua Proposta de Revisão Constitucional (*O Intransigente*, n.º 1136, 23 de Abril de 1914).

8 Bernardino Machado, «Depois do 21 de Maio», vol. I, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1925, p. 97.

9 Os resultados eleitorais de 1922 traduziram-se numa pulverização das forças políticas de oposição ao PD. Os liberais, que tinham sido maioritários uns meses antes, obtiveram 20 por cento, os reconstituintes 12 por cento, os governamentais elegeram 13 deputados, os independentes oito, os monárquicos oito, os católicos três e os regionalistas dois.

10 José Manuel Salazar da Silva, *O Partido Reconstituinte: Clientelismo, Faccionalismo e Descredibilização dos Partidos Políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, ICS, 1996, p. 285 (dissertação de mestrado policopiada).

11 Cunha Leal, *Eu, os Políticos e a Nação*, edição do autor, Lisboa, 1926, p. 103.

12 Em «As Minhas Memórias», vol. II, p.352, afirma: «... mas não era só eu a sentir a necessidade de aglutinação das pequenas patrulhas políticas para se possibilitarem na vida pública rotações governativas eficientes. Álvaro

de Castro e os seus recontituintes levaram mais tempo a tomar uma decisão; por fim, após laboriosas negociações encetadas em 5 de Fevereiro de 1923, operou-se a fusão dos dois organismos sob a designação de Partido Nacionalista Republicano...»

13 Em 14 de Maio de 1915, a revolta do «povo de Lisboa» contra a ditadura de Pimenta de Castro repôs o «bloco revolucionário» de 1910 no poder. E, em 13 de Dezembro de 1916, a intentona de Tomar, chefiada por Machado Santos, não chegou a beliscar a condução da política «guerrista» contra a qual se rebelava.

14 No entanto, levado à prática, o decreto n.º 3997, de 30/3/19118, teria conduzido a um autêntico golpe político anticonstitucional. Aí são tratados assuntos da orgânica do poder político, alterações da lei eleitoral, bem como alterações no campo de actuação dos poderes fundamentais consagrados na Constituição de 1911.

15 Os novos deputados eleitos em 28 de Abril para o Parlamento sidonista são ilustres desconhecidos que nunca ali haviam estado antes de 1918. Apenas um senador se transfere da antiga legislatura de 1915 para o Parlamento de 1918. E também só um deputado passa de 1915 para 1918. Esta situação inverte totalmente a tendência continuista de todas as outras legislaturas.

16 Em Monsanto, confrontaram-se os monárquicos, comandados por Aires de Ornelas, e o «povo republicano de Lisboa», armado na Praça de Touros do Campo Pequeno para, ao lado dos militares, derrotar a contra-revolução monárquica, o que aconteceu a 24 de Janeiro. A Monarquia havia sido proclamada em 19 de Janeiro. No norte, este movimento monárquico resistiu até 13 de Fevereiro.

17 A lei 891, de 22/9/1919, deu novos poderes ao presidente da República, nomeadamente o de, ouvido um Conselho Parlamentar, dissolver o Congresso da República.

18 A ignorância como limite para as soluções adequadas à crise profunda que se erguia no mundo de então foi commumente apontada por muitos homens da época. O mesmo Cunha Leal, então director de *O Século* (4 de Fevereiro de 1923), considerava: «O mundo de hoje em dia é uma colossal retorta onde se estão fundindo ideias novas e ideias velhas, sem ser fácil adivinhar para onde seguimos.»

19 O *outubrismo*, como ficou conhecido, foi um movimento complexo de contestação à governação liberal, que uniu radicais, populares e alguns democráticos sob a direcção do coronel Manuel Maria Coelho. Da Junta Revolucionária faziam ainda parte Jacinto Simões (chefe de Gabinete do ex-chefe de Governo Liberato Pinto, nesta altura preso no Forte de Elvas) e



Afonso Macedo, um ex-popular. Para a opinião pública, esta revolta passou como uma revolta dos ex-*liberalistas*, afastados do poder havia poucos meses.

20 Nas declarações prestadas no julgamento dos implicados do 19 de Outubro, o novo comandante da GNR, general Vieira da Rocha, recém-empossado pelo novo Ministério revolucionário, justificou a impossibilidade de evitar o assassínio do coronel Botelho de Vasconcelos (um dos massacrados da «Noite Sangrenta») do seguinte modo: «Com 4000 homens [da GNR] dispersos numa cidade como Lisboa, era impossível evitar o crime. Mais difícil era prevê-lo.» (Declarações a *O Século*, 22 de Dezembro de 1922.) Ora, como hoje se sabe, a embriaguez extremista dos bandos civis armados e de marinheiros que correram a cidade nessa noite a executar «a justiça revolucionária» que liquidou António Granjo, Machado Santos e Carlos da Maia (entre outros), não só não foi evitada pelos tais «4000 homens», como, pelo contrário, contou com o seu concurso (ou omissão).

21 Cf. «À volta do presídio», *O Século*, 22 de Janeiro de 1922.

22 Em 24 de Novembro de 1921, as «forças económicas» protestavam contra «o alheamento a que as [votavam] as forças políticas». Tratava-se de um manifesto assinado pela Associação Comercial de Lisboa, pela Associação Industrial de Lisboa e pela Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa. Aí se propunham contribuir com «os seus conhecimentos técnicos» para uma maior perfeição das leis em assuntos económicos e financeiros. Nas eleições, quatro vezes adiadas, as «forças vivas» apresentariam candidatos em Lisboa, Porto, Covilhã, Setúbal, Portalegre, Leiria, Évora e Faro.

23 O PRN anunciou a sua fundação em 5 de Fevereiro de 1923, e aglomerava liberais e reconstituintes. Como líderes teve, numa primeira fase, Ginestal Machado, Cunha Leal e Álvaro de Castro. Este último abandonou o partido nos finais de 1923, para formar a Acção Republicana e constituir novo Governo, no primeiro semestre de 1924. O PRN assegurou a governação durante o escasso período de um mês, entre Novembro e Dezembro de 1923.

24 Cf. «O segundo Congresso Nacionalista», *O Jornal*, 21 de Janeiro de 1924. Cunha Leal referia-se à «conspiração» do presidente da República, dele próprio e de Álvaro de Castro, durante o mês de Novembro de 1923, para constituir um «Governo Nacional», sob a direcção de Afonso Costa, vindo expressamente de Paris, a pedido de Manuel Teixeira Gomes, para negociar essa solução nacional. Que não veio a ter boa conclusão.

25 A revolta resumiu-se a alguns tiros disparados do Tejo pelo *destroyer Douro*, acompanhados pela acção de alguns civis acantonados nas traseiras do Castelo de S. Jorge.

26 Sobre este Programa de Salvação Pública e sobre o Governo extrapartidário

de competências, veja-se António Reis, *Raul Proença, Biografia de Um Intelectual Político Republicano*, vol. I, pp. 331-354, temas portugueses, INCM, Lisboa, 2003.

27 As reformas do Regimento do Parlamento ocorreram em 1922, 1923 e 1925. Visaram sempre a agilização dos debates para impedir a obstrução das minorias na aprovação das leis. Cf., a propósito, Luís Farinha, «O Parlamento republicano. Funcionamento e reformas (1918-1926)», pp. 49-77, *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1831)* (ed. de Manuel Baiôa), CIDEHUS-UE, Edições Colibri, Lisboa, 2004.

28 J. Rodrigues Miguéis, «Salvemos o parlamentarismo», *Seara Nova*, n.º 70, 16/01/1926.

29 *Idem*, «Revisão Constitucional», *Seara Nova*, n.º 49, Julho de 1925.

30 O programa saiu a lume n'*O Século* de 14 de Junho de 1926 com a denominação de «Programa retroactivo do 28 de Maio». Era da autoria do republicano Trindade Coelho, mas a substância do modelo de representação pertencia a três monárquicos da Junta Central do Integralismo Lusitano: Hipólito Raposo, Pequito Rebelo e Afonso Lucas.

31 Depois da Grande Guerra e no auge das crises do sistema democrático parlamentar, são numerosos os estudos de direito constitucional que, partindo dos problemas do sistema, avançam com modelos de correcção. Cf., a título de exemplo, o estudo de Francisco Miranda Costa Lobo (professor da Universidade de Coimbra e presidente da Cruzada Nun'Álvares), *Projet pour l'organisation intégrale et tradicionaliste d'un État*, Separata do Instituto, Coimbra, 1921. O sistema é de base municipalista e prevê a existência de um quarto poder coordenador — o chefe de Estado assessorado por um conselho privado. Com o recurso a comissões técnicas e a nomeação de membros (no Conselho de Estado, por exemplo), pretendia-se afastar as questões complexas do âmbito do arbítrio eleitoral e evitar o excessivo verbalismo parlamentar. Os «núcleos sociais» e o sufrágio municipalista garantiriam uma maior genuinidade da representação, enquanto as nomeações eram garantes da competência e eficácia técnica dos órgãos.

32 Cf. Cunha Leal, *A Noite*, 23 de Março de 1926.

33 Cf. Cunha Leal, *As Minhas Memórias*, vol. II, p. 456.

34 Cf. «O chefe da ULR em Braga», *A Noite*, 14 de Abril de 1926.

35 Foi o que aconteceu com o Partido Reconstituinte de Álvaro de Castro que, em 1923, se juntou às direitas parlamentares para fundar o Partido Nacionalista. Tinha-se constituído em 1920 a partir de uma facção do Partido Democrático e, três anos depois, agrupou-se num frentismo de direita sem futuro. Sairia do PRN pouco tempo depois de ter entrado.

36 Foi o que aconteceu, por exemplo, em 1924-1925, no Governo de José Domingues dos Santos; era um Governo saído da ala esquerda do Partido Democrático que foi derrubado pelos arcontes deste último partido assim que guinou mais para a esquerda e se opôs de forma clara à política conciliadora dos «bonzos».



37 Em nota oficiosa de 24 de Maio, Bernardino Machado considerava que o conflito era da «ordem interna da Câmara e que cabia ao Senado pronunciar-se sobre «o acto ministerial em litígio» [referia-se ao conflito aberto entre o Parlamento e o Governo]. E acrescentava que, «se o Presidente da República houver de intervir, será, como sempre, constitucionalmente e não arbitrariamente». Quatro dias depois, outros saberiam como agir, mesmo sem o concurso de qualquer legitimidade constitucional.

# Parte 5
# Epílogo: o fim da Primeira República

*António Reis*

A historiografia portuguesa, de um modo geral, tende a fazer da participação de Portugal na Grande Guerra de 1914-1918 o factor decisivo do descalabro do regime republicano. Com efeito, desde o súbito reforço do campo conservador e autoritário, com o trauma nunca superado do acidentalmente breve consulado sidonista, até às imediatas e graves dificuldades de carácter económico e financeiro, passando pela agitação social, a acrescida instabilidade governativa e a tentação militarista, todos os elementos conhecidos da crise final da Primeira República parecem mergulhar as suas raízes na polémica e muito contestada decisão de Afonso Costa e do Partido Democrático de levar o Estado português a entrar no teatro europeu da guerra.

Mas terá sido exactamente assim? Existirá uma tão grande linearidade de causa e efeito entre a participação na Grande Guerra e a queda da Primeira República? Poderá ser admissível que a não-beligerância não tivesse impedido a queda do regime e que esta possa ser explicada pela intervenção de factores internos diferentes dos imediatamente emergentes da beligerância portuguesa? É o que nos propomos dilucidar no presente texto, no qual procuraremos, com alguma ousadia consciente, relativizar a importância do factor Grande Guerra na crise final da Primeira República, em benefício de outros factores posteriores de natureza político-cultural interna e que, a nosso ver, poderão ter actuado com alguma autonomia em relação à conjuntura da guerra.

Não ignoramos, obviamente, que a participação no teatro europeu da Grande Guerra foi responsável pelo primeiro forte abalo das instituições republicano-liberais, com o breve consulado sidonista, e pela subsequente grave crise da República, caracterizada por um período de três anos em que a instabilidade governativa bateu todos os recordes (14 governos entre as eleições legislativas de Maio de 1919

e de Janeiro de 1922), a agitação social paralisou importantes sectores de actividade e os principais índices financeiros dispararam sem controlo.

Comprovou-se deste modo e de imediato o grave erro de cálculo cometido por Afonso Costa. Efectivamente, com excepção da preservação da herança colonial e da boa consciência moral pela participação activa na defesa da civilização liberal contra a civilização militarista, todos os outros propósitos subjacentes ao empenhamento beligerante foram rapidamente subvertidos. Nem o Partido Democrático conseguiu reforçar o seu controlo sobre o sistema político — pois falhou a mobilização nacionalista e patriótica e a colaboração dos restantes partidos republicanos, através das quais se pretendia suavizar as clivagens sociais e políticas —, nem a economia de guerra foi suficiente para compensar a crise dos abastecimentos e o esforço financeiro da mobilização militar, nem a Conferência de Paz se saldou num suficiente e digno reconhecimento internacional do jovem regime republicano português — mais mal tratado do que a Espanha não beligerante, como amargamente se queixou Afonso Costa, e privado das adequadas e justas *compensações financeiras*.

O preço pago pela participação na Grande Guerra foi, por isso, demasiado elevado. No plano externo ficou patente a fragilidade do Estado português. No plano interno, à súbita impopularidade dos democráticos e do próprio Afonso Costa, somou-se a imediata divisão das Forças Armadas e a onda de motins e de greves, que facilitaram o êxito do golpe sidonista de 5 de Dezembro de 1917. É certo, porém, que o inesperado acidente do assassínio de Sidónio Pais, um mês após a assinatura do armistício que reconhecia a vitória das potências aliadas em que os democráticos haviam apostado, veio acelerar a divisão do campo conservador, levando à falhada tentativa de restauração monárquica de Janeiro/Fevereiro de 1919, à desagregação do sidonismo e à subsequente recuperação da popularidade dos democráticos, que acabaram por ganhar folgadamente as eleições de Maio de 1919. Abria-se, assim, por algum tempo, um horizonte de esperança na regeneração do regime, imediatamente aproveitado para a revisão constitucional que dotaria o presidente da República de poderes de dissolução do Parlamento (Agosto de 1919), numa tentativa ainda tímida de aperfeiçoar o funcionamento do sistema institucional como garantia para a sobrevivência do regime. No entanto, o desastre financeiro de uma dívida de guerra de cerca de 25 milhões de libras (quase o equivalente do PIB) e a galopante crise económica, com a incontrolável espiral dos preços e salários, que prejudicou sobretudo as classes médias e os quadros superiores do funcionalismo público e das Forças Armadas, tornaram a crise dificilmente gerível pelos sucessivos governos, obrigados a recorrer aos habituais expedientes do aumento da circulação fiduciária, que triplicaram em pouco tempo a dívida flutuante e facilitaram as manobras especulativas da alta finança. Entre as eleições de Maio de 1919 e as eleições de Janeiro de 1922, sucederam-se no poder 14 ministérios, dois dos quais do Partido Liberal, embora só um destes dispondo do apoio do Parlamento saído das eleições antecipadas de Julho de 1921. À instabilidade governativa somou-se a instabilidade e a indisciplina dentro dos próprios partidos republicanos, que iriam conhecer sucessivas cisões e passagens de campo, tornando imprevisível a sustentação parlamentar dos governos que deveriam apoiar.



Numa tal conjuntura, a tendência para a radicalização dos extremos políticos e ideológicos faz-se sentir com acrescida força, reflectindo boa parte do caldo mental explosivo segregado pela Grande Guerra, um caldo mental composto pela insensibilidade à violência, a proliferação de ódios irracionais e a crise dos valores morais tradicionais. A violência política atingirá então o seu ponto mais alto com os acontecimentos da Noite Sangrenta (19 de Outubro de 1921) ocorridos na sequência do vitorioso golpe dos militares radicais contra o Governo do Partido Liberal de António Granjo. A comoção nacional que o assassínio de conhecidos fundadores da República provoca nas elites e na opinião pública funciona como um sinal de alarme e criará condições para que os dirigentes republicanos arrepiem caminho e enveredem por um período de relativa estabilidade governativa, na sequência das novas eleições antecipadas de Janeiro de 1922, que voltarão a dar a maioria ao Partido Democrático, agora chefiado por António Maria da Silva. E é exactamente no período de quase dois anos de liderança do Executivo pelo chefe democrático que se inicia a obra de saneamento das finanças públicas e de controlo da inflação. Logo a seguir, entre Dezembro de 1923 e Junho de 1924, Álvaro de Castro, dissidente democrático e depois dissidente nacionalista, assegurará a continuação desta política com ainda mais eficácia.

Poderemos então concluir que a crise desencadeada pela participação de Portugal na Grande Guerra não foi uma crise fatal, embora contivesse os ingredientes habitualmente presentes nesse

género de crises, numa dose, porém, menos elevada do que noutros países beligerantes da Europa central, cujas estruturas económicas e sociais sofreram danos bem mais graves. Nem sequer se assistiu ao fenómeno dos «veteranos», que, como bem nota António Costa Pinto, «seriam rapidamente absorvidos quer pela sociedade rural quer pela emigração»[1]. E, até do ponto de vista das ambições territoriais, Portugal conseguiu atingir o seu único objectivo, a saber, a preservação das colónias. Por último, num país de emoções e sentimentos à flor da pele, a extrema violência política de uma noite de Outubro de 1921 veio curiosamente proporcionar um segundo fôlego ao regime republicano!

Quais então os factores principais que terão estado na origem da crise final e fatal da Nova República que sucedera à fugaz «República Nova» de Sidónio? É altura de examinarmos algumas das teses correntes em parte da historiografia deste período, para delas nos demarcarmos e melhor sublinharmos a importância dos factores político-culturais que elegemos como os mais adequados a uma explicação convincente das razões do fracasso das instituições republicanas.

Analisaremos, assim, muito brevemente as teses que tendem a acentuar a importância da questão religiosa, da questão do regime (Monarquia *versus* República), da questão operária e até da questão da conjuntura internacional:

1) A questão religiosa tem sido frequentemente invocada como tendo ferido de morte desde o início o regime republicano. Será mesmo porventura esta a tese à qual sucessivas gerações de políticos, de Marcelo Caetano a Mário Soares, mais sensíveis se têm mostrado, provocando ainda hoje reflexos de extrema e porventura exagerada prudência no modo como o actual regime democrático lida com a Igreja Católica? Em causa está sobretudo a famosa Lei da Separação de 1911, da autoria de Afonso Costa, e as perseguições que à sua sombra foram movidas a bispos e padres. Uma tal lei e a prática dela decorrente teriam sido as principais responsáveis pela alienação do mundo rural e das mentalidades mais conservadoras em relação à República.
   É certo que se correu esse risco, nomeadamente até ao sidonismo. Esconde-se, porém, que tão famosa lei foi objecto de uma substancial e significativa revisão, da autoria do ministro sidonista Moura Pinto, em Março de 1918 (decreto n.º 3056), que a depurou dos seus aspectos mais gravosos, e sem que a Nova República ousasse alguma vez repor a anterior legislação. Pelo contrário, as relações com o Vaticano, restabelecidas pelo sidonismo, melhoraram substancialmente, tendo o gesto simbólico da imposição pelo presidente António José de Almeida do barrete cardinalício ao Núncio Apostólico em Lisboa assumido então um particular significado. E, apesar de não terem chegado a aprovar a proposta do ministro Leonardo Coimbra, em 1922, nem a proposta do Partido Nacionalista, em 1926, de autorização da instrução católica no ensino particular, tudo se encaminhava nesse sentido. O próprio Centro Católico, onde Salazar militava, protagonizava, ao contrário dos integralistas, uma estratégia pragmática de aproximação às instituições republicanas, com o fito de defender no seu interior as reivindicações mais prementes da Igreja. Será já depois do 28 de Maio que a corrente católica desempenhará um importante papel de apoio à estratégia salazarista de tomada do poder, no interior da tensão entre a facção republicano-conservadora e a facção integralista antiliberal da Ditadura Militar.

2) A questão do regime é também invocada como um dos factores de progressivo enfraquecimento da República, alegadamente vítima da permanente conspiração dos monárquicos. Ora, também aqui, o período da Nova República é um período de evidente acalmia em torno desta questão, com os monárquicos a digerirem a humilhante derrota da «Monarquia do Norte», logo beneficiando de sucessivas amnistias e até da sua legalização como partido em 1921, e de então em diante mais empenhados na congregação de esforços com outros sectores de direita com vista à formação de um amplo bloco conservador-autoritário que, para existir, tinha de colocar em surdina a questão do *regime*.

3) A questão operária tem sido a tese mais invocada pela historiografia de tendência marxista, que tende a responsabilizar o antiobreirismo dos dirigentes republicanos pelo colapso do regime, assim privado de um dos seus pilares de sustentação social mais importantes. É certo que a República, como veremos a seguir, não primou por uma política económica e social capaz, sobretudo nesta fase, de fazer frente às pressões da oligarquia

financeira e de satisfazer boa parte das reivindicações da classe operária, com excepção do breve período de um ano dos governos de Álvaro de Castro e sobretudo José Domingues dos Santos (1924-1925). Mas esquece-se de que o operariado, aliás partidariamente dividido, continuava a representar uma escassa percentagem da população global do país, não atingindo os cinco por cento. Agrupava-se em centenas de associações de classe, coordenadas pela União Operária Nacional primeiro, e, a partir de 1919, pela Confederação Geral do Trabalho, onde a orientação anarco-sindicalista dominante se revelaria pouco eficaz na condução das lutas, com o fracasso de sucessivas tentativas de greve geral, pese embora a obtenção de algumas melhorias significativas no que toca ao horário e às condições de trabalho. O certo é que, depois dos anos da chamada «ameaça vermelha» (entre 1919 e 1921), as confrontações sociais foram diminuindo de intensidade, e veremos mesmo a CGT organizar uma das bolsas de resistência ao falhado golpe militar de Sinel de Cordes no dia 18 de Abril de 1925.

4) A questão da conjuntura internacional, por último, também não nos parece relevante como factor propulsor da crise final da República. Nas vésperas do 28 de Maio, apesar dos êxitos do fascismo em Itália e do riverismo em Espanha, a situação política europeia estava longe de configurar um quadro irreversivelmente favorável às soluções autoritárias. Em Espanha, aliás, acabaria mesmo por evoluir para a solução republicano-liberal, com a queda do riverismo em 1930 e a implantação de República em 1931. E na Alemanha o Partido Social Democrata depressa se converteria no maior dos partidos parlamentares.

Reconduzidas estas questões à sua real dimensão, debrucemo-nos então sobre os factores político-culturais internos que nos parecem mais pertinentes para o desencadeamento da crise final da Primeira República. Note-se que não é por acaso que os qualificamos como político-culturais — relegamos para segundo plano os factores económico-sociais, assim nos demarcando de uma historiografia prisioneira do paradigma do determinismo marxista. Porque entendemos que aqueles últimos factores, só por si, não determinam nenhuma ruptura histórica, embora possam ser explorados em



proveito de uma ou de outra solução política para a crise das instituições em causa.

Apesar de intrinsecamente ligados, cremos ser útil distinguir nesta exposição os factores de natureza mais acentuadamente política dos factores de natureza mais acentuadamente cultural. Assim, de entre os primeiros, salientaremos os seguintes:

1) O agravamento da crise de legitimidade/representatividade do regime republicano, a qual, aliás, integra desde o início o seu código genético. Implantada por uma revolta militar em Lisboa com a colaboração dos grupos de civis armados da Carbonária, a República tinha os seus apoios nos meios urbanos, penetrando com dificuldade nas áreas rurais de um país ainda predominantemente agrícola. A renúncia ao ideal republicano do sufrágio universal, justificada pelo atraso cultural de uma população maioritariamente analfabeta, foi ainda agravada em 1913 por uma lei eleitoral que era mais restritiva do que algumas leis da Monarquia. O resultado foi o afastamento de uma larga massa da população do exercício do direito de participação política e a consequente distorção do sistema partidário relativamente à realidade sociológica do país, com o mundo rural claramente sub-representado nas instituições políticas e os partidos conservadores permanentemente frustrados com a sua inferior expressão eleitoral, perante um Partido Democrático dotado de um poderoso aparelho de influência e controlo dos actos eleitorais. O recurso ao trabalho de sapa das instituições e ao golpismo militar tornava-se, por isso, uma tentação constante dos sectores à direita do Partido Democrático, na impossibilidade de criarem um grande partido de oposição e alternativa com suficiente apoio eleitoral. Na Nova República surgiram, porém, outros factores de agravamento desta crise de legitimidade/representatividade, que levaram a uma ainda maior redução da já de si exígua base eleitoral do regime, com o progressivo e muito significativo aumento da abstenção para índices superiores a 60 por cento. Foram eles a fragmentação e crescente indisciplina dos partidos republicanos, carecidos de líderes com autoridade, prestigiados e firmes, depois do afastamento voluntário de Afonso Costa e de Brito Camacho e da eleição de António José de Almeida para a Presidência da República; a intensificação do sectarismo e da intolerância cívica, tanto no comportamento

parlamentar como na imprensa, adensando um clima de demagogia, balbúrdia e constantes suspeitas de corrupção, e entronizando esse ódio tão sugestivamente evocado por Raul Brandão em páginas inesquecíveis das suas *Memórias* (vol. III, *Vale de Josafat*).

2) A reiterada incapacidade de auto e hetero-regulação do funcionamento do sistema institucional do republicanismo liberal, devido ao autismo dos dirigentes, surdos às sucessivas propostas, nomeadamente da intelectualidade seareira, para reformar o Parlamento e o seu regimento, reforçar os poderes presidenciais, recorrer mais frequentemente às autorizações legislativas — na senda da experiência feliz mas breve do Governo de Álvaro de Castro, que Salazar elogiou («O sr. Presidente de Ministros faz ditadura com ar constitucional», *Novidades*, 18-6-1924) —, formar governos partidários mas de competências, com mandato estável na Economia e na Educação, e até governos nacionais extraparlamentares de excepção, mas sempre com posterior sanção parlamentar, para a realização das reformas institucionais, económicas e educativas mais urgentes.

3) A incapacidade de fazer frente à oligarquia financeira, apesar das medidas corajosas dos governos de Álvaro de Castro, Rodrigues Gaspar e José Domingues dos Santos (1924-1925), por ausência de uma política económico-social coerente por parte dos democráticos, que optavam por uma navegação à vista com terapêuticas de conjuntura sempre condicionadas pela periclitante situação financeira, sem uma estratégia assente numa visão global do papel do Estado, com um plano concertado e escalonado de investimentos e reformas, o que facilitava as manobras dos grupos económicos privados, organizados, a partir de 1924, na União dos Interesses Económicos e peritos nas artes da especulação financeira e na defesa dos seus privilégios.

4) A eficaz reorganização do campo conservador, iniciada com esse importante movimento que foi a Cruzada Nun'Álvares, progressivamente radicalizado e unido em torno de uma saída ditatorial de cariz militar — para a qual apelavam até dirigentes de partidos republicanos, como Cunha Leal — com a subalternização ou o adiamento da questão do regime.



5) Por último, não podemos obviamente ignorar a importância do factor militar, quiçá aquele que representa o único verdadeiro braço longo da Grande Guerra, que levou à incorporação no quadro permanente de dois mil oficiais milicianos, elevando, entre 1915 e 1919, de 2600 para 4500 o número total de oficiais, com as inerentes tensões corporativas com os governos, agravadas ainda com o reforço da GNR entre 1919 e 1921. A promiscuidade das relações entre os militares e os partidos, com a participação dos primeiros nos órgãos directivos dos segundos, condicionou cada vez mais a actuação dos partidos republicanos, até que, a partir das conspirações de 1925, os militares começaram a agir clara e ameaçadoramente em nome das próprias Forças Armadas.

Quanto aos factores de natureza predominantemente cultural, entendemos dever sublinhar a importância dos seguintes:

1) A perda de confiança das elites intelectuais, à esquerda e à direita, na classe política dominante, bem patente no surgimento de novos movimentos doutrinários, como o Integralismo Lusitano e a Seara Nova, e novas correntes estéticas, como o modernismo futurista, que reflectiam, cada qual à sua maneira, a crise global da mundividência positivista republicana, na sua tripla dimensão filosófica, ética e estética.

2) O vazio ideológico da generalidade das elites políticas dos partidos republicanos, penosamente mal disfarçado pela persistência dos tiques jacobinos. Elites essas incapazes, por isso, de suscitarem uma mística democrática que operasse como antídoto eficaz contra a mística reaccionária em curso de desenvolvimento e de apresentarem alternativas consistentes no plano ideológico-doutrinário aos novos movimentos conservadores e antiliberais, apesar do esforço meritório, mas carecente de apoios institucionais e mediáticos, de tipo suprapartidário como o movimento dos seareiros.

3) A consequente diluição das opções ideológicas e dos ideais éticos em mesquinhas lutas pelo poder e na permeabilidade aos interesses da oligarquia económica.

4) O controlo da grande imprensa por parte das correntes conservadoras hostis ao Partido Democrático, sem o necessário contrapeso, tantas vezes pedido pelos seareiros, de um grande diário republicano, partidariamente independente mas ao serviço dos ideais democráticos e capaz de influenciar com eficácia a opinião pública, evitando a sua colonização pelas ideologias autoritárias e antiliberais.

5) O alastramento da síndrome ditatorial na opinião pública (cujos efectivos contornos político-ideológicos eram, aliás, vagamente definidos). A alternativa ditatorial era vista como panaceia para todos os males e única alternativa à hegemonia do Partido Democrático.

No entanto, se este conjunto de factores político-culturais explica o movimento militar do 28 de Maio e a queda de um sistema político-institucional caracterizado pela hegemonia do Partido Democrático, nem por isso consegue explicar só por si a posterior ascensão do salazarismo, com a evolução da Ditadura Militar para o Estado Novo e a efectiva abolição do regime liberal-republicano. Será necessário recorrer à análise, por um lado, das tensões internas que percorreram a Ditadura Militar, com o delicado confronto entre a sua componente republicano-conservadora e a sua componente integralista autoritária e antiliberal, e, por outro lado, do modo como esta tensão foi influenciada pelo comportamento da oposição republicano-liberal — ela própria dividida entre uma estratégia transicionista de negociação com a componente republicana da Ditadura e uma estratégia revolucionária de derrube da Ditadura e de neutralização de todos os seus responsáveis — para entender a derrota final do campo republicano e a consolidação da vitória do campo autoritário.

Com efeito, até finais de 1929, o sector republicano-conservador da Ditadura parecia deter a força suficiente para levar por diante o seu projecto de reforma das instituições republicanas, com um amplo reforço dos poderes presidenciais e uma profunda mudança do sistema eleitoral, partidário e parlamentar, que garantisse um bipartidarismo desejavelmente hegemonizado por um grande partido de direita. Os coronéis Passos e Sousa e Vicente de Freitas, o major Costa Ferreira e o general Ivens Ferraz foram os protagonistas mais importantes desta estratégia, que teve do lado da oposição republicana interlocutores dialogantes, não apenas no Partido Nacionalista e na União Liberal Republicana, mas no próprio Partido Democrático. Sabe-se, porém, como ela foi combatida pelo sector integralista e antiliberal da Ditadura e pela Liga de Paris da oposição republicana, dirigida por Afonso Costa, José Domingues dos Santos, Jaime Cortesão e António Sérgio. Invariavelmente, após cada revolta militar falhada da oposição republicana, a tentação «transicionista» ressurgia, ao mesmo tempo que o sector antiliberal da Ditadura fazia valer novos argumentos em prol de uma alternativa de Estado forte e antidemocrático. É com a queda do Governo de Ivens Ferraz, em finais de 1929, que a relação de forças no seio da Ditadura se inverte a favor dos antiliberais, graças ao hábil manobrismo de Salazar e do seu grupo, apoiados numa poderosa facção do Exército. No entanto, só após o fatídico ano de 1931, com os sucessivos fracassos das revoltas da oposição republicana e a frustrada tentativa de realizar eleições municipais como primeiro passo para uma evolução liberalizante, é que o sector republicano-conservador da Ditadura, que chegou a encarar a possibilidade de um golpe palaciano, se veria afastado da luta pelo poder. A ascensão de Salazar ao cargo de presidente do Conselho de Ministros em 1932 e a posterior aprovação da Constituição de 1933 acabariam por neutralizá-lo definitivamente. Deste modo, aquilo que, de início, parecia querer ser uma via hetero-reguladora do sistema institucional republicano pelo recurso a uma ditadura militar aparentemente transitória, cedia o passo à via de destruição desse mesmo sistema e de instauração do Estado autoritário e corporativo.



Para concluir, não resistimos a interrogar-nos sobre as condições em que o regime republicano poderia ter sobrevivido, apesar de todos os factores político-culturais negativos que o ameaçavam, num exercício analítico decerto mais característico da ciência política do que da história, embora só possível com o auxílio desta última.

À partida, inclinamo-nos para a escassa probabilidade de êxito, sobretudo a prazo, da estratégia revolucionária da oposição republicana, carecente de uma suficiente base social de apoio e de suporte na opinião pública. Mesmo que alguma das suas revoltas tivesse saído vitoriosa, seria certamente sol de pouca dura. E não aguentaria o poder sem cair numa nova ditadura, neste caso à esquerda, para resistir a um novo «reviralho», neste caso à direita.

Um consenso mínimo no campo republicano em torno de um sistema institucional dotado de um Executivo forte e de um Parlamento reformado, ainda que eventualmente dominados pela direita republicana, teria sido então suficiente para garantir a sobrevivência do regime e obstar à tomada do poder pelo campo autoritário-conservador? Ou a crescente força doutrinária deste último e os apoios que recolhia na oligarquia financeira, além da habilidade estratégica demonstrada por Salazar na síntese pragmática das suas diversas correntes, tornavam inelutável a sua vitória final? Não será verdade que o segredo final da vitória de uma das alternativas em presença reside na força das ideias junto da opinião pública — como era, aliás, convicção dos próprios seareiros — e na habilidade dos homens políticos, mais do que em factores de carácter estrutural, recorrendo embora à utilização das potencialidades favoráveis destes últimos?

## Nota

1 *Penélope*, n. 1920, 1998.

# Cronologia breve

## Queda da Monarquia

| | |
|---|---|
| 1886 | Mapa Cor-de-Rosa. |
| 11-01-1890 | *Ultimatum* britânico. |
| 01-05-1890 | Comemoração, pela primeira vez, do 1.º de Maio em Lisboa. |
| 05-01-1891 | Congresso do Partido Republicano. Aprovação do programa oficial do partido. |
| 31-01-1891 | Tentativa de implantação da República no Porto. |
| 14-04-1891 | Regulamentação do trabalho das mulheres e crianças na indústria. |
| 07-05-1891 | Crise económica, política e financeira. O Banco de Portugal suspende a conversão de notas em ouro. |
| 09-05-1891 | Regulamentação da constituição de associações operárias. |
| 1892 | Alfredo Bensaúde publica o *Projecto de Reforma do Ensino Tecnológico para o Instituto Industrial e Comercial*. |
| 1892 | Primeira legislação relativa à produção de electricidade. |
| 30-01-1892 | Medidas de saneamento financeiro da autoria de Oliveira Martins. |
| 19-03-1893 | Bolsas sociais de trabalho. |
| 29-12-1895 | Prisão de Gungunhana. |
| 08-1897 | Constituição da Carbonária Portuguesa. |
| 30-08-1897 | Assinatura do Tratado Anglo-Germânico, prevendo a divisão das possessões portuguesas ao sul do equador. |
| 1898 | Fusão da Aliança Fabril com a Companhia União Fabril. Nascimento da CUF. |
| 26-07-1899 | Publicação da Lei dos Cereais, também conhecida por «Lei da Fome». |
| 16-09-1900 | Primeiro número do jornal *O Mundo*. |
| 1901 | Fundação da Sociedade Nacional de Belas-Artes. |
| 17-01-1901 | «Caso Calmon». |

11-04-1901 Constituição do Centro Nacional Académico, mais tarde Centro Académico de Democracia Cristã de Coimbra.
08-08-1901 Decreto eleitoral da «Ignóbil Porcaria».
30-11-1901 Contrato entre o Estado e o Banco Nacional Ultramarino.
24-12-1901 Reforma do ensino primário.
03-1903 Greve geral em Coimbra. «Revolta do Grelo».
1905 O Arsenal da Marinha inicia a construção de novas canhoeiras.
01-05-1905 Partido Progressista. Dissidência de José Maria de Alpoim.
29-08-1905 Reforma do ensino secundário.
01-01-1906 Primeiro número do jornal *A Luta.*
19-05-1906 Fim do ciclo «rotativista» entre progressistas e regeneradores. João Franco é nomeado chefe do Governo.
04-11-1906 Eleições autárquicas no Porto. Vitória do Partido Republicano.
1907 Criação da Administração-Geral do Porto de Lisboa.
14-02-1907 Direito de associação.
10-05-1907 Ditadura de João Franco.
29-05-1907 Criação de bolsas para alunos e professores no estrangeiro.
01-02-1908 O rei D. Carlos e o príncipe herdeiro D. Luís Filipe são assassinados. D. Manuel II sobe ao trono.
01-11-1908 Eleições municipais. Os republicanos conquistam a Câmara de Lisboa.
30-11-1908 Tratado de Navegação entre Portugal e o Império Alemão.
1909 Liga Republicana das Mulheres Portuguesas.
03-1910 O sociólogo Léon Poinsard publica *Le Portugal inconnu*.
28-08-1910 Eleições legislativas. O Partido Republicano duplica a sua votação.
03-10-1910 Assassínio de Miguel Bombarda.
04-10-1910 Cândido dos Reis suicida-se. Proclamação da República em Loures e Almada.
05-10-1910 Proclamação da República. Constituição do Governo Provisório presidido por Teófilo Braga.

## República

08-10-1910 O Ministério das Obras Públicas passa a designar-se Ministério do Fomento. Expulsão das Ordens Religiosas.
12-10-1910 A República chega a todo o país.



18-10-1910 Abolição do juramento religioso.
22-11-1910 O Brasil reconhece a República portuguesa.
03-11-1910 Lei do divórcio.
12-11-1910 Lei do inquilinato.
15-11-1910 Primeira greve da República. Ferroviários da linha da Póvoa.
17-11-1910 Prisões por incitamento à greve.
26-11-1910 Greve dos trabalhadores da Companhia do Gás e Electricidade de Lisboa.
01-12-1910 Greve dos trabalhadores da Companhia do Gás e Electricidade do Porto. Bandeira nacional republicana, desenhada por Columbano Bordalo Pinheiro.
06-12-1910 Brito Camacho decreta o direito à greve.
29-12-1910 Museu da Revolução.
15-01-1911 António José de Almeida funda o jornal *República*.
18-01-1911 Greve dos trabalhadores rurais de Fronteira.
09-02-1911 Criação da Direcção-Geral de Saúde.
23-02-1911 Pastoral dos bispos contra as leis da República.
01-03-1911 Organização do crédito agrícola.
24-03-1911 Reforma da Universidade de Coimbra. Criação das
19-04-1911 Universidades de Lisboa e do Porto. Sistema métrico decimal.
20-04-1911 Lei de separação entre o Estado e as Igrejas.
03-05-1911 Criação da Guarda Nacional Republicana (GNR).
20-05-1911 Eleição da Assembleia Nacional Constituinte. Sufrágio directo e universal.
22-05-1911 Criação do Instituto Superior Técnico.
25-05-1911 Substituição do real pelo escudo.
27-05-1911 Primeiro regulamento do trabalho indígena.
18-06-1911 Congresso Nacional de Mutualidade.
27-07-1911 Projecto de utilização dos terrenos incultos da autoria de
21-08-1911 Ezequiel de Campos. Constituição política da República Portuguesa.
24-08-1911 Eleição do primeiro presidente constitucional da República, Manuel de Arriaga. Criação do Ministério das Colónias.
27-08-1911 Primeiras sessões do Senado e da Câmara dos Deputados.
04-09-1911 Primeiro Governo Constitucional republicano, presidido por João Chagas.
30-10-1911 Congresso do Partido Republicano Português.

05-10-1911 Paiva Couceiro comanda a primeira incursão monárquica.
28-01-1912 Greve geral.
24-02-1912 António José de Almeida funda o Partido Evolucionista.
27-02-1912 Brito Camacho funda o Partido Unionista.
25-08-1912 Évora, primeiro Congresso dos Trabalhadores Rurais.
09-01-1913 Primeiro Ministério exclusivamente democrático. Afonso Costa fica com a Presidência e as Finanças.
15-03-1913 «Lei Travão».
21-06-1913 Remodelação do sistema monetário.
07-07-1913 Criação do Ministério da Instrução Pública.
24-07-1913 Legislação sobre acidentes de trabalho.
08-08-1913 Primeiro Congresso do Partido Evolucionista.
09-11-1913 Afonso Costa profere, em visita ao Porto, uma conferência sobre «As contas do Estado, a dívida pública e a defesa nacional».
16-11-1913 Eleições suplementares para deputados. O Partido Democrático ganha e obtém maioria absoluta na Câmara dos Deputados.
14-12-1913 O Partido Socialista Português adere à Segunda Internacional.
15-03-1914 (15-17) Congresso operário em Tomar; criação da União Operária Nacional.
08-04-1914 Publicação da revista *Nação Portuguesa*, que virá a tornar-se o órgão teórico do Integralismo Lusitano.

## A Guerra

28-06-1914 Assassínio do arquiduque Francisco Fernando, herdeiro do trono da Áustria-Hungria.
07-07-1914 Remodelação do ensino industrial e do ensino primário.
07-08-1914 Declaração do Governo português sobre a guerra, em concordância com o pedido do Foreign Office.
12-08-1914 Tratado de Comércio e Navegação Luso-Britânico. Governo decreta organização e envio de expedições militares para Angola e Moçambique.
13-08-1914 O Governo inglês pede autorização a Portugal para a passagem de tropas pela Beira, Moçambique, em direcção à Niassalândia
24-08-1914 Primeiro incidente de guerra em território português.



Ataque alemão à guarnição de Maziúa (norte de Moçambique).
19-9-1914 Adiamento *sine die* das eleições.
10-10-1914 Memorando inglês «convidando» Portugal a entrar na guerra.
22-10-1914 Criação de tribunais especiais para o julgamento de crimes de rebelião.
17-11-1914 Teatro da Rua dos Condes. Proibição de uma revista que apresentava um quadro pouco abonatório do Exército português.
12-12-1914 Os alemães invadem Cunene.
18-12-1914 Derrota portuguesa em Angola (Naulila).
20-01-1915 (20-22) Movimento das Espadas.
28-01-1915 Ditadura de Pimenta de Castro.
03-02-1915 Organização do Conselho de Instrução Pública.
20-02-1915 Primeiro número da revista *Orfeu*.
24-02-1915 Lei eleitoral de Pimenta de Castro.
07-04-1915 Conferências da Liga Naval.
14-05-1915 Lisboa. Assaltos a armazéns e padarias.
13-06-1915 Eleições legislativas. Maioria do Partido Democrático.
31-08-1915 A Academia Politécnica do Porto passa a designar-se Faculdade Técnica.
30-11-1915 Pedido oficial da Grã-Bretanha para que Portugal requisite os navios alemães em portos portugueses.
1916 Oliveira Salazar publica *Questão Cerealífera e Ágio do Ouro*.
23-02-1916 Requisição dos navios alemães surtos em águas portuguesas
09-03-1916 A Alemanha declara guerra a Portugal.
13-03-1916 Governo de «União Sagrada» (democráticos e evolucionistas).
16-03-1916 Criação do Ministério do Trabalho e Previdência Social.
22-07-1916 Organização do Corpo Expedicionário Português (CEP).
31-08-1916 O Parlamento vota a pena de morte em situação de guerra.
01-10-1916 Inauguração da primeira escola de aviação portuguesa (Vila Nova da Rainha).
13-12-1916 Movimento revolucionário liderado por Machado Santos, com apoio de tropas de Tomar.
26-01-1917 Partida do primeiro contingente português para a frente de batalha em França.
04-04-1917 Morte do primeiro soldado português na frente francesa: António Gonçalves Curado.
14-04-1917 *Ultimatum Futurista às Gerações Portuguesas*, de Almada Negreiros.

13-05-1917 Fátima. «Aparição» da Virgem Maria.
19-05-1917 «Revolta da batata».
31-05-1917 Carta Orgânica da Província da Guiné.
16-06-1917 Greve geral.
11-08-1917 Carta Orgânica da Província de São Tomé e Príncipe.
23-08-1917 Carta Orgânica da Província de Timor.
08-09-1917 Greve geral convocada pela UON.
18-11-1917 Inauguração do Instituto Superior de Agronomia na Tapada da Ajuda.
28-11-1917 Carta Orgânica da Província de Angola.
05-12-1917 Revolta de Sidónio Pais
12-01-1918 Visita oficial de Sidónio Pais ao norte do país.
22-01-1918 Porto. Surto de tifo.
09-03-1918 Criação do Ministério da Agricultura.
09-04-1918 Batalha de La Lys.
11-03-1918 Sufrágio universal.
03-04-1918 Sopas económicas.
28-04-1918 Eleições: vitória de Sidónio Pais (e do sidonismo).
18-06-1918 Relatório de Ricardo Jorge sobre a gripe espanhola.
01-07-1918 As Cartas Orgânicas das colónias são anuladas.
09-07-1918 Novo Estatuto Universitário.
18-07-1918 Criação da Cruzada Nun'Álvares Pereira.
08-09-1918 Distribuição de senhas de racionamento e cartas de consumo.
14-09-1918 Proibição dos comícios contra a carestia de vida.
16-10-1918 «Leva da Morte». São assassinados vários presos políticos anti-sidonistas nas ruas da Baixa de Lisboa.
11-11-1918 Rethondes, floresta de Campiène. Assinatura do Armistício.
18-11-1918 Greve geral.
23-11-1918 Chegada a Lisboa das primeiras tropas do CEP.
01-12-1918 Reforma do ensino técnico elementar.
05-12-1918 Atentado contra Sidónio Pais.
14-12-1918 Sidónio Pais é assassinado.

## A Nova República

10-01-1919 Revolta republicana em Santarém. Tentativa de repor a Constituição de 1911.
18-01-1919 Início da Conferência de Paz, em Paris.



19-01-1919 «Monarquia do Norte».
25-01-1919 Criação da Comissão das Reparações de Guerra.
13-02-1919 Derrube da «Monarquia do Norte».
12-03-1919 Afonso Costa é nomeado presidente da delegação portuguesa à Conferência de Paz.
10-05-1919 Seguro Social obrigatório.
28-06-1919 Assinatura, em Versalhes, do Tratado de Paz com a Alemanha.
20-01-1920 Greve geral.
02-03-1920 Fundação do Partido de Reconstituição Nacional. Quionga é incorporado no território nacional.
20-03-1920 Fecho da Confederação Geral do Trabalho (CGT).
06-04-1920 Fim do estado de guerra entre Portugal e a Alemanha.
17-05-1920 Ligação aérea Portugal-Inglaterra (Sacadura Cabral).
31-08-1920 Nomeação de Norton de Matos para o cargo de alto-comissário de Angola.
03-11-1920 Brito Camacho é empossado alto-comissário da República para Moçambique.
09-01-1921 Confederação Patronal Portuguesa.
27-01-1921 Bases programáticas do Partido Comunista Português (PCP).
06-03-1921 Constituição do PCP.
15-10-1921 Primeiro número da revista *Seara Nova*.
19-10-1921 «Noite Sangrenta». Assassínio de António Granjo, presidente do Ministério, Machado Santos e Carlos da Maia.
21-01-1922 Greve da Carris.
30-03-1922 Travessia aérea do Atlântico Sul (Gago Coutinho e Sacadura Cabral).
17-04-1922 Pacto de Paris, facções monárquicas dissidentes.
03-07-1922 Companhia Colonial de Navegação.
17-09-1922 Visita de António José de Almeida ao Brasil.
1923 Publicação de *A Crise Portuguesa*, de Ezequiel de Campos e Quirino de Jesus.
02-1923 Fundação do Partido Republicano Nacionalista.
23-06-1923 Proposta de lei de reorganização da educação nacional
12-11-1923 Primeiro Congresso do PCP.
29-12-1923 Criação da Junta de Orientação dos Estudos.
29-01-1924 Liga dos Combatentes da Grande Guerra.
28-09-1924 Constituição da União dos Interesses Económicos (UIE).
1925 Relatório Ross.

1925 Criação da Esquerda Democrática.
12-01-1925 «Proposta de Lei de Reorganização Rural», da autoria de Ezequiel de Campos.
18-04-1925 Golpe militar liderado por Sinel de Cordes.
19-07-1925 Golpe militar liderado por Mendes Cabeçadas.
13-05-1926 Primeiro número do semanário *Sempre Fixe*.

## Crise do liberalismo e Ditadura Militar

28-05-1926 Golpe militar comandado por Gomes da Costa. A Primeira República é derrubada e é instaurada a Ditadura Militar.
29-05-1926 Segundo Congresso do PCP.
09-06-1926 Dissolução do Congresso da República.
22-06-1926 Censura.
09-07-1926 Afastamento de Gomes da Costa da Presidência do Ministério. O lugar é ocupado pelo general Óscar Fragoso Carmona.
1927 Pardal Monteiro inicia o projecto das novas instalações do Instituto Superior Técnico na Alameda D. Afonso Henriques. Batalhão Académico antifascista.
03-02-1927 Revolta «reviralhista» contra a Ditadura Militar no Porto e, dia 7, em Lisboa.
16-02-1927 Liga de Defesa da República (Liga de Paris).
10-03-1927 Primeiro número da revista *Presença*.
29-07-1927 Manifesto da Liga de Paris.
25-03-1928 Óscar Carmona é eleito presidente da República.
16-04-1928 Demissão dos professores da Faculdade de Direito de Lisboa.
18-04-1928 Nomeação de Vicente de Freitas para presidente do Ministério.
26-04-1928 Nomeação de António de Oliveira Salazar para ministro das Finanças.
20-07-1928 Golpe falhado contra a Ditadura.
09-1928 Negociação de empréstimo externo.
16-01-1929 Criação da Junta de Educação Nacional.
15-02-1929 Manifesto de Afonso Costa, Bernardino Machado e Jaime de Morais.
27-03-1929 Criação da Caixa Geral de Aposentações.
16-04-1929 Assalto ao Palácio Maçónico.



21-04-1929 Reorganização do PCP. Eleição de Bento Gonçalves para secretário-geral.
21-08-1929 «Campanha do Trigo».
04-06-1930 Criação da Universidade Técnica de Lisboa.
17-06-1930 Conspiração «reviralhista».
08-07-1930 Acto Colonial.
30-07-1930 Criação da União Nacional.
14-01-1931 Condicionamento industrial.
04-04-1931 Revolta da Madeira contra a Ditadura, sob o comando do general Sousa Dias. Primeiro número do jornal *Diário da Manhã*.
01-05-1931 Manifestações contra a Ditadura.
04-05-1931 Repressão da mendicidade nas ruas e nos lugares públicos.
26-08-1931 Tentativa de revolta «reviralhista».
1932 Organização Revolucionária da Armada.
05-1932 Movimento Nacional-Sindicalista.
05-07-1932 Oliveira Salazar é nomeado presidente do Conselho de Ministros.

# Bibliografia


Afonso, Aniceto, *Grande Guerra. Angola, Moçambique e Flandres 1914-1918*, Lisboa, QuidNovi, Janeiro de 2008.

Almeida, Pedro Tavares de Almeida *et alia* (org.), *Quem Governa a Europa do Sul? O Recrutamento Ministerial, 1850-2000*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

Andrade, Anselmo de, *Portugal Económico e Outros Escritos Económicos e Financeiros, 1911-1925*, introdução e direcção de edição de David Justino, Colecção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português, 18, Lisboa, Banco de Portugal, 1997.

Baiôa, Manuel, «Partidos e sistema partidário na crise do liberalismo em Portugal e Espanha nos anos 20», *in Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, coordenação Manuel Baiôa, CIDEHUS, Lisboa, Edições Colibri, 2004, pp. 15-48.

Braga, Teófilo, *História das Ideias Republicanas em Portugal*, Lisboa, Veja, 1983.

Cabral, Manuel Villaverde, «A Grande Guerra e o Sidonismo: esboço interpretativo», *in Análise Social,* 15 (58), 1979, pp. 373-392.

Cabral, Manuel Villaverde, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981.

Cabral, Manuel Villaverde, *Portugal na Alvorada do Século XX. Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979.

Carvalho, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal. Desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime Salazar-Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

Catroga, Fernando, *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, vol. I, Coimbra, Faculdade de Letras, 1991.

Correia, Sílvia, *Memory of the Great War and collective identity in Portugal: A very particular case?*, CIDRA Hallsworth — «War and our World» Conference, University of Manchester, 2007. [http://www.inplaceofwar.net/web_db/php/index.php?page=record&cat=artifacts&id=966#artifacts_966]

*Engenharia em Portugal no Século XX*, 3 vols., coordenação de J.M. Brandão de Brito, Manuel Heitor e Maria Fernanda Rollo, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2004.

*Engenho e Obra. Memória de Uma Exposição*. Catálogo da Exposição «Engenho e Obra», realizada na Cordoaria Nacional, org. Comissariado da Exposição, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2003.

Farinha, Luís, C*unha Leal Deputado e Ministro da República. Um Notável Rebelde*, Lisboa, Assembleia da República/Publicações Dom Quixote, 2009.

Ferrão, Carlos, *História da I República*, Lisboa, Terra Livre, 1976.

Ferreira, David, *História Política da Primeira República Portuguesa (1910-1915)*, I Parte, Lisboa, Livros Horizonte, 1973.

Fraga, Luís Manuel Alves de, *Portugal e a Primeira Grande Guerra. Os Objectivos Políticos e o Esboço da Estratégia Nacional, 1914-1916*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais e Políticas, 1990.

Fraga, Luís Manuel Alves de, *Portugal na Grande Guerra. Razões Económicas de Beligerâncias*, Lisboa, Separata da Revista Militar, 1985.

Lains, Pedro, *Os Progressos do Atraso. Uma Nova História Económica de Portugal (1842-1992)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

Leal, Ernesto Castro, *António Ferro. Espaço Político e Imaginário Social (1918-32)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994.

Leal, Ernesto Castro, *Nação e Nacionalismo. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999.

Leal, Ernesto Castro, *Partidos e Programas. O Campo Partidário Republicano Português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

Lopes, F. Farelo, *Poder Político e Caciquismo na Primeira República*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

Marques, A.H. de Oliveira (dir. e coord. vol.), *Portugal da Monarquia para a República*, vol. XI, *Nova História de Portugal* (dir. Joel Serrão), Lisboa, Editorial Presença, 1991.

Marques, A.H. de Oliveira (introdução e notas), *O Segundo Governo de Afonso Costa, 1915-1916*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1974.

Marques, A.H. de Oliveira (introdução e notas), *O Terceiro Governo Afonso Costa, 1917*, Lisboa, Livros Horizonte, 1977.

Marques, A.H. de Oliveira, *Afonso Costa*, Lisboa, Arcádia, 1975.

Marques, A.H. de Oliveira, *Ensaios de História da I República Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988.

Marques, Isabel Pestana, *Das Trincheiras com Saudade*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008.



Mata, Eugénia e Valério, Nuno, *História Económica de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 2002.

Mata, Maria Eugénia, «As crises financeiras no Portugal Contemporâneo: uma perspectiva de conjunto», *in Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, coordenação de Sérgio Campos Matos, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, pp. 33-55.

Mata, Maria Eugénia, *As Finanças Públicas Portuguesas da Regeneração à I Guerra Mundial*, Lisboa, Banco de Portugal, Série História Económica, n.º 4, 1993.

Medeiros, Fernando, *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, col. Biblioteca de História, 1978.

Medina, João (dir.), *História Contemporânea de Portugal*, Lisboa, Amigos do Livro, 1986.

Meneses, Filipe Ribeiro de, *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra (1916-1918)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.

Neto, Vítor, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal,* Lisboa, INCM, 1998.

Oliveira, César, *O Movimento Sindical Português. A Primeira Cisão*, Lisboa, Publicações Europa-América, s/d.

Pedreira, Jorge Miguel, «Indústria e Atraso Económico em Portugal, 1900-25: Uma Perspectiva Estrutural», *in Análise Social*, 97, 1987, pp. 563-596.

Pereira, David, *As Políticas Sociais em Portugal (1910-1926),* dissertação de mestrado, FCSH da UNL, 2008.

Pereira, Joana Dias, *Sindicalismo Revolucionário — História de Uma Idêa,* dissertação de mestrado, FCSH da UNL, 2008

Peres, Damião, *História de Portugal*, Porto, Portucalense Editora.

Peres, Fernando (coord.), *Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX, 1. As Ciências e as Problemáticas Sociais*, Porto, Edições Afrontamento / Porto 2001 / Fundação Serralves, 2002.

Pinto, António Costa (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Ediciones Sequitur, 2000.

Pinto, António Costa, *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal, 1914-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

Pires, Ana Paula, *A Indústria de Moagem de Cereais. Sua Organização e Reflexos Políticos do seu Desenvolvimento Durante a I República (1899-1929)*, dissertação de mestrado em História dos Séculos XIX e XX, Secção do Século XX, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Setembro de 2004 (policopiado).

Proença, Maria Cândida, *D. Manuel II,* Lisboa, Temas e Debates, 2006.

Proença, Maria Cândida, *A Questão Colonial no Parlamento 1910-1926,* 2 vols., Lisboa, Assembleia da República, 2008.

QUEIROZ, António José, *A Esquerda Democrática e o Final da Primeira República*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008.

RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação (1890-1926). História de Portugal*, 6.º vol., dir. de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vols. II a VI, Lisboa, Publicações Alfa, 1990.

REIS, António, *Raul Proença, Biografia de um intelectual político republicano*, 2 vols., Lisboa, INCM, 2003.

REIS, Jaime, «A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913», *in Análise Social*, vol. XXIII (96), 1987, pp. 207-227.

ROLLO, Maria Fernanda, «Engenharia e História: Percursos Cruzados», *in Engenho e Obra — Uma Abordagem à História da Engenharia em Portugal do Século XX*, coordenação de José Maria Brandão de Brito, Manuel Heitor e Maria Fernanda Rollo, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2003, pp.30-55.

ROSAS, Fernando, *Pensamento e Acção Política. Portugal Século XX (1890-1976)*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004.

SAMARA, Alice, «O impacte económico e social da primeira guerra em portugal», *in Portugal e a Guerra*, coordenação de Nuno S. Teixeira, IHC da FCSH / UNL, Edições Colibri, 1998, pp. 89-106.

SAMARA, Maria Alice, *Verdes e Vermelhos. Portugal e a Guerra no Ano de Sidónio Pais*, Lisboa, Notícias Editorial, 2003.

SANTOS, F. Piteira, «Na Transição do Constitucionalismo Monárquico para o Constitucionalismo Republicano: a Crise do Partido Socialista e a Crise do Partido Republicano, *in Análise Social*, n.os 72-73-74, Lisboa, 1982, pp. 673-685.

SERRA, José Bonifácio, «Do 5 de Outubro ao 28 de Maio: a Instabilidade Permanente», *in Portugal Contemporâneo* (dir. António Reis), vol. III, Lisboa, Alfa, 1990, pp. 13-84.

SERRÃO, Joel (org. e pref.), *Antologia do Pensamento Político Português — Liberalismo, Socialismo, Republicanismo*, Porto, Ed. Inova, 1970.

SILVA, Armando Barreiros Malheiro da, *Sidónio e Sidonismo. História e Mito*, 2 vols., dissertação de doutoramento em História Contemporânea apresentada à Universidade do Minho, Braga, 1997.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O Poder e a Guerra 1914-1918. Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.

TELO, António José, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, 2 vols., Lisboa, A Regra do Jogo, 1980.

TELO, António José, *O Sidonismo e o Movimento Operário. Luta de Classes em Portugal, 1917-1919*, Ulmeiro, col. Biblioteca Ulmeiro, n.º 12 [1978].



VALENTE, Vasco Pulido, «A Revolta do Grelo: Ensaio de Análise Política», *in Análise Social*, 10 (37), 1973, pp. 79-101.

VALENTE, Vasco Pulido, «A Revolta dos Abastecimentos: Lisboa, Maio de 1917», *in Economia*, vol. I, n.º 2, Maio de 1977, pp. 187-218.

VALENTE, Vasco Pulido, «Portugal e a Guerra de 14-18», *in O Tempo e o Modo — Revista de Pensamento e Acção*, n.º 33, pp. 1202-1215.

VALENTE, Vasco Pulido, «A República Velha (1910-1917)», Lisboa, Gradiva, 1997.

VALENTE, Vasco Pulido, «Estudos Sobre Sidónio Pais: Agricultura e Proletariado Agrícola; Indústria e Sindicatos; Comércio Externo», *in O Tempo e o Modo*, n.º 62-63, Julho-Agosto de 1968, pp. 665-708.

VALÉRIO, Nuno, *As Finanças Públicas no Parlamento Português*, Lisboa, Edições Afrontamento, Estudos Preliminares, 2001.

VIEIRA, Alexandre, *Para a História do Sindicalismo em Portugal* (Notas preliminares de César de Oliveira), Lisboa, Empresa de Publicidade Seara Nova, 1974.

# Índice onomástico


Abissínia: 253
Academia Politécnica do Porto: 34, 37, 234, 587
Acção Realista Portuguesa: 487, 491-2
Açores: 130, 145, 265, 288, 364
Action Française: 489, 491
Afeganistão: 253
Afonso, Manuel da Conceição: 162
Afonso XIII (rei de Espanha): 287
África do Sul: 515, 518, 521
África Oriental Alemã: 281, 400
Aguiar, Joaquim António de: 132
Albânia: 253, 259
Alemanha: 16, 57, 94, 114, 120, 196, 199-200, 233, 247, 250-6, 258, 260, 262, 263-5, 269-71, 275, 279, 281, 287-8, 291-2, 297-8, 319, 323-4, 332-3, 335, 342-4, 349, 356, 365, 397, 399, 400-2, 405, 576, 587, 589
Almeida, António José de: 48-51, 59-60, 71-3, 96, 103-7, 109-10, 112, 114, 120, 146, 200, 268, 275, 277-80, 283, 285, 335-6, 377-8, 391, 411, 448, 467-8, 478, 480, 544, 548, 575, 577, 585-6, 589
Almeida, Eduardo de: 501
Almeida, Fialho de: 27
Almeida, João Augusto Ferreira de: 309
Almeida, João de: 493
Almeida, Luz de: 48, 50, 77, 153, 536
Aloisi-Masella, Bento: 138
Alpoim, José: 48
Alta Venda: 50, 58-9
Alves, Augusto Lobo: 500
Ameal, João: 492
Amorim, Massano de: 292
Amzalak, Moses Bensabat: 500
Andrade, Anselmo de: 214, 336, 500, 527, 528-9, 533
Andrade, Freire de: 115, 268, 272, 501, 505, 518
Andrade, Rui de: 500
Angola: 114-5, 196, 206-7, 209-11, 215-22, 224-5, 227-8, 273, 283, 289, 290-2, 295, 297, 340, 401, 474, 479, 483, 504, 506-16, 519-20, 586-9, 593
Aranha, Santos: 437, 438
Arriaga, Manuel de: 71-2, 103-5, 110, 112, 118, 267, 273, 322, 480-1, 585
Associação Comercial de Lisboa: 325, 453, 455, 475, 500, 565
Associação do Registo Civil: 19, 69
Associação dos Engenheiros Civis Portugueses: 34, 41-2
Associação Industrial Portuguesa (AIP): 331, 432
Augusto Soares: 272, 279, 284, 376, 515
Áustria: 195, 200, 247, 256, 258, 260, 262-5, 298, 342, 586

Balcãs: 256, 259, 262
Banco de Inglaterra: 197, 252
Banco de Portugal: 36, 197, 200, 320, 329, 445, 451-2, 454, 533, 583, 593
Banco Nacional Ultramarino (BNU): 213-4, 509-1, 514-5, 584
Baptista, António Maria: 433, 445, 448, 483
Barbosa, José: 49, 385, 393

Barbosa, Tamagnini: 372, 377, 478
Barrès, Maurice: 488
Barreto, Correia: 59
Barros, João de: 172, 175, 186
Barroso, D. António: 137, 147
Bastos, Teixeira: 70-1, 170
Batalha de La Lys: 197, 302, 352-3, 392, 588
Beirão, Caetano: 492
Beires, Sarmento de: 475
Bélgica: 262, 264, 288, 298, 356, 397, 400, 404, 508
Belgrado: 260, 262
Belo, D. António Mendes (arcebispo de Guarda): 139, 147
Bensaúde, Alfredo: 233, 583
Bento XV, papa: 494
Berlim: 113, 121, 160, 194, 258, 351, 359, 374, 379, 517
Bianchi, João António de: 518
Bismarck, Otto von: 253
Bombarda, Miguel: 50-1, 55, 58-9, 390, 584
Bon, Gustave Le: 488
Borges, França: 48
Bósnia-Herzegovina: 256, 258
Botelho, Abel: 27, 151
Braga: 44, 49, 58-60, 63, 70-2, 77, 80, 83, 89, 91, 109, 118, 128, 135, 148, 163, 169, 183, 230-1, 237, 240, 319, 394, 463, 487, 490, 502, 557, 566, 584, 593, 596
Braga, Luís de Almeida: 489
Braga, Teófilo: 44, 49, 58-60, 63, 70-2, 77, 118, 169-70, 183, 230-1, 240, 319, 490, 584
Brandão, António Sarmento: 500
Brandão, Raul: 58-60, 125, 128, 151, 165, 285, 578
Brasil: 20, 43-4, 134, 139, 198, 226, 263, 265, 324, 326, 340, 394, 404, 507, 585, 589
Bravo, Manuel: 210
Briand, Aristide: 134
Brito, Elvino de: 232, 237, 330
Bruno, Sampaio: 133, 186
Bruschy, Silva: 329
Bulgária: 253, 259, 263-4, 266, 298, 397
Cabeçadas, Mendes: 438, 463-5, 478,-9, 552, 556-8, 561, 590
Cabo Verde: 209, 513
Cabral, António: 491-2
Cabreira, Tomás: 195, 385
Caetano, Marcelo: 491, 520, 574
Caixa Geral de Depósitos: 159, 199, 329, 452, 454, 511, 516
Calmon, Caso Rosa: 131
Camacho, Brito: 59-71, 103-7, 109, 112, 114-5, 122, 126, 144, 232-3, 242, 268-70, 275, 277-8, 281-2, 372-3, 376-7, 385, 391, 393-4, 399, 403, 411, 467, 478, 480, 504-5, 513-4, 518, 554, 577, 585-6, 589
Camacho, Inocêncio: 49, 241, 329, 445
Câmara, D. Rui Zarco da: 492
Câmara, Filomeno da: 480, 488, 496, 499-501, 551
Camoesas, João: 175, 464, 479, 511
Campos, Ezequiel de: 37, 42, 227, 231, 237, 241, 459, 527-8, 533, 585, 590
Campos, Fernando: 489, 492
Caraça, Bento de Jesus: 172, 183
Carbonária: 17-9, 24, 49, 50-1, 56-9, 66, 69, 76, 106, 152-3, 390, 478, 577, 583
Cardoso, Sá: 50, 56, 71, 483
Carmo, quartel do: 56
Carmona, Óscar: 473, 545, 558, 590
Carnegie, Lancelot: 324, 344-5
Carneiro, Sá: 515, 518-9
Carvalho, João Manuel de: 472, 483, 550
Carvalho, Raul de: 493
Casa Sindical: 158, 160
Casimiro, Augusto: 268, 275, 284, 286, 369
Castro, Álvaro de: 200-1, 213, 224, 228, 292-4, 387, 433, 437-8, 446-7, 451-5, 466-8, 471, 473-5, 480, 495-6, 503, 514, 537-8, 543-5, 547, 550, 553, 562, 564, 565-6, 573, 576, 578
Castro, D. Luís Filipe de: 500
Castro, José de: 51, 118-9, 274, 330
Castro, Mário de: 457
Castro, Pimenta de: 19, 105, 116-8, 120, 247, 273, 276, 329, 465, 481, 564, 587
Causa Monárquica: 489, 491-2
Cavalheiro, António Rodrigues: 492



Cavour, Camilo di: 130
Centro Católico Português: 143, 489, 493-6
Centro do Nacionalismo Lusitano: 492
Chagas, João: 48, 50-1, 58-60, 94, 104-6, 115, 118, 234, 242-3, 270, 274-5, 378, 394-5, 585
Charters, Luís: 492
Chaves, Luís: 492
China: 253, 263, 265
Churchill, Winston: 251, 265
Clemenceau, Georges Benjamin: 397, 399
Coelho, Adolfo: 172, 186
Coelho, Henrique Trindade: 352, 499, 500, 502, 566
Coelho, José Augusto: 170
Coelho, José Gabriel Pinto: 501
Coelho, Manuel Maria: 225, 449, 469, 564
Comte, Augusto: 171, 488
Confederação Geral do Trabalho (CGT): 160, 165, 415, 422-3, 429-38, 440, 450, 454-5, 481, 576, 589
Confederação Helvética: 401
Confederação Patronal: 432-4, 440, 589
Confédération Générale du Travail (CGT): 260
Conferência de Paz: 90, 506-7, 572, 588-9
Congo: 206, 517
Cordes, Sinel de: 480, 576, 590
Corpo Expedicionário Português (CEP): 196, 197, 247, 282-4, 297, 299, 307, 310, 312-8, 352, 366, 587-8
Correia, Félix: 491
Cortesão, Jaime: 115, 122, 173, 183, 284, 286, 581
Costa, Afonso: 48- 51, 59-60, 71, 73, 95, 97-8, 103-6, 109-12, 116, 117, 119, 120-5, 128-9, 134, 137, 139-40, 143-4, 147, 151, 157-8, 195, 209, 227, 238, 243, 247-8, 267, 274, 276-8, 280-4, 304, 319, 331-2, 334-5, 337, 371-2, 374-9, 383, 387, 389, 391, 393, 398-406, 411, 465-6, 472, 476, 480, 483, 537, 541, 559, 563, 565, 571-2, 574, 577, 581, 586, 589-90, 594
Costa, Feliciano da: 124, 374, 376-7
Costa, Fernandes: 447
Costa, Fernando: 329
Costa, Gomes da: 318, 463-4, 479, 492, 497, 501, 549, 554, 561, 590
Couceiro, Paiva: 58, 105, 110, 273, 391, 585
Coutinho, Gago: 530, 534, 589
Coutinho, Vítor Hugo de Azevedo: 116, 273
Crisóstomo, Joaquim: 505, 520
Croácia: 258
Cruz, Manuel Braga da: 98, 128, 148, 502
Cunha, Pedro José da: 500
Curto, Ramada: 414

D. Amélia, rainha: 63, 153
D. Carlos, rei: 26, 40, 45, 4-8, 56, 63, 108, 584
D. Luís, rei: 45, 584
D. Manuel II, rei: 40, 49, 63, 94, 107, 139, 413, 584, 595
D. Miguel: 482
Damaralândia (Namíbia): 289, 291
Daudet, Léon: 488
Deus, João de: 67, 176, 483
Dias, Carlos Malheiro: 58, 151, 486, 501
Dinamarca: 134
Dinis, Ferreira: 508
Duarte, Teófilo: 374-5, 377, 393-4
Durão, Portugal: 200, 450, 456, 471-2, 520

Eça, general Pereira da: 115, 272, 283, 291, 401
Eduardo VII (rei de Inglaterra): 59, 123, 258, 448
Enes, António: 208
Entente Cordiale: 258
Escandinávia: 249
Eslovénia: 258
Espanha: 16, 132, 139, 189, 196, 249, 267, 269, 285, 287, 324, 326, 356, 366, 402, 404, 557, 566, 572, 576, 593
Esquerda Democrática: 412, 444, 450, 456, 478, 493, 543, 555, 589, 596
Estados Unidos da América: 134, 198,

250-1, 255-6, 263, 265, 298, 324, 397, 525
Esteves, Evaristo Marques: 162
Esteves, Xavier: 377

Falcão, José: 169
Farinha, Santos: 133
Fátima: 121, 142-3, 148, 283, 374, 379, 587
Federação da Juventude Católica Portuguesa: 487
Federação dos Trabalhadores do Livro e do Jornal: 163
Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais: 164
Federação Operária: 160
Fédération Interalliée des Anciens Combattants (FIDAC): 360
Fernando, arquiduque Francisco: 79, 263, 342, 586
Ferraz, Ivens: 365, 515, 519, 581
Ferreira, António Aurélio da Costa: 173, 183
Ferreira, Costa: 581
Ferreira, Dias: 37
Ferreira, Duarte: 239
Ferreira, Vicente: 373, 515, 520
Figueira, Campos: 491
Figueiredo, Antero de: 499-500, 502
Figueiredo, Belchior de: 373, 393
Figueiredo, Fidelino de: 501
Flandres: 247, 249, 301-2, 317-8, 356, 359, 390, 593
Folque, José Pedro: 492
Forças Armadas: 18, 49, 88, 95, 101, 115, 121, 352-3, 388, 392, 397, 543, 551, 559, 572-3, 579
França: 41, 48, 50, 94, 113, 131, 134, 138, 175, 251, 253, 256, 258, 260, 262-4, 267, 270, 272, 277, 280-2, 284-5, 287-8, 298, 301-5, 308-10, 315, 317, 320, 324, 328, 335, 337, 344, 349, 352, 354-6, 358, 362-3, 397, 400, 491, 494, 498, 558, 587
Franco, João: 9, 47-50, 63, 66, 95, 108, 132, 152, 175, 535, 584
Fratel, Manuel Joaquim: 515
Freire, Anselmo Braamcamp: 103, 498, 535
Freitas, Augusto Santiago Barjona de: 325
Freitas, coronel Vicente de: 581, 590
Freitas, Rodrigues de: 170

Galiza: 105, 110, 264
Gameiro, Rui Roque: 364
Garção, Mayer: 62, 73
Garcia, Elias: 175
Garcia, Emídio: 170-1, 186
Gaspar, Rodrigues: 452-3, 455, 475, 521, 578
George, Lloyd: 252, 264, 265, 399
Gibraltar: 57
Giraldes, Manuel Nunes: 130
Godinho, Vitorino: 511
Gomes, Amaro de Azevedo: 59
Gomes, António Luís: 59
Gomes, Carlos: 325
Gomes, Manuel Teixeira: 472, 545, 565
Gomes, Mário de Azevedo: 451, 479
Gonçalves, Assis: 365
Gonçalves, Ernesto: 492
Grã-Bretanha: 247, 250-1, 253, 255-6, 258, 262-4, 266-7, 269, 271, 328, 342, 397, 400, 471
Grandela, Francisco: 51
Granjo, António: 433-4, 445, 447-8, 468-9, 482, 547-8, 565, 573, 589
Grave, João: 150
Grécia: 259, 263, 266, 298, 400, 404
Grey, Edward: 258, 264, 344, 345
Grupo Seara Nova: 173, 285, 450-1, 457, 459-60, 498, 566, 579, 589, 597
Guarda Nacional Republicana (GNR): 88, 95, 97, 117, 123, 415, 417-8, 432, 445, 447-9, 455, 548-9, 565, 579, 585
Guardas Municipais de Lisboa e Porto: 95
Guerra Hispano-americana (1898): 255
Guilherme I da Alemanha: 253
Guilherme II da Alemanha: 253, 255, 258, 262, 399
Guimarães, Vitorino: 200, 330, 475, 480
Guiné: 209, 213, 513, 588
Gustave, Ador: 401



Henriques, D. Afonso: 485
Herzegovina: 258
Hipólito, Raposo: 489, 566
Hitler, Adolf: 397
Hungria: 200, 256, 258, 260, 262-5, 298, 342, 586

Império Austro-Húngaro: 113, 256, 258, 260, 262-5, 298, 342, 397
Império Britânico: 262, 298
Império Otomano: 252, 256, 259, 263-4, 400
Índia: 209, 215, 251, 513
Inglaterra: 44-5, 50-1, 57, 94, 104, 113-6, 197, 252, 258, 269, 270-2, 275, 287-8, 290, 293, 301, 305, 319, 324, 335, 337, 352, 356, 358, 362, 370, 372, 387, 402, 508, 519, 589
Instituto Geral de Agronomia: 234
Instituto Industrial de Lisboa: 34
Instituto Superior Técnico (IST): 234
Integralismo Lusitano: 372, 377, 487, 488-90, 502, 566, 579, 586
Internacional Sindical Vermelha (ISV): 436, 438
Itália: 16, 256, 262-4, 267, 298, 328, 349, 365, 370, 397, 400, 490, 557-6

Japão: 250, 253, 256, 263, 298, 397
Jaurés, Jean: 260
Jesus, Geraldo Coelho de: 529, 533
João Ameal: 492
José, Francisco (imperador da Áustria): 258
Jugoslávia: 258
Junqueiro, Guerra: 27-8, 62, 77, 99, 151, 165, 536
Junta Liberal: 50
Junta Revolucionária: 56, 118, 124, 373, 448, 564

Keynes, John M.: 199
Kosovo: 260
Kropotkine, Piotr: 380

Lamennais, Hughes: 130
Lança, Agatão: 476
Leal, Cunha: 166, 380, 393-4, 445-6, 465, 469-75, 478-9, 481-3, 506, 509, 520, 539, 541-5, 548-50, 556-8, 561-6, 579, 594
Leão, Eusébio: 49
Leão XIII, papa: 131, 136, 151, 494
Leiria: 141, 239, 529, 565
Leite, Duarte: 103-4, 110, 169
Lemos, Álvaro Viana de: 173
Lemos, Tovar de: 353
Libéria: 253
Lichnowsky, príncipe: 289-9
Liga Balcânica: 259, 266
Lima, Adolfo: 173, 176, 183, 187
Lima, Almeida: 321
Lima, Felizardo: 70
Lima, José Lobo de Ávila: 498
Lima, Lisboa de: 215, 228
Lima, Sebastião de Magalhães: 51, 69, 71-2, 103, 183, 499
Locatelli, núncio: 146
Londres: 94, 251, 253, 256, 258, 264-6, 269, 272, 274-5, 284, 289, 299, 327-8, 334, 345, 368-9, 472, 511-2, 514-5
Lopes, Adriano de Sousa: 497
Lopes, Pina: 443-7
Lucas, Afonso: 491, 500, 566
Luso, Sílvio: 490

Mac-Bride, Alberto: 365
Macau: 209, 475
Macedo, Ferreira de: 183
Macedónia: 259
Machado, Bernardino: 49-51, 59, 70, 71, 73, 89, 94, 103, 112-4, 116, 120, 124, 144, 148, 172, 186, 239, 240-1, 267-8, 272-3, 278, 283, 320, 322, 376, 380, 413, 446, 448, 463, 478-9, 482, 535, 544, 552, 557-8, 560, 563, 567, 590
Machado, Boto: 70, 154, 228
Machado, Ginestal: 472, 478, 545, 550, 565
Maçonaria: 50-1, 69, 118, 148, 182, 454
Madrid: 145, 285, 595
Magalhães, Alfredo de: 179, 377
Magalhães, Vitorino: 41, 450, 501

Maia, Carlos da: 448, 482, 565, 589
Maistre, Joseph de: 488
Mão Negra (movimento ultranacionalista sérvio): 258, 260
Mar do Norte: 262
Maritain, Jacques: 488
Martins, Ferreira: 290, 296, 299, 318, 365
Martins, Oliveira: 27, 35-7, 227, 459
Martins, Rocha: 377, 393, 394
Marto, Francisco: 142
Marto, Jacinta: 142
Matos, José Maria de Melo de: 325
Matos, Júlio de: 170
Matos, Norton de: 118-20, 123, 207, 222, 225, 227-8, 268, 279, 283-5, 291, 318, 398, 474, 503-9, 511-3, 516, 520-1, 589
Maurras, Charles: 488
Melo, António Maria de Fontes Pereira de: 28-30, 41, 45, 299
Melo, Martinho Nobre de: 377, 496, 500-1
Melo, Nobre de: 377, 496-7, 499-501
Mendes, Filipe: 500
Mendes, Moura: 292
Mendonça, Álvaro Zuzarte de: 501
Merêa, Manuel Paulo: 501
Mexia, Joaquim Nunes: 500
Mill, Stuart: 172
Milner, Lord: 400
Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOP): 29, 34, 41, 84-5, 232
Ministério dos Negócios Estrangeiros: 94, 329, 346
Miranda, João Afonso de: 501
Moçambique: 45, 114, 196, 198, 206, 209, 215, 217, 221-2, 224, 226, 277, 289-90, 292-7, 299, 353, 503-5, 509, 512-6, 518-20, 586, 589, 593
Moniz, Botelho: 389
Moniz, Egas: 122, 145, 372, 377, 379, 385-6, 394, 398-9, 542
Moniz, Jaime: 179, 183, 187
Monsaraz, Alberto: 489-91, 502
Montalembert, Charles de: 130, 134
Monteiro, Manuel Rodrigues: 331
Moreira, Henrique: 362, 364
Moscovo: 260
Moura, Casimiro de: 183
Movimento Nacional-Sindicalista: 487, 490
Múrias, Manuel: 491
Mussolini, Benito: 267, 460, 464, 488

Namíbia: 289
Neto, António Lino: 143, 494
Nicolau II, czar: 262
Nobre, António: 27
Nogueira, Henriques: 169
Noruega: 253
Nóvoa, António: 176, 184, 186-9
Núcleos Sindicais Revolucionários (NSV): 436
Nunes, D. Augusto Eduardo: 136
Nunes, Jacinto: 240, 413

Oliveira, Carlos José de: 500
Oliveira, Eduardo Fernandes de: 500-1
Organização Internacional do Trabalho: 516
Organização Territorialista Judaica: 211
Orlando, Signor: 398-9
Ornelas, Aires de: 208, 481, 491-2, 564
Osório, João de Castro: 492-3

Pacheco, Carneiro: 179
Pais, Brito: 475
Pais, Sidónio: 122-7, 136, 144-5, 148, 152, 164, 179, 239, 248, 284-5, 338, 366, 371-81, 383-6, 388-94, 398-9, 405, 414, 424, 464, 476, 493, 499, 502-3, 525, 544, 547-8, 572, 574, 588, 596
Países Baixos: 249
Pala, Afonso: 50, 56
Paris: 51, 94, 104, 106, 123, 146-7, 241, 251, 265-6, 270, 285, 288, 306, 310, 328, 353, 359, 368-9, 398-403, 472, 476, 478, 533, 565, 581, 588-90
Partido Centrista Republicano: 122
Partido Democrático: 107-13, 116-7, 119, 122, 124, 157, 200, 267-8, 273, 277-8, 283-4, 319, 333, 336, 338, 353, 372, 387, 398-9, 402, 411, 413, 417, 447-8, 454, 455-7, 463-6, 468, 469-81, 483, 506, 509, 511-2, 526-7, 537-8, 541-4, 546-9, 551-2, 555, 559-60, 562-3, 566-7, 571-3, 577, 580-1, 587
Partido Evolucionista: 107, 109, 144, 247, 268, 277-9, 333, 372, 387, 411, 586
Partido Legitimista: 489
Partido Liberal: 411-3, 467, 468-9, 471, 537, 543-5, 547-8, 573
Partido Liberal Republicano: 411
Partido Nacionalista: 451, 456, 471-4, 537, 543, 550-1, 556, 563-4, 566, 575, 581
Partido Progressista: 47-8, 584
Partido Radical: 200, 450, 454
Partido Regenerador: 47, 107
Partido Republicano da Esquerda Democrática: 412, 456
Partido Republicano de Reconstituição Nacional: 411
Partido Republicano Português (PRP): 15, 18-9, 22-4, 26, 43, 46-51, 55, 57-8, 60-4, 66-7, 69, 73, 75, 77, 93-4, 102-3, 105-6, 108-10, 152, 169-70, 193, 241, 243, 248, 283, 387, 411-18, 454, 456, 463-6, 476-8, 480, 483, 511, 535-6, 545, 550, 552, 583-5, 589, 596
Partido Socialista (PS): 17, 23, 62-3, 97, 100, 109, 153-4, 166, 268, 278, 414-5, 417, 421, 454-5, 586, 596
Partido Unionista: 109, 278, 387, 411, 478, 586
Pascoais, Teixeira de: 269, 276
Pato, Bulhão: 519-21
Perdigão, Azeredo: 529, 533
Pereira, D. Nuno Álvares: 485-6, 488, 496, 588, 594
Pereira, Domingos: 159, 415, 466, 468, 474, 480
Pereira, Pedro Teotónio: 491
Pérsia: 256
Pessoa, Fernando: 380, 485, 501
Pimenta, Alfredo: 487, 491-2
Pimentel, João Sarmento: 375
Pinto, Alfredo: 162
Pinto, Liberato: 417-8, 445, 447-8, 468-9, 482, 548, 565
Pinto, Maia: 449
Pinto, Moura: 144, 373, 376-7, 384, 413, 575
Pio X, papa: 89, 138
Play, Pierre Le: 488
Poincaré, Raymond: 404, 406
Poinsard, León: 230, 241, 584
Polícia de Segurança Pública: 88
Polónia: 200, 264
Pombal, Marquês de: 45
Pontes, Martins: 279
Porto, César: 173
Preto, Francisco Rolão: 487, 489-1, 493
Primeira Guerra Mundial: 11-2, 31-2, 43, 79-80, 85, 90, 94, 127, 143, 145, 151-2, 158-9, 178, 180, 191, 195, 198, 206, 216, 232, 238, 240-1, 247-50, 263, 265-6, 276-8, 281, 285-6, 290, 294, 299, 301, 303, 309, 313, 315, 317-8, 323, 333, 349-50, 354-6, 358, 360, 363-8, 371-2, 377, 387, 397-8, 411, 422, 436, 488, 493, 507, 523-4, 535, 541, 546, 566, 571-3, 579, 589, 593-6
Princip, Gavrilo: 260
Príncipe, Sérgio: 433
Proença, Raul: 115, 173, 183, 186, 483, 566, 596

Quartim, Pinto: 162, 166
Queirós, Barros: 413, 468, 515
Queirós, Eça de (escritor): 15, 27, 31
Queirós, Eça de (político): 492
Queirós, Teixeira de: 27, 151
Quental, Antero de: 44
Quintela, Francisco Xavier: 492

Ramos, Gustavo Cordeiro: 179, 531
Rebelo, Pequito: 459, 489-501, 566
Redol, Alves: 153, 166
Rego, Carlos Martins do: 501
Reich: 253, 255
Reino Unido: 32, 196, 256, 264, 349, 355, 359, 397
Reis, Cândido dos: 50-1, 55-6, 58, 390, 536, 584
Reis, Luís da Câmara: 105, 115, 128
Relvas, José: 22, 48-52, 55, 59, 60, 144, 169, 194, 231-2, 242, 377, 466

Revolução Francesa: 16, 134, 489
Ribeiro, Almeida: 511
Ribeiro, Cupertino: 49
Ribeiro, Freitas: 209, 213, 215
Rivera, Primo de: 460, 464, 488
Roçadas, Alves: 290, 373
Rocha, Ferreira da: 446
Rodrigues, Bettencourt: 377
Rodrigues, José Maria: 501
Roma: 129, 133, 138, 145, 318, 359, 368
Roménia: 252, 263, 265, 298
Roque, Bernardino: 225, 227
Rosa, João Pereira da: 500
Rosa, Sousa: 294
Rússia: 16, 113, 200, 211, 255-6, 258-60, 262-5, 270, 288, 298, 389, 424, 430

Salandra, Antonio: 267
Salazar, António de Oliveira: 42, 188, 202, 248, 365, 393, 486-7, 494-6, 502, 531, 562-3, 575, 578, 581-2, 587, 590-1, 593
Salgado, Heliodoro: 68, 70, 154
Salisbury, Lord: 28
Sampaio, Rodrigues: 172
Santos, Alves dos: 173
Santos, José Domingues dos: 241, 387, 444, 446, 448, 451-3, 455-7, 459, 474-7, 480, 483, 493, 537, 543, 551, 562, 567, 576, 578, 581
Santos, Lúcia: 142
Santos, Machado: 49, 51, 55, 56-9, 71, 111-2, 116-7, 120, 124, 154, 157, 269-70, 276-7, 281-2, 335, 372-3, 375-8, 385, 386, 389, 393, 448, 482, 563-5, 587, 589
Santos, Teixeira dos: 455
São João do Tojal: 118
São Tomé e Príncipe: 209-10, 220, 224, 513, 516, 588
Sarajevo: 79, 260
Sardinha, António: 487, 489, 502
Sazonov, Sergei: 260
Segunda Guerra Balcânica: 259, 263
Sérgio, António: 172-3, 178, 183, 187, 451, 479, 581
Sérvia: 113, 195, 253, 256, 259-60, 262-4, 266-7, 269, 277, 298
Sião: 253
Silva, Alfredo da: 38, 237, 427-8, 533
Silva, António Filipe da: 325
Silva, António Maria da: 49, 51, 71, 200, 334, 387, 433, 445, 450-1, 463-6, 468, 470, 472, 476, 478-9, 484, 545, 550, 552, 555, 560-1, 573
Silva, Augusto Dias da: 159, 414
Silva, José da: 151
Silva, Manuel Luís Coelho da: 139
Silva, Rodolfo Xavier da: 403, 406
Silveira, Alberto: 373
Silveira, António Roque da: 325
Simões, José Maria de Oliveira: 85, 91
Simões, Nuno: 512, 520, 521
Soares, Augusto: 272
Soares, Mário: 574
Sociedade das Nações: 397-9, 402, 404, 512, 516
Sommer, Henrique: 239, 529
Sorel, Georges: 487-8
Sousa, António Bivar de: 501
Sousa, Jaime de: 511
Sousa, Manuel Joaquim de: 436-8, 440
Sousa, Marnoco e: 385
Sousa, Passos e: 581
Sucena, José Rodrigues de: 492
Suécia: 253, 266
Suíça: 94, 134, 249, 287

Tamagnini, Fernando: 303, 318
Tanganica (Tanzânia): 289
Teles, Basílio: 49, 58-9, 71, 110, 169, 185, 231, 241
Tibete: 253
Timor: 206, 209, 513, 588
Tirpitz, Alfred von: 255
Torres, Pinheiro: 384
Trás-os-Montes: 81, 130, 231
Tratado de Bucareste: 259
Tratado de Versalhes: 197, 397-8, 401, 403, 405-6
Tríplice Aliança: 258, 263

Ulrich, João: 515
Ultimatum britânico: 22-4, 27-8, 41, 44-5, 65, 71, 101, 185, 583, 587



União Agrária: 453, 500, 502
União Católica: 143
União da Agricultura, Comércio e Indústria: 329
União de Sindicatos Operários (USO): 164
União dos Interesses Económicos (UIE): 453-5, 478, 500, 502, 538, 551, 563, 578, 589
União dos Interesses Sociais: 455
União Fabril: 38, 428, 439, 583
União Nacional Republicana: 107
União Operária Nacional (UON): 121, 123, 160-7, 264, 388-90, 416, 422-9, 439, 576, 588
União Republicana: 107, 144
União Sagrada: 116, 120, 124, 144, 277, 278-85, 333-4, 336, 350, 352-3, 355, 366-7, 422, 465, 481, 525, 587, 595
União Sul Africana: 505, 518-9
Universidade de Coimbra: 122, 130, 132, 180, 188, 234, 479, 566, 585, 594
Universidade de Lisboa: 42, 165, 182, 234, 533, 595
Universidade do Porto: 39, 182, 234
Universidade Livre para a Educação Popular: 183, 186, 189
Universidade Popular Portuguesa: 183, 189
Valois, Georges: 487-8, 490
Vasconcelos, Augusto: 106, 110
Vasconcelos, Ernesto de: 519
Vasconcelos, Estêvão de: 154, 329
Vasconcelos, Faria de: 172, 183
Vasconcelos, Henrique de: 503, 520
Vaticano: 98, 139, 144-5, 384, 413, 575
Veiga, Alves da: 51, 103
Venizelos, Eleftherios: 399
Viana do Castelo: 163
Videira, Carrilho: 68
Viegas, Santos: 377
Vieira, Alexandre: 162-3, 166-7, 183, 439-40
Viena: 211, 260
Vilhena, Carlos: 463
Volpedo, Giuseppe Pellizza da: 149
Vorbeck, Von-Lettow: 293-4, 299, 400

Wilson, Thomas Woodrow: 265, 397, 399

Zola, Émile: 151

# Notas biográficas

Aniceto Afonso é mestre em História Contemporânea de Portugal e investigador do Instituto de História Contemporânea (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa).

Foi director do Arquivo Histórico Militar (Lisboa) e professor de História na Academia Militar. É membro da Comissão Portuguesa de História Militar.

Escreveu, entre diversos outros títulos, *Anos da Guerra Colonial* (2009), *Portugal e a Grande Guerra* (2003) — ambos em co-autoria com Carlos de Matos Gomes —, *Portugal e a Grande Guerra, 1914-1918* (2006); *História de Uma Conspiração. Sinel de Cordes e o 28 de Maio* (2001).

Sílvia Adriana Barbosa Correia é doutoranda na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lisboa), dedicando-se ao tema *Memória da Primeira Guerra Mundial*, e é investigadora do Instituto de História Contemporânea da mesma instituição.

Tem participado — com múltiplas comunicações sobre identidade, memória e cultura de guerra no contexto da Primeira Guerra Mundial em Portugal — em encontros de âmbito nacional e internacional, nomeadamente nas Universidades de Glasgow, Manchester e Santiago de Compostela e Rio Grande do Norte.

Luís Farinha é doutor em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lisboa). Actualmente, é investigador integrado do Instituto de História Contemporânea da mesma universidade. Foi director-adjunto da revista *História*. Entre as suas obras publicadas, destacam-se *O Reviralho —Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo, 1926-1940* (1998) e *Cunha Leal, Deputado e Ministro da República. Um Notável Rebelde* (2009).

Ernesto Castro Leal é doutor em História Contemporânea, professor associado com agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa. Publicou, entre outros estudos, *António Ferro. Espaço Político e Imaginário Social, 1918-1932* (1994), *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo, 1918-1938* (1999), *Partidos e Programas. O Campo Partidário Republicano Português, 1910-1926* (2008).

Isabel Pestana Marques é mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lisboa), membro do Instituto de História Contemporânea da mesma instituição e do Conselho Cientifico da Comissão Portuguesa de História Militar. Especialista em história do século xx, é autora de *Memórias do General. «Os Meus Três Comandos» de Fernando Tamagnini* (2004), *Das Trincheiras com Saudade. A Vida Quotidiana dos Militares Portugueses durante a Primeira Guerra Mundial* (2008), bem como de outras obras de autoria colectiva, nomeadamente a *Nova História Militar de Portugal*, dirigida por M. Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (2004). Foi galardoada com o *Prémio Defesa Nacional 1995*, pela tese de mestrado *Os Portugueses nas Trincheiras – Um Quotidiano de Guerra*, publicada em 2002.

Maria Eugénia Mata é professora associada da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e autora de vários livros e artigos de história económica e de história do pensamento económico, publicados em Portugal e no estrangeiro. Escreveu *Câmbios e Política Cambial na Economia Portuguesa 1891-1931* (1987), *As Finanças Públicas Portuguesas da Regeneração à Primeira Guerra Mundial* (1993), *História Económica de Portugal* (1994, 2002) e *História Económica e História do Pensamento Económico* (1996) (os dois últimos em co-autoria).

Filipe Ribeiro de Meneses formou-se e doutorou-se pelo Trinity College Dublin. É autor de vários livros, incluindo *União Sagrada e Sidonismo: Portugal em Guerra, 1916-1918* (2000) e *Correspondência Diplomática Irlandesa sobre Portugal, o Estado Novo e Salazar* (2005). Leciona no Departamento de História da National University of Ireland, Maynooth.



Vítor Neto doutorou-se em História Moderna e Contemporânea pela Universidade de Coimbra. É professor do Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras desta Universidade e investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século xx (CEIS20). Tem-se dedicado ao estudo e à investigação de temas de história político-eclesiástica, de história política e de história da cultura dos séculos xix e xx, participando em colóquios nacionais e internacionais e publicando artigos em revistas da especialidade. De entre as suas publicações, destaque-se a dissertação de doutoramento, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*. Lecciona cadeiras e seminários de História Contemporânea.

David Oliveira Ricardo Pereira é mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lisboa). O seu trabalho de projecto intitula-se *As Políticas Sociais em Portugal (1910-1926)*, área em que prepara actualmente a tese de doutoramento em História Económica e Social Contemporânea, também na FCSH/UNL. É investigador do Instituto de História Contemporânea da mesma universidade. O seu trabalho tem incidido nas questões em torno das políticas públicas de âmbito social, privilegiando sobretudo a conjuntura do primeiro terço do século xx.

Joana Dias Pereira é investigadora do Instituto de História Contemporânea (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa) e bolseira da Fundação para a Ciência e Tecnologia no âmbito da comemoração oficial do Centenário da República. Efectuou o mestrado em História do Século XX, dedicando a sua tese ao movimento operário durante a Primeira República Portuguesa. A sua tese de doutoramento incidirá nas repercussões sociais e culturais da industrialização no distrito de Setúbal.

Ana Catarina Pinto é formada em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lisboa). Actualmente desenvolve o seu projecto de tese de doutoramento na área de estudos da Primeira República no pós-guerra (1919-1926).

Ana Paula Pires é mestre em História dos Séculos XIX e XX pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lisboa). Tem como principais áreas de investigação a história de Portu-

gal no século XX, a história económica portuguesa contemporânea e a história da Primeira República. Integra a equipa de investigação do Instituto de História Contemporânea (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa), encontrando-se actualmente a concluir uma tese de doutoramento sobre o impacto económico e social da Grande Guerra em Portugal.

Maria Cândida Proença é investigadora do Instituto de História Contemporânea (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa). Possui o doutoramento em História Cultural e das Mentalidades dos Séculos XIX e XX, e agregação em Ciências da Educação, especialidade de Didáctica da História. Dedica-se ao estudo e à investigação de temas relacionados com história política e da cultura e das mentalidades dos séculos XIX e XX, com a história da educação na época contemporânea e com o ensino da história nas suas perspectivas histórica e didáctica. As suas obras mais recentemente publicadas são *D. Manuel II* (2008) e *A Questão Colonial no Parlamento – 1910-1926* (2008).

António Reis é vice-presidente do Instituto de História Contemporânea (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa). De entre os vários títulos de sua autoria, destacam-se *Portugal Contemporâneo, 1820-1990* (1990-1993) e *Raul Proença, Biografia de um Intelectual Político Republicano* (2003).

Maria Fernanda Rollo é doutorada em História Económica e Social Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lisboa), onde é professora no Departamento de História. É investigadora e vice-presidente do Instituto de História Contemporânea da mesma faculdade.

Tem como principais áreas de investigação a história económica portuguesa contemporânea, a história da ciência, da tecnologia e da inovação em Portugal, a participação de Portugal nos movimentos de cooperação económica europeia e a história empresarial — domínios em que tem desenvolvido e coordenado projectos de investigação vários.

Alguns dos principais textos publicados: diversos artigos de *Portugal da Monarquia para a República*, vol. XI (coord. A.H. de Oliveira Marques), «Nova História de Portugal» (dir. Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques) (1991); *Portugal e o Plano Marshall. Da Rejeição à Solicitação da Ajuda Financeira Norte-americana, 1947-195)* (1994); *Um Metro e Uma Cidade. História do Metropolitano de Lisboa* (1999); *Engenho e Obra. Uma abordagem à História da Engenharia em Portugal no Século* XX (co-coord., 2002); *Momentos da Inovação e engenharia em Portugal no Século XX* (co-coord., 2004); *Memórias da Siderurgia. Contribuições para História da Indústria Siderúrgica em Portugal* (coord., 2005); *Marconi em Lisboa. Portugal na Rede Mundial de TSF* (co-autoria, 2007); *Portugal e a Reconstrução Económica do Pós-Guerra* (2007).



Fernando Rosas é professor catedrático no Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lisboa) e director do Instituto de História Contemporânea da mesma faculdade. Desenvolveu o seu percurso académico sobretudo em torno da história contemporânea e da história de Portugal no século XX.

Foi membro do conselho de redacção da revista *Penélope* e director da revista *História*.

Em 2006 foi condecorado pelo presidente da República com a Ordem da Liberdade.

Entre as obras que publicou, encontram-se: *Estado Novo nos Anos Trinta* (1986); *Portugal e o Estado Novo, 1930-1960* (coord.), vol. XII, «Nova História de Portugal» (dir. Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques) (1993); *O Estado Novo (1926-1974)*, vol. VII, «História de Portugal» (dir. José Mattoso) (1994); *Portugal Século XX, 1890-1976: Pensamento e Acção Política* (2004); *A Transição Falhada: o Marcelismo e o Fim do Estado Novo, 1968-1974* (co-coord., 2004). Com a tinta-da-china, publicou *Lisboa Revolucionária. Roteiro dos Confrontos Armados no Século XX* (2007).

Maria Alice Samara é doutoranda e investigadora do Instituto de História Contemporânea (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa). O seu trabalho tem-se focado sobre diversos temas relacionados com a Primeira República, destacando-se as seguintes obras publicadas: *Sidónio Pais*, «Fotobiografias do Século XX» (2002), *Verdes e Vermelhos. Portugal e a Guerra no Ano de Sidónio Pais* (2003, Prémio Fundação Mário Soares); *Operárias e Burguesas. As Mulheres no Tempo da República* (2007). Com a tinta-da-china, publicou *O Regicídio* (2008).

João B. Serra é professor coordenador do Instituto Politécnico de Leiria e membro do Instituto de História Contemporânea (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa).

É autor de diversos estudos sobre história política contemporânea, versando, entre outros, os seguintes temas: Raul Proença e a Seara Nova, Bordalo Pinheiro e o imaginário nacional, o sistema político da Primeira República, os impasses do parlamentarismo, a codificação administrativa e o municipalismo da segunda metade do século xx e primeiras décadas do século xx, memória e história da Primeira República, historiografia do século xx. Foi comissário das exposições «Grandela, Grande Homem» e «José Relvas, Um Conspirador Contemplativo». É membro da Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República.

**HISTÓRIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA PORTUGUESA**

*este livro foi composto em caracteres Hoefler Text e impresso na Guide, Artes Gráficas, em papel Besaya de 90 grs, numa tiragem de 2000 exemplares, no mês de Junho de 2009.*